



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1724

Quarta-feira - 15 de Abril de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	2	Itapiranga.....	198	Timbó.....	374
Alto Bela Vista.....	10	Itapoá.....	198	Três Barras.....	378
Anchieta.....	11	Joaçaba.....	204	Treze Tílias.....	382
Antônio Carlos.....	12	Lages.....	215	Tunápolis.....	383
Balneário Rincão.....	14	Lauro Muller.....	218	Turvo.....	384
Barra Velha.....	14	Leoberto Leal.....	229	Urussanga.....	385
Bela Vista do Toldo.....	22	Lindóia do Sul.....	234	Vargeão.....	386
Biguaçu.....	23	Luzerna.....	236	Vargem Bonita.....	386
Blumenau.....	35	Mafra.....	238	Vidal Ramos.....	387
Bom Jesus do Oeste.....	37	Maravilha.....	244	Videira.....	388
Brunópolis.....	39	Massaranduba.....	253	Vitor Meireles.....	390
Brusque.....	40	Meleiro.....	261	Xaxim.....	392
Caçador.....	45	Modelo.....	262		
Camboriú.....	47	Monte Carlo.....	264	<b>Associações</b>	
Campo Alegre.....	53	Navegantes.....	265	FECAM.....	392
Campo Erê.....	67	Nova Trento.....	269		
Campos Novos.....	68	Novo Horizonte.....	271	<b>Consórcios</b>	
Canoinhas.....	72	Orleans.....	271	CIMCATARINA.....	393
Capinzal.....	78	Ouro.....	273	CIS Nordeste.....	408
Catanduvas.....	79	Ouro Verde.....	278	CIS/AMUREL.....	409
Celso Ramos.....	79	Palhoça.....	279	CVC.....	409
Chapadão do Lageado.....	81	Papanduva.....	279		
Cocal do Sul.....	83	Paulo Lopes.....	280		
Concórdia.....	84	Penha.....	298		
Cordilheira Alta.....	102	Peritiba.....	300		
Coronel Freitas.....	103	Petrolândia.....	300		
Coronel Martins.....	104	Pinheiro Preto.....	301		
Correia Pinto.....	105	Pomerode.....	305		
Corupá.....	106	Ponte Serrada.....	306		
Curitibanos.....	107	Porto Belo.....	307		
Dionísio Cerqueira.....	109	Porto União.....	308		
Ermo.....	113	Pouso Redondo.....	309		
Forquilha.....	113	Rio do Sul.....	310		
Fraiburgo.....	114	Salto Veloso.....	320		
Frei Rogério.....	129	Santa Rosa do Sul.....	321		
Galvão.....	129	Santa Terezinha do Progresso.....	322		
Garopaba.....	130	Santiago do Sul.....	330		
Gaspar.....	133	São Bento do Sul.....	330		
Grão Pará.....	136	São Domingos.....	338		
Guaramirim.....	139	São João do Oeste.....	339		
Guarujá do Sul.....	141	São Joaquim.....	340		
Herval d'Oeste.....	142	São José.....	341		
Ilhota.....	147	São José do Cedro.....	349		
Imbituba.....	178	São Lourenço do Oeste.....	352		
Indaial.....	180	São Miguel do Oeste.....	354		
Iomerê.....	190	São Pedro de Alcântara.....	355		
Ipumirim.....	191	Schroeder.....	363		
Irineópolis.....	192	Serra Alta.....	373		
Itaiópolis.....	197	Siderópolis.....	373		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Água Doce

## PREFEITURA

### PORTARIA 144/2015

PORTARIA Nº 144/2015 de 10 de abril de 2015

"EXONERA DO CARGO DE SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar do cargo de Secretário da Administração e Fazenda, a servidora, TANIA CARON DOS SANTOS, brasileira, inscrita sob CPF o nº 028.668.909-06, a partir de 10/04/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de abril de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### PORTARIA 145/2015

PORTARIA Nº 145/2015 de 10 de abril de 2015

"EXONERA DO CARGO DE SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar do cargo de Secretário da Educação, Cultura e Esportes, a servidora, JUCIANA SOUZA DE ARAUJO SOARES, brasileira, inscrita sob CPF o nº 016.393.309-09, a partir de 10/04/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 10 de abril de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### PORTARIA 146/2015

PORTARIA Nº 146/2015 de 13 de abril de 2015

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA."

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário DALCI ANTONIO PEREIRA DE SOUZA, inscrito sob CPF nº 386.245.839-34, funcionário no cargo efetivo de Motorista, a partir de 13/04/2015 a 12/05/2015, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 13 de abril de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### PORTARIA 147/2015

PORTARIA Nº 147/2015 de 13 de abril de 2015

"NOMEAR PARA O CARGO DE SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo de Secretário da Educação, Cultura e Esportes, a servidora, ROSANE PUTTON HARTCOFF, brasileira, inscrita sob CPF o nº 022.226.099-84, a partir de 13/04/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 13 de abril de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

### PORTARIA 148/2015

PORTARIA Nº 148/2015 de 14 de abril de 2015

"NOMEAR PARA O CARGO DE SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo de Secretário da Administração e Fazenda, a servidora, Juciana Souza de Araujo Soares, brasileira, inscrita sob CPF o nº 016.393.309-09, a partir de 14/04/2015.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 14 de abril de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

## **TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMODATO**

### **TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMODATO**

Termo Aditivo ao Termo de Comodato firmado em 15 de abril de 2010 entre o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça João Macagnan, 322, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, devidamente representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Novelli Sganzerla; tudo conforme autorização Legislativa constante na Lei Municipal nº 1.885, de 23 de março de 2010, doravante denominado simplesmente COMODATÁRIO; e, da outra parte, COAPPA - Cooperativa Água-docense de Pequenos Produtores Artesanais, inscrita no CNPJ n. 07.923.843/0001-09, localizado na Av. Independência, 615 - Água Doce - SC, representada neste Termo pela Sra. Lúcia Oldoni, neste Termo denominado simplesmente COMODANTE, todos estando justos e acordados, firmam o presente conforme segue:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo do referido Termo de Comodato por 5 anos, obedecendo o disposto na Cláusula Sexta do termo original.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Água Doce, em 15 de abril de 2015

NOVELLI SGANZERLA

LÚCIA OLDONI

Prefeito Municipal

Coappa

Comodatário

Comodante

Testemunhas:

Cristiano Savaris da Silva

Marilucy Sare Kusmann

CPF 005.614.419-95

CPF: 023.802.499-70

**BALANCETE FINANCEIRO FMAS - FEV 2015****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>13.136,44</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>24.425,09</b>
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.136,44	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>24.425,09</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.521,72
		Transferencias a Uniao	16.903,37
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>38.804,86</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>28.758,99</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.770,06	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.770,06
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	24.554,97	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	12.479,83
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	12.479,83	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	14.509,10
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>137.348,05</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>136.105,27</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	137.348,05	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	114.042,20
		BANCO C/ MOVIMENTO	22.063,07
<b>TOTAL</b>	<b>189.289,35</b>	<b>TOTAL</b>	<b>189.289,35</b>

AGUA DOCE, 31/03/2015

\_\_\_\_\_  
ORLANDO FÁVERO

Titular da Unidade

\_\_\_\_\_  
NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**BALANCETE FINANCEIRO FMS - FEV 2015****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>72.197,92</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>289.039,10</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	19.827,63	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>287.525,06</b>
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	52.370,29	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	193.188,25
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	94.336,81
		<b>DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>1.514,04</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.514,04
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>229.320,48</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	229.320,48		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>641.311,39</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>683.188,39</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	33.347,30	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	32.720,02
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	291.031,24	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	300.651,23
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	16.302,62	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	16.302,62
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	300.630,23	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	309.285,77
		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	24.228,75
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>1.322.417,70</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>1.293.020,00</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	1.322.417,70	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	728.078,00
		BANCO C/ MOVIMENTO	564.942,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.265.247,49</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.265.247,49</b>

AGUA DOCE, 31/03/2015

\_\_\_\_\_  
 ORLANDO FÁVERO  
 Titular da Unidade

\_\_\_\_\_  
 NEUSA M. C. S. BISSANI  
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**BALANCETE FINANCEIRO SIMA - FEV 2015****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Período: Fevereiro

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>11.268,19</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>16.760,04</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.423,90	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>16.760,04</b>
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	863,34	Transferencias a Uniao	16.760,04
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.980,95		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>40.912,97</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>50.115,11</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	461,82	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	461,82
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	16.760,04	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	23.691,11
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	23.691,11	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	25.962,18
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>1.771.877,14</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>1.757.183,15</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.730.000,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.730.000,00
BANCO C/ MOVIMENTO	41.877,14	BANCO C/ MOVIMENTO	27.183,15
<b>TOTAL</b>	<b>1.824.058,30</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.824.058,30</b>

AGUA DOCE, 31/03/2015

ELIAS VIECELI

Presidente do SIMA

NEUSA M. C. S. BISSANI

CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**RESUMO EXEC. ORÇAMENTÁRIA FMAS - FEV 2015****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

1º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até /2015	Bimestre Jan/Fev/2015	Total até Fev/2015
RECEITAS				
RECEITA PATRIMONIAL	2.807,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	240.329,25	0,00	21.216,82	21.216,82
TOTAL DA RECEITA :	243.136,25	0,00	21.216,82	21.216,82
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOCE	323.136,25	0,00	41.251,56	41.251,56
Total da Entidade:	323.136,25	0,00	41.251,56	41.251,56
TOTAL DA DESPESA :	323.136,25	0,00	41.251,56	41.251,56

AGUA DOCE , 31/03/2015

\_\_\_\_\_  
ORLANDO FÁVERO  
Titular da Unidade\_\_\_\_\_  
NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

**RESUMO EXEC. ORÇAMENTÁRIA FMS - FEV 2015****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

1º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até /2015	Bimestre Jan/Fev/2015	Total até Fev/2015
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTÁRIA	34.690,00	0,00	26.907,68	26.907,68
RECEITA PATRIMONIAL	6.193,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.777.417,96	0,00	201.707,00	201.707,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.869,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	21.200,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	248.400,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA :	2.090.769,96	0,00	228.614,68	228.614,68
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE				
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGUA DOCE	4.643.010,46	0,00	1.134.663,95	1.134.663,95
Total da Entidade:	4.643.010,46	0,00	1.134.663,95	1.134.663,95
TOTAL DA DESPESA :	4.643.010,46	0,00	1.134.663,95	1.134.663,95

AGUA DOCE , 31/03/2015

\_\_\_\_\_  
ORLANDO FÁVERO  
Titular da Unidade\_\_\_\_\_  
NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0



**RESUMO EXEC. ORÇAMENTÁRIA SIMA - FEV 2015****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Betha Sistemas

Exercício de 2015

1º bimestre

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até /2015	Bimestre Jan/Fev/2015	Total até Fev/2015
RECEITAS				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	172.185,00	0,00	15.249,01	15.249,01
RECEITA PATRIMONIAL	111.000,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	60.000,00	0,00	5.758,28	5.758,28
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	172.185,00	0,00	12.113,86	12.113,86
TOTAL DA RECEITA :	515.370,00	0,00	33.121,15	33.121,15
DESPESAS				
Entidade: FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE				
FUNDO MUN.DE ASSITÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA	515.370,00	0,00	46.641,63	46.641,63
Total da Entidade:	515.370,00	0,00	46.641,63	46.641,63
TOTAL DA DESPESA :	515.370,00	0,00	46.641,63	46.641,63

AGUA DOCE , 31/03/2015

\_\_\_\_\_  
ELIAS VIECELI  
Presidente do SIMA\_\_\_\_\_  
NEUSA M. C. S. BISSANI  
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2016, DE 14 DE ABRIL DE 2015

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 51, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

#### DECRETA

Art. 1º. Para a Comissão Permanente de Licitações e também nos termos do art. 7º, II, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006, para atuar nos processos licitatórios da Administração Municipal, ficam designados:

- I - Cassiano Martinazzo, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Administração, que será o presidente;
- II - Marcelo Contessotto, ocupante do cargo de provimento efetivo de agente administrativo, que será o secretário;
- III - Josi Vitoria Lermen Finger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que será membro;
- IV - Elsi Inês Krüger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Limpeza e Copa, que será membro;
- V - Vilmar José Zonta, ocupante do cargo em comissão de Contador Geral, que será membro suplente;
- VI - Tania Catarina Nilson, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que será membro suplente.

Art. 2º. As atribuições, responsabilidades e proibições dos membros da Comissão são aquelas definidas nos arts. 6º, XVI, art. 9º, § 4º e art. 51, todos da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

Art. 3º. Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados receberão gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos conforme Art. 21, Inciso V da Lei Complementar 66/2014 nos valores estabelecidos no anexo IV daquela lei:

I - Ao servidor Marcelo Contessoro, o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) pelo exercício da função de Secretário da Comissão Permanente de Licitações;

II - A servidora Josi Vitória Lermen Finger, o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) pelo exercício da função de membro da Comissão permanente de Licitações;

III - A servidora Elsi Inês Kruger, o valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) pelo exercício da função de membro da Comissão permanente de Licitações;

Art. 4º. Aos membros suplentes efetivos da comissão de licitações, será paga na proporcionalidade, quando de sua efetiva participação nas sessões em virtude de convocações pela impossibilidade de participação de membros titulares, de acordo com a formula estabelecida no Paragrafo único do art. 21 da Lei Complementar (Valor total da FG dividido pelo número total de sessões realizadas no mês, multiplicada pelo número de participação do membro suplente).

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Fica revogado o Decreto n.º 1901 de 16 de setembro de 2014, e as disposições em contrário.

Alto Bela Vista (SC), em 14 de abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA  
Responsável pelas Publicações

### DECRETO Nº 2017, DE 14 DE ABRIL DE 2015

DESIGNA PREGOEIRO MUNICIPAL, EQUIPE DE APOIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 51, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c Art 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica designado Pregoeiro Municipal e equipe de apoio, nos termos do art. 7º, II, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006, para atuar nos processos licitatórios da Administração Municipal, ficam designados:

- I - Cassiano Martinazzo, ocupante do cargo em comissão de Diretor e Administração, que será o Pregoeiro;
- II - Marcelo Contessotto, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;
- III - Josi Vitoria Lermen Finger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;
- IV - Elsi Inês Kruger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Limpeza e Copa, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro.

Art. 2º. As atribuições, responsabilidades e proibições dos membros da Comissão são aquelas definidas nos arts. 6º, XVI, art. 9º, § 4º e art. 51, todos da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinadas com a lei 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c e as estabelecidas no art. 9º, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006.

Art. 3º. Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados não receberão qualquer gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Fica revogado o Decreto N.º 1.888 de 28 de julho de 2014, e as disposições em contrário.

Alto Bela Vista (SC), em 14 de abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Klein da Silva  
Responsável pelas Publicações

**PORTARIA Nº 045, DE 14 DE ABRIL DE 2015.**

"CONCEDE FUNÇÃO DE CONFIANÇA Á SERVIDOR PUBLICO EFETIVO".

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente na forma da Lei Complementar n.º 066 de 19 de Dezembro de 2014.

**RESOLVE:**

Art. 1º Atribuir ao Sr. ADILSON SCHWINGEL, Servidor Público Efetivo do quadro de Servidores Municipais no Cargo de MOTORISTA; a função de confiança de RESPONSÁVEL PELA FROTA DE VEÍCULOS DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, conforme Anexo IV da Lei Complementar nº 066 de 19 de Dezembro de 2014.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, SC, 14 de Abril de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

Fatima Lorete Clein da Silva  
Responsável pelas Publicações.

# Anchieta

## PREFEITURA

**EXTRATO AVISO PREGÃO FMS- 014\_2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 014/2015

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, Objetivando a Aquisição de aparelhos de ar condicionado Split para ser instalado na Unidade básica de Saúde da linha Café Filho, pago com recursos do PMAQ e de acordo com a proposta do FMS/MIN. SAUDE/PROP 11.243.552.0000/1130-4. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 29/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 14 de abril de 2015.  
ROSELI CANCI SAGAZ  
Gestora FMS

**EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 027\_2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 027/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Registro de Preço para aquisição de material de limpeza, utensílios e gás de cozinha para manutenção da limpeza do prédio da Prefeitura pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 29/04/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 14 de abril de 2015.  
Ari Prestes de Oliveira  
Prefeito Municipal

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO N 027/2015

DECRETO Nº 000027/15 de 14 de Abril de 2015

Abre crédito adicional -suplementar -originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº

001469/14 de 14 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 30.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 30.000,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 30.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 14 de Abril de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 071/2014

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 071/2014; Origem: Processo Licitatório nº. 029/2014 - Pregão nº 020/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO CARLOS/SC. Contratada: ESCOLA DE FUTEBOL PRÓ-FOOT; Objeto: Aditar o prazo e reajustar o presente contrato que consiste na "contratação de prestador de serviços na área esportiva para a Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Esporte do município de Antônio Carlos/SC". Novo vencimento: 10 de março de 2016. Valor do Contrato: R\$ 12.997,38 (doze mil novecentos e noventa e sete reais e trinta e oito centavos). As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

Antônio Carlos, 05 de março de 2015.

Antônio Paulo Remor

Prefeito Municipal

### PORTARIA N 238/2015

PORTARIA Nº 238/2015.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, CEZAR NILO HOFFMANN, para o cargo efetivo de AUXILIAR CONTABIL FINANCEIRO III, a partir de 16 de abril de 2015, para atuar na Secretaria de Administração e Finanças, passando a fazer parte do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 15 de abril de 2015.

### PORTARIA N 239/2015

PORTARIA Nº 239/2015.

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, VIVIANE MARTINS WEBER, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 15 de abril de 2015 a 18 de dezembro de 2015, para atuar no NEM Pe. ALFREDO JUNKES.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 15 de abril de 2015.

**PORTARIA N 240/2015**

PORTARIA Nº 240/2015.

Admite ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, LUIZ CARLOS CRISTOVAO, para o cargo de MOTORISTA, a partir de 15 de abril de 2015 a 15 de abril de 2016, para atuar na Secretaria de Saúde e Assistência Social, em substituição ao titular EDUARDO PRIM HOFFMANN, de Licença sem Vencimento.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 15 de abril de 2015.

**PORTARIA N 241/2015**

PORTARIA Nº 241/2015.

Concede Insalubridade a ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor LUIZ CARLOS CRISTOVAO, ocupante cargo temporário de MOTORISTA, a partir de 15 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 15 de abril de 2015.

**PORTARIA N 243/2015**

PORTARIA Nº 243/2015.

Concede Insalubridade a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 558/92,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor DIEGO BARRETO BORGES, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 17 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 15 de abril de 2015.

**PORTARIA N 244/2015**

PORTARIA Nº 244/2015.

Concede Adicional de Titulação.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a lei nº 1058/2005, de 20 de dezembro de 2005,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL DE TITULAÇÃO ao servidor DIEGO BARRETO BORGES, ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 17 de abril de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 15 de abril de 2015.

**PORTARIAQ N 242/2015**

PORTARIA Nº 242/2015.

Nomeia servidor para cargo efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Edital do Concurso Público nº 001/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Nomear, DIEGO BARRETO BORGES para o cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, a partir de 17 de abril de 2015, para atuar na Secretaria de Saúde e Assistência Social, passando a fazer parte integrante do Quadro de pessoal da Prefeitura de Antonio Carlos.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 14 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 15 de abril de 2015.



## Balneário Rincão

### SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

#### PORTARIA 048/15

PORTARIA Nº 048/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 006/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

#### RESOLVE:

Art.1º Exonerar, o funcionário NATALINO BERTO DA SILVA, brasileiro, CPF nº 071.428.599-46, do cargo de gari ou coletor de lixo.  
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 02 de Abril de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR  
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 02 de Abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI  
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

#### PORTARIA 049/15

PORTARIA Nº 049/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 006/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

#### RESOLVE:

Art.1º Exonerar, o funcionário EVILASIO DE SOUZA CARDOSO, brasileiro, CPF nº 999.161.859-72, do cargo de gari ou coletor de lixo.  
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 02 de Abril de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR  
DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 02 de Abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI  
DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

## Barra Velha

### PREFEITURA

#### 12º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO – 01/2012

12º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO - 01/2012  
1ª fase e 2ª fase - Comprovação de Requisitos e Exames Médicos

O MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, após a verificação de regularidade pela Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Concurso Público e pela Secretaria de Administração e Finanças, a 12ª convocação para comprovação dos requisitos e Exames Médicos da 1ª e 2ª fase, do Concurso Público, conforme item 9.2, do Edital nº. 01/2012, para os seguintes cargos:

**\*\* candidatos que deverão apresentar somente exames médicos**

PREFEITURA  
Nível Superior  
Enfermeiro  
Assistente Social  
Contador  
Jornalista

Nível Médio Técnico  
Técnico de Enfermagem

Nível Médio  
Fiscal Sanitarista

EDUCAÇÃO  
Nível Superior na Área da Saúde - Equipe Multidisciplinar  
Terapeuta Ocupacional  
Psicólogo

#### 1. DA HABILITAÇÃO

1.1 Se submeterão à Comprovação de Requisitos, os candidatos relacionados no item 6.1, que deverão apresentar os seguintes documentos:

- Cópia autenticada em cartório da Carteira de Identidade;
- Cópia autenticada em cartório do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos) ou Cópia Autenticada do Título de Eleitor, acompanhada de Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral - TSE;
- Cópia do Cadastro de Pessoa Física ou Comprovante de Inscrição no CPF, emitido pela Receita Federal do Brasil;
- Cópia autenticada em cartório do Certificado de Reservista, ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino);
- Cópia autenticada em cartório ou original da Certidão de Nascimento ou Casamento atualizada (conforme o caso), com menos de 90 (noventa) dias;
- Cópia do Cartão de Cadastramento do PIS/PASEP (se tiver);
- Exibição da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Duas fotografias tamanho 3x4 recente, colorida;
- Fotocópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo/categoria profissional/especialidade, conforme discriminado no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em [www.consulplan.net](http://www.consulplan.net)), e respectivo registro no conselho de classe, quando exigido;
- Exibição do original de Diploma ou Certificado de Conclusão

do curso correspondente à escolaridade exigida, bem como documentos comprobatórios da experiência profissional, conforme o caso, de acordo com o especificado no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em [www.consulplan.net](http://www.consulplan.net));

k) Declaração de horário de trabalho, se possuir outro vínculo empregatício, para demonstração de compatibilidade com o horário disponível e de interesse do Órgão Público;

l) Certidões de antecedentes criminais, da justiça comum estadual e da justiça federal, da circunscrição onde reside o candidato e da circunscrição do Estado de Santa Catarina (caso o candidato não resida em Santa Catarina);

m) declaração de não acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios ou de acumulação lícita, nos termos do inciso XVII, art. 37 da CRFB/88.

n) Para os cargos de motorista, cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação, comprobatória da categoria de habilitação exigida no Edital do Concurso Público 001/2012 (disponível em [www.consulplan.net](http://www.consulplan.net));

1.2 A Comprovação de Requisitos tem caráter eliminatório, devendo os candidatos apresentarem todos os documentos acima relacionados na data e local determinados no presente Edital, sob pena de eliminação.

## 2. DOS EXAMES MÉDICOS

2.1 Todos os candidatos devem apresentar, junto ao Exame-médico Pré-Admissional, emitido por Médico do Trabalho, com a informação de "apto", os seguintes exames (com prazo máximo de 60 dias):

- hemograma completo,
- contagem de plaquetas,
- parcial de urina,
- creatinina,
- uréia,
- sorologia para lues,
- glicemia de jejum,
- exame radiológico do tórax 2 posições - P + PA,
- esquema anti-tetânico em dia ou iniciado na ocasião;
- vacina anti-rubéola.

2.1.1 Para candidatas do sexo feminino deverá ser acrescido Exame Ginecológico (realizado no prazo máximo de 12 meses) ou comprovante em andamento (coleta e resultado).

2.1.2 Para candidatos do sexo masculino, com mais de 40 (quarenta) anos, deverá ser acrescido o Preventivo Prostático (realizado no prazo máximo de 12 meses).

2.2 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 35 anos, deverá ser acrescidos eletrocardiograma com laudo médico (com prazo máximo de 30 dias).

2.3 Para candidatos, de ambos os sexos, com mais de 40 anos, deverá ser acrescidos Colesterol Total e Triglicerídeos (com prazo máximo de 30 dias).

2.4 Não serão aceitos resultados de exames emitidos pela internet sem assinatura digitalizada, fotocopiados ou por fax. Na inspeção médica poderão ser exigidos exames e testes complementares considerados necessários para sua conclusão.

Deverão os candidatos, ainda, apresentar:

3. Declaração de bens, com indicação das fontes de renda ou cópia da Declaração do IRPF, relativa ao último exercício (2014);

4. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública,

penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos termos do ANEXO VI, inciso II, item 7, da Instrução Normativa nº TC-11/2011;

## 5. DO LOCAL E DATA DE APRESENTAÇÃO

Os candidatos relacionados no item 6.1, deverão se apresentar entre os dias 21 e 22 de maio de 2015, no horário das 14H às 17H, na Secretaria de Administração e Finanças, sito a Av. Gov. Celso Ramos, n. 200, Centro, Barra Velha - SC, munido de todos os documentos relacionados nos itens 1 e 2, conforme a programação abaixo estabelecida:

## 6. DOS CANDIDATOS CONVOCADOS

6.1 Ficam convocados para a Comprovação de Requisitos acima elencados, os candidatos a seguir relacionados:

DIAS 21 e 22 DE MAIO DE 2015, DAS 14H ÀS 17H

### PREFEITURA

Nível Superior

Enfermeiro

11º Tadeu Vitoldo Redo

12º Glaucia Mayra Soar

13º Francine Renata Stoeberl Lenz Vichinheski

14º Eli Ana Da Silva Sabel

15º Regina Dos Santos Busarello Monteiro

16º Luciane Mitiko Nishioka

Assistente Social

7º Mariane Sauer

Contador

5º Raphael Alves

Jornalista

2º Georgia Almansa Carvalho

Nível Médio Técnico

Técnico de Enfermagem

\*\* Sheron Ritiane Borges

\*\* Ingrid Reimer

\*\* Evellyn Barbara Souza de Moraes

\*\* Leonardo Silva de Souza

\*\* Larissa Talita Venâncio

\*\* Monica Strutz

\*\* Elisier Josiani Puhl Machado

\*\* Adelia Aparecida Bunhak

Nível Médio

Fiscal Sanitarista

5º Claudio José Gonçalves

### EDUCAÇÃO

Nível Superior na Área da Saúde

Equipe Multidisciplinar - Terapeuta Ocupacional

3º Julio Cesar Da Silva

Nível Superior - Equipe Multidisciplinar

Psicólogo

7º Tony Ely De Oliveira Cunha

## 7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 Os candidatos convocados para esta fase deverão comparecer no local indicado munidos de todos os documentos listados nos itens 1 e 2. Não serão recebidos os documentos de forma parcial

dentro do prazo de convocação deste Edital.

7.2 O Resultado Preliminar, desta fase do Concurso Público, será publicado no site [www.barravelha.sc.gov.br](http://www.barravelha.sc.gov.br) e DOM - Diário Oficial dos Municípios - [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

7.3. Caberá recurso do Resultado Preliminar, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado, mencionado no subitem anterior.

7.4. Permanecem inalteradas as demais disposições estabelecidas no Edital nº. 01/2012, que normatiza o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Barra Velha/SC.

7.5 Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital e legislação vigente serão resolvidos pela Comissão Especial do Concurso Público constituída para este fim, assessorados pela Consulplan.

7.6 A presente convocação poderá ser atendida, por procurador munido de Procuração Pública, específica para o seguinte ato: - apresentar documentos que comprovem os requisitos exigidos pelo Município de Barra Velha, na 1º e 2ª fase, do Concurso Público previsto no Edital 01/2012, com poderes específicos para tomar ciência da eliminação do concurso público.

7.7 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 13 de abril de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

ANA CAROLINA LUCENA CRAVO GOMES  
Secretária Mun. Adm. e Finanças

### **LEI Nº 1436, DE 09 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 1436, DE 09 DE ABRIL DE 2015

"Denomina de Rua ALVIN BARTEL, a Rua 1056 (Código 248), localizada em Pedras Brancas, Bairro Itajuba, neste Município."

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso III, da Lei Orgânica do Município, e, em atendimento ao Projeto de Lei de iniciativa do Poder Legislativo Municipal;

FAZ SABER que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA ALVIN BARTEL, a Rua 1056 (código 248), localizada EM Pedras Brancas, no Bairro Itajuba, neste Município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 09 de abril de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO  
Prefeito

### **LEI Nº 1435, DE 09 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 1435, DE 09 DE ABRIL DE 2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER REPOSIÇÃO SALARIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal votou e aprovou, e é sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a concederem reposição salarial aos servidores da Administração Direta e Indireta, Autarquias e Fundações Públicas, ativos e inativos, no percentual de 6,22%, relativa à inflação verificada no exercício de 2014.

Parágrafo Único - a reposição de que trata a caput deste artigo será calculada sobre a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, bem como sobre os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória.

Art. 2º A reposição de que trata esta Lei será concedida em 02 (duas) parcelas, correspondentes a 3,06% a vigorar em 1º de maio, 3,06 % a vigorar em 1º de agosto de 2015.

Art. 3º Aos professores da Rede Municipal de Ensino, cuja remuneração para a jornada de 40 horas, aplicado o reajuste de que trata esta Lei, não alcancarem o valor mínimo fixado pela Legislação Federal, é garantida a percepção do Piso Nacional, no valor de R\$ 1.917,78 (mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de março de 2015.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha-SC, 09 de abril de 2015.  
Claudemir Matias Francisco  
Prefeito

### **LEI Nº 1437 - DE 10 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 1437 - DE 10 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL PARA ATENDER DOTAÇÕES CONSTANTES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e é sancionada a seguinte Lei:

Art.1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.261.580,32 (Três milhões duzentos e sessenta e um mil quinhentos e oitenta reais e trinta e dois centavos), destinados a reforçar a seguinte dotação orçamentária:

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração  
Funcional: 0006.0181.0006  
Projeto/Atividade: 2.040 - Manutenção das Atividades do Convênio de Trânsito - PMBV  
Fonte de Recursos: 0.1.1200.0 - Convênio de trânsito - Prefeitura  
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/194 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 26.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração  
Funcional: 0006.0181.0006  
Projeto/Atividade: 2.042 - Manutenção das Atividades do Convênio



de Trânsito - Polícia Militar  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 36.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0365.0210  
 Projeto/Atividade: 1.015 - Construção de CEI's  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (303) - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 375.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0365.0210  
 Projeto/Atividade: 1.016 - Reforma e Ampliação de CEI's  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (269) - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 421.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0361.0210  
 Projeto/Atividade: 1.049 - Construção da Quadra Coberta  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (278) - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 35.500,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0367.0008  
 Projeto/Atividade: 2.094 - Manutenção das Atividades da Educação Especial  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (300) - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 14.800,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Obras e Serviços Públicos  
 Funcional: 15.0451.0009  
 Projeto/Atividade: 1.003 - Pavimentação/Urbanização de Vias Públicas  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (298) - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 500.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 13 - Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Agricultura  
 Funcional: 0020.0601.0213  
 Projeto/Atividade: 1.025 - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas

Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (372) - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 10.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Funcional: 0004.0813.0017  
 Projeto/Atividade: 2.084 - Manutenção das Atividades do FUMTEC  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 (14) - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 18.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha  
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 Funcional: 0010.0301.0205  
 Projeto/Atividade: 1.027 - Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde  
 Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00/113 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 20.000,00  
 Fonte de Recursos: 0.1.3800.0 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 1.145.600,00  
 Fonte de Recursos: 0.3.3800.0 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 305.880,32

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha  
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional: 0010.0301.0021  
 Atividade: 2.075 - Piso da Atenção Básica Variável - PACS  
 Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/125 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 98.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha  
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional: 0010.0301.0021  
 Atividade: 2.077 - Piso da Atenção Básica Variável - PSF  
 Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00/111 - Aplicações Diretas .....  
 ..... R\$ 200.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha  
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional: 0010.0301.0021  
 Atividade: 2.078 - Manutenção do Consórcio de Saúde  
 Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde  
 Elemento: 3.1.71.00.00.00.00.00/86-Transferências à Consórcios Públicos ..... R\$ 1.700,00  
 Elemento: 3.3.93.00.00.00.00.00/121 - Aplicação Direta decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em Consórcio Público do qual o Ente Participe ..... R\$ 24.100,00

Entidade: Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUMREBOM  
 Órgão: 22 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUMREBOM  
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militar - FUMREBOM  
 Funcional: 0006.0182.0022  
 Atividade: 2.083 - Manutenção das Atividades do FUMREBOM  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/163 - Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

Art.2º Fica, nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64 aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 1.688.732,60 (Um milhão seiscentos e oitenta e oito mil setecentos e trinta e dois reais e sessenta centavos) destinados a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Entidade: Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha  
 Órgão: 1 - Câmara de Vereadores  
 Unidade Orçamentária: 1 - Câmara de Vereadores  
 Funcional: 0001.0031.0001  
 Projeto/Atividade: 2.001 - Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.3.50.00.00.00.00/Transf. Instituições Priv sem fins lucrativos....R\$ 6.732,60

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração  
 Funcional: 0004.0122.0006  
 Projeto/Atividade: 2.010 - Manutenção do Departamento de Administração  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.3.93.00.00.00.00/00 - Aplicações Diretas Dec. Operação c/Consórcio ..... R\$ .....17.000,00  
 Fonte de Recursos: 0.1.0500.0 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS  
 Elemento: 3.3.91.00.00.00.00/00 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social ..... R\$ 600.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
 Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças  
 Funcional: 0004.0843.0006  
 Projeto/Atividade: 0.001 - Pagamento da Dívida Pública Municipal  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.2.91.00.00.00.00/00 - Aplicações Diretas-Oper. Intra-Orçamentária R\$ .....185.000,00  
 Elemento: 4.6.90.00.00.00.00/00 - Aplicações Diretas ..... R\$ .....240.000,00  
 Elemento: 4.6.91.00.00.00.00/00 - Aplicações Diretas-Oper. Intra-Orçamentária R\$ .....540.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha  
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde  
 Funcional: 0010.0301.0021  
 Atividade: 2.088 - Programa de Melhoria e da Qualidade da

Atenção Básica - PMAQ  
 Fonte de Recursos: 0.1.3810.0 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art.3º Os recursos necessários para atendimento dos presentes créditos suplementares correrão por conta:

I - Superávit financeiro do exercício anterior, oriundo dos programas/ações conforme segue:

a) Ministério da Saúde e - Fundo Nacional da Saúde - Bloco Investimentos - Ampliação do Âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde ..... R\$ 305.880,32

II - Provável excesso de arrecadação a ocorrer no presente exercício, consoante no disposto no inciso II do parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4320 de 17/03/1964, conforme segue:

a) Ministério da Saúde - Fundo Nacional da Saúde - Bloco Investimentos - Ampliação do Âmbito do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (80% - saldo) ..... R\$ 1.145.600,00

b) Repasse financeiro do Município ao FUMREBOM ..... R\$ 30.000,00

III - da anulação parcial/total das dotações abaixo:

Entidade: Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha  
 Órgão: 1 - Câmara de Vereadores  
 Unidade Orçamentária: 1 - Câmara de Vereadores  
 Funcional: 0001.0031.0001  
 Projeto/Atividade: 2.001 - Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/4 - Aplicações Diretas ..... R\$ 6.732,60

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração  
 Funcional: 0004.0122.0006  
 Projeto/Atividade: 2.010 - Manutenção do Departamento de Administração  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.1.71.00.00.00.00/302 - Transferências à Consórcios Públicos ..... R\$ .....4.500,00  
 Elemento: 3.3.71.00.00.00.00/312 - Transferências à Consórcios Públicos ..... R\$ .....11.500,00  
 Elemento: 4.4.71.00.00.00.00/220 - Transferências à Consórcios Públicos ..... R\$ .....500,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração  
 Funcional: 0006.0181.0006  
 Projeto/Atividade: 2.040 - Manutenção das Atividades do Convênio de Trânsito - PMBV  
 Fonte de Recursos: 0.1.1200.0 - Convênio de trânsito - Prefeitura  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/381 - Aplicações Diretas ..... R\$ 26.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Administração  
 Funcional: 0006.0181.0006  
 Projeto/Atividade: 2.042 - Manutenção das Atividades do Convênio de Trânsito - Polícia Militar  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/305 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 36.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 6 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SE-MAF  
 Unidade Orçamentária: 03 - Departamento de Finanças  
 Funcional: 0004.0843.0006  
 Projeto/Atividade: 0.001 - Pagamento da Dívida Pública Municipal  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.2.90.00.00.00.00/273 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 80.000,00  
 Elemento: 4.5.90.00.00.00.00/355 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 600.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0361.0210  
 Projeto/Atividade: 1.012 - Implantação de Sala Digital  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/393 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 399.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0361.0210  
 Projeto/Atividade: 1.050 - Construção da Garagem da Secretaria de Educação  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/342 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 250.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 8 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos - SEMEC  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Educação  
 Funcional: 0012.0361.0210  
 Projeto/Atividade: 1.051 - Aquisição de Imóvel/terreno - Ensino Fundamental  
 Fonte de Recursos: 0.1.0100.0 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/199 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 197.300,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Obras e Serviços Públicos  
 Funcional: 0015.0451.0212  
 Projeto/Atividade: 1.017 - Aquisição de Caminhões e Maquinários  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/309 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 200.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Obras e Serviços Públicos  
 Funcional: 0017.0451.0212  
 Projeto/Atividade: 1.046 - Desassoreamento da Lagoa  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/257 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 600.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Obras e Serviços Públicos  
 Funcional: 0015.0451.0212  
 Projeto/Atividade: 1.047 - Revitalização da Praia Central  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/258 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 100.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 9 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Obras e Serviços Públicos  
 Funcional: 0015.0452.0009  
 Projeto/Atividade: 2.038 - Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/177 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 355.500,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 11 - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Regional de Itajuba - SEDRI  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Desenvolvimento Regional de Itajuba  
 Funcional: 0015.0451.0212  
 Projeto/Atividade: 1.023 - Fixação da Barrinha de Itajuba  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/390 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 150.000,00

Entidade: Prefeitura Municipal de Barra Velha  
 Órgão: 13 - Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Pesca - SEMAP  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Agricultura  
 Funcional: 0020.0601.0213  
 Projeto/Atividade: 2.098 - Porteira a Dentro  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/275 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 10.000,00

Entidade: Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Órgão: 17 - Fundação Municipal de Turismo, Esportes e Cultura - FUMTEC  
 Unidade Orçamentária: 02 - Departamento de Turismo - FUMTEC  
 Funcional: 0028.0846.0017  
 Projeto/Atividade: 2.054 - Manutenção das Atividades do Turismo  
 Fonte de Recursos: 0.1.0000.0 - Recursos Ordinários  
 Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/20 - Aplicações Diretas  
 ..... R\$ 18.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha  
 Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS  
 Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 0010.0301.0209

Projeto/Atividade: 1.036 - Aquisição de Veículos

Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/127 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 100.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha

Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 0010.0301.0021

Atividade: 2.078 - Manutenção do Consórcio de Saúde

Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Elemento: 3.3.71.00.00.00.00/147 - Transferências à Consórcios Públicos .R\$ 7.000,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha

Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 0010.0301.0021

Projeto/Atividade: 2.079 - Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Fonte de Recursos: 0.1.0200.0 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00/124 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 198.000,00

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/100 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 18.800,00

Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Barra Velha

Órgão: 21 - Fundo Municipal de Saúde - FMS

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 0010.0301.0021

Atividade: 2.088 - Programa de Melhoria e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ

Fonte de Recursos: 0.1.381000.0 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/131 - Aplicações Diretas  
..... R\$ 100.000,00

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 10 de abril de 2015.

Claudemir Matias Francisco

Prefeito

## LEI Nº 1438 - DE 10 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 1438 - DE 10 DE ABRIL DE 2015

Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção à entidade assistencial e filantrópica do Município na forma que especifica, abre Crédito Adicional Especial por conta da redução parcial de dotação orçamentária, e dá outras providências.

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder concessão e pagamento de subvenções sociais às entidades assistenciais e filantrópicas do Município, na seguinte conformidade:

ENTIDADE	INSCRIÇÃO NO CNPJ	VALOR MENSAL
Associação Moradores Bairro São Cristóvão	83.800.383/0001-00	RR\$ 29.985,00

Art. 2º Os recursos de que tratam o artigo anterior serão repassados em 03 (três) parcelas, mediante as condições estabelecidas em projeto aprovado pelo CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Barra Velha, nos termos da Resolução nº 006/2014, de 13 de outubro de 2014, parte integrante desta Lei, e ainda mediante as seguintes condições:

I - prestar contas dos recursos recebidos em até 10 (dez) dias do prazo final de aplicação;

II - O não cumprimento ao prazo estabelecido no inciso anterior, implicará na suspensão do repasse subsequente, até que se regularize a situação;

Art. 3º São requisitos para a assinatura do respectivo convênio, a apresentação dos seguintes documentos:

- Ofício do Presidente da Entidade ao Chefe do Poder Executivo, identificando o valor e a finalidade do repasse financeiro;
- Cópia do estatuto registrado no cartório competente e suas alterações;
- Certidão do registro e arquivamento dos atos constitutivos no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas;
- Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do corrente exercício da entidade;
- Comprovante de endereço da entidade (conta de água, de telefone ou de luz, ou contrato de locação);
- Prova de funcionamento regular da entidade, firmada por uma das seguintes autoridades com exercício no município: Prefeito Municipal, Presidente da Câmara Municipal, Juiz de Direito, Promotor Público ou Delegado de Polícia;
- Cópias da Atas de posse da atual Diretoria e do Conselho Fiscal;
- Comprovante de endereço do Presidente (conta de água, de telefone ou de luz, em nome do Presidente da entidade);
- Cópia do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF e da Carteira de Identidade do Presidente, do Diretor Financeiro/Tesoureiro e do Presidente do Conselho Fiscal da entidade;
- Declaração de Responsabilidade pela correta aplicação dos recursos recebidos;
- Comprovações de Regularidade da entidade junto aos órgãos e entidades da Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal);

Art. 4º Fica expressamente vedada a redistribuição dos recursos financeiros repassados a título de subvenção.

Art. 5º Para a execução das despesas previstas na presente Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, no uso de suas atribuições legais, consoante preconiza o Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 29.985,00 (vinte e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais) destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMCA  
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMCA

Funcional: 0008.0243.0019

Projeto/Atividade: 2.058 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00/412 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos



Valor: R\$ 29.985,00

Art. 6º O recurso necessário para atendimento do presente crédito suplementar correrá por conta da anulação parcial da dotação abaixo:

Órgão: 19 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMCA  
Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente - FMCA

Funcional: 0008.0243.0019

Projeto/Atividade: 2.058 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Fonte de Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00/83 - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 14.992,50

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00/84 - Aplicações Diretas

Valor: R\$ 14.992,50

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Barra Velha/SC, 10 de abril de 2015.

Claudemir Matias Francisco

Prefeito

## **LEI Nº 1434 - DE 09 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 1434 - DE 09 DE ABRIL DE 2015

INSTITUI A NOVA MARCA E IDENTIDADE VISUAL OFICIAL E PROMOCIONAL DO MUNICÍPIO DE BARRA VELHA

O PREFEITO DE BARRA VELHA, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei,

### **CAPÍTULO I**

#### **MARCA E IDENTIDADE VISUAL OFICIAL DE BARRA VELHA**

Art. 1º A Marca e Identidade Visual Oficial de Barra Velha têm o propósito de representar a Cidade através de elementos que tenham relação íntima com o seu perfil institucional, com sua tradição, com seu espaço urbano e suas vocações.

Parágrafo único - A Marca e identidade Visual Oficial de Barra Velha sintetiza e interpreta de forma contemporânea o Brasão, oficializado pela Lei nº 42, de 17 de maio de 1972, guardando todo o acervo institucional e cultural nele contido.

Art. 2º A Marca e Identidade Visual Oficial de Barra Velha, detalhada no Anexo I desta Lei, é composta pelos seguintes elementos:

I - Brasão oficial;

II - A cor Azul em sua maioria juntamente com a cor Branca remetem a bandeira do município;

III - Estreita no início e com uma curva crescente na parte de cima, e com a faixa da cor branca transpassando o azul de cima para baixo representam o crescimento do Município ao longo dos anos, sempre fundados em suas tradições e princípios;

IV - A Frase "Prefeitura de Barra Velha", expressa a composição política e o órgão gestor;

V - Linha na vertical na cor Azul marinho com o nome do órgão disposto ao lado na fonte Raspoutine Medium;

VI - O nome do órgão não pode ultrapassar o tamanho da Marca Oficial.

Art. 3º A Marca e identidade Visual Oficial de Barra Velha deverá ser utilizada como marca oficial para todas as entes da administração

direta e indireta do município,

Art. 4º A Marca e Identidade Visual Oficial de Barra Velha poderá ser vinculada em peças de divulgação produzidas por terceiros quando as mesmas versarem sobre ações, programas ou eventos promovidos em parceria, devidamente formalizados.

Art. 5º É vedado o uso da Marca e identidade visual Oficial em peças de divulgação produzidas por entidades que não mantenham qualquer tipo de parceria com a Prefeitura.

### **CAPÍTULO II**

#### **MARCA E IDENTIDADE VISUAL PROMOCIONAL DE BARRA VELHA**

Art. 6º A Marca e Identidade Visual Promocional de Barra Velha tem o propósito de representar e promover a Cidade através de elementos que retratem sensações, sabores, e transmitam a mensagem publicitária do município.

Art. 7º A Marca e Identidade Visual Promocional de Barra Velha, detalhada no Anexo II desta Lei, é composta pelos seguintes elementos:

I - Figura representando um cata-vento/engrenagem que será usado inteiramente, sendo ficando vedada a fracionamento da mesma;

II - Em sua primeira parte, o primeiro elemento em vermelho e verde forma uma linha da vida, simbolizando a colonização e a cultura do município que tem raízes provenientes da ilha de açores em Portugal;

III - Seu segundo elemento representado pela figura do peixe na cor azul, representa o mar e todos os benefícios que ele oferece a cidade;

IV - Seu terceiro elemento representado pela canoa nas cores azul e amarelo, representa toda a riqueza provinda do mar e a nossa potencialidade de buscar estes recursos;

V - O quarto elemento é a frase "CONHEÇA BARRA VELHA SANTA CATARINA" inscrita na fonte raspoutine demibold, na cor azul marinho. Representa a idéia de toda a Marca e Identidade Visual e o convite para que todos conheçam os sabores, sensações, atrativos e emoções que a cidade proporciona;

VI - O quinto elemento é a marcação por forma arredondada nas cores verde amarelo e azul, em toda letra "a" da frase, simbolizando o Amor pela cidade e por todas as suas particularidades;

VII - O sexto elemento é a forma azul, em cima das 3 últimas letras da palavra "VELHA", formando uma onda, representado as possibilidades de ações ao ar livre, e o contato com a natureza;

VIII - A Marca e Identidade Visual Promocional de Barra Velha ainda é complementada pelo frase "PORQUE AQUI A VIDA É MAIS..." ressaltando a idéia da marca e identidade visual;

Art. 8º A Marca e Identidade Visual Promocional de Barra Velha ainda conta com elementos de padronagem (pattern) detalhados no anexo III representado por 5 peixes nas cores verde, azul, branco, vermelho e amarelo, podendo ser exibidos em um fundo azul.

Art. 9º A Marca e Identidade Visual Promocional de Barra Velha poderá ser vinculada em peças de divulgação produzidas por terceiros quando as mesmas versarem sobre ações, programas ou eventos promovidos em parceria, devidamente formalizados.

Art. 10 É vedado o uso da logomarca promocional ou identidade visual em peças de divulgação produzidas por entidades que não mantenham qualquer tipo de parceria com a Prefeitura.

CAPÍTULO III  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Barra Velha, 09 de Abril de 2015.  
CLAUDEMIR MATIAS FRANSISCO  
Prefeito

## Bela Vista do Toldo

### PREFEITURA

#### DECRETO 245/2015

DECRETO N.º 245/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015  
"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NA FORMA QUE MENCIONA".

GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência que lhe confere o Art. 67, inciso IV da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado PONTO FACULTATIVO nas repartições públicas municipais nos dias 17 de abril de 2015, sexta-feira e 20 de abril de 2015, segunda-feira.

Art. 2º. Ficam ressalvados das disposições do art. 1º os serviços emergenciais e essenciais, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento determinado pelos titulares das respectivas Secretarias.

Parágrafo único: Os servidores que exercerem suas atividades no dia declarado "ponto facultativo", terão direito à folga correspondente ao período trabalhado.

Art. 3º. As atividades da Administração Pública Municipal retornarão ao seu horário normal de expediente, no dia 22 de abril as 08h00min.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 14 de abril de 2015.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

MÁRIO CESAR CORRÊA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Biguaçu

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 20/2015 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N° 20/2015 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE COPA E COZINHA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 16/04/2015, às 13h59min do dia 04/05/2015;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 04/05/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (04/05/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (04/05/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 16/04/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com)

Biguaçu, SC, 14 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros  
Secretário de Saúde





**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**



SOMA											
TOTAL GERAL											
Biguaçu, 31 de março de 2015											
RAMON WOLLINGER											
Prefeito Municipal											
PRISCILA RAIMUNDO PINHEIRO											
Contadora – CRC/SC 028726/O-6											

**DECRETO Nº 053/2015**

DECRETO Nº 053/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2015.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3514/2014 - LDO,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 2.134.900,00 (Dois milhões cento e trinta e quatro mil e novecentos reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 1º Bimestre de 2015 em anexo a este decreto:

**1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA****FONTE 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários - R\$ 914.400,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.04.122.0002.1002	Construção do Centro Admin. Municipal	200.000,00
4.4.90.00	Investimentos	200.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.13.391.0005.1012	Reestruturação do Mercado Público	25.000,00
4.4.90.00	Investimentos	25.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.15.451.0009.1044	Revitalização de Praças	50.000,00
4.4.90.00	Investimentos	50.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.14.453.0009.1051	Construção ou Ampl. de Abrigos de Passag.	250.000,00
4.4.90.00	Investimentos	250.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.812.0005.1015	Construção de Equipamentos Esportivos	300.000,00
4.4.90.00	Investimentos	300.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.812.0005.1017	Construção do Centro de Artes Marciais	89.400,00
4.4.90.00	Investimentos	89.400,00

**FONTE 0.1.01.000000 - Recursos de Impostos p/ MDEB - R\$ 14.800,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.1005	Ampliação da Rede Física do Ensino Fund.	14.800,00
4.4.90.00	Investimentos	14.800,00

**FONTE 0.1.12.000000 - Transferência DE Recursos do FUNDEB - R\$ 522.700,00**

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.306.0003.2027	Remun. Prof. Magistério em Efetivo exercício	522.700,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociaisd	522.700,00

FONTE 0.1.13.000000 -Transf. De Recursos do FUNDEB - R\$ 17.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	17.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	17.900,00

FONTE 0.1.16.000000 -Multas Previstas da Legisl. Transito Pol. Civil - R\$ 16.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	16.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00

FONTE 0.1.17.000000 -Multas Previstas da Legisl. Transito Pol. Militar - R\$ 16.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	16.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00

FONTE 0.1.18.000000 -Multas Previstas da Legisl. Transito Prefeitura - R\$ 22.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	22.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	22.000,00

FONTE 0.1.19.000000 -Melhoria do Sistema Viário - R\$ 9.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0901.15.452.0009.2087	Manutenção dos serv. de Educação do Trans	9.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	9.000,00

FONTE 0.1.37.000061 - Piso de Alta Complexidade - R\$ 20.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	20.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00

FONTE 0.1.37.000066 - IGD Bolsa Família - R\$ 800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	800,00

FONTE 0.1.37.000072 - Piso de Transição de Média Complexidade R\$ 2.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Piso especial de Média Complexidade	2.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00

FONTE 0.1.37.000198 - Acessuas - R\$ 16.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2061	Gestão de Política de Assistência Social	16.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	16.800,00

FONTE 0.1.37.000209 - Serv. Conv. Fortal. Vinculos - R\$ 18.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2055	Serv. De Conviv. E Fortalecimento de Vinc.	18.400,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	18.400,00

FONTE 0.1.37.000211 - Piso Fixo de Media Complexidade - PAEFI - R\$ 16.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Media Complexidade	16.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00

FONTE 0.1.37.000212 - Piso Fixo de Media Complexidade - MSE - R\$ 4.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial de Media Complexidade	4.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00

FONTE 0.1.38.000156 - Co-Financiamento - R\$ 16.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	16.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00

FONTE 0.1.38.000175 - Co-Finan. Proteção de Media Complexidade - R\$ 12.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	12.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	12.000,00

FONTE 0.1.38.000200 - Benefícios Eventuais - R\$ 2.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2063	Benefícios Eventuais	2.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00

FONTE 0.1.38.000210 - Co-Financ. Proteção Social Básica - R\$ 4.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	4.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00

FONTE 0.1.81.000002 - MDE - Salário Educação - R\$ 1.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2018	Manutenção do ensino Fundamental	1.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.700,00

## 2. UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.1.02.000000 - Recursos de Impostos p/ ASPS - R\$ 147.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do FMS	147.600,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	147.600,00

FONTE 0.2.20.000000 - Manutenção do FMS - R\$ 8.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2033	Manutenção do FMS	8.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	8.000,00

FONTE 0.2.28.000042 - ASPS Piso de Atenção Básica - R\$ 15.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica	15.200,00
4.4.90.00	Investimentos	15.200,00

FONTE 0.2.28.000043 - ASPS Vigilância Sanitária - R\$ 4.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	4.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00

FONTE 0.2.28.000044 - ASPS Assist. Farm. Básica - R\$ 1.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2038	Ações de Assist. Farm. Básica	1.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.900,00

FONTE 0.2.28.000046 - ASPS - ACS - R\$ 22.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2036	Ações de ACS	22.200,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	22.200,00

## FONTE 0.2.28.000047 - ASPS - SF - R\$ 5.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2035	Ações de SF	5.400,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.400,00

## FONTE 0.2.28.000048 - ASPS - SAMU - R\$ 7.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	7.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	7.000,00

## FONTE 0.2.28.000108 - Incent. Qualif. Das Ações de Dengue - R\$ 4.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.304.0004.2045	Ações de Vigilância Sanitária	4.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00

## FONTE 0.2.28.000110 - Custeio de Academias de Saúde - R\$ 6.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.305.0004.1009	Inpl. E Manut. Polos de Academia de Saúde	6.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00

## FONTE 0.2.28.000120 - ASPS - Inc. Prog. Nac. HIV/AIDS - R\$ 14.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.305.0004.2046	Ações Vig. Epid. Amb. Em Saúde	14.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	14.000,00

## FONTE 0.2.28.000179 - ASPS - PMAQ - R\$ 114.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família	114.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	114.000,00

## FONTE 0.2.28.000193 - ASPS - Programa Saúde na Escola - R\$ 8.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2035	Ações de Saúde da Família	8.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	8.000,00

## FONTE 0.2.29.000052 - ASPS - Assist. Farmacêutica Básica - R\$ 19.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2038	Ações de Assist. Farmac. Básica	19.900,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	19.900,00



## FONTE 0.2.29.000053 - ASPS - CEO - R\$ 6.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2040	CEO	6.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00

## FONTE 0.2.29.000054 - ASPS - Co-Financiamento PAB - R\$ 61.300,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica	61.300,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	61.300,00

## FONTE 0.2.29.000125 - ASPS - MAC Produção Ambulatorial Hospitalar - R\$ 15.200,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2042	Manutenção de Ações do MAC	15.200,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	15.200,00

## FONTE 0.2.30.000000 - Pref. Mun. Gov. Celso Ramos - R\$ 4.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	4.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00

## FONTE 0.2.30.000000 - Pref. Mun. Antonio Carlos- R\$ 2.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1801.10.302.0004.2041	SAMU	2.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	2.000,00

## 3. UNIDADE GESTORA FAMABI

## FONTE 0.2.36.000000 - Manutenção da FAMABI - R\$ 22.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1701.18.543.0008.2080	Mant. Do FM P/ Preserv. Proteção do MA	22.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	22.700,00

Art. 2º As fontes de recursos da Unidade Gestora Biguaçu prev que não alcançaram as metas de arrecadação não serão objeto de limitação de empenho, haja vista que o déficit apurado até o bimestre de referência poderá ser coberto pelo superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 14 de Abril de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**PORTARIA Nº 962/2015**

PORTARIA nº 962 de 20 de março de 2015

Concede Ampliação de Jornada para os Profissionais do Magistério, nos termos do art. 8, caput, da Lei nº 1252/98 e Lei nº 1075/96, para os servidores que indica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Ampliação de Jornada para os Profissionais do Magistério, nos termos do art. 8, caput, da Lei Municipal nº 1252/98, Lei Municipal nº 1075/96 e Comunicação Interna nº 117/2015, exarada pela Procuradoria Geral do Município, estabelecendo efeitos para os seguintes servidores:

Nome/Matrícula	Cargo/Jornada Atual	Cargo/Jornada Nova
Stela Maris Sperandio Silveira – 436	Professor II (Ed. Infantil) – 20hs	Professor II (Ed. Infantil) – 30hs
Carmem Lúcia Kair Siqueira – 481	Professor I (Ed. Infantil) – 20hs	Professor I (Ed. Infantil) – 30hs
Josiane Klein – 10690	Professor II (Ed. Fund.) – 20hs	Professor II (Ed. Fund.) – 40hs
Maria do Carmo Sodré – 10126	Professor II (Ed. Fund.) – 20hs	Professor II (Ed. Fund.) – 40hs
Andréia Dalpasquale – 9127	Professor III (Artes) – 30hs	Professor III (Artes) – 40hs
Maria Grady Vieira Couna-go de Moraes – 7206	Professor III (Espanhol) – 10hs	Professor III (Espanhol) – 30hs
Velani Dasi Soares – 10707	Professor III (Matemática) – 30hs	Professor III (Matemática) – 40hs
Sandro Rogério Lourenço – 8048	Professor III (Ed. Física) – 20hs	Professor III (Ed. Física) – 40hs
Mozart Gonçalves Júnior – 7304	Professor III (Ed. Física) – 10hs	Professor III (Ed. Física) – 40hs
Fabício Carcuchinski Haag – 7642	Professor III (Ed. Física) – 20hs	Professor III (Ed. Física) – 30hs

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2015.

Biguaçu, 20 de março de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

**PP 123/2015 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 123/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA PARA O EVENTO BIGUAÇU 182 ANOS, A REALIZAR-SE NA PRAÇA NEREU RAMOS E NO ESTACIONAMENTO AO LADO DA IGREJA MATRIZ, NO PERÍODO DE 14 À 17 DE MAIO DE 2015.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 29 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 29 abril, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 15 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****CONVITE 006/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

CNPJ: 73.564.064/0001-99

RUA: HERMÓGENES PRAZERES, Nº 79, CENTRO, BIGUAÇU/SC  
CEP 88.160-000

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 06/2015 (CONVITE 06/2015)

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições que lhe confere na portaria nº 073/2015, de 02 de março de 2015, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 30 de abril de 2015, com a entrega dos envelopes até às 14h00min, e abertura às 14h30min horas, também no dia 30 de abril de 2015, no endereço: Rua Hermógenes Prazeres, n. 79, Comercial Nagib Garcia, Centro - Biguaçu - SC, a reunião de recebimento e abertura dos envelopes, conforme especificado no Edital de Licitação nº 06/2015, na modalidade CONVITE, para Contratação de Empresa de Publicidade que atenda a demanda da Colenda Câmara de Vereadores de Biguaçu/SC.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da Câmara Municipal de Biguaçu, mediante a apresentação de um pen-drive ou pelo e-mail: [cmb.licitacao@yahoo.com.br](mailto:cmb.licitacao@yahoo.com.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (48) 3243-4233 - Ramal 217.

Biguaçu/SC, 14 de abril de 2015.

Salete Orlandina Cardoso  
Presidente da Câmara de Vereadores

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 012/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Extrato de Dispensa de Licitação n. 012/2015

Objeto: serviço de transmissão de vídeo, ao vivo, pela internet (streaming de vídeo), das sessões da Câmara de Vereadores de Biguaçu.

Contratante: Câmara de Vereadores de Biguaçu

Contratado: Eduardo José Borba de Amorim ME

CNPJ: 11.130.067/0001-67

Valor contratado: R\$: 1.040,00 (mil e quarenta reais), sendo R\$130,00 (cento e trinta reais) por mês.

Fundamento legal: Art. 24, inciso II da Lei 8.666/93

Vigência: 01/05/2015 a 31/12/2015.

Biguaçu/SC, 14 de abril de 2015.

Salete Orlandina Cardoso  
Presidente

# Blumenau

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO P.P. 06-2202/15; PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2207/15 E ARP Nº 2204/15 - SAMAE

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2202/2015 - Registro de preços para confecção de placas, faixas, banners e afins, conforme especificações constantes no edital, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Empresa: Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda

Item 01

Valor Total R\$ 10.920,00

Item 02

Valor Total R\$ 1.950,00

Item 03

Valor Total R\$ 8.550,00

Item 04

Valor Total R\$ 12.500,00

Item 05

Valor Total R\$ 24.000,00

Item 08

Valor Total R\$ 700,00

Item 10

Valor Total R\$ 10.400,00

Item 11

Valor Total R\$ 2.680,00

Item 12

Valor Total R\$ 12.090,00

Item 13

Valor Total R\$ 21.000,00

Item 14

Valor Total R\$ 19.700,00

Item 15

Valor Total R\$ 10.800,00

Item 17

Valor Total R\$ 36.450,00

Item 18

Valor Total R\$ 14.500,00

Item 19

Valor Total R\$ 30.000,00

Item 20

Valor Total R\$ 30.000,00

Item 21

Valor Total R\$ 2.300,00

Item 22

Valor Total R\$ 750,00

Item 23

Valor Total R\$ 2.825,00

Empresa: Zimba e Cabral Gráfica e Editora Ltda ME

Item 06

Valor Total R\$ 1.806,00

Item 09

Valor Total R\$ 2.250,00

Item 25

Valor Total R\$ 540,00

Empresa: Digitale Serviços de Serigrafia Ltda ME

Item 07

Valor Total R\$ 1.300,00

Item 16

Valor Total R\$ 10.500,00

Item 24

Valor Total R\$ 3.200,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decretos Municipais 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 06 de Abril de 2015

Valdair José Matias - Diretor Presidente

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2207/2015 - Aquisição de Licença de Uso de Software "Infraestrutura Desing Suite 2015 Premium Edition (AutoCAD), com dois anos de subscription - SAMAE.

Empresa: VIRTUAL AUTOMAÇÃO LTDA

Item 01

Valor Total R\$ 63.800,00

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decretos Municipais 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 07 de Abril de 2015

Valdair José Matias - Diretor Presidente

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2204/2015

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de materiais gráficos, conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE

Empresa: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA

Item 01: Valor unitário R\$ 1,00 (hum real) e valor total R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Empresa: WEBERGRAFIC COMERCIO DE MATERIAIS GRÁFICOS LTDA

Item 02: Valor unitário R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) e valor total R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais).

Item 10: Valor unitário R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) e valor total R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais).

Item 11: Valor unitário R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) e valor total R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

Empresa: GRÁFICA E EDITORA MORAES LTDA EPP

Item 03: Valor unitário R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais) e valor total R\$ 590,00 (quinhentos e noventa reais).

Item 05: Valor unitário R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais) e valor total R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais).

Empresa: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA

Item 04: Valor unitário R\$ 310,00 (trezentos e dez reais) e valor total R\$ 310,00 (trezentos e dez reais)

Item 06: Valor unitário R\$ 310,00 (trezentos e dez reais) e valor total R\$ 310,00 (trezentos e dez reais)

Item 07: Valor unitário R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais) e valor total R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais)

Item 09: Valor unitário R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais) e valor total R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais)

Item 14: Valor unitário R\$ 0,28 (vinte e oito centavos de real) e valor total R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)

Item 15: Valor unitário R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) e

valor total R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Item 16: Valor unitário R\$ 12,00 (doze reais) e valor total R\$ 120,00 (cento e vinte reais).

Empresa: NORTE INDUSTRIA GRÁFICA LTDA EPP

Item 08: Valor unitário R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta mil) e valor total R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta mil)

Item 12: Valor unitário R\$ 64,00 (sessenta e quatro reais) e valor total R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)

Item 13: Valor unitário R\$ 0,033 (trinta e três milésimos de centavos de real) e valor total R\$ 990,00 (novecentos e noventa reais)

Item 17: Valor Valor total R\$ 4,70 (quatro reais e setenta centavos) e valor total R\$ 940,00 (novecentos e quarenta reais).

Empresa: BUSINESS EDITORA E PUBLICAÇÃO INFORMATIVA LTDA - EPP

Item 18: Valor unitário R\$ 0,19 (dezenove centavos de reais) e valor total R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais).

Item 19: Valor unitário R\$ 4,09 (quatro reais e nove centavos) e valor total R\$ 818,00 (oitocentos e dezoito reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, que regulamenta a modalidade pregão, Decretos Municipais 7.106/02 e 7.732/04, Lei Complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Blumenau, 23 de Março de 2015

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 29.01.044/2013 - FMAS**

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONVENIO Nº 29.01.044/2013

PAR- TES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE APAE/ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE BLUMENAU
-------------	---

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso federal, para custeio e manutenção do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade à Pessoas com Deficiência e suas Famílias, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade/PTMC, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria

VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência avençada na Cláusula Primeira do 2º Termo Aditivo do Convênio nº 29.01.044/2013, até o dia 31 de março de 2015, admitida a prestação de contas final do Convênio, até o dia 30 de abril de 2015.

DATA: 1º de março de 2015

### **EXTRATO 3º TERMO ADITIVO CONTRATO 29.01.045/2013 - FMAS**

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 29.01.045/2013

PAR- TES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ENTIDADE ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE DEFICIENTES FÍSICOS.
-------------	---

OBJETO: Constitui objeto deste CONVÊNIO o repasse financeiro, de fonte de recurso federal, para custeio e manutenção do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade a Pessoas com Deficiência e suas Famílias, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade/PTMC, e conforme Plano de Trabalho, em consonância com a I.N. 14/2012 do TCE/SC.

FUNDAMENTO LEGAL: O presente Termo Aditivo tem fundamento legal Lei nº. 8.666/93, a Resolução nº 26/2014 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e Lei Autorizativa nº. 8.035, de 08 de outubro de 2014, e demais disposições legais que regem a matéria.

VIGÊNCIA: Fica prorrogada a vigência avençada na Cláusula Primeira do 2º Termo Aditivo do Convênio nº 29.01.045/2013, até o dia 31 de março de 2015, admitida a prestação de contas final do Convênio, até o dia 30 de abril de 2015.

DATA: 1º de março de 2015

### **EDITAL VIII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Edital de Convocação

Napoleão Bernardes Neto, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições conferidas pela Lei Federal nº 8142, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), convoca os Delegados eleitos, representantes de usuários, profissionais de saúde, prestadores de serviços e governo, bem como a comunidade blumenauense em geral, para participarem da VIII Conferência Municipal de Saúde de Blumenau, marcada para os dias 29 e 30 de maio de 2015, sendo no dia 29 das 18:00 às 22:00 e no dia 30 das 08:00 até o término dos trabalhos, previsto para às 21 horas, nas dependências da Uniasselvi Teatro Michelangelo, localizado na Rua: Engenheiro Udo Deeke, 531, Salto Norte, nesta cidade, com o Tema: "Saúde Pública de Qualidade para Cuidar Bem das Pessoas: Direito do Povo Brasileiro", conforme a determinação do Ministério da Saúde, Resolução nº 500, de 12 de fevereiro de 2015.

Napoleão Bernardes Neto  
Prefeito Municipal  
Blumenau, (SC) 15 de abril de 2015.

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4701/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 4701/15 DE 14 DE ABRIL DE 2015.  
ABRE CREDITO ESPECIAL CRIAR PROJETO / ATIVIDADE, MODALIDADE DE APLICAÇÃO E SUPLEMENTA VERBA NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal em exercício de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs Leis Municipais nºs 942/14 de 15.10.2014 (LDO) e 943/14 de 15.10.2014 (LOA), Lei Municipal nº 963/2015 de 14.04.2015 e a Lei Federal nº 4.320/64:

#### DECRETA:

Art. 1º - Abre Credito Especial criando Projeto/Atividade, modalidade de aplicação e suplementar verba no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), com a inclusão de modalidade de aplicação nº 4.4.93 - Aplicação Direta Consórcio Público, fonte recursos 01.34 - Transferências de Convênios União e 01.00 - Recursos Ordinários, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, conforme identificação a seguir:

	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
	08.01 – Departamento De Obras e Serviços Urbanos	
	PROJETO: 15.451.0033.1.031	
	Implantação e Pavimentação de Passeis e Vias Publicas	
4.4.93	Aplicação Direta Consórcio Público (1437).....R\$	330.000,00
	Fonte: 01.34 – Transferências de Convênios	
4.4.93	Aplicação Direta Consórcio Público (1438).....R\$	20.000,00
	Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários	

Art. 2º - Como recursos para a abertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos do seguinte projetos abaixo e respectivo elemento da Secretaria Municipal Obra e Serviços Urbanos, no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais).

	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
	08.01 – Departamento De Obras e Serviços Urbanos	
	PROJETO: 15.451.0033.1.031	
	Implantação e Pavimentação de Passeis e Vias Publicas	
4.4.90	Aplicação Direta Consórcio Público (1114).....R\$	330.000,00

	Fonte: 01.34 – Transferências de Convênios	
	PROJETO: 15.451.0043.1.025	
	Apoio a Implantação de Indústria Comércio	
4.4.90	Aplicação Direta (1126) .....R\$	20.000,00
	Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários	

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/ conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, aos 14 de abril de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº. 4702/2015

=====

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

=====

DECRETO Nº. 4702/2015 de 14 de Abril de 2015.

Cancela o Processo Licitatório nº 0749/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica cancelado o Processo de Licitação nº 0749/2015, que tem por objeto a contratação de seguros para veículos da municipalidade no Exercício de 2015.

Art. 2º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 14/04/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal



**LEI MUNICIPAL Nº 963/2015**

LEI MUNICIPAL Nº 963/15, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO EM EXECUÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais), com a inclusão de modalidade de aplicação nº 4.4.93 - Aplicação Direta Consórcio Público, fonte de recursos 01.34 - Transferências de Convênios União e 01.00 - Recursos Ordinários, no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste:

	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
	08.01 – Departamento De Obras e Serviços Urbanos	
	PROJETO: 15.451.0033.1.031	
	Implantação e Pavimentação de Passeis e Vias Públicas	
4.4.93	Aplicação Direta Consórcio Público (1437).....R\$	330.000,00
	Fonte: 01.34 – Transferências de Convênios	
4.4.93	Aplicação Direta Consórcio Público (1438).....R\$	20.000,00
	Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários	

Art. 2º - Como recursos para a abertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo 3º da presente Lei, a ser operada mediante decreto específico, serão utilizados recursos do seguinte projetos abaixo e respectivo elemento da Secretaria Municipal Obra e Serviços Urbanos, no valor de R\$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais).

	08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
	08.01 – Departamento De Obras e Serviços Urbanos	
	PROJETO: 15.451.0033.1.031	
	Implantação e Pavimentação de Passeis e Vias Públicas	
4.4.90	Aplicação Direta Consórcio Público (1114).....R\$	330.000,00
	Fonte: 01.34 – Transferências de Convênios	
	PROJETO: 15.451.0043.1.025	
	Apoio a Implantação de Indústria Comércio	
4.4.90	Aplicação Direta (1126) .....R\$	20.000,00
	Fonte: 01.00 – Recursos Ordinários	

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro

de 2013.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor a presente Lei na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste, em 14 de abril de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

# Brunópolis

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 22/2015

DECRETO Nº 22/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO

Nilso Stédile, Prefeito Municipal de Brunópolis em exercício, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis;

#### RESOLVE

Art. 1º. Não haverá expediente no dia 20 de abril de 2015 nas repartições públicas municipais, considerando-se ponto facultativo.

Art. 2º. Os serviços essenciais, assim considerados aqueles relacionados à saúde, à vigilância de bens públicos e às tarefas administrativas que tem prazos legais específicos de execução, serão mantidos, ainda que em regime de plantão, cuja organização e escala será atribuição de cada órgão ou secretaria.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brunópolis, 13 de abril de 2015.

Nilso Stédile

Prefeito Municipal em exercício

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios.

### DECRETO Nº 23/2015

DECRETO MUNICIPAL Nº 23, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL NECESSÁRIO PARA LOTEAMENTO HABITACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

NILSO STEDILE, Prefeito Municipal de Brunópolis em exercício, Estado de Santa Catarina no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e ainda com fulcro nas disposições do Decreto Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial em favor do Município de Brunópolis - Estado de Santa Catarina, o imóvel de propriedade privada da Sra. Maria Florita Zanella, compreendido em uma área de terras, situada na comunidade de Marombas, interior do Município de Brunópolis, próximo a Escola de Educação Básica Prefeito Augusto Carlos Steffanes, objeto do registro imobiliário nº 19.372 do CRI de Campos Novos, com área de 14.132 metros quadrados, e cujas restrições administrativas são imprescindíveis para Loteamento Habitacional.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a desapropriação amigável ou judicial do imóvel sem benfeitorias (área de terras) ou de parte dele.

Art 2º. O Município de Brunópolis promoverá com recursos próprios e ou em convênio com ente Estadual, amigável ou judicialmente, a desapropriação do referido imóvel, podendo, inclusive, invocar o caráter de urgência para fins de imissão na posse do

bem, tal como determina o art.15 do Decreto Lei nº 3.365/70.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste procedimento correrão por contadas dotações do orçamento vigente.

Art. 4º. Decreta-se a formação e composição e Constituição de Comissão Especial, para proceder ao Processo de Avaliação do referido imóvel, para fins de indenização prévia nos termos da lei. Parágrafo único: A comissão de que trata o art.4º é composta pelos Servidores: PRESIDENTE: Ana Maria dos Passos Girardi; Joao Rogério de Andrade; e Cleomar de Oliveira.

Art. 5º. Dê-se ciência do teor deste decreto aos proprietários, pessoalmente ou por AR-MP.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis - SC, em 13 de abril de 2015.

NILSO STEDILE

Prefeito Municipal em exercício

JOSÉ THIERES RIBEIRO ALVES

Secretário de Administração Fazenda

Publicado no DOM

# Brusque

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 848/2015

PORTARIA Nº 848/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. GABRIELA FRITZE, matrícula nº 677000, exercendo as funções de Professor, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 07/04/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

### PORTARIA Nº 849/2015

PORTARIA Nº 849/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade, à servidora Sra. SUZANA BEATRIZ SANTI SOARES, matrícula nº 1042173 exercendo as funções de Monitor Escolar II, em caráter temporário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 120 (cento e vinte) dias, a contar de 07/04/2015.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está amparada nos termos do art. 93 e seguintes do Decreto 3048/1999 do INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 07 de abril de 2015.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício

Diretor de Recursos Humanos

### CONVÊNIO Nº 007/2015

CONVÊNIO Nº 007/2015

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E A FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE.

Pelo presente Convênio, de um lado o MUNICÍPIO DE BRUSQUE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.102.343/0001-94, com sede administrativa estabelecida na Praça das Bandeiras, nº 77, Brusque (SC), por intermédio da Secretaria de Educação do Município, doravante denominado CONVENIENTE neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO ROBERTO ECCEL e pela Secretária de Educação do Município, GLEUSA LUCI FISCHER, e a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 83.128.769/0001-17, com sede na Rua Dorval Luz, nº 123, bairro Santa Terezinha, Brusque/SC, neste ato representada por seu Presidente, Prof. GÜNTHER LOTHER PERTSCHY, portador da Carteira de Identidade nº 3.066.221-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 463.509.859-15, adiante designada simplesmente CONVENIADA, ajustam celebrar o presente Termo de Convênio, nos termos da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº 3.625/13, e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, tem por finalidade a execução do Programa de Bolsa de Estudo, instituído pela Lei Municipal nº 3.625/13, que visa a concessão de bolsas de estudo parciais para formação de profissionais na rede municipal de ensino do Município de Brusque.

A concessão pelo Conveniente, Município de Brusque, de bolsa de estudo parcial equivale ao valor de 50 % (cinquenta por cento) do valor da mensalidade do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura Plena, na modalidade presencial, ministrado pela Conveniada.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor total do presente Convênio está estimado em R\$ 74.070,00 (setenta e quatro mil e setenta reais) para o 1º Semestre Letivo de 2015, conforme as planilhas dos valores das anuidades escolares, a serem apresentadas pela Conveniada.

Parágrafo único. O presente Convênio é regido com a observância da Lei nº 9.870/99 (Lei da Mensalidade Escolar).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura e terá sua vigência até o final do primeiro semestre letivo do ano de 2015, podendo ser prorrogado a critério das partes.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

##### I - DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE:

- depositar mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês na conta corrente bancária da FEBE, o equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor total das bolsas concedidas, conforme previsto no § 1º do art. 1º da Lei nº 3.625, de 11 de julho de 2013.
- promover, através de Comissão criada na Secretaria de Educação do Município, especialmente para esse fim, a avaliação dos bolsistas.
- comunicar à FEBE toda ocorrência relativa à exoneração, demissão, aposentadoria, abandono do cargo e/ou óbito do servidor bolsista.



**II - DA FEBE:**

- a) inscrever no Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura Plena, na modalidade presencial, os candidatos aprovados no processo seletivo e relacionados pela Secretaria de Educação do Município, conforme listagem apresentada semestralmente antes do início regular de cada semestre letivo;
- b) receber os requerimentos de matrícula dos bolsistas indicados pela Prefeitura;
- c) elaborar e enviar à Secretaria de Educação do Município relatório bimestral de frequência e aproveitamento dos beneficiados pelo Programa de Bolsas de Estudo;
- d) manter o Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura Plena, na modalidade presencial, até a formação dos beneficiados pelo programa.
- e) apresentar no início de cada ano letivo as planilhas do valor total da anuidade do Curso de Graduação em Pedagogia - Licenciatura Plena, em que conste o valor real de cada parcela e o valor das bolsas de estudo previstas neste Convênio.

**CLÁUSULA QUINTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS**

A liberação dos recursos pela PREFEITURA será efetuada mensalmente, no prazo ajustado na Cláusula Quarta, por meio de depósito em conta corrente bancária específica da FEBE em 03 (três) parcelas fixas e mensais de R\$ 24.690,00 (vinte e quatro mil seiscentos e noventa reais).

**CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes das obrigações da PREFEITURA relativas ao presente exercício, no valor estimado em R\$ 74.070,00 (setenta e quatro mil e setenta reais) onerarão dotações próprias da Secretaria de Educação do Município, constantes do orçamento vigente.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA DENÚNCIA**

Este Convênio poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes mediante prévia e expressa comunicação, com antecedência de 90 (noventa) dias, a partir da qual a PREFEITURA ficará desobrigada do repasse de quaisquer recursos, bem como a FEBE ficará igualmente desobrigada da concessão de qualquer desconto e/ou abatimento em suas mensalidades escolares.

**CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A prestação de contas das parcelas dos recursos financeiros repassados por meio deste Convênio será realizada pela CONVENIADA no prazo de até 60 (sessenta) dias após o recebimento de cada parcela, de acordo com as orientações transmitidas da Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Brusque.

Parágrafo único. A não prestação de contas no prazo regular poderá ensejar a suspensão dos repasses das futuras parcelas até que os problemas sejam efetivamente sanados pela CONVENIADA.

Fica eleito o Foro da Comarca de Brusque, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Convênio, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Brusque/SC, 27 de março de 2015.

PAULO ROBERTO ECCEL  
Prefeito Municipal de Brusque  
CONVENIENTE

GLEUSA LUCI FISCHER  
Secretária de Educação do Município

GÜNTHER LOTHER PERTSCHY

Presidente da Fundação Educacional de Brusque-FEBE  
CONVENIADA

Testemunhas:

Cátia Mara Machado Padoan  
CPF nº 054.143.159-57

Juliana Peixer  
CPF nº 044.213.129-16

**EDITAL Nº 001/2015 FMAC**

EDITAL DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA 001/2015  
PARECER DA COMISSÃO DE ANÁLISE

A Comissão de Análise do Fundo Municipal de Apoio à Cultura, responsável pela avaliação dos projetos em seus aspectos formal de preenchimento, compatibilidade de custos orçamentários com os valores de mercado, bem como a legalidade e autenticidade dos documentos acostados, declara habilitados os seguintes projetos:

Proponente	Projeto	Modalidade
Aldonei da Silva Lopes	Contos e cantos brusquenses: outras histórias	Literatura
Aldonei da Silva Lopes	Monólogo Teatral Duas Faces	Artes Cênicas
André Visconti	Claviceps Purpúrea - «Escadas do Céu»	Música
Débora da Luz Scheffer	Livro Falado	Literatura
Edinéia Pereira da Silva Betta	Fragmentos da História da Moda em Brusque	Artes Populares
Grupo Amigo de Canto Alemão	Jantar dançante do Grupo Amigo de Canto Alemão	Música
José Roberto Cercal	Poesia exposta	Literatura
Larissa Maria Fischer	O amor é contemporâneo	Artes Integradas
Luciana Paza Tomasi	Cantando, dançando e contando Histórias	Artes Cênicas
Rodrigo Zen	Curadoria - Referências e interferências entre moda, design e arte	Literatura
Sérgio Luis de Azevedo Júnior	Beco do Aprendiz	Artes Visuais
Sérgio Luiz Westrupp	Atividades e jogos musicais - Uma abordagem lúdica da teoria e da percepção musical para a sala de aula e demais contextos de aprendizado coletivo	Música
Tatiane Krüger Niebuhr	Cantos da terra	Música

Conforme item 4.5 do Edital nº 001/2015, após a divulgação dos habilitados, o proponente poderá entrar com recurso para reapresentar algum documento irregular. O prazo para reapresentação do recurso é de até cinco dias úteis a contar da data de publicação, conforme previsto no edital.

Michel Belli  
Superintendente da Fundação Cultural de Brusque

**PORTARIA Nº 9.836, DE 13 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 9.836, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante os Edital nº 006/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS e AGENTE DE OBRAS- PINTOR, conforme abaixo nominados:

MOTORISTA DE VEÍCULOS PESADOS
-------------------------------

RUDINEI MARTINS
-----------------

AGENTE DE OBRAS- PINTOR
-------------------------

CESAR ALEXANDRE GALITZKI
--------------------------

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 09/03/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 9.837, DE 13 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 9.837, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante os Edital nº 005/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, conforme abaixo nominado:

ENGENHEIRO CIVIL

DANILO OLIANI

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito

se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 9.838, DE 13 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 9.838, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 001/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargos efetivos de EDUCADOR SOCIAL, conforme abaixo nominados:

**EDUCADOR SOCIAL**

NOME
------

NADINI MARTINENGHI
--------------------

GABRIELE BERTOLDI
-------------------

SABRINA ABRAMOVICZ
--------------------

JOSE WANDERLEY RUFINO DE SOUZA FILHO
--------------------------------------

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de abril de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI

Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 9.839, DE 13 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 9.839, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 002/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de COORDENADOR PEDAGÓGICO, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL e MONITOR ESCOLAR, conforme abaixo nominados:

COORDENADOR PEDAGÓGICO  
CHARLENE FANTINI DE SOUZA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

VANESSA KLOCK
JANETI DOMINGAS BATTISTI
CRISTIANE H S CONACO

MONITOR ESCOLAR

ROSA NUNES
DAIANE DE FIGUEREDO RODRIGUES
WALY GONCALVES DE OLIVEIRA
GUSTAVO TAMAZIA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 13/04/2015.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 9.840, DE 13 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 9.840, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital

nº 008/2013, de 10 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de PSICÓLOGO, ENFERMEIRO e TÉCNICO DE ENFERMAGEM, conforme abaixo nominados:

**PSICÓLOGO**

TONY ELY DE OLIVEIRA CUNHA
LEONARDO JOSE DA SILVA
ANDRE BATSCHAUER PEREIRA

ENFERMEIRO  
JAMILLE MOURA DOS SANTOS

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

ADALGISA JUCARA CARVALHO
--------------------------

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 9.841, DE 13 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 9.841, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, os candidatos habilitados em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento dos cargos efetivos de AGENTE ADMINISTRATIVO e MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES, conforme abaixo nominados:

AGENTE ADMINISTRATIVO  
JUCELI BOTTAMEDI

MOTORISTA DE VEICULOS LEVES

ATILIO ALBERTO GRAF
---------------------

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito

se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 13 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 9.844, DE 14 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 9.844, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante o Edital nº 004/2013, de 19 de dezembro de 2013, homologado em 25 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, conforme abaixo nominado:

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO  
CLEYTON APARECIDO DAGUES

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 9.845, DE 14 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 9.845, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município - LOM,

RESOLVE:

Art.1º Nomear no Quadro Permanente de Pessoal da Prefeitura Municipal de Brusque, nos termos da Lei Complementar n.147/09, o candidato habilitado em concurso público promovido por este

município e realizado pela Fepese/UFSC, mediante os Edital nº 005/2013, de 20 de dezembro de 2013, homologado em 23 de abril de 2014, para provimento do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, conforme abaixo nominado:

ENGENHEIRO CIVIL

NAYARA CRISTINA DA SILVA

Art.2º Fixar nos termos do art.16 e seguintes da Lei Complementar n.147/09, o prazo máximo de 30 (trinta) dias para posse.

Parágrafo único. A presente nomeação será tornada sem efeito se o candidato não tomar posse no prazo fixado no caput deste artigo.

Art.3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de abril de 2015.  
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

DANILO VISCONTI  
Procurador-Geral do Município

EVANDRO CARNEIRO FLORA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 924/2015**

PORTARIA Nº 924/2015

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º -Suspender do Estágio Probatório a servidora Sra. ELIZETE WIPPEL MINUZZI, matrícula nº 1000020522, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para tratamento de saúde na modalidade auxílio-doença, em decorrência do atestado do dia 30/03/2015 de 30 (trinta) dias, ficando suspenso a contar de 14/04/2015.

Parágrafo Único - A suspensão do Estágio Probatório do artigo supracitado será observada nos termos do art. 26,§ 5º, alínea c, item 1, da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de abril de 2015.  
Cristiano Bittencourt  
Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Daniel Felício  
Diretor de Recursos Humanos



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2015 SAMAE**

SAMAE DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 009/2015

Tomada de Preços

OBJETO: Atualizações Software de Emissão de Contas..

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise dos documentos de habilitação a Comissão considerou habilitada todas as licitantes.

RESULTADO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: da análise das propostas a Comissão considerou vencedora a empresa: Lautert Desenvolvimento de Sistemas Ltda. para o item 01, com o valor global de R\$ 42.188,00 (Quarenta e Dois Mil e Cento e Oitenta e Oito Reais).

Do exposto, aguarde-se o decurso do prazo recursal previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", da Lei 8.666/93 e/ou a renúncia expressa, para dar prosseguimento aos trabalhos.

14/04/2015

Silviane Studnicka

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**Caçador****PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10- 2015 – PR – 05-2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10- 2015 - PR - 05-2015 - FMS

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM, CAPINA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS AREAS EXTERNAS DAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 29/04/2015 às 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 29/04/2015 às 16h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor.

Caçador, 09 de abril de 2015.

ROSELAINE DE ALMEIDA PERICO

Secretaria de Saúde

**RESOLUÇÃO Nº 03 CMAS**

Resolução 03/2015 de 13 de abril de 2015

Dispõe sobre o processo de inscrição "Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (06 a 17 anos)" e "Projeto Cidadania" da Associação Brasileira de Educação e Cultura- ABEC, Nível de Proteção Social Básica no Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador, em reunião ordinária realizada no dia 13 de abril de 2015, às 13h30min, nas dependências da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei do Conselho Municipal de Assistência Social nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011, considerando:

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Lei nº 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, e suas alterações que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito

Federal.

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho; Considerando a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador nº 47/2014, que dispõe sobre o processo de inscrição e funcionamento de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC e dá as providências.

Resolve:

Art. 1º. Aprovar a inscrição do "Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (06 a 17 anos)" e "Projeto Cidadania" da Associação Brasileira de Educação e Cultura- ABEC, Nível de Proteção Social Básica que atua de acordo com os parâmetros da Política Nacional de Assistência Social no Município de Caçador.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 13 de abril de 2015.

Andreia Teresinha de Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

#### **RESOLUÇÃO Nº 04 CMAS**

Resolução 04/2015 de 13 de abril de 2015.

Dispõe sobre a inscrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Projeto Vasco da Gama e Padaria Escola da Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS no Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador, em reunião ordinária realizada no dia 13 de abril de 2015, às 13h30min, nas dependências da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei do Conselho Municipal de Assistência Social nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011, considerando:

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, Art. 4º que regulamenta o art. 3º da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993/LOAS, e normatiza o conceito de entidade de assistência social;

Considerando a Lei nº 12.101 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e a isenção de contribuições para a seguridade social;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 16, de 05 de maio de 2010, e suas alterações que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal.

Considerando que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados por entidades e organizações de assistência social deverão estar em consonância com o conjunto normativo da Política Nacional de Assistência Social em vigor e suas Normas Operacionais Básicas, visando garantir padrões de qualidade na prestação de serviços e nas condições de trabalho;

Considerando a Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador nº 47/2014, que dispõe sobre o processo de inscrição e funcionamento de entidades e organizações de Assistência Social e dos serviços, programas, projetos, e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador/SC e dá as providências

Resolve:

Art. 1º Aprovar a inscrição do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do Projeto Vasco da Gama e Padaria Escola da Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS no Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 13 de abril de 2015.

Andreia Teresinha de Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

#### **RESOLUÇÃO Nº 05 CMAS**

Resolução 05/2015 de 13 de abril de 2015.

Dispõe sobre a retificação da Resolução 02/2015 do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador, em reunião ordinária realizada no dia 13 de abril de 2015, às 13h30min, nas dependências da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Caçador SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei do Conselho Municipal de Assistência Social nº 2.869, de 22 de dezembro de 2011.

Resolve:

Art. 1º. Retificar a Resolução 02/2015 do CMAS que dispõe sobre a Prestação de contas da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação do Município de Caçador/SC referente a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS 2014 nos seguintes itens:

Anexo "Parecer do Conselho":

- Recursos para custeio da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: R\$ 2.370,00 (dois mil, trezentos e setenta reais).

Que passa a vigorar com a seguinte redação:

Recursos para custeio da Proteção Social Especial de Alta Complexidade: R\$ 62.370,00 (sessenta e dois mil, trezentos e setenta reais).

- Recursos para Investimento da Proteção Social Especial de Média Complexidade: R\$ 30.412,12 (trinta mil, quatrocentos e doze reais e doze centavos).

Que passa a vigorar com a seguinte redação:

Recursos para Investimento da Proteção Social Especial de Média Complexidade: R\$ 30.412,80 (trinta mil, quatrocentos e doze reais e oitenta centavos).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 13 de abril de 2015.

Andreia Teresinha de Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social



# Camboriú

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º 468/2015

PORTARIA N.º 468/2015

Instaura Processo Administrativo para fins que menciona, nomeia Comissão de Processo Administrativo e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que foram conferidas pelo art. 79, II da Lei Orgânica do Município e posteriores alterações:

CONSIDERANDO o encaminhamento do encaminhamento do Ofício FME n.º 30/2015 oriundo da Fundação Municipal de Esportes, por intermédio do Memorando n.º 124/2015 da Secretaria Municipal de Administração, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta que o Servidor, Sr. CLAUDEMIRO GALISKY, servidor público efetivo, nomeado pela Portaria n.º 1.083/2014, com data de 11/09/2014, no cargo de Motorista, portador do CPF n.º 966.024.659-53, domiciliado na Rua Monte Pitangueira, n.º 695, Bairro Monte Alegre, Camboriú - SC, ao conduzir o veículo oficial FIAT/DOBLO ESSENCE 1.8, cor branca, placa MMC 9132, de propriedade do Município de Camboriú, acabou se envolvendo em um acidente;

CONSIDERANDO que o servidor tem o dever de zelar pelo veículo que lhe for confiado, promovendo a correta conservação do equipamento utilizado;

CONSIDERANDO que é o meu dever zelar pelos bens públicos pertencentes ao Município de Camboriú, pois na qualidade de Prefeita Municipal sou guardiã da coisa pública que está sob minha responsabilidade;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, a instauração de Processo Administrativo, que terá por finalidade apurar o ocorrido e a responsabilidade do servidor processado e, no caso de culpabilidade deste, cobrar os prejuízos causados à Administração Pública.

Art. 2º Constituir Comissão de Processo Administrativo composta pelas servidoras: VIVIANE ZIMMERMANN, Auxiliar de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 4981, CARINA GOULART WAGNER, Auxiliar Administrativo, inscrita sob a Matrícula n.º 6275 e SUZETE TEIXEIRA RODRIGUES, Auxiliar de Cadastro, inscrita sob a Matrícula n.º 5009 para, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão de Processo Administrativo, sendo esta Comissão secretariada pela Servidora RAFAELA DE SOUZA.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Deliberar que os membros da comissão poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º O indiciado terá o direito ao contraditório e a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

Em 15 de março de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Mural Público Municipal e

Registrado no Livro de Publicações

Na data supra

Márcio da Rosa

Secretário de Administração

### PR 015/2015 - FMS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2015-FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, CONFORME ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E VALOR FIXADO PELO ESTADO DE SANTA CATARINA - DIRETORIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA. RECURSO DISPONIBILIZADO ATRAVÉS DA PORTARIA 2363/2012. DELIBERAÇÃO 243/CIB/14. OS COMPUTADORES SERÃO ADQUIRIDOS PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES-SI - PNI E SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO (SINAN), NO ÂMBITO DAS UNIDADES DE SAÚDE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 06 (Seis) de Maio de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 14 de Abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### PR 030/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 06 (Seis) de Maio de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 14 de Abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### RESUMO CONTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2014

RESUMO DE CONTRATO

CAMBORIUPREV

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 002/2014

Processo Nº 001/2014

Convite Nº. 001/2014

Contratada: FAHM CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA.

Data: 04/03/2015

Prazo: 12 (doze) meses

Valor Global: R\$ 19.800,00 (Dezenove mil e oitocentos reais)  
 Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar o diagnóstico, mapeamento, proposição de melhorias, desenho e implantação de novos serviços financeiros, voltados à realização de Consultoria para aplicação de reservas técnicas, seguindo a regulamentação da Resolução 3922/10.

DIONETE CESARIO ALBINO  
 Presidente do CAMBORIUPREV

### **TERMO DE ERRATA PR 014/2015 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
 TERMO DE ERRATA  
 PREGÃO PRESENCIAL 014/2015-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 014/2015 - FMS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, PARA SER UTILIZADO NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, BEM COMO NO CAPS, CEDIT, CERFIS, SAMU, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA, POLICLÍNICA E PRONTO ATENDIMENTO", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado o valor do item 70 do Lote 11 do Anexo I:

- onde lê-se:

Item 70 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,96

- leia-se:

Item 70 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,50

Foi alterado o valor do item 71 do Lote 12 do Anexo I:

- onde lê-se:

Item 71 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,50

- leia-se:

Item 71 - Preço Unit. Máximo R\$ 8,60

Foi alterado o valores dos itens 75 - 76 - 77 - 78 - 82 - 83 - 84 - 85 - 86 - 87 - 88 - 89- 90 - 91 - 92 - 93- 94 - 95 - 96 - 97 -98 - 99 -100 - 102 do Lote 13 do Anexo I:

- onde lê-se:

Item 75 - Preço Unit. Máximo R\$ 8,60

- leia-se:

Item 75 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,37

- onde lê-se:

Item 76 - Preço Unit. Máximo R\$0,37

- leia-se:

Item 76 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,39

- onde lê-se:

Item 77 - Preço Unit. Máximo R\$0,39

- leia-se:

Item 77 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,42

- onde lê-se:

Item 78 - Preço Unit. Máximo R\$0,42

- leia-se:

Item 78 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,50

- onde lê-se:

Item 82 - Preço Unit. Máximo R\$0,51

- leia-se:

Item 82 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,57

- onde lê-se:

Item 83 - Preço Unit. Máximo R\$0,57

- leia-se:

Item 83 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,66

- onde lê-se:

Item 84 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,66

- leia-se:

Item 84 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,78

- onde lê-se:

Item 85 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,78

- leia-se:

Item 85 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,82

- onde lê-se:

Item 86 - Preço Unit. Máximo R\$0,82

- leia-se:

Item 86 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,84

- onde lê-se:

Item 87 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,84

- leia-se:

Item 87 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,01

- onde lê-se:

Item 88 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,01

- leia-se:

Item 88 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,37

- onde lê-se:

Item 89 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,37

- leia-se:

Item 89 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,38

- onde lê-se:

Item 90 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,38

- leia-se:

Item 90 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,39

- onde lê-se:

Item 91 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,39

- leia-se:

Item 91 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,41

- onde lê-se:

Item 92 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,41

- leia-se:

Item 92 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,43

- onde lê-se:

Item 93 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,43

- leia-se:

Item 93 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,46

- onde lê-se:

Item 94 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,46

- leia-se:

Item 94 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,36

- onde lê-se:

Item 95 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,36

- leia-se:

Item 95 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,37

- onde lê-se:

Item 96 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,37

- leia-se:

Item 96 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,38

- onde lê-se:

Item 97 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,38

- leia-se:

Item 97 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,41

- onde lê-se:

Item 98 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,41

- leia-se:

Item 98 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,43

- onde lê-se:

Item 99 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,43

- leia-se:

Item 99 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,46

- onde lê-se:

Item 100 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,46

- leia-se:

Item 100 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,82

- onde lê-se:

Item 102 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,82

- leia-se:

Item 102 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,97

Foi alterado o valores dos itens 103 - 104 - 106 - 107 e 108 do Lote 14 do Anexo I:

- onde lê-se:  
Item 103 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,97  
- leia-se:  
Item 103 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,40  
- onde lê-se:  
Item 104 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,40  
- leia-se:  
Item 104 - Preço Unit. Máximo R\$ 13,97  
- onde lê-se:  
Item 106 - Preço Unit. Máximo R\$ 13,97  
- leia-se:  
Item 106 - Preço Unit. Máximo R\$ 3,50  
- onde lê-se:  
Item 107 - Preço Unit. Máximo R\$3,50  
- leia-se:  
Item 107- Preço Unit. Máximo R\$ 5,19  
- onde lê-se:  
Item 108 - Preço Unit. Máximo R\$ 5,19  
- leia-se:  
Item 108 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,40  
Foi alterado o valor do item 109 do Lote 15 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 109 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,40  
- leia-se:  
Item 109 - Preço Unit. Máximo R\$ 19,00  
Foi alterado o valor do item 115 do Lote 16 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 109 - Preço Unit. Máximo R\$ 19,00  
- leia-se:  
Item 109 - Preço Unit. Máximo R\$ 70,00  
Foi alterado os valores dos itens 120 - 121 - 124 - 125 e 126 do Lote 17 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 120 - Preço Unit. Máximo R\$70,00  
- leia-se:  
Item 120 - Preço Unit. Máximo R\$ 4,49  
- onde lê-se:  
Item 121 - Preço Unit. Máximo R\$4,49  
- leia-se:  
Item 121 - Preço Unit. Máximo R\$ 48,50  
- onde lê-se:  
Item 124 - Preço Unit. Máximo R\$ 48,50  
- leia-se:  
Item 124 - Preço Unit. Máximo R\$ 53,99  
- onde lê-se:  
Item 125 - Preço Unit. Máximo R\$ 53,99  
- leia-se:  
Item 125 - Preço Unit. Máximo R\$ 52,00  
- onde lê-se:  
Item 126 - Preço Unit. Máximo R\$ 52,00  
- leia-se:  
Item 126 - Preço Unit. Máximo R\$ 5,00  
Foi alterado os valores dos itens 127 - 128 - 129 - 130 do Lote 18 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 127 - Preço Unit. Máximo R\$ 5,00  
- leia-se:  
Item 127 - Preço Unit. Máximo R\$ 28,00  
- onde lê-se:  
Item 128 - Preço Unit. Máximo R\$ 28,00  
- leia-se:  
Item 128 - Preço Unit. Máximo R\$ 87,00  
- onde lê-se:  
Item 129 - Preço Unit. Máximo R\$ 87,00  
- leia-se:  
Item 129 - Preço Unit. Máximo R\$ 140,00  
- onde lê-se:  
Item 130 - Preço Unit. Máximo R\$ 140,00  
- leia-se:

Item 130 - Preço Unit. Máximo R\$ 80,00  
Foi alterado os valores dos itens 131 - 132 - 133 - 134 - 135 e 136 do Lote 19 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 131 - Preço Unit. Máximo R\$ 80,00  
- leia-se:  
Item 131 - Preço Unit. Máximo R\$ 4,20  
- onde lê-se:  
Item 132- Preço Unit. Máximo R\$ 4,20  
- leia-se:  
Item 132- Preço Unit. Máximo R\$ 5,35  
- onde lê-se:  
Item 133 - Preço Unit. Máximo R\$ 5,35  
- leia-se:  
Item 133 - Preço Unit. Máximo R\$ 6,38  
- onde lê-se:  
Item 134 - Preço Unit. Máximo R\$ 6,38  
- leia-se:  
Item 134 - Preço Unit. Máximo R\$ 7,45  
- onde lê-se:  
Item 135 - Preço Unit. Máximo R\$ 7,45  
- leia-se:  
Item 135 - Preço Unit. Máximo R\$ 9,54  
- onde lê-se:  
Item 136 - Preço Unit. Máximo R\$ 9,54  
- leia-se:  
Item 136 - Preço Unit. Máximo R\$ 12,70  
Foi alterado os valores dos itens 137 - 138 - 139 - 140 - 141 do Lote 20 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 137 - Preço Unit. Máximo R\$ 12,70  
- leia-se:  
Item 137 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,94  
- onde lê-se:  
Item 138- Preço Unit. Máximo R\$ 1,94  
- leia-se:  
Item 138- Preço Unit. Máximo R\$ 2,28  
- onde lê-se:  
Item 139 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,28  
- leia-se:  
Item 139 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,87  
- onde lê-se:  
Item 140 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,87  
- leia-se:  
Item 140 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,33  
- onde lê-se:  
Item 141 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,33  
- leia-se:  
Item 141 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,99  
Foi alterado os valores dos itens 142 - 143 - 144 - 145 do Lote 21 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 142 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,99  
- leia-se:  
Item 142 - Preço Unit. Máximo R\$ 35,30  
- onde lê-se:  
Item 143- Preço Unit. Máximo R\$ 35,30  
- leia-se:  
Item 143- Preço Unit. Máximo R\$ 0,48  
- onde lê-se:  
Item 144 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,48  
- leia-se:  
Item 144 - Preço Unit. Máximo R\$ 29,45  
- onde lê-se:  
Item 145 - Preço Unit. Máximo R\$ 29,45  
- leia-se:  
Item 145 - Preço Unit. Máximo R\$ 47,00  
Foi alterado o valor do item 146 do Lote 22 do Anexo I:  
- onde lê-se:

Item 146 - Preço Unit. Máximo R\$ 47,00  
- leia-se:  
Item 146 - Preço Unit. Máximo R\$ 10,70  
Foi alterado os valores dos itens 147 e 148 do Lote 23 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 147 - Preço Unit. Máximo R\$ 10,70  
- leia-se:  
Item 147 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,16  
- onde lê-se:  
Item 148 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,16  
- leia-se:  
Item 148 - Preço Unit. Máximo R\$ 13,95  
Foi alterado os valores dos itens 149 - 150 e 151 do Lote 24 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 149 - Preço Unit. Máximo R\$ 13,95  
- leia-se:  
Item 149 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,18  
- onde lê-se:  
Item 150 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,18  
- leia-se:  
Item 150 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,30  
- onde lê-se:  
Item 151 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,30  
- leia-se:  
Item 151 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,50  
Foi alterado os valores dos itens 152 e 153 do Lote 25 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 152 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,50  
- leia-se:  
Item 152 - Preço Unit. Máximo R\$ 19,90  
- onde lê-se:  
Item 153 - Preço Unit. Máximo R\$ 19,90  
- leia-se:  
Item 153 - Preço Unit. Máximo R\$ 26,00  
Foi alterado os valores dos itens 154 e 155 do Lote 26 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 154 - Preço Unit. Máximo R\$ 26,00  
- leia-se:  
Item 154 - Preço Unit. Máximo R\$ 8,00  
- onde lê-se:  
Item 155- Preço Unit. Máximo R\$ 8,00  
- leia-se:  
Item 155 - Preço Unit. Máximo R\$ 9,45  
Foi alterado os valores dos itens 156 - 157 - 158 - 160 - 161 - 162 - 164 e 165 do Lote 27 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 156 - Preço Unit. Máximo R\$ 9,45  
- leia-se:  
Item 156 - Preço Unit. Máximo R\$ 9,80  
- onde lê-se:  
Item 157- Preço Unit. Máximo R\$ 9,80  
- leia-se:  
Item 157- Preço Unit. Máximo R\$ 9,57  
- onde lê-se:  
Item 158 - Preço Unit. Máximo R\$ 9,57  
- leia-se:  
Item 158 - Preço Unit. Máximo R\$ 160,00  
- onde lê-se:  
Item 160 - Preço Unit. Máximo R\$ 160,00  
- leia-se:  
Item 160 - Preço Unit. Máximo R\$ 2.090,00  
- onde lê-se:  
Item 161 - Preço Unit. Máximo R\$ 2.090,00  
- leia-se:  
Item 161 - Preço Unit. Máximo R\$ 310,00  
- onde lê-se:  
Item 162 - Preço Unit. Máximo R\$ 310,00  
- leia-se:

Item 162 - Preço Unit. Máximo R\$ 9,95  
- onde lê-se:  
Item 164 - Preço Unit. Máximo R\$ 9,95  
- leia-se:  
Item 164 - Preço Unit. Máximo R\$ 480,00  
- onde lê-se:  
Item 165 - Preço Unit. Máximo R\$ 480,00  
- leia-se:  
Item 165 - Preço Unit. Máximo R\$ 14,00  
Foi alterado os valores dos itens 166 e 167 do Lote 28 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 166 - Preço Unit. Máximo R\$ 14,00  
- leia-se:  
Item 166 - Preço Unit. Máximo R\$ 54,00  
- onde lê-se:  
Item 167- Preço Unit. Máximo R\$ 54,00  
- leia-se:  
Item 167- Preço Unit. Máximo R\$ 5,00  
Foi alterado os valores dos itens 168 - 169 - 170 - 171 e 172 do Lote 29 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 168 - Preço Unit. Máximo R\$ 5,00  
- leia-se:  
Item 168 - Preço Unit. Máximo R\$ 6,66  
- onde lê-se:  
Item 169- Preço Unit. Máximo R\$ 6,66  
- leia-se:  
Item 169- Preço Unit. Máximo R\$ 10,45  
- onde lê-se:  
Item 170 - Preço Unit. Máximo R\$ 10,45  
- leia-se:  
Item 170 - Preço Unit. Máximo R\$ 11,03  
- onde lê-se:  
Item 171 - Preço Unit. Máximo R\$ 11,03  
- leia-se:  
Item 171 - Preço Unit. Máximo R\$ 11,99  
- onde lê-se:  
Item 172 - Preço Unit. Máximo R\$ 11,99  
- leia-se:  
Item 172 - Preço Unit. Máximo R\$ 13,50  
Foi alterado os valores dos itens 173 - 174 e 175 do Lote 30 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 173 - Preço Unit. Máximo R\$ 13,50  
- leia-se:  
Item 173 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,23  
- onde lê-se:  
Item 174- Preço Unit. Máximo R\$ 0,23  
- leia-se:  
Item 174- Preço Unit. Máximo R\$ 318,00  
- onde lê-se:  
Item 175- Preço Unit. Máximo R\$ 318,00  
- leia-se:  
Item 175- Preço Unit. Máximo R\$ 13,90  
Foi alterado os valores dos itens 176 - 177 - 178 - 179 - 180 - 181 e 182 do Lote 31 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 176 - Preço Unit. Máximo R\$13,90  
- leia-se:  
Item 176 - Preço Unit. Máximo R\$ 16,00  
- onde lê-se:  
Item 177- Preço Unit. Máximo R\$ 16,00  
- leia-se:  
Item 177- Preço Unit. Máximo R\$ 10,99  
- onde lê-se:  
Item 178 - Preço Unit. Máximo R\$ 10,99  
- leia-se:  
Item 178 - Preço Unit. Máximo R\$ 9,95  
- onde lê-se:



Item 179 - Preço Unit. Máximo R\$ 9,95  
 - leia-se:  
 Item 179 - Preço Unit. Máximo R\$ 6,00  
 - onde lê-se:  
 Item 180 - Preço Unit. Máximo R\$ 6,00  
 - leia-se:  
 Item 180 - Preço Unit. Máximo R\$ 3,90  
 - onde lê-se:  
 Item 181 - Preço Unit. Máximo R\$ 3,90  
 - leia-se:  
 Item 181 - Preço Unit. Máximo R\$ 26,90  
 - onde lê-se:  
 Item 182 - Preço Unit. Máximo R\$ 26,90  
 - leia-se:  
 Item 182 - Preço Unit. Máximo R\$ 23,90  
 Foi alterado o valor do item 183 do Lote 32 do Anexo I:  
 - onde lê-se:  
 Item 183 - Preço Unit. Máximo R\$ 23,90  
 - leia-se:  
 Item 183 - Preço Unit. Máximo R\$ 13,00  
 Foi alterado os valores dos itens 184 e 187 do Lote 33 do Anexo I:  
 - onde lê-se:  
 Item 184 - Preço Unit. Máximo R\$ 13,00  
 - leia-se:  
 Item 184 - Preço Unit. Máximo R\$ 18,98  
 - onde lê-se:  
 Item 187 - Preço Unit. Máximo R\$ 18,98  
 - leia-se:  
 Item 187 - Preço Unit. Máximo R\$ 19,00  
 Foi alterado os valores dos itens 191- 192 - 194 e 196 do Lote 34 do Anexo I:  
 - onde lê-se:  
 Item 191 - Preço Unit. Máximo R\$ 19,00  
 - leia-se:  
 Item 191 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,44  
 - onde lê-se:  
 Item 192 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,44  
 - leia-se:  
 Item 192 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,22  
 - onde lê-se:  
 Item 194 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,22  
 - leia-se:  
 Item 194 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,23  
 - onde lê-se:  
 Item 196 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,23  
 - leia-se:  
 Item 196 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,40  
 Foi alterado os valores dos itens 197- 198 - 199 - 200 - 201 - 202 e 203 do Lote 35 do Anexo I:  
 - onde lê-se:  
 Item 197 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,40  
 - leia-se:  
 Item 197 - Preço Unit. Máximo R\$ 5,00  
 - onde lê-se:  
 Item 198 - Preço Unit. Máximo R\$ 5,00  
 - leia-se:  
 Item 198 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,39  
 - onde lê-se:  
 Item 199 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,39  
 - leia-se:  
 Item 199 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,49  
 - onde lê-se:  
 Item 200 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,49  
 - leia-se:  
 Item 200 - Preço Unit. Máximo R\$ 3,10  
 - onde lê-se:  
 Item 201 - Preço Unit. Máximo R\$ 3,10  
 - leia-se:  
 Item 201 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,85

- onde lê-se:  
 Item 202 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,85  
 - leia-se:  
 Item 202 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,44  
 - onde lê-se:  
 Item 203 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,44  
 - leia-se:  
 Item 203 - Preço Unit. Máximo R\$ 9,95  
 Foi alterado o valor do item 204 do Lote 36 do Anexo I:  
 - onde lê-se:  
 Item 204 - Preço Unit. Máximo R\$ 9,95  
 - leia-se:  
 Item 204 - Preço Unit. Máximo R\$ 70,00  
 Foi alterado o valor do item 205 do Lote 37 do Anexo I:  
 - onde lê-se:  
 Item 205 - Preço Unit. Máximo R\$ 70,00  
 - leia-se:  
 Item 205 - Preço Unit. Máximo R\$ 23,00  
 Foi alterado os valores dos itens 206- 207 e 208 do Lote 38 do Anexo I:  
 - onde lê-se:  
 Item 206 - Preço Unit. Máximo R\$ 23,00  
 - leia-se:  
 Item 206 - Preço Unit. Máximo R\$ 17,20  
 - onde lê-se:  
 Item 207 - Preço Unit. Máximo R\$ 17,20  
 - leia-se:  
 Item 207 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,43  
 - onde lê-se:  
 Item 208 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,43  
 - leia-se:  
 Item 208 - Preço Unit. Máximo R\$ 25,99  
 Foi alterado os valores dos itens 209- 211 e 212 do Lote 39 do Anexo I:  
 - onde lê-se:  
 Item 209 - Preço Unit. Máximo R\$ 25,99  
 - leia-se:  
 Item 209 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,00  
 - onde lê-se:  
 Item 211 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,00  
 - leia-se:  
 Item 211 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,40  
 - onde lê-se:  
 Item 212 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,40  
 - leia-se:  
 Item 212 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,59  
 Foi alterado os valores dos itens 213- 214 e 215 do Lote 40 do Anexo I:  
 - onde lê-se:  
 Item 213 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,59  
 - leia-se:  
 Item 213- Preço Unit. Máximo R\$ 114,00  
 - onde lê-se:  
 Item 214 - Preço Unit. Máximo R\$ 114,00  
 - leia-se:  
 Item 214 - Preço Unit. Máximo R\$ 57,78  
 - onde lê-se:  
 Item 215 - Preço Unit. Máximo R\$ 57,78  
 - leia-se:  
 Item 215 - Preço Unit. Máximo R\$ 13,99  
 Foi alterado os valores dos itens 219 e 220 do Lote 41 do Anexo I:  
 - onde lê-se:  
 Item 219 - Preço Unit. Máximo R\$ 13,99  
 - leia-se:  
 Item 219- Preço Unit. Máximo R\$ 1,19  
 - onde lê-se:  
 Item 220 - Preço Unit. Máximo R\$ 1,19  
 - leia-se:  
 Item 220 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,40

Foi alterado os valores dos itens 221- 223 e 238 do Lote 42 do Anexo I:

- onde lê-se:

Item 221 - Preço Unit. Máximo R\$ 0,40

- leia-se:

Item 221- Preço Unit. Máximo R\$ 2,18

- onde lê-se:

Item 223 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,18

- leia-se:

Item 223 - Preço Unit. Máximo R\$ 3,00

- onde lê-se:

Item 238 - Preço Unit. Máximo R\$ 3,00

- leia-se:

Item 238 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,45

Foi alterado os valores dos itens 244- 245 e 246 do Lote 43 do Anexo I:

- onde lê-se:

Item 244 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,45

- leia-se:

Item 244- Preço Unit. Máximo R\$ 2,50

- onde lê-se:

Item 245 - Preço Unit. Máximo R\$ 2,50

- leia-se:

Item 245 - Preço Unit. Máximo R\$ 285,00

- onde lê-se:

Item 246 - Preço Unit. Máximo R\$ 285,00

- leia-se:

Item 246 - Preço Unit. Máximo R\$ 3,00

Foi alterado os valores dos itens 249- 250 - 251 - 252 - 253 e 254 do Lote 44 do Anexo I:

- onde lê-se:

Item 249 - Preço Unit. Máximo R\$ 3,00

- leia-se:

Item 249 - Preço Unit. Máximo R\$ 3,15

- onde lê-se:

Item 250 - Preço Unit. Máximo R\$ 3,15

- leia-se:

Item 250 - Preço Unit. Máximo R\$ 3,84

- onde lê-se:

Item 251 - Preço Unit. Máximo R\$ 3,84

- leia-se:

Item 251 - Preço Unit. Máximo R\$ 4,70

- onde lê-se:

Item 252 - Preço Unit. Máximo R\$ 4,70

- leia-se:

Item 252 - Preço Unit. Máximo R\$ 5,08

- onde lê-se:

Item 253 - Preço Unit. Máximo R\$ 5,08

- leia-se:

Item 253 - Preço Unit. Máximo R\$ 5,98

- onde lê-se:

Item 254 - Preço Unit. Máximo R\$ 5,98

- leia-se:

Item 254 - Preço Unit. Máximo R\$ 7,88

Foi alterado os valores dos itens 255- 256 e 257 do Lote 45 do Anexo I:

- onde lê-se:

Item 255 - Preço Unit. Máximo R\$ 7,88

- leia-se:

Item 255- Preço Unit. Máximo R\$ 5,45

- onde lê-se:

Item 256 - Preço Unit. Máximo R\$ 5,45

- leia-se:

Item 256 - Preço Unit. Máximo R\$ 7,45

- onde lê-se:

Item 257 - Preço Unit. Máximo R\$ 7,45

- leia-se:

Item 257 - Preço Unit. Máximo R\$ 9,90

Foi alterado os valores dos itens 258- 259 - 260 - 261 - 262 - 263

- 264 - 265 e 266 do Lote 46 do Anexo I:

- onde lê-se:

Item 258 - Preço Unit. Máximo R\$ 9,90

- leia-se:

Item 258 - Preço Unit. Máximo R\$ 15,28

- onde lê-se:

Item 259 - Preço Unit. Máximo R\$ 15,28

- leia-se:

Item 259 - Preço Unit. Máximo R\$ 28,80

- onde lê-se:

Item 260 - Preço Unit. Máximo R\$ 28,80

- leia-se:

Item 260 - Preço Unit. Máximo R\$ 38,80

- onde lê-se:

Item 261 - Preço Unit. Máximo R\$ 38,80

- leia-se:

Item 261 - Preço Unit. Máximo R\$ 55,24

- onde lê-se:

Item 262 - Preço Unit. Máximo R\$ 55,20

- leia-se:

Item 262 - Preço Unit. Máximo R\$ 41,98

- onde lê-se:

Item 263 - Preço Unit. Máximo R\$ 41,98

- leia-se:

Item 263 - Preço Unit. Máximo R\$ 73,79

- onde lê-se:

Item 264 - Preço Unit. Máximo R\$ 73,79

- leia-se:

Item 264 - Preço Unit. Máximo R\$ 115,00

- onde lê-se:

Item 265 - Preço Unit. Máximo R\$ 115,00

- leia-se:

Item 265 - Preço Unit. Máximo R\$ 89,89

- onde lê-se:

Item 266 - Preço Unit. Máximo R\$ 89,89

- leia-se:

Item 266 - Preço Unit. Máximo R\$ 32,98

Foi alterado os valores dos itens 267- 268 - 269 - 270 - 271 e 272 do Lote 47 do Anexo I:

- onde lê-se:

Item 267 - Preço Unit. Máximo R\$ 32,98

- leia-se:

Item 267 - Preço Unit. Máximo R\$ 968,95

- onde lê-se:

Item 268 - Preço Unit. Máximo R\$ 1645,00

- leia-se:

Item 268 - Preço Unit. Máximo R\$ 685,90

- onde lê-se:

Item 269 - Preço Unit. Máximo R\$ 54,99

- leia-se:

Item 269 - Preço Unit. Máximo R\$ 265,65

- onde lê-se:

Item 270 - Preço Unit. Máximo R\$ 101,80

- leia-se:

Item 270 - Preço Unit. Máximo R\$ 163,95

- onde lê-se:

Item 271- Preço Unit. Máximo R\$ 170,00

- leia-se:

Item 271 - Preço Unit. Máximo R\$ 503,16

- onde lê-se:

Item 272 - Preço Unit. Máximo R\$ 283,99

- leia-se:

Item 272 - Preço Unit. Máximo R\$ 1436,45

Foi alterado os valores dos itens 273 e 274 do Lote 48 do Anexo I:

- onde lê-se:

Item 273- Preço Unit. Máximo R\$ 295,00

- leia-se:

Item 273- Preço Unit. Máximo R\$ 2900,00

- onde lê-se:



Item 274 - Preço Unit. Máximo R\$ 359,00  
- leia-se:  
Item 274 - Preço Unit. Máximo R\$ 3.300,00  
Foi alterado os valores dos itens 275 e 276 do Lote 49 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 275- Preço Unit. Máximo R\$ 244,00  
- leia-se:  
Item 275- Preço Unit. Máximo R\$ 223,90  
- onde lê-se:  
Item 276 - Preço Unit. Máximo R\$ 172,00  
- leia-se:  
Item 276- Preço Unit. Máximo R\$ 669,70  
Foi alterado o valor do item 288 do Lote 51 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 288 - Preço Unit. Máximo R\$ 1716,00  
- leia-se:  
Item 288 - Preço Unit. Máximo R\$ 1645,00  
Foi alterado o valor do item 289 do Lote 52 do Anexo I:  
- onde lê-se:  
Item 289- Preço Unit. Máximo R\$ 264,50  
- leia-se:  
Item 289 - Preço Unit. Máximo R\$ 244,00  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 14 de Abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### TERMO DE ERRATA PR 023/2015 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

TERMO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL 023/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 023/2015 - PMC, tendo como objeto a "AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS (PICK UP E FURGÃO COM KIT TRANSFORMAÇÃO EM AMBULÂNCIA TIPO AUTO SOCORRO DE URGÊNCIA - ASU) NOVO, ZERO QUILOMETRO, DE FABRICAÇÃO NACIONAL, ANO/MODELO 2015, NA COR VERMELHA, DESTINADO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAMBORIÚ", sofreu a seguinte alteração:

Foi alterado a descrição do item 02 do Anexo I:

- onde lê-se:

item 02 - VEÍCULO UTILITÁRIO PICK-UP ZERO QUILOMETRO 2 - DESCRIÇÃO: ANO E MODELO 2015, APTO A TRANSPORTAR CINCO PASSAGEIROS MAIS CARGA. 2.25 OS VIDROS LATERAIS E TRASEIRO DO VEÍCULO DEVEM SER ENTREGUES COM PELÍCULA; 2.26 DEVERÁ SER ENTREGUE EMPLACADA E LICENCIADA.[...]

- leia-se:

item 02 - VEÍCULO UTILITÁRIO PICK-UP ZERO QUILOMETRO 2 - DESCRIÇÃO: ANO 2014/ MODELO 2015, APTO A TRANSPORTAR CINCO PASSAGEIROS MAIS CARGA. 2.25 OS VIDROS LATERAIS E TRASEIRO DO VEÍCULO DEVEM SER ENTREGUES COM PELÍCULA; 2.26 DEVERÁ SER ENTREGUE EMPLACADA E LICENCIADA.[...]

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 05/05/2015 as 16h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 14 de Abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

## Campo Alegre

### PREFEITURA

### ALTERAÇÃO PREGÃO 42/2015

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2015  
PREGÃO ELETRÔNICO

Considerando o erro na descrição do item, necessário se faz a alteração do edital do processo licitatório em epígrafe. ALTERA-SE a descrição "20mm" dos itens 01:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	20	Unidade	Pneu novo, 1000x20, 16 lonas, radial, LISO. Com no mínimo 20mm de profundidade esculpural.	1.100,00	22.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 22.000,00	

Passando a vigorar conforme segue:

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	20	Unidade	Pneu novo, 1000x20, 16 lonas, radial, LISO. Com no mínimo 19mm de profundidade esculpural.	1.100,00	22.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 22.000,00	

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre, 14 de abril de 2015.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

### CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015 EDITAL DE GABARITO PRELIMINAR

GABINETE DO PREFEITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 002/2015 EDITAL DE GABARITO PRELIMINAR

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Gabarito Preliminar, o fazendo nos seguintes termos.

Art.1º Constan no Anexo I o Gabarito Preliminar referente às

provas realizadas no dia 12 de Abril de 2015, no período da tarde.

Art.2º Fica aberto prazo recursal no período das 08h do dia 14 de abril às 23h59min59seg. do dia 16 de abril de 2015. Para envio do recurso o candidato deverá acessar o link de Recurso no site [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e protocolar seu recurso, da forma que determina o Edital de Abertura.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no mural da Prefeitura Municipal, publicado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Campo Alegre/SC, 13 de Abril de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### GABARITO PRELIMINAR

Superior			
ESPECIALISTA EM ASS. EDUCACIONAIS			
1	C	16	A
2	B	17	C
3	B	18	D
4	C	19	A
5	A	20	C
6	A	21	B
7	D	22	C
8	C	23	D
9	B	24	A
10	D	25	A
11	B	26	B
12	C	27	C
13	C	28	D
14	C	29	D
15	A	30	D

Superior			
PROFESSOR II - EDUCAÇÃO FÍSICA			
1	C	16	A
2	B	17	C
3	B	18	D
4	C	19	A
5	A	20	C
6	A	21	B
7	D	22	C
8	C	23	D
9	B	24	A
10	D	25	A
11	B	26	B
12	C	27	C
13	C	28	A
14	C	29	A
15	A	30	D

Superior			
PROFESSOR III - ARTE			
1	C	16	A
2	B	17	C
3	B	18	D
4	C	19	A
5	A	20	C
6	A	21	B
7	D	22	C
8	C	23	D
9	B	24	A
10	D	25	A
11	B	26	B
12	C	27	C
13	C	28	B
14	C	29	A
15	A	30	A

Superior			
PROFESSOR IV - INGLÊS			
1	C	16	A
2	B	17	C
3	B	18	D
4	C	19	A
5	A	20	C
6	A	21	B
7	D	22	C
8	C	23	D
9	B	24	A
10	D	25	A
11	B	26	B
12	C	27	C
13	C	28	B
14	C	29	A
15	A	30	D

Superior			
PROFESSOR IX - HISTÓRIA			
1	C	16	A
2	B	17	C
3	B	18	D
4	C	19	A
5	A	20	C
6	A	21	B
7	D	22	C
8	C	23	D
9	B	24	A
10	D	25	A
11	B	26	B
12	C	27	C
13	C	28	B

14	C	29	A
15	A	30	D

Superior			
PROFESSOR V - LINGUA PORTUGUESA			
1	C	16	A
2	B	17	C
3	B	18	D
4	C	19	A
5	A	20	C
6	A	21	B
7	D	22	C
8	C	23	D
9	B	24	A
10	D	25	A
11	B	26	B
12	C	27	C
13	C	28	A
14	C	29	B
15	A	30	D

Superior			
PROFESSOR VI - MATEMÁTICA			
1	C	16	A
2	B	17	C
3	B	18	D
4	C	19	A
5	A	20	C
6	A	21	B
7	D	22	C
8	C	23	D
9	B	24	A
10	D	25	A
11	B	26	B
12	C	27	C
13	C	28	C
14	C	29	C
15	A	30	D

Superior			
PROFESSOR VII - CIÊNCIAS			
1	C	16	A
2	B	17	C
3	B	18	D
4	C	19	A
5	A	20	C
6	A	21	B
7	D	22	C
8	C	23	D

9	B	24	A
10	D	25	A
11	B	26	B
12	C	27	C
13	C	28	D
14	C	29	C
15	A	30	D

Superior			
PROFESSOR VIII - GEOGRAFIA			
1	C	16	A
2	B	17	C
3	B	18	D
4	C	19	A
5	A	20	C
6	A	21	B
7	D	22	C
8	C	23	D
9	B	24	A
10	D	25	A
11	B	26	B
12	C	27	C
13	C	28	B
14	C	29	C
15	A	30	D

Superior			
PROFESSOR X - ENSINO RELIGIOSO			
1	C	16	A
2	B	17	C
3	B	18	D
4	C	19	A
5	A	20	C
6	A	21	B
7	D	22	C
8	C	23	D
9	B	24	A
10	D	25	A
11	B	26	B
12	C	27	C
13	C	28	B
14	C	29	B
15	A	30	D

# CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 003/2015 EDITAL DE GABARITO PRELIMINAR

GABINETE DO PREFEITO

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 003/2015 EDITAL DE GABARITO PRELIMINAR

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Gabarito Preliminar, o fazendo nos seguintes termos.

Art.1º Constan no Anexo I o Gabarito Preliminar referente às provas realizadas no dia 12 de Abril de 2015, no período da manhã.

Art.2º Fica aberto prazo recursal no período das 08h do dia 14 de abril às 23h59min59seg. do dia 16 de abril de 2015. Para envio do recurso o candidato deverá acessar o link de Recurso no site [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e protocolar seu recurso, da forma que determina o Edital de Abertura.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no mural da Prefeitura Municipal, publicado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Campo Alegre/SC, 13 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

## ANEXO I

### GABARITO PRELIMINAR

Elementar			
MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES			
1	D	16	C
2	B	17	B
3	D	18	C
4	A	19	B
5	C	20	C
6	B	21	D
7	C	22	C
8	B	23	A
9	D	24	A
10	B	25	D
11	D	26	A
12	C	27	A
13	D	28	B
14	A	29	B
15	B	30	D

Fundamental			
MOTORISTA DA SAÚDE			
1	D	16	C
2	B	17	B
3	D	18	C
4	A	19	B
5	C	20	C

6	B	21	D
7	C	22	C
8	B	23	A
9	D	24	A
10	B	25	D
11	D	26	A
12	C	27	A
13	D	28	B
14	A	29	B
15	B	30	D

### Fundamental

#### AG. OP. III – OP. DE MÁQ. E EQUIP.

1	A	16	C
2	B	17	C
3	C	18	B
4	D	19	A
5	A	20	D
6	B	21	C
7	D	22	B
8	A	23	D
9	B	24	C
10	C	25	D
11	C	26	D
12	C	27	D
13	A	28	C
14	A	29	A
15	D	30	A

### Fundamental

#### AG. OP. III – VEÍCULOS PESADOS

1	A	16	C
2	B	17	C
3	C	18	B
4	D	19	A
5	A	20	D
6	B	21	C
7	D	22	B
8	A	23	D
9	B	24	C
10	C	25	D
11	C	26	D
12	C	27	D
13	A	28	C
14	A	29	A
15	D	30	A

Fundamental			
AG. OP. III – AGENTE DE MANUTENÇÃO			
1	A	16	C
2	B	17	C
3	C	18	B
4	D	19	A
5	A	20	D
6	B	21	C
7	D	22	B
8	A	23	D
9	B	24	C
10	C	25	D
11	C	26	D
12	C	27	D
13	A	28	C
14	A	29	A
15	D	30	A

Fundamental			
AG. OP. I – AUX. DE SERVIÇOS GERAIS			
1	A	16	C
2	B	17	C
3	C	18	B
4	D	19	A
5	A	20	D
6	B	21	C
7	D	22	B
8	A	23	D
9	B	24	C
10	C	25	D
11	C	26	D
12	C	27	D
13	A	28	C
14	A	29	A
15	D	30	A

Fundamental			
AG. OP. I – AUXILIAR OPERACIONAL			
1	A	16	C
2	B	17	C
3	C	18	B
4	D	19	A
5	A	20	D
6	B	21	C
7	D	22	B
8	A	23	D
9	B	24	C
10	C	25	D
11	C	26	D
12	C	27	D
13	A	28	C

14	A	29	A
15	D	30	A

Fundamental			
AG. OP. V – PEDREIRO / CARPINTEIRO			
1	A	16	C
2	B	17	C
3	C	18	B
4	D	19	A
5	A	20	D
6	B	21	C
7	D	22	B
8	A	23	D
9	B	24	C
10	C	25	D
11	C	26	D
12	C	27	D
13	A	28	C
14	A	29	A
15	D	30	A

Fundamental			
MOTORISTA DE TRANSP. DE PESSOAS			
1	A	16	C
2	B	17	C
3	C	18	B
4	D	19	A
5	A	20	D
6	B	21	C
7	D	22	B
8	A	23	D
9	B	24	C
10	C	25	D
11	C	26	D
12	C	27	D
13	A	28	C
14	A	29	A
15	D	30	A

Médio			
AGENTE ADMINISTRATIVO II			
1	A	16	C
2	B	17	C
3	A	18	B
4	D	19	A
5	A	20	D
6	D	21	A
7	D	22	C
8	D	23	C

9	C	24	A
10	C	25	D
11	B	26	C
12	C	27	D
13	C	28	B
14	A	29	A
15	D	30	D

Médio

## INSTRUTOR DE MÚSICA - BATERIA

1	A	16	C
2	B	17	C
3	A	18	B
4	D	19	A
5	A	20	D
6	D	21	A
7	D	22	C
8	D	23	C
9	C	24	B
10	C	25	C
11	B	26	B
12	C	27	D
13	C	28	C
14	A	29	D
15	D	30	C

Médio

## INSTRUTOR DE MÚSICA - TECLADO

1	A	16	C
2	B	17	C
3	A	18	B
4	D	19	A
5	A	20	D
6	D	21	A
7	D	22	C
8	D	23	C
9	C	24	B
10	C	25	C
11	B	26	B
12	C	27	D
13	C	28	C
14	A	29	D
15	D	30	C

Médio

## INSTRUTOR DE MÚSICA - VIOLÃO

1	A	16	C
2	B	17	C
3	A	18	B

4	D	19	A
5	A	20	D
6	D	21	A
7	D	22	C
8	D	23	C
9	C	24	B
10	C	25	C
11	B	26	B
12	C	27	D
13	C	28	C
14	A	29	D
15	D	30	C

Médio Técnico

## FISCAL DE OBRAS, POST. E MEIO AMB.

1	A	16	C
2	B	17	C
3	A	18	B
4	D	19	A
5	A	20	D
6	D	21	A
7	D	22	C
8	D	23	C
9	C	24	C
10	C	25	D
11	B	26	B
12	C	27	D
13	C	28	D
14	A	29	D
15	D	30	D

Superior

## ASSISTENTE SOCIAL

1	C	16	C
2	D	17	C
3	D	18	B
4	B	19	A
5	B	20	D
6	D	21	A
7	B	22	C
8	C	23	C
9	D	24	D
10	B	25	A
11	D	26	A
12	B	27	B
13	C	28	D
14	A	29	D
15	D	30	B



Superior			
CONTADOR			
1	C	16	C
2	D	17	C
3	D	18	B
4	B	19	A
5	B	20	D
6	D	21	A
7	B	22	C
8	C	23	C
9	D	24	A
10	B	25	C
11	D	26	B
12	B	27	D
13	C	28	B
14	A	29	A
15	D	30	D

**CONVOCAÇÃO Nº 029/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 029/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. RICARDO GOMES MARTINS, inscrito no CPF/MF sob nº. 044.987.536-90, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2015, para o cargo público e na função de MÉDICO IV, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 16 de Abril de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 13 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO Nº 030/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 030/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. JOSÉ FIRMINO COUTO COSTA EVELYN SOARES, inscrito no CPF/MF sob nº. 323.005.493-87, aprovado em 1º lugar no Concurso Público nº. 001/2015, para o cargo público e na função de MÉDICO II, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 17 de Abril de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 14 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO Nº 031/2015**

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015  
CONVOCAÇÃO Nº 031/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. JULIA TEUBER FURTADO, inscrita no CPF/MF sob nº 061.586.809-66, aprovada em 2º lugar no Concurso Público nº 001/2015, para o cargo público e na função de MÉDICO IV, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC, até as 17:00h do dia 17 de Abril de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC, 14 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

**PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 EDITAL DE GABARITO PRELIMINAR**

GABINETE DO PREFEITO

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 EDITAL DE GABARITO PRELIMINAR

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal, resolve tornar público o presente Edital de Gabarito Preliminar, o fazendo nos seguintes termos.

Art.1º Constan no Anexo I o Gabarito Preliminar referente às provas realizadas no dia 11 de Abril de 2015, no período da tarde.

Art.2º Fica aberto prazo recursal no período das 08h do dia 14 de abril às 23h59min59seg. do dia 16 de abril de 2015. Para envio do recurso o candidato deverá acessar o link de Recurso no site [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e protocolar seu recurso, da forma que determina o Edital de Abertura.

Para que não se alegue ignorância, o presente Edital será afixado no mural da Prefeitura Municipal, publicado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: [www.mgaconcursospublicos.com.br](http://www.mgaconcursospublicos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Campo Alegre/SC, 13 de Abril de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

**ANEXO I****GABARITO PRELIMINAR**

Fundamental			
AG. OP. III - OP. DE MÁQ. E EQUIP.			
1	B	16	B
2	D	17	A
3	C	18	A
4	D	19	B
5	C	20	B
6	A	21	A
7	C	22	D
8	B	23	B
9	D	24	B

10	D	25	B
11	A	26	C
12	D	27	C
13	B	28	D
14	A	29	B
15	B	30	D

Fundamental			
AG. OP. III – VEÍCULOS PESADOS			
1	B	16	B
2	D	17	A
3	C	18	A
4	D	19	B
5	C	20	B
6	A	21	A
7	C	22	D
8	B	23	B
9	D	24	B
10	D	25	B
11	A	26	C
12	D	27	C
13	B	28	D
14	A	29	B
15	B	30	D

Fundamental			
AG. OP. III – AGENTE DE MANUTENÇÃO			
1	B	16	B
2	D	17	A
3	C	18	A
4	D	19	B
5	C	20	B
6	A	21	A
7	C	22	D
8	B	23	B
9	D	24	B
10	D	25	B
11	A	26	C
12	D	27	C
13	B	28	D
14	A	29	B
15	B	30	D

Fundamental			
MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES			
1	B	16	B
2	D	17	A
3	C	18	A
4	D	19	B

5	C	20	B
6	A	21	A
7	C	22	D
8	B	23	B
9	D	24	B
10	D	25	B
11	A	26	C
12	D	27	C
13	B	28	D
14	A	29	B
15	B	30	D

Fundamental			
MOTORISTA DA SAÚDE			
1	B	16	B
2	D	17	A
3	C	18	A
4	D	19	B
5	C	20	B
6	A	21	A
7	C	22	D
8	B	23	B
9	D	24	B
10	D	25	B
11	A	26	C
12	D	27	C
13	B	28	D
14	A	29	B
15	B	30	D

Fundamental			
AGENTE OPERACIONAL II – VIGIA			
1	B	16	B
2	D	17	A
3	C	18	A
4	D	19	B
5	C	20	B
6	A	21	A
7	C	22	D
8	B	23	B
9	D	24	B
10	D	25	B
11	A	26	C
12	D	27	C
13	B	28	D
14	A	29	B
15	B	30	D

Fundamental			
AUXILIAR DE ODONTOLOGIA			
1	B	16	B
2	D	17	A
3	C	18	A
4	D	19	B
5	C	20	B
6	A	21	A
7	C	22	D
8	B	23	B
9	D	24	B
10	D	25	B
11	A	26	C
12	D	27	C
13	B	28	D
14	A	29	B
15	B	30	D

Fundamental			
AG. OP. I – AUX. DE SERVIÇOS GERAIS			
1	B	16	B
2	D	17	A
3	C	18	A
4	D	19	B
5	C	20	B
6	A	21	A
7	C	22	D
8	B	23	B
9	D	24	B
10	D	25	B
11	A	26	C
12	D	27	C
13	B	28	D
14	A	29	B
15	B	30	D

Fundamental			
AGENTE OPERACIONAL I – GARI			
1	B	16	B
2	D	17	A
3	C	18	A
4	D	19	B
5	C	20	B
6	A	21	A
7	C	22	D
8	B	23	B
9	D	24	B
10	D	25	B
11	A	26	C
12	D	27	C
13	B	28	D
14	A	29	B
15	B	30	D

Fundamental			
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE			
1	B	16	B
2	D	17	A
3	C	18	A
4	D	19	B
5	C	20	B
6	A	21	A
7	C	22	D
8	B	23	B
9	D	24	B
10	D	25	B
11	A	26	C
12	D	27	C
13	B	28	D
14	A	29	B
15	B	30	D

Fundamental			
AG. OP. V – PEDREIRO / CARPINTEIRO			
1	B	16	B
2	D	17	A
3	C	18	A
4	D	19	B
5	C	20	B
6	A	21	A
7	C	22	D
8	B	23	B
9	D	24	B
10	D	25	B
11	A	26	C
12	D	27	C
13	B	28	D
14	A	29	B
15	B	30	D

Fundamental			
MOTORISTA DE TRANSP. DE PESSOAS			
1	B	16	B
2	D	17	A
3	C	18	A
4	D	19	B
5	C	20	B
6	A	21	A
7	C	22	D
8	B	23	B
9	D	24	B
10	D	25	B
11	A	26	C
12	D	27	C
13	B	28	D

14	A	29	B
15	B	30	D

Médio			
AGENTE ADMINISTRATIVO			
1	D	16	B
2	C	17	A
3	A	18	A
4	D	19	B
5	A	20	B
6	D	21	B
7	D	22	C
8	B	23	B
9	A	24	C
10	D	25	C
11	A	26	C
12	D	27	D
13	B	28	D
14	A	29	D
15	B	30	A

Médio			
AGENTE OPERACIONAL IV			
1	D	16	B
2	C	17	A
3	A	18	A
4	D	19	B
5	A	20	B
6	D	21	B
7	D	22	C
8	B	23	B
9	A	24	C
10	D	25	C
11	A	26	C
12	D	27	D
13	B	28	D
14	A	29	D
15	B	30	A

Médio			
ATENDENTE DE SALA			
1	D	16	B
2	C	17	A
3	A	18	A
4	D	19	B
5	A	20	B
6	D	21	B
7	D	22	C
8	B	23	B

9	A	24	D
10	D	25	B
11	A	26	D
12	D	27	A
13	B	28	A
14	A	29	A
15	B	30	B

Médio			
INSTRUTOR DE INFORMÁTICA			
1	D	16	B
2	C	17	A
3	A	18	A
4	D	19	B
5	A	20	B
6	D	21	B
7	D	22	C
8	B	23	B
9	A	24	C
10	D	25	B
11	A	26	A
12	D	27	B
13	B	28	B
14	A	29	B
15	B	30	C

Médio			
INSTRUTOR DE MÚSICA - BATERIA			
1	D	16	B
2	C	17	A
3	A	18	A
4	D	19	B
5	A	20	B
6	D	21	B
7	D	22	C
8	B	23	B
9	A	24	A
10	D	25	D
11	A	26	C
12	D	27	B
13	B	28	A
14	A	29	C
15	B	30	C

Médio			
INSTRUTOR DE MÚSICA - TECLADO			
1	D	16	B
2	C	17	A
3	A	18	A
4	D	19	B
5	A	20	B
6	D	21	B
7	D	22	C
8	B	23	B
9	A	24	A
10	D	25	D
11	A	26	C
12	D	27	B
13	B	28	A
14	A	29	C
15	B	30	C

Médio			
INSTRUTOR DE MÚSICA - VIOLÃO			
1	D	16	B
2	C	17	A
3	A	18	A
4	D	19	B
5	A	20	B
6	D	21	B
7	D	22	C
8	B	23	B
9	A	24	A
10	D	25	D
11	A	26	C
12	D	27	B
13	B	28	A
14	A	29	C
15	B	30	C

Médio Técnico			
FISCAL DE OBRAS, POST. E MEIO AMB.			
1	D	16	B
2	C	17	A
3	A	18	A
4	D	19	B
5	A	20	B
6	D	21	B
7	D	22	C
8	B	23	B
9	A	24	C
10	D	25	D
11	A	26	A
12	D	27	B
13	B	28	C

14	A	29	C
15	B	30	D

Médio Técnico			
FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS			
1	D	16	B
2	C	17	A
3	A	18	A
4	D	19	B
5	A	20	B
6	D	21	B
7	D	22	C
8	B	23	B
9	A	24	D
10	D	25	D
11	A	26	A
12	D	27	B
13	B	28	C
14	A	29	A
15	B	30	C

Médio Técnico			
FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA			
1	D	16	B
2	C	17	A
3	A	18	A
4	D	19	B
5	A	20	B
6	D	21	B
7	D	22	C
8	B	23	B
9	A	24	B
10	D	25	D
11	A	26	D
12	D	27	D
13	B	28	C
14	A	29	B
15	B	30	A

Médio Técnico			
TECNICO DE ENFERMAGEM			
1	D	16	B
2	C	17	A
3	A	18	A
4	D	19	B
5	A	20	B
6	D	21	B
7	D	22	C
8	B	23	B

9	A	24	D
10	D	25	B
11	A	26	C
12	D	27	B
13	B	28	B
14	A	29	C
15	B	30	C

Superior			
AG. ADM. III (ADMINISTRATIVO)			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	C
10	D	25	C
11	A	26	C
12	D	27	D
13	B	28	D
14	A	29	D
15	B	30	A

Superior			
AG. ADM. III (EDUCAÇÃO)			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	C
10	D	25	A
11	A	26	B
12	D	27	A
13	B	28	B
14	A	29	A
15	B	30	C

Superior			
ASSISTENTE SOCIAL			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	D
10	D	25	C
11	A	26	C
12	D	27	B
13	B	28	C
14	A	29	D
15	B	30	D

Superior			
CONTADOR			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	D
10	D	25	D
11	A	26	A
12	D	27	B
13	B	28	C
14	A	29	A
15	B	30	C

Superior			
ENFERMEIRO			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	C
10	D	25	C
11	A	26	D
12	D	27	C
13	B	28	D



14	A	29	D
15	B	30	C

Superior			
engenheiro agrônomo			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	B
10	D	25	A
11	A	26	A
12	D	27	D
13	B	28	C
14	A	29	A
15	B	30	B

Superior			
engenheiro civil			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	D
10	D	25	C
11	A	26	D
12	D	27	A
13	B	28	D
14	A	29	A
15	B	30	C

Superior			
farmacêutico			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B

9	A	24	D
10	D	25	C
11	A	26	D
12	D	27	A
13	B	28	D
14	A	29	B
15	B	30	A

Superior			
fisioterapeuta			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	C
10	D	25	B
11	A	26	C
12	D	27	C
13	B	28	A
14	A	29	A
15	B	30	B

Superior			
fonoaudiólogo			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	D
10	D	25	A
11	A	26	D
12	D	27	B
13	B	28	A
14	A	29	A
15	B	30	B

Superior			
médico I			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A

4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	D
10	D	25	C
11	A	26	D
12	D	27	D
13	B	28	A
14	A	29	A
15	B	30	B

Superior			
MÉDICO II			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	D
10	D	25	C
11	A	26	D
12	D	27	D
13	B	28	A
14	A	29	A
15	B	30	B

Superior			
MÉDICO IV - PLANTONISTA			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	D
10	D	25	C
11	A	26	D
12	D	27	D
13	B	28	A
14	A	29	A
15	B	30	B

Superior			
NUTRICIONISTA			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	C
10	D	25	D
11	A	26	B
12	D	27	B
13	B	28	A
14	A	29	A
15	B	30	B

Superior			
ODONTÓLOGO I			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	A
10	D	25	C
11	A	26	A
12	D	27	B
13	B	28	A
14	A	29	A
15	B	30	B

Superior			
ODONTÓLOGO II			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	A
10	D	25	C
11	A	26	A
12	D	27	B
13	B	28	A

14	A	29	A
15	B	30	B

Superior			
PSICÓLOGO			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	D
10	D	25	B
11	A	26	D
12	D	27	C
13	B	28	A
14	A	29	A
15	B	30	B

Superior			
TERAPEUTA OCUPACIONAL			
1	D	16	B
2	A	17	A
3	D	18	A
4	A	19	B
5	D	20	B
6	A	21	A
7	D	22	D
8	B	23	B
9	A	24	B
10	D	25	C
11	A	26	D
12	D	27	D
13	B	28	A
14	A	29	A
15	B	30	B

## Campo Erê

### PREFEITURA

#### 1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073-2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 073/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto à Prefeitura Municipal de Campo Erê, SC, sita à Rua 1º de Maio, 736 inscrito no CNPJ nº 83.026.765/0001-28, representado pelo Prefeito Municipal Sr. RUDIMAR BORCIONI, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Campo Erê, inscrito no RG nº 13/C - 1.656.103 e CPF nº 621.359.109-53, denominado para este instrumento particular simplesmente CONTRATANTE e de outro lado a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, pessoa jurídica, de direito privado, com sede na Rodovia BR 282, km 607, s/n, no Município de Maravilha - SC, inscrita no CNPJ n.º 03.257.777.0001-24, Inscrição Estadual n.º 253.901.065, representada neste ato pelo Administrador Sr. Renato Adriano Seibt, brasileiro residente e domiciliado na cidade de Maravilha - SC, portador do CPF n.º 526.393.209-04, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO de ADIÇÃO E SUPRESSÃO ao Contrato 073/2014, oriundo do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1335/2014 na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2014, com fundamento no art. 65, II, "b", § 1º, da lei n.º 8.666/93, e nas condições a seguir mencionadas:

Considerando a necessidade de readequação da planilha orçamentária em razão da ocorrência de fato superveniente, ou seja, ocorrência da baixa capacidade de suporte do solo (solos moles), sendo necessária a adequação da prancha da pista, serviços não contemplados no certame licitatório;

Considerando o Laudo Emitido pelo Engenheiro da AMERIOS, responsável técnico pela elaboração do Projeto, onde constam os itens a serem aditivados e suprimidos, e que, os valores estão dentro daqueles permitidos no § 1º, do art. 65 da Lei 8.666/93;

Considerando as disposições legais que amparam o ato;

Celebra-se o presente Termo Aditivo de Aumento e Supressão de valores.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica suprimido o valor de R\$ 21.828,91 (vinte e um mil oitocentos e vinte e oito reais com noventa e um reais) e aumentado o valor de R\$ 77.146,12 (setenta e sete mil centos e quarenta e seis reais com doze centavos), perfazendo o valor de R\$ 55.317,21 (cinquenta e cinco mil trezentos e dezessete reais com vinte e um centavos) a ser aditivado.

#### CLAUSULA SEGUNDA

Fica alterado o valor do Constante na Clausula Nona do Contrato 073/2014 para R\$ 1.050.655,89 (um milhão cinquenta mil e seiscentos e sessenta e cinco reais com oitenta e nove centavos).

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam ratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Original, as quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos da Lei.

Campo Erê, Estado de Santa Catarina, em 14 de Abril de 2015.

GAIA RODOVIAS LTDA

RUDIMAR BORCIONI CONTRATADA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

MILTON JOSÉ STAUDT	GILMAR FIOR DE MEDEIROS
605.339.439-49	CPF 743.984.409-25

Rafael Caleffi

OAB/SC - 18.971

## Campos Novos

### PREFEITURA

#### PORTARIA 333/15

PORTARIA Nº 333/15 de 24/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) VITALINA APARECIDA FRESKI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) VITALINA APARECIDA FRESKI referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 18/01/15 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

#### PORTARIA 334/15

PORTARIA Nº 334/15 de 24/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) HELI RAMOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) HELI RAMOS referente ao período aquisitivo de 25/01/14 a 24/01/15 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

#### PORTARIA 335/15

PORTARIA Nº 335/15 de 24/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) JESIANE DE OLIVEIRA PINTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) JESIANE DE OLIVEIRA PINTO referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 18/01/15 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 336/15**

PORTARIA Nº 336/15 de 24/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) RITA THIBES SCHELEDER

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) RITA THIBES SCHELEDER referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 18/01/15 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 337/15**

PORTARIA Nº 337/15 de 24/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GISELE DA SILVA ALEXANDRE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GISELE DA SILVA ALEXANDRE referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 18/01/15 a serem gozadas no período de 15/01/15 a 13/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 338/15**

PORTARIA Nº 339/15 de 24/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALESSANDRA APARECIDA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALESSANDRA APARECIDA DA SILVA referente ao período aquisitivo de 19/01/14

a 18/01/15 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 339/15**

PORTARIA Nº 339/15 de 24/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ALESSANDRA APARECIDA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ALESSANDRA APARECIDA DA SILVA referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 18/01/15 a serem gozadas no período de 05/01/15 a 03/02/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 340/15**

PORTARIA Nº 340/15 de 24/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) SINARA CONRADI HOFFMANN

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) SINARA CONRADI HOFFMANN referente ao período aquisitivo de 19/01/14 a 18/01/15 a serem gozadas no período de 02/02/15 a 03/03/15.

C O M U N I Q U E - S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 430/15**

PORTARIA Nº 430/15 de 24/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARIA BERNADETE FRANÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARIA BERNADETE FRANÇA referente ao período aquisitivo de 16/02/12 a 16/02/13 a serem gozadas no período de 02/03/15 a 01/04/15.

**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 24 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA 431/15**

PORTARIA Nº 431/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARILENE APARECIDA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARILENE APARECIDA DA SILVA referente ao período aquisitivo de 04/12/13 a 03/12/14 a serem gozadas no período de 09/02/15 a 10/03/15.

**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA 432/15**

PORTARIA Nº 432/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NILVA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NILVA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 25/02/13 a 24/02/14 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA 433/15**

PORTARIA Nº 433/15 de 27/02/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) NORBERTO LUIZ MINUSCOLI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) NORBERTO LUIZ MINUSCOLI referente ao período aquisitivo de 01/03/13 a 28/02/14 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA 942/15**

PORTARIA Nº 942/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) CRISTIANE CAREZIA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) CRISTIANE CAREZIA referente ao período aquisitivo de 03/12/12 a 02/12/13 a serem gozadas no período de 23/02/15 a 22/03/15.

**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA 944/15**

PORTARIA Nº 944/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ROSIVETE GONÇALVES DIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ROSIVETE GONÇALVES DIAS referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal



**PORTARIA 950/15**

PORTARIA Nº 950/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ADELAIDE FERREIRA LOURENCI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ADELAIDE FERREIRA LOURENCI referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA 954/15**

PORTARIA Nº 954/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LUANA CORDEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LUANA CORDEIRO referente ao período aquisitivo de 01/03/14 a 28/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA 955/15**

PORTARIA Nº 955/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) GIONY VICENTE DA ROSA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) GIONY VICENTE DA ROSA referente ao período aquisitivo de 02/02/14 a 01/02/15 a serem gozadas no período de 19/12/14 a 18/01/15.

**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA 958/15**

PORTARIA Nº 958/15 de 31/03/15

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) MARGARETE NICOLOTTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

**RESOLVE:**

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) MARGARETE NICOLOTTI referente ao período aquisitivo de 26/02/14 a 25/02/15 a serem gozadas no período de 05/03/15 a 04/04/15.

**COMUNIQUE - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 31 de março de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**MOÇÃO Nº 31/2015**

MOÇÃO Nº 31/2015

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 139 e 140 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado ao homenageado a seguinte...

**"MOÇÃO DE PARABENIZAÇÃO"**

A pedido do vereador Maurílio Castro Campagnoni (Cássio) o Poder Legislativo de Campos Novos/SC, vem por meio de um dos seus representantes legais manifestar integral e irrestrita Parabenização a ...

"AMA - Associação de Pais e Amigos dos Autistas"

Pelo brilhante trabalho desenvolvido junto à comunidade campovenense, em especial pela passagem do dia Mundial do Autismo em 02 de abril.

A AMA é uma importante entidade que atua em nosso Município há 06 anos prestando um excelente trabalho com 45 alunos autistas.

Parabenizamos em especial a toda a equipe, aos funcionários e voluntários que não medem esforços para que o trabalho seja realizado com grande sucesso e dedicação, sempre batalhando para que nossos autistas tenham um futuro melhor.

Temos imenso orgulho de termos em nosso Município uma associação como esta com atendimento de qualidade e competência. Desejamos sorte e pleno sucesso a todos que de alguma maneira contribuem com nossos autistas.

Parabéns a toda equipe.

Sala das Sessões, em 08/04/2015.

Maurílio Castro Campagnoni

1º Secretário

Nelson Carafa

Presidente da Mesa

# Canoinhas

## PREFEITURA

### DECISÃO DE RECURSO DO PROCESSO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
DECISÃO DE RECURSO DO PROCESSO  
ADMINISTRATIVO

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrição no CNPJ sob nº. 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, nº. 10, Centro, torna público para todos os efeitos legais, que a decisão do Processo Administrativo decorrente do Processo Licitatório Nº. 06/2014, que a empresa SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA teve seu contrato rescindido nos termos do artigo 78, inciso I e foi aplicada a sanção do art. 87, inciso III, Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores quer seja suspensão do ato do direito de licitar com esta administração pelo período de um ano. O inteiro teor da decisão esta disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

### PORTARIA Nº 304/2015

PORTARIA Nº. 304/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 16 (dezesesseis) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora ELEONOR ADUR, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY  
Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº 305/2015

PORTARIA Nº. 305/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 03 (três) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora RONISE CRISTINA SIMÕES DE OLIVEIRA, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 1997/2002, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 2º. Fica autorizada a conversão de 06 (seis) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora SILVANA MARA KNOREK SPITZNER, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2003/2008, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 3º. Fica autorizada a conversão de 03 (três) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora MARILDA APARECIDA DRANKA, efetiva no cargo de Professor 3, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2010/2015, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 4º. Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Licença Prêmio em dinheiro à servidora NEUSELI APARECIDA RISKE, efetiva no cargo de Servente Feminino, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### PORTARIA Nº 306/2015

PORTARIA Nº. 306/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990; resolve:

#### AUTORIZA A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO

Art. 1º. Fica autorizada a conversão de 13 (treze) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor GERSON ORLANDO LANGER, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2005/2010, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 2º. Fica autorizada a conversão de 15 (quinze) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor HAMILTON CHAMBERG, efetivo no cargo de Auxiliar de Contabilidade, junto à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2006/2011, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 3º. Fica autorizada a conversão de 05 (cinco) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor LUIZ DIVAL CORDEIRO, efetivo no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2004/2009, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 4º. Fica autorizada a conversão de 03 (três) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor OTONIEL VICENTE DE LIMA, efetivo no cargo de Operador de Máquina, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2007/2012, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 5º. Fica autorizada a conversão de 07 (sete) dias de Licença Prêmio em dinheiro ao servidor DORIVAL DIAS PAULO, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 1998/2003, para quitar débitos tributários (IPTU), conforme requerimento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 307/2015**

PORTARIA Nº. 307/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990 e da Lei Municipal nº 5.139/2013 resolve:

#### **NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Fiscal II, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, o profissional WILSON MORESCHI, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2013, inscrita sob nº. 0488, e convocado conforme Edital nº 013 de 13 de março de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 15/04/2015, conforme comunicação interna nº 117/SMAFO/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

#### **PORTARIA Nº 308/2015**

PORTARIA Nº. 308/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

#### **NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Diogo Carlos Seidel, Maristela Murara Burgardt e Hamilton Chamberg sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar e elucidar os fatos que levaram a falta de pagamento do documento fiscal referente empenho nº 449/2012, conforme Comunicação Interna nº 121/SMAFO/2015.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 08 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 08/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 309/2015**

PORTARIA Nº. 309/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Educação Física, 20 horas semanais, 15% de regência, período matutino e vespertino, designada para o GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional MICHELLY DAYANI TODT, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 018/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 13/04/2015, conforme comunicação interna nº 183/SME/2015.

Art. 2º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Língua Portuguesa, 20 horas semanais, 15% de regência, período matutino e vespertino, designada para a EBM Maria Izabel de Lima Cubas e EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ROSANA CONTE, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2012 e Edital de Convocação nº 015/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 15/04/2015, conforme comunicação interna nº 181/SME/2015.

Art. 3º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para a EBM Maria Izabel de Lima Cubas, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional BEATRIZ DE FÁTIMA CORREA, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 13/04/2015, conforme comunicação interna nº 179/SME/2015.

Art. 4º - Fica nomeada para exercer o cargo de Professor de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para a EBM Maria Izabel de Lima Cubas, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional ELLI LEONILDA BEIJE BURZI, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 13/04/2015, conforme comunicação interna nº 178/SME/2015.

Art. 5º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para EBM Severo de Andrade, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional TATIELI PORTUGAL PACHECO, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 012/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 13/04/2015, conforme comunicação interna nº 182/SME/2015.

Art. 6º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para a EBM Maria Lovatel Pires, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional KARINA MICHEL, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 13/04/2015, conforme comunicação interna nº 180/SME/2015.

Art. 7º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da

Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 311/2015**

PORTARIA Nº. 311/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.305 de 03/07/1990, da Lei Complementar nº 0038/2011 e da Lei Municipal nº 4.851/2011; resolve:

**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada para o CEI Pedro Bandeira, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional GISELI LATICHUKY, aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 13/04/2015, conforme comunicação interna nº 186/SME/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento



**PORTARIA Nº 312/2015**

PORTARIA Nº. 312/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido LUIS ARTUR BURGARDT, efetivo no cargo de Odontólogo Suporte - CEO, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 30/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Fica exonerada a pedido ANA JULIA DELA BRUNA BRAND, contratada no cargo de Médico Clínico Geral - Região Interiorana, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 09/04/2015, conforme requerimento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 313/2015**

PORTARIA Nº. 313/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a ADELIA DOS SANTOS LILLER, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, com carga horária de 30 horas semanais, no CEI Fernando Pessoa, junto à Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 2014/2015, a desfrutar no período de 13/04/2015 a 12/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT

Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 314/2015**

PORTARIA Nº. 314/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a CÉLIO NAVROSKI, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2011/2012, a desfrutar no período de 13/04/2015 a 12/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 315/2015**

PORTARIA Nº. 315/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PRÊMIO**

Art. 1º - Ficam concedidos 60 (sessenta) dias de Licença Prêmio a LORI SEBASTIÃO ARTNER, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 13/04/2015 a 11/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 316/2015**

PORTARIA Nº. 316/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada a pedido MARIA ALICE MACHADO, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 09/04/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 09 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 09/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 317/2015**

PORTARIA Nº. 317/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme previsão do art.13, I da Lei Municipal nº. 2.307/1990 e da Lei Municipal nº 3.659/2003 resolve:

**NOMEIA APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL**

Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Fisioterapeuta, para atuar na Policlínica Municipal, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a profissional GISLAINE DOS SANTOS HOLLER, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no edital 001/2014, inscrita sob nº. 38944, e convocado conforme Edital nº 021 de 30 de março de 2015, iniciando as suas atividades a partir de 14/04/2015, conforme comunicação interna nº 103/SMS/2015.

Art. 2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos da Lei nº. 2.305 de 03/07/90.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

TELMA REGINA BLEY

Secretária Municipal de Saúde

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 318/2015**

PORTARIA Nº. 318/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, bem como, da Lei nº 2.305 de 03/07/1990:

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 da Lei Municipal 2.305/90, resolve:

**NOMEAR COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

Art. 1º - Nos termos dos artigos 163 e seguintes da lei 2.305 de 03/07/1990, fica nomeada COMISSÃO DE SINDICÂNCIA, composta pelos seguintes servidores públicos municipais: Diogo Carlos Seidel, Maristela Murara Burgardt e Hamilton Chamberg sob a presidência do primeiro.

Art. 2º - A referida comissão deverá apurar e elucidar os fatos que levaram a falta de pagamento dos documentos fiscais referentes aos empenhos nº 1683/2012 e 3681/2012, conforme Comunicação Interna nº 123/SMAFO/2015.

Art. 3º - A Comissão nomeada pela presente Portaria, nos termos do art. 135, incisos I, II e III do supra mencionado dispositivo legal, deverá emitir parecer conclusivo no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período se as circunstâncias o exigirem.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de abril de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

**PORTARIA Nº 319/2015**

PORTARIA Nº 319/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90 e Lei nº. 4.398 de 24/03/2009, resolve:

**PRORROGAR LICENÇA**

Art. 1º - Fica concedida Prorrogação de Licença Geração a CHAIANA GABRIELA SCHATZMANN, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, no CEI Vinicius de Moraes, junto à Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 14/04/2015 a 12/06/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.



Canoinhas/SC, 10 de abril de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº 320/2015**

PORTARIA Nº. 320/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

#### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a JOÃO MARIA CIRIACO, efetivo no cargo de Servente, junto à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, a desfrutar no período de 22/04/2015 a 21/05/2015, conforme requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de abril de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

### **PORTARIA Nº 321/2015**

PORTARIA Nº. 321/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

#### **RETIFICAR PORTARIA**

Art. 1º - Fica retificado o Artigo 1º da Portaria nº. 290/2015, passando a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º - Fica nomeada para exercer o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, designada a EBM Presidente Castelo Branco, junto à Secretaria Municipal de Educação, a profissional NOECI CECÍLIA GRANE-MANN DAMAS aprovada em hábil e competente concurso público previsto no Edital do Concurso Público nº 001/2014 e Edital de Convocação nº 016/SME/2015, iniciando as suas atividades a partir de 07/04/2015, conforme comunicação interna nº 165/

SME/2015.”

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de abril de 2015.  
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito

HAMILTON WENDT  
Secretário Municipal de Educação

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/04/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

# Capinzal

## PREFEITURA

### Lei 3.165/2015

LEI Nº 3.165, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Autoriza a contratação de operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Financeiro, até o valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, do Ministério das Cidades, resultado do Processo de Seleção do PAC 2 Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas - 3ª Etapa, nos termos da Portaria MCidades nº 053, de 01/02/2013, e suas alterações, no art. 9º da Resolução CMN nº 2.827, de 30/03/2001, e alterações posteriores, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a operação objeto da Lei, e Instrução Normativa nº 041, de 24/10/12, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º Os recursos resultantes da Operação de Crédito autorizada neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na execução de projeto integrante do Programa - PRÓ-TRANSPORTE, do MCIDADES, destinados ao recapeamento e a pavimentação de vias urbanas no Centro e no Loteamento João Evangelista Parizotto, no Bairro São Cristóvão.

§ 2º Em garantia ao empréstimo estabelecido neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM até o limite do valor do financiamento.

Art. 2º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 3º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga as seguintes Leis:

I - Lei nº 3.134, de 13 de agosto de 2014;

II - Lei nº 3.158, de 29 de dezembro de 2014.

Capinzal, em 13 de abril de 2015.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

## SIMAE

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/10/2015

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/10/2015

Processo Licitatório Nº CAO/0137/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de materiais de construção, destinados à ampliação (Etapa 01) da sede administrativa do SIMAE.

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 27 de abril de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 15 de abril de 2015.

Francieli da Rosa

Pregoeira

## Catanduvas

### PREFEITURA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2015 - PREGÃO Nº 0023/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0029/2015

PREGÃO Nº 0023/2015

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, limpeza e higiene para a entidade PATRONATO ANJO DA GUARDA ( Instituição de Acolhimento de Crianças e Adolescentes ) através do Repasse Fundo a Fundo do Estado para o custeio da Alta Complexidade.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 29 de abril de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 14 de abril de 2015, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvas - SC, 14 de abril de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

#### **TERMO DE CONVÊNIO PMC Nº 0002/2014**

TERMO DE CONVÊNIO PMC Nº 0002/2014

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC

CONVENIADO: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

OBJETO: O objetivo do presente Convênio de Cooperação Técnica e Financeira dos Municípios de Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval D'Oeste, Ibicaré, Luzerna, Lacerdópolis, Ouro, Tangará, Treze Tílias e Vargem Bonita com o Município de Joaçaba, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Joaçaba, para custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

VALOR: R\$ 0,09 (nove centavos) per capita por habitante, a ser repassado em 11 (onze) parcelas iguais de R\$ 910,08 (novecentos e dez reais e oito centavos), destinados ao pagamento das despesas de custeio do SAMU;

PRAZO: 12 (doze) meses, com início em 01/01/2015 e término em 31/12/2015.

ASSINATURA: 19 de dezembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita de Catanduvas

## Celso Ramos

### PREFEITURA

#### **EDITAL DE CADASTROS**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO - N.º 03/2015

O Município de Celso Ramos torna público que a partir da data de 30/03/2015, estará recebendo em sua sede, situada na Rua Dom Daniel Hostin, nº 930, centro, a respectiva DOCUMENTAÇÃO das empresas interessadas em efetuar o fornecimento de peças para a Prefeitura Municipal, conforme especificado no Edital do Processo de Licitação nº 36/2015, Pregão Presencial n. 23/2015 e de acordo com as condições adiante estabelecidas neste Edital.

#### 1 - DO OBJETIVO:

O objetivo do presente Edital é a contratação de EMPRESAS fornecedoras de peças interessadas em efetuar venda dos respectivos produtos à Prefeitura Municipal de Celso Ramos, conforme disposto na Constituição Federal, Leis 8.666/93 e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, mediante a celebração de CREDENCIAMENTO PARA EFETUAR A VENDA DE PEÇAS, mediante compatibilização das necessidades e demanda da frota de veículos e a disponibilidade de recursos financeiros da Prefeitura Municipal.

#### 2 - CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Os interessados poderão inscrever-se para o Credenciamento e respectivo fornecimento de peças a partir da primeira publicação do presente instrumento.

2.2. Serão consideradas credenciadas as empresas que apresentarem os Documentos enumerados no item 3.1 deste instrumento.

2.3. Os interessados poderão ter acesso ao Edital através da retirada de cópia no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, e ou no site [www.celsoramos.sc.gov.br](http://www.celsoramos.sc.gov.br).

2.4. Os interessados deverão encaminhar os documentos relacionados no item 3.1 Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, situada na Rua Dom Daniel Hostin, n. 930, Centro, no horário das 12:30h às 18:30h de segunda a sexta-feira.

#### 3 - DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

3.1. Para credenciamento as empresas deverão apresentar os seguintes documentos:

Documentos de habilitação

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Certidão simplificada expedida pela Junta Comercial do estado onde se situa a sede da licitante ou ato constitutivo e alterações subsequentes, devidamente registrados, em se tratando de sociedade comercial, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores - SINTEGRA;
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Documentos para comprovação da qualificação técnica:

- a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b. Prova de inscrição no cadastro estadual de contribuintes da sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- c. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de:
  - Certidão negativa de débitos referentes a tributos e contribuições federais expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e
  - Certidão negativa quanto à dívida ativa da União expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- d. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com a prestação licitada;
- e. Certidão de inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social - CND/INSS;
- f. Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- g. Certidão Municipal
- h. Declaração de que não emprega de menor - Declaração da proponente que atende ao inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que diz o seguinte: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".
- i. Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade quando expresso na própria certidão.
- j. Certidão de Negativa de Débitos trabalhistas

#### 4 - CONDIÇÕES PARA O FORNECIMENTO DAS PEÇAS

4.1. O Departamento de Compras efetuará a solicitação de orçamento referente às peças que necessita adquirir através de email que será enviado às empresas credenciadas. O prazo para o envio do respectivo orçamento completo (todas as peças solicitadas) pelas empresas será de 24 horas após a emissão do pedido pelo Departamento de Compras.

4.2. Somente depois de o orçamento ser aprovado pelo Departamento de Compras, a Administração irá efetivar a aquisição das peças e materiais que deverão ser entregues no prazo de 3 dias úteis, sendo emitida a respectiva nota fiscal eletrônica em nome da Prefeitura Municipal de Celso Ramos, que se responsabilizará pelo pagamento.

4.3. Não se admitirá de forma alguma orçamentos incompletos, repetitivos e nem via fax, sendo aceito por e-mail ou a via original.

4.4. Os orçamentos deverão ser em papel timbrado da empresa contendo no mínimo: descrição completa do material cotado, carimbo do CNPJ, identificação do responsável pela assinatura, prazo de validade do orçamento e data.

4.5. Serão considerados nulos os orçamentos, quando existirem circunstâncias caracterizadoras de ajustes para burlar preços junto a administração, especialmente mediante apresentação recíprocas ou de orçamentos idênticos por parte das empresas credenciadas.

4.6. O Departamento de Compras efetuará a análise dos orçamentos enviados pelas empresas credenciadas e fará a aquisição das peças junto ao estabelecimento que ofertar o menor preço.

4.7. Após o Departamento de Compras emitir a autorização de fornecimento, as empresas terão 3 dias úteis para fazer o envio das peças à oficina mecânica informada pela Administração, com o envio da respectiva nota fiscal eletrônica para o endereço compras@celsoramos.sc.gov.br.

#### 5 - DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - O pagamento das peças adquiridas será efetuado em favor da empresa credenciada que ofertar o menos preço, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, em até 30 dias após o envio da respectiva Nota Fiscal/Fatura ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Celso Ramos.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento de peças objeto do presente Edital correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2015 e 2016.

#### 6 - INFORMAÇÕES

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Celso Ramos pelo telefone (49) 3547 1211.

Celso Ramos, 30 de março de 2015.  
Ines Terezinha Pegoraro Schons  
Prefeita Municipal

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### 202.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIANº 202/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública VILMA ROSA CORREIA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Oficial Administrativo - 40 horas, na Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 13.04.15 a 27.04.15 (15 quinze) dias, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 13.04.015.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 14 de abril de 2015.º.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

### EDITAL Nº 03/2015 - SMECE

estado de santa catarina  
município de chapadão do lageado  
EDITAL Nº 03/2015 - SMECE

JOSÉ BRAULIO INÁCIO, Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista o que dispõe o artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal nº 085/99 e alterações posteriores, Lei Complementar Municipal nº 040/2009 e Decreto nº 075/2009, torna público pelo presente Edital, as normas para Chamada Pública, em razão de esgotamento da listagem de classificados no Processo Seletivo Nº 01/2014/SMECE.

A chamada para admissão em caráter temporário (ACT), havendo esgotamento da lista de classificados no processo seletivo Edital nº 01/2014/SMECE será feita mediante Chamada Pública, a ser expedida pela Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, que deverá ser amplamente divulgada, utilizando-se dos meios disponíveis (site oficial da Prefeitura, mural público, escolas, rádio, entre outros).

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES divulgará o quadro de vagas, a carga horária, o local de trabalho e o motivo da contratação.

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, no mesmo ato, expedirá Chamada Pública, convocando os candidatos que manifestarem interesse em assumir as vagas disponíveis, dentro de suas habilitações, respeitados todos os critérios e pré-requisitos

no Edital.

A Comissão Especial designada pela Portaria nº 163/2015, responsável pela operacionalização do Edital nº 03/2015 - SMECE deverá proceder à chamada Pública das vagas remanescentes após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram vaga.

Os candidatos interessados deverão dirigir-se à sede da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no dia 17.04.2015 (sexta-feira) às 09h00min, munidos de documentos pessoais, comprovação de sua habilitação, comprovante de tempo de serviço no município (se houver) e/ou comprovante de tempo de atuação na disciplina da vaga pleiteada, emitido pela Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura.

Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, a classificação destes candidatos obedecerá aos seguintes critérios:

#### DISCIPLINAS ESPECÍFICAS:

1º Diploma de Licenciatura Plena, na disciplina da vaga;

2º Certificado de Ensino Médio, frequentando Curso Superior, em Licenciatura Plena, na disciplina da vaga;

3º) Certificado de Ensino Médio, com Curso Superior em Licenciatura Plena, em qualquer disciplina e/ ou área de ensino;

4º) Certificado de Ensino Médio, frequentando Curso Superior em Licenciatura Plena, em qualquer disciplina e/ ou área de ensino;

5º) Certificado de Ensino Médio.

Havendo dois ou mais candidatos classificados em um mesmo item acima, serão considerados os seguintes critérios de desempate:

- Maior tempo de serviço na área de atuação e/ ou disciplina da vaga (mediante apresentação do respectivo comprovante);
- Maior tempo de serviço no Município de Chapadão do Lageado (mediante apresentação do respectivo comprovante);
- Maior idade.

Maiores esclarecimentos serão fornecidos pela Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.  
Chapadão do Lageado, 14 de abril de 2015.

José Bráulio Inácio  
Prefeito Municipal

CHAMADA PÚBLICA ACTS/2015  
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

#### QUADRO DE VAGAS

FUNÇÃO	LOCAL DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	MOTIVO DA CONTRATAÇÃO
PROFESSOR DE CIÊNCIAS	Escolas Municipais	15	Substituição em razão de Licença Gestação.
PROFESSOR DE ARTES	Escolas Municipais	25	Substituição em razão de Licença Gestação.

Comunicamos aos candidatos interessados que a chamada pública será realizada na data, horário e local abaixo informado:

Data: 17/04/2015 (sexta-feira)

Horário: às 09h00min

Local: Sede da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e



Esporte, do Município de Chapadão do Lageado, situada na Rua Alan Regis Inácio, Centro. (atrás da Prefeitura)

Chapadão do Lageado, 14 de abril de 2015.  
EMERSON HOFFMANN  
Secretário de Educação, Cultura e Esportes

### **ERRATA DOS DECRETOS 035, 036, 037 E 038**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

#### **ERRATA**

Na Edição nº 1716 do Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, publicada em 02.04.2015, Decretos nº 035, 036, 037, e 038;

Onde se lê:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 01 de março de 2015.

Leia-se:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 01 de abril de 2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 14 DE ABRIL DE 2015.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 30 de abril de 2015, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é formação de registro de preços para aquisição de medicamentos para atender a demanda do Fundo Municipal de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 15 de abril de 2015.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DE EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2015

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 29 de abril de 2015, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de peças para conserto do Microônibus Iveco 70C16, ano 2010, placa MJH 4889, utilizados no transportes de alunos da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: [compras@chapadaodolageado.sc.gov.br](mailto:compras@chapadaodolageado.sc.gov.br), endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 15 de abril de 2015.  
JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO 2013**

CÂMARA DE VEREADORES DE  
CHAPADÃO DO LAGEADO-SC  
CONTAS APROVADAS

As contas do Prefeito José Bráulio Inácio, relativas ao exercício de 2013, se encontram na Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores para análise e também a disposição do cidadão.

O Tribunal de Contas através do Parecer Técnico, pronunciou-se pela aprovação das referidas contas. A Comissão tem 60 (sessenta) dias para análise das mesmas.

Chapadão do Lageado, 14 de abril de 2015.  
NIBAR DA SILVA  
Presidente



**PORTARIA N.º07/2015 DE 14/04/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

PORTARIA N.º07/2015 de 14/04/2015

"Designar O Vereador (Vice-Presidente) para representar essa Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, junto a Reunião do Conselho Consultivo da UCAVI".

NIBAR DA SILVA, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em virtude de compromissos previamente agendados.

**RESOLVE:**

Art. 1.º Designar o Vereador Sr. Amilton Carlos Westphal (Vice-Presidente), para representar a Câmara de Vereadores junto a Reunião do Conselho Consultivo da UCAVI, no dia 16 de abril de 2015 tendo como local a Sede da AMAVI no Município de Rio do Sul - SC.

Art. 2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Chapadão do Lageado, em 14 de abril de 2015.

NIBAR DA SILVA

Presidente da Câmara

**Cocal do Sul****PREFEITURA****EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/FMAS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: ATEKY INFORMÁTICA LTDA - EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/FMAS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/FMAS/2015

Objeto: cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de Brinquedos Lúdicos e Pedagógicos, no atendimento ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 06/04/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 129,93 (Cento e vinte e nove reais e noventa e três centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/PMCS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: ORLEANS INFORMÁTICA EIRELI EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/PMCS/2015

Objeto: estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de Material de Limpeza e afins, para uso no Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 06/04/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 65.278,08 (Sessenta e cinco mil duzentos e setenta e oito reais e oito centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

**SAMAE - COCAL DO SUL****PREGÃO PRESENCIAL 11/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:30 horas do dia 30 de Abril de 2015, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 11/2015, para aquisição de Tubos de Concreto Armado, Tubos de Concreto Simples e lajotas sextavadas de 8cm de espessura, conforme descrição no Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:30 horas do dia 30 de Abril de 2015. A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 - Bairro Jardim Bela Vista - Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: [www.samaecocaldosul.sc.gov.br](http://www.samaecocaldosul.sc.gov.br). Cocal do Sul-SC, 14 de Abril de 2015. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE

**PREGÃO PRESENCIAL 12/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:30 horas do dia 04 de Maio de 2015, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 12/2015, para aquisição de combustíveis diversos para a frota de veículos e máquinas desta Autarquia, conforme descrição no Anexo I do edital. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:30 horas do dia 04 de Maio de 2015. A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 - Bairro Jardim Bela Vista - Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: [www.samaecocaldosul.sc.gov.br](http://www.samaecocaldosul.sc.gov.br). Cocal do Sul-SC, 14 de Abril de 2015. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE

**Concórdia****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 6/2015-PMC**

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 6/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de treinamento visando a prestação de serviços de ministrar cursos, seminários, conferências para crianças e adolescentes, alunos da rede de ensino municipal, Entidades governamentais e não governamentais, rede de atendimento a crianças e adolescentes e socioassistencial, profissionais, conselheiros tutelares e municipais. Com recursos próprios do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA; Recursos próprios, federais do IGD/PBF, IGD/SUAS, PAEFI, PAIF, estaduais Básica Custeio, CREAS Custeio do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS; Próprios da SEDES Conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 08 h e 15 min do dia 05/05/2015.

Início da Sessão: dia 05/05/2015, às 08h e 30min, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 14 de Abril de 2015.

LAURI GARBOSSA

Secretário SEDES

**DECRETO Nº 322/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 322/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Dá nova redação ao item 3 da alínea "b" do inciso I do art. 2º do Decreto nº 189/2014, de 27 de fevereiro de 2014 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.384, de 15 de dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º O item 3 da alínea "b" do inciso I do art. 2º do Decreto nº 189/2014, de 27 de fevereiro de 2014 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, do Município de Concórdia, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

3. NARA RUBIA RUX AGRA SOCHA - representante da Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco de Concórdia;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA  
ROSA  
Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 323/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 323/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Altera dispositivos do Decreto nº 258/2012, de 29 de fevereiro de 2012 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Educação - CME.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 159, de 1º de junho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.201, de 3 de março de 2000 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 258/2012, de 29 de fevereiro de 2012 e alterações, que designam membros para integrar o Conselho Municipal de Educação - CME, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - o inciso I do art. 1º passa a vigorar com a seguinte redação:

“I - representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) titular: FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA;

b) suplentes:

1. NATALIA SILVEIRA LIMA;

2. MARCIA FARINELLA SOARES DE CAMPOS;” (NR)

II - fica acrescido inciso VI ao art. 2º com a seguinte redação:

“VI - representantes dos professores da Rede Pública Estadual:

a) titular: SERGIO CORDEIRO RIGHI;

b) suplentes:

1. IVETE MARIA HERMES;

2. MARCELO SOARES DE CAMPOS.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 324/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 324/2015, DE 26 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre o expediente nas repartições públicas municipais no dia 2 de abril de 2015.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O expediente nas repartições públicas municipais, no dia 2 de abril de 2015, será em turno único, das 7 às 13 horas, exceto aos serviços considerados essenciais, prestados:

I - pelo Abrigo Provisório Anjo Gabriel;

II - pelo Terminal Rodoviário;

III - pela Vigilância Sanitária, conforme escala do setor;

IV - pelos Agentes da Autoridade de Trânsito.

Parágrafo único. O atendimento das Unidades Educacionais será de acordo com calendário próprio, aprovado pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 325/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 325/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.809, de 9 de março de 2007 e no Decreto nº 5.215, de 12 de julho de 2007.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas, para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos

Profissionais da Educação - FUNDEB, as pessoas abaixo mencionadas, com os respectivos órgãos ou entidades que representam, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 27 de abril de 2015:

I - representantes da Secretaria Municipal de Educação:

a) titular: ORIDES STORCHIO;

b) suplente: MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO;

II - representantes da Secretaria Municipal de Finanças:

a) titular: FABIELE MAIER DUARTE;

b) suplente: GREICE KELLEN MORCHE;

III - representantes dos professores da educação básica pública municipal:

a) titular: IVONE MARXREITER BEDIN;

b) suplente: SINTIA MARA HERPICH;

IV - representantes dos diretores das escolas públicas municipais:

a) titular: EMERSON RODRIGO KOCH;

b) suplente: ARLETE CRISTINA MENEGAT;

V - representantes dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais:

a) titular: RUBENS EUGENIO BRUSCO;

b) suplente: CLAUDIA REGINA CARDOSO;

VI - representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais:

a) titulares: SANDRA BRANDALISE e ALTAIR NICOLLI;

b) suplentes: DEBORA GRACE BACH KALSING e LEONILDA TEREZINHA ROBAERT;

VII - representantes dos estudantes da educação básica pública municipal:

a) titulares: LUCIANA DOS ANJOS e NEIDE SALETTE CAPELLESSO FERREIRA DE RAMOS;

b) suplentes: JANETE DE SOUZA PACIFICO e DIVONEI ANTUNES;

VIII - representantes do Conselho Municipal de Educação:

a) titular: LUCIANA RITA BELLINCANTA SALVI;

b) suplente: CLAUDIA GATTI;

IX - representantes do Conselho Tutelar:

a) titular: MARINEZ OLIVEIRA DOS SANTOS;

b) suplente: HELMI ERNI GOSENHEIMER.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA  
ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 326/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 326/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dá nova redação ao inciso III do art. 1º do Decreto nº 124/2013, de 15 de janeiro de 2013 e alterações, que designam servidores responsáveis pela realização de despesas sob os regimes de adiantamento e autonomia de gestão financeira.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 4º da Instrução Normativa nº TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

DECRETA:

Art. 1º O inciso III do art. 1º do Decreto nº 124/2013, de 15 de janeiro de 2013 e alterações, que designam servidores responsáveis pela realização de despesas sob os regimes de adiantamento e autonomia de gestão financeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

III - LEONICE PARIZOTTO CAMARGO, Secretária Municipal de Finanças;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 327/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 327/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre o desligamento do servidor MARIO LUIZ ROTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligado, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder

Executivo, a partir de 1º de abril de 2015, o servidor MARIO LUIZ ROTA, ocupante do cargo de Escriturário, regime celetista, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### DECRETO Nº 328/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 328/2015, DE 27 DE MARÇO DE 2015.

Concede licença remunerada para cursar mestrado à servidora CASSIA BORTOLI RONCAGLIO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 15 de abril de 2015, à servidora CASSIA BORTOLI RONCAGLIO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 52965-01, licença remunerada para cursar mestrado, pelo período de 1 (um) ano.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### DECRETO Nº 329/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 329/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Concede gratificação, pelo exercício de função de direção, a servidora SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, no art. 84 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações, na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração e no Decreto nº 232/2005, de 15 de fevereiro de 2005, e considerando que, além das atribuições inerentes ao cargo de origem, a servidora abaixo integra o Grupo de Formadores, com a finalidade de capacitar os professores da Rede Pública Municipal de Ensino.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir de 6 de abril de 2015, a servidora SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 70912-01, do quadro de pessoal de provimento efetivo do Magistério Público Municipal, gratificação pelo exercício de função de direção, equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento, enquanto perdurarem os trabalhos no Grupo de Formadores.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
---

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### DECRETO Nº 330/2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 330/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA no cargo de Diretora Pedagógica.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 39063-03 e 39063-08, para exercer o cargo de Diretora Pedagógica - Secretaria Municipal de Educação, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 1º de abril de 2015.



Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica revogado o inciso II do art. 1º do Decreto nº 125/2015, de 2 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 331/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 331/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia ANALU SLOGO no cargo de Diretora de Divulgação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora ANALU SLOGO, para exercer o cargo de Diretora de Divulgação - Assessoria de Comunicação Social, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provisão em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento), a partir de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 332/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 332/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia ANA CAMILA FUHRMANN MÜLLER no cargo de Controladora da Divisão de Benefícios Sociais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora ANA CAMILA FUHRMANN MÜLLER, para exercer o cargo de Controladora da Divisão de Benefícios Sociais - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provisão em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 6, acrescidos da gratificação de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	LAURI GARBOSSA Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 333/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 333/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Nomeia FERNANDA MARCIA DE FRANCESCHI no cargo de Encarregada da Seção da Central de Medicamentos.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora FERNANDA MARCIA DE FRANCESCHI, para exercer o cargo de Encarregada da Seção da Central de Medicamentos - Secretaria Municipal de Saúde, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provisão em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal



BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA  
ROSA  
Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE  
Secretário Municipal de saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 334/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 334/2014, DE 31 DE MARÇO DE 2014.

Exonera o servidor MARIO LUIZ ROTTA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o servidor MARIO LUIZ ROTTA, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Almoxarifado, a partir de 1º de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 335/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 335/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Concede gratificação pelo exercício de função de direção a servidoras.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida às servidoras abaixo relacionadas, gratificação equivalente a 50% (cinquenta por cento) sobre os respectivos vencimentos, pelo exercício de função de direção, com dedicação exclusiva:

I - CATIANE ALBIERO, ocupante dos cargos Professor, códigos 10.12, matrículas 39195-06 e 39195-08, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Mundo da

Criança, no período de 1º a 15 de abril de 2015;

II - KAREN SANDRA MAGEDANS WILSKE, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 104221-00, pelo desempenho da coordenação do Centro Municipal de Educação Infantil Acalanto, no período de 16 a 30 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA  
ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **DECRETO Nº 336/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 336/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Exonera, a pedido, a servidora MARLI DA SILVA BERGAMIM.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora MARLI DA SILVA BERGAMIM, do cargo de provimento em comissão de Controladora da Divisão Logística, a partir de 30 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

**DECRETO Nº 337/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 337/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor LAURI DO PRADO VARGAS.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, nos meses de abril a junho de 2015, ao servidor LAURI DO PRADO VARGAS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 92606-03, o gozo de 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I - 2 (dois) meses, relativos ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2003 a 16 de fevereiro de 2008;

II - 1 (um) mês, relativo ao quinquênio - período aquisitivo de 17 de fevereiro de 2008 a 16 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**ERRATA SEMAD**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**ERRATA**

A Secretaria Municipal de Administração, torna pública a correção do Extrato do Termo de Permissão de Uso Gratuito nº 5/2015, passando a vigorar da seguinte forma: Prazo: onde consta: "31/12/2016", leia-se: "31/12/2015".

Concórdia, SC, 14 de abril de 2015.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 161/2014 -PMC**

Contrato Nº : 161/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CLECIANE MELANIA PASINATTO ME

Licitação : Inexigibilidade 41/2014

Objeto : Aquisição de passes para idosos com mais de 65 anos, residentes no Município, em conformidade com a Lei Municipal nº 3.087 de 04 de setembro de 1998 e Decreto nº 1.011 de 18 de dezembro de 2013.

Vigência : Início: 09/04/2015 Término: 16/04/2016

Assinatura : 09/04/2015

Valor R\$: 3.671,04 (Três Mil, Seiscentos e Setenta e Um Reais e Quatro Centavos)

Dotação : 140 - 09.001.2033.333903999000000.01000001

**EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 344/2014 -PMC**

Contrato Nº : 344/2014

Aditivo Nº : 1TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : MARAN MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 28/2014

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada global (material e mão de obra) para aquisição com fornecimento e instalação de guarda-corpos e corrimãos em tubos de aço galvanizado, no município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 21/05/2015 Término: 20/06/2015

Assinatura : 07/04/2015

Valor R\$: 0,00 (Zero)

**EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 2/2013 -FUMDEMA**

Contrato Nº : 2/2013

Aditivo Nº : 2 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Contratada : CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2013

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia sanitária para prestação de serviço de coleta seletiva e transporte de resíduos sólidos recicláveis, neste Município

Vigência : Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016

Assinatura : 10/03/2015

Valor R\$: 256.709,52 (Duzentos e Cinquenta e Seis Mil, Setecentos e Nove Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Dotação : 316 - 18.001.2503.333903928000000.01000001

**EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº185/2014 -PMC**

Contrato Nº : 185/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TMK ENGENHARIA EIRELI ME

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2014

Objeto : contratação de serviços para levantamento topográfico e desmembramento de áreas, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? deste Edital.

Vigência : Início: 13/04/2015 Término: 12/07/2015

Assinatura : 07/04/2015

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

**EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 408/2014 -PMC**

Contrato Nº : 408/2014

Aditivo Nº : 4 TA/2015

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 11/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra, no regime de empreitada por preços máximos unitários (material, mão de obra e equipamentos) de alargamento de pista na Rua João Suzin Marini, Centro, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

Vigência : Início: 08/04/2015 Término: 24/05/2015

Assinatura : 07/04/2015

Valor R\$ : 0,00 (Zero)

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

**EXTRATO 9º TA CONTRATO Nº 230/2014 -PMC**

Contrato Nº : 230/2014

Aditivo Nº : 9 TA/2015

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da via que liga o loteamento Sintrial ao Distrito de Presidente Kennedy, localizada neste Município, com recursos oriundos do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/05/2016

Assinatura : 01/04/2015

Valor R\$ : 97.939,24 (Noventa e Sete Mil, Novecentos e Trinta e Nove Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Dotação : 121 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 126 - 08.001.1009.344905198000000.01390001

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 117/2015 - PMC**

Contrato Nº : 117/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : LPA LIMAS PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA ME

Licitação : Inexigibilidade 20/2015

Objeto : O objeto do presente contrato é a realização de show artístico, apresentado pela banda Família Lima durante as festividades de inauguração da Rua Coberta - Leonel Mosele.

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/05/2015

Assinatura : 01/04/2015

Valor R\$ : 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903923000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2015 - PMC**

Contrato Nº : 118/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TERRAPLANA M.M &amp; CIA LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 11/2015

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para possível contratação, durante o exercício de 2015, de horas máquinas e transporte de terra e calcário, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Transportes e Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 01/04/2015 Término: 31/12/2015

Assinatura : 01/04/2015

Valor R\$ : 37.200,00 (Trinta e Sete Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 95 - 07.001.2026.333903961000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 119/2015 - PMC**

Contrato Nº : 119/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA REABILITAR LTDA

Licitação : Pregão Presencial 29/2015

Objeto : Aquisição de Vacina contra gripe H1N1, para os servidores da Prefeitura Municipal de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 07/04/2015 Término: 04/10/2015

Assinatura : 07/04/2015

Valor R\$ : 78.120,00 (Setenta e Oito Mil e Cento e Vinte Reais)

Dotação : 46 - 06.002.2013.333903009000000.01010000

Dotação : 192 - 12.001.2043.333903009000000.01000001

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/2015 - PMC**

Contrato Nº : 120/2015

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : DALVEMAR ENGENHARIA LTDA

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 7/2015

Objeto : a) Contratação de empresa do ramo de construção civil e/ou estruturas pré-moldadas de concreto, para construção de 3 (três) Galpões e estrutura para caixa d'água em regime de empreitada global (material e mão de obra);b) Contratação de empresa do ramo de construção civil e/ou irrigação e drenagem para construção de cisterna, em regime de empreitada global (material e mão de obra);2.1.1. As obras deverão ser executadas no Parque de Exposições, neste município, de acordo com o Memorial

Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D e E do Edital.  
Vigência : Início: 09/04/2015 Término: 07/08/2015  
Assinatura : 09/04/2015  
Valor R\$: 256.625,87 (Duzentos e Cinquenta e Seis Mil, Seiscientos e Vinte e Cinco Reais e Oitenta e Sete Centavos)

Dotação : 97 - 07.001.2026.344905198000000.01000001

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 121/2015 - PMC**

Contrato Nº : 121/2015  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA  
Contratada : DICAVE - GARTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE VEICULOS LTDA  
Licitação : Pregão Presencial 31/2015  
Objeto : Aquisição de um veículo, tipo caminhão, 8x4, novo, e uma carroceria tipo plataforma, nova, para transporte de máquinas pesadas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital  
Vigência : Início: 09/04/2015 Término: 08/04/2016  
Assinatura : 09/04/2015  
Valor R\$: 278.000,00 (Duzentos e Setenta e Oito Mil Reais)

Dotação : 177 - 11.001.1013.344905252000000.01000001

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 122/2015 - PMC**

Contrato Nº : 122/2015  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA  
Contratada : VERSATIL IMPLEMENTOS RODOVIARIOS LTDA ME  
Licitação : Pregão Presencial 31/2015  
Objeto : Aquisição de um veículo, tipo caminhão, 8x4, novo, e uma carroceria tipo plataforma, nova, para transporte de máquinas pesadas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital  
Vigência : Início: 09/04/2015 Término: 08/04/2016  
Assinatura : 09/04/2015  
Valor R\$: 38.650,00 (Trinta e Oito Mil e Seiscientos e Cinquenta Reais)

Dotação : 177 - 11.001.1013.344905252000000.01000001

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 123/2015 - PMC**

Contrato Nº : 123/2015  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA  
Contratada : L B COMERCIO E SERVICOS LTDA  
Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 3/2015  
Objeto : Contratação de empresa, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para execução de drenagem pluvial, a ser realizada nas Ruas 29 de Julho, Charruas, Tapes e Carajás, localizadas no Bairro Itaíba, com recursos oriundos do Convênio nº 789301/2013, através do Processo nº 2623.1007674-17/2013, celebrado com a Caixa Econômica Federal/ Ministério das Cidades e contrapartida municipal.  
Vigência : Início: 09/04/2015 Término: 07/08/2015  
Assinatura : 09/04/2015  
Valor R\$: 499.998,99 (Quatrocentos e Noventa e Nove Mil, Novecentos e Noventa e Oito Reais e Noventa e Nove Centavos)

Dotação : 125 - 08.001.1009.344905198000000.01340000

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 124/2015 - PMC**

Contrato Nº : 124/2015  
Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA  
Contratada : DECÂNDIDO SONORIZAÇÕES E EVENTOS EIRELI ME  
Licitação : Pregão Presencial 33/2015  
Objeto : Contratação de empresa especializada, para fornecimento de estrutura de som, luzes e palco, visando ao atendimento da programação relacionada à inauguração da Rua Coberta, a ser realizada no período de 17 a 19 de abril de 2015, neste município.  
Vigência : Início: 09/04/2015 Término: 08/06/2015  
Assinatura : 09/04/2015  
Valor R\$: 34.900,00 (Trinta e Quatro Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 163 - 10.001.2039.333903912000000.01000001

#### **EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE PERMANÊNCIA Nº 2/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE PERMANÊNCIA Nº 2/2015

ESPÉCIE: Termo de Compromisso de Permanência no Serviço Público Municipal, consoante previsão contida no art. 58 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações e no Decreto nº 5.678, de 25 de janeiro de 2012, firmado com a servidora CASSIA BORTOLI RONCAGLIO, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 52965-01, 40 (quarenta) horas semanais.

OBJETO: A servidora, requerendo a concessão de licença remunerada para cursar mestrado, assume os compromissos constantes no referido Termo.

PERÍODO: 1 (um) ano, a partir de 15 de abril de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 27 de março de 2015.

#### **LEI COMPLEMENTAR Nº 689**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 689, DE 27 DE MARÇO DE 2015.  
Autoriza o Município celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a Sociedade de Bochas 1º de Setembro.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar Termo de Concessão de Direito Real de Uso, com prazo a ser fixado no respectivo Termo, da área de terras de 5.000m², com a Sociedade de Bochas 1º de Setembro, inscrita no CNPJ sob nº 74.073.131/0001-35, destinada à regularização da sede da Entidade, do imóvel caracterizado como: parte do lote rural nº 38, do 15º Bloco da Colônia Concórdia, Propriedade Rio do Engano, com área de 5.000m², sem benfeitorias, registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 35.290, Livro nº 3 - "AG".

Art. 2º Nos termos do art. 88, § 1º, da Lei Orgânica do Município e caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, fica dispensada/inexigida a realização de licitação para a referida concessão.



Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 27 de março de 2015.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 690**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI COMPLEMENTAR Nº 690, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Amplia o número de vagas de cargos constantes nas Leis Complementares nºs. 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e 198, de 26 de junho de 2001 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica ampliado o número de vagas de cargos constantes no Anexo I da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, que dispõem sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS do Poder Executivo, Autarquia e Fundações, institui novos Padrões de Vencimento e estabelece normas gerais de enquadramento, na forma abaixo:

I - Agente de Controle Interno: de "2" para "4" vagas;

II - Assistente Social: de "12" para "14" vagas;

III - Auxiliar de Creche: de "145" para "155" vagas;

IV - Enfermeiro: de "25" para "30" vagas;

V - Fiscal de Obras e Posturas: de "5" para "7" vagas;

VI - Psicólogo: de "8" para "10" vagas;

VII - Técnico Legislativo: de "7" para "10" vagas;

VIII - Técnico em Enfermagem: de "65" para "70" vagas.

Art. 2º Fica ampliado para "17" (dezessete) o número de vagas do cargo de Técnico de Enfermagem Comunitário, constante no Anexo Único da Lei Complementar nº 198, de 26 de junho de 2001 e alterações, que acresce cargos temporários na Lei Complementar nº 100, de 27 de março de 1995, para implantação do programa Estratégia Saúde da Família, instituído pelo Ministério da Saúde do Governo Federal.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

### **LEI ORDINARIA Nº 4735**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.735, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Município, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação - SEDES, efetuar despesas com vistas à realização da etapa microrregional dos "Jogos Abertos da Terceira Idade", no Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º Fica o Município, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, autorizado a efetuar despesas, até o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com vistas à realização da etapa microrregional dos "Jogos Abertos da Terceira Idade", no Município de Concórdia, que acontecerá no dia 15 de abril de 2015.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças	LAURI GARBOSSA Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa

**LEI ORDINARIA Nº 4736**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.736, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Município celebrar convênios com Entidades.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a celebrar convênio com as seguintes entidades:

I - Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia - CDL, inscrita no CNPJ sob nº 83.577.106/0001-80, objetivando a conjunção de esforços para auxiliar na realização da campanha "Sábado D", no sentido de reforçar a condição do Município como polo regional de compras e negócios, durante o exercício de 2015, desde que haja convenção coletiva de horários para este fim, celebrado entre as entidades Sindicais, Profissionais e Econômicas do Comércio, podendo o Município participar com o valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

II - Águas do Alto Uruguai Convention & Visitors Bureau, inscrita no CNPJ sob nº 05.770.614/0001-76, objetivando a conjunção de esforços para estruturação, incentivo ao desenvolvimento e difusão do turismo no Município de Concórdia, mediante apoio logístico na realização e participação de eventos, podendo o Município participar com o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

III - Federação Catarinense de Motociclismo - FCM, inscrita no CNPJ sob nº 76.557.081/0001-97, objetivando a conjunção de esforços no sentido de realizar e promover a 2ª Etapa do Campeonato Catarinense de Motocross no Município de Concórdia, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e 21 (vinte e uma) horas máquina;

IV - Associação de Turismo Rural do Engenho, inscrita no CNPJ sob nº 05.618.348/0001-60, objetivando a conjunção no sentido de estabelecer de programa de cooperação financeira para investimentos em projetos turísticos e área de lazer, podendo o Município participar com o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

V - Clube Bandeirantes, inscrito no CNPJ sob nº 78.478.823/0001-14, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Tamanduá e população em geral, estruturação de local para o desenvolvimento das atividades culturais, esportivas e outros eventos sociais, podendo o Município participar com o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 2º Fica a Fundação Municipal de Esportes - FMEC, autorizada a celebrar convênios com as seguintes Entidades:

I - Associação de Pais e Amigos do Voleibol - APAV, inscrita no CNPJ sob nº 07.942.391/0001-02, objetivando a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte, tendo como finalidade a representação do Município e seus apoiadores em competições de voleibol, como Liga Oeste, Estadual Infantil, Taça Paraná, Copa Sogipa, OLESC e joguinhos, além de amistosos e outras competições, podendo a FMEC participar com R\$ 54.100,00 (cinquenta e quatro mil e cem reais);

II - Associação dos Pais e Amigos da Natação - APAN, inscrita no CNPJ sob nº 04.974.383/0001-50, objetivando a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte, tendo como finalidade a representação do Município em competições de natação como Joguinhos e Jogos Abertos de Santa Catarina, OLESC, competições estaduais e nacionais, podendo a FMEC participar com R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais);

III - Associação de Portadores de Deficiência Física, Águias de Concórdia, SC, inscrita no CNPJ sob nº 08.404.586/0001-61, objetivando a conjunção de esforços para incentivo e difusão do esporte, tendo como finalidade a representação do Município em competições de basquete-cadeirantes, como PARAJASC, Paraolimpíada, competições regionais, estaduais, nacionais e amistosos, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais);

IV - Concórdia Atlético Clube, inscrito no CNPJ sob nº 07.271.536/0001-90, objetivando a conjunção de esforços, para o incentivo e difusão do esporte, tendo como finalidade a representação do Município em competições estaduais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

V - Esporte Clube Canarinho, inscrito no CNPJ sob nº 80.641.137/0001-64, objetivando a conjunção de esforços para incentivo e difusão do esporte, tendo como finalidade sustentar equipes de futebol de campo masculino e feminino nas categorias fraldinha (Sub-9 experimental), pré-mirim (sub -11), mirim (sub-13), infantil (sub-15) e juvenil (sub-17) e representação do Município em competições de futebol de campo, como joguinhos Abertos de Santa Catarina, Campeonato Catarinense de Futebol de base, competições Regionais, Estaduais e Nacionais), podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais);

VI - Associação Concordeense de FUTSAL, inscrita no CNPJ sob nº 07.830.972/0001-52, objetivando a conjunção de esforços, para incentivo e difusão do esporte, tendo como finalidade a representação do Município e todos os seus apoiadores em competições de futsal, como a Liga Nacional de Futsal, o Campeonato Estadual de Santa Catarina, divisão especial, o campeonato estadual Sub-20 e os Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC, competições estaduais e nacionais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);

VII - Nacional Futebol Clube, inscrito no CNPJ sob nº 48.479.201/0001-00, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores da comunidade de Barra Fria e população em geral, estruturação/manutenção de local para o desenvolvimento das atividades esportivas, culturais e gastronômicas, confraternizações e outros eventos sociais, podendo a FMEC participar com o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de AdministraçãoJOAQUIM PEDRO B. BICCA  
NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de FinançasPublicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON  
Diretora Administrativa



**LEI ORDINARIA Nº 4737**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.737, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Amplia o número de vagas constantes no art. 9º da Lei nº 3.684, de 11 de novembro de 2005 e alterações, que dispõem sobre a contratação temporária de professor substituto, para atender necessidade de excepcional interesse público.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º Fica ampliado para: "280 (duzentas e oitenta)" o número de vagas, constantes no art. 9º da Lei nº 3.684, de 11 de novembro de 2005 e alterações, que dispõem sobre a contratação temporária de professor substituto, para atender necessidade de excepcional interesse público.

Art. 2º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
--	---

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

**LEI ORDINARIA Nº 4738**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.738, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza abertura de crédito suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município, autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental

Projeto/Atividade 12.361.0019.2013 Ações da Administração Escolar - SEMED

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB R\$ 142.000,00

Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil

Projeto/Atividade 12.365.0021.2018 Ações da Educação Infantil

para os CMEIs - SEMED

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.180000 Transferências do FUNDEB R\$ 120.000,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO

Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Projeto/Atividade 08.0244.0046.2035 Ações de Assistência Comunitária - SEDES

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 35.000,00

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade 08.0122.0067.2201 Manutenção das Atividades - Meio do FMAS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 20.000,00

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.350005 Transferência do Sistema Único de Assistência Social - Programa IGD SUAS Superávit do Exercício Anterior R\$ 1.129,60

Projeto/Atividade 08.244.0068.2202 Proteção Social Básica - CRAS -FMAS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 100.000,00

Órgão 16 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária 16.01 Fundação Municipal de Cultura

Projeto/Atividade 13.0392.0073.2403 Ações da Difusão Cultural - FMC

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - PMC R\$ 65.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade 27.0122.0079.1453 Modernização e Organização Administrativa do Centro de Convivência - FMEC

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - PMC R\$ 195.000,00

Projeto/Atividade 27.0811.0076.2452 Ações do Desporto e Rendimento - FMEC

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - PMC R\$ 120.600,00

TOTAL ANULADO R\$ 798.729,60.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
 Projeto/Atividade 12.361.0019.2013 Ações da Administração Escolar - SEMED  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB R\$ 52.000,00  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB R\$ 70.000,00  
 Projeto/Atividade 12.0361.0019.2015 Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB R\$ 80.000,00  
 Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil  
 Projeto/Atividade 12.365.0021.2018 Ações da Educação Infantil para os CMEIs - SEMED  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB R\$ 60.000,00

Órgão 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CIDADANIA E HABITAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 09.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação  
 Projeto/Atividade 08.0122.0047.1010 Modernização e Organização Administrativa - SEDES  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários Prefeitura R\$ 35.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade 10.0303.0062.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.020000 Receita de Impostos de Saúde R\$ 120.000,00

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
 Projeto/Atividade 08.0122.0067.2201 Manutenção das Atividades-Meio do FMAS  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.350005 Transferência do Sistema Único de Assistência Social - Programa IGD SUAS - Superávit do Exercício Anterior R\$ 1.129,60

Órgão 16 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
 Unidade Orçamentária 16.01 Fundação Municipal de Cultura  
 Projeto/Atividade 13.0392.0073.2403 Ações da Difusão Cultural - FMC  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - PMC R\$ 65.000,00

Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
 Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes  
 Projeto/Atividade 27.0122.0078.1451 Modernização e Organização

Administrativa da FMEC  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - PMC R\$ 195.000,00  
 Projeto/Atividade 27.0811.0076.2452 Ações do Desporto e Rendimento - FMEC  
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
 Fonte de Recursos 01.000001 Recursos Ordinários - PMC R\$ 120.600,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 798.729,60.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com o provável excesso de arrecadação, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
 Projeto/Atividade 12.0361.0025.1004 Ações do Ensino Fundamental - Convênios - SEMED  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.370004 Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE R\$ 30.000,00  
 Projeto/Atividade 12.0361.0019.2016 Ações do Ensino Fundamental - Convênios - SEMED  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.370001 Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE R\$ 30.000,00

Órgão 16 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA  
 Unidade Orçamentária 16.01 Fundação Municipal de Cultura  
 Projeto/Atividade 13.0392.0073.2403 Ações da Difusão Cultural - FMC  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.340000 Transferência de Convênios - União R\$ 33.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 93.000,00.

Art. 4º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2014, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
 Projeto/Atividade 08.0122.0067.2201 Manutenção das Atividades-Meio do FMAS  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.350005 Transferência do Sistema Único de Assistência Social - Programa - IGD SUAS Superávit do Exercício Anterior R\$ 75,22  
 Fonte de Recursos 03.350009 Transferência do Sistema Único de Assistência Social - Programa Bolsa Família - Superávit do Exercício Anterior R\$ 10.153,19  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.610001 Transferência de Convênio - Estado/ Assistência Social - Programa Benefícios Eventuais - Superávit do Exercício Anterior R\$ 3.017,04

Projeto/Atividade 08.244.0068.2202 Proteção Social Básica - CRAS - FMAS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.350004 Transferência do Sistema Único de Assistência Social - Programa PAIF - Superávit do Exercício Anterior R\$ 13.462,29

Fonte de Recursos 03.350006 Transferência do Sistema Único de Assistência Social - Programa Fortalecimento de Vínculos - Superávit do Exercício Anterior R\$ 22.568,47

Fonte de Recursos 03.350007 Transferência do Sistema Único de Assistência Social - Programa ACESSUAS - Superávit do Exercício Anterior R\$ 31.343,55

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - PMC - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 14.386,51

Fonte de Recursos 03.610002 Transferência de Convênio - Estado/ Assistência Social - Programa Básica Custeio - Superávit do Exercício Anterior R\$ 20.596,81

Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.350007 Transferência do Sistema Único de Assistência Social - Programa ACESSUAS - Superávit do Exercício Anterior R\$ 13.540,00

Elemento 3.1.91.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações entre Órgãos

Fonte de Recursos 03.350007 Transferência do Sistema Único de Assistência Social - Programa ACESSUAS - Superávit do Exercício Anterior R\$ 515,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - PMC - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 24.070,85

Projeto/Atividade 08.244.0069.2203 Proteção Social Especial de Média Complexidade - CREAS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.350003 Transferência do Sistema Único de Assistência Social - Programa PAEFI - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 18.890,86

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - PMC - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 20.997,50

Fonte de Recursos 03.350002 Transferência do Sistema Único de Assistência Social - Programa Erradicação do Trabalho Infantil - Superávit Exercício Anterior R\$ 1.225,95

Fonte de Recursos 03.610003 Transferência de Convênio - Estado/ Assistência Social - Programa CREAS - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 15.029,94

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.610003 Transferência de Convênio - Estado/ Assistência Social - Programa CREAS - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 12.431,91

Projeto/Atividade 08.244.0070.2204 Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Abrigo

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.350008 Transferência do Sistema Único de Assistência Social - Programa PAC I - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 40.397,57

Fonte de Recursos 03.610004 Transferência de Convênio - Estado/ Assistência Social -

Programa Abrigo Custeio - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 25.373,47

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.610004 Transferência de Convênio - Estado/

Assistência Social - Programa Abrigo Investimento - Superávit do Exercício Anterior R\$ 280,00

Órgão 16 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Unidade Orçamentária 16.01 Fundação Municipal de Cultura

Projeto/Atividade 13.0392.0073.2403 Ações da Difusão Cultural - FMC

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários - PMC - Superávit do

Exercício Anterior R\$ 8.200,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 296.556,13.

Art. 5º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.675, de 22 de julho de 2014 e 4.722, de 18 de dezembro de 2014, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

## LEI ORDINARIA Nº 4739

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.739, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

Autoriza o Município receber bens, em doação.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município autorizado a receber bens, em doação, de Associações de Pais e Professores - APPs e de Associações de Pais e Funcionários - APFs, na forma do Anexo Único, parte integrante desta Lei, para incorporação ao patrimônio municipal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2015.

MARCELA K. DOS SANTOS BIGATON

Diretora Administrativa

## ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DOS BENS RECEBIDOS, EM DOAÇÃO, DE ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES - APPs E DE ASSOCIAÇÕES DE PAIS E FUNCIONÁRIOS - APFs, PARA USO DAS UNIDADES ESCOLARES E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEIs

Entidade	Quantidade	Descrição
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Acalanto	1	Mesa retrátil, com 2 bancos, em MDF
	1	Mesa de canto, em MDF
	1	Prateleira de livros, em MDF
	1	Estante de livros, em MDF
	1	Armário prateleira sem portas, em MDF
	1	Cilindro elétrico
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Amigo da Criança	3	Estante de aço, com 6 prateleiras
	1	Impressora multifuncional jato de tinta
	1	Processador de alimentos compacto
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Antônio Carlos Galeazzi	1	Purificador de água
	1	Televisor de LED, 23"
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Criança Feliz	1	Televisor LCD, 32"
	1	Caixa de multiuso player 200 USB
	1	Microfone
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Orozimbo Michelin	2	Aparelho de DVD
	2	Rádio com CD/MP3
	1	Impressora
	1	Câmera digital
	2	Aparelho de DVD, com USB
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Itália Chiuchetta	1	Sanduicheira grill
	1	Televisor de LED, 32"
	1	Rádio portátil, com MP3/CD
	1	Impressora multifuncional
	1	Aparelho de DVD, com USB
	1	Televisor de LED, Full HD, 32"
	2	Aparelho de DVD
	1	Arquivo de aço, com 4 gavetas
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI José Garghetti	1	Televisor LCD, 32"
	1	Balcão, em MDF, com 4 gavetas e 4 portas
	1	Forno elétrico
	1	Cilindro elétrico
	1	Caixa de som amplificada
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Lua de Cristal	1	Aparelho de DVD
	1	Impressora multifuncional
	3	Prateleiras em madeira
	1	Refrigerador, frost free
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Maria Fracasso	10	Ventilador de teto
	1	Impressora jato de tinta
	6	Aquecedor elétrico
	1	Cortador de grama elétrico
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Mundo da Criança	2	Climatizador de ar, 18.000 BTUs
	1	Armário, em MDF
	1	Armário, em MDF
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Mundo da Criança	1	Banco de Refeitório Infantil

Entidade	Quantidade	Descrição
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Natureza	1	Multiprocessador
	1	Aparelho de DVD
	1	Rádio portátil
	1	Televisor de LED, 24"
	1	Aparador de grama
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Pequeno Príncipe	1	Prateleira para livros, em MDF
	1	Televisor de LED, Full HD, 32"
	1	Enceradeira doméstica
	1	Multiprocessador de alimentos
Centro Municipal de Educação – CMEI Primeiros Passos	1	Telefone sem fio
	1	Climatizador de ar, 12.000 BTUs
	1	Impressora
	1	Rádio AM/FM
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Regina Piola	3	Aparelho de DVD
	1	Cadeira secretária giratória
	1	Forno elétrico, 44 litros
	1	Aparelho de DVD, com entrada USB
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Santa Rita	1	Multiprocessador de alimentos
	1	Armário de piso, em MDF
	1	Armário aéreo, em MDF
	1	Cadeira de rodas infantil
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Sonhos de Criança	2	Aparelho de som
	1	Aparelho de DVD
	2	Ventilador de parede
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Zilda Silveira Neves	1	Televisor de LED, 24"
	1	Aparelho de DVD, com entrada USB
	2	Ventilador de mesa
	1	Forno elétrico, 44 litros
Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Zilda Silveira Neves	6	Rádio AM/FM, com CD
	1	Aparelho de DVD
	1	Liquidificador
	1	Extrator de frutas
	1	Escada de alumínio, 7 degraus
	2	Mesa com gavetas
	2	Espelho, com moldura
Centro Municipal de Educação Infantil Dr. Infante – CMEI Zoé Silveira D'Avila	1	Impressora laser
	1	Impressora multifuncional laser
	1	Purificador de água
	1	Fogão industrial
	1	Cadeira fixa azul
	1	Cadeira fixa preta
	1	Roteador
	2	Purificador
Escola Básica Municipal Ângelo Ary Bieus	1	Impressora matricial
	2	Armário
	1	Aparelho de DVD
	1	Mini system
	1	Televisor LCD, 32"
Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella	2	Balcão, em MDF
	1	Filmadora
	1	Impressora
	1	Mesa de Pingue Pongue
	1	Geladeira, 239 litros
	1	Forno
	1	Cadeira de rodas, em aço dobrável
	1	Elevação de assento sanitário
Escola Básica Municipal Anna Zamarchi Coldebella	1	Mesa ergonômica



Entidade	Quantidade	Descrição
Escola Básica Municipal Concórdia	5	Balcão, em MDF
	1	Climatizador de ar, 18.000 BTUs
	1	Globo opaco
	4	Armário, em MDF
	3	Televisor de LED, 32"
	4	Aparelho de DVD
	1	Prateleira, em MDF
	1	Amplificador de som
	26	Caixa de som
Escola Básica Municipal Elizabeth Andreazzo Pavan	1	Torneira elétrica giratória
	1	Câmera digital
	2	Rádio
	1	Balcão de canto, para cozinha
	2	Aquecedor
	1	Filmadora
	1	Caixa de som
Escola Básica Municipal Eugênio Pozzo	6	Quadro, em MDF
	2	Mesa, em MDF
	1	Buffet, em MDF, com rodízio
	1	Microcomputador, conjunto completo
	1	24,7m de prateleiras, em MDF
	1	Mesa adaptada
	1	Cadeira de rodas, simples
	2	Prateleira em madeira
Escola Básica Municipal Frei Cipriano Chardon	1	Cortador de grama
	1	Lavadora
	1	Impressora multifuncional
	1	Aparelho telefônico sem fio
	1	Liquidificador industrial, 6 litros
Escola Básica Municipal Giuseppe Sette	1	Home theater
	1	Lavadora
	1	Televisor de plasma, 50"
	2	Rádio, MP3/USB
	2	Microcomputador conjunto completo
	1	Armário guarda volume, em MDF
	1	Escrivaninha, em MDF
	5	Cadeira giratória, com braço
Escola Básica Municipal Imigrantes	1	Impressora multifuncional
	1	Roçadeira
	1	Armário, em MDF
	1	Freezer, 404 litros
	1	Liquidificador
Escola Básica Municipal Irmão Miguel	1	Buffet, em MDF
	1	Telefone sem fio
	1	Caixa multiuso
	1	Rádio portátil
	5	Ventilador
	1	Purificador de água
	3	Cadeira
	1	Cadeira acessível, em MDF
	1	Cadeira de rodas
	1	Caixa de som
	3	Aparelho de DVD, com karaokê e microfone
	1	Rádio AM/FM, com CD/USB/MP3
	1	Impressora Matricial

Entidade	Quantidade	Descrição
Escola Básica Municipal João Theobaldo Magarinos	1	Cama elástica oitavada
	1	Microcomputador, completo
	1	Impressora
	1	Rádio com CD/MP3
	1	Aquecedor
	1	Balança, 150 kg
	1	Globo político e físico
	1	Armário para cozinha, em MDF
	1	Bebedouro, 100 litros
	1	Balcão, em MDF
Escola Básica Municipal Maria Petroli	1	Impressora multifuncional
	1	Multiprocessador
	1	Impressora
	1	Campainha externa
	5	Persiana vertical, em PVC liso
	6	Banco com encosto, em madeira
Escola Básica Municipal Melvin Jones	1	Aparelho de DVD
	1	Televisor de LED, 24"
	2	Mesa redonda para biblioteca
	2	Espelho com moldura
	1	Cadeira de rodas
	1	Mesa adaptada
	1	Misturador
Escola Básica Municipal das Nações	1	Liquidificador
	1	Rádio AM/FM, com CD/USB/MP3
	1	Telefone
	1	Mesa adaptada
	1	Cadeira de rodas, simples
	1	Purificador de água
	1	Climatizador
	1	Microcomputador, completo
	1	Condicionador de ar
	1	Evaporador de ar
	1	Refrigerador, 462 litros
	1	Escada de alumínio, 7 degraus
	2	Lavatório em aço
	1	Buffet, em MDF
	10	Cadeira de estrutura com sanfona
	6	Cadeira, modelo secretária
	15	Cadeira fixa
	3	Cadeira, com braço
	4	Aquecedor
	1	Caixa de som amplificada
	2	Rádio com CD
Escola Básica Municipal Natureza	1	Globo terrestre
	1	Multiprocessador de alimentos
	1	Rádio AM/FM
	1	Televisor LCD, 32"
	1	Impressora multifuncional
	3	Rádio portátil
	3	Aparelho de DVD
	4	Aquecedor
	2	Televisor LCD, 42"
	1	Cadeira de rodas em aço dobrável
	5	Caixa de som
	1	Mesa, em MDF
	1	Extrator de suco
	1	Balcão, em MDF

Entidade	Quantidade	Descrição
Escola Básica Municipal Parque de Exposições	6	Cadeira fixa
	1	Mesa com 2 gavetas, para computador
	2	Rádio, com CD/MP3
	1	Liquidificador
	1	Escada, 7 degraus
	1	Impressora
	1	Aparador de grama
	1	Batedeira
	1	Tela de projeção, com tripé
	1	Caixa de som
Escola Básica Municipal Romeu de Sisti	1	Câmera digital
	1	Microcomputador, completo
	5	Ventilador de teto
	1	Cortador de grama elétrico
	1	Notebook
	1	Roteador wireless
	1	Guilhotina de papel
Escola Básica Municipal Santa Cruz	1	Microfone sem fio
	2	Rádio portátil, com MP3/CD
	1	Impressora
	1	Balcão com 8 portas, em MDF
	1	Cadeira de rodas
Escola Básica Municipal Santa Rita	1	Mesa adaptada
	1	Prateleira
	1	Freezer, 246 litros
	2	Aquecedor
	4	Aparelho de DVD
	1	Rádio AM/FM
	1	Condicionador de ar, 18.000 BTUs
	1	Câmera
	1	Monitor de vídeo
	1	Máquina de costura
Escola Básica Municipal Waldemar Pfeiffer	1	Aparelho mini system
	1	Buffet mesa, com 8 cubas
	1	Carrinho de mão
	1	Roçadeira
	10	Ventilador de parede
	1	Aquecedor elétrico
	1	Climatizador portátil
	1	Bebedouro conjugado
	1	Mesa escolar adaptada
	1	Cadeira de rodas simples
	4	Rádio portátil
	2	Televisor de LED, 42", FULL HD
	1	Câmera digital LCD
	4	Aparelho de DVD
	1	Multifuncional laser
	1	Fogão industrial, com 6 bocas
	4	Banco para mesa
	2	Ventilador
	2	Bebedouro de pressão
	1	Impressora matricial
	1	Multiprocessador
	1	Impressora
	1	Balcão, em MDF
	10	Cadeira fixa, trapézio
Escola Básica Municipal Waldemar Pfeiffer	1	Balcão de atendimento
	1	Cadeira de rodas
	1	Mesa adaptada
	1	Mesa e cadeira conjugada, adaptada
	1	Balcão de buffet, em MDF
	1	Armário em "U", com 3 blocos
	4	Rádio AM/FM
	2	Tela retrátil de tripé
	1	Balcão para escritório

Entidade	Quantidade	Descrição
Escola Municipal do Campo Suruvi	1	Câmera digital
	1	Refrigerador
	1	Ventilador
	1	Mesa de cimento, com 4 bancos
	2	Cavalinho de mola dupla, em madeira
Escola Municipal do Campo Elvira Elizabeth Becker Schell	1	Balcão
	1	Cortador de grama
	1	Microcomputador completo
Grupo Escolar Municipal Cinquentenário	10	Cadeira fixa
	1	Cadeira, modelo secretária executiva
	1	Aparelho de DVD
	1	Micro system
	1	Lavadora
	1	Espremedor
	1	Hidrolavadora
	1	Climatizador de ar, 12.000 BTUs
Grupo Escolar Municipal Maria Melânia Siqueira	1	Purificador
	1	Televisor de LED, 32"
	2	Caixa de som
	1	Gravador digital de voz
	2	Cadeira, modelo secretária, com braço
	2	Multiprocessador de alimento
	2	Ventilador
	1	Lavadora de roupas
	3	Liquidificador industrial, 8 litros
	2	Ventilador
	1	Rádio AM/FM, com CD/MP3/USB
	1	Globo terrestre luminoso
	1	Mesa adaptada
Grupo Escolar Municipal Nova Brasília	1	Rampa móvel, em alumínio
	1	Cadeira de rodas
	1	Câmera de vídeo
	2	Climatizador
	1	Refrigerador
	1	Micro-ondas
	1	Lavadora de roupas
	1	Roçadeira
	10	Cadeira
	2	Aparelho microsystem
	1	Buffet
Grupo Escolar Municipal Nossa Senhora da Salete	11	Banco
	1	Purificador de água
	3	Mesa, em MDF
	1	Televisor
	1	Aparelho de DVD
	1	Forno
	1	Armário, em MDF
	1	Rádio portátil
	1	Rádio com CD
	1	Processador
Grupo Escolar Municipal Petrópolis	1	Escada, 7 degraus
	1	Cadeira de rodas simples
	2	Prateleira, em MDF
	1	Climatizador de ar, 12.000 BTUs
	2	Rádio portátil
	1	Televisor, 21"
	1	Aparelho de DVD
	1	Estante guarda volumes, suspensa
	2	Climatizador de ar, 24.000 BTUs



**PORTARIA Nº 66/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 66/2015, DE 31 DE MARÇO DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - CLAIR SALETE POLETO, ocupante do cargo de Pedagogo, no período de 1º a 15 de abril de 2015;

II - FATIMA TERESINHA DE OLIVEIRA JANKE, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 66176-01 e 66176-03, a partir de 16 de abril de 2015;

III - GIOVANA MAIRA PRIAMO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, nos períodos de 1º a 12 e a partir de 28 de abril de 2015;

IV - MONICA CRISTINA TONDELLO MORETTI, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, matrículas 32913-04 e 32913-07, no período de 1º a 15 de abril de 2015;

V - SILVANA ALBIERO, ocupante do cargo de Coordenadora, no período de 1º a 15 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 67/2015**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 67/2015, DE 1º DE ABRIL DE 2015.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer o Calendário Fiscal para cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à pavimentação asfáltica na Rua São Sebastião, Augusto Sette e Leônidas Fávero, de que tratam os Editais nºs. 1 e 2/2015, previstas no art. 130 e seguintes do Código Tributário Municipal, conforme tabela abaixo:

Parcelas	Única	1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela
Vencimentos	11.5.2015	11.5.2015	11.6.2015	11.7.2015	11.8.2015	11.9.2015
6ª parcela	7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela	10ª parcela	11ª parcela	12ª parcela
11.10.2015	11.11.2015	11.12.2015	11.1.2016	11.2.2016	11.3.2016	11.4.2016
13ª parcela	14ª parcela	15ª parcela	16ª parcela	17ª parcela	18ª parcela	19ª parcela
11.5.2016	11.6.2016	11.7.2016	11.8.2016	11.9.2016	11.10.2016	11.11.2016
20ª parcela	21ª parcela	22ª parcela	23ª parcela	24ª parcela	25ª parcela	26ª parcela
11.12.2016	11.1.2017	11.2.2017	11.3.2017	11.4.2017	11.5.2017	11.6.2017
27ª parcela	28ª parcela	29ª parcela	30ª parcela	31ª parcela	32ª parcela	33ª parcela
11.7.2017	11.8.2017	11.9.2017	11.10.2017	11.11.2017	11.12.2017	11.1.2018
34ª parcela	35ª parcela		36ª parcela			
11.2.2018	11.3.2018		11.4.2018			

Parágrafo único. Quando o vencimento da parcela ocorrer em dia não útil, será prorrogado para o primeiro dia útil posterior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

## Cordilheira Alta

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 173/2015

DECRETO N. 173/2015 DE 13 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

#### DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. JULIANA BREANSINI, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 13 de abril de 2015.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

#### DECRETO Nº 174/2015

DECRETO N. 174/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2015

“DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSOR DE SECRETARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a partir do dia 14 de abril de 2015, o Sr. VILSON ROQUE TRENTIN, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria com carga horária de 40 h semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 14 de abril de 2015.  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**DECRETO Nº 176/2015**

DECRETO N. 176/2015

Nomeia Comissão de Processo Seletivo para acompanhamento, fiscalização e avaliação do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta - Edital nº 003/2015.

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão para acompanhamento, fiscalização e avaliação do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta/SC, Edital nº 003/2015.

Art. 2º Compete à Comissão acompanhar os procedimentos e coordenar as atividades necessárias para o bom andamento do Processo Seletivo.

Art. 3º Ficam nomeados como membros da Comissão de Processo Seletivo os seguintes servidores: Marcia Dalagasperina Boff; Nilvete Aparecida Sartor Atuatti; Dirceu Cesar Guolo.

Parágrafo único. A Comissão de Processo Seletivo será presidida pela servidora Marcia Dalagasperina Boff.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 14 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

**RETIFICAÇÃO AO ANEXO I DO EDITAL CMDCA N. 01/2015**

RETIFICAÇÃO AO ANEXO I DO EDITAL CMDCA N. 01/2015

ELEIÇÕES PARA CONSELHEIROS TUTELARES

Cronograma

Providência	Prazo
Publicação do Edital	06/04/2015
Inscrições	06/04/2015 a 03/06/2015
Análise das Inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015
Publicação da Relação de Candidatos	12/06/2015
Impugnação de Candidatura	15/06/2015 a 19/06/2015
Notificação dos Candidatos Impugnados para defesa	22/06/2015 a 26/06/2015
Apresentação de defesa pelos Candidatos Impugnados	29/06/2015 a 03/07/2015
Análise e Decisão das Impugnações	Até 10/07/2015
Publicação dos Candidatos com Inscrições Aprovadas	Até 14/08/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação do Resultado	05/10/2015
Posse dos Eleitos	10/01/2016

Cordilheira Alta, SC, 13 de abril de 2015.

SOLANGE MARIA DERVANOSKI LANZARIN

PRESIDENTE DO CMDCA DE CORDILHEIRA ALTA

**Coronel Freitas****PREFEITURA****ATA DE CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATORIO CONCORRÊNCIA Nº 01/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/2015

CONCORRÊNCIA Nº 01/2015

Ata de CANCELAMENTO referente ao Processo Licitatório 23/2015, Edital de CONCORRÊNCIA 01/2015, cujo objeto é a PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA DA INTEGRAÇÃO LIGANDO CORONEL FREITAS AO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE NUMA EXTENÇÃO DE 600 METROS. Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e quinze, às 08:30 horas, na sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o presidente da comissão e Equipe de Apoio, para efetuar a análise do cancelamento do edital do referido processo licitatório, tendo em vista Que não houve participação de licitantes, sendo considerada licitação deserta. Ocorre que em conformidade a Lei de Licitações nº 8.666 não é possível realizar a homologação do processo licitatório sem a participação de licitantes. Foram retirados do presente processo projeto básico, memorial descritivo, orçamento quantitativo e demais anexos para abertura de um novo processo. Fica, portanto cancelado o presente processo, sendo publicado no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar a encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 14 de Abril de 2015

MARCELO J. RITTER

PRESIDENTE DA COMISSÃO

CASIANE F. CARVALHO

MEMBRO

PAULO C. STRADA

MEMBRO

FLAVIA ROLIM DE MOURA

MEMBRO

LUIS CARLOS OSS

MEMBRO

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 082, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 082, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Juliana Alves Brum para o respectivo Cargo de Provimento em Comissão de Assessora de Secretaria, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário com contribuição para o Regime Geral da Previdência Social, conforme Lei Complementar Municipal 34/2013, de 27 de agosto de 2013, a partir do dia 14 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 13 de abril de 2015.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

### ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 026 DE CONTRATO DE 15 DE ABRIL DE 2015.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 026 DE CONTRATO DE 15 DE ABRIL DE 2015.

MÊS/ANO: SETEMBRO/2014. NÚMERO CONTRATO: 055/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 20/09/2014

#### CLÁUSULA PRIMEIRA- DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Contrato supracitado, cujo objeto é a locação de uma sala com aproximadamente 8x10 m<sup>2</sup> (oito por dez metros quadrados) de propriedade do LOCADOR, situada à Rua Getúlio Vargas nº. 148, nesta cidade. A referida sala ficará destinada para fins de depósito de máquinas e equipamentos para confecção têxtil, ficando por este instrumento de Termo Aditivo prorrogado até 31 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas no Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA (1/2): 1 CPF: 422.816.159-15

LOCADOR: RENI CAPELARO.

### PORTARIA Nº. 052 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

PORTARIA Nº. 052 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

#### CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 14/04/2015 à 13/05/2015.

Nome Cargo Referência

Nilce Cassol Telefonista 02/03/2013 à 01/03/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 13 de abril de 2015.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 01/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2015  
EXTRATO DE CONTRATO

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa RUDIGER CAMINHÕES E ÔNIBUS LTDA CNPJ: 79.013.686/0001-05

Instrumento: 0193/2015 PMCP

Item	Quant.	Características	Preço Unit.	Preço Total
1	1	Veículo ônibus automotor novo, zero km, ano 2014, modelo 2015, ou superior, tipo micro ônibus escolar, na cor amarela, teto alto, com potencia mínima de 150cv, sistema eletrônico cammon rail, 5 marchas a frente e 1 a ré, com alavanca no painel, freio de serviço a disco - tambor assistido eletronicamente, ABS com acionamento pneumático, freio de estacionamento com válvula moduladora, desembaçador do para brisa com ar quente forçado, cortinas em todas as janelas, porta 02 folhas tipo urbano, tanque de combustível com capacidade para 150 litros, pneus 215/75 R 17,5, PTB de no mínimo 8.500 kg, entre eixos de no mínimo 4500 mm, comprimento total mínimo de 8450 mm, altura interna de no mínimo 1900 mm, altura externa mínima de 2910 mm, com capacidade para 31 lugares sentados em poltronas fixas, revestidas em courvin, mais poltrona do motorista, sirene de ré, câmera de ré, faixa externa e demais equipamentos exigidos por lei, com garantia de 12 meses sem limite de quilometragem.	172.999,00	172.999,00

Vigência: 12/03/2015 a 31/12/2015 e durante garantia.  
Correia Pinto/SC 15 de abril de 2015.

VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 01/2015 FMEC

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2015  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0173/2015

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA CAMPEONATOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E CULTURA.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ASSOCIAÇÃO DOS ARBITROS DE CORREIA PINTO

CNPJ: 12.625.446/0001-90

Processo Licitatório nº 01/2015 FMEC - Pregão Presencial

Item	Quant.	Características	Preço Unitário	Preço Total
1	650	Futsal	80,00	52.000,00
2	172	Futebol de campo	210,00	36.120,00
3	100	Voleibol	50,00	5.000,00
4	120	Joguinhos escolares	60,00	7.200,00
5	64	JOSCOPI - jogos dos servidores	50,00	3.200,00
6	64	Moleque bom de bola	50,00	3.200,00

Valor global: 106.720,00

Vigência: 04/03/2015 a 31/12/2015

Correia Pinto/SC 15 de abril de 2015.

VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 02/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 02/2015  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0213/2015

Objeto: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DAS RUAS ESTADOS UNIDOS, PEDRO NUNES DO AMARAL, HERMINIO ATAIDE FURTADO E GETULIO VARGAS, E REPAVIMENTAÇÃO DA RUA BELIZARIO RAMOS E DA AVENIDA TANCREDO NEVES, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONFORME PROPOSTA DE TRABALHO SIGEF Nº 11423, DO FUNDO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS - FUNDAM.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA - EPP.

CNPJ: 06.099.082/0001-50

Processo Licitatório nº 02/2015 - Tomada de Preços

Valor total da obra: 1.360.025,47

Vigência: 19/03/2015 à 19/07/2015

Autorização de fornecimento assinada em 09/04/2015

Correia Pinto/SC 15 de abril de 2015.

VÂNIO FORSTER  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 09/2015 PMCP**  
ESTADO DE SANTA CATARINA - PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO**EXTRATO DE CONTRATO**

Instrumento: Contrato nº 0212/2015

PROCESSO LICITATÓRIO - Nº 09/2015

Objeto: TRANSPORTE DIÁRIO, DE ÔNIBUS, PARA PROFESSORES - LINHA BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, TOTAL DE QUILOMETRAGEM - 25 KM POR PERCURSO, VEZES 4 PERCURSOS POR DIA, VEZES 22 DIAS POR MÊS = 2.200 KM POR MÊS, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa:

ADRIANA DE SOUZA MARTINS- ME

CNPJ: 12.002.878/0001-45

VALOR R\$: 78.100,00

Correia Pinto/SC 15 de Abril de 2015

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**II EXTRATO DE ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 36/2014 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 56/2014

EXTRATO DE CONTRATO - II ADITIVO DE TEMPO

Instrumento: Contrato nº 0214/2015

Aditivo de tempo: 90 dias

Objeto: REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL OLINTHO D'ÁVILA MESQUITA, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXOS DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa Serra Sul Engenharia e Construções LTDA EPP.

CNPJ: 15.459.791/0001-90

Processo Licitatório nº 36/2014 - Tomada de Preços

Vigência: 25/03/2015 a 25/06/2015

Correia Pinto/SC 15 de abril de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 03/2015 FHMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO 03/2015 - FHMCP

PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE CORREIA PINTO.

Tipo: Menor preço por ITEM. Abertura dos envelopes: 29/04/2015 às 14:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:00 às 19:00hs, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)

Correia Pinto/SC, 15 de abril de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES

Pregoeiro Municipal

**Corupá****CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº002/2015**

CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ

PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº001/2015.

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

O Presidente da Câmara de Vereadores de Corupá, Estado de Santa Catarina, e a Comissão Interna do Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE:**

Art.1º - Fica divulgada a partir da presente data, a listagem geral dos candidatos inscritos e aptos a prestarem o Processo Seletivo nº001/2015, que segue homologada pela Câmara de Vereadores de Corupá, conforme abaixo especificado:

Cargo: Contador (a)

Nº	CANDIDATO	SITUAÇÃO
001	ADRIANE LINZMAYER VENERA	DEFERIDA

Cargo: Auxiliar Serviços Gerais

Nº	CANDIDATO	SITUAÇÃO
001	SALETE VENERA	DEFERIDA
002	DANIELE FELIPE DOS SANTOS	DEFERIDA
003	ANTONIA REGINA DE FARIAS	DEFERIDA
004	ROSEMERI MULBAUER	DEFERIDA
005	IRACI DA FONSECA	DEFERIDA
006	GISELE MARIA WEDDERHOFF	DEFERIDA
007	GRASIANE FERREIRA NILSEN	DEFERIDA
008	INÊS ECCEL HECK	DEFERIDA
009	ADRIANA KLAUMANN	DEFERIDA
010	SCHIRLEI ELIANE BECKER	DEFERIDA
011	MICHELE REGINA DOGE DAMASIO	DEFERIDA
012	HELENA MARIA NICOLAU	DEFERIDA
013	TAINÁ BRAUN	DEFERIDA
014	SUZANA DE ARAUJO	DEFERIDA
015	ISLAINE ALEGRI	INDEFERIDA
016	CRISTIANO ROBERTO PADILHA	DEFERIDA

Art.2º - A apresentação do currículo será realizada no dia 16/04/2015, das 8h da manhã às 12h da manhã, na Câmara de Vereadores de Corupá, sito a Rua Padre Vicente Schmitz, 45, centro, Corupá-SC, CEP: 89.278.000.

Art.3º - A entrevista será realizada no dia 16/04/2015, das 14 horas às 16 horas, na Câmara de Vereadores de Corupá, sito a Rua Padre Vicente Schmitz, 45, centro, Corupá-SC, CEP: 89.278.000.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor a partir de 14 de Abril de 2015.

Corupá (SC), 14 de Abril de 2015-04-14

EDDY EDGARD EIPPER

Presidente da Câmara de Vereadores

IRACLIDIA DELURDES SOLAMON

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 78/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 78/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS PARA O MUNICÍPIO DE VIDEIRA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 04/05/2015, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 04/05/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitibanos, 13 de Abril de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE ADUBO E URÉIA PARA MANUTENÇÃO DOS CANTEIROS E PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 30/04/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 16:00 horas do dia 30/04/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 13 de Abril de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 81/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 81/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais 3.524/2007 e 3.525/2007 e pela Lei Federal nº 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA O DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CADASTRO E SETOR DE PRODUTOR RURAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 17:30 horas do dia 30/04/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 18:00 horas do dia 30/04/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 14 de Abril de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2015

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PERSIANAS PARA USO DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO E GESTÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 04/05/2015. A partir das 16:00 horas do dia 04/05/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 14 de Abril de 2015.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

**RESOLUÇÃO 002/2015/CMAS/CURITIBANOS**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**RESOLUÇÃO 002/2015/CMAS/CURITIBANOS**

Dispõe sobre partilha de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social e fixa critérios para aprovação de projetos a serem financiados.

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei 11/1995, e resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social, RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios por meio de publicação de edital para aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único: Para efeitos desta resolução, entende-se por critérios os referenciais estabelecidos pela legislação pertinente em obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade.

**EDITAL 001/2015/CMAS/CURITIBANOS**

Art. 1º - A aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social, deverá ser destinada para o financiamento de ações continuadas de assistência (conforme resolução 109/CNAS/2009) que visam o atendimento periódico e sucessivo à família, à criança, ao adolescente, à pessoa idosa e à pessoa com deficiência.

Art. 2º - Fica vedada a utilização de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social, para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu.

Art. 3º - São condições para obtenção de recursos do FMAS para viabilização de programas, projetos, serviços e benefícios, de acordo com o nível de Proteção Social, por meio de partilha de recursos do FMAS:

- a) Estar à entidade devidamente cadastrada no CMAS;
- b) A entidade somente poderá encaminhar 01 (um) Projeto, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais; organizado por níveis de complexidade;
- c) Estar o projeto em conformidade com o presente instrumento;
- d) Obedecer fielmente a legislação que fundamenta a Prestação de Contas e Termos de Convênios;
- e) A aprovação do projeto não implicará no repasse do valor total solicitado;
- f) Após a aprovação dos projetos, estes deverão ser readequados, se necessário, de acordo com os valores que serão repassados pelo FMAS;
- g) O repasse de recursos financeiros alocados aos Convênios a serem firmados com o Município, será realizado após aprovação pelo CMAS e trâmites legais.

Art. 4º - O projeto deverá ser apresentado de acordo com o Modelo de Projeto, em 02 (duas) vias, estando todas as suas páginas numeradas, rubricadas e a última, assinada pelo representante legal da entidade.

Parágrafo único: O Modelo de Projeto deverá ser solicitado na sede do CMAS.

Art. 5º - Os projetos deverão ser encaminhados e protocolados impreterivelmente até as 17:00 horas do dia 28/04/2015 ao Conselho Municipal de Assistência Social, sito a Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427, em Curitiba.

Parágrafo único - As entidades deverão ater-se ao seguinte cronograma:

28/04/2015 - Entrega do projeto no CMAS.

30/04/2015 - 15:00 horas - Apresentação dos projetos em audiência pública. Cada entidade terá cinco minutos para expor seu projeto.

30/04/2015 - 16:00 horas - Reunião do CMAS para partilha do recurso e exposição das avaliações da equipe técnica da SMASH.

Curitiba, 13 de abril de 2014.

Luciana França da Cruz

Presidente do conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba - CMAS

**TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 132/2015****TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL AMIGÁVEL**

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba e a empresa Telecal Tecnologia e Informática Ltda - EPP, resolvem de comum acordo rescindir o Contrato nº 132/2015, Dispensa de Licitação nº 19/2015, que tem como objeto a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇA E CONFIGURAÇÃO DOS RELÓGIOS PONTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII, DA LEI 8.666/93, CONFORME JUSTIFICATIVA E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO, tendo em vista o equívoco na contratação da empresa, não sendo a mesma detentora da exclusividade dos softwares que precisam ser contratados, sendo assim fica rescindido o contrato conforme art. 79 parágrafo II da Lei nº 8.666/93.

Curitiba, 14 de Abril de 2015.

De acordo,

Kleberson Luciano Lima Telecal Tecnologia e Informática Ltda - EPP

Presidente do Fundo Contratada

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente rescisão cumpre com as exigências legais, estando em acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitiba, 14 de Abril de 2015.

Claudio Vieira França

Procurador Geral do Município

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### DECRETO 5367\_DESMEMBRAMENTO ADÃO FORTES

DECRETO Nº5367/2015

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 03 DA QUADRA Nº. 101, COM ÁREA DE 1.440,00M2 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica Desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 03 da Quadra nº. 101 neste município, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 16.099 de propriedade de Adão Jorge Fortes e Analia Fortes.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº 03 da Quadra nº. 101, neste município, com área de 1.440,00m2 (mil quatrocentos e quarenta metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 03 (três) da Quadra nº. 101, com área de 1.059,35m2 (um mil e cinquenta e nove metros e trinta e cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o Lote nº. 02, medindo 40,00m;

SUDOESTE: com o Lote nº. 03-A, medindo 16,55m e com a Rua Fiorelo Verona, medindo 23,45m;

SUDESTE: com o Lote nº 05-A e 03-A, medindo 13,00m e 23,00m respectivamente;

NOROESTE: com a Rua Dom Pedro I, medindo 36,00m.

b) Lote Urbano nº. 03 - A (três - A) da Quadra nº. 101, com área de 380,65m2 (trezentos e oitenta metros e sessenta e cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o Lote nº. 03, medindo 16,55m;

SUDOESTE: com a Rua Fiorelo Verona, medindo 16,55m.

SUDESTE: com o Lote nº. 05 - A e Lote nº.04, medindo 01,00m e 22,00m respectivamente;

NOROESTE: Com o Lote nº 03, medindo 23,00m.

Art. 3º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

Data 14/04/2015

ARIEL DA SILVA

Secretário Municipal

### DECRETO 5368\_DESMEMBRAMENTO ALENIR ROVER

DECRETO Nº5368 /2015

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 06 DA QUADRA Nº 06-A, COM ÁREA DE M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 06 da Quadra nº. 06-A, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 12.939, de propriedade de Alenir Teresinha Rover

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 06 da Quadra nº. 06-A, nesta cidade, com área de 530,86m² (quinhentos e trinta metros e oitenta e seis centímetros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 06 (seis) da Quadra nº. 06-A, com área de 457,84m2 (quatrocentos e cinquenta e sete metros e oitenta e quatro centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 06-B, medindo 12,86 metros;

SUL: Com a Rua Vereador Claudino Antonioli, medindo 9,40 metros e com a Rua do Divisor, medindo 14,82 metros;

LESTE: Com o Lote nº 06-B, medindo 19,91 metros;

OESTE: Com o Lote nº 05, medindo 31,44 metros.

b) Lote Urbano nº. 06-B (seis - B) da Quadra nº. 06-A, com área de 73,02m2 (setenta e três metros e dois centímetros), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 06-A, medindo 12,00 metros;

SUL: Com a Rua do Divisor, medindo 0,18 metros e com o Lote nº 06, medindo 12,86 metros;

LESTE: Com o Lote nº 06-A, medindo 25,00 metros;

OESTE: Com o Lote nº 06, medindo 19,91 metros e com o Lote nº 05, medindo 6,56 metros.

c) Fusão dos Lotes Urbanos nº. 06-B (seis - B) com área de 73,02m2 (setenta e três metros e dois centímetros quadrados) e Lote Urbano nº 06-A (seis - A), com área de 437,88m² (quatrocentos e trinta e sete metros e oitenta e oito centímetros quadrados),



ambos da Quadra nº 06-A, que perfaz um total de 510,90m<sup>2</sup> (quinhentos e dez metros e noventa centímetros quadrados), passando a denominar-se Lote nº 06-B da Quadra nº 06-A, com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote nº 13, medindo 10,00 metros;

SUL: Com a Rua do Divisor, medindo 5,18 metros e com o Lote nº 06, medindo 12,86 metros;

LESTE: Com o Lote nº 07, medindo 48,70 metros;

OESTE: Com o Lote nº 06, medindo 19,91 metros e com o Lote nº 05, medindo 30,66 metros.

Art. 3.º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4.º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário, e o Decreto Municipal nº. 5305/2014 de 27 de Novembro de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2015.  
ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.  
Data 14/04/2015

ARIEL DA SILVA  
Secretário Municipal

### **DECRETO 5369\_DESMEMBRAMENTO JAIR FARIAS**

DECRETO Nº5369/2015

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 10 DA QUADRA Nº 35, COM ÁREA DE 1.948,27M<sup>2</sup> E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 10 da Quadra nº. 35, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 12.021, de propriedade de Jair Luiz Turra Farias.

Art. 2.º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 10 da Quadra nº. 35, nesta cidade, com área de 1.948,27m<sup>2</sup> (um mil, novecentos e quarenta e oito metros e vinte e sete centímetros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 10 - B (dez - B) da Quadra nº. 35, com área de 274,40m<sup>2</sup> (duzentos e setenta e quatro metros com quarenta centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com a Rua República Argentina, medindo 12,00 metros;

SUL: com Lote nº. 10, medindo 12,00 metros;

LESTE: com o Lote nº. 10, medindo 21,83 metros;

OESTE: com o Lote Urbano nº 10, medindo 24,22 metros.

b) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 35, com área de 1.673,87m<sup>2</sup> (um mil, seiscentos e setenta e três metros com oitenta e sete centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua República Argentina, medindo 15,00 metros e 14,00 metros;

SUL: com o Lote Urbano nº 10 - B, medindo 12,00 metros e com o a Rua Henrique Brasil de Quadros, medindo 46,00 metros;

LESTE : com o Lote Urbano nº. 10 - B, medindo 24,22 metros e com o Lote nº 10 - A, medindo 37,01 metros;

OESTE : com o Lote Urbano nº. 10 - B, medindo 21,83 metros e com a Rua Leoberto Leal, medindo 54,70 metros.

Art. 3.º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4.º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2015.  
ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.  
Data 14/04/2015

ARIEL DA SILVA  
Secretário de Administração e Fazenda

### **DECRETO 5370\_DESMEMBRAMENTO NEUSA**

DECRETO Nº5370/2015

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 10 DA QUADRA Nº 33, COM ÁREA DE 540,00M<sup>2</sup> E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I - Lote Urbano nº 10 da Quadra nº. 33, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 7.650, de propriedade de Neusa Eleftherio Papakonstandinou.



Art. 2.º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 10 da Quadra nº. 33, nesta cidade, com área de 540,00m<sup>2</sup> (quinhentos e quarenta metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 10 (dez) da Quadra nº. 33, com área de 399,98m<sup>2</sup> (trezentos e noventa e nove metros e noventa e oito centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com a Rua Sete de Setembro, medindo 14,60 metros;

SUL: com Lote Urbano nº. 10 - A, medindo 14,18 metros;

LESTE: com o Lote Urbano nº. 09, medindo 24,40 metros;

OESTE: com o Lote Urbano nº 01 e com o Lote nº 01 - A, medindo 28,60 metros.

b) Lote Urbano nº. 10 - A (dez - A) da Quadra nº. 33, com área de 140,02m<sup>2</sup> (cento e quarenta metros e dois centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE : com o Lote Urbano 10, medindo 14,18metros;

SUL: com o Lote Urbano nº 02, medindo 14 metros;

LESTE : com o Lote Urbano nº. 09, medindo 10 metros;

OESTE : com o Lote Urbano nº. 01, medindo 10 metros.

c) Fusão dos Lotes Urbanos nº. 10 - A, da Quadra nº. 33, com a área de 140,02m<sup>2</sup>(cento e quarenta metros e dois centímetros quadrados) e Lote Urbano nº. 01, com a área de 526,00m<sup>2</sup> (quinhentos e vinte e seis metros quadrados), que faz um total de 666,02m<sup>2</sup> (seiscentos e sessenta e seis metros e dois centímetros quadrados), passando a denominar-se Lote Urbano nº 01, da Quadra nº. 33, com as seguintes confrontações:

NORTE: com o Lote Urbano nº. 10, medindo 14,18 metros e com o Lote Urbano nº 01 - A, medindo 25,40 metros;

SUL: com o Lote Urbano nº. 02, medindo 40,80 metros;

LESTE: com o Lote Urbano nº. 09, medindo 10,00 metros e com o Lote Urbano nº. 10, medindo 8,60 metros;

OESTE: com a Rua Vereador Dionísio de Freitas (Antiga Rua 15 de Novembro), medindo 20,90 metros.

Art. 3.º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4.º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.  
Data 14/04/2015

ARIEL DA SILVA

Secretário de Administração e Fazenda

## **DECRETO 5371\_DESMEMBRAMENTO JUVENIL KLEIN**

DECRETO Nº5371/2015

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 10-A DA QUADRA Nº 35, COM ÁREA DE 514,51M<sup>2</sup> E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que específica:

I - Lote Urbano nº 10-A da Quadra nº. 35, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº. 12.022, de propriedade de Juvenil Klein e Waly Klein

Art. 2.º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 10-A da Quadra nº. 35, nesta cidade, com área de 514,51m<sup>2</sup> (quinhentos e quatorze metros e cinquenta e um centímetro quadrado) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 10-A (dez - A) da Quadra nº. 35, com área de 250,00m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com o Lote Urbano nº 10-C, medindo 15,20 metros;

SUL: com a Rua Henrique Brasil de Quadros, medindo 15,00 metros;

LESTE: com o Lote nº. 10, medindo 18,22 metros;

OESTE: com o Lote Urbano nº 09, medindo 15,30 metros.

b) Lote Urbano nº. 10-C (dez - C) da Quadra nº. 35, com área de 264,51m<sup>2</sup> (duzentos e sessenta e quatro metros e cinquenta e um centímetro quadrado), com as seguintes confrontações:

NORTE : com a Rua República Argentina, medindo 16,00 metros;

SUL: com o Lote Urbano nº 10-A, medindo 15,20 metros;

LESTE : com o Lote Urbano nº. 10, medindo 18,79 metros;

OESTE : com o Lote Urbano nº. 09, medindo 15,50 metros.

Art. 3.º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4.º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da  
Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

Data 14/04/2015

ARIEL DA SILVA

Secretário Municipal

### **DECRETO 5372\_DESMEMBRAMENTO MIGUEL ANGEL**

DECRETO Nº5372/2015

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº. 14  
- C DA QUADRA Nº 13, COM ÁREA DE 778,50M<sup>2</sup> E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerquei-  
ra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e  
de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municip-  
al, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especí-  
fica:

I - Lote Urbano nº 14 - C da Quadra nº. 13, nesta cidade, matri-  
culado no Registro de Imóveis sob nº. 12.912, de propriedade de  
Miguel Angel Pujol.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 14 - C da Qua-  
dra nº. 13, nesta cidade, com área de 778,50m<sup>2</sup> (setecentos e  
setenta e oito metros e cinquenta centímetros quadrados) passará  
a formar:

a) Lote Urbano nº. 14 - C (quatorze - C) da Quadra nº. 13, com  
área de 389,25m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e nove metros e vinte e  
cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com o Lote Urbano nº 14 - B, medindo 17,82 metros;

SUL: com a Rua Presidente Vargas, medindo 18,29 metros;

LESTE: com o Lote Urbano nº. 13, medindo 21,71 metros;

OESTE: com o Lote Urbano nº 14 - D, medindo 21,57 metros.

b) Lote Urbano nº. 14 - D (quatorze - D) da Quadra nº. 13, com  
área de 389,25m<sup>2</sup> (trezentos e oitenta e nove metros e vinte e  
cinco centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: com o Lote Urbano nº 14 - B, medindo 23,94 metros e  
0,18 metros;

SUL: com a Rua Presidente Vargas, medindo 16,21 metros;

LESTE: com o Lote Urbano nº. 14 - C, medindo 21,57 metros e  
com o Lote Urbano nº 14 - B, medindo 1,26 metros;

OESTE: com o Lote Urbano nº 14 - B, medindo 16,96 metros.

Art. 3º -As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às  
transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos  
proprietários.

Art. 4º -As despesas decorrentes da execução deste Decreto,  
correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação

adequada para tal fim.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado no mural da  
Prefeitura Municipal nesta mesma data e na forma da lei.

Data 14/04/2015

ARIEL DA SILVA

Secretário Municipal

**Ermo****PREFEITURA****DECRETO Nº. 019 DE 13 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº. 019 de 13 de abril de 2015.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

**DECRETA:**

Art. 1º Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, no dia 20 de abril de 2015 (segunda-feira), em virtude do feriado de Tiradentes.

Art. 2º Os serviços públicos considerados essenciais permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho de seus servidores, para que os serviços não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de abril de 2015.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIAS NAGEL

Secretário de Administração e Finanças

**Forquilha****PREFEITURA****AVISO DE ERRATA - TOMADA DE PREÇOS Nº. 63/PMF/2015**

AVISO DE ERRATA - TOMADA DE PREÇOS Nº. 63/PMF/2015

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Tomada de Preços Nº. 63/PMF/2015. A retificação se dá no seguinte texto:

Onde se lê: ... contratação de empresa especializada para execução dos serviços de pavimentação asfáltica na Rodovia Ema de César Cavaler Minatto, objetivando a recuperação e revitalização de estradas vicinais no Município de Forquilha/SC...

Leia-se: ... contratação de empresa especializada para execução dos serviços de terraplanagem e drenagem na Rodovia Ema de César Cavaler Minatto, objetivando a recuperação e revitalização de estradas vicinais no Município de Forquilha/SC...

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente. As demais cláusulas do edital de pregão permanecem inalteradas.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 as 12:00, 13:00 às 17:00 horas, ou por email: processos@forquilha.sc.gov.br ou licitações@forquilha.sc.gov.br.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

**DECRETO Nº 077, DE 30 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 077, DE 30 DE MARÇO DE 2015.

NOMEIA, POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA, PARA EXERCEREM O CARGO DE MÉDICO DO PSF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas Médico do PSF;

CONSIDERANDO que ELAINE ALESSIO DE JESUS nomeada para exercer o cargo de Médico do PSF, classificado em 6º lugar no Concurso Público, Edital n. 002/2014 apresentou termo de desistência de sua nomeação;

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados, por concurso, RAFAEL LAZZARIN DOMINGOS ROCHA e BRUNA WEINHOLD DE FREITAS para exercerem o cargo de MÉDICO DO PSF, classificados em 9º e 10º lugar, respectivamente, no Concurso Público, Edital n. 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologado em 05 de dezembro de 2014.

Art. 2º Os servidores nomeados terão o prazo de 30 (trinta) dias para tomar posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 30 de março de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 30 de março de 2015.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 70/PMF/2015**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 70/PMF/2015  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, torna público, que estará procedendo ao chamamento para recebimento de propostas e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios da agricultura familiar, destinados à alimentação escolar no município de Forquilha/SC, conforme Lei 11.947/09 e Resolução FNDE nº. 38 de 16/07/2009.

Os interessados deverão encaminhar projeto de venda desses gêneros alimentícios para a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha sito a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, até o dia 30/04/2015 às 09:00 horas.

Edital completo com especificações e quantitativos dos itens e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 08:00 as 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 14 de abril de 2015.  
VALDECIR TISCOSKI  
Presidente da Comissão de Licitação

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008\_2015 RP 0005-FMS**

Aviso do Pregão Presencial nº 0008/2015 - FMS

Registro de Preços nº 0005/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de materiais de consumo para realização de exames de hemograma no Laboratório de Análises Clínicas da Secretaria de Saúde. Validade da Ata de Registro de Preços: Maio a agosto de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 04.05.2015. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 14 de abril de 2015.

Nilce Pinz

Secretária Municipal de Saúde

#### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008\_2015-RP 0005 SF**

Aviso do Pregão Presencial nº 0008/2015 - SF

Registro de Preços nº 0005/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de conjuntos motobomba para instalação em poços artesianos da SANEFRAI, durante o período de abril a setembro de 2015. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 05.05.2015 Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia; Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br, E-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Fraiburgo(SC), 14 de abril de 2015.

Eloi Regalin

Presidente da SANEFRAI

#### **AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009\_2015 RP 0006-FMS**

Aviso do Pregão Presencial nº 0009/2015 - FMS

Registro de Preços nº 0006/2015

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

Objeto: Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS visando a contratação futura de empresa do ramo para a prestação de serviços de transporte de pacientes que freqüentam o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, durante o período de maio a outubro de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: Maio a outubro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 10:15 horas do dia 05.05.2015. Abertura: às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br e e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 14 de abril de 2015.

Nilce Pinz

Secretária Municipal de Saúde



**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0049\_2015-PMF RP 0031**

Aviso do Pregão Presencial nº 0049/2015 - PMF  
Registro de Preços Nº 0031/2015 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de serviços de recapagens e vulcanizações de pneus da frota do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante o período de maio a agosto de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: de maio a agosto de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 11:15 horas do dia 30.04.2015. Abertura: às 11:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 13 de abril de 2015.  
Ivo Biazolo  
Prefeito

**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0050\_2015-PMF RP 0032**

Aviso do Pregão Presencial nº 0050/2015 - PMF  
Registro de Preços Nº 0032/2015 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de materiais de higiene, de limpeza, de copa e cozinha e outros, com pedidos parcelados, para uso do ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO) e dos ÓRGÃOS PARTICIPANTES (SANEFRAI, FME E FMS), durante o período de maio a outubro de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: de maio a outubro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 29.04.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 14 de abril de 2015.  
Ivo Biazolo  
Prefeito

**CONTRATO.394.2015**

CONTRATO N.º: 394/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO  
CONTRATADO: PEDRO ARCANGELO PEREIRA  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 01 de março de 2015 até 31 de março de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.395.2015**

CONTRATO N.º: 395/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: SECRETARIA AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE  
CONTRATADO: VILMAR DE LIMA  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 02 de março de 2015 até 30 de abril de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: OPERADOR DE TRATOR DE PNEU - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,78 (um mil quatorze reais e setenta e oito centavos).

**CONTRATO.396.2015**

CONTRATO N.º: 396/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL - CREAS  
CONTRATADO: LAIS SUELLEN NASCIMENTO DOS SANTOS  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 02 de março de 2015 até 30 de abril de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: ASSISTENTE SOCIAL - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.706,09 (dois mil setecentos e seis reais e nove centavos).

**CONTRATO.397.2015**

CONTRATO N.º: 397/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO  
CONTRATADO: CAROLINA APARECIDA MENEGHINI CHECHI  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 02 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: PROFESSOR  
CARGA HORÁRIA: 29 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.393,45 (um mil trezentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos).

**CONTRATO.398.2015**

CONTRATO N.º: 398/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO  
CONTRATADO: MARIA DE JESUS DE ALMEIDA GOMES  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 02 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: PROFESSOR  
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais ).



**CONTRATO.399.2015**

CONTRATO N.º: 399/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: BELONI DE MORAIS TAVARIOL

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.400.2015**

CONTRATO N.º: 400/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ROSEMERI PEREIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.401.2015**

CONTRATO N.º: 401/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: GABINETE DO PREFEITO E À DISPOSIÇÃO

CONTRATADO: ROSANE DE FATIMA DA CRUZ

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de março de 2015 até 30 de abril de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.402.2015**

CONTRATO N.º: 402/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JORGE LUIZ RIVA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de março de 2015 até 02 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais ).

**CONTRATO.403.2015**

CONTRATO N.º: 403/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: GIZIELEM APARECIDA CARDOSO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 02 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.404.2015**

CONTRATO N.º: 404/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: FRÂNCIELI PEDROSO RAUBER

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.405.2015**

CONTRATO N.º: 405/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ADRIANA OLIVEIRA DE SOUZA GOETTEN

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.406.2015**

CONTRATO N.º: 406/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: LEONEIA APARECIDA MARCONDES DE CAMPOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.407.2015**

CONTRATO N.º: 407/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: SONIA APARECIDA DIAS DA SILVA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.408.2015**

CONTRATO N.º: 408/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: MAGALI CRISTINA PONTES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.409.2015**

CONTRATO N.º: 409/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: LIA ANI CAREGNATO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.410.2015**

CONTRATO N.º: 410/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ELISANGELA SILVEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.411.2015**

CONTRATO N.º: 411/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ROSANGELA APARECIDA RIBEIRO DUARTE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.412.2015**

CONTRATO N.º: 412/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: RAFAELA ANDRESSA SETTI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.413.2015**

CONTRATO N.º: 413/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: DIANA KONFLANZ DA SILVA ANTUNES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.414.2015**

CONTRATO N.º: 414/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: JANILDETE LEITE DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais ).

**CONTRATO.415.2015**

CONTRATO N.º: 415/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: MAGALI DOS SANTOS ROCHA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 10 de maio de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.922,00 (um mil novecentos e vinte e dois reais ).

**CONTRATO.416.2015**

CONTRATO N.º: 416/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: JOEDNA APARECIDA DA SILVA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais ).

**CONTRATO.417.2015**

CONTRATO N.º: 417/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: IVETE CORREA FRAGOSO SAVIAN

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PSICÓLOGO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.706,09 (dois mil setecentos e seis reais e nove centavos).

**CONTRATO.418.2015**

CONTRATO N.º: 418/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: SIMONE CONTE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PSICÓLOGO - ACT

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.353,04 (um mil trezentos e cinquenta e tres reais e quatro centavos).

**CONTRATO.419.2015**

CONTRATO N.º: 419/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: ANDREIA APARECIDA RIBEIRO LEAL NUNES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PSICÓLOGO - ACT

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.353,04 (um mil trezentos e cinquenta e tres reais e quatro centavos).

**CONTRATO.420.2015**

CONTRATO N.º: 420/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: ELISANGELA APARECIDA JAEGER

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PSICÓLOGO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.706,09 (dois mil setecentos e seis reais e nove centavos).

**CONTRATO.421.2015**

CONTRATO N.º: 421/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: MAIARA DE CASSIA BOLZANI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PSICÓLOGO - ACT

CARGA HORÁRIA: 27 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.826,61 (um mil oitocentos e vinte e seis reais e sessenta e um centavos).

**CONTRATO.422.2015**

CONTRATO N.º: 422/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: LUCIANE APARECIDA KEHRWALDT

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 30 de abril de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.423.2015**

CONTRATO N.º: 423/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

CONTRATADO: IVANILDA DE FATIMA SAO BUENO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 02 de setembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: MONITOR SOCIAL- ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.028,34 (um mil vinte e oito reais e trinta e quatro centavos).

**CONTRATO.424.2015**

CONTRATO N.º: 424/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: VIVIANE CAREGNATO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 02 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais ).

**CONTRATO.425.2015**

CONTRATO N.º: 425/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: GISELE APARECIDA RODRIGUES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.426.2015**

CONTRATO N.º: 426/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: MARIA ESTER DE LARA MATTEUCCI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 30 de abril de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.623,66 (um mil seiscentos e vinte e três reais e sessenta e seis centavos).

**CONTRATO.427.2015**

CONTRATO N.º: 427/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: GABINETE DO PREFEITO- ATIVIDADES CULTURAIS

CONTRATADO: DANIEL LIMA DE ALBUQUERQUE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 03 de março de 2015 até 02 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.922,00 (um mil novecentos e vinte e dois reais ).

**CONTRATO.428.2015**

CONTRATO N.º: 428/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: MARLI GONÇALVES DE SOUZA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 04 de março de 2015 até 30 de abril de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.922,00 (um mil novecentos e vinte e dois reais ).

**CONTRATO.429.2015**

CONTRATO N.º: 429/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: FLAVIA BASTOS PRATES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 04 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 31 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.489,55 (um mil quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos).



**CONTRATO.430.2015**

CONTRATO N.º: 430/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: VALDEMIR PERSCH SOBRINHO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 04 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 13 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 624,65 (seiscentos e vinte e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

**CONTRATO.431.2015**

CONTRATO N.º: 431/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: SUZI ABIGAIL RONNAU

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 04 de março de 2015 até 30 de abril de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.432.2015**

CONTRATO N.º: 432/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

CONTRATADO: GILBERTO COROLESQUI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 05 de março de 2015 até 30 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.433.2015**

CONTRATO N.º: 433/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

CONTRATADO: SANTINA LOURENCO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 05 de março de 2015 até 30 de abril de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS- ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,78 (um mil quatorze reais e setenta e oito centavos).

**CONTRATO.434.2015**

CONTRATO N.º: 434/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: FABIANA TELLE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 05 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais ).

**CONTRATO.435.2015**

CONTRATO N.º: 435/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: JOSELITA LORENCINI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 05 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.922,00 (um mil novecentos e vinte e dois reais ).

**CONTRATO.436.2015**

CONTRATO N.º: 436/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: SULAMARA IACHITZKI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 05 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 18 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 864,90 (oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos).

**CONTRATO.437.2015**

CONTRATO N.º: 437/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

CONTRATADO: ANTONIO JOSE DA SILVA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de março de 2015 até 30 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações



posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

#### **CONTRATO.438.2015**

CONTRATO N.º: 438/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SAMU

CONTRATADO: NILCEIA APARECIDA MANFIOLETTI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de março de 2015 até 05 de maio de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.623,66 (um mil seiscentos e vinte e tres reais e sessenta e seis centavos).

#### **CONTRATO.439.2015**

CONTRATO N.º: 439/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ELAINE DUARTE DOS SANTOS RODRIGUES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

#### **CONTRATO.440.2015**

CONTRATO N.º: 440/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: SONIA CORDEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

#### **CONTRATO.441.2015**

CONTRATO N.º: 441/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.DE SAÚDE - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

CONTRATADO: MAGDA APARECIDA DA SILVA SCHNEIDER

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 06 de março de 2015 até 05 de maio de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: ENFERMEIRO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 2.706,09 (dois mil setecentos e seis reais e nove centavos).

#### **CONTRATO.442.2015**

CONTRATO N.º: 442/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JANE DE FATIMA MACHADO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 09 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

#### **CONTRATO.443.2015**

CONTRATO N.º: 443/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: IVONE APARECIDA DE LARA SCALABRIN

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 09 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

#### **CONTRATO.444.2015**

CONTRATO N.º: 444/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JULVANA BRAGHIROLI CORREA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 09 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.445.2015**

CONTRATO N.º: 445/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADO: RITA DE CASIA BORGES  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 09 de março de 2015 até 08 de maio de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.446.2015**

CONTRATO N.º: 446/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO  
CONTRATADO: DIVANIR BENTO DE ANDRADE DOS SANTOS  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 09 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.447.2015**

CONTRATO N.º: 447/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE  
CONTRATADO: ANA PAULA MACIEL DE MELO  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 09 de março de 2015 até 08 de maio de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.448.2015**

CONTRATO N.º: 448/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO  
CONTRATADO: KARINE CAMARGO DE SOUZA  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 10 de março de 2015 até 03 de maio de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.449.2015**

CONTRATO N.º: 449/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO  
CONTRATADO: JESSICA KAROLINE DA SILVA  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 10 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.450.2015**

CONTRATO N.º: 450/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO  
CONTRATADO: ANGELITA DE GOIS OLIVEIRA  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 10 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.451.2015**

CONTRATO N.º: 451/2015  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO  
CONTRATADO: CINTIANA APARECIDA RODRIGUES REINHOLD  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 10 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.  
AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.  
FUNÇÃO: PROFESSOR  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.922,00 (um mil novecentos e vinte e dois reais ).

**CONTRATO.452.2015**

CONTRATO N.º: 452/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: ALESSANDRA PIRES FERREIRA PORTELA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de março de 2015 até 10 de abril de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 12 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 576,60 (quinhentos e setenta e seis reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.453.2015**

CONTRATO N.º: 453/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 10 de março de 2015 até 09 de maio de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.454.2015**

CONTRATO N.º: 454/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: GABINETE DO PREFEITO- ATIVIDADES CULTURAIS

CONTRATADO: MARCIA SOARES DOS SANTOS PEREIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 11 de março de 2015 até 10 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS- ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,78 (um mil quatorze reais e setenta e oito centavos).

**CONTRATO.455.2015**

CONTRATO N.º: 455/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: GABINETE DO PREFEITO- ATIVIDADES CULTURAIS

CONTRATADO: TATIANE DOMINGUES DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 11 de março de 2015 até 10 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS- ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,78 (um mil quatorze reais e setenta e oito centavos).

**CONTRATO.456.2015**

CONTRATO N.º: 456/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

CONTRATADO: JOYCE CRISTINE DE CASTILHO FRANCA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 11 de março de 2015 até 31 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: INSTRUTOR DE TRABALHOS MANUAIS- ACT

CARGA HORÁRIA: 12 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 304,43 (trezentos e quatro reais e quarenta e tres centavos).

**CONTRATO.457.2015**

CONTRATO N.º: 457/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: MILENA MAYARA FURLAN

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 11 de março de 2015 até 10 de maio de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.458.2015**

CONTRATO N.º: 458/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: HEIDI APARECIDA DE BARROS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 11 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PSICÓLOGO - ACT

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.353,04 (um mil trezentos e cinquenta e tres reais e quatro centavos).

**CONTRATO.459.2015**

CONTRATO N.º: 459/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: VIRIDIANA SILVA DE MOURA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 11 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.460.2015**

CONTRATO N.º: 460/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA URBANA

CONTRATADO: RUBIN MULLER

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 12 de março de 2015 até 30 de dezembro de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: OPERADOR DE MAQUINAS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.488,36 (um mil quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e seis centavos).

**CONTRATO.461.2015**

CONTRATO N.º: 461/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ELAINE FERREIRA RIBEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 12 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.462.2015**

CONTRATO N.º: 462/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: CRISTIANE GILMARA CEZAR DA VEIGA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 12 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.463.2015**

CONTRATO N.º: 463/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JUSSARA FARIAS BRANCO DA COSTA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 12 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.464.2015**

CONTRATO N.º: 464/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ELIANE APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 12 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).



**CONTRATO.465.2015**

CONTRATO N.º: 465/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: IRACI PEREIRA DA CRUZ

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 12 de março de 2015 até 03 de maio de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 961,00 (novecentos e sessenta e um reais ).

**CONTRATO.466.2015**

CONTRATO N.º: 466/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: FABIANA DE FREITAS WEBER

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 12 de março de 2015 até 20 de abril de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.922,00 (um mil novecentos e vinte e dois reais ).

**CONTRATO.467.2015**

CONTRATO N.º: 467/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: SIMONE RIBEIRO DE SOUZA VALDAMERI

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 12 de março de 2015 até 11 de maio de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.468.2015**

CONTRATO N.º: 468/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JOCELI RIBEIRO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.469.2015**

CONTRATO N.º: 469/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: ROSEMERI APARECIDA ORTIZ

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.470.2015**

CONTRATO N.º: 470/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: MARIA DE FATIMA MACHADO SALDANHA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e novecentos e vinte e dois centavos).

**CONTRATO.471.2015**

CONTRATO N.º: 471/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: RAFAELY NOGUEIRA COLET MOREIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 13 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta e dois centavos).

**CONTRATO.472.2015**

CONTRATO N.º: 472/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCACAO FUNDAMENTAL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: MARINES TELLES

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 16 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.922,00 (um mil novecentos e vinte e dois reais ).



**CONTRATO.473.2015**

CONTRATO N.º: 473/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JESSICA MUSSOLIN

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 16 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 910,60 (novecentos e dez reais e sessenta centavos).

**CONTRATO.474.2015**

CONTRATO N.º: 474/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - SUPORTE PEDAGÓGICO

CONTRATADO: LILLIAN CARINA THIBES RIBEIRO DE OLIVEIRA

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 17 de março de 2015 até 03 de agosto de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: PROFESSOR

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.922,00 (um mil novecentos e vinte e dois reais ).

**CONTRATO.475.2015**

CONTRATO N.º: 475/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: EDUCAÇÃO INFANTIL - PESSOAL DE APOIO

CONTRATADO: JARDEL LUCIANO SELIAS VAZ

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 17 de março de 2015 até 30 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.476.2015**

CONTRATO N.º: 476/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: DIEGO CAMPAGNARO

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 17 de março de 2015 até 30 de julho de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 838,90 (oitocentos e trinta e oito reais e noventa centavos).

**CONTRATO.477.2015**

CONTRATO N.º: 477/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUN.SAÚDE-PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE

CONTRATADO: MARILDA APARECIDA BACH DOS SANTOS

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 17 de março de 2015 até 16 de maio de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ACT

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 1.014,00 (um mil quatorze reais ).

**CONTRATO.478.2015**

CONTRATO N.º: 478/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

LOTAÇÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: SOLANGE TERESINHA DUARTE

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

VIGÊNCIA: 18 de março de 2015 até 17 de maio de 2015.

AMPARO LEGAL: Lei nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 775,62 (setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).

**EXTRATO CONTRATO 014/2015**

CONTRATO N.º ..... : 014/2015.

PORTARIA N.º ..... : 0821/2015.

CONTRATANTE ..... : AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO- SANEFRAI

CONTRATADO ..... : MARCIO ANTONIO ANTUNES

OBJETO ..... : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

VIGÊNCIA ..... : 17 de março de 2015 até 16 de junho de 2015.

AMPARO LEGAL.....: Lei Municipal nº. 1220/97, de 04.06.97 e alterações posteriores.

FUNÇÃO ..... : AGENTE OPERACIONAL

CARGA HORÁRIA.: 40 HORAS SEMANAIS

VENCIMENTO ..... : 838,90 (Oitocentos e trinta e oito reais, noventa centavos).

**EXTRATO DO ADITIVO Nº TA15FME01\_DOM**

EXTRATO DO ADITIVO Nº TA15FME01

1º ADITIVO DO CONTRATO Nº CT15FME01

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

□ FME. CONTRATADA: RÁDIO FRAIBURGO LTDA. OBJETO DO

CONTRATO: DIVULGAÇÃO RADIOFÔNICA DE TODOS OS EVEN-

TOS, COBERTURA COMPLETA COM EQUIPE ESPORTIVA E TRANS-

MISSÃO DE, NO MÍNIMO, 02 JOGOS POR SEMANA, NOS EVENTOS

ORGANIZADOS, OU COM PARTICIPAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNI-

CIPAL DE ESPORTES, ENTRE ELES: CAMPEONATOS MUNICIPAIS

DE FUTSAL, FUTEBOL DE CAMPO, FUTEBOL SUÍÇO, ENTRE OU-

TROS, ONDE HOUVER SUPORTE TÉCNICO. OBJETO DO ADITIVO:

AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, AMIGAVELMENTE, EM

CONFORMIDADE COM O ART. 79, INC. II, DA LEI Nº 8.666/93 E

ALTERAÇÕES, RESOLVEM DE PLENO ACORDO RESCINDIR O CON-

TRATO A PARTIR DESTA DATA, SEM A INCIDÊNCIA DE QUALQUER

PENALIDADE OU RESSARCIMENTO DATA DO ADITIVO: 23.02.15.

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0006/2015 □

PMF. MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº 0001/2015.

FRAIBURGO (SC), 23 DE FEVEREIRO DE 2015

ANTONIO MARCOS DE ALMEIDA - SUPERINTENDENTE

**EXTRATO EDITAL ACT - Nº 0009-2015 - OPERADOR DE MÁQUINAS**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0009 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para as funções públicas de OPERADOR DE MÁQUINA - RETROESCAVADEIRA. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 15 de abril a 30 de abril 2015, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 13 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**EXTRATO EDITAL ACT - Nº 0010-2015 - DEP. CULTURA**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0010 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para as funções públicas de Instrutor de

Trabalhos Culturais. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 15 a 30 de abril de 2015, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 13 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1000/2015**

PORTARIA Nº 1000, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0005 de 10 de fevereiro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº. 0617/2015, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IZABEL CRISTINA PEREIRA MARTINS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.406.839-96, na função de AUXILIAR DE SALA DA EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de abril de 2015 até 03 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 1001/2015**

PORTARIA Nº 1001, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0050 de 09 de dezembro de 2014 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CAMILA RODRIGUES NATALIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.995.289-47 na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 15 de abril de 2015

até 14 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### **PORTARIA Nº 1002/2015**

PORTARIA N.º 1002, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

Retifica e Ratifica a Portaria n.º 0990/2015

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o art. 1º da portaria nº 0990, de 10 de abril de 2015, que concedeu Função Gratificada FGM - Nível 4 para a servidora MARIA CRISTINA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 737.617.969-00, passando a ser Função Gratificada - Nível 2.

Art. 2º Fica ratificado as demais disposições da Portaria n.º 0990, de 10 de abril de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 14 de abril de 2015.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2015**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2015

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE FRAIBURGO - AMUF.

GERSON DE MATIA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o Termo de Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE FRAIBURGO - AMUF, firmado em 17.03.2015, para auxiliar na aquisição e manutenção de instrumentos musicais, materiais didáticos e de expediente, higiene e limpeza, necessários ao desenvolvimento do projeto "Música para Todos", visando auxiliar na coordenação motora e no melhoramento escolar do aluno, incentivando o desenvolvimento da cultura no município, mediante a concessão no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), em 6 (seis) parcelas mensais, de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos meses de abril a setembro de 2015.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária referente ao exercício de 2015, nos seguintes elementos de despesa:

Órgão	02 - GABINETE DO PREFEITO
Unidade	03 - CULTURA
Funcional	13.392.0008.2.004 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
Elemento	3.3.50.00 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos
Dotação	11
Recurso	1.0200

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 14 de abril de 2015.

GERSON DE MATIA

Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS

Gestor Público Legislativo

**Frei Rogério****PREFEITURA****RESUMO DO EDITAL DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, 10/2015, VC 04/2015 - ASSESSORIA PROJETOS E CONVENIOS**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2015  
CONVITE Nº 04/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC, torna público aos interessados que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, no dia 24 de abril de 2015 às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal, na rua Adolfo Soletti, nº 750, Licitação na modalidade de CONVITE, sob a égide da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, do tipo menor preço por item, sendo o objeto a A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA A ESTA ADMINISTRAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E OU JURÍDICA, COM EXPERIÊNCIA COMPROVADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, PARA ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DOS GOVERNOS DAS ESFERAS FEDERAL E ESTADUAL NO QUE DIZ RESPEITO TANTO AO CADASTRAMENTO DE PROJETOS PARA OBTENÇÃO DE RECURSOS, INCLUINDO AS EMENDAS PARLAMENTARES, QUANTO AS PRESTAÇÕES DE CONTA DOS MESMOS, PARA ACOMPANHAMENTO DIRETO JUNTO AOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS PELA ADMINISTRAÇÃO E REPASSE DOS CONTRATOS/CONVÊNIOS CELEBRADO ENTRE OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL E O MUNICÍPIO DE FREI ROGERIO, SUAS SECRETARIAS E FUNDOS, NO PERÍODO DE 01 DE MAIO A 15 DE AGOSTO DE 2015, COM CARGA HORARIO DE NO MINIMO 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS.

Informações e Edital poderão ser obtidos no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br)

Frei Rogério (SC), 14 de abril de 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

**REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO 07/2015- PREGÃO PRESENCIAL 04/2015**

R.H.

Nos termos do parecer jurídico e ata de julgamento retro, REVOGO o Processo Licitatório n. 07/2015 - Pregão Presencial n. 04/2015, garantindo tratamento isonômico aos interessados.

Determinando ao setor de licitações providências para instauração de novo certame.

Feri Rogério, 08 de abril de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

**Galvão****PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO 027/2015**

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 027/2015, Edital de Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preço 018/2015, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 29 de abril de 2015, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS: SEMEADORA MULTIPLA DE INVERNO, UMA PLANTADEIRA HIDRAULICA PARA MILHO E SOJA, DUAS FORRAGEIRAS COM RODA E BICA HIDRAULICA, MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme quantitativos e especificações estabelecidas no Anexo I. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão - SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br) Galvão - SC, 14 de abril de 2015.

Neri Pederssetti Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### JARF - DESPACHO 4331\_2014/ SERGIO PACHECO DE LIMA

Nº Processo	10260043312014
Tipo de petição	RECURSO ORDINÁRIO VOLUNTÁRIO
Partes:	SERGIO PACHECO DE LIMA (Recorrente) Secretaria Municipal de Fazenda (Recorrida)

R.h.

Homologo o pedido de desistência recursal apresentado à fl. 93, e determino o arquivamento dos autos, a teor do disposto no artigo 5º, XVII, do RIJARF.

Declaro o transitio em julgado da decisão de fls. 68-70, para fins de direito.

Arquive-se, com as anotações de estilo.

Garopaba, 10 de abril de 2015.  
Julgador LUIZ PAULO KNISS JUNIOR  
No Exercício da Presidência da JARF  
(Art.5º, XVIII, c/c Art. 6º, IV, do RIJARF)

### DECRETO Nº 066/2015

DECRETO N.º 066, DE 14 DE ABRIL DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 105.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	105.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	100.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	100.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	5.000,00
3.3.90.0.2.14.000067 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	100.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	100.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas	100.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	5.000,00
3.1.90.0.2.14.000067 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de abril de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 067/2015

DECRETO N.º 067, DE 14 DE ABRIL DE 2015.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 2.900,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.850 de 19/11/2014 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.900,00
10301252.078 - Manutenção da Vigilância em Saúde	2.900,00
3.3.90.0.6.14.000062 - Aplicações Diretas	2.900,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de abril de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO  
Secretário de Administração



**DECRETO Nº 068/2015**

DECRETO N.º 068, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 13, DE 10 DE ABRIL DE 2015, DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 13, de 10 de abril de 2015, do Conselho Municipal de Saúde, que "Dispõe sobre a aprovação da Programação Anual de Saúde 2015", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 15/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

LEI MUNICIPAL Nº 1.690 DE 28/12/2012

Resolução nº 13 de 10 de abril de 2015.

Dispõe sobre a aprovação da Programação Anual de Saúde 2015.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 10 de abril de 2015, no uso de suas atribuições:

**RESOLVE** aprovar a Programação Anual de Saúde 2015.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 10 de abril de 2015.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

**HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2014 - HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE GAROPABA**

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2014 - HINO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE GAROPABA

FICA HOMOLOGADO o Resultado do Edital de Concurso Público n.º 001/2014.

**COMPOSIÇÃO LETRA E MUSICA**

INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Antonio Manoel da Silva - Classificado
002	Maria José de Camargo - Desclassificada
003	Nivaldo de Abreu - Desclassificado
004	Jefferson Adriano Amaral - Desclassificado
005	Suyan de Farias Nunes - Desclassificada
006	Karlo Kulpa - Desclassificado
007	Amauri dos Santos Rodrigues - Desclassificado
008	Lannis Lopes Osório - Desclassificado
009	Luiz Fernando Alves Bitencourt - Desclassificado
010	Marco Rodrigues Butignol - Desclassificado
011	Carlos Michael da Silva e Giovanni - Desclassificado
012	José Alves - Desclassificado
013	Manoel Valentim - Desclassificado
014	Karen Elzira Volkman - Desclassificada

Garopaba, 14 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 15/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**LEI Nº 1873, DE 08 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 1.873, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

REVOGA A LEI Nº 1.830, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADQUIRIR POR DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, O BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogada a Lei nº 1.830, de 10 de setembro de 2014, que autoriza a declaração de Utilidade Pública, para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, do bem imóvel de propriedade da MITRA METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS/SC - CAPELA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA, com matrícula nº 3.240 de 18 de fevereiro de 2008, no Ofício de Registro de Imóveis de Garopaba.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 15/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### LEI Nº 1874, DE 08 DE ABRIL DE 2015

LEI Nº 1.874, DE 08 DE ABRIL DE 2015.

ALTERA A LEI N.º 1.801/2014, QUE "INSTITUI O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE GAROPABA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 1º, da Lei Municipal n.º 1.801, de 19 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Institui o Calendário Oficial de Eventos do Município de Garopaba, conforme eventos constantes no Anexo Único desta Lei."

Art. 2º. O Anexo Único, da Lei Municipal n.º 1.801, de 19 de maio de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

#### ANEXO ÚNICO

##### Calendário Anual de Eventos

EVENTO	REALIZAÇÃO
Garopaba Sem Stress	Dezembro a março
Lual do Siriú	Janeiro
Festa de Nossa Senhora dos Navegantes	Fevereiro
Carnaval	47 dias antes da Páscoa
Triathlon de Garopaba	Março
Festa do Senhor dos Passos	Duas semanas antes da Páscoa
Campeonato Municipal de Futebol 7	Abril
Encontro de Motos	Maio
Feira do Livro	Maio
Campeonato Municipal de Futebol 7 – Sub 11	Maio
Campeonato Municipal de Futebol Quarentão	Maio
Marcha da Paz para Jesus	Maio
Festa do Divino	50 dias após a Páscoa
Quermesse e Festa Nacional do Bacalhau Brasileiro	60 dias após a Páscoa
Festa de São Joaquim	26 de Julho
Festa do Senhor Bom Jesus	06 de Agosto
Campeonato Municipal de Futebol 7 – Sub 13 e Sub 15	Agosto
Campeonato Municipal de Futebol Adulto e Aspirante	Agosto
Festa de Nossa Senhora da Glória	Agosto

Desfile Cívico de 7 de Setembro	Setembro
Campeonato Municipal de Futebol 7 Quarentão	Setembro
Semana Esportiva (Escolas Municipais)	Setembro
Campeonato Escolinhas Municipais	Outubro
Festival Garopaba em Dança	Novembro
Feira de Arte e Cultura	Novembro
Jogos Estudantis de Garopaba	Novembro
Mostra Lutz	Novembro
Festival Pet Surf	Novembro
Aniversário da Cidade	19 de Dezembro
Copa TPM e Copa TM de Triathlon	Dezembro
Natal Cristo Luz	Dezembro
Réveillon	Dezembro
Campeonato de Skate	Data a ser definida no decreto
Copa Sul Catarinense de DownHill	Data a ser definida no decreto

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 15/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### RESOLUÇÃO Nº 13/2015 CMS

Resolução nº 13 de 10 de abril de 2015.

Dispõe sobre a aprovação da Programação Anual de Saúde 2015.

O Conselho Municipal de Saúde de Garopaba/SC, órgão colegiado, com caráter deliberativo, normativo, fiscalizador e consultivo, de composição paritária entre governo e sociedade civil, criado pela Lei Municipal nº 1.690/2012, em reunião ordinária do dia 10 de abril de 2015, no uso de suas atribuições:

RESOLVE aprovar a Programação Anual de Saúde 2015.

A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 10 de abril de 2015.

ELSITA THORSTENBERG DE ANDRADE

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 15/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2015

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR/SC  
AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2015

A Fundação Municipal de Esportes de Gaspar torna público e para conhecimento dos participantes e dos interessados em participar do processo supramencionado, o qual tem por OBJETO: Credenciamento de arbitros, auxiliares e mesários para atuação em eventos de desportos promovidos pela FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE GASPAR, que o Edital foi ALTERADO. Os interessados poderão obter a íntegra do Aditivo ao EDITAL através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br) ou e-mail: [esporte@gaspar.sc.gov.br](mailto:esporte@gaspar.sc.gov.br), bem como consultá-lo na Sede da Fundação Municipal de Esportes de Gaspar localizada na Rua Itajaí, nº 2.300, bairro Poço Grande, na cidade de Gaspar/SC. Destaca-se que o Edital continua aberto para novos credenciamentos.

Gaspar, 14 de abril de 2014.  
RENATO CESAR ZIMMERMANN  
Diretor Presidente da FME

### DECRETO Nº 6.152, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 6.152, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE GRATUITAMENTE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA EM FAVOR DA EMPRESA Max Química Tintas e solventes LTDA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, considerando ainda o disposto na Lei nº 2.944, de 03 de dezembro de 2007 e de conformidade com a Deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Gaspar,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à empresa Max Química Tintas e Solventes LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº 11.182.555/0001-18, o incentivo previsto no inciso III, do artigo 2º da Lei nº 2.944, de 03 de dezembro de 2007, caracterizado pela concessão de direito real de uso de uma área pública com 6.975,66 m² (seis mil novecentos e setenta e cinco metros e sessenta e seis centímetros quadrados), localizado no distrito industrial, Av. Santa Terezinha, no Município de Gaspar, matriculado no Registro de Imóveis de Gaspar sob nº 8.285.

Art. 2º A empresa beneficiada com a concessão prevista no artigo anterior deverá utilizar o imóvel segundo a finalidade prevista no respectivo projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE.

Art. 3º O prazo de concessão será de até 10 (dez) anos, com possibilidade de prorrogação, mediante decreto específico.

Art. 4º São obrigações da concessionária, além daquelas previstas na Lei nº 2.944/2007, e das que vierem a ser estabelecidas pelo Município, por ocasião da lavratura do instrumento de concessão:

I - zelar pela manutenção, higiene, segurança e conservação das

áreas;

II - realizar as benfeitorias necessárias;

III - pagar as taxas, tarifas e preços públicos;

IV - pagar os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da utilização do objeto da presente concessão;

V - cumprir as cláusulas contratuais;

VI - comunicar ao Poder Público Municipal quaisquer ocorrências relacionadas às áreas cedidas;

VII - responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros;

VIII - responsabilizar-se pela guarda das áreas;

IX - apresentar o projeto da edificação e a efetiva construção das novas instalações no prazo de 6 (seis) meses;

X - dar início às atividades empresariais no imóvel concedido, no prazo de 1 (um) ano da respectiva outorga.

Parágrafo único. É vedada a realização de qualquer obra ou serviço que altere a qualidade do objeto da concessão, sem o prévio consentimento da Administração Pública.

Art. 5º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral da Administração Pública, pelo decurso de seu prazo ou por acordo entre as partes, além das demais hipóteses previstas na Lei nº 2.944/2007.

§ 1º Constituem motivos de rescisão unilateral do Termo de Concessão:

I - o descumprimento das condições estatuídas neste Decreto ou nas cláusulas que constarem do instrumento de concessão;

II - a transferência ou cessão, total ou parcial, do contrato a terceiros;

III - o desatendimento das determinações legais;

IV - a dissolução da sociedade;

V - razões de interesse público devidamente justificado, mediante processo administrativo;

VI - a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada;

VII - o desvio da finalidade.

§ 2º A rescisão unilateral da concessão implica na retomada imediata das áreas, sem direito à indenização ou retenção.

Art. 6º As benfeitorias realizadas nas áreas incorporar-se-ão ao patrimônio público municipal, sem direito à indenização.

Art. 7º A conservação, zelo e segurança da área constitui obrigação indeclinável e permanente da concessionária, respondendo civil e penalmente pelas perdas e danos que causar em decorrência da concessão, sendo os dirigentes solidariamente responsáveis.

Art. 8º Será firmado Termo de Concessão de Direito Real de Uso subsidiário a este Decreto, disciplinando e detalhando os direitos e obrigações dos signatários.

Art. 9º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento do Município de Gaspar.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 12 de dezembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.277, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.**

DECRETO Nº 6.277, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

CONCEDE GRATUITAMENTE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA EM FAVOR DA EMPRESA SRP MALHAS LTDA ME.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, considerando ainda o disposto na Lei nº 2.944, de 03 de dezembro de 2007 e de conformidade com a Deliberação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Gaspar,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido à empresa SRP MALHAS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ nº 06.217.161/0001-18, o incentivo previsto no inciso III, do artigo 2º da Lei nº. 2.944, de 03 de dezembro de 2007, caracterizado pela concessão de direito real de uso de uma área pública com 4.375,73 (quatro mil trezentos e setenta e cinco metros e setenta e três centímetros quadrados), localizado no distrito industrial, Av. Santa Terezinha, no Município de Gaspar, matriculado no Registro de Imóveis de Gaspar sob nº 8.285.

Art. 2º A empresa beneficiada com a concessão prevista no artigo anterior deverá utilizar o imóvel segundo a finalidade prevista no respectivo projeto aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE.

Art. 3º O prazo de concessão será de até 10 (dez) anos, com possibilidade de prorrogação, mediante decreto específico.

Art. 4º São obrigações da concessionária, além daquelas previstas na Lei nº. 2.944/2007, e das que vierem a ser estabelecidas pelo Município, por ocasião da lavratura do instrumento de concessão:

I - zelar pela manutenção, higiene, segurança e conservação das áreas;

II - realizar as benfeitorias necessárias;

III - pagar as taxas, tarifas e preços públicos;

IV - pagar os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da utilização do objeto da presente concessão;

V - cumprir as cláusulas contratuais;

VI - comunicar ao Poder Público Municipal quaisquer ocorrências relacionadas às áreas cedidas;

VII - responsabilizar-se pelos danos causados a terceiros;

VIII - responsabilizar-se pela guarda das áreas;

IX - apresentar o projeto da edificação e a efetiva construção das novas instalações no prazo de 6 (seis) meses;

X - dar início às atividades empresariais no imóvel concedido, no prazo de 1 (um) ano da respectiva outorga.

Parágrafo único. É vedada a realização de qualquer obra ou serviço que altere a qualidade do objeto da concessão, sem o prévio consentimento da Administração Pública.

Art. 5º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral da Administração Pública, pelo decurso de seu prazo ou por acordo entre as partes, além das demais hipóteses previstas na Lei nº. 2.944/2007.

§ 1º Constituem motivos de rescisão unilateral do Termo de Concessão:

I - o descumprimento das condições estatuídas neste Decreto ou nas cláusulas que constarem do instrumento de concessão;

II - a transferência ou cessão, total ou parcial, do contrato a terceiros;

III - o desatendimento das determinações legais;

IV - a dissolução da sociedade;

V - razões de interesse público devidamente justificado, mediante processo administrativo;

VI - a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada;

VII - o desvio da finalidade.

§ 2º A rescisão unilateral da concessão implica na retomada imediata das áreas, sem direito à indenização ou retenção.

Art. 6º As benfeitorias realizadas nas áreas incorporar-se-ão ao patrimônio público municipal, sem direito à indenização.

Art. 7º A conservação, zelo e segurança da área constitui obrigação indeclinável e permanente da concessionária, respondendo civil e penalmente pelas perdas e danos que causar em decorrência da concessão, sendo os dirigentes solidariamente responsáveis.

Art. 8º Será firmado Termo de Concessão de Direito Real de Uso subsidiário a este Decreto, disciplinando e detalhando os direitos e obrigações dos signatários.

Art. 9º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento do Município de Gaspar.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 25 de fevereiro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.355, DE 10 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 6.355, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE HORAS EXTRAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 84, da Lei Municipal nº 1.305 de 09 de outubro de 1991,

Considerando a necessidade de Autorização para a realização de horas extras em caso de situações excepcionais e temporárias;

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a realização de até 50 (cinquenta) horas mensais no total de serviço extraordinário, individualmente, para os servidores abaixo, no período de 15 de abril de 2015 a 14 de maio de 2015, conforme a necessidade assim exigir, mediante escala a ser definida pela Secretaria Municipal de Educação:

- I. Almir Nunes;
- II. Claudimiro Mendonça;
- III. Charles Volnei Zabel.

Art. 2º As horas extras serão realizadas sem prejuízo do repouso semanal remunerado.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão a conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Gaspar, 10 de abril de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.357, DE 13 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 6.357, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

EXONERA A SERVIDORA ROSANGELA SANTOS BELOTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ROSANGELA SANTOS BELOTO, CPF nº 612.860.879-53, do cargo de Secretária Escolar, nível CC, ref. 45, com 20 horas semanais, a partir de 09/04/2015.

Art. 2º Fica revogado o Decreto 6054 de 22 de agosto de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 09/04/2015.

Gaspar, 13 de abril de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.358, DE 13 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 6.358, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL ÀS SERVIDORAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento nos artigos 41, inciso I e artigo 42, da Lei Municipal nº 1.305/91, e na Lei Municipal 1.358/92,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida Progressão Funcional Vertical às servidoras públicas abaixo designadas, ocupantes do cargo efetivo de

Professora DOC III, para o nível DOC IV, a partir do vencimento do mês de abril/2015:

- I - Andrea Cordeiro Quintino;
- II - Adréia Zendron Zabel;
- III - Beatriz Geni Stigmaier Elias;
- IV - Danielle dos Santos Krauss;
- V - Eliane Deucher;
- VI - Elisangela Correia;
- VII - Emanuele Karina Oechsler;
- VIII - Fernanda Pereira Sautner;
- IX - Kátia Regina Moretti;
- X - Marili Spengler de Cordova;
- XI - Priscila Pereira Marcelino;
- XII - Rosangela Santos Beloto;
- XIII - Schirlene de Fátima Schmitt Froehlich;
- XIV - Yeda Brandt Laurindo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 13 de abril de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

**ERRATA AO DECRETO Nº 6.318, DE 10 DE MARÇO DE 2015.**

ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto nº 6.318 de 10 de março de 2015, veiculado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, Edição nº 1713, de 30 de março de 2015, nos seguintes termos:

Onde se lê em seu artigo primeiro:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
ANA FLAVIA WES-SLING	ASSISTENTE SOCIAL	40	5º	SECRETARIA DE SAÚDE

Leia-se:

Nome	Cargo	C/H	Colocação	Lotação
ANA FLAVIA WES-SLING	ASSISTENTE SOCIAL	40	5º	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Gaspar, 14 DE ABRIL de 2015.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar



**PORTARIA Nº 3.657, DE 13 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº 3.657, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA ROSANGELA SANTOS BE-  
LOTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º A servidora Rosangela santos beloto, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, lotada com 40 horas semanais no CDI Vovó Leonida, fica à disposição da Secretaria Municipal de Educação no Departamento Pedagógico, com 40 horas semanais a partir de 09/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 09/04/2015 e revogando as demais disposições em contrário.

Gaspar, 13 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Grão Pará****PREFEITURA****JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA COOPERFAMÍLIA (14-04-2015)**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão -Pará, no que tange ao fornecimento de produtos para merenda escolar para a Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e Toda Santa Catarina - COOPERFAMILIA

Empenhos: 3286/14 (Restos a Pagar 893), 3271/14 (Restos a Pagar 864), 3492/14 (Restos a Pagar 1196), 3694/14 (Restos a Pagar 1197), 3941/14 (Restos a Pagar 1643), 4193/14 (Restos a Pagar 1645), 4307/14 (Restos a Pagar 1648), 4246/14 (Restos a Pagar 1649), 4551/14 (Restos a Pagar 1655), 3941/14 (Restos a Pagar 1657), 3932/14 (Restos a Pagar 1658), 4065/14 (Restos a Pagar 1659), 3856/14 (Restos a Pagar 1660), 3781/14 (Restos a Pagar 1661), 3853/14 (Restos a Pagar 1662), 3931/14 (Restos a Pagar 1663), 3942/14 (Restos a Pagar 1664), 4064/14 (Restos a Pagar 1665) e 4063/14 (Restos a Pagar 1666).

Valor: R\$ 2.972,75

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

**JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA JM EQUIPAMENTOS LTDA**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao prosseguimento dos serviços da municipalidade, haja vista o objeto da despesa ser necessário ao bom funcionamento de máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras do Município de Grão-Pará.

Despesa a ser salgada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: JM Equipamentos Ltda

Empenhos: 3056/14 (Restos a Pagar 919) e 3055/14 (Restos a Pagar 1463)

Valor: R\$ 5.115,93

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

### **JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA MERENDA ESCOLAR (ASTE-14-04-2015)**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos para creches, pré-escola e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Mercado Aste Ltda ME

Empenhos: 1464/14 (Restos a Pagar 202), 1766/14 (Restos a Pagar 391), 2114/14 (Restos a Pagar 396), 2213/14 (Restos a Pagar 475), 2246/14 (Restos a Pagar 552), 2553/14 (Restos a Pagar 586), 2554/14 (Restos a Pagar 587), 2702/14 (Restos a Pagar 661), 2674/14 (Restos a Pagar 769), 2673/14 (Restos a Pagar 770), 3027/14 (Restos a Pagar 771), 3488/14 (Restos a Pagar 912), 3138/14 (Restos a Pagar 915), 3302/14 (Restos a Pagar 916), 3642/14 (Restos a Pagar 1106), 3641/14 (Restos a Pagar 1107), 4796/14 (Restos a Pagar 1713) e 1463/14 (Restos a Pagar 1762).

Valor: R\$ 2.913,20

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

### **JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA MERENDA ESCOLAR (ASTE-14-04-2015)---**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos para creches, pré-escola e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Mercado Aste Ltda ME

Empenhos: 16, 17, 21, 77, 114, 134, 264, 265, 268, 422, 423, 545, 558, 705, 797, 800, 959, 987, 1073, 1074 e 1077.

Valor: R\$ 6.710,49

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

### **JUSTIFICATIVA QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA QUIMIGRAP**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao prosseguimento do bom funcionamento dos serviços da municipalidade, haja vista o objeto da despesa ser necessário e eficaz para o prédio da Prefeitura de Grão-Pará e, ainda, obter o Município desconto com pagamento à vista, que contempla o interesse público.

Despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Quimigrap Comércio e Representações de Produtos de Limpeza Ltda ME

Empenho: 1007 (Nota Fiscal nº 000486)

Valor: R\$ 1.900,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

### **PR 16/2015 PNEUS NOVOS**

Prefeitura Municipal de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 44/2015

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 16/2015-PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE GRÃO-PARÁ. Data e Horário de Abertura: 06/05/2015, às 14h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 13 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

### **QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos para creches, pré-escola e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Mercado Aste Ltda ME

Empenhos: 16, 17, 21, 77, 114, 134, 264, 265, 268, 422, 423, 545, 558, 705, 797, 800, 959, 987, 1073, 1074 e 1077.

Valor: R\$ 6.710,49

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

### **QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos para creches, pré-escola e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Mercado Aste Ltda ME

Empenhos: 1464/14 (Restos a Pagar 202), 1766/14 (Restos a Pagar 391), 2114/14 (Restos a Pagar 396), 2213/14 (Restos a Pagar 475), 2246/14 (Restos a Pagar 552), 2553/14 (Restos a Pagar 586), 2554/14 (Restos a Pagar 587), 2702/14 (Restos a Pagar 661), 2674/14 (Restos a Pagar 769), 2673/14 (Restos a Pagar 770), 3027/14 (Restos a Pagar 771), 3488/14 (Restos a Pagar 912), 3138/14 (Restos a Pagar 915), 3302/14 (Restos a Pagar 916), 3642/14 (Restos a Pagar 1106), 3641/14 (Restos a Pagar 1107), 4796/14 (Restos a Pagar 1713) e 1463/14 (Restos a Pagar 1762).

Valor: R\$ 2.913,20

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

### **QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao prosseguimento dos serviços da municipalidade, haja vista o objeto da despesa ser necessário ao bom funcionamento de máquinas e equipamentos da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras do Município de Grão-Pará.

Despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: JM Equipamentos Ltda

Empenhos: 3056/14 (Restos a Pagar 919) e 3055/14 (Restos a Pagar 1463)

Valor: R\$ 5.115,93

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

### **QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento das despesas abaixo relacionadas de condição imprescindível ao prosseguimento das ações governamentais na área da Educação do Município de Grão-Pará, no que tange ao fornecimento de produtos para merenda escolar para a Rede Municipal de Ensino.

Despesas a serem salgadas mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna e Toda Santa Catarina - COOPERFAMILIA

Empenhos: 3286/14 (Restos a Pagar 893), 3271/14 (Restos a Pagar 864), 3492/14 (Restos a Pagar 1196), 3694/14 (Restos a Pagar 1197), 3941/14 (Restos a Pagar 1643), 4193/14 (Restos a Pagar 1645), 4307/14 (Restos a Pagar 1648), 4246/14 (Restos a Pagar 1649), 4551/14 (Restos a Pagar 1655), 3941/14 (Restos a Pagar 1657), 3932/14 (Restos a Pagar 1658), 4065/14 (Restos a Pagar 1659), 3856/14 (Restos a Pagar 1660), 3781/14 (Restos a Pagar 1661), 3853/14 (Restos a Pagar 1662), 3931/14 (Restos a Pagar 1663), 3942/14 (Restos a Pagar 1664), 4064/14 (Restos a Pagar 1665) e 4063/14 (Restos a Pagar 1666).

Valor: R\$ 2.972,75

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

### **QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

JUSTIFICATIVA À QUEBRA

DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Nos termos do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, fica justificada a quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos, por se tratar o pagamento da despesa abaixo relacionada de condição imprescindível ao prosseguimento do bom funcionamento dos serviços da municipalidade, haja vista o objeto da despesa ser necessário e eficaz para o prédio da Prefeitura de Grão-Pará e, ainda, obter o Município desconto com pagamento à vista, que contempla o interesse público.

Despesa a ser saldada mediante a quebra da ordem cronológica de pagamentos:

Fornecedor: Quimigrap Comércio e Representações de Produtos de Limpeza Ltda ME

Empenho: 1007 (Nota Fiscal nº 000486)

Valor: R\$ 1.900,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 14 de abril de 2015.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 450/2015

DECRETO Nº. 450/2015  
Decreta Ponto Facultativo.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais, no dia 20 de abril de 2015.

Parágrafo único. Ficam ressalvadas as necessidades urgentes e inadiáveis de cada Secretaria Municipal.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 14 de abril de 2015.  
Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretaria de Administração e Finanças

### EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2015 – FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2015 - FMS.

Objeto: AQUISIÇÃO DE DIETA ESPECIAL PARA O PACIENTE EMERSON PAOLO DE LIMA FERREIRA, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL Nº 090033582.2014.8.24.0026.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA., inscrita no CNPJ nº 03.612.312/0004-97, com sede na Rua Judite Melo dos Santos, Distrito Industrial, na cidade de São José (SC), CEP nº 88.104-765.

Valor: R\$ 1.920,00 (um mil, novecentos e vinte reais).

Guaramirim (SC), 13 de abril de 2015.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2015 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2015 - PMG.

Objeto: SERVIÇO DE REVISÃO DE MÃO DE OBRA, DESLOCAMENTO E FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA REVISÃO DE 250 HS DA CARREGADEIRA HYUNDAI.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso XVII, da Lei 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: BMC HYUNDAI S.A., inscrita no CNPJ nº 14.168.536/0017-92, com sede na Rua Paulino Pedro Hermes, nº 609, bairro Nossa Senhora do Rosário, São José, CEP nº 88.110-693.

Valor: R\$ 1.229,25 (um mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos).

Guaramirim (SC), 13 de abril de 2015.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2015 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 036/2015 - PMG.

Objeto: SERVIÇO DE REVISÃO DE 250HS DA ESCAVADEIRA PC 200 - KOMATSU

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso XVII, da Lei 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA., inscrito no CNPJ nº 79.879.318/0002-25, Rua Alwin Rutzen, nº 101, Itoupavazinha, Blumenau (SC).

Valor: R\$ 1.948,00 (um mil, novecentos e quarenta e oito reais).

Guaramirim (SC), 13 de abril de 2015.  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2015 – PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 037/2015 - PMG.

Objeto: SERVIÇO DE REVISÃO DE 500 HS DA MOTONIVELADORA CAT - PLACA QHD 3125.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso XVII, da Lei 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: PARANA EQUIPAMENTOS S.A., inscrita no CNPJ nº 76.527.951/0001-85, com sede na Rodovia BR -116, nº 11.807, KM. 100, Bairro Bauer, na cidade de Curitiba (PR), CEP nº 81.690-100.

Valor: R\$ 3.620,49 (três mil, seiscentos e vinte reais e quarenta e nove centavos).

Guaramirim (SC), 13 de abril de 2015.

LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL  
PROCESSO LICITATÓRIO  
Nº 34/2015.

A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital do Pregão nº. 34/2015 que tem por objeto a locação e implantação de sistema integrado de segurança em TI, conforme termo de referência.

**1. ALTERAÇÃO NO EDITAL NO ITEM 10 - DA PROPOSTA COMERCIAL:**

Incluir o subItem:

10.1.7.2 Apresentem suas propostas contendo um descritivo da empresa, sua atuação e tempo experiência no mercado, contendo pelo menos dois cases (clientes) atuais, preferencialmente do setor público municipal, que já utilizam o sistema oferecido. Também deverão estar descritos quais os processos produtivos utilizados pela empresa (ou terceira – se for o caso) em termos de produção dos sistemas (software e hardware, se houver), RoadMap, metodologia de desenvolvimento utilizada, se há gerenciamento de projetos e como é feito. Também deverá ser enviada uma lista da rede de atendimento da empresa que atue com os sistemas envolvidos neste edital.

**2. NO TERMO DE REFERÊNCIA:**

Onde lê-se: "O fornecedor deverá enviar um plano de implantação do sistema para ser analisado pela TI do município."

Leia-se: "No momento da contratação, o fornecedor deverá enviar um plano de implantação do sistema para ser analisado pela TI do município."

**2. RECEBIMENTO E INÍCIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTA e DOCUMENTAÇÃO ( Passará a conter a seguinte descrição)**

A data de abertura fica marcada para o dia 30 de abril de 2015 às 09h.

As demais informações contidas no Edital permanecem inalteradas.

A alteração constante no Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço <https://guaramirim.antende.net>.

GUARAMIRIM (SC), 14/04/2015.

LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL



# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL 061\_2015

Decreto Administrativo 061/2015.

DECRETA PONTO FACULTATIVO, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas:

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as repartições públicas municipais, na data de: 20 de abril de 2015 .

Parágrafo único. O Ponto Facultativo não se estende a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em seus Departamentos e Educandários.

Art. 2º O presente Decreto Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 14 de abril de 2015 - 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

JOSE CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Certifico que o presente Decreto foi publicado e registrado nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária de Administração e Fazenda

### DECRETO MUNICIPAL 063\_2015

DECRETO Nº 063/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

HOMOLOGA E PUBLICA O RESULTADO CLASSIFICATÓRIO PRELIMINAR RELATIVO AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o Resultado Classificatório Preliminar (Antes dos Recursos), dos candidatos que realizaram a prova para os cargos constantes no Edital 001/2015 de Processo Seletivo, conforme abaixo:

FARMACÊUTICO   Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
3	51944 - Jaqueline Casagrande	24/08/1985	4,80	1,05	0,70	6,55	1º
1	60149 - Claudio Conte Junior	25/04/1983	3,60	1,05	0,70	5,35	2º
2	51691 - Gabriel Junior Mayer	03/11/1991	3,00	1,40	0,70	5,10	3º
FISIOTERAPEUTA   Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
4	57247 - Janaina Rockenbach	11/01/1990	4,80	1,40	1,05	7,25	1º
NUTRICIONISTA   Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
5	59044 - Janaina Terezinha Hendges	20/11/1991	5,40	1,05	0,70	7,15	1º
PSICÓLOGO   Modalidade A							
Ident.	Inscrição - Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
13	51959 - Simone Cristina Back	17/11/1992	6,60	0,70	1,05	8,35	1º
11	51909 - Fabiana Gusen	03/01/1982	6,60	0,35	1,05	8,00	2º
10	61052 - Mayellin Lavall	14/08/1992	5,40	0,70	0,70	6,80	3º
7	51013 - Telma Aline Corti	29/08/1990	5,40	0,35	0,70	6,45	4º
12	51646 - Greyce Camila Dos Santos	19/06/1991	5,40	0,70	0,00	6,10	5º
9	51903 - Taiana Galiassi	21/03/1986	4,80	0,70	0,35	5,85	6º
8	51927 - Janaina Secchi Pereira	13/02/1990	3,00	0,70	0,35	4,05	7º

Art. 2º Os desempates estão de acordo com o item 6 do Edital.  
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC,  
em 14 de abril de 2015 - Certifique-se. Registre-se. Publique-se  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002 2015** EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e em consonância com O Estatuto Unificados dos Servidores Públicos Civis deste município, com a Lei de Cargos e Salários dos servidores da administração Direta do Município, e os ditames do Edital de nº 001/2015 Concurso Público, e em conformidade com o Decreto nº. 054/2015 datado em 07/04/2015, de homologação e Publicação do Resultado Final classificatórios dos candidatos aprovados para provimento dos cargos relacionados no Edital 001/2015, de Concurso Público:

#### **TORNA PÚBLICO :**

1 A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/CLASSIFICADOS, abaixo relacionados, para na data de 16 de abril de 2015, as 07h30min, comparecerem junto a Unidade dos Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul, sito a Rua Paraná, 338, Centro, para sua nomeação.

CARGO	NOME
Engenheiro Civil	FERNANDO JOSE DA SILVA
Agente de Apoio Operacional	MARILIA SOLIGO

2 O não comparecimento do candidato será considerado como desistência ao cargo, podendo a Administração municipal convocar o candidato classificado para o mesmo cargo, em ordem imediatamente posterior.

3 O não atendimento dos requisitos para investidura, estabelecidos no Edital de Concurso Público, e os demais requisitos eliminará a candidato a nomeação e posse.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC,  
em 14 de abril de 2015. 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.  
JOSÉ CARLOS FOIATTO  
Prefeito Municipal

- Registre-se e Publique-se

## Herval d'Oeste

### **PREFEITURA**

#### **CONTRATO Nº 011/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
EXTRATO CONTRATO Nº 011/2015 DE 06/04/2015  
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
Contratado: Adelton Luiz Martini

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, Chamada Pública Nº 001/2015.  
VALOR: R\$ 4.240,00  
PRAZO: 31/12/2015  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 06 de abril de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito

Adelton Luiz Martini  
Agricultor

#### **CONTRATO Nº 012/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
EXTRATO CONTRATO Nº 012/2015 DE 06/04/2015  
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
Contratado: Darci Cristovão Feltrin

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, Chamada Pública Nº 001/2015.  
VALOR: R\$ 14.017,33  
PRAZO: 31/12/2015  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 06 de abril de 2015.  
Nelson Guindani  
Prefeito

darci cristovão feltrin  
Agricultor

#### **CONTRATO Nº 013/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
EXTRATO CONTRATO Nº 013/2015 DE 06/04/2015  
Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste  
Contratado: Davi Motta

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, Chamada Pública Nº 001/2015.  
VALOR: R\$ 4.990,74  
PRAZO: 31/12/2015  
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício

financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 06 de abril de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito

davi motta  
Agricultor

#### **CONTRATO Nº 014/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 014/2015 DE 06/04/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: davide josé zanon

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, Chamada Pública Nº 001/2015.

VALOR: R\$ 6.588,00

PRAZO: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 06 de abril de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito

davide josé zanon  
Agricultor

#### **CONTRATO Nº 015/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 015/2015 DE 06/04/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: Dirceu Comin

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, Chamada Pública Nº 001/2015.

VALOR: R\$ 20 555,60 (limitado á R\$ 20.000,00 em 2015)

PRAZO: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 06 de abril de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito

dirceu comin  
Agricultor

#### **CONTRATO Nº 016/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 016/2015 DE 06/04/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: Edson Paulo da Silva

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, Chamada Pública Nº 001/2015.

VALOR: R\$ 20.262,96 (limitado á R\$ 20.000,00 em 2015)

PRAZO: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 06 de abril de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito

Edson Paulo da Silva  
Agricultor

#### **CONTRATO Nº 017/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 017/2015 DE 06/04/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: Evandro Carlos Mores

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, Chamada Pública Nº 001/2015.

VALOR: R\$ 6.307,20

PRAZO: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 06 de abril de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito

Evandro Carlos Mores  
Agricultor

#### **CONTRATO Nº 018/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 018/2015 DE 06/04/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: Heitor Valmorbida

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, Chamada Pública Nº 001/2015.

VALOR: R\$ 11.921,40

PRAZO: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 06 de abril de 2015.

Nelson Guindani  
Prefeito

Heitor Valmorbida  
Agricultor

**CONTRATO Nº 019/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 019/2015 DE 06/04/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: Marlene Zago Zanella

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, Chamada Pública Nº 001/2015.

VALOR: R\$ 1.159,38

PRAZO: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 06 de abril de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito

Marlene Zago Zanella

Agricultor

**CONTRATO Nº 020/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 020/2015 DE 06/04/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: Pedro Milani

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, Chamada Pública Nº 001/2015.

VALOR: R\$ 6.109,18

PRAZO: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 06 de abril de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito

Pedro Milani

Agricultor

**CONTRATO Nº 021/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

EXTRATO CONTRATO Nº 021/2015 DE 06/04/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

Contratado: waltermir domingos bedendo

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, Chamada Pública Nº 001/2015.

VALOR: R\$ 6.000,00

PRAZO: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro 2015, conforme Lei Orçamentária Anual.

Herval d'Oeste (SC), 06 de abril de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito

waltermir domingos bedendo

Agricultor

**PORTARIA Nº 514/2015**

PORTARIA Nº 514/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 08 de abril de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora MARIA HELENA APARECIDA BIAZOTTI (Matr. 2877), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível - 9, Referência "B", 40 horas semanais, Anexo V da LC nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Abril de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 515/2015**

PORTARIA Nº 515/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, a contar de 14 de abril de 2015, por tempo indeterminado, com fulcro nos artigos 111 a 115, da Lei Complementar Nº 281/2011, à Servidora ANA FERNANDA MARTINAZZO GIACOMINI (Matr. 1523), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo XI da LC nº 316/2013, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme determina a Legislação Específica do Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 14 de Abril de 2015.

Nelson Guindani

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 004/2015**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 004/2015

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Herval d' Oeste (SC) - CMDCA, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 3082/2015, e observadas as disposições contidas na Lei Federal nº 8.069, de 1990, e as diretrizes

estabelecidas nas Resoluções nº 152/2012 e nº 170/2014 do CONANDA,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a comissão eleitoral responsável pelo processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Herval d'Oeste/SC.

§ 1º - A comissão eleitoral será formada por membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo eles:

- I - Andréia Pinto Campos
- II - Lourdes Ferreira Brandão
- III - Ivone Debus
- IV - João Belló
- V - Sergio Martins
- VI- Célis Rebelatto

§ 2º A Secretaria Municipal de Assistência Social proporcionará o apoio administrativo necessário ao funcionamento da Comissão Eleitoral.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), 25 de março de 2015.  
JIANA GLAUCIA CELLA  
Presidente do CMDCA/HO

**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 005/2015**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 005/2015

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Herval d' Oeste (SC) - CMDCA, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 3082/2015, observadas às disposições contidas na Lei Federal nº 8.069, de 1990, e

CONSIDERANDO que a política pública de atendimento ao adolescente em conflito com a lei está inserida entre as principais metas de atuação deste CMDCA;

CONSIDERANDO que a implementação do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo - SINASE requer esforço conjunto dos diversos órgãos das políticas setoriais, sendo de competência do CMDCA, enquanto órgão gestor e controlador da política municipal de proteção à crianças e adolescentes, concentrar esforços no sentido de promover a sua efetivação;

CONSIDERANDO que a responsabilidade precípua do Município, no âmbito do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo - SINASE, é a de execução das medidas em meio aberto (art. 5º, III da Lei 12.594/2012);

CONSIDERANDO que o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente - SGD inclui em seu funcionamento a articulação entre os Conselhos de Direitos e Tutelares, o Poder Executivo, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública e que o atendimento ao adolescente em conflito com a lei engloba os programas e ações vinculados ao SGD;

CONSIDERANDO que a instituição desta Comissão Intersetorial possibilita a articulação necessária à implantação, execução,

acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, facilitando a pactuação de compromissos institucionais, bem como sua efetivação.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo no município de Herval d'Oeste/SC, conforme segue:

a) Representantes da Secretaria de Educação

Titular: Adriane Bernardo

Suplente: Regina Augusta Parize

b) Representantes da Secretaria de Saúde

Titular: Edna Maria Mendes

Suplente: Fabiana Pozza

c) Representantes da Secretaria de Assistência Social

Titular: Tatiana Schuh

Suplente: Roseli Rolim da Silva

d) Representes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Titular: Jiana Glauca Cella

Suplente: Andréia Pinto Campos

e) Representantes do Conselho Tutelar

Titular: Sidinei de Lima

Suplente: Márcia dos Santos

Art. 2º Compete à Comissão Intersetorial de acompanhamento do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo:

I - pactuar estratégias de implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo no âmbito do município de Herval d'Oeste;

II - estabelecer pauta e agenda de compromissos conjuntos para implementação deste Plano;

III - estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações prevista no Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo;

IV - articular com os órgãos das políticas setoriais para a assunção de suas competências e atribuições no SINASE, formalizando, em instrumentos de cooperação, as responsabilidades institucionais;

V - participar na elaboração de propostas dos documentos que poderão ser apresentados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou demais órgãos municipais, no intuito de garantir a implementação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

VI - outras atribuições pertinentes e relevantes.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), 01 de abril de 2015.

JIANA GLAUCIA CELLA

Presidente do CMDCA/HO



**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 006/2015**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 006/2015

"DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE/SC."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Herval d' Oeste (SC) - CMDCA, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 3082/2015, observadas às disposições contidas na Lei Federal nº 8.069, de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear LOREDI CAMPAGNOLO para substituir REGINA AUGUSTA PARIZE, como representante da Secretaria Municipal de Educação na Comissão Intersectorial de Acompanhamento do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo no município de Herval d'Oeste/SC.

Art. 2º - A Secretaria Municipal de Educação fica assim representada na referida Comissão:

- Titular: Loredi Campagnolo
- Suplente: Adriana Bernardo

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), 14 de abril de 2015.

JIANA GLAUCIA CELLA

Presidente do CMDCA/HO

# Ilhota

## PREFEITURA

### ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 59 2015 FISCAL DE OBRAS

Anexo II															
Grupo Funcional :				AFI											
Categoria Funcional :				Fiscal de Obras											
Crescimento Horizontal		1%		40	Horas Semanais										
Salário Inicial		2.300,00													
	Nível Médio ( I )			0%											
	Nível Superior ( II )			30%											
	Especialização ( III )			10%											
	Mestrado ( IV )			20%											
	Classes														
Ní- vel	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
I	2.300,00	2.323,00	2.346,23	2.369,69	2.393,39	2.417,32	2.441,50	2.465,91	2.490,57	2.515,48	2.540,63	2.566,04	2.591,70	2.617,61	2.643,79
II	2.990,00	3.019,90	3.050,10	3.080,60	3.111,41	3.142,52	3.173,95	3.205,68	3.237,74	3.270,12	3.302,82	3.335,85	3.369,21	3.402,90	3.436,93
III	3.289,00	3.321,89	3.355,11	3.388,66	3.422,55	3.456,77	3.491,34	3.526,25	3.561,52	3.597,13	3.633,10	3.669,43	3.706,13	3.743,19	3.780,62
IV	3.946,80	3.986,27	4.026,13	4.066,39	4.107,06	4.148,13	4.189,61	4.231,50	4.273,82	4.316,56	4.359,72	4.403,32	4.447,35	4.491,83	4.536,74
	Classes														
Ní- vel	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
I	2.670,23	2.696,93	2.723,90	2.751,14	2.778,65	2.806,44	2.834,50	2.862,85	2.891,47	2.920,39	2.949,59	2.979,09	3.008,88	3.038,97	3.069,36
II	3.471,30	3.506,01	3.541,07	3.576,48	3.612,25	3.648,37	3.684,85	3.721,70	3.758,92	3.796,51	3.834,47	3.872,82	3.911,54	3.950,66	3.990,17
III	3.818,43	3.856,61	3.895,18	3.934,13	3.973,47	4.013,21	4.053,34	4.093,87	4.134,81	4.176,16	4.217,92	4.260,10	4.302,70	4.345,73	4.389,18
IV	4.582,11	4.627,93	4.674,21	4.720,95	4.768,16	4.815,85	4.864,00	4.912,64	4.961,77	5.011,39	5.061,50	5.112,12	5.163,24	5.214,87	5.267,02
	Classes														
Ní- vel	31	32	33	34	35										
I	3.100,05	3.131,05	3.162,36	3.193,99	3.225,93										
II	4.030,07	4.070,37	4.111,07	4.152,18	4.193,71										
III	4.433,08	4.477,41	4.522,18	4.567,40	4.613,08										
IV	5.319,69	5.372,89	5.426,62	5.480,88	5.535,69										

**ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 59 2015 FISCAL TRIBUTOS**

Anexo II															
Grupo Funcional :				AFI											
Categoria Funcional :				Fiscal de Tributos											
Crescimento Horizontal		1%		40	Horas Semanais										
Salário Inicial		2.300,00													
	Nível Médio ( I )			0%											
	Nível Superior ( II )			30%											
	Especialização ( III )			10%											
	Mestrado ( IV )			20%											
	Classes														
Ní- vel	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
I	2.300,00	2.323,00	2.346,23	2.369,69	2.393,39	2.417,32	2.441,50	2.465,91	2.490,57	2.515,48	2.540,63	2.566,04	2.591,70	2.617,61	2.643,79
II	2.990,00	3.019,90	3.050,10	3.080,60	3.111,41	3.142,52	3.173,95	3.205,68	3.237,74	3.270,12	3.302,82	3.335,85	3.369,21	3.402,90	3.436,93
III	3.289,00	3.321,89	3.355,11	3.388,66	3.422,55	3.456,77	3.491,34	3.526,25	3.561,52	3.597,13	3.633,10	3.669,43	3.706,13	3.743,19	3.780,62
IV	3.946,80	3.986,27	4.026,13	4.066,39	4.107,06	4.148,13	4.189,61	4.231,50	4.273,82	4.316,56	4.359,72	4.403,32	4.447,35	4.491,83	4.536,74
	Classes														
Ní- vel	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
I	2.670,23	2.696,93	2.723,90	2.751,14	2.778,65	2.806,44	2.834,50	2.862,85	2.891,47	2.920,39	2.949,59	2.979,09	3.008,88	3.038,97	3.069,36
II	3.471,30	3.506,01	3.541,07	3.576,48	3.612,25	3.648,37	3.684,85	3.721,70	3.758,92	3.796,51	3.834,47	3.872,82	3.911,54	3.950,66	3.990,17
III	3.818,43	3.856,61	3.895,18	3.934,13	3.973,47	4.013,21	4.053,34	4.093,87	4.134,81	4.176,16	4.217,92	4.260,10	4.302,70	4.345,73	4.389,18
IV	4.582,11	4.627,93	4.674,21	4.720,95	4.768,16	4.815,85	4.864,00	4.912,64	4.961,77	5.011,39	5.061,50	5.112,12	5.163,24	5.214,87	5.267,02
	Classes														
Ní- vel	31	32	33	34	35										
I	3.100,05	3.131,05	3.162,36	3.193,99	3.225,93										
II	4.030,07	4.070,37	4.111,07	4.152,18	4.193,71										
III	4.433,08	4.477,41	4.522,18	4.567,40	4.613,08										
IV	5.319,69	5.372,89	5.426,62	5.480,88	5.535,69										

**ATA PRG 007 - MULTIENTIDADES - COFFEE BREAK**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota – SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	PREGÃO Processo Nº: 7/2015 Data: 29/01/2015
---	---

Edital de Pregão Registro de Preços Nº 7/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS	7
--	---

Reuniram-se no dia 29/01/2015, as 10:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo Decreto com o objetivo de PROCEDER ABERTURA DE ENVELOPES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, tratando do Edital de Pregão PREGÃO Nº 7/2015 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COFFEE BREAK.

#### Propostas

Aberto os trabalhos, foi recebido os credenciamentos e os envelopes nº 1 e 2 das proponentes presentes, após foi repassado os credenciamentos para conferência dos documentos, em seguida foi repassado para os representantes para conferência do recebimento dos lacres dos envelopes, após foi realizado o credenciamento dos representantes. Aberto o envelope nº 1 das proponentes, sendo repassado ao representante para conferência do valor. Desta forma, destaca-se vencedoras as empresas abaixo relacionadas.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	1	1	CUCA DE BANANA, COM CREME E FAROFA	25,15	ILHOPAN-ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME
1	2	1	NEGA MALUCA COM COBERTURA	27,30	ILHOPAN-ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME
1	3	1	BOLO DE COCO	21,30	ILHOPAN-ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME
1	4	1	BOLO DE CENOURA COM COBERTURA	24,15	ILHOPAN-ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME
1	5	1	BOLO DE FUBÁ	29,55	ILHOPAN-ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME
1	6	1	MINI SANDUICHE NATURAL	1,85	ILHOPAN-ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME
1	7	1	SALGADOS (COXINHA DE FRANGO, RISSOLES DE CARNE, QUIBE, ENROLADINHO DE QUEIJO E PRESUNTO, EMPADA DE FRANGO OU PALMITO, PASTELZINHO DE CARNE, FRANGO OU PALMITO)	0,85	ILHOPAN-ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME
1	8	1	PAO DE QUEIJO	0,63	ILHOPAN-ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME

Ao final da etapa de lances temos os valores totais por fornecedor, conforme tabela a seguir:

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
ILHOPAN-ILHOTA PANIFICADORA LTDA ME	33.356,50	trinta e três mil trezentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos

#### Habilitação:

Após a realização da etapa de lances foi aberto o envelope nº 2 das proponentes vencedoras. Com a habilitação de acordo com o exigido e nada mais havendo a tratar, o pregoeiro encerra o certame para posterior homologação e adjudicação.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

ALEX MIRANDA		
--------------	--	--

ILHOPAN

**ATA PRG 008 - MULTIENTIDADES - COMBUSTÍVEL (ÓLEO DIESEL)**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota – SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	PREGÃO Processo Nº: 8/2015 Data: 30/01/2015
---	---

Edital de Pregão Registro de Preços Nº 8/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS	8
--	---

Reuniram-se no dia 30/01/2015, as 10:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo Decreto com o objetivo de PROCEDER ABERTURA DE ENVELOPES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, tratando do Edital de Pregão PREGÃO Nº 8/2015 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL, INCLUSOS OS SERVIÇOS DE FRENTISTA, DESTINADOS A FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTA PREFEITURA..

**Propostas**

Aberto os trabalhos, foi recebido os credenciamentos e os envelopes nº 1 e 2 das proponentes presentes, após foi repassado os credenciamentos para conferência dos documentos, em seguida foi repassado para os representantes para conferência do recebimento dos lacs dos envelopes, após foi realizado o credenciamento dos representantes. Aberto o envelope nº 1 das proponentes, sendo repassado ao representante para conferência do valor. A empresa Martendal solicitou desclassificação do item 1 por ter cotado achando que fosse obrigatório. Desta forma, destaca-se vencedoras as empresas abaixo relacionadas.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	2	1	ÓLEO DIESEL S10, CONFORME LEGISLAÇÃO DA ANP	2,65	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA

Ao final da etapa de lances temos os valores totais por fornecedor, conforme tabela a seguir:

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA	993.750,00	novecentos e noventa e três mil setecentos e cinquenta reais

**Habilitação:**

Após a realização da etapa de lances foi aberto o envelope nº 2 das proponentes vencedoras. Com a habilitação de acordo com o exigido e nada mais havendo a tratar, o pregoeiro encerra o certame para posterior homologação e adjudicação.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

ALEX MIRANDA		
--------------	--	--

WALENDOWSKY

MARTENDAL

RUDIPEL



**ATA PRG 009 - FMS - MATERIAL HOSPITALAR**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota – SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	PREGÃO Processo Nº: 9/2015 Data: 02/02/2015
---	---

Edital de Pregão Registro de Preços Nº 9/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS	9
--	---

Reuniram-se no dia 02/02/2015, as 09:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo Decreto com o objetivo de PROCEDER ABERTURA DE ENVELOPES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, tratando do Edital de Pregão PREGÃO Nº 9/2015 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR.

#### Propostas

Aberto os trabalhos, foi recebido os credenciamentos e os envelopes nº 1 e 2 das proponentes presentes, após foi repassado os credenciamentos para conferência dos documentos, em seguida foi repassado para os representantes para conferência do recebimento dos lacres dos envelopes, após foi realizado o credenciamento dos representantes. Aberto o envelope nº 1 das proponentes, sendo repassado ao representante para conferência do valor. Desta forma, destaca-se vencedoras as empresas abaixo relacionadas.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	1	1	ABAIXADOR DE LÍNGUA, ESPÁTULA DE MADEIRA, DESCARTÁVEL, FORMATO CONVENCIONAL COM EXTREMIDADES ARREDONDADAS NÃO ESTÉRIL PACOTE COM 100 UN	2,03	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	2	1	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS 200ML SPRAY	3,86	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	3	1	ÁGUA OXIGENADA 10 VOL - 1000ML	2,80	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	4	1	AGULHA DESCARTÁVEL PARA INSULINA 13X4.5 COM 100 UN	4,20	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	5	1	AGULHA DESCARTÁVEL 20X5.5	4,19	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP
1	6	1	AGULHA DESCARTÁVEL 25X7	4,15	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	7	1	AGULHA DESCARTÁVEL 30X7	4,15	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	8	1	agulha descartável 40x12	4,10	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	9	1	ÁLCOOL 70% FR 1000ML	3,35	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	10	1	ALGODÃO HIDRÓFILO 500G, OS ITENS DEVERÃO APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 95/00 CONFORME ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE	6,80	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	11	1	APARELHO DE PRESSÃO INFANTIL	48,70	BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. - ME
1	12	1	APARELHO DE PRESSÃO OBESO	53,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	13	1	ATADURA DE CREPOM 10CMX4.5M C/ 13 FIOS PCT COM 12 UNIDADES.PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE	2,59	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

1	14	1	ATADURA DE CREPON 12CMX4.5M COM 13 FIOS PCT C 12 UNIDADES.PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DE VERÃO APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE	3,05	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	15	1	ATADURA DE CREPON 20CMX4.5M COM 13 FIOS PCT COM 12 UNIDADES.PARA ESTE ITEM O PROPONENTE DEVERÁ APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE	4,30	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	16	1	ATADURA DE CREPON 6CMX4.5M 13 FIOS PCT COM 12 UNIDADES.PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR AS SEGUINTE DOCUMENTAÇÕES: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.	1,70	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	17	1	ATADURA DE CREPON 8CMX4.5M C/ 13 FIOS PCT COM 12, .PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE	1,90	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	18	1	ATADURA GESSADA (GESSO RÁPIDO) 10CM.PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDO PELA ANVISA E DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA E DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE	1,12	PLASMEDIC COM. MAT. PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA
1	19	1	ATADURA GESSADA (GESSO RÁPIDO) 20CM.PARA ESTE PRODUTO OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA E DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE	2,80	PLASMEDIC COM. MAT. PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA
1	20	1	AVENTAL DESCARTÁVEL SEM MANGAS TNT	5,60	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP
1	21	1	CATÉTER NASAL TIPO ÓCULOS TAM ÚNICO	6,00	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	22	1	CATÉTER PARA OXIGÊNIO TIPO Sonda Nº12	0,39	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	23	1	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO Nº8	2,35	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	24	1	COLETOR PERFURO CORTANTE 13 LT	2,15	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	25	1	COMPRESSA DE GASE 7.5X7.5 13 FIOS PCT COM 500 UNID.PARA ESTE ITEM OS PROPONENTES DEVERÃO APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO: CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO CONFORME RDC 59/00 E RDC 95/00 EMITIDOS PELA ANVISA E DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE E REGISTRO DO PRODUTO CONFORME RDC 185/01 EMITIDO PELA ANVISA E DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE	5,90	PLASMEDIC COM. MAT. PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA
1	26	1	COMPRESSA GAZE ESTÉRIL 7.5X7.5, 5 DOBRAS E 8 CAMADAS	0,38	LA DALLA PORTA JUNIOR

1	27	1	DETERGENTE MULTENZIMÁTICO (MÍNIMO 3 ENZIMAS), NÃO CORROSIVO, BIODEGRADÁVEL	13,79	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	28	1	ELETRODO CARDIOLÓGICO INFANTIL	10,59	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	29	1	EQUIPO MACROGOTAS COM INJETOR LATERAL	0,69	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	30	1	EQUIPO MULTIVIAS DUAS VIAS SIMPLES (POLIFIX)	0,46	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	31	1	ESPARADRAPO IMPERMEÁVEL BRANCO 10CMX4.5M	3,34	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	32	1	EXTENSÃO PARA ASPIRADOR 2M (6X10MM) SILICONE	3,21	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	33	1	FIO DE SUTURA MONONYLON PRETO 2-0	16,99	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	34	1	FIO DE SUTURA MONONYLON PRETO 3-0	17,00	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP
1	35	1	FIO DE SUTURA MONONYLON 4-0	16,90	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	36	1	FIO DE SUTURA MONONYLON PRETO 5-0	16,95	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	37	1	FIO DE SUTURA MONONYLON 6-0	17,00	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP
1	38	1	FITA ADESIVA AUTOCLAVE 19MMX30MM	1,95	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	39	1	FITA HIPOALERGÊNICA PARA CURATIVOS EM GERAL MICROPORE 2.5CMX10M	1,08	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	40	1	FITA HIPOALERGÊNICA PARA CURATIVOS EM GERAL MICROPORE 5CMX10M	2,06	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	41	1	FITA HIPOALERGÊNICA PARA CURATIVOS EM GERAL MICROPORE 1.25CMX10M ROLO	0,87	PLASMEDIC COM. MAT. PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA
1	42	1	FITA MICROPORE COR DA PELE	1,02	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	43	1	GEL CLÍNICO INCOLOR P/ MEIOS DE CONTATO 100GR	3,00	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP
1	44	1	HIPOCLORITO 1% COM 1000ML	2,05	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	45	1	KIT PAPANICOLAU GRANDE ESTÉRIL	1,78	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	46	1	KIT PAPANICOLAU MÉDIO ESTÉRIL	1,65	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	47	1	KIT PAPANICOLAU PEQUENO ESTÉRIL	1,60	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	48	1	KIT PARTO BÁSICO	35,00	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP
1	49	1	KIT NEBULIZAÇÃO	4,69	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	50	1	LÂMINA DE BISTURI Nº11	13,97	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	51	1	LÂMINA DE BISTURI Nº12	13,97	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	52	1	LÂMINA DE BISTURI Nº15	13,97	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	53	1	LÂMINA DE BISTURI Nº20	13,97	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	54	1	LÂMINA DE BISTURI Nº21	13,97	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	55	1	LANTERNA PARA VERIFICAÇÃO DA DILATAÇÃO DE PUPILAS	6,65	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	56	1	LENÇOL DESCARTÁVEL TNT COM ELÁSTICO	65,00	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP
1	57	1	ANESTÉSICO LIDOCAÍNA 2%	2,88	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	58	1	LIXEIRA PLÁSTICA COM PEDAL 24L	36,10	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	59	1	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7.5	0,77	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
1	60	1	LUVA CIRURGICA ESTÉRIL Nº 8	0,77	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
1	61	1	LUVA CIRURGICA ESTÉRIL Nº8.5	0,79	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
1	62	1	TERMÔMETRO DIGITAL INTERNO E EXTERNO	37,14	BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. - ME
1	63	1	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAM G	13,00	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

1	64	1	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAM M	12,00	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	65	1	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAM P	11,99	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
1	66	1	LUVAS DE PROCEDIMENTO TAM PP	11,99	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
1	67	1	MÁSCARA DESCARTÁVEL TNT TRIPLA	4,50	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP
1	68	1	OTOSCÓPIO POCKET ADULTO	160,00	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	69	1	ÓCULOS DE PROTEÇÃO INCOLOR CONTRA RAIOS UVA/UVB, EMBALAGEM INDIVIDUAL EM CX DE PAPELÃO COM SAQUINHO TNT, POSSUI CORDÃO DE SEGURANÇA. APROVADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO CA 12575. REGISTRO NO MS/ANVISA	2,78	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	70	1	PAPEL CREPADO BRANCO 30X30CM	36,50	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	71	1	PAPEL FRAFT (PARDO)	30,00	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP
1	72	1	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 100LT	28,00	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP
1	73	1	SACO PARA LIXO HOSPITALAR 50 LT	15,00	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	74	1	LODOPOVIDONA - SOLUÇÃO DEGERMANTE 10%	12,80	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	75	1	CLOREXIDINA LOÇÃO AQUOSA HIGIENIZANTE	7,35	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	76	1	SCALP DESCARTÁVEL Nº21	12,70	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	77	1	SCALP DESCARTÁVEL Nº23	13,00	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	78	1	SERINGA DESCARTÁVEL 10ML SEM AGULHA	13,03	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	79	1	SERINGA DESCARTÁVEL (INSULINA) COM AGULHA	19,00	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	80	1	SERINGA DESCARTÁVEL 1ML (INSULINA) SEM AGULHA	7,40	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	81	1	SERINGA DESCARTÁVEL 3ML SEM AGULHA	6,99	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	82	1	SERINGA DESCARTÁVEL 5ML SEM AGULHA	7,00	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	83	1	SONDA FOLEY 2 VIAS Nº18	1,88	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	84	1	SONDA URETRAL Nº 10 ESTÉRIL	3,15	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	85	1	SONDA URETRAL Nº 12 ESTÉRIL	3,68	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	86	1	SONDA URETRAL Nº14 ESTÉRIL	3,77	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	87	1	SORO FISIOLÓGICO (SOLUÇÃO CLORETO DE SÓDIO A 0,9%) 100ML	40,56	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	88	1	SORO FISIOLÓGICO (SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%) 250ML	45,00	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	89	1	SORO FISIOLÓGICO (SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO A 0,9%)) 500ML	57,00	PLASMEDIC COM. MAT. PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA
1	90	1	SORO GLICOFISIOLÓGICO (5% DE GLICOSE EM 0.9% DE CLORETO DE SÓDIO) 500ML	62,00	PLASMEDIC COM. MAT. PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA
1	91	1	SORO GLICOFISIOLÓGICO (5% DE GLICOSE EM 0,9% SE CLORETO DE SÓDIO	49,80	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	92	1	SORO GLICOSADO 5% 250ML	52,08	PLASMEDIC COM. MAT. PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA
1	93	1	SORO GLICOSADO 5% 500ML	59,28	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	94	1	TALA METÁLICA PARA IMOBILIZAÇÃO DO DEDO	3,15	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	95	1	TERMÔMETRO DIGITAL CLÍNICO MODELO AXILAR	5,50	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	96	1	VASELINA LÍQUIDA 1000ML	12,98	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	97	1	TOUCA DESCARTÁVEL TNT	4,67	CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	98	1	TUBO VACUTAINER ESTÉRIL/COM GEL SEPARADOR 4ML	44,80	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP
1	99	1	AGULHA 25X7 PARA VACUTAINER	15,39	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA
1	100	1	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 16X50MM	1,10	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

1	101	1	CATETER INTRAVENOSO Nº16 DE 25MM DE COMPRIMENTO	47,00	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP
1	102	1	CATETER INTRAVENOSO Nº20 DE 25MM DE COMPRIMENTO	43,00	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	103	1	CATETER INTRAVENOSO Nº 22 DE 25MM DE COMPRIMENTO	47,90	METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
1	104	1	CATETER INTRAVENOSO Nº24 DE 25MM DE COMPRIMENTO	43,19	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	105	1	ALMOTOLIA 250ML	1,26	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	106	1	MALHA TUBULAR SINTÉTICO 12 CM	5,70	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	107	1	MALHA TUBULAR SINTÉTICA 20 CM	8,09	ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME
1	108	1	ALGODÃO ORTOPÉDICO SINTÉTICO 10CM	3,00	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	109	1	AGULHA DESCARTÁVEL STERILE NEEDLE 0,25MMX5MM	105,00	PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP
1	110	1	POTE PARA COLETA DE ESCARRO - DESCARTÁVEL, PLÁSTICO	0,17	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Ao final da etapa de lances temos os valores totais por fornecedor, conforme tabela a seguir:

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	1.490,50	mil quatrocentos e noventa reais e cinquenta centavos
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	5.181,90	cinco mil cento e oitenta e um reais e noventa centavos
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	15.839,50	quinze mil oitocentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos
PLASMEDIC COM. MAT. PARA USO MEDICO E LABORATORIAL LTDA	7.082,30	sete mil e oitenta e dois reais e trinta centavos
LA DALLA PORTA JUNIOR	2.131,50	dois mil cento e trinta e um reais e cinquenta centavos
METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	15.879,60	quinze mil oitocentos e setenta e nove reais e sessenta centavos
CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	5.551,25	cinco mil quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos
BIOMEDI MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. - ME	840,20	oitocentos e quarenta reais e vinte centavos
ISAMED MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES LTDA ME	6.198,97	seis mil cento e noventa e oito reais e noventa e sete centavos
PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI - EPP	6.845,00	seis mil oitocentos e quarenta e cinco reais

#### Habilitação:

Após a realização da etapa de lances foi aberto o envelope nº 2 das proponentes vencedoras. As empresas Produvale e Altermed solicitaram a intenção de interpor recurso contra as empresas La Dalla, Plasmedic e Isamed conforme o item 6.5.3 do edital. Com a habilitação de acordo com o exigido e nada mais havendo a tratar, o pregoeiro abre o prazo de 3 dias para razões e igualmente número de dias para contrarrazões.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

ALEX MIRANDA		
--------------	--	--

ALTERMED

PLASMEDIC

PRODUVALE

CIRURGICA BELA VISTA

PROHOSPITAL

METROMED

ISAMED



BIOMED

LA DALLA

OLIMED

**ATA PRG 010 - FMS - MATERIAL ODONTOLÓGICA**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota – SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	PREGÃO Processo Nº: 10/2015 Data: 03/02/2015
---	--

Edital de Pregão Registro de Preços Nº 10/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS	10
--	----

Reuniram-se no dia 03/02/2015, as 09:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo Decreto com o objetivo de PROCEDER ABERTURA DE ENVELOPES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, tratando do Edital de Pregão PREGÃO Nº 10/2015 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO.

**Propostas**

Aberto os trabalhos, foi recebido os credenciamentos e os envelopes nº 1 e 2 das proponentes presentes, após foi repassado os credenciamentos para conferência dos documentos, em seguida foi repassado para os representantes para conferência do recebimento dos lacres dos envelopes, após foi realizado o credenciamento dos representantes. Aberto o envelope nº 1 das proponentes, sendo repassado ao representante para conferência do valor. As empresas Dental Med Equipamentos e Materiais Odontológicos e Hospitalares Ltda e Isamed foram desclassificadas na proposta de acordo com o item 5.9 "A não apresentação do CD ou Pen-drive, assim como problemas quanto à leitura dos arquivos de cotação contidos nos mesmos implicarão na desclassificação da proponente, salvo se a proponente consiga resolver o problema ainda no curso da sessão, desde que não atrapalhe o andamento da mesma". A primeira foi desclassificada por não ter o arquivo de cotação e a segunda por não ter sido possível abrir seu arquivo de cotação, o mesmo apresentava uma mensagem: "impossível abrir, arquivo não finalizado". Desta forma, destaca-se vencedoras as empresas abaixo relacionadas.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	1	1	ACIDO FOSFORICO SR GEL 37%, PCT COM 3 UND	3,25	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	2	1	AGULHA GENGIVAL CURTA COM 100 UND	14,80	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	3	1	AGULHA GENGIVAL LONGA COM 100 UND	14,80	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	4	1	PRIMER E BOND 2.1 - 4 ML AGENTE DE UNIÃO MULTI USO C/FLUOR FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA ESMALTE DENTINA COMBINA PRIMER E BOND EM ÚNICO FRASCO	18,76	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	5	1	ANESTESICO LOCAL COM VASO (CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA A 20 MG/ML E EPINEFRINA A 0,01MG/ML, TUBETE COM 1,8ML CX C/50)	42,00	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	6	1	ANESTESICO TÓPICO GEL BASE BENZOCAINA A 20% (POTE COM 12GRS)	4,44	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	7	1	CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO (PÓ E LIQUIDO)	12,45	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	8	1	PINCEL MICRO BRUSH - CAIXA COM 50 UND	5,10	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	9	1	PASTA PROFILATICA 90GR	4,00	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	10	1	FLUOR GEL NEUTRO SABOR MENTA (2% DE FLUORETO DE SÓDIO) C/200.ML	2,67	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	11	1	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1012	1,15	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	12	1	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1014	1,15	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	13	1	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1016	1,15	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA

1	14	1	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3195F	1,15	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	15	1	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1035	1,15	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	16	1	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1036	1,15	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	17	1	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1092	1,15	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	18	1	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1093	1,15	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	19	1	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3203	1,15	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	20	1	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3118	1,15	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	21	1	ESPELHO CLINICO Nº5	2,03	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	22	1	ESCOVA DE ROBSON	0,88	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	23	1	ROLINHO DE ALGODÃO - PCT COM 50 UND	1,25	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	24	1	IRM PÓ E LIQUIDO	16,80	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	25	1	SUGADOR DESCARTAVEL - PCT COM 50 UND	2,75	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	26	1	MASCARA TRIPLA COM ELASTICO - PCT COM 50 UND	4,40	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	27	1	PINCA CLINICA ODONTOLOGICA	4,90	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	28	1	SONDA EXPLORADORA	3,47	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	29	1	OLEO LUBRIFICANTE SPRAY PARA ALTA E BAIXA ROTAÇÃO, 200ML	13,26	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	30	1	TIRA DE LIXA ACABAMENTO MEDIANA CENTRO NEUTRO 4MMX170MM, CAIXA 150 UND	5,50	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	31	1	TIRA TRANSPARENTE DE POLIÉSTER (10MMX120MMX0,05MM) (EMBALAGEM C/12 UND)	0,83	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	32	1	TIRA DE LIXA DE AÇO PARA AMÁLGA (EMBALAGEM C/12)	4,10	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	33	1	FORMOCRESOL 10ML	4,06	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	34	1	FILME RADIOGRAFICO ODONTOLOGICO (VELOCIDADE D), CAIXA COM 150 UND	88,80	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	35	1	FILME RADIOGRAFICO ODONTOLOGICO INFANTIL - CAIXA 150 UND	146,00	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	36	1	FIXADOR RADIOGRAFICO COM 475ML (COMPATIVEL PARA FICAÇÃO DE FILMES VELOCIDADE D)	4,62	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	37	1	REVELADOR RADIOGRAFICO COM 475ML (COMPATIVEL PARA REVELAÇÃO DE FILMES VELOCIDADE D)	4,62	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	38	1	FIO SUTURA DE SEDA PRETA TRACADA 3-0 AGULHADO, CAIXA C/24 UND	17,95	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	39	1	FILME CARBONADO PARA ARTICULAÇÃO C/12UND	1,41	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	40	1	FITA MATRIZ DE AÇO INOX (0,05MM X 7MM X 500MM	1,05	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	41	1	FITA MATRIZ DE AÇO INOX (0,05MM X 5MM X 500MM)	1,05	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	42	1	FIO DENTAL (ROLO COM 100M)	1,28	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	43	1	EXTRATOR DE TARTARO	3,47	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	44	1	BROCA ZECKRIA LONGA PARA CIRURGIA	19,00	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	45	1	LIMA TIPO EXTIRPA NERVO 1ª SERIE, CAIXA COM 10 UND	17,93	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA
1	46	1	CIMENTO HIDROXIDO DE CALCIO PA (DYCAL)	44,00	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA
1	47	1	CIMENTO HIDROXIDO DE CALCIO PO	3,00	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	48	1	CARTELA PARA RX 01 FURO	5,47	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME

1	49	1	CARTELA PARA RX 02 FUROS	5,25	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	50	1	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº 2	2,16	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	51	1	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº4	2,16	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	52	1	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº6	2,16	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	53	1	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº8	2,16	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	54	1	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A1, (NÃO ACEITAREMOS DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA1). RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTICULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTICULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20NM E NANOALGOMERADOS DE 0,6 A 1,4 UM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I,II,III,IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS.	65,00	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA
1	55	1	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A2, (NÃO ACEITAREMOS DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA1). RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTICULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTICULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20NM E NANOALGOMERADOS DE 0,6 A 1,4 UM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I,II,III,IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS.	65,00	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA
1	56	1	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A3,5, (NÃO ACEITAREMOS DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA1). RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTICULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTICULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20NM E NANOALGOMERADOS DE 0,6 A 1,4 UM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I,II,III,IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS.	64,80	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	57	1	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A4, (NÃO ACEITAREMOS DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA1). RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTICULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTICULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20NM E NANOALGOMERADOS DE 0,6 A 1,4 UM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I,II,III,IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS.	64,80	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	58	1	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL OA2, (NÃO ACEITAREMOS DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA1). RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTICULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTICULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20NM E NANOALGOMERADOS DE 0,6 A 1,4 UM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I,II,III,IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS.	38,64	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	59	1	ANESTESICO LOCAL INJETAVEL A BASE DE MEPIVACAINA 3%, SEM VASOCONSTRITOR 1:100.00 TUBETES COM 1,8ML, EMBALADO EM CAIXA C/50	48,68	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME

1	60	1	AMALGA EM CAPSULA 1PORÇÃO - ALTO TEOR DE COBRE 24%, ZINCO 0%, PRATA 45%, ESTANHO 31%, INSENTO DE FASE GAMA 2. FRASCO COM 50 UND	73,99	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	61	1	AMALGA EM CAPSULA 2 PORÇÃO - ALTO TEOR DE COBRE 24%, ZINCO 0%, PRATA 45%, ESTANHO 31%, INSENTO DE FASE GAMA 2. FRASCO COM 50 UND	94,72	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	62	1	SOLUÇÃO DE MILTON HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% - FRASCO 1LT	2,98	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	63	1	BROCA ENDO Z	19,58	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	64	1	TRICRESOL	3,77	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	65	1	TESOURA IRIS PEQUENA 11CM	9,65	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	66	1	PORTA AMALGMA DE PLASTICO	7,98	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	67	1	BROCA DIAMANTADA PONTA DE LAPIS	1,15	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	68	1	BROCA DIAMANTADA PONTA DE CHAMA	1,15	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	69	1	BROCA DIAMANTADA PONTA DE PERA	1,15	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	70	1	DESCOLADOR FREER DUPLO	8,40	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	71	1	KIT DE DISCO PARA ACABAMENTO EM RESINA	21,12	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	72	1	GERME KIL 1 LT	4,81	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	73	1	CUNHA DE MADEIRA	6,12	LA DALLA PORTA JUNIOR
1	74	1	AGUA OXIGENADA 10% 500ML	2,31	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	75	1	ANTISSEPTICO BUCAL 500ML	5,93	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	76	1	EMOSTATICO LIQUIDO 10 ML	10,40	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	77	1	BRUNIDOR DE AMALGMA EM FORMA DE T	5,00	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA
1	78	1	CURETA DE GREY 11/12	5,04	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	79	1	CURETA DE GREY 13/14	5,04	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	80	1	CURETA DE GREY 7/8	5,04	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	81	1	ALAVANCA SELDIN ADULTO INOX - CONJUNTO COM 3 ALAVANCAS DIREITA, ESQUERDA E RETA (LISA)	35,70	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	82	1	GRAMPOS (COLGADURA INDIVIDUAL PARA REVELAÇÃO RADIOGRADICA)	4,30	DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA
1	83	1	LIMA K-FILE 1ª SERIE 25MM	13,72	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	84	1	DESSESIBILIZANTE CONTENDO UMA SERINGA DE 3 G MAIS 5 PONTEIRAS DE APLICAÇÃO	31,50	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	85	1	COTONETE CX C/50 UND	0,91	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	86	1	KIT SAUDE BUCAL PERSONALIZADA: SACOLA EM PVC MALEAVEL MEDINDO 10X20CM COM BOTÃO DE PRESSÃO, CONTENDO UM CREME DENTAL FLUORETADO COM SABOR 50G, FIO DENTAL 25 MTS, ESCOVA DENTAL INFANTIL COM CERDAS MACIAS	2,47	DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA
1	87	1	TOUCA DESCARTAVEL, CX C/10 UND	5,04	SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME
1	88	1	PORTA AGULHA FORMATO DE TESOURA 14CM	12,50	LA DALLA PORTA JUNIOR

Ao final da etapa de lances temos os valores totais por fornecedor, conforme tabela a seguir:

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
DENTAL MED SUL - ARTIGOS ADONTOLÓGICOS LTDA	17.170,76	dezessete mil cento e setenta reais e setenta e seis centavos
SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. ME	10.100,69	dez mil e cem reais e sessenta e nove centavos
LA DALLA PORTA JUNIOR	1.569,87	mil quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta e sete centavos
DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA	2.093,51	dois mil e noventa e três reais e cinquenta e um centavos

#### Habilitação:

Após a realização da etapa de lances foi aberto o envelope nº 2 das proponentes vencedoras. A empresa La Dalla apresentou apenas a AFE de correlatos e foi desclassificada dos itens que não possuíam a AFE específica, o mesmo aconteceu com as empresas Dental Med e Porto Alegre que foram desclassificadas dos itens que não possuíam AFE específica. A empresa Silmes apresentou todas as AFE. Desta forma, com a habilitação de acordo com o exigido e nada mais havendo a tratar, o pregoeiro encerra o certame para posterior homologação e adjudicação.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

ALEX MIRANDA		
--------------	--	--

PORTO ALEGRENSE

SILMES

DENTAL MED SUL

LA DALLA

#### ATA PRG 011 - MULTIENTIDADES - MATERIAL DE EXPEDIENTE

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota – SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	PREGÃO Processo Nº: 11/2015 Data: 04/02/2015
---	--

Edital de Pregão Registro de Preços Nº 11/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS	11
--	----

Reuniram-se no dia 04/02/2015, as 09:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo Decreto com o objetivo de PROCEDER ABERTURA DE ENVELOPES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, tratando do Edital de Pregão PREGÃO Nº 11/2015 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE.

#### Propostas

Aberto os trabalhos, foi recebido os credenciamentos e os envelopes nº 1 e 2 das proponentes presentes, após foi repassado os credenciamentos para conferência dos documentos, em seguida foi repassado para os representantes para conferência do recebimento dos lances dos envelopes, após foi realizado o credenciamento dos representantes. Aberto o envelope nº 1 das proponentes, sendo repassado ao representante para conferência do valor. A empresa MAKROSUL foi desclassificada na proposta de acordo com o item 5.9 do edital: "A não apresentação do CD ou Pen-drive, assim como problemas quanto à leitura dos arquivos de cotação contidos nos mesmos implicarão na desclassificação da proponente, salvo se a proponente consiga resolver o problema ainda no curso da sessão, desde que não atrapalhe o andamento da mesma". A empresa Dicapel não apresentou arquivo de cotação, mas como cotou apenas o item 53 o pregoeiro considerou visto que não prejudicou o curso da sessão. As empresas BLU DISTRIBUIDORA foi desclassificada nos itens 52, 60, 66, 68, 74 por ter cotado errado. A empresa INFOTRIZ foi desclassificada do item 80 por ter cotado errado. A empresa FORNECEDORA foi desclassificada do item 49 por ter cotado errado. A empresa CS foi desclassificada do item 52 por ter cotado errado. Desta forma, destaca-se vencedoras as



empresas abaixo relacionadas.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	1	1	AGENDA 2015, MEDINDO APROX. 205x280mm	6,80	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	2	1	APONTADOR DE LÁPIS METÁLICO	0,34	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	3	1	BALÃO DE LATEX, CORES DIVERSAS PACOTE COM 50, DIMENSÃO 7"	3,98	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
1	4	1	BORRACHA BRANCA Nº 40	0,12	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	5	1	CADERNO GRANDE, 10 MATÉRIAS CAPA DURA, ESPIRAL, TAM. 20X27,5CM, 200 FOLHAS	4,78	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	6	1	CADERNO PEQUENO, CAPA DURA, 48 FLS 20X14,2 CM	1,24	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	7	1	CAIXA CORRESPONDÊNCIA, TRIPLA, ACRÍLICO, POLI-PROPILENO, FUMÊ, MÓVEL	25,95	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	8	1	ARQUIVO MORTO EM PLÁSTICO, COM VINCOS PARA MONTAGEM, TIPO MONTAGEM, COM TIMBRE ESTERNO PARA IDENTIFICAÇÃO.MEDIDA INTERNA MÍNIMA (CAIXA MONTADA): 34CM ALTURAX 26 CM PROFUNDIDADE. EMBALAGEM C/ 50 UN.	89,95	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	9	1	CAIXA CORRESPONDÊNCIA, DUPLA	17,30	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	10	1	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA, PONTA MÉDIA DE 1 MM, TAMPA E PLUG DA MESMA COR DA TINTA, TAMPA VENTILADA E CERTIFICADA PELO INMETRO	10,90	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
1	11	1	CANETÃO PINCEL ATÔMICO, PONTA DE FELTRO, TINTA À BASE DE ALCOOL, RECARREGÁVEL COM TINTA TR DIVERSAS CORES	0,74	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
1	12	1	CANETINHA, ESTOJO COM 12 CORES	1,35	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	13	1	CARTOLINA DIVERSAS CORES, 180G/M² COM APROXIMADAMENTE 680MMX500MM	0,35	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	14	1	CLIPES 1/0 (0) AÇO GALVANIZADO CAIXA COM 100 UN	0,90	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
1	15	1	CLIPS 4/0 AÇO GALVANIZADO CAIXA COM 50 UN	0,91	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	16	1	CLIPS 8/0 AÇO GALVANIZADO CAIXA COM 500 UN	4,75	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	17	1	COLA BRANCA PVA, NÃO TÓXICA, EMBALAGEM DE 1kg	3,80	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	18	1	COLA BRANCA ESCOLAR E DOMÉSTICO 40 GR, LAVÁVEL, ATÓXICO COM TAMPA GIRATÓRIA	0,39	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
1	19	1	COLA COLORIDA CX COM 6 UN DE 23 GR CADA	2,65	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	20	1	COLA BASTÃO 10G	0,37	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
1	21	1	COLA GLITTER DIVERSAS CORES PESO 23GR	0,61	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	22	1	CORRETIVO LÍQUIDO, PARA ERROS MECANOGRÁFICOS E MANUAIS, BASE DE ÁGUA, SECAGEM RÁPIDA, ATÓXICO	0,57	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
1	23	1	ENVELOPES TAM 114MMX162MM	0,04	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	24	1	ENVELOPES TAM 185MMX248MM	0,06	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	25	1	ENVELOPES TAM 240MMX340MM	0,10	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	26	1	MOLA DE ENCADERNAÇÃO	0,05	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	27	1	EVA FOLHA DIVERSAS CORES	0,79	FORNECEDORA COMERCIO TEXTIL LTDA ME
1	28	1	EXTRATOR DE GRAMPO METÁLICO EM AÇO CROMADO, TIPO ESPÁTULA	0,52	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	29	1	FITA ADESIVA DE PP, TRANSPARENTE, ROLO DE 12MMX30	0,34	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	30	1	FITA ADESIVA PP TRANSPARENTE ROLO COM 12MMX40M	0,42	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	31	1	FITA ADESIVA PP, TRANSPARENTE LARGA ROLO COM 50MMX50M	1,66	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	32	1	GIZ DE CERA PEQUENO CAIXA COM 12 UN, COM CORES DIVERSAS	0,86	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	33	1	GRAMPEADOR DE MESA METÁLICO MÉDIO PARA GRAMPO 26/6, COM CAPACIDADE DE ALFINETAR E GRAMPEAR 30FLS COM APROX 200MMX55MMX45MM	5,40	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA

1	34	1	GRAMPEADOR SEMI-INDUSTRIAL, METÁLICO, GRANDE, COM CAPACIDADE DE GRAMPEAR ATÉ 100 FLS	33,50	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
1	35	1	GRAMPEADOR PEQUENO 23/06	5,15	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
1	36	1	GRAMPO 23/06 C/ 5000 UN	3,30	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	37	1	GRAMPO 23/10 COM 5000UN	8,17	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	38	1	GRAMPO 26/6 COM 5000 UNIDADES	1,78	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	39	1	GRAMPO P GRAMPEADOR DE PAREDE106/8	4,98	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	40	1	GRAMPO PLÁSTICO MACHO/FÊMEA - ROMEU/JULIETA, PARA PAPEL Nº1, CAIXA C 50 GRAMPOS	5,59	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	41	1	GUACHE POTE COM 250 ML	1,35	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	42	1	CAPA E CONTRACAPA PARA ENCADERNAÇÃO	0,16	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	43	1	LÁPIS DE COR AQUARELÁVEL 12 CORES	8,57	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
1	44	1	LÁPIS DE COR, CX COM 12 PARA USO ESCOLAR, FÁCEIS DE APONTAR, MACIOS AO PINTAR E QUE POSSUAM CORES VIVAS, DE QUALIDADE	0,85	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	45	1	LÁPIS DE ESCREVER, MADEIRA MACIA, 100% REFLORESTADA, PONTA RESISTENTE, REDONDO COM ESFERAS ANTIDSLIZANTES 2B C/ 50 UNIDADES	7,00	BOZZANO E BOZZANO LTDA ME
1	46	1	LIVRO PASTA A-Z	3,40	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	47	1	LIVRO PONTO 100 FOLHAS 135X216	6,83	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	48	1	LIVRO PROTOCOLO 148X210MM	4,60	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
1	49	1	MÁQUINA DE CALCULAR PORTÁTIL, COMUM, COM 8 DÍGITOS	5,13	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	50	1	MARCA TEXTO FLUORESCENTE, PONTA CHANFRADA, COM NO MÍNIMO 4MM, CORES DIVERSAS	0,54	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	51	1	MASSA DE MODELAR COM 12 QUE NÃO RESSEQUE AS MÃOS E NEM MANCHE, NÃO É OLEOSA E CONSERVA POR MAIS TEMPO SUA FLEXIBILIDADE, FACILITANDO A MODELAGEM E MISTURA DAS CORES	1,35	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	52	1	PAPEL A3 BRANCO, 90G/M², RESMA 500 FOLHAS	34,00	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	53	1	PAPEL A4 BRANCO, 75G/M², RESMA COM 500 FOLHAS	9,90	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	54	1	PAPEL A4 COLORIDO, 75G/M², CORES DIVERSAS, RESMA COM 500 FLS	11,70	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	55	1	PAPEL CANSON CORES DIVERSAS, EMBALAGEM COM 50FLS	5,70	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	56	1	PAPEL CARTÃO A4, BRANCO E LISO COM 50 FLS	5,07	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	57	1	PAPEL CARTÃO DIVERSAS CORES	0,50	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	58	1	PAPEL CARTÃO DUPLEX, COM APROX. 66X96CM GRAMATURA DE 250G/M², CORES DIVERSAS	0,52	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	59	1	PAPEL CREPON DIVERSAS CORES COM APROX 200X48FLS	0,40	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	60	1	PAPEL KRAFT, 80gr, 120cmx220 mts	100,00	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	61	1	PAPEL PVC (VINIL) COM ADESIVO TRANSPARENTE	26,39	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	62	1	PASTA CATÁLOGO, A4 COM 10 PLÁSTICOS	3,25	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	63	1	PASTA POLIPROPÍLENO, SANFONADA, A-Z, COM 31 DIVISÓRIAS, TAM OFÍCIO	22,00	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	64	1	PASTA SUSPENSÁVEL PARA ARQUIVO MARMORIZADA 0,35, SEM PLASTIFICAÇÃO, EM CARTÃO TIMBÓ, COM HASTE DE FERRO E PONTEIRAS PLÁSTICAS, COM GRAMPO TRILHO PLÁSTICO E CONJUNTO DE VISOR	0,75	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	65	1	PASTINHA BRASIL COM ESLÁSTICO	0,69	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA
1	66	1	FERFURADOR DE PAPEL EM METAL COM GUIA PLÁSTICO, 2 FUROS, CAPACIDADE DE FERFURAR 70 FLS	91,50	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
1	67	1	PERFURADOR DE PAPEL EM METAL, COM 2 FUROS, CAPACIDADE DE FURAR 10 FLS	3,15	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
1	68	1	PINCEL PARA QUADRO BRANCO RECARREGÁVEL	21,00	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA

1	69	1	PINCEL TAM 10, PÊLO OU CERDAS SINTÉTICAS, FORMATO CHATO	0,70	BOZZANO E BOZZANO LTDA ME
1	70	1	PINCEL TAM 14, PELO OU CERDAS SINTÉTICAS, FORMATO CHATO	0,82	BOZZANO E BOZZANO LTDA ME
1	71	1	PINCEL TAM 16, PÊLO OU CERDAS SINTÉTICAS, FORMATO CHATP	0,87	BOZZANO E BOZZANO LTDA ME
1	72	1	PISTOLA DE COLA QUENTE POTÊNCIA 10W, PARA BASTÕES DE COLA TAM 5/16 UN	4,40	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	73	1	PORTA LÁPIS/CLIPS/LEMBRETE	4,39	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	74	1	PRANCHETA EM ACRÍLICO, TAM OFÍCIO	5,64	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	75	1	REFIL PARA COLA QUENTE FINA	0,24	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA
1	76	1	REFIL PARA COLA QUENTE GROSSA	0,30	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	77	1	RÉGUA PLÁSTICA 30 CM, MILIMETRADA, TRANSPARENTE	0,29	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	78	1	SUORTE PARA FITA ADESIVA 19MM PEQUENO DE MESA	5,99	INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
1	79	1	TECIDO TNT LISO COM APROXIMADAMENTE 1.40M DE LARGURA	0,76	FORNECEDORA COMERCIO TEXTIL LTDA ME
1	80	1	TESOURA DE PICOTAR	4,88	CS PAPELARIA E EMBALAGENS LTDA ME
1	81	1	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA, AÇO INOX, COM 12/13 CM	0,65	BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA
1	82	1	TESOURA DE USO GERAL, LÂMINA DE AÇO INOX, CABO EM POLIPROPILENO	2,25	BOZZANO E BOZZANO LTDA ME
1	83	1	TINTA PARA REABASTECER MARCADOR DE QUADRO BRANCO	1,00	AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA

Ao final da etapa de lances temos os valores totais por fornecedor, conforme tabela a seguir:

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
BLU DISTRIBUIDORA DE PAPELARIA LTDA	3.163,24	três mil cento e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos
AQUINPEL SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ESCRIT. LTDA	28.038,11	vinete e oito mil e trinta e oito reais e onze centavos
CS PAPELARIA E EMBALAGENS LTDA ME	97,60	noventa e sete reais e sessenta centavos
DIAL DEPARTAMENTOS LTDA	2.207,87	dois mil duzentos e sete reais e oitenta e sete centavos
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	4.807,65	quatro mil oitocentos e sete reais e sessenta e cinco centavos
FORNECEDORA COMERCIO TEXTIL LTDA ME	3.293,48	três mil duzentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos
BOZZANO E BOZZANO LTDA ME	705,25	setecentos e cinco reais e vinte e cinco centavos

Habilitação:

Após a realização da etapa de lances foi aberto o envelope nº 2 das proponentes vencedoras. Desta forma, com a habilitação de acordo com o exigido e nada mais havendo a tratar, o pregoeiro encerra o certame para posterior homologação e adjudicação.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

ALEX MIRANDA		
--------------	--	--

INFOTRIZ

AQUINPEL

FORNECEDORA

DIAL

**ATA PRG 012 - PMI - LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA (RECURSO)**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota – SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	PREGÃO Processo Nº: 12/2015 Data: 05/02/2015
---	--

Edital de Pregão Registro de Preços Nº 12/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS	13
--	----

Reuniram-se no dia 05/02/2015, as 10:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo Decreto com o objetivo de PROCEDER ABERTURA DE ENVELOPES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, tratando do Edital de Pregão PREGÃO Nº 12/2015 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE UM CAMINHÃO PIPA.

**Propostas**

Aberto os trabalhos, foi recebido os credenciamentos e os envelopes nº 1 e 2 das proponentes presentes, após foi repassado os credenciamentos para conferência dos documentos, em seguida foi repassado para os representantes para conferência do recebimento dos lacres dos envelopes, após foi realizado o credenciamento dos representantes. Aberto o envelope nº 1 das proponentes, sendo repassado ao representante para conferência do valor.. Desta forma, destaca-se vencedoras as empresas abaixo relacionadas.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	1	1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA	63,90	ANCORA SERVIÇOS EIRELI ME
1	1	2	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA	64,00	BETONSERV SERVIÇOS LTDA ME
1	1	3	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA	69,00	SAMIL TERRAPLANAGENS E TRANSPORTES EIRELI EPP
1	1	4	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA	85,00	K.M.J TRANSPORTES LTDA ME

Após análise passou-se para a etapa de lances, conforme tabela abaixo:

Lote	Item	Rodada Lance	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	1	1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA	64.0000	BETONSERV SERVIÇOS LTDA ME
1	1	1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA	63.9000	ANCORA SERVIÇOS EIRELI ME
1	1	2	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA	Declinou	BETONSERV SERVIÇOS LTDA ME

**Habilitação:**

Após a realização da etapa de lances foi aberto o envelope nº 2 da proponente vencedora. Constatou-se que a empresa ANCORA SERVIÇOS EIRELI ME não apresentou os documentos do veículo conforme exigência do edital no item 6.5.1 "Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo regularizado para 2015, demonstrando o efetivo pagamento do IPVA, seguro obrigatório e taxa de licenciamento, do veículo a ser utilizado", desta forma a empresa fica inabilitada. Dando sequência ao procedimento, abriu-se o envelope da segunda colocada e a mesma não apresentou conforme o item 6.5.1 do edital, além de não apresentar o exigido no item do edital 6.4.1 "Atestado ou Certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, com identificação do signatário e assinatura do responsável legal, que comprove ter fornecido os MATERIAIS/SERVIÇOS com presteza no processo de entrega e na assistência técnica permanente, sob as penalidades legais, no caso de perfídia. Neste documento deverá, também, informar o nível de satisfação no fornecimento e na assistência técnica do equipamento fornecido", desta forma a empresa também fica inabilitada. Abriu-se o envelope da terceira colocada e constatou-se que a mesma não apresentou os itens 6.5.1 e 6.4.1 conforme exigido no edital, desta forma a mesma também fica inabilitada. Por fim, abriu-se o envelope da quarta colocada e constatou-se que o documento do veículo anexado no edital não é o mesmo do que seria utilizado conforme exigido no item 6.5.1 do edital, desta forma fica inabilitada. A empresa KMJ solicitou a intenção de interpor recurso pedindo a inabilitação das empresas ANCORA, BENTOSERV E SAMIL por as mesmas não terem o objeto social compatível com o objeto da licitação. A empresa ANCORA solicitou a intenção de interpor recurso pedindo a inabilitação da empresa KMJ por a mesma não apresentar no Atestado de Capacidade Técnica conforme o objeto do edital "Locação de caminhão pipa" e por não apresentar o documento do veículo que seria utilizado no serviço conforme item 6.5.1 do edital. Desta forma, o pregoeiro abre o prazo de 3 dias para as empresa formalizarem recurso e mais três dias para apresentarem contrarrazões.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

Alex Miranda

KMJ

ANCORA

BENTOSERV

### ATA PRG 015 - MULTIENTIDADES - COMBUSTÍVEL (GASOLINA)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA

CNPJ: 83.102.301/0001-53  
Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro  
Ilhota - SC, CEP: 88.320-000  
Fone: (47) 3343-8800

PREGÃO  
Processo Nº: 15/2015  
Data: 26/02/2015

Edital de Pregão Registro de Preços Nº 15/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS

18

Reuniram-se no dia 26/02/2015, as 10:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo Decreto com o objetivo de PROCEDER ABERTURA DE ENVELOPES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, tratando do Edital de Pregão PREGÃO Nº 15/2015 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, INCLUSOS OS SERVIÇOS DE FRENTISTA, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTA PREFEITURA.

#### Propostas

Aberto os trabalhos, foi recebido os credenciamentos e os envelopes nº 1 e 2 das proponentes presentes, após foi repassado os credenciamentos para conferência dos documentos, em seguida foi repassado para os representantes para conferência do recebimento dos lacres dos envelopes, após foi realizado o credenciamento dos representantes. Aberto o envelope nº 1 das proponentes, sendo repassado ao representante para conferência do valor. Negociou-se o valor com a proponente. Desta forma, destaca-se vencedoras as empresas abaixo relacionadas.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	1	1	GASOLINA COMUM, DE APARENCIA INCOLOR Á AMARELA, COM ADIÇÃO DE ALCOOL ETILICO, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE (RESOLUÇÃO DA CIMA). SEM QUALQUER OUTRO TIPO DE ADITIVO. LIMPIDO, ISENTO DE IMPUREZA.	3,22	WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA

Ao final da etapa de lances temos os valores totais por fornecedor, conforme tabela a seguir:

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA	196.420,00	cento e noventa e seis mil quatrocentos e vinte reais

#### Habilitação:

Após a realização da etapa de lances foi aberto o envelope nº 2 das proponentes vencedoras. Desta forma, com a habilitação de acordo com o exigido e nada mais havendo a tratar, o pregoeiro encerra o certame para posterior homologação e adjudicação.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

ALEX MIRANDA

WDCOM



**ATA PRG 018 - PMI - CAMINHÃO PIPA**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota - SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	PREGÃO Processo Nº: 18/2015 Data: 06/03/2015
---	--

Edital de Pregão Registro de Preços Nº 18/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS	19
--	----

Reuniram-se no dia 06/03/2015, as 10:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo Decreto com o objetivo de PROCEDER ABERTURA DE ENVELOPES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, tratando do Edital de Pregão PREGÃO Nº 18/2015 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA.

**Propostas**

Aberto os trabalhos, foi recebido os credenciamentos e os envelopes nº 1 e 2 das proponentes presentes, após foi repassado os credenciamentos para conferência dos documentos, em seguida foi repassado para os representantes para conferência do recebimento dos lacres dos envelopes, após foi realizado o credenciamento dos representantes. Aberto o envelope nº 1 das proponentes, sendo repassado ao representante para conferência do valor. Negociou-se o valor com a proponente. Desta forma, destaca-se vencedoras as empresas abaixo relacionadas.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	1	1	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA	77,00	ANCORA SERVIÇOS EIRELI ME

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
ANCORA SERVIÇOS EIRELI ME	147.840,00	cento e quarenta e sete mil oitocentos e quarenta reais

**Habilitação:**

Após a realização da etapa de lances foi aberto o envelope nº 2 das proponentes vencedoras. Desta forma, com a habilitação de acordo com o exigido e nada mais havendo a tratar, o pregoeiro encerra o certame para posterior homologação e adjudicação.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

ALEX MRANDA		
-------------	--	--

ANCORA

**ATA PRG 019 - PMI - TUBOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota - SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	PREGÃO Processo Nº: 19/2015 Data: 10/03/2015
---	--

Edital de Pregão Registro de Preços Nº 19/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS	22
--	----

Reuniram-se no dia 10/03/2015, as 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo Decreto com o objetivo de PROCEDER ABERTURA DE ENVELOPES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, tratando do Edital de Pregão PREGÃO Nº 19/2015 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO PARA MANUTENÇÃO DA DRENAGEM DO SANEAMENTO BÁSICO DO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

**Propostas**

Aberto os trabalhos, foi recebido os credenciamentos e os envelopes nº 1 e 2 das proponentes presentes, após foi repassado os credenciamentos para conferência dos documentos, em seguida foi repassado para os representantes para conferência do recebimento dos lacres dos envelopes, após foi realizado o credenciamento dos representantes. Aberto o envelope nº 1 das proponentes, sendo repassado ao

representante para conferência do valor. Negociou-se o valor com a proponente. Desta forma, destaca-se vencedoras as empresas abaixo relacionadas.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	1	1	TUBOS DE 20 CM - CONCRETO	18,60	JADER JOSE ALVES - EPP
1	2	1	TUBOS DE 30 CM - CONCRETO	23,00	JADER JOSE ALVES - EPP
1	3	1	TUBOS DE 40 CM - CONCRETO	34,00	JADER JOSE ALVES - EPP
1	4	1	TUBOS DE 60 CM - CONCRETO	68,00	JADER JOSE ALVES - EPP
1	5	1	TUBO DE CONCRETO 80 CM PA1	170,00	JADER JOSE ALVES - EPP
1	6	1	TUBOS DE 1M PA1	222,00	JADER JOSE ALVES - EPP
1	7	1	TUBOS DE 1,20M PA1	332,75	JADER JOSE ALVES - EPP

Ao final da etapa de lances temos os valores totais por fornecedor, conforme tabela a seguir:

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
JADER JOSE ALVES - EPP	173.670,00	cento e setenta e três mil seiscentos e setenta reais

#### Habilitação:

Após a realização da etapa de lances foi aberto o envelope nº 2 das proponentes vencedoras. Desta forma, com a habilitação de acordo com o exigido e nada mais havendo a tratar, o pregoeiro encerra o certame para posterior homologação e adjudicação.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

ALEX MIRANDA		
--------------	--	--

JADER JOSÉ ALVES EPP

### ATA PRG 020 - MULTIENTIDADES - OFICINA MECÂNICA

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota – SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	PREGÃO Processo Nº: 20/2015 Data: 11/03/2015
---	--

#### Edital de Pregão Registro de Preços Nº 20/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS	23
--	----

Reuniram-se no dia 11/03/2015, as 14:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo Decreto com o objetivo de PROCEDER ABERTURA DE ENVELOPES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, tratando do Edital de Pregão PREGÃO Nº 20/2015 destinado a REGISTRO DE PREÇO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMA CONTINUA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NA ÁREA MECÂNICA, ELÉTRICA, FUNILARIA E PINTURA, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, MATERIAIS E ACESSÓRIOS EM ESTADO NOVO, TODOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES DAS MARCAS DOS VEÍCULOS.

#### Propostas

Aberto os trabalhos, foi recebido os credenciamentos e os envelopes nº 1 e 2 das proponentes presentes, após foi repassado os credenciamentos para conferência dos documentos, em seguida foi repassado para os representantes para conferência do recebimento dos lacres dos envelopes, após foi realizado o credenciamento dos representantes. Aberto o envelope nº 1 das proponentes, sendo repassado ao representante para conferência do valor. A empresa Vanio Mafra fez o desconto na proposta de 5% no valor das peças. Foi desconsiderado esse desconto e assinado de acordo com o valor correto pelo representante da empresa na proposta. Desta forma, destaca-se vencedoras as empresas abaixo relacionadas.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	1	1	MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM FUNILARIA, PINTURA, ELÉTRICA E MECÂNICA EM GERAL, GEOMETRIA/ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CÂMBIO DE AUTOMÓVEIS E VANS	60,00	MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP
1	2	1	MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM FUNILARIA, PINTURA, ELÉTRICA E MECÂNICA EM GERAL, GEOMETRIA/ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CÂMBIO DE CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS	75,00	MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP
1	3	1	O VALOR PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS É ESTIMADO. A EMPRESA DEVERÁ OFERTAR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA LISTA/CATÁLOGO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E GENUÍNS DO FABRICANTE DO VEÍCULO OU REVENDEDORA AUTORIZADA DE PEÇAS ORIGINAIS DE 5%	1,00	MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP
2	1	1	MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM FUNILARIA, PINTURA, ELÉTRICA E MECÂNICA EM GERAL, GEOMETRIA/ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CÂMBIO DE MICROÔNIBUS E ÔNIBUS	66,00	MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP
2	2	1	O VALOR PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS É ESTIMADO. A EMPRESA DEVERÁ OFERTAR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA LISTA/CATÁLOGO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E GENUÍNS DO FABRICANTE DO VEÍCULO OU REVENDEDORA AUTORIZADA DE PEÇAS ORIGINAIS DE 5%	1,00	MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP
3	1	1	MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM FUNILARIA, PINTURA, ELÉTRICA E MECÂNICA EM GERAL, GEOMETRIA/ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CÂMBIO E AR CONDICIONADO DE AUTOMÓVEIS E VANS	51,00	MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP
3	2	1	O VALOR PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS É ESTIMADO. A EMPRESA DEVERÁ OFERTAR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA LISTA/CATÁLOGO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E GENUÍNS DO FABRICANTE DO VEÍCULO OU REVENDEDORA AUTORIZADA DE PEÇAS ORIGINAIS DE 5%	1,00	MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP
4	1	1	MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM FUNILARIA, PINTURA, ELÉTRICA E MECÂNICA EM GERAL, GEOMETRIA/ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E CÂMBIO E AR CONDICIONADO DE AUTOMÓVEIS E VANS	52,00	VANIO MAFRA - ME
4	2	1	O VALOR PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS É ESTIMADO. A EMPRESA DEVERÁ OFERTAR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O VALOR DA LISTA/CATÁLOGO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E GENUÍNS DO FABRICANTE DO VEÍCULO OU REVENDEDORA AUTORIZADA DE PEÇAS ORIGINAIS DE 5%	1,00	VANIO MAFRA - ME

Ao final da etapa de lances temos os valores totais por fornecedor, conforme tabela a seguir:

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
VANIO MAFRA - ME	126.000,00	cento e vinte e seis mil reais
MDM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP	1.952.160,00	um milhão, novecentos e cinquenta e dois mil cento e sessenta reais

#### Habilitação:

Após a realização da etapa de lances foi aberto o envelope nº 2 das proponentes vencedoras. Desta forma, com a habilitação de acordo com o exigido e nada mais havendo a tratar, o pregoeiro encerra o certame para posterior homologação e adjudicação.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

ALEX MIRANDA		
--------------	--	--

MDM

VANIO MAFRA

**ATA PRG 021 - FMS - MEDICAMENTOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  CNPJ: 83.102.301/0001-53 Rua Dr. Leoberto Leal, 160 - Centro Ilhota – SC, CEP: 88.320-000 Fone: (47) 3343-8800	PREGÃO PREGÃO Nº: 21/2015 Data: 19/03/2015
---	--

## Edital de Pregão Registro de Preços Nº 21/2015

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS	25
--	----

Reuniram-se no dia 19/03/2015, as 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo Decreto com o objetivo de PROCEDER ABERTURA DE ENVELOPES DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, tratando do Edital de Pregão PREGÃO Nº 21/2015 destinado a REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DESTINADO A FARMÁCIA BÁSICA DO MUNICÍPIO.

## Propostas

Aberto os trabalhos, foi recebido os credenciamentos e os envelopes nº 1 e 2 das proponentes presentes, após foi repassado os credenciamentos para conferência dos documentos, em seguida foi repassado para os representantes para conferência do recebimento dos lacres dos envelopes, após foi realizado o credenciamento dos representantes. A empresa Inovamed não se credenciou pois não indicou o credenciado além de não te-lo presente na sessão. Após, foi aberto o envelope nº 1 das proponentes, sendo repassado aos representantes para conferência do valor. Todas trouxeram o arquivo de cotação, a empresa Athons teve um problema na leitura do arquivo mas conseguiu resolver no decorrer da sessão. Os itens 8, 10, 31, 33, 37, 52, 65, 70, 90, 92, 95, 96, 130, 131, 146, 169, 180, 184, 207 e 210 foram fracassados ou desclassificados, pois algumas empresas não cotaram alguns destes itens e outros itens o valor cotado foi acima do estimado. A empresa Inovamed teve o item 150 METOPROLOL (TARTARATO) 50MG desclassificado, pois o pregoeiro verificou a grande diferença do valor cotado para o valor cotado pelas demais empresas. Desta forma, o pregoeiro foi alertado pelas demais empresas que o item cotado na verdade poderia se tratar de 100MG, compatível com o valor apresentado. Todas as empresas presentes também questionaram o nome do item, alegando que com a nomenclatura que possui 50MG não é o "tartarato" e sim o "succinato" e que todas tinham cotado como "succinato". Desta forma, o pregoeiro fez a verificação da veracidade do questionamento com a Farmaceutica responsável pela farmácia do município (Mayara dos Santos Rosa CRF 12632) e a mesma confirmou o equívoco da farmacêutica responsável pela elaboração do pedido avaliando a correção da descrição do item, até porque não haverá alteração no produto e o preço se manterá de acordo com o estimado no edital, sendo que todas as empresas presentes concordaram com a correção. Após procedeu-se à etapa de lances. Desta forma, destaca-se vencedoras as empresas abaixo relacionadas.

Lote	Item	Classificação	Descrição	Cotação	Fornecedor
1	1	1	ACETATO DE BETAMETASONA+FOSFATO DISSÓDICO DE BETAMETASONA 3MG+3MG/ML - SUSP. INJETÁVEL	5,69	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
1	2	1	ACIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG	0,02	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	3	1	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS + VITAMINA A + VITAMINA E (FRASCO 200ML)	3,57	PONTAMED FARMACEUTICA
1	4	1	ÁCIDO FÓLICO 5MG	0,02	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	5	1	ACICLOVIR 200MG	0,10	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
1	6	1	ACICLOCIR 200MG CREME	1,65	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	7	1	ADRENALINA 1MG/ML (AMPOLA 1ML)	1,46	PONTAMED FARMACEUTICA
1	9	1	ÁGUA DESTILADA (AMPOLA C/ 10ML)	0,16	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	11	1	ALBENDAZOL SUSPENSÃO 40 MG/ML (4%) FRASCO 10 ML	0,95	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	12	1	ALENDROATO DE SÓDIO 70 MG	0,32	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
1	13	1	ALOPURINOL 100 MG	0,04	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
1	14	1	AMBROXOL (CLORIDRATO) 3MG/ML FRASCO C/ 100ML	0,89	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	15	1	AMINOFILINA 24MG/ML AMPOLA COM 10 ML	0,84	PONTAMED FARMACEUTICA
1	16	1	AMINOFILINA 100MG	0,03	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	17	1	AMIODARONA (CLORIDRATO) 200MG	0,23	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
1	18	1	AMITRIPTILINA (CLORIDRATO) 25MG	0,04	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	19	1	AMOXICILINA+ACIDO CLAVULÂNICO 500/125MG	0,85	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	20	1	AMOXICILINA+ACIDO CLAVULÂNICO 50/12,5MG/ML FRASCO COM 75ML	4,70	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
1	21	1	AMOXICILINA 250MG/5ML SUSPENSÃO ORAL C/ DOSADOR GRADUADO (FRASCO C/ 60ML)	1,69	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA

1	22	1	AMOXICILINA 500 MG	0,09	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	23	1	ANLODIPINA 10 MG	0,03	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	24	1	ATENOLOL 50 MG	0,02	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	25	1	ATROPINA (SULFATO) 0,25 MG/ML AMPOLA 1ML	0,26	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	26	1	AZITROMICINA 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO COM 15ML	2,08	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	27	1	AZITROMICINA 500MG	0,33	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	28	1	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 50 MCG SPRAY NASAL AEROSOL 200 DOSES	17,90	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	29	1	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 50 MCG SPRAY ORAL AEROSOL 200 DOSES	28,95	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	30	1	BECLOMETASONA DIPROPIONATO 250MCG SPRAY NASAL AEROSOL 200 DOSES	44,80	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	32	1	BENZILPENICILINA PROCAÍNA+BENZILP POTÁSSICA 300.000 UI PÓ P/ SUSPENSÃO C/ AMPOLA DILUENTE	3,25	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	34	1	BENZOATO DE BENZILA 25% (FRASCO C/ 60ML)	1,34	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	35	1	BIPIRIDENO (CLORIDRATO) 2mg	0,23	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	36	1	BROMAZEPAM 3mg	0,05	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	38	1	CAPTOPRIL 25mg	0,01	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	39	1	CARBAMAZEPINA 200mg	0,08	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	40	1	CARBAMAZEPINA 20mg/ml (2%) SUSPENSÃO (FRASCO C/ 100ml)	3,50	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP
1	41	1	CARBONATO DE CÁLCIO MÍNIMO 500mg + COLECALCIFEROL 400UI	0,31	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	42	1	CARBONATO DE LÍTIO 300mg	0,09	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	43	1	CARVEDILOL 3.125mg	0,06	ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	44	1	CARVEDILOL 6,25	0,06	ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	45	1	CARVEDILOL 12,5 mg	0,08	ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	46	1	CEFALEXINA 250mg/5m SUSPENSÃO ORAL C/ DOSADOR GRADUADO (FRASCO C/ 60ml)	2,75	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	47	1	CEFALEXINA 500mg	0,15	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	48	1	CEFTRIAXONA SÓDICA 500mg INJ. I.M, + DILUENTE	4,50	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
1	49	1	CETACONAZOL 20MG/G CREME (BISNAGA C/ 30G)	1,07	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	50	1	CETOCONAZOL 200MG	0,08	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	51	1	CIPROFLOXACINA 500 MG	0,13	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	53	1	CINARIZINA 25MG	0,06	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	54	1	CINARIZINA 75MG	0,08	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	55	1	CLOMIPRAMINA 25MG	0,62	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP
1	56	1	CLONAZEPAM 2,5MG/ML	1,47	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	57	1	CLONAZEPAM 0,5 MG	0,07	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
1	58	1	CLONAZEPAM 2MG	0,08	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	59	1	CLOPIDROGEL (BISSULFATO) 75MG	0,36	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	60	1	CLORAFENICOL + AMINOÁCIDOS + METIONINA + RETINOL 3,5G (POMADA OFT.)	7,19	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	61	1	CLORPROMAZINA (CLORIDRATO) 5MG/ML (AMPOLA C/ 5ML)	1,13	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA



1	62	1	COLAGENASE + CLORAFENICOL 0,6UI (BISNAGA C/ 30G)	10,90	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	63	1	CICLOBENZAPRINA 10MG	0,16	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
1	64	1	CLARITROMICINA 500MG	0,70	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	66	1	CLORPROMAZINA 40MG/ML SOLUÇÃO ORAL	5,35	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	67	1	CLORPROMAZINA (CLORIDRATO) 25MG	0,18	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	68	1	CLORPROMAZINA (CLORIDRATO) 100MG	0,17	PONTAMED FARMACEUTICA
1	69	1	COMPLEXO B (VIT. B1+B2+B6+B5+NICOTINAMIDA PP)	0,04	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	71	1	CUMARINA + TROXERRUTINA 15/90MG - DRÁGEAS	0,13	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
1	72	1	DEXAMETASONA 4MG/ML INJETAVEL (FRASCO/AMPOLA 2,5ML)	1,01	PONTAMED FARMACEUTICA
1	73	1	DEXAMETASONA (ACETATO) 0,1% (1MG/G) CREEME (BISNAGA C/10G)	0,59	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
1	74	1	DEXAMETASONA 4MG	0,14	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	75	1	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG	0,05	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	76	1	DEXCLORFENIRAMINA (MALEATO) 2MG/5ML SUSP. ORAL (FRASCO C/ 100ML)	0,82	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	77	1	DIAZEPAM 5MG/ML (AMPOLA 2ML)	0,62	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	78	1	DIAZEPAM 10MG	0,04	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	79	1	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML (AMPOLA C/ 3ML)	0,50	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	80	1	DICLOFENACO POTÁSSICO 50MG	0,04	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	81	1	DIGOXINA 0,05 MG/ML (FRASCO C/60ML)	6,31	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
1	82	1	DIGOXINA 0,25 MG	0,03	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	83	1	DILTIAZEM 60MG	0,11	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	84	1	DIMENITRATO B6 50/50MG/ML (AMPOLA C/ 1ML)	1,22	PONTAMED FARMACEUTICA
1	85	1	DIMENITRATO B6 50/10MG	0,13	PONTAMED FARMACEUTICA
1	86	1	DIPIRONA 500MG	0,06	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
1	87	1	DIPIRONA 500MG/ML INJETAVEL (AMPOLA C/ 2ML)	0,47	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	88	1	DOXAZOSINA 2MG	0,08	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	89	1	ENALAPRIL (MALEATO) 10MG	0,04	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	91	1	ERITROMICINA 500MG	0,42	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	93	1	ESPIRONOLACTONA 25MG	0,09	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	94	1	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,625MG	0,44	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	97	1	FENOBARBITAL 100MG/ML (AMPOLA C/ 2ML)	1,72	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	98	1	FENOTEROL (BROMETO) 5MG/ML (FRASCO C/ 20ML)	1,27	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	99	1	FUROSEMIDA 10MG/ML (AMPOLA C/ 2ML)	0,58	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	100	1	FENOBARBITAL 100MG	0,11	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	101	1	FENOBARBITAL 40MG/ML SOL. ORAL (GOTAS) (FRASCO C/ 20ML)	2,90	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	102	1	FLUCONAZOL 150MG (CAPSULAS C/1)	0,17	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
1	103	1	FLUOXETINA 20MG	0,06	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
1	104	1	FUROSEMIDA 40MG	0,03	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	105	1	GLICAZIDA 80 MG	0,03	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA

1	106	1	GLICOSE 25% (AMPOLA C/ 10ML)	0,21	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	107	1	GLIBENCLAMIDA 5MG	0,02	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
1	108	1	HALOPERIDOL 5MG	0,07	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	109	1	HALOPERIDOL 5MG/ML (AMPOLA 1ML)	0,69	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	110	1	HALOPERIDOL DECANOATO 50MG/ML (AMPOLA C/ 1ML)	6,80	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	111	1	HEPARINA SÓDICA 5.000 UI/ML SOL. INJETAVEL (AMPOLA C/ 0,25 ML)	4,54	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	112	1	HIDROCORTISONA 100MG COM DILUENTE (FRASCO/ AMPOLA C/ 5ML)	3,02	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	113	1	HIDROCORTISONA 500MG COM DILUENTE (FRASCO/ AMPOLA C/ 5ML)	6,48	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	114	1	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	0,02	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	115	1	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60 MG/ML (FRASCO C/ 100ML)	1,35	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	116	1	IBUPROFENO 50MG/ML (GOTAS) (FRASCO C/ 30ML)	0,79	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	117	1	IBUPROFENO 600MG	0,06	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	118	1	IMIPRAMINA 25MG	0,20	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
1	119	1	IPRATRÓPIO (BROMETO) 0,250MG/ML (FRASCO C/ 20ML)	0,58	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	120	1	ISOSSORBIDA SUBLINGUAL 5MG	0,22	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	121	1	ISOSSORBIDA (DINITRATO) 10MG	0,09	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	122	1	ISOSSORBIDA (MONONITRATO) 20MG	0,06	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	123	1	ISOSSORBIDA (MONONITRATO) 40MG	0,09	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	124	1	ITRACONAZOL 100MG	0,43	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	125	1	LEVODOPA + BENSERAZIDA 100 +25MG	0,83	PROFARMA SPECIALTY S.A
1	126	1	LEVODOPA+BENSERAZIDA 200+ 50MG	0,50	AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
1	127	1	LEVODOPA + CARBIDOPA 250MG + 25 MG	0,16	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	128	1	LEVOMEPROMAZINA (MALEATO) 100MG	0,58	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	129	1	LEVOMEPROMAZINA 25MG	0,24	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	132	1	LEVONORGESTEL + ETINILESTRADIOL 0,15 + 0,03 MG	0,02	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
1	133	1	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	0,10	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	134	1	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG	0,11	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	135	1	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG	0,09	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
1	136	1	LIDOCAÍNA 2% GEL (BISNAGA C/ 30G)	1,24	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	137	1	LIDOCAÍNA (CLORIDRATO) 2% COM VASOCONDUTOR (FRASCO C/ 20ML)	3,19	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	138	1	LIDOCAÍNA (CLORIDRATO) 2% SEM VASOCONDUTOR (FRASCO C/ 20ML)	1,43	PONTAMED FARMACEUTICA
1	139	1	LORAZEPAM 2MG	0,09	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	140	1	LOSARTANO POTÁSSICO 50 MG	0,04	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	141	1	MEBENDAZOL SUSP. 100MG/ 5ML (FRASCO C/ 30ML)	0,67	PONTAMED FARMACEUTICA
1	142	1	MEDROXIPROGESTERONA (ACETATO) 150MG (AMPOLA C/ 1ML)	9,00	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
1	143	1	METFORMINA (CLORIDRATO) 500MG	0,05	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	144	1	METFORMINA (CLORIDRATO) 850MG	0,06	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
1	145	1	METILDOPA 250MG	0,10	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA

1	147	1	METOCLOPRAMIDA 10MG	0,05	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
1	148	1	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML SOL. ORAL (FRASCO C/ 10ML)	0,40	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	149	1	METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML (AMPOLA C/ 2ML)	0,24	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	150	1	METOPROLOL (TARTARATO) 50MG	1,09	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	151	1	METRONIDAZOL 250MG	0,07	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	152	1	METRONIDAZOL 40MG/ML SUSP. ORAL (FRASCO C/ 100ML)	1,53	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
1	153	1	METRONIDAZOL 50MG/5G GEL VAGINAL C? APLICADOR (BISNAGA C/ 50G)	2,24	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	154	1	MICONAZOL (NITRATO) 20MG/5 CREME VAGINAL C/ APLICADOR (BISNAGA C/ 80G)	3,98	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	155	1	N-BUTILESCOPOLAMINA (BROMETO) 10MG	0,24	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
1	156	1	N-BUTILESCOPOLAMINA(BROMETO) 20MG/ML (AMPOLA C/ 1ML)	0,89	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
1	157	1	N-BUTILESCOPOLAMINA(BROMETO) + DIPIRONA SÓDICA 20/2500MG (AMPOLA C/ 5ML)	1,54	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	158	1	N-BUTILESCOPOLAMINA(BROMETO) 10MG + DIPIRONA SÓDICA 250 MG	0,18	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	159	1	NEOMICINA SULFATO + BACITRACINA 5MG/G + 250UI/G (BISNAGA C/ 15G)	1,15	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
1	160	1	NIFEDIPINA 20MG	0,03	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
1	161	1	NISTATINA 100.000UI/G CREME VAGINAL (BISNAGA C/60G)	2,35	DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP
1	162	1	NISTATINA 100.000UI/ML SUSP.ORAL(FRASCO C/ 50ML)	1,59	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	163	1	NORETISTERONA (ANANTATO)+ESTRADIOL (VALERATO) 50/5MG/ML (AMPOLA C/1ML)	6,40	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	164	1	OMEPRAZOL 20MG	0,04	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	165	1	PARACETAMOL 200MG SOL. ORAL (GOTAS) - (FRASCO C/ 10ML)	0,45	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	166	1	PARACETAMOL 500MG	0,03	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	167	1	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100MG	0,05	ANGEOMED COM. DE PROD. MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	168	1	PERMETRINA 1% LOÇÃO (FRASCO C/ 60ML)	1,03	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	170	1	POLIVITAMINICO - VITAMINAS A, C, B1, B2, B6, B12 E ZINCO	0,09	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	171	1	POLIVITAMINA - SULFATO FERROSO 400 MG + VIT. C 100MG + CIANOCOBALAMINA 25MCG + ÁCIDO FÓLICO 2MG + VIT. B1 4MG + RIBOFLAMINA 1MG + VIT. B6 1MG + NICOTINAMIDA 10MG + PANT. DE CÁLCIO 2MG XAROPE (FRASCO C/ 100ML)	2,85	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	172	1	PREDNISOLONA 3MG/ML (FRASCO C/ 60ML)	2,30	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
1	173	1	PREDNISONA 20MG	0,11	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
1	174	1	PREDNISONA 5MG	0,06	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	175	1	PROMETAZINA (CLORIDRATO) 25MG/ML (AMPOLA C/ 2ML)	0,68	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	176	1	PROMETIZINA (CLORIDRATO) 25 MG	0,07	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
1	177	1	PROPATILNITRATO 10MG	0,30	PROFARMA SPECIALTY S.A
1	178	1	PROPATILOURACILA 100MG	0,44	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	179	1	PROPRANOLOL 40MG	0,01	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
1	181	1	RANITIDINA 25MG/ML	0,60	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	182	1	RANITIDINA 150MG	0,06	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
1	183	1	RISPERIDONA 1MG	0,15	ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

1	185	1	SAIS P/ REIDRATAÇÃO (CL. SÓDICO 3.5G + CL. POTÁSSICO 1.5G+ CITRATO SÓDICO 2.9 + GLICOSE ANIDRA 20G) (PÓ P/SOL. ORAL 27,9G)	0,35	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	186	1	SALBUTAMOL 0,4MG/ML XAROPE (FRASCO C/ 120ML)	0,83	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	187	1	SALBUTAMOL 100MG AEROSOL INALATÓRIO (AEROSOL 200 DOSES)	4,89	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
1	188	1	SECNIDAZOL 1G	0,37	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	189	1	SERTRALINA (CLORIDRATO)50MG	0,11	ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	190	1	SINVESTATINA 20MG	0,06	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	191	1	SINVESTATINA 40MG	0,11	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
1	192	1	SULFADIAZINA 500MG	0,14	ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME
1	193	1	SULFADIAZINA DE PRATA 10MG/G CREME (BISNAGA C/ 30G)	2,74	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	194	1	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRINA 40 + 8 MG/ML SUSP. ORAL (FRASCO C/ 100ML)	1,28	DIMASTER COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA
1	195	1	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRINA 400 + 80MG	0,06	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	196	1	SULFATO FERROSO 40MG (COMPRIMIDO REVESTIDO)	0,03	PROMEFARMA REP.COM. LTDA
1	197	1	SULFATO FERROSO GOTAS 125 MG/ML FRASCO C/ 30ML	0,78	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
1	198	1	SULFATO DE MORFINA 30 MG	1,10	CIRURGICA SANTA CRUZ COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	199	1	SULFATO DE MORFINA 1MG/2ML	4,75	PONTAMED FARMACEUTICA
1	200	1	TRAMADOL (CLORIDRATO) 50MG/ML	0,90	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	201	1	TRAMADOL 50 MG	0,22	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	202	1	TIMOLOL(MALEATO) 0,5% SUL. OFTÁLMICA (FRASCO C/ 5ML)	1,04	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
1	203	1	TEOFILINA 100MG	0,35	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	204	1	TOBRAMICINA 3MG/ML SOL. OFTÁLMICA (FRASCO C/ 5ML)	2,97	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	205	1	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML SOL ORAL (FRASCO C/ 100ML)	1,85	COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA
1	206	1	VALPROATO DE SÓDIO 250 MG	0,20	CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
1	208	1	VARFARINA SÓDICA 5MG	0,08	MAURO MARCIANO COMERCIO MEDICAMENTOS LTDA
1	209	1	VERAPAMIL 80MG	0,05	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

## Habilitação:

Após a realização da etapa de lances foi aberto o envelope nº 2 das proponentes vencedoras. Desta forma, com a habilitação de acordo com o exigido e com todas as licitantes presentes tendo renunciado ao direito de interpor recurso, o pregoeiro encerra o certame para posterior homologação e adjudicação.

Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.

ALEX MIRANDA		
--------------	--	--

CENTERMEDI

CIAMED

AGLON

PONTAMED

ANGEOMED

PROSAUDE

DIMEVA  
SANTA CRUZ  
ANDROMEDA  
RIOCLARENSE  
PROFARMA  
ATHONS  
INOVAMED  
DIMASTER  
MAURO MARCIANO  
PROMEFARMA  
ALTERMED

### DECRETO 62 2015

Decreto nº 62, de 26 DE março de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO PRESENTE EXERCÍCIO.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município e conforme autorização prevista no inciso I do artigo 7º da Lei nº 4.320, de 17/03/64, e de conformidade com a arts. Lei Municipal nº 1784, de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$ 97.500,00 (Noventa e sete mil e quinhentos reais), por conta do excesso de arrecadação, conforme abaixo demonstrado:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Unidade: 07.01 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM - DMER

Atividade: 1.005 - PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS, REURBANIZAÇÃO E REVITALIZAÇÃO

Elemento: ( ) 4.4.90.00.00.00.00.01.0034 - Aplicações Diretas ..... R\$ 86.019,42

Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA

Unidade: 12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ILHOTA

Atividade: 2.050 - MANUTENÇÃO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB

Elemento: ( ) 3.3.90.00.00.00.00.01.0067 - Aplicações Diretas ..... R\$ 123.056,64

Art. 2º - Utilizar-se-á como recursos para as atividades criadas no artigo 1º deste decreto, o resultado do excesso de arrecadação do exercício corrente conforme quadro anexo I:

I - Recurso de Transferência de Convênio União nº 2622.0306298-66 Nº Sequencial SICONV 718996 ..... R\$ 86.019,42

II - Recurso de Transferência de Convênio Estado FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E APAE ..... R\$ 123.056,64

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ilhota, 26 de março de 2015.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

### ANEXO I

Recurso de Transferência de Convênio União nº 2622.0306298-66:

Nome da Fonte de Recursos	Valores apurados
Convênio Federal Fonte: 34 – Transferências de Convênios – União	
Arrecadação	0.00
Provável Arrecadação	86.019,42
Total	86.019,42



Previsão orçamentária para o exercício de 2015	0,00
= Total do provável excesso de arrecadação	86.019,42

Recurso de Transferência de Convênio Estado FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E APAE DE ILHOTA:

Nome da Fonte de Recursos	Valores apurados
Convênio Federal Fonte: 67 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	
Arrecadação	0.00
Provável Arrecadação	123.056,64
Total	123.056,64
Previsão orçamentária para o exercício de 2015	0,00
= Total do provável excesso de arrecadação	183.519,42

DANIEL CHRISTIAN BOSI Prefeito Municipal	MARCIO ALEXANDRE DOS SANTOS Contador CRC SC 030821-02
---	--

### LEI COMPLEMENTAR 59 2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 59, de 07 de abril de 2015.

Altera a Lei Complementar nº 039, de 31 de julho de 2013, que dispõe e reordena sobre o PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO QUADRO GERAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

Art. 1º. Esta Lei Altera o Anexo I, relativo aos Cargos de Fiscal de Tributos e Fiscal de Obras; e Anexo VII - Tabela de Vencimentos dos Cargos de Fiscal de Tributos e Fiscal de Obras, da Lei Complementar nº 039/2013 de 31 de julho de 2013, que dispõe e reordena sobre o Plano de Carreira e Remuneração do Quadro Geral dos Servidores Municipais .

Art. 2º.Os vencimentos do cargo de Fiscal de Tributos, Fiscal de Obras Sigla AFI,passam a ser aqueles fixados no Anexo I - Descrição de Cargo ; Anexo II - Tabela de Salário, integrantes desta Lei Complementar.

Art. 3º. A despesa desta lei corre por conta das dotações do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrario.

Ilhota, 07 de abril de 2015

Daniel Christian Bosi  
Prefeito Municipal

### ANEXO I DESCRIÇÃO DE CARGO

GRUPO PROFISSIONAL : Atividades de Fiscalização SIGLA : AFI

CATEGORIA FUNCIONAL : Fiscal de Tributos CÓDIGO : 02

NÍVEL : I a IV Classe 01 a 35 CARGA HORÁRIA SEMANAL : Quarenta

QUANTIDADE : 02 VENCIMENTO : R\$ 2.300,00

DESCRIÇÃO SUMÁRIA :Atividade de nível médio, de grande complexidade, de natureza técnico-contábil, envolvendo serviços específicos de fiscalização dos tributos municipais.

### DESCRIÇÃO DETALHADA :

- Verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte, nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes ;
- Examinar a autenticidade dos documentos e que se basearam os lançamentos efetuados pelo contribuinte ;
- Realizar plantão fiscal na sede ou interior, conforme escala pré-estabelecida ;
- Lavrar o Termo de início da fiscalização ;
- Examinar o último Termo expedido pela fiscalização para determinar o período a ser fiscalizado ;
- Conferir as notas fiscais e as somas dos livros de entradas e saídas e sua passagem para o livro de apuração do ISS ;

- Verificar os cálculos de apuração do ISS e os recolhimentos feitos ;
- Examinar todos os documentos de Despesas, Ativo Permanente, Disponibilidades, Fornecedores, Contas Correntes com os lançamentos para evitar omissão de receita de vendas ;
- Emitir as notificações devidas ;
- Lavrar o Termo de Encerramento da ação fiscal ;
- Efetuar diligência para verificação de notas fiscais, apuração de denúncias, concessão de inscrição estadual e informação em processos fiscais ;
- Inspeccionar livros dos Cartórios, fiscalizando o recolhimento do Imposto, sobre a Transmissão de Bens imóveis e de Direitos a eles relativos ;
- Inspeccionar e fiscalizar o recolhimento das taxas estaduais ;
- Apurar e proceder ao lançamento do Crédito Tributário inclusive com o ciente do notificado no que se refere aos débitos dos tributos acima identificados ;
- Atender consultas de caráter tributário e fiscal ;
- Desenvolver outras atividades relacionadas com a fiscalização.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA**

Nível Médio de Técnico em Contabilidade ou em Administração, inscrição no CRC/SC ou CRA/SC

**ANEXO I****DESCRIÇÃO DE CARGO**

GRUPO PROFISSIONAL : Atividades de Fiscalização SIGLA : AFI

CATEGORIA FUNCIONAL : Fiscal de Obras CÓDIGO : 01

NÍVEL : I a IV Classe 01 a 35 CARGA HORÁRIA SEMANAL : Quarenta

QUANTIDADE : 02 VENCIMENTO : R\$ 2.300,00

DESCRIÇÃO SUMÁRIA :Fiscalizar obras particulares e públicas verificando se respeitam a legislação vigente e permitem a concessão de habite-se

**DESCRIÇÃO DETALHADA :**

- Fiscalizar as edificações particulares, no que se refere a licenciamentos e execução dos projetos aprovados pela Prefeitura ;
- Embargar construções clandestinas, irregulares ou ilícitas, nos casos previstos pela legislação específica, autuando os responsáveis ;
- Orientar os particulares acerca das exigências que constem de leis e regulamentos sobre edificações particulares ;
- Lavrar autos de infração e tomar as providências corretivas que forem necessárias ;
- Informar sobre os processos relativos a construções particulares ;
- Zelar pela segurança e pelo bem-estar público, no que se refere a obras particulares, observando o material utilizado nas construções e suas especificações, bem como fiscalizar a colocação de andaimes e a descarga de materiais ;
- Realizar vistorias, tanto nas obras em execução quanto nas já concluídas, aguardando a concessão do habite-se, com o fim de verificar se estão de acordo com o projeto aprovado ;
- Zelar pela conservação das placas de denominação dos logradouros públicos ;
- Elaborar e submeter a chefia do órgão os relatórios da fiscalização realizada ;
- Colaborar com outros setores de fiscalização da municipalidade informando a existência de buracos nas ruas, vazamentos de água, terrenos baldios, esgotos pluviais entupidos e outras situações semelhantes, cuja correção compete a Prefeitura ;
- Colher elementos para atualização do Cadastro Urbanístico do Município.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA**

Nível Médio de Técnico em Edificações, inscrição no CREA/SC .

# Imbituba

## PREFEITURA

### EDITAL SEAGP Nº 048/2015

EDITAL SEAGP Nº 048/2015

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

#### RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado na Rua Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 15 de Abril a 15 de Maio de 2015, no horário das 13h às 19h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 15 de abril de 2015.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

EDITAL SEAGP Nº 048/2015

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Motorista

Roberto Francisco Pires Junior

### PORTARIA PMI/GGP Nº 226/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 226, de 13 de abril de 2015.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 01/2015, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Pedra da Rosa	Professora I – 20h	041.719.739-02	06/03/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 13 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

### PORTARIA PMI/GGP Nº 227/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 227, de 13 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Demissão de Engenheira Civil, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

#### RESOLVE:

Art.1º Demitir a pedido, a abaixo relacionada, admitida em 02 de julho de 2014, através do Concurso Público Edital - 01/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Demissão
Milena da Cunha Tavares Santos	Engenheira Civil 40h	012.959.517-97	13/04/2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 13 de abril de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Andreza Barcelos Carvalho

Gerente de Gestão de Pessoas

**PORTARIA PMI/GGP Nº 228/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 228, de 13 de abril de 2015.

Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimentos e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei nº 2.141, de 14 de maio de 2001, considerando ainda, o disposto no Processo Administrativo nº 4.612, de 25 de março de 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder a servidora, MARCELI BARBOSA MELO, inscrita no CPF sob o n.º 003.791.379-41, Servente Merendeira, matrícula n.º 4891, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 01 de abril de 2015, ficando impossibilitado qualquer contratação para suprir o presente afastamento.

Art. 2º Esta Portaria passa a vigorar na data de 01 de abril de 2015.

Imbituba, 13 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 229/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 229, de 14 de abril de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora QUERESDINA QUERINO SILVA, Professora I - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 520.781.679-91, admitida em 02 de março de 1998, contrato nº 459, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	06.04.2015 a 04.07.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/GGP Nº 230/2015**

PORTARIA PMI/GGP Nº 230, de 14 de abril de 2015.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora ELIETE MIRANDA DOS SANTOS, Técnica em Secretariado, inscrita no CPF sob o n.º 342.731.829-04, admitida em 01 de julho de 1977, contrato nº 137, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2010 a 2015	03.08.2015 a 31.10.2015

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**PORTARIA PMI/SEMUSA Nº 005, DE 14 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA PMI/SEMUSA Nº 005, de 14 de abril de 2015.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo da comissão de sindicância, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/SEMUSA nº 004, de 12 de março de 2015, para a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral, relatórios dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de abril de 2015.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha  
Controlador Geral do Município

### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015 (DEMUTRAN)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
DEMUTRAN  
PROCESSO Nº 07/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 29 de abril de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial com registro de preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela lei nº 8.666/93 e suas alterações, para possível aquisição de materiais de consumo, limpeza e higienização para uso da delegacia de polícia civil da comarca de Imbituba. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 15 de abril de 2015.  
Raphael Johann Giordani  
Delegado de Polícia

### **PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE REABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PROCESSO Nº 31/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

A Pregoeira Oficial do Município de Imbituba, torna público o fim da suspensão do processo licitatório nº 31/2015 cujo objeto é o aquisição de 02 (um) caminhões 4x2 (toco) para uso da secretaria municipal de agricultura, pesca e infraestrutura - SEAPI. A sessão pública para recebimento de envelopes do objeto já citado, se realizará em 29 de abril de 2015, às 14:00 horas na Diretoria de Licitações. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda a Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) - link Portal da Transparência.

Imbituba, 15 de abril de 2015.  
Dilson Petrassen Junior  
Pregoeiro Oficial

## **Indaial**

### **PREFEITURA**

#### **DECRETO Nº 1366/15**

. DECRETO Nº 1366/15  
. De 13 de abril de 2015  
Cancelamento de Restos a Pagar - Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPE-NHO	CREDOR	VALOR EMPENHA-DO	VALOR A CANCE-LAR	Nº NOTA FIS-CAL	MOTIVO
10575/2014	SCHULZ COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 9.493,12	R\$ 58,41	25576	ANULAÇÃO PARCIAL: EMPENHADO A MAIOR. VALOR NÃO UTILIZADO.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 13 de abril de 2015.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Portaria em 13 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

#### **DECRETO Nº 1364/15**

. DECRETO Nº 1364/15  
. De 13 de abril de 2015  
Cancelamento de Restos a Pagar - Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo



Município, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPE-NHO	CREDOR	VALOR EMPE-NHADO	VALOR A CANCELAR	Nº NOTA FISCAL	MOTIVO
1497/2014	COMERCIO E INDUSTRIA BREITHAUPT S/A	R\$ 60,75	R\$ 60,75	-	DESPESA NÃO EFETUADA.
8628/2014	ZEUS DO BRASIL LTDA	R\$ 548,10	R\$ 548,10	-	DESPESA NÃO EFETUADA.
9877/2014	MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 1.123,60	R\$ 1.123,60	-	DESPESA NÃO EFETUADA.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 13 de abril de 2015.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Portaria em 13 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1365/15

. DECRETO Nº 1365/15

. De 13 de abril de 2015

Cancelamento de Restos a Pagar - Município

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Município, não realizadas e/ou não pagas dentro do exercício de 2014, inscritas em restos a pagar, conforme segue:

Nº EMPE-NHO	CREDOR	VALOR EMPE-NHADO	VALOR A CANCELAR	Nº NOTA FISCAL	MOTIVO
8323/2014	INDAPREV – INST.APOS. PENS.SERV. PUBL.INDL.	R\$ 57,60	R\$ 57,60	-	DUPLICAÇÃO COM EMPENHO Nº 8325/2014 ORA JÁ PAGO.

Art. 2º - Após o cancelamento da Inscrição em Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado poderá ser atendido através da sua re-inscrição como despesas de exercício anterior.

Art. 3º - Prescreve em cinco anos da sua inscrição, o direito de reclamar os Restos a Pagar cancelados, nos termos do Decreto Federal nº 20.910/32.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Indaial, em 13 de abril de 2015.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Portaria em 13 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1367/15

. DECRETO Nº 1367/15

. De 13 de abril de 2015

Retifica Decreto 769/14/  
Rita de Cássia Vogel Simão

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no Anexo II da Lei Complementar 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado no Decreto 769/14 as atribuições da servidora RITA DE CÁSSIA VOGEL SIMÃO, ocupante do cargo de Contadora do Município de Indaial, que além das atribuições do cargo como responsável pela contabilidade do Fundo Municipal de Saúde, responderá pela Coordenação Financeira do PNAFM.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 13 de abril de 2015.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Portaria em 13 de abril de 2015)

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI  
Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1368/15

. DECRETO Nº 1368/15

. De 14 de abril de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDÁIAL, provenientes de Supravit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115, de 19 de dezembro de 2014.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDÁIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 29.017,52 (vinte e nove mil, dezessete reais e cinquenta e dois centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT do RH – FP FUNDO SAUDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381600	VSE - E.A.
	Valor: ( 12.000,00 )
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUT do RH – FP FUNDO SAUDE
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381200	ACS - E.A.
	Valor: ( 17.017,52 )

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de abril de 2015  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 14 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

## DECRETO Nº 1369/15

. DECRETO Nº 1369/15

. De 14 de abril de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115 de 19 de dezembro de 2014.  
DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 21.394,52 (vinte e um mil, trezentos e noventa e quatro reais e cinquenta e dois centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE

30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1445	AMPLIAÇÃO E REFORMAS EM UBS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03020000	SAUDE - E.A.
	Valor: ( 11.823,24 )
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1445	AMPLIAÇÃO E REFORMAS EM UBS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03335413	UNIÃO – REFORMAS UNIDADES ESF - E.A.
	Valor: ( 8.711,35 )
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1445	AMPLIAÇÃO E REFORMAS EM UBS
3449000000000000	APLICACOES DIRETAS
03335403	UNIÃO – REFORMAS UNIDADES - E.A.
	Valor: ( 859,93 )

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 14 de abril de 2015.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 14 e abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

## PROCESS LICITATÓRIO Nº 071/2015

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 071/2015.

Pregão Presencial nº 033/2015-10430

Com Registro de Preços.

Objeto: Contratação de transporte por ônibus, micro-ônibus e van.

Entrega dos envelopes: 29/04/2015 as 09:15h.

Abertura das propostas: 29/04/2015 as 09:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos  
Prefeito Municipal

**PROCESS LICITATÓRIO Nº 072/2015**

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Licitação nº 072/2015.

Pregão Presencial nº 034/2015-10430

Objeto: Contratação de link de internet, link de interconexão e plano de telefonia fixa.

Entrega dos envelopes: 29/04/2015 as 14:15h.

Abertura das propostas: 29/04/2015 as 14:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 037/2015**

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 037/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - GABINETE DO PREFEITO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.160.936/0001-91, com sede na rua Henrique Vigarani nº 90, bairro Barra do Rio, na cidade de Itajaí - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Jorge Goetten de Lima, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 439.279.989/15 e Cédula de Identidade nº 867.513, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e justificativa em anexo, a cláusula oitava, item 8.1.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação de terceirização para serviços continuados de serventes de limpeza e cozinheiro(a), conforme quantitativos e especificações, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA OITAVA: PRAZOS E DATAS**

8.1.1. Os serviços serão realizados a partir de 31/03/2015, tão somente para a Fundação Indaialense de Cultura Prefeito Victor Petters e a Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich. E, a partir de 09/03/2015 para as demais Secretarias desta Municipalidade.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 31 de março de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	SIM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA Jorge Goetten de Lima Contratada

SECRETARIA DE ADM. E FINANÇAS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
Márcio Antonio Ferrari Giovanne Huebes Nicolletti  
Secretário Municipal Secretária Municipal

SECRETARIA DE SANEAMENTO SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
E  
E MEIO AMBIENTE HABITAÇÃO  
Jânio Vilson de Aviz Paulo Roberto Ledra  
Secretário Municipal Secretário Municipal

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanne Huebes Nicolletti Secretária Municipal	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Enilson Erley Freitas Secretário Municipal
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Presidente Fundação	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Diretora Executiva

GABINETE DO PREFEITO PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
João Vicente Schroeder Tânia Lúcia Petters  
Gabinete OAB/SC nº 5.824  
Assessora Jurídica

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 269/2014**

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 269/2014

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrito no CNPJ sob nº 15.552.935/0001-05, situado à Rua Leoberto Leal, nº 191, Bairro Tapajós, Indaial/SC - CEP: 89.130-000, representado pelo Sr. Lindomar Lindner, Secretário da Assistência Social, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e o INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.645.482/0001-96, com sede à Rua Buenos Aires, nº 19, Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.070-021, neste ato representado por seu representante legal Sr. Paulo Timm, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF sob nº 457.512.429-04, RG sob nº 2/R 849.400, residente à Rua Negreiros Lobatto, nº 30, apto 104 - Bairro Lagoa, na cidade do Rio de Janeiro - Estado de Rio de Janeiro, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tendo em vista a homologação do resultado do Processo Licitatório nº 245/2014, Termo de Dispensa nº 002/2014 - 18201, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação de empresa para a realização da elaboração, aplicação e julgamento de processo seletivo simplificado para a seleção de profissionais na área de Educador de Abrigo, com os critérios constantes na proposta de preços e plano de trabalho da Contratada, com previsão de 200 (duzentos) candidatos, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PRAZOS**

5.1. O prazo será de 11 de abril de 2015 a 09 de junho de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Indaial (SC), 10 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL - IBAM Paulo Timm Contratada

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL  
Lindomar Lindner  
Secretário Municipal

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
Tânia Lúcia Petters  
OAB/SC 5.824  
Assessora Jurídica

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

**TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 198/2014**

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 198/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - GABINETE DO PREFEITO - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL - FUNDEC - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL - INDAPREV - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE INDAIAL - FASSPI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, IPM INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.258.027/0001-41, com sede na Avenida Trompowski, nº 354, 7º Andar, bairro Centro, na cidade de Florianópolis - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Aldo Luiz Mees, brasileiro, administrador, inscrito no CPF sob nº 292.867.519/15 e Cédula de Identidade nº 7R/865.793, residente na Rua Desembargador Arno Hoeschi, nº 361, Apto 1.301, bairro Centro, na cidade de Florianópolis - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto o fornecimento de licença de uso em caráter permanente de software de gestão, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**



5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015, e as respectivas para os exercícios seguintes:

- 04.01.004.126.004.2062.339039080000.01000000 - Recurso Próprio
- 04.01.004.126.004.2062.339039940000.01000000 - Recurso Próprio
- 04.01.004.128.004.2070.339039480000.01000000 - Recurso Próprio
- 04.01.004.128.004.2070.339039480000.01830004 - PNAFM
- 04.02.004.129.004.2067.339039080000.01000000 - Recurso Próprio
- 04.02.004.129.004.2067.339039940000.01000000 - Recurso Próprio
- 30.01.010.301.030.2441.339039080000.01020000 - Recurso Próprio - Saúde
- 30.01.010.301.030.2441.339039940000.01020000 - Recurso Próprio - Saúde
- 30.01.010.301.030.2441.339039080000.01710900 - PAB Fixo
- 30.01.010.301.030.2441.339039940000.01710900 - PAB Fixo
- 31.01.008.244.031.2505.339039080000.01000000 - Recurso Próprio
- 31.01.008.244.031.2505.339039940000.01000000 - Recurso Próprio
- 33.01.008.331.033.2580.339039080000.01000000 - Recurso Próprio
- 33.01.008.331.033.2580.339039940000.01000000 - Recurso Próprio
- 40.01.027.812.040.2600.339039080000.01000000 - Recurso Próprio
- 40.01.027.812.040.2600.339039940000.01000000 - Recurso Próprio
- 41.01.013.391.041.2656.339039080000.01000000 - Recurso Próprio
- 41.01.013.391.041.2656.339039940000.01000000 - Recurso Próprio
- 50.01.009.272.050.2700.339039080000.01030000 - Recurso Próprio
- 50.01.009.272.050.2700.339039940000.01030000 - Recurso Próprio

\* 04.01.2062.33903908.01000000

\* 40.01.2600.33903908.01000000

\* 31.001.008.244.0031.2505.01000000

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 08 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	IPM INFORMÁTICA LTDA Aldo Luiz Mees Contratada
--	--

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antônio Ferrari Secretário Municipal	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovane Huebes Nicolletti Secretária Municipal
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal	SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal	SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Wilson Jânio de Aviz Secretário Municipal
GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe Gabinete	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL Enílson Erley de Freitas Secretário Municipal	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo
FUNDO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL Nivald Reichel	FUNDAÇÃO IDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wanser Ribeiro Diretora Executiva
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters OAB/SC nº 5.824 Assessora Jurídica	

Testemunhas:

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

#### **TERMO ADITIVO Nº 006 DO CONTRATO Nº 149/2012** TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 149/2012

Pelo presente Termo Aditivo de contrato de locação que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDAIAL - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito Municipal legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de Locatário, e, IMOBILIÁRIA HOJE



LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.323.838/0001-20, estabelecida à Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 120 - Bairro Centro, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. FERNANDA CAMPOS DO ROSÁRIO, brasileira, solteira, corretora de imóveis, inscrito no CPF sob nº 029.392.527-50, e RG nº 099596140, residente à Rua Rio de Janeiro, nº 646 - Bairro dos Estados, na cidade de Indaial/SC, doravante denominado simplesmente Locador, firmam o presente Termo Aditivo de contrato de locação de acordo com o Processo Licitatório nº 110/2012 sob a modalidade de Termo de Dispensa nº 013/2012-10430, e as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, as cláusulas segunda, terceira e vigésima terceira, do contrato original, que tem como objeto a locação do imóvel, sendo ele um galpão comercial situado terreno urbano, situado no ímpar da Rua Pomerode nº 185, Bairro Rio Morto, nesta cidade e comarca de Indaial, contendo à área de 223,04m<sup>2</sup>, edificando com um galpão de 182,24m<sup>2</sup>, sendo 13,60 frente por 13,40 fundos por 5 de altura, 1 banheiro social, piso para carga pesada, passam a vigorar da seguinte forma:

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo do presente contrato é de 25 de abril de 2015 a 25 de abril de 2016, podendo ser prorrogado de acordo com o artigo 57, IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

O preço contratado é de R\$1.913,49 (um mil, novecentos e treze reais e quarenta e nove centavos), ao mês.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas do presente contrato correrão, nos valores indicados, por conta da seguinte dotação orçamentária:

07.01.022.122.007.2140.339039100000.01000000

07.01.022.122.007.2170.3390.0100000

\* 02.009.0022.0122.0002.2800.3339.0100000

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato de locação em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e conhecimento tiveram.

Indaial (SC), 10 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Locatário	IMOBILIÁRIA HOJE LTDA Fernanda Campos do Rosário Locador
SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Marcelo Lanznaster Secretário Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNI- CÍPIO Tânia Lúcia Petters OAB/SC nº 5.824 Assessora Jurídica

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF.: \_\_\_\_\_

### CAMARA DE VEREADORES DE INDAIAL

#### ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015 - EDITAL DE PREGÃO 01/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 003/2015

EDITAL DE PREGÃO 001/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2015.

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e quinze, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.497.560/0001-20, com sede na Prefeitura Frederico Hardt, nº 148, Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Anderson Luz dos Santos, Presidente, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 003.628.699-01, CI nº 2.964.013-0 residente e domiciliado na Rua Germano Schroeder, nº 103, Apto. 201, Bairro do Sol, Município de Indaial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS - OGRP; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de FORNECEDOR, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria nº 16/2015 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo Licitatório nº 003/2015 - Edital de Pregão nº 001/2015, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

#### 1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

1.1. SUPERMERCADO FISTAROL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.953.067/0001-78, estabelecida à Rua Quintino Bocaiúva, nº 185 - Bairro Centro, no município de Apiúna - Estado de Santa Catarina - CEP: 89135-000.

1.2. PANIFICADORA MARYMARIA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.448.522/0001-08, estabelecida à Rua Dr. Blumenau, nº 58 - Bairro Centro, no município de Indaial - Estado de Santa Catarina - CEP 89130-000.

#### 2. DO OBJETO:

2.1. Constitui-se como objeto da presente Ata, o registro de preços para a aquisição de gêneros alimentícios, do Edital de Pregão nº 001/2015.

2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou reconicionados.

#### 3. VALORES REGISTRADOS:

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

## ITEM 2: ÁGUA MINERAL

## SUPERMERCADO FISTAROL LTDA

SUBITEM	QDADE	PRODUTO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	140 fardos	Água Mineral, SEM GÁS, garrafa descartável de 500ml (garrafa PET), fardo com 12 unidades – Validade de 6 meses	DA GUARDA	12,77	1.787,80
02	240 fardos	Água Mineral, COM GÁS, garrafa descartável de 500ml (garrafa PET), fardo com 12 unidades – Validade de 6 meses	DA GUARDA	14,95	3.588,00
03	144 unidades	Água mineral natural, potável, SEM GÁS, acondicionada em garrações retornáveis com capacidade para 20 litros, de propriedade da CONTRATA-DA – Validade de 6 meses.	RIO DO OURO	8,95	1.288,80
04	4000 unidades	Caixa de suco processado sabores laranja, uva e pêssgo – embalagens de 200 ml.- - validade de 6 meses	MAGUARY	2,01	8.040,00
05	3500 unidades	Achocolatado pequeno – embalagens de 200 ml – Validade de 6 meses	PIRA KIDS	1,37	4.795,00
TOTAL FORNECEDOR					19.499,60

## ITEM 3: ALIMENTOS DE PANIFICADORA

## PANIFICADORA MARYMARIA LTDA ME

SUBITEM	QDADE	PRODUTO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	60 Unidades	Bolo de Cenoura com cobertura. – 16 x 20 com peso mínimo de 520g.		17,51	1.050,60
02	100 Unidades	Bolo tipo nega maluca, com recheio e cobertura, medindo 17 x 23 cm, peso mínimo de 800g.		19,53	1.953,00
03	500 Unidades	Sanduíche de picles: duas fatias de pão, medindo 12 x 10 cm, com picles (contendo presunto, queijo, pepino e maionese). Peso mínimo de 120 gramas.		2,31	1.155,00
04	500 Unidades	Sanduíche de presunto e queijo: Duas fatias de pão com margarina, queijo prato ou mussarela e presunto, peso mínimo de 120 gramas, com comprimento de 12 centímetros e 10 centímetros de largura. Tipo do pão caseiro: aipim, batata, trigo, leite ou fubá.		2,21	1.105,00
05	500 Unidades	Cachorro quente: pão francês de 50 gramas, chucrute, molho de tomate e salsicha.		2,75	1.375,00
06	1500 Unidades	Sonho, tamanho pequeno de aproximadamente 05 cm de diâmetro; creme, doce de leite, chocolate. Peso 50 gramas.		1,23	1.845,00
07	1500 Unidades	Croissant doce e salgado, medindo 05 cm e peso aproximado de 30 gramas.		0,99	1.485,00
08	1500 Unidades	Salg0,95adinho tipo pão de queijo, de aproximadamente 05 cm de diâmetro, peso mínimo 35 gramas.		0,79	1.185,00
09	1500 Unidades	Doguiño: massa folhada e salsicha, peso aproximado de 40 gramas.		0,95	1.425,00

10	1500 Unidades	Mini hambúrguer: pão, carne, queijo, alface e requeijão, medindo 05 cm.		1,14	1.710,00
11	1500 Unidades	Mini empada: frango, carne e calabresa, pesando mínimo 70 gramas.		1,31	1.965,00
12	1500 Unidades	Mini baguete recheada, no forno: pizza, frango, calabresa e carne, peso mínimo 50 gramas.		1,51	2.265,00
13	1500 Unidades	Pão de queijo: polvilho doce, sal, leite ovos, queijo minas meia cura ralado, peso mínimo 35 gramas.		0,78	1.170,00
14	500 Unidades	Pão francês, com sal, 50g, com margarina, queijo e presunto.		2,22	1.110,00
TOTAL FORNECEDOR					20.798,60

3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

#### 4. REAJUSTE DE PREÇOS:

4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.

4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

#### 5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.

5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.

5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.

5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.

5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

#### 6. FISCALIZAÇÃO:

6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.

6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

#### 7. PRAZO DE VALIDADE:

7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

#### 8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:

8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no

endereço constante no edital.

8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;

8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;

8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;

8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;

8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.

8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 001/2015 - Edital de Pregão nº 001/2015.

#### 9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:

9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.

9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.

9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.

9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

#### 10. SANÇÕES:

10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.

10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:

a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;

b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;

c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;

d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por

acumulação de 03 (três) advertências;

e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;

f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;

g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com a Câmara Municipal de Indaial, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;

b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Câmara em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

#### 11. RESCISÃO DA ATA:

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

a) descumprir as condições da ata de registro de preços;

b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Câmara, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7o da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

#### 12. DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Câmara Municipal de Indaial a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

### 13. FORO:

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

### 14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Portaria da Câmara nº 16/2015.

### 15. AS PARTES:

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 19 de março de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL Anderson Luz dos Santos Presidente	SUPERMERCADO FISTAROL LTDA Moacir Antônio Fistarol Sócio Administrador
	PANIFICADORA MARYMARIA LTDA EPP Adriano de Souza Representante Legal

### Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

## Iomerê

### PREFEITURA

#### DECRETO 1603/2015

DECRETO Nº. 1603 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 792/2014 de 27 de novembro de 2014, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 792/2014 de 27 de novembro de 2014.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 245.849,00 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e quarenta e nove reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
1006 Pavimentação de Estradas, Ruas e Passeios  
44900000 Aplicações Diretas  
1134.00 Transferência de Convênios - União / Outros  
R\$ 245.849,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do provável Excesso de arrecadação do exercício corrente pelo convênio com o Ministério das Cidades representado pela Caixa Econômica Federal, destinado para o Recapeamento de Vias Urbanas do Município de Iomerê.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 13 de abril de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças



# Ipumirim

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº.242/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2.015.** CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA A PEDIDO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

#### CONCEDE

A MARIA SALETE CRISTANI, matrículas 647-5 Licença Prêmio de 30 dias, relativa ao período aquisitivo de 2009 a 2014 e gozo de 14/04/2015 a 14/05/2015.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 14 de Abril de 2015.

Ipumirim - SC, 14 de Abril de 2.015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito Municipal.

### **PORTARIA Nº. 241/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2015.** CONCEDE FERIAS A SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

#### CONCEDE:

A JULIE REGINATO, matrícula 1638-1, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014 e gozo de 15/04/2015 a 04/05/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15/04/2015.

Ipumirim - SC, 14 de abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

### **PORTARIA Nº. 244/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2015.** ALTERA CARGA HORARIA DA PORTARIA 220/2015 DE MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002.

#### A L T E R A

Fica alterada a carga horária da portaria 220/2015 de ANGELA MARIA DEMARCO FIORENTIN, sob a Matrícula 2378-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.757.438-0 e do CPF 707.652.609-30, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora para reforço Escolar, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, passando de 30 horas semanais para 40 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Claudino Locatelli, para o período de 14/04/2015 a 14/12/2015. Ou até o preenchimento da vaga por Concurso Público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeito retroativo a partir de 14/04/2015.

Ipumirim - SC, 14 de Abril de 2015.

VALDIR ZANELLA

Prefeito.

### **PORTARIA Nº. 245/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2015.** CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A","B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 003/2015  
CONTRATA

SOLANGE LAZAROTTO CASON, sob a Matrícula 2421-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.463.399 e do CPF 892.482.959-91, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial Nível 20, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 14/04/2015 a 30/12/2015. Ou até o preenchimento da vaga por Concurso Público.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 14/04/2015.

Ipumirim - SC, 14 de abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº.243/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2.015**  
ALTERA CARGA HORARIA DE MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL NO NEM PROFESSOR CLAUDINO LOCATELLI E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº. 072 de 16 de Dezembro de 2009.

**ALTERA CARGA HORARIA**

Fica alterada a carga horária que nomeia a senhora CAROLINE BIFFI, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade nº. 3.186.020 e CPF sob o nº. 044.190.599-40, residente e domiciliada nesta cidade de Ipumirim - SC, no cargo de provimento efetivo de PROFESSORA - CIENCIAS - CATEGORIA ENSINO SUPERIOR, de 20 horas semanais para 40 horas semanais e designa para atuar como professora substituta para afastamentos legais - Constante do Anexo I, quadro de pessoal dos membros do magistério publico municipal, auferindo os vencimentos previstos no nível inicial do anexo III, categoria - Ensino Superior da Lei Complementar nº 003/2002.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 14 de Abril de 2015.

Ipumirim - SC, 02 de Fevereiro de 2.015.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito

## Irineópolis

### PREFEITURA

#### **EXTRATO CONTRATO 02/2015 HMBJ - RETIFICADO**

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

MUNICIPIO DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 02/2015

RETIFICADO

Contratante: Hospital Municipal Bom Jesus

Contratado: Alberto Aurelio Posenatto

Objeto: Prestação de serviços de Responsabilidade Técnica como Diretor Clínico do Hospital Municipal Bom Jesus. Parágrafo Primeiro - Este contrato se faz necessário, pois a instituição precisa de um representante legal, para o devido funcionamento. Parágrafo Segundo - O contratado deverá Prestar Assistência Médica, representar o corpo clínico da Instituição, intermediar o corpo clínico e a Direção Administrativa, assessorar em assuntos técnicos.

Valor: R\$ R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Vigência: 08/04/2015 a 31/08/2015

Base Legal - Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso X

Wianey de Cassia O. G. Teles dos Santos  
Presidente

#### **EXTRATO DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATORIO Nº 19/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2015

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, através da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Ex.mo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 24, inciso XIII - "na contratação de instituição brasileira incumbida regional ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável e não tenha fins lucrativos", declaram a dispensa de licitação, para a Contratação de empresa com o objetivo de oportunizar a geração de ocupações produtivas e agregação de renda aos participantes do projeto e melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sócio econômico regional. A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo, sendo que em relação ao preço, o mesmo se apresenta compatível com o mercado. Nos termos do art. 109, da Lei n.º 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso ou representação.

Irineópolis (SC), 13 de abril de 2015.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**EXTRATO DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL Nº 19/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 19/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2015

DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Objeto: execução do projeto UAC - desenvolvimento econômico territorial - região meio oeste catarinense, compreendendo as seguintes ações:

Ação I - consultoria - diagnostico empresarial;

Ação II - capacitação e consultoria empresarial;

Ação III - consultoria tecnológica;

Ação IV - estratégia de mercado - mostra gastronômica;

Ação V - acesso à mercado - missão empresarial/visita técnica;

Ação VI - consultoria de apoio à implementação das ações.

Aprovo a justificativa, constante do procedimento administrativo em epígrafe, nos termos do art. 24, XIII, da Lei 8.666/93, declarando a dispensa de licitação para a contratação de empresa para Execução do Projeto UAC - Desenvolvimento Econômico Territorial - Região Meio Oeste Catarinense.

O preço se apresenta compatível com o mercado. Cumpra-se.

Irineópolis (SC), 13 de abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**EXTRATO JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 19/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2015

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Caracterização da Situação: O Município de Irineópolis, com este projeto tem o objetivo de oportunizar a geração de ocupações produtivas e agregação de renda aos participantes do projeto e melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sócio econômico regional. Descrição do Objeto e preço: EXECUÇÃO DO PROJETO UAC - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO TERRITORIAL - REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE, COMPREENDENDO AS SEGUINTE AÇÕES:

AÇÃO I - CONSULTORIA - DIAGNOSTICO EMPRESARIAL;

AÇÃO II - CAPACITAÇÃO E CONSULTORIA EMPRESARIAL;

AÇÃO III - CONSULTORIA TECNOLÓGICA;

AÇÃO IV - ESTRATÉGIA DE MERCADO - MOSTRA GASTRONÔMICA;

AÇÃO V - ACESSO À MERCADO - MISSÃO EMPRESARIAL/VISITA TÉCNICA;

AÇÃO VI - CONSULTORIA DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES.

O valor a ser pago a empresa contratada no total de 09 parcelas, de R\$ 2.496,00 (Dois mil quatrocentos e noventa e seis reais) mensais, perfazendo um total de R\$ 22.464,00 (vinte e dois mil quatrocentos e sessenta e quatro reais). O pagamento das parcelas será efetuado até o dia 30 de cada mês, fixando o primeiro pagamento em 30/05/2015 e o último pagamento em 30/01/2016. Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre esta empresa, por já prestar serviços de aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte, se enquadrando no objeto descrito. Dotação orçamentária: Projeto Atividade - 2002 - Manutenção da Secretaria da Administração - 3.3.90.00.00.00.00.0100 (07) - Aplicações Diretas. Da Justificativa: A presente dispensa encontra respaldo no art. 24, XIII, da Lei 8.666/93. É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência.

Irineópolis, 13 de abril de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**PORTARIA N.º 123/2015**

PORTARIA N.º 123/2015.

HOMOLOGA RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO EDITAL N.º 005/2014/SME E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 I e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1º - HOMOLOGAR o resultado da Chamada Pública da Secretaria Municipal da Educação Edital nº 005/2014, com sua respectiva classificação final, conforme anexo único, parte integrante deste ato.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

ANEXO ÚNICO - PORTARIA Nº 123/2015.

EDITAL 06/2015/SME

A Secretária Municipal de Educação do município de Irineópolis, SC, conforme o Edital Nº 05/2015/SME, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital, o resultado final da Chamada Pública das vagas remanescentes do Edital nº 04/2014 para a contratação temporária de monitora de creche para atuar no ano de 2015.

**1. DO RESULTADO FINAL**

NOME	FORMAÇÃO	CARGO DE INSCRIÇÃO
1º - Carla Tatiane Karoleski	Pedagogia	Monitora de Creche
2º - Gislaine Aparecida Koderr Kracinski	Magistério, Cursando Pedagogia	Monitora de Creche
3º - Jéssica Caroline de Oliveira	Cursando Pedagogia	Monitora de Creche

**2. DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

2.1. O prazo para entrar com recurso será de 03 (três) dias após a publicação deste edital, sendo através de requerimento próprio, entregue junto a Secretaria Municipal de Educação.

2.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

2.3. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Irineópolis, SC, 12 de março de 2015.

Lillian Eliane Batschauer Ferreira

Secretária Municipal de Educação.

**PORTARIA N º 124/2015**

PORTARIA N º 124/2015.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013 e LC nº 056/2012 de 10/02/2012,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR CARLA TATIANE KAROLESKI REICHARDT nascida em 01/07/1983, portadora do CPF n º 049.173.199-00, RG. n º 3.791.270, SESP/SC, para no período de 23/03/2015 a 30/06/2015, exercer as atividades de Monitora de Creche (44h/sem), conforme Chamada Pública da Secretaria Municipal da Educação Edital n º 005/2015/SME, homologado e 01/04/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº 003/2015, para atuar no CEI Santo Antônio, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 23/03/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 125/2015**

PORTARIA N º 125/2015.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013 e LC nº 056/2012 de 10/02/2012,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR GISLAINE APARECIDA KODERER KRACINSKI, nascida em 19/11/1990, portadora do CPF n º 075.433.509-71, RG. n º 5.241.386, SESP/SC, para no período de 23/03/2015 a 17/07/2015, exercer as atividades de Monitora de Creche (44h/sem), conforme Chamada Pública da Secretaria Municipal da Educação Edital n º 005/2015/SME, homologado e 01/04/2015 e Contrato de Trabalho Temporário nº 004/2015, para atuar no CEI Nossa Senhora Aparecida, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 23/03/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 132/2015**

PORTARIA N º 132/2015.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e, amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso VI, letra "b" da Lei Complementar nº. 064/2013, de 26/02/2013,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR, LUCIANA ALVES DA SILVA, nascida em 18/12/1980, portadora do CPF n º 050.507.629-28, RG. n º 9.811.935-3 SESP/PR, para no período de 09/02/2015 a 18/12/2015, exercer as atividades de atividades de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo, Edital n º 03/2014, homologado em 17/11/2014 e Contrato de Trabalho Temporário nº 003/2015, para atuar no GE Zélia Miles, visando suprir necessidade temporária de excepcional interesse público.

Art. 2º - O contrato de trabalho temporário, mencionado no art. 1º, poderá ter seu encerramento antecipado, caso haja preenchimento da vaga por servidor efetivo, aprovado em concurso público.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 09/02/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 08 de Abril de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 133/2015**

PORTARIA N º 133/2014.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II - Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 16/05/2015, os efeitos da Portaria nº 045/2015 de 11/02/2015, que alterou da carga horária da servidora THAIS REGINA CHAVES para 40 h/sem, visando o desempenho em caráter temporário e excepcional, até a data acima mencionada, as atividades de Professora de Matemática ACT, em substituição a titular Edeltraut Passold Moreira, em gozo de férias regulamentares.

Art. 2º. Fica reduzida a carga horária da servidora para 30 h/sem a partir da data de 17/05/2015 até 17/07/2015 para atuação no Programa "Mais Educação" e para 20 h/sem a partir de 18/07/2015 até a data de 18/12/2015, objetivando a substituição do servidor efetivo Amilton de Souza, em exercício de Cargo Comissionado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de Abril de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA N º 134/2015**

PORTARIA N º. 134/2014.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES, A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e em conformidade com o disposto no art. 114 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art 1º - Prorrogar até a data de 21/04/2016, a Licença para Tratar de Assuntos Particulares (Licença não Remunerada), concedida ao servidor efetivo EDINILSON BRAND, através da Portaria n º 184/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência a partir de 22/04/2014.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de Abril de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA N º 135/2015**

PORTARIA Nº. 135/2015.

EXONERA SERVIDORA EFETIVA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os incisos VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art 1º - Exonerar a pedido na data de 24/04/2012, a servidora KÁTIA SCHEFFER, nascida em 30/11/1989, portadora do CPF n 070.820.319-12, RG. n º 5.219.343-8, SESP/SC, do cargo efetivo de Agente Sanitária (44h/sem), para o qual foi nomeada através da Portaria n º 104/2012 de 01/03/2012.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos .

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 01 de Abril de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### **PORTARIA N º 136/2015**

PORTARIA Nº 136/2015.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001 e amparado no que dispõe o Art. 2º, inciso IV e § 1º da Lei Complementar n º. 064/2013, de 26/02/2013 e LC n º 056/2012 de 10/02/2012,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR JÉSSICA CAROLINE DE OLIVEIRA, nascida em 28/08/1995, portadora do CPF n º 106.925.519-05 RG. n º 5.731.984, SESP/SC, para, a contar de 18/03/2015, exercer as atividades de Monitora de Creche (44h/sem), conforme aprovação em Teste Seletivo da Secretaria Municipal da Educação Edital n º 005/2014/SME, homologado e 01/04/2015 e Contrato de Trabalho Temporário n º 002/2015, para atuar no CEI Nossa Senhora Aparecida, em substituição a servidora Carla Figura, que se encontra em Atestado Médico, até o término do afastamento da servidora.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 18/03/2015.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Abril de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

#### **RESOLUÇÃO Nº 05/2015**

RESOLUÇÃO N º. 005/2015.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis cidadã WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no artigo 105, inciso VII da Lei Complementar n º 07/2001, de 15.10.2001,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR até a data de 30/06/2015, os efeitos da Resolução n º 020/2014 de 31/10/2014, com redação dada pela Portaria n º 022/2014 de 29/12/2014, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora MARISTELA KOCHAN, para atuar nas atividades de Técnica de Enfermagem (40 h/sem), visando o atendimento temporário e excepcional junto ao Hospital Municipal Bom Jesus.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis (SC), 01 de Abril de 2015.  
WIANEY DE CASSIA O. G. TELES DOS SANTOS  
Presidente.



**RESOLUÇÃO Nº 06/2015**

RESOLUÇÃO Nº 06/2015.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES A SERVIDOR EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001 e em conformidade com o disposto no art. 114 da LC 01/97, de 30/12/1997,

**RESOLVE:**

Art 1º - Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares (Licença não Remunerada), no período de 01/04/2015 a 31/03/2016, ao servidor efetivo RONALDO OLBERTZ.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de Abril de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 7-2015**

Portaria Nº 7/2015

A Presidente da Câmara de Vereadores de Irineópolis - SC, no uso de suas atribuições legais, determina o que segue:

Art. 1º - Estabelecer Ponto Facultativo no dia 20 de abril de 2015 (segunda-feira), no âmbito da Câmara Municipal de Irineópolis-SC.

Art. 2º - Ficam ressalvados do quanto disposto no art. 1º os serviços essenciais ao funcionamento desta Casa Legislativa, devendo os servidores lotados nas respectivas áreas, obedecerem ao escalonamento previamente estipulado pela Secretaria.

Art. 3º - Fica transferida para o dia 22 de abril 2015 a Sessão Ordinária que seria realizada no dia 20 de abril de 2015.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 14 de Abril de 2015.

Sandra Renate Piekarczywicz Maydl
-----------------------------------

Presidente da Mesa
--------------------

**HOSPITAL BOM JESUS****RESOLUÇÃO Nº 007/2015**

RESOLUÇÃO Nº 007/2015.

REFORMULA A COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA EQUIPE DE APOIO - PREGÃO PRESENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, Wianey de Cassia O. Godoy T. dos Santos, usando da competência que lhe confere com o que estabelece o inciso VII do Art. 105, da LC 007/2001, em conformidade com o Decreto nº 2346/2013, combinado com o artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, consolidada,

**RESOLVE :**

Art.1.º - Fica reformulada a nominata do Pregoeiro e da Equipe de Apoio para atuar em procedimentos licitatórios, realizados pelo Hospital Municipal Bom Jesus, na modalidade Pregão Presencial, ficando assim composta:

Pregoeiro:

Silvana Rodrigues da Silva

Membros da Equipe de Apoio:

Cristiane Kruger

Edinilson Brand

Art. 2.º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogados os termos da Resolução nº 013/2014 de 04/07/2014 e demais disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Hospital Municipal Bom Jesus, 14 de abril de 2015.

WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

**RESOLUÇÃO Nº 008/2015**

RESOLUÇÃO Nº 008/2015.

REFORMULA A COMPOSIÇÃO NOMINATIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, Wianey de Cássia Oliveira Godoy Teles dos Santos, usando da competência que lhe confere com o que estabelece o inciso VII do Art. 105, da LC 007/2001, em conformidade com o Decreto nº 2346/2013, combinado com o artigo 51, § 4º da Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, consolidada,

**RESOLVE,**

Art. 1º - Fica formulada a nominata da Comissão Permanente de Licitação, assim composta:

Presidente:

Edinilson Brand

Secretário:

Silvana Rodrigues da Silva

Membros:

Cristiane Kruger

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor, na data de sua publicação, revogados os termos da Resolução nº 002/2014 de 17 de fevereiro de 2014, bem como as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Hospital Municipal Bom Jesus, 14 de abril de 2015.  
WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS.  
Presidente HMBJ

### **RESOLUÇÃO Nº 009/2015**

RESOLUÇÃO Nº 009/2015

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO FUNCIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A Presidente do Hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, cidadã Wianey de Cassia O. Godoy T. dos Santos, usando de sua competência:

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear de acordo com o disposto na parágrafo único do artigo 1º da Lei Complementar nº 09/2002 de 02 de dezembro de 2002, Comissão para Avaliação de Desempenho Funcional, para aquisição de estabilidade, conforme preceitua o artigo 81, parágrafo 4º da Lei Complementar nº 07/2001, de 15/10/2001, que será composta pelos seguintes membros:

- I. Cristiane Kruger
- II. Maria Laura Binder Lima
- III. Solange Lech

Art. 2º - Na eventual vacância ou impedimento da participação do membro designado, o mesmo deverá ser representado por pessoa designada pelo responsável pelo serviço.

Art. 3º - A Comissão ora nomeada deverá reunir-se ordinariamente a cada 90 (noventa) dias e, extraordinariamente sempre que necessário, emitindo relatório a ser entregue ao Setor Administrativo, para a respectiva anotação, no que couber na ficha funcional com cópia ao funcionário avaliado.

Art. 4º - Os membros da Comissão indicarão entre seus membros, um Presidente e um Secretário, com o objetivo de serem coordenadores do processo.

Art. 5º - Será permitido à Comissão convocar servidor avaliado para apresentar considerações sobre procedimentos na avaliação, bem como, para permitir eventuais justificativas por parte do mesmo.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Irineópolis, 14 de abril de 2015.  
WIANEY DE CASSIA OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

## **Itaiópolis**

### **PREFEITURA**

#### **EXTRATO DO EDITAL - PR Nº 18/2015**

Processo Licitatório nº 24/2015 - Pregão Presencial nº 18/2015 - Objeto: registro de preços para contratação de empresa(s) para prestação de serviços de torno e solda, para a frota municipal. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 29 de abril de 2015, até as 08hs50min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 29 de abril de 2015, as 09:00 horas. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br). Itaiópolis, 14 de abril de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DO EDITAL - PR Nº 19/2015**

Processo Licitatório nº 25/2015 - Pregão Presencial nº 19/2015 - Objeto: registro de preços para contratação de empresa(s) para prestação de serviços de lavagem de veículos, caminhões e máquinas. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 29 de abril de 2015, até as 09hs30min. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 29 de abril de 2015, as 09hs40min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br). Itaiópolis, 14 de abril de 2015. José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

## Itapiranga

### PREFEITURA

#### PORTARIA Nº 90/2015

Portaria nº 90 de 14 de abril de 2015

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações e Decreto nº 61 de 13/4/2015;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 13 de abril de 2015, Enivaldo Barros matrícula nº 15088/01, para exercer as funções do cargo de provimento em comissão de Diretor da Procuradoria Jurídica do Município, com 40 horas semanais.

Art. 2º - O servidor municipal além dos vencimentos do cargo efetivo de Procurador Jurídico do Município receberá Função Gratificada, em conformidade com a Lei Complementar nº 002/2006 e alterações.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 14 de abril de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

## Itapoá

### PREFEITURA

#### DECRETO MUNICIPAL Nº 2433 EXONERA DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2433/2015

Data: 09 de abril de 2015

EXONERA DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA

Art. 1 Fica exonerada, a Sra. BERNADETTE SOARES SANCHES, do cargo de Diretora da Escola Municipal Ayrton Senna.

Art. 2 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 09 de abril de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

#### DECRETO MUNICIPAL Nº 2435 NOMEIA DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2435/2015

Data: 10 de abril de 2015

NOMEIA DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL AYRTON SENNA.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA

Art. 1 Fica nomeada, a Sra. APARECIDA GRANDINI JOSÉ, no cargo de Diretora da Escola Municipal Ayrton Senna.

Art. 2 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 10 de abril de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

#### DECRETO MUNICIPAL Nº 2436 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2436/2015

Data: 13 de abril de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 559/2014 - LOA 2015, e considerando CI/DO/22/2015, de 13 de abril de 2015,

#### DECRETA

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por superávit financeiro do exercício anterior, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$

53.292,41 (cinquenta e três mil duzentos e noventa e dois reais e quarenta e um centavos), conforme segue:  
Suplementações

17.00 FUNREBOM - FUNDO MUNIC CORPO DE BOMBEIROS  
17.01 Departamento do FUNREBOM  
00601820015.2139 Manutenção do FUNREBOM  
33390 Aplicações Diretas (467) DR 30025 .....  
..... R\$ 52.999,08  
33390 Aplicações Diretas (468) DR 30000 .....  
..... R\$ 293,33

Total das Suplementações .....  
..... R\$ 53.292,41

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC) 13 de abril de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
Prefeito Municipal

# **DECRETO MUNICIPAL Nº2431 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2431/2015

Data: 09 de abril de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso III da Lei Municipal nº 559/2014 - LOA 2015, e considerando CI/DO/20/2015, de 07 de abril de 2015,

## **DECRETA**

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por superávit financeiro do exercício anterior, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 1.015.117,93 (hum milhão e quinze mil cento e dezessete reais e noventa e três centavos), conforme segue:  
Suplementações

04.00 PROCURADORIA JURÍDICA  
04.01 Departamento Jurídico  
00200610017.2014 Honorários de Sucumbência  
33390 Aplicações Diretas (429) DR 30028 .....  
..... R\$ 26.300,78

05.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
05.01 Departamento de Administração  
00401220003.2015 Manutenção do Departamento de Administração  
34490 Aplicações Diretas (435) DR 38900 .....  
..... R\$ 1.708,05  
00401220003.2017 Convênio da Legislação do Trânsito  
33390 Aplicações Diretas (430) DR 31000 .....  
..... R\$ 10.799,00  
33390 Aplicações Diretas (431) DR 31100 .....  
..... R\$ 19.688,00  
33390 Aplicações Diretas (432) DR 31200 .....  
..... R\$ 36.892,00

10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA  
10.02 Fundo Municipal do Meio Ambiente  
01805410007.1023 Implantação de Parques Ecológicos

34490 Aplicações Diretas (433) DR 38001 .....  
..... R\$ 76.127,83  
01805410007.2056 Manutenção do FMMA  
33390 Aplicações Diretas (434) DR 33900 .....  
..... R\$ 150.653,00

11.00 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
11.03 Fundo Municipal de Saneamento Básico  
01705120010.2156 Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas  
33390 Aplicações Diretas (466) DR 30026 .....  
..... R\$ 163.355,72

12.00 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA  
12.01 Fundo Municipal da Infância e Adolescência  
00802430011.2089 Ação Direta com Crianças e Adolescentes  
33390 Aplicações Diretas (411) DR 30000 .....  
..... R\$ 10.363,00  
33390 Aplicações Diretas (412) DR 30900 .....  
..... R\$ 4.715,80

14.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
14.01 Fundo Municipal de Saúde  
01003010013.2112 Programa de Assistência Farmacêutica Básica  
33390 Aplicações Diretas (448) DR 66703 .....  
..... R\$ 67.936,40  
33390 Aplicações Diretas (449) DR 63811 .....  
..... R\$ 100.144,68

01003010013.2113 Manutenção das Unidades Básicas de Saúde da Família  
33390 Aplicações Diretas (439) DR 66701 .....  
..... R\$ 1.089,35  
33390 Aplicações Diretas (440) DR 63801 .....  
..... R\$ 4.182,15  
33390 Aplicações Diretas (441) DR 63802 .....  
..... R\$ 3.276,43  
33390 Aplicações Diretas (442) DR 63803 .....  
..... R\$ 8.621,98  
33390 Aplicações Diretas (443) DR 63805 .....  
..... R\$ 9.948,24  
33390 Aplicações Diretas (444) DR 63806 .....  
..... R\$ 6.001,73  
33390 Aplicações Diretas (465) DR 63800 .....  
..... R\$ 50,00  
34490 Aplicações Diretas (446) DR 63805 .....  
..... R\$ 15.000,00  
34490 Aplicações Diretas (447) DR 63806 .....  
..... R\$ 42.023,04  
01003010013.2114 Manutenção do Centro de Reabilitação  
33390 Aplicações Diretas (450) DR 66702 .....  
..... R\$ 2.454,13  
01003010013.2115 Manutenção do PA 24 Horas  
33390 Aplicações Diretas (451) DR 63890 .....  
..... R\$ 509,41  
33390 Aplicações Diretas (452) DR 63807 .....  
..... R\$ 16.293,90  
34490 Aplicações Diretas (453) DR 63808 .....  
..... R\$ 38.564,53  
33390 Aplicações Diretas (454) DR 66702 .....  
..... R\$ 23.050,51  
34490 Aplicações Diretas (455) DR 63814 .....  
..... R\$ 1.202,29  
01003010013.2118 Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
34490 Aplicações Diretas (438) DR 38800 .....  
..... R\$ 574,24  
34490 Aplicações Diretas (456) DR 63813 .....  
..... R\$ 3.831,22  
33390 Aplicações Diretas (458) DR 63813 .....



..... R\$ 40.724,62  
 01003050013.2119 Manutenção da Vigilância Epidemiológica  
 34490 Aplicações Diretas (459) DR 63809 .....  
 ..... R\$ 10.302,31  
 34490 Aplicações Diretas (460) DR 63810 .....  
 ..... R\$ 51.625,49  
 33390 Aplicações Diretas (461) DR 63812 .....  
 ..... R\$ 26.315,00  
 01003040013.2120 Manutenção da Vigilância Sanitária  
 33390 Aplicações Diretas (436) DR 30202 .....  
 ..... R\$ 23.744,62  
 33390 Aplicações Diretas (462) DR 63891 .....  
 ..... R\$ 589,96  
 33390 Aplicações Diretas (463) DR 63810 .....  
 ..... R\$ 9.361,72  
 01003010013.2142 Folha de Pagamento do FMS  
 33190 Aplicações Diretas (464) DR 63804 .....  
 ..... R\$ 7.096,80

Total das Suplementações .....  
 ..... R\$ 1.015.117,93

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC) 09 de abril de 2015.  
 SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
 Prefeito Municipal

# **DECRETO MUNICIPAL Nº2432 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.**

DECRETO MUNICIPAL Nº 2432/2015

Data: 09 de abril de 2015.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES POR ANULAÇÕES DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 6º, inciso I da Lei Municipal nº 559/2014 - LOA 2015, e considerando CI/DO/21/2015, de 09 de abril de 2015,

## **DECRETA**

Art.1º Abre-se no Orçamento Municipal créditos adicionais suplementares por anulações de dotações dentro da mesma funcional programática, nas seguintes rubricas orçamentárias, perfazendo o montante de R\$ 39.600,00 (Trinta e nove mil e seiscentos reais), conforme segue:

## **Suplementações**

10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA  
 10.02 Fundo Municipal do Meio Ambiente  
 01805410007.2056 Manutenção do FMMA  
 33390 Aplicações Diretas (92) DR 10000 .....  
 ..... R\$ 24.700,00  
 01805410007.2065 Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental  
 33390 Aplicações Diretas (99) DR 10000 .....  
 ..... R\$ 14.900,00  
 Total das Suplementações .....  
 ..... R\$ 39.600,00

## **Anulações**

10.00 SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA  
 10.02 Fundo Municipal do Meio Ambiente  
 01805410007.2056 Manutenção do FMMA

34490 Aplicações Diretas (179) DR 10000 .....  
 ..... R\$ 24.700,00  
 01805410007.2065 Monitoramento e Controle da Qualidade Ambiental  
 34490 Aplicações Diretas (184) DR 10000 .....  
 ..... R\$ 14.900,00  
 Total das Anulações .....  
 ..... R\$ 39.600,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 09 de abril de 2015.  
 SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
 Prefeito Municipal

## **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2015

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratada: BELA VISTA PAPELARIA EIRELI ME, com sede á Rua João José Schmitz, nº 258, Bela Vista, Gaspar/SC, CEP: 89.110-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.234.578/0001-30, Inscrição Estadual: 257.206.116, representada neste ato por sócia, a Sra. CARLA BECHER, portadora do CNPF/MF nº 051.278.869-36 e do CI.RG nº 4.635.883-8 SSP/SC.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2015 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2015 - PROCESSO Nº 14/2015.

Objeto: Aquisição de 8.000 camisetas tipo uniforme escolar para distribuição aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR R\$: 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 13/04/2015.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 14 de abril de 2015.

Sérgio Ferreira de Aguiar  
 PREFEITO MUNICIPAL

## **TERMO ADITIVO N.º25/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 60/2014 (1º ADITIVO).**

TERMO ADITIVO N.º25/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 60/2014 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e a empresa ZELI ODETE DA SILVA-ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº 19.232.159/0001-60 e Inscrição Estadual: 257205497, com sede à Rodovia BR 280, nº 10750, Centro, CEP: 89.245-000, na cidade de Araquari/SC, representada neste ato por representante legal, o Sr. EDENIR DE AQUINO RODRIGUES, portadora do CNPF/MF nº 891.623.079-91 e do CI.RG nº 3.137.111 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Aquisição de material de



limpeza para uso na Secretaria de Educação, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme especificações do Anexo V do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade PREGÃO N.º47/2014 - PROCESSO Nº85/2014 - REGISTRO DE PREÇO Nº20/2014 de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

O presente aditivo totaliza o valor de R\$ 4.152,00 (quatro mil cento e cinquenta e dois reais) o qual corresponde a 24,98194945848375% do valor total da respectiva ata de registro de preço.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação, em caráter de complementação, conforme abaixo descrito:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Água sanitária	Galão 5 litros	GIRANDO O SOL	375	R\$ 3,50	R\$ 1312,50
11	Desengordurante alcalino para cozinhas. Diluição mínima 1:3.	Galões de 5L	UNOTEX	1	R\$ 6,00	R\$ 6,00
12	Desinfetante para banheiro. Contendo germicida e bactericida, essência floral de permanência prolongada.	Galões 5L	LIRIO DO CAMPO	200	R\$ 5,18	R\$ 1036,00
21	Limpa vidros a base de detergentes e solventes de alto rendimento e secagem rápida.	Galões 5L	LIRIO DO CAMPO	20	R\$ 7,70	R\$ 154,00
35	Papel higiênico branco, rolo com 30 metros, folhas simples.	Fardos c/ 64 unidades	MALTES	95	R\$ 17,30	R\$ 1.643,50
TOTAL GERAL						R\$ 4.152,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço n.º 60/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço n.º 60/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 14 de abril de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR MUNICÍPIO DE ITAPOÁ PREFEITO MUNICIPAL	ZELI ODETE DA SILVA-ME EDENIR DE AQUINO RODRIGUES
TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	
TESTEMUNHAS:	
NOME: CNPJ/MF:	NOME: CNPJ/MF:

#### TERMO ADITIVO N.º26/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 62/2014 (1º ADITIVO).

TERMO ADITIVO N.º26/2014 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 62/2014 (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representada pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPJ/MF nº 355.669.909-59 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPJ/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e a empresa MARCELO JACOB ME com sede à Rua Frei Gaspar Madre de Deus, nº 140, Bairro: Portão, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 81.070-090, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 11.774.132/0001-97, e Inscrição Estadual n.º 90515462-18, representada neste ato por sócio administrador, o Sr. MARCELO JACOB, portador do CNPJ/MF nº 026.131.759-82, e do CI.RG nº 6.758.981-5 SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo a Aquisição de material de limpeza para uso na Secretaria de Educação, Centro de Preparação da Alimentação Escolar e Escolas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme especificações do Anexo V do Edital, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório

na modalidade PREGÃO N.º47/2014 - PROCESSO Nº85/2014 - REGISTRO DE PREÇO Nº20/2014 de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO

O presente aditivo totaliza o valor de R\$ 6.973,71 (seis mil novecentos e setenta e três reais e um centavo) o qual corresponde a 24,67198760334964% do valor total da respectiva ata de registro de preço.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente termo acresce ao objeto da licitação, em caráter de complementação, conforme abaixo descrito:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	Borrifador plástico 300 ml a 500 ml com gatilho.	Unidade	PLASUTIL	10	R\$ 3,15	R\$ 31,50
10	Copos plásticos descartáveis, padrão ABNT. Capacidade para 180 ml.	Cx c/ 2500 unidades	HIPERCOPOS	6	R\$ 55,00	R\$ 330,00
13	Detergente de louça. Contendo obrigatoriamente tensoativo aniônico, derivados de isotiazolinonas, tensoativo biodegradável, com princípio ativo linear alquil benzeno sulfonato de sódio, além de outros ingredientes. Isento de formaldeído em sua formulação.	Caixas c/ 24 unidades	LILY	62	R\$ 20,45	R\$ 1.267,90
14	Escova para limpeza de vaso sanitário, com cabo e cerdas plásticas.	Unidade	ARQPLAST	7	R\$ 3,09	R\$ 21,63
15	Escova plástica para uso geral, com base retangular, medindo aproximadamente 12x05 cm (comprimento x largura), c/ cabo anatômico e cerdas com tamanho mínimo de 3 cm.	Unidade	PEROVINHA	7	R\$ 2,25	R\$ 15,75
18	Fósforo extra longo, em caixa com 50 unidades.	Caixa	FIAT	50	R\$ 1,90	R\$ 95,00
24	Luva de látex para procedimento tamanho G	Cx c/ 50 pares	VOLK	5	R\$ 13,99	R\$ 69,95
25	Luva de látex para procedimento tamanho M	Cx c/ 50 pares	VOLK	62	R\$ 13,99	R\$ 867,38
26	Luva de látex para procedimento tamanho P	Cx c/ 50 pares	VOLK	25	R\$ 13,99	R\$ 349,75
27	Luvras de borracha G	Par	VOLK	5	R\$ 1,85	R\$ 9,25
28	Luvras de borracha M cor laranja	Par	VOLK	25	R\$ 1,85	R\$ 46,25
29	Luvras de borracha P cor laranja	Par	VOLK	12	R\$ 1,85	R\$ 22,20
30	Pá de lixo grande, de plástico, com cabo comprido medindo cerca de 1m.	Unidade	PEROVINHA	12	R\$ 3,30	R\$ 36,60
31	Pano de chão alvejado (branco), duplo, tipo saco, sendo um dos lados aberto. Medindo 65 x 60 cm, de composição de algodão.	Unidade	MARTINS	125	R\$ 1,82	R\$ 227,50
32	Pano de chão, duplo, tipo saco, sendo um dos lados aberto. Medindo 65 x 60 cm, confeccionado a partir de retalhos de tecido tipo toalha, de composição predominantemente de algodão.	Unidade	MARTINS	175	R\$ 3,90	R\$ 682,50
33	Pano Multiuso rolo 300m por 33 cm na cor verde. Composição da trama Poliéster e Viscose.	Unidade	NOBRE	1	R\$ 107,50	R\$ 107,50
34	Pano para limpeza, 95% algodão e 5% poliéster. Tamanho de 30 x 40 cm. Confeccionado a partir de retalhos de tecido tipo toalha.	Pacotes c/ 3 unidades	MARTINS	100	R\$ 3,29	R\$ 329,00
36	Rodo de madeira, com 20 cm de comprimento, 6 cm de largura e 4 cm de espessura, com cabo. Base de espuma.	Unidades	PEROVINHA	25	R\$ 3,50	R\$ 87,50
37	Rodo em plástico, com uma borracha, comprimento entre 50 e 80 cm. Cabo em plástico.	Unidades	PEROVINHA	15	R\$ 6,25	R\$ 93,75
40	Sabonete líquido bactericida para desinfecção de mãos com agente antimicrobiano triclosan 0,5%. Embalagem refil 800 ml.	Unidade com 800ml	BELPLUS	3	R\$ 4,00	R\$ 12,00
42	Saco plástico para coleta de amostra de alimentos c/ tarja, medindo 13x28x0,08cm, pacote c/ 1000 unidades	Pacotes c/ 1000 unid	PLASTICK	1	R\$ 50,00	R\$ 50,00
43	Saco de lixo para 100 lt ou 5 kg, reforçado, cor preto.	Unidade	NEKPLAST	3000	R\$ 0,26	R\$ 780,00
49	Touca descartável branca para uso em cozinhas.	Pacotes c/100 un.	PACPEL	25	R\$ 7,82	R\$ 195,50
50	Vassoura nylon Veneza com cabo, tipo ou similar Condor.	Unidade	PEROVINHA	32	R\$ 3,25	R\$ 104,00
51	Vassoura palha c/ cabo.	Unidade	COLOMBINA	100	R\$ 10,39	R\$ 1039,00
52	Vassourão de 40 cm, com cabo, cepa plástica	Unidade	PEROVINHA	15	R\$ 6,62	R\$ 99,30

TOTAL GERAL

R\$ 6.973,71

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço n.º 62/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo a Ata de Registro de Preço n.º 62/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 14 de abril de 2015.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
PREFEITO MUNICIPAL

MARCELO JACOB ME  
MARCELO JACOB

TEREZINHA FÁVARO DA SILVEIRA  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

TESTEMUNHAS:

NOME:  
CPF/MF:

NOME:  
CPF/MF:

# Joaçaba

## PREFEITURA

### 238/2015 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 238/2015/PMJ  
PL 17/2015/PMJ - PP 08/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: APPORTI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELI - ME.

OBJETO: o fornecimento pela CONTRATADA de licença de uso dos Sistemas descritos na cláusula quarta deste instrumento, para a Administração Municipal de Joaçaba, SC, incluindo os serviços de instalação, ajustes de funcionalidades, consultoria, treinamento, suporte operacional, atualizações legais e tecnológicas, necessários ao perfeito funcionamento da solução contratada, conforme condições e especificações estabelecidas no Edital e seus anexos. VALOR CONTRATADO: R\$ 187.800,00 (cento e oitenta e sete mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.028 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

52 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

2.033 - MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO

7 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

2.045 - MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

46 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

2.020 - MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

236 - 3 - 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 - Aplicações Diretas

FISCAL CONTRATO: ROBERTO MINATI e EULO ANTONIO BALVEDI  
DATA DE ASSINATURA: 08/04/2015.

Luiz Vastres

Prefeito em Exercício

### AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO 3/2015/PMJ

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2015/PMJ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2015/PMJ

#### 1 - DO OBJETO

Contratação da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, para a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural no Município de Joaçaba, SC, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho 2015 - PAT, Anexo I deste processo.

#### 2 - DA JUSTIFICATIVA

A dispensa de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se pela relevância dos serviços a serem prestados pela empresa contratada, os quais suprem a necessidade de suporte operacional para que a Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação do Município incremente suas atividades visando o pleno desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício de toda a sociedade.

Ressalta-se ainda que a empresa contratada, no que tange ao nível tático-operacional, delega às gerências regionais, além de

outras competências, a articulação e suporte intrarregional, a participação nos planos municipais de desenvolvimento rural e na articulação local.

#### 3 - DA EMPRESA CONTRATADA

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0034-20, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 172, centro, do Município de Joaçaba (SC).

#### 4 - DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 16.100,00 (dezesesseis mil e cem reais) para a execução dos serviços, sendo que o mesmo deverá ser pago de forma parcelada, conforme estabelecido no contrato.

#### 5 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso VIII.

#### 6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

2.044 - MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

171 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 13 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E INOVAÇÃO JORGE RONALDO POHL - Secretário

### EXTRATO CONTRATO 239/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 239/2015/PMJ

PL 26/2015/PMJ - TP 5/2015/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA

OBJETO: Prestação, pela CONTRATADA, dos serviços, com o fornecimento dos materiais necessários, destinados à implantação, readequação e manutenção da sinalização viária (vertical e horizontal), nas vias urbanas do Município de Joaçaba (SC).

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 150.055,00 (cento e cinquenta mil e cinquenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

2.036 - MANUTENÇÃO DO TRÂNSITO - PREFEITURA

113 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas

115 - 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.0 - Aplicações Diretas

FISCAL CONTRATO: Hamilton Wolf Junior.

DATA DE ASSINATURA: 13/04/2015.

VENILTON ROGÉRIO TELES

Secretário de Infraestrutura

**HOMOLOGAÇÃO PL 17/2015 PP 08/2015 PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015/PMJ

O Prefeito em Exercício de Joaçaba, Sr. Luiz Vastres, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 17/2015/PMJ.

- Modalidade: PP 08/2015/PMJ.

Objeto: Contratação de pessoa(s) jurídica(s) especializada(s) para fornecer licença(s) de uso de sistemas de Gestão Fiscal e Controle Interno e/ou de IAD - Indicadores de Avaliação de Desempenho e Cadastro Sócio Econômico, para a Administração Municipal de Joaçaba, SC, incluindo os serviços de instalação, ajustes de funcionalidades, consultoria, treinamento, suporte operacional, atualizações legais e tecnológicas, necessários ao perfeito funcionamento da solução contratada, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus anexos.

-Empresas Vencedoras:

APPORTI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA EIRELLI - ME

VALOR R\$ 187.800,00

Fiscais do contrato: ROBERTO MINATI E EULO ANTONIO BALVEDI  
2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 08 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Luiz Vastres - Prefeito em Exercício

**RESOLUÇÃO Nº 04/2015-CMAS-JBA**

RESOLUÇÃO Nº 04/2015-CMAS-JBA

Aprova prestações de contas que especifica:

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba - CMAS, no uso de suas atribuições, de acordo com o que estabelecem as Portarias 440 e 442 do MDS, além da Resolução 109 de 11/11/2009 - Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar as prestações de contas dos recursos repassados do Fundo Nacional de Assistência Social, ao Fundo Municipal de Assistência Social para execução dos serviços socioassistenciais, relativos ao quarto trimestre de 2014.

§ 1º. As prestações de contas de que trata o caput deste artigo, estão anexas ao parecer nº06/2015 aprovado em reunião do CMAS em 08/04/2015.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Joaçaba-SC, 08 de abril de 2015.

Dorvalina Lange

Presidente do CMAS

**RESOLUÇÃO Nº: 05/CMAS-JBA/15**

Resolução Nº: 05/CMAS-JBA/15

Analisa e aprova o Plano de Ação 2015 para Co-financiamento do Governo Federal do Sistema Único da Assistência Social - SUAS - ao FMAS de Joaçaba/SC.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993, pela Lei 2.340, de 22 de março de 1996 e de acordo com a deliberação da Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 08 de abril de 2015.

CONSIDERANDO:

As portarias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS - abaixo relacionadas, que serviram de orientação para a análise do Plano de Ação:

Portaria MDS/GM nº 754 de 20 de outubro de 2010,

Portaria 442 de 26 de agosto de 2005,

Portaria 288 de 02 de setembro de 2009,

Portaria 404 de 03 de dezembro de 2009,

Portaria 848 de 28 de dezembro de 2010,

Portaria 431/2008; 730/2010; 440/2005; 460/2007; 843/2010 parte 1 e 2,

Portaria 07/2012,

Portaria 134/2013 e,

A Lei 12.435/2011.

Que o Plano de Ação é um instrumento eletrônico de planejamento utilizado pela SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social - para lançamento e validação anual das informações necessárias ao início ou à continuidade da transferência regular e automática dos recursos do co-financiamento federal dos serviços socioassistenciais de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

Que os recursos são utilizados nos serviços socioassistenciais do Município de Joaçaba nos Serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação 2015 para co-financiamento do Governo Federal do Sistema Único da Assistência Social - SUAS - ao Fundo Municipal de Assistência Social de Joaçaba/SC.

Parágrafo único - O parecer 07/2015 é parte integrante da presente resolução.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Joaçaba (SC), 08 de abril de 2015.

Dorvalina Lange

Presidente CMAS - Joaçaba/SC



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO TP 5/2015/PMJ - PL 26/2015/PMJ**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 5/2015 - TP</b>
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 27/2015 Processo de Licitação: 26/2015 Data do Processo: 12/03/2015
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 26/2015  
b ) Licitação Nr.: 5/2015-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 14/04/2015  
e ) Data da Adjudicação: 14/04/2015 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, destinados à implantação, readequação e manutenção da sinalização viária (vertical e horizontal), nas vias urbanas do Município de Joaçaba (SC).

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

						(em Reais R\$)
	Unid.	Qtdade	Desclo (%)	Preço Unitário	Total do Item	

**SINALTEC - TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA. (7322)**

1	Pintura mecanizada com micro esfera de vidro e tinta para demarcação viária, de eixo e borda com equipamento especializado (mecanizado)	M2	2000	-	19,40	38.800,00
2	Pintura manual com micro esfera de vidro e tinta para demarcação viária, de faixa de pedestre, retenção, lombada, meio fio, artes, setas e/ou dizeres na pista (manual)	M2	2000	-	18,75	37.500,00
3	Fornecimento e implantação de placa de advertência 60 x 60 cm (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	UN	50	-	335,00	16.750,00
4	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação d=60 cm (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	UN	50	-	335,00	16.750,00
5	Fornecimento de placa de 200 x 100 cm "bairros" (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	UN	5	-	681,00	3.405,00
6	Mão de obra para readequação de placas aéreas de 200 x 100 cm, incluindo serviços de guincho	SERV	130	-	185,00	24.050,00
7	Fornecimento e implantação de semi pórtico em aço galvanizado, com braço projetado 101,30 mm e suporte 114,60 mm, placa de 300 x 150 cm refletiva, com sistema anti giro.	UN	2	-	6.400,00	12.800,00

**Total do Fornecedor: 150.055,00**

**Total Geral: 150.055,00**

Joaçaba, 14 de Abril de 2015.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 5/2015 - TP</b>
	Processo Administrativo: 27/2015 Processo de Licitação: 26/2015 Data do Processo: 12/03/2015

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (113), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (114)

Joaçaba, 14 de Abril de 2015.

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 5/2015 - TP</b>
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 27/2015 Processo de Licitação: 26/2015 Data do Processo: 12/03/2015
	Folha: 1/2

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 26/2015  
b ) Licitação Nr.: 5/2015-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 14/04/2015  
e ) Data da Adjudicação: 14/04/2015 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, destinados à implantação, readequação e manutenção da sinalização viária (vertical e horizontal), nas vias urbanas do Município de Joaçaba (SC).

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Desclo (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

#### SINALTEC - TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA. (7322)

1	Pintura mecanizada com micro esfera de vidro e tinta para demarcação viária, de eixo e borda com equipamento especializado (mecanizado)	M2	2000	-	19,40	38.800,00
2	Pintura manual com micro esfera de vidro e tinta para demarcação viária, de faixa de pedestre, retenção, lombada, meio fio, artes, setas e/ou dizeres na pista (manual)	M2	2000	-	18,75	37.500,00
3	Fornecimento e implantação de placa de advertência 60 x 60 cm (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	UN	50	-	335,00	16.750,00
4	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação d=60 cm (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	UN	50	-	335,00	16.750,00
5	Fornecimento de placa de 200 x 100 cm "bairros" (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	UN	5	-	681,00	3.405,00
6	Mão de obra para readequação de placas aéreas de 200 x 100 cm, incluindo serviços de guincho	SERV	130	-	185,00	24.050,00
7	Fornecimento e implantação de semi pântico em aço galvanizado, com braço projetado 101,30 mm e suporte 114,60 mm, placa de 300 x 150 cm refletiva, com sistema anti giro.	UN	2	-	6.400,00	12.800,00

**Total do Fornecedor: 150.055,00**

**Total Geral: 150.055,00**

Joaçaba, 14 de Abril de 2015.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 5/2015 - TP</b>
	Processo Administrativo: 27/2015 Processo de Licitação: 26/2015 Data do Processo: 12/03/2015

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (113), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (114)

Joaçaba, 14 de Abril de 2015.

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 5/2015 - TP</b>
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 27/2015 Processo de Licitação: 26/2015 Data do Processo: 12/03/2015
	Folha: 1/2

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 26/2015  
b ) Licitação Nr.: 5/2015-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 14/04/2015  
e ) Data da Adjudicação: 14/04/2015 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, destinados à implantação, readequação e manutenção da sinalização viária (vertical e horizontal), nas vias urbanas do Município de Joaçaba (SC).

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Desclo (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

#### SINALTEC - TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA. (7322)

1	Pintura mecanizada com micro esfera de vidro e tinta para demarcação viária, de eixo e borda com equipamento especializado (mecanizado)	M2	2000	-	19,40	38.800,00
2	Pintura manual com micro esfera de vidro e tinta para demarcação viária, de faixa de pedestre, retenção, lombada, meio fio, artes, setas e/ou dizeres na pista (manual)	M2	2000	-	18,75	37.500,00
3	Fornecimento e implantação de placa de advertência 60 x 60 cm (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	UN	50	-	335,00	16.750,00
4	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação d=60 cm (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	UN	50	-	335,00	16.750,00
5	Fornecimento de placa de 200 x 100 cm "bairros" (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	UN	5	-	681,00	3.405,00
6	Mão de obra para readequação de placas aéreas de 200 x 100 cm, incluindo serviços de guincho	SERV	130	-	185,00	24.050,00
7	Fornecimento e implantação de semi pórtico em aço galvanizado, com braço projetado 101,30 mm e suporte 114,60 mm, placa de 300 x 150 cm refletiva, com sistema anti giro.	UN	2	-	6.400,00	12.800,00

**Total do Fornecedor: 150.055,00**

**Total Geral: 150.055,00**

Joaçaba, 14 de Abril de 2015.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 5/2015 - TP</b>
	Processo Administrativo: 27/2015 Processo de Licitação: 26/2015 Data do Processo: 12/03/2015

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (113), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (114)

Joaçaba, 14 de Abril de 2015.

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 5/2015 - TP</b>  Processo Administrativo: 27/2015 Processo de Licitação: 26/2015 Data do Processo: 12/03/2015
	Folha: 1/2

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 26/2015  
b ) Licitação Nr.: 5/2015-TP  
c ) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 14/04/2015  
e ) Data da Adjudicação: 14/04/2015 Sequência: 1  
f ) Objeto da Licitação contratação de empresa especializada para a prestação de serviços, com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários, destinados à implantação, readequação e manutenção da sinalização viária (vertical e horizontal), nas vias urbanas do Município de Joaçaba (SC).

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Desclo (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

#### **SINALTEC - TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA. (7322)**

1 Pintura mecanizada com micro esfera de vidro e tinta para demarcação viária, de eixo e borda com equipamento especializado (mecanizado)	M2	2000	-	19,40	38.800,00
2 Pintura manual com micro esfera de vidro e tinta para demarcação viária, de faixa de pedestre, retenção, lombada, meio fio, artes, setas e/ou dizeres na pista (manual)	M2	2000	-	18,75	37.500,00
3 Fornecimento e implantação de placa de advertência 60 x 60 cm (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	UN	50	-	335,00	16.750,00
4 Fornecimento e implantação de placa de regulamentação d=60 cm (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	UN	50	-	335,00	16.750,00
5 Fornecimento de placa de 200 x 100 cm "bairros" (chapa nº 16 em aço galvanizado, suporte galvanizado 2", parede de 2,65 mm, com 03 metros de altura e película totalmente refletiva. Grau Técnico garantia 07 anos)	UN	5	-	681,00	3.405,00
6 Mão de obra para readequação de placas aéreas de 200 x 100 cm, incluindo serviços de guincho	SERV	130	-	185,00	24.050,00
7 Fornecimento e implantação de semi pântico em aço galvanizado, com braço projetado 101,30 mm e suporte 114,60 mm, placa de 300 x 150 cm refletiva, com sistema anti giro.	UN	2	-	6.400,00	12.800,00

**Total do Fornecedor: 150.055,00**

**Total Geral: 150.055,00**

Joaçaba, 14 de Abril de 2015.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA</b>  CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 5/2015 - TP</b>
	Processo Administrativo: 27/2015 Processo de Licitação: 26/2015 Data do Processo: 12/03/2015

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (113), 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (114)

Joaçaba, 14 de Abril de 2015.

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 023/2015 - PROGRESSÃO MÉRITO - ADRIANA**

RESOLUÇÃO Nº 023/2015 DE 13 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO, QUE ESPECIFICA."

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 57, § 2º do Decreto nº 2.502 de 22 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º - CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a Servidora Sra. ADRIANA PANIZZI, Jornalista (Especialização) - Classe B-2, para o cargo de Jornalista (Especialização), Classe C-2, de acordo com a Lei Complementar nº 209/2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da publicação.

Joaçaba, 13 de abril de 2015.

LUIZ VASTRES

Presidente

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**SIMAE****PORTARIA JHL 079/2015**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 079/2015 DE 14.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba e Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender o Estágio Probatório da servidora Carina Daiana Recalcatti pelo período de 19.03.2015 à 14.09.2015, com base no inciso III, do § 5º do artigo 18 da Lei Complementar 76/2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de março de 2015, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 14 de abril de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

**PORTARIA JHL 080/2015**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 080/2015 DE 14.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR a Portaria JHL 151 de 20.08.2014, e

CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho do Servidor Vinicius Viecei Melo, em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

Graciela Pratto Bordin da Rosa

Patrícia Callegari Warken

Francieli Wendland Guaragni Fiorin

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 14 de Abril de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

**PORTARIA JHL 081/2015**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 081/2015 DE 14.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a (o) Servidor(a) Sr.(a) GLAUCIA MÉRI LOHMANN, Operador de ETA, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 0748/2015 de 17 de março de 2015, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2012 à 31 de dezembro de 2012(12 dias) para serem fruídos no período de 17 de março de 2015 à 28 de março de 2015, de acordo com a Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 17 de março de 2015, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 14 de Abril de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

**PORTARIA JHL 082/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 082/2015 DE 14.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a (o) Servidor(a) Sr.(a) OSMAR ZAMPIRÃO, Operador de ETA, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 0657/2015 de 09 de março de 2015, referente ao período aquisitivo de 07 de janeiro de 2012 à 06 de janeiro de 2013 (12 dias) para serem fruídos no período de 05 de abril de 2015 à 16 de abril de 2015, de acordo com a Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 05 de abril de 2015, obedecido o disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 14 de Abril de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

**Lages****PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015 - SMS**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2015  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 01/2015 através da Secretaria Municipal da Saúde, para a Celebração de um Contrato com a Sra. VALÉRIA WERNER AMARAL SENS, inscrita no CPF sob n.º 646.555.639-15 sito à Av. Mal. Castelo Branco, 700, Bairro Universitário, 88509-016, Lages/SC para locação de Imóvel situado na Rua Caetano Vieira da Costa, 883 - Bairro Centro - CEP: 88502-070, na cidade de Lages, a ser utilizado pela Farmácia Popular do Brasil, pelo valor de R\$ 2.658,27 (dois mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 08 de abril de 2015.  
Rose Cristina Possato Penso  
Secretaria Municipal da Saúde

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria de Rose Cristina Possato Penso, Secretaria Municipal da Saúde, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 08 de abril de 2015.  
Antônio Arcanjo Duarte  
Prefeito Município em Exercício Interino

**DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2015 PML**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2015  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
ESTE ATO ANULA A DL ANTERIOR

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 09/2015 através da Fundação Cultural de Lages, para a Celebração de um Contrato com a Mitra Diocesana de Lages, inscrita no CNPJ sob n.º 84.950.633/0023-66 sito à Rua Bom Jesus, 336 - Bairro Ipiranga - CEP: 88504-164 Lages/SC para locação de Imóvel situado na Praça João Ribeiro, 164 - Centro, na cidade de Lages, a ser utilizado pela Escola de Artes Elionir Camargo Martins pelo valor de R\$ 1.852,13 (mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e treze centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 28 de Janeiro de 2015.  
Maurício Neves de Jesus  
Superintendente da Fundação Cultural de Lages

**RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria de Mauricio Neves de Jesus,



Superintendente da Fundação Cultural de Lages, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 28 de Janeiro de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Município em Exercício Interino

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 35/2015 - PML**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 35/2015

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 35/2015 através da Secretaria Municipal da Educação, para a Celebração de um Contrato com a Empresa JULIANA GUEDES DAMASCENO - ME, inscrito no CNPJ sob n.º 17.206.809/0001-77 sito à Rua Frei Rogério, 714 - Bairro Centro - CEP: 88502-161 Lages/SC para Locação de Imóvel situado na Rua: Zeca Neves, 78 - Bairro: Centro o, na cidade de Lages, a ser utilizado CEIM Filhos dos Funcionários pelo valor de R\$ 7.822,27 (sete mil, oitocentos e vinte e dois reais e vinte e sete centavos) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 30 de março de 2015.

Marimilia Casa Costa Coelho

Secretária Municipal da Educação

### **RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Ratifico o ato acima, de autoria de Marimilia Casa Costa Coelho, Secretária Municipal da Educação, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 30 de março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Município em Exercício Interino

### **EXTRATO CONTRATO 16/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 16/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: STANG & STANG LTDA, inscrita no CNPJ: 08.033.253/0001-73 com sede na Av: Dom Pedro II nº967 - Bairro São Cristóvão cep.88509-000.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 21/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 18/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Lubrificantes, Aditivos e Filtros para os Veículos e Ambulâncias da SMS em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 10 (dez) dias, a contar da(s) data(s)

da(s) solicitação (ões), na(s) respectiva(s) Unidades da Secretaria Municipal da Saúde, nela(s) indicado(s);

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015..

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será de R\$ 42.500,92 (quarenta e dois mil e quinhentos reais e noventa e dois centavos).

Lages 07 de Abril de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### **EXTRATO CONTRATO 163/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 163/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE ARBITRAGEM DO PLANALTO SERRANO E EVENTOS ESPORTIVOS - AAPSEE inscrita no CNPJ 11.415.464/0001-85 Com sede a Rua Humberto de Campos, 1135 - Sagrado Coração de Jesus - Lages/SC. CEP 88.508-190.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 112/2015, correlato a Pregão Presencial 38/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa, Associação ou Liga, para a Prestação de Serviços de Arbitragem Durante, os Jogos Comunitários de Lages - JOCOL 2015, da Secretaria Municipal de Esportes, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do contrato decorrente até 31/12/2015, nos locais definidos pela Fundação Municipal de Esportes, através da Coordenação dos Jogos Comunitários de Lages

CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 213.836,18 (duzentos e treze mil oitocentos e trinta e seis reais e dezoito centavos)

Lages, 08 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### **EXTRATO CONTRATO 164/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 164/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: TERRA VERDE PRODUTOS PARA FLORICULTURA E PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA ME inscrita no CNPJ 09.256.183/0001-85 Com sede a Av. Belizário Ramos, 1517 - Copacabana - Lages/SC. CEP 88.504-040.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 90/2015, correlato a Pregão Presencial 35/2015,

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Grama Sempre Verde para Jardinamento Interno dos Espaços Próprios do Município, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s): o fornecimento será realizado mediante autorização de fornecimento fracionada, que será emitida pela Secretaria de Administração, conforme necessidade

**CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

O valor a ser pago será de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).

Lages, 08 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 166/2015 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 166/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/FUNDAÇÃO CULTURAL DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: INSTITUTO OUSAR COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.112.468/0001-94, com sede a Rua João Staheins, 2359 - Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC. Contrato, em decorrência do EDITAL DE CREDENCIAMENTO 01/2015,

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Montagem de estruturas temporárias de tendas e estandes para a criação do 02 (dois) salões:

Salão 01 livrarias, editoras e distribuidoras - galpão treliças alumínio medindo 40x13m, pé direito medindo 3,5m, cobertura e fechamento laterais em lona branca anti chamas com tratamento UV e estandes e chapas TS, piso talado tipo deck, e iluminação.

Salão 02 plateia - 04 pirâmides medindo 10x10m em aço galvanizado, pé direito medindo 3,5m, cobertura em lona cobertura em lona branca anti chamas com tratamento UV.

1.2 Comercialização de 283m² de estandes do Salão 01 para livrarias, editoras e empresas de comercialização de lanches e bebidas não alcoólicas, com toda a estrutura montada.

1.3 Comercialização de 27m² de estandes no Salão 02 para instituições públicas e associações de direito privado sem fins lucrativos.

1.4 Cessão gratuita de 160m² no Salão 02 para a Fundação Cultural de Lages, utilizado como plateia das apresentações artísticas realizadas na Concha Acústica da Praça Joca Neves.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, em até 48 (quarenta e oito) horas após a assinatura da ordem de serviço;

2.2 De Execução, em até 10 (dez) meses a contar da data da assinatura do Contrato;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização

**CLAUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

O Município não arcará com nenhum custo decorrente da prestação de serviços, uma vez que a CONTRATADA comercializará os espaços dos stands, fazendo jus ao valor decorrente de montagem, e desmontagem dos mesmos.

Lages, 10 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 17/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 17/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: SUPERAUTO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ: 88.632.369/0001-68 com sede na BR 158 KM 060 Esquina Pedro Santini nº 1500 - Cerrito - Santa Maria/RS.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 18/2015, correlato ao Pregão Eletrônico nº 03/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Veículos para uso na Vigilância Epidemiológica, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 45 (quarenta e cinco) dias da Solicitação da Secretaria Municipal da Saúde, Praça Leoberto Leal, 20 - Centro - Lages/SC..

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor a ser pago será de R\$ 58.933,33 (cinquenta e oito mil novecentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Lages 07 de Abril de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 18/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 18/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA, inscrita no CNPJ: 59.104.422/0103-84 com sede na Rua Antônio Singer, nº 6751 - Campo Largo da Roseira - São José dos Pinhais/PR.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 18/2015, correlato ao Pregão Eletrônico nº 03/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Veículos para uso na Vigilância Epidemiológica, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 45 (quarenta e cinco) dias da Solicitação da Secretaria Municipal da Saúde, Praça Leoberto Leal, 20 - Centro - Lages/SC..

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor a ser pago será de R\$ 36.500,00 (trinta e seis mil e quinhentos reais),.

Lages 07 de Abril de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 35/2015 SEMASA**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 35/2015 - SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede no Município de Lages/SC.

CONTRATADA: ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob n.º 06.109.833/0001-71, com sede a Rua Cônego Bernardo Phillippi, 146 - Centro, São Ludgero/SC CEP 88.730-000. Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 17/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 14/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Peças de Reposição para as Bombas Submersíveis da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), Rua Barão de Laguna S/N, Bairro Caça e Tiro, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Contrato decorrente até 31/12/2015.

2.3 De Entrega(s), incluindo o descarregamento em até 30(trinta) dias a contar da(s) solicitação(s), na Secretaria Municipal de Águas e Saneamento SEMASA, Av 1º de Maio, nº 1700, B: Popular

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 39.287,56 (trinta e nove mil duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta e seis centavos).

Lages, 08 de Abril de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário Municipal

**RERRATIFICAÇÃO TP 08-2015 SEMASA**

RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2015 SEMASA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA E ANÁLISE EM CAPTAÇÃO SUPERFICIAL, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) E REDES DE DISTRIBUIÇÃO EM CONFORMIDADE COM O CONAMA Nº 357/05(ÁGUA DOCE-CLASSE I) E PORTARIA Nº 2.914 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE 12 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE POSSUA ACREDITAÇÃO COMPROVADA NO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL-INMETRO E POSSUA NBR ISO/IEC Nº 17025/2005

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Item 22 do edital e 07 da minuta contratual, aonde fala das obrigações da contratada, conforme segue abaixo:

Excluir os sub-ítems 22.11, 22.12, 22.13, 22.14, 22.15, 22.17, 22.18 e 22.25 do edital 07.11, 07.12, 07.13, 07.14, 07.15, 07.17, 07.18 e 07.25 da minuta contratual.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 14 de abril de 2015.

Benjamin Schultz

Secretário da SEMASA

**Lauro Muller****PREFEITURA****CANCELAMENTO EDITAL DE PREGAO Nº39/2015 PMLM**

CANCELAMENTO EDITAL DE PREGAO Nº39/2015 PMLM

PROCESSO Nº39/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro e equipe de apoio comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.º 10.520/02 e demais legislações competentes, que o certame que teve como objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de lixeiras para as demandas do Município de Lauro Muller/SC, foi cancelado por solicitação conforme solicitação do diretor de compras.

Lauro Muller, 14 de abril de 2015.

Leandro Stangherlin

Pregoeiro

**EDITAL CMDCA Nº 01/2015**

Edital CMDCA nº 01/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificada para Conselheiros Tutelares no Município de Lauro Müller.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 06 de abril de 2015, em sua sede localizada Rua Orleans, nº 280 e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014, na Resolução CMDCA 03/2014, e na Lei Municipal 1855/2015, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Lauro Müller, e dá outras providências.

1 - Do Cargo e das Vagas

1. A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2. Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3. O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 - Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 1855/2015, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.290,86 (um mil duzentos e noventa reais e oitenta e seis centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

2.2 Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo



de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

2.5.1 Plantão noturno das 17h00 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

### 3 - Do Processo de Escolha

#### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 14/04/2015 à 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08h às 12h, das 13h às 17h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua Orleans, nº 280.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio;

V - Apresentar Carteira Nacional de Habilitação - CNH categoria B;

V - experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitidas por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

VI - aprovação na prova de conhecimento sobre direito da criança e do adolescente.

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

#### 3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 12/06/2015 a 18/06/2015, no horário de atendimento ao público (08h às 12h, das 13h às 17h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29/06/2015 à 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (08h às 12h, das 13h às 17h), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentar resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 15/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitado a data do pleito unificado (04/10/2015).

#### 3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o

recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante, serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

### 3.4 Da Aplicação de Prova

3.4.1 O processo eleitoral, será precedido de 1 (uma) prova teórica, que abrangerá questões básicas de Língua Portuguesa, informática além de conhecimentos específicos sobre Direito da Criança e do Adolescente.

3.4.1.1 A prova terá caráter eliminatório e classificatório, será orientado por edital específico que será publicado até junho de 2015.

### 3.5 Da Eleição

3.5.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00 h às 17:00 h, nos seguintes locais: Centro, Guatá e Barro Branco.

3.5.1.2 Serão divulgados posteriormente, os locais onde ocorrerão votações, sendo que cada bairro citado, receberá os votantes de sessões daquela região.

3.5.2 Poderão votar todos os cidadãos que possuírem título de eleitor, e fizerem parte das sessões eleitorais deste município, o qual deverá ser apresentado à mesa receptora de votos no ato da votação, com carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.5.2.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.5.2.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.5.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.5.4 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.5.5 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

### 3.6 Do Voto

3.6.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.6.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.6.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.6.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

### 3.7 Da Cédula Oficial

3.7.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.7.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.7.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.7.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

### 3.8 Das Mesas Receptoras

3.8.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.8.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.8.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.8.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.8.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.8.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:  
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.8.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.8.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

### 3.9 Da Apuração



3.9.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.9.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.9.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.9.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.9.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.9.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.9.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.9.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato de maior idade.

#### 4 - Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

#### 5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 1855/2015, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive,

caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Lauro Müller para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.  
Lauro Müller, 14 de abril de 2015.

Suzamara Vieira  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LAURO MÜLLER

#### ANEXO I

#### CALENDÁRIO ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELAR Mandato - 2016/2020

14/04/2015	Publicação edital
14/04/2015 à 03/06/2015	Prazo de inscrições dos candidatos
08/06/2015 à 11/06/2015	Período de análise das inscrições dos candidatos
12/06/2015	Publicação da relação dos candidatos habilitados, juntamente com edital para orientar sobre as provas
12/06/2015 à 18/06/2015	Prazo para impugnação de candidatura
29/06/2015 à 03/07/2015	Prazo de interposição de recursos por parte dos candidatos não habilitados para a prova
06/07/2015 à 10/07/2015	Período de análise dos recursos
15/07/2015	Publicação da relação final dos candidatos habilitados para a prova
*A definir	Realização das Provas
*A definir	Publicação do resultado da prova
*A definir	Prazo de interposição de recurso do resultado da prova
*A definir	Período de análise dos recursos
*A definir	Publicação dos candidatos aprovados habilitados ao pleito e início do período eleitoral.
21/09/2015 à 23/09/2015	Retirada dos formulários para credenciamento dos fiscais (das 8 às 12h)
25/09/2015	Devolução dos formulários preenchidos e entrega dos crachás dos fiscais (das 8 às 12h)

30/09/2015 às 00:00 h	Fim da PROPAGANDA ELEITORAL
01/10/2015	Reunião dos Candidatos com o Ministério Público e CMDCA no auditório da Prefeitura Municipal.
04/10/2015	ELEIÇÃO: das 8h as 17h.
05/10/2015 à 06/10/2015	Prazo para recursos
07/10/2015 à 09/10/2015	Análise dos recursos
13/10/2015	Publicação do resultado dos recursos
14/10/2015	Publicação da homologação da Eleição, contendo a relação dos Conselheiros Tutelares eleitos.
A Definir	Capacitação dos novos Conselheiros
10/01/2016	Posse dos Novos Conselheiros Tutelar

\*O Edital que regulamentará o processo eleitoral com relação às provas, será divulgado no mural átrio da Prefeitura Municipal, na Câmara de Vereadores e na Sede do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente.

- Cronograma aprovado em assembleia do CMDCA-Lauro Müller, em 06 de abril de 2015.

Suzamara Vieira  
Presidente do CMDCA

### EDITAL DE PREGAO Nº41/2015 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº41/2015 PMLM  
PROCESSO Nº41/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 28 de abril de 2015 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para aquisição de materiais de iluminação publica de forma PARCELADA para atender as necessidades do Município de Lauro Muller, no decorrer do exercício de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 14 de abril de 2015.  
Leandro Stangherlin  
Pregoeiro Municipal

### EDITAL DE PREGAO Nº42/2015 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº42/2015 PMLM  
PROCESSO Nº42/2015

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 28 de abril de 2015 às 10:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão para contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de refeições (tipo marmita), para atender aos servidores da Prefeitura requisitados em trabalhos externos em períodos extra jornada, fins de semana no município de Lauro Muller, durante o exercício de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 14 de abril de 2015.

Leandro Stangherlin  
Pregoeiro Municipal

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº43/2015 PMLM

Inexigibilidade de Licitação Nº43/2015 PMLM  
PROCESSO Nº43/2015

Objeto: Inexigibilidade de Licitação de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação de LAURO MULLER/SC., conforme resolução Nº. 26 do FNDE, conforme credenciamento por chamada publica 01/2015 PMLM.

Contratada: ANDREI RANGEL BONIFACIO

Contratante: Prefeitura Municipal de Lauro Muller.

Valor: R\$ 59.265,00 ( cinquenta e nove mil duzentos e sessenta e cinco reais). A ser dividido entre todos os credenciados  
Vigencia: 14/04/2015 a 31/12/2015.

Lauro Muller, 14 de abril de 2015.

JAIR F. MADEIRA.

Presidente da Comissão de Licitação

### PORTARIA Nº 022/2015

PORTARIA Nº 022/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública SAMIRA DA SILVA, Professora II - Professora de Educação Física, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 09 de fevereiro de 2015 à 18 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Emília Mamede Soares, em vaga excedente.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

### PORTARIA Nº 023/2015

PORTARIA Nº 023/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública ANA PAULA LOCATELLI, Professora II - Professora de Matemática, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 09 de fevereiro de 2015 à 18 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Emília Mamede Soares, em vaga excedente.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 10 (dez) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 024/2015**

PORTARIA Nº 024/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública ADRIANA GONÇALVES PADILHA, Professora II - Professora de Ensino Fundamental I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Quilometro Um.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 025/2015**

PORTARIA Nº 025/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública HELEN VASIELEVSKI PESCADOR, Professora II - Ensino Fundamental I, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 09 de fevereiro de 2015 à 18 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, em vaga excedente.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 026/2015**

PORTARIA Nº 026/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - TRANSFERIR, da Escola Municipal Emília Mamede Soares, a professora lotada ZULAMAR DO NASCIMENTO LIMAS CUCOLOTO, Professora II, e lotá-la na Escola Municipal Hilário Pescador, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 027/2015**

PORTARIA Nº 027/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 140/2013, de 19 de fevereiro de 2013, que nomeou como Secretária Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, HELOISA GONÇALVES RIBEIRO FONTANELLA.

Parágrafo único - A funcionária citada acima passará a exercer o cargo de professora com carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 028/2015**

PORTARIA Nº 028/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - FAZER CESSAR, os efeitos da Portaria nº 085/2014, de 03 de fevereiro de 2014, que nomeou como Diretora Escolar e concedeu gratificação à servidora pública, LEILA APARECIDA ROSA DE SOUZA.

Parágrafo único - A funcionária citada acima passará a exercer o cargo de professora com carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 029/2015**

PORTARIA Nº 029/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública HELOISA GONÇALVES RIBEIRO FONTANELLA, Professora II - Professora de Português, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 30 (trinta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 030/2015**

PORTARIA Nº 030/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública LEILA APARECIDA ROSA DE SOUZA, Professora II - Professora de Ciências, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 30 (trinta) horas semanais, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento



**PORTARIA Nº 031/2015**

PORTARIA Nº 031/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública ROSINETE APARECIDA BAGGIO FERNANDES, Professora II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 09 de fevereiro de 2015 à 18 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal Hilário Pescador, em vaga excedente.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT

Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 032/2015**

PORTARIA Nº 032/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - ALTERAR A CARGA HORÁRIA da servidora pública GISLAINE ALVES ESPINDOLA, Professora II - Professora de Geografia, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, cumprindo o regime de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 09 de fevereiro de 2015 à 18 de dezembro de 2015, para desempenhar suas funções laborais na Escola Municipal José Heleodoro Barreto Júnior, em vaga excedente.

Art. 2º - Ao findar-se o período acima citado a servidora deverá voltar a cumprir o regime de 10 (dez) horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT

Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 033/2015**

PORTARIA Nº 033/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - LOTAR, a professora CARLA DE FÁTIMA BEZ BATTI CARDOSO, Professora II - Professora de Ensino Fundamental I, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal Quilometro Um.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT

Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 034/2015**

PORTARIA Nº 034/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, ALINE PANDINI, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT

Secretário Adm., Fin. e Planejamento



**PORTARIA Nº 035/2015**

PORTARIA Nº 035/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, TALITA MARTINS, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT

Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 036/2015**

PORTARIA Nº 036/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, CAMILA BRUCH VELHO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 03 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Sagrada Família, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT

Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 037/2015**

PORTARIA Nº 037/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, TAMIREZ LEAL, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Infantil Irani Vargas, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT

Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 038/2015**

PORTARIA Nº 038/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, VANDA NORRY, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT

Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 039/2015**

PORTARIA Nº 039/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MARIA ROSANGELA JUSTI ADÃO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 040/2015**

PORTARIA Nº 040/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, MARCIANE GOMES, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 041/2015**

PORTARIA Nº 041/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, CAROLINE DURANTE ADRIANO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 042/2015**

PORTARIA Nº 042/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, KATRYN APARECIDA BONADEU, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 03 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Sagrada Família, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 043/2015**

PORTARIA Nº 043/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, PAULA ARIELE PACHECO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 02 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 044/2015**

PORTARIA Nº 044/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, SAMANTA SOUZA TAVARES, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 09 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Julio Serafim Gonçalves, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

**PORTARIA Nº 045/2015**

PORTARIA Nº 045/2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal, consoante Lei Municipal nº 1.300/2004,

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONTRATAR, JOSIANE PACHECO, para a função de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, em Caráter Temporário, pelo período de 03 de Fevereiro de 2015 a 18 de dezembro de 2015, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Escola de Educação Infantil Tia Marli, com lotação junto a Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes, em vaga excedente.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 03/02/2015.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 02 DE FEVEREIRO DE 2015.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

EDUARDO G. BETT  
Secretário Adm., Fin. e Planejamento

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 038/2015

DECRETO Nº 038, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

"Decreta Ponto Facultativo de Trabalho no Âmbito do Serviço Público Municipal e dá outras Providências".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e com base no art.66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o feriado nacional de Tiradentes a ser comemorado no dia 21 (vinte e um) de abril, terça-feira, do corrente ano. CONSIDERANDO, a economicidade para o erário, e sem causar prejuízo da prestação de serviço à população.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo de trabalho no âmbito da Administração Pública Municipal, no dia 20 (vinte) de abril de 2015, segunda-feira.

Parágrafo único: O atendimento dos serviços públicos essenciais deverá ser garantido pelos órgãos da Administração, por intermédio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 2º No Centro de Saúde Santa Paulina, durante o Ponto Facultativo os atendimentos funcionarão da seguinte forma:

I. Segunda-feira - FECHADO, atendimento em regime de urgência e emergência.

II. Terça-feira (feriado) FECHADO, atendimento em regime de urgência e emergência.

Art.3º No dia 20 (vinte) de abril, segunda-feira, o serviço de coleta de lixo será realizado normalmente a ser disciplinado pelo responsável do setor.

Art. 4º Caso haja necessidade justificada por interesse pública, calamidade pública, motivo ou força maior, os servidores poderão ser convocados para o trabalho.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal/SC, 14 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

### DECRETO N.º 039/2015

DECRETO Nº 039, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

"Decreta situação de emergência, no âmbito da Farmácia Municipal, instalada no Centro de Saúde Santa Paulina."

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

Considerando, o auto de intimação nº 003850, expedido pela 18ª GERSA, o qual solicita providências urgentes quanto ao sistema de ar condicionado na farmácia e na sala de estoque para se manter a temperatura entre 15°C a 30°C;

Considerando, o Protocolo 843/2014, que trata sobre a solicitação de aparelhos de ar condicionado para salas da Unidade Básica de Saúde, e considerando a demora relativa às provisões orçamentárias (4.4.90 - aquisição de equipamentos) para aquisições dos mesmos;

Considerando, a urgência e emergência no atendimento à solicitação, sob pena de fechamento das atividades da Farmácia Municipal, a qual é indispensável para os serviços públicos de saúde realizados pela Unidade Básica de Saúde;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica decretado situação de emergência no âmbito da Farmácia Municipal, instalada na Unidade Básica de Saúde Santa Paulina, e razão do risco em que os medicamentos possam estar expostos, devido o acondicionamento em temperatura ideal, sob pena dos medicamentos causarem danos à saúde da população.

Art. 2º O prazo deste decreto é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 14 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES A CUNHA

Prefeita Municipal

### DECRETO N.º 040/2015

DECRETO Nº 040, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

"Reajusta o valor das diárias dos Agentes Políticos e Servidores Municipais e dá Outras Providências".

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, SC, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no inciso VIII, do Art. 66 da Lei Orgânica do Município, e as expressas disposições da Lei Nº 1.100/2014 que dispõe Sobre a Concessão de Diárias, e dá Outras Providências;

Considerando a Lei Municipal Nº 1.134 de 11 de março de 2015 que Dispõe sobre a concessão de revisão geral anual dos vencimentos e proventos dos servidores públicos ativos e inativos do município de Leoberto Leal e dá outras providências;

#### DECRETA:

Art. 1º Respeitadas as demais disposições legais, especialmente a Lei Nº 1.100/2014, passam a ser os seguintes valores as diárias dos Agentes Políticos e Servidores Municipais, reajustados em 6,22% (seis vírgula vinte e dois por cento) conforme Art. 7º da Lei Municipal Nº 1.100/2014, segundo o quadro:

Prefeito e Vice-Prefeito

Tipo	No estado	Fora do Estado
Diária Completa	R\$ 394,19	R\$ 748,97
Meia Diária	R\$ 197,10	R\$ 374,50

#### Secretários Municipais

Tipo	No estado	Fora do Estado
Diária Completa	R\$ 275,04	R\$ 522,57
Meia Diária	R\$ 96,27	R\$ 261,29

#### Servidores Municipais

Tipo	No estado	Fora do Estado
Diária Completa	R\$ 265,55	R\$ 424,88
Meia Diária	R\$ 56,16	R\$ 212,44

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto Nº 074/2011.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 14 de abril de 2015.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2015 - PMLL

Divisão de Licitações e Compras

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, considerando o disposto na Resolução/CD/FNDE nº 038, de 16 de julho de 2009, na Lei nº 11.947/2009, contrata através de Dispensa de Licitação visando à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, para fornecimento e composição da merenda escolar do Município de Leoberto Leal, conforme Chamamento Público com data de 02 de março de 2015, e de acordo com a sazonalidade dos produtos, os seguintes alimentos dos respectivos produtores rurais, conforme tabela abaixo:

Produto	Produtor	Quantidade por período	Quant. total	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Abóbora Menina	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	17 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro)	102	1,70	173,40
Aipim (mandioca)	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	32 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro)	192	1,80	345,60
Banana Branca	Antonio Gilmar Cognaco	70 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro)	420	3,50	1.470,00
Batata Inglesa	Antonio Gilmar Cognaco	35 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro)	210	4,50	945,00
Beterraba	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	24 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro)	144	2,00	288,00
Cebola	Antonio Gilmar Cognaco	18 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro)	108	3,50	378,00
Cenoura	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	36 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro)	216	2,98	643,68
Feijão	Cooperação Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão	17 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro)	102	4,50	459,00

Laranja	Antonio Gilmar Cognaco	60 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro)	360	3,00	1.080,00
Maçã	Antonio Gilmar Cognaco	60 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro)	360	4,50	1.620,00
Ovos	Antonio Gilmar Cognaco	22 dz (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro)	132	7,50	990,00
Repolho	Antonio Gilmar Cognaco	35 kg (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro)	210	2,00	420,00
Suco de Uva Orgânico	Antonio Gilmar Cognaco	18 lt (meses Maio, Junho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro)	108	8,00	864,00

Em 14/04/2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal.

### EDITAL CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Nº 001/2015

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL/SC - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de LEOBERTO LEAL/SC.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 13 de Abril de 2015, em sua sede localizada na Avenida Adolfo Scheidt, nº 458, Centro e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Lei Municipal 939/2012, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Leoberto Leal/SC, e dá outras providências.

#### 1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

#### 2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 939/2012:

"Art. 51 A Função de conselheiro tutelar será remunerada, em valor igual ao menor vencimento municipal". Atualmente vencimento de um salário mínimo, valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e



oito reais).

§ 1º São assegurados ao Conselho Tutelar:

I - cobertura previdenciária do RGPS;

II - férias anuais remuneradas, com acréscimo de 1/3 (um terço);

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - décimo terceiro vencimento.

§ 2º A remuneração do conselheiro tutelar será alterada ou revisada no mesmo percentual e data da dos servidores municipais.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.4 A carga horária semanal do conselheiro tutelar será de 30 (trinta) horas de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobre aviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual. O que não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidade distante da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo conselho.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 7h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas de trabalho,

2.5.1 Plantão noturno das 17h00 às 7h30 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

### 3. Do Processo de Escolha

#### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 15/04/2015 a 12/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h), no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado na Avenida Adolfo Scheidt.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV - conclusão de ensino fundamental, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Fundamental.

V - experiência de, no mínimo dois anos, na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitidas por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

VI - formação específica sobre o ECA, sob responsabilidade do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

VII - aprovação na prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente

a) além da apresentação dos documentos, a aplicação de prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatório, a ser formulada por uma comissão examinadora designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança

e do Adolescente, assegurado prazo para interposição de recurso junto a comissão especial eleitoral, a partir da data da publicação dos resultados no Diário Oficial do Município ou meio equivalente

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.3 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.4 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.5 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

#### 3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente, de caráter eliminatória, acontecerá no dia 14/06/2015, as 09 horas na Casa da Cidadania.

3.2.2 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 19/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.3 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 19/06/2015 a 24/06/2015, no horário de atendimento ao público (07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h), no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

3.2.3.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 22/06/2015 a 30/06/2015, no horário de atendimento ao público (07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h), no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

3.2.3.2 A comissão eleitoral terá o período para apresentar resposta quanto às impugnações até o dia 15/07/2015.

3.2.4 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 31/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.5 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

#### 3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de

pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

#### 3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08:00h as 17:00h, no seguinte local:

Casa da Cidadania, localizada na Avenida Adolfo Scheidt, nº 326, Centro, ao lado da Câmara de Vereadores.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

#### 3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho

Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indepassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

#### 3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

#### 3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

#### 3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na no local da eleição, com a presença do representante do Ministério Público, da Comissão Eleitoral e candidatos a conselheiro tutelar.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá

fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 05/10/2015, em edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 939/2012, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Município, 13 de abril de 2015.

LUCEMAR NALCIR DE SOUZA GUCHERT

PRESIDENTE

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DE LEOBERTO LEAL

Anexo I

Cronograma

15/04/2015 a 12/06/2015 - Período para registro de candidaturas-inscrição;

14/06/2015 - realização da prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente;

19/06/2015 - publicação dos candidatos inscritos e aprovados na prova;

19/06/2015 a 24/06/2015 - período para impugnação de candidatura;

24/06/2015 a 30/06/2015 - período para manifestação de forma escrita, do candidato impugnado;

15/07/2015 - resposta da comissão eleitoral quanto às impugnações;

31/07/2015 - publicação final da relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas.

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL PREGÃO ELETRONICO 02/2015 PMLS

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2015 PMLS

Pedro Ari Parizoto - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO ELETRONICO, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal 1386/2006, para aquisição livros, materiais pedagógicos, carrinhos de passeio para bebe, e caminhas empilháveis, com recebimento das propostas até as 08:15 horas do dia 30 de abril de 2015 através do site <https://cidadecompras.com.br>.

Lindóia do Sul - SC, 14 de abril de 2015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal.

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 01/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 01/2015

O Secretário Municipal de Saúde de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA Licitação: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02/2015

Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de materiais odontológicos e para enfermagem, do Fundo Municipal de Saúde.

Valor Registrado: R\$ 2.565,91

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 09 de março de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretario de Saúde e Ação Social

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 02/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 02/2015

O Secretário Municipal de Saúde de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: CASA CIRÚRGICA CHAPECÓ LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02/2015

Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de materiais para enfermagem, do Fundo Municipal de Saúde.

Valor Registrado: R\$ 2.777,65

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 09 de março de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretario de Saúde e Ação Social

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 03/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 03/2015

O Secretário Municipal de Saúde de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: PRHODENT COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES E DENTÁRIOS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02/2015

Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de materiais odontológicos, para o Fundo Municipal de Saúde.

Valor Registrado: R\$ 6.121,10

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 09 de março de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretario de Saúde e Ação Social

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 04/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 04/2015

O Secretário Municipal de Saúde de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02/2015

Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de materiais odontológicos, para o Fundo Municipal de Saúde.

Valor Registrado: R\$ 2.220,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 09 de março de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretario de Saúde e Ação Social

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 05/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 05/2015

O Secretário Municipal de Saúde de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02/2015



Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de materiais odontológicos, para o Fundo Municipal de Saúde.

Valor Registrado: R\$ 2.486,22

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 09 de março de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretario de Saúde e Ação Social

#### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 06/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 06/2015

O Secretário Municipal de Saúde de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: PLASMEDIC COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO E LABORATORIAL LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02/2015

Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de materiais de enfermagem, para o Fundo Municipal de Saúde.

Valor Registrado: R\$ 23.820,94

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 09 de março de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretario de Saúde e Ação Social

#### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 07/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 07/2015

O Secretário Municipal de Saúde de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: VANUSA DIAS EIRELI EPP

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02/2015

Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de materiais odontológicos e de enfermagem, para o Fundo Municipal de Saúde.

Valor Registrado: R\$ 2.594,52

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 09 de março de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretario de Saúde e Ação Social

#### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 08/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 08/2015

O Secretário Municipal de Saúde de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: MEGHA-EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA EPP

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 02/2015

Objeto: Registro de preços para a possível aquisição de materiais odontológicos e de enfermagem, para o Fundo Municipal de Saúde.

Valor Registrado: R\$ 4.180,75

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 09 de março de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretario de Saúde e Ação Social

#### **EXTRATO DO CONTRATO 64/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 64/2015 - 1º TA 19/201 5

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S.A.

Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2014

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado, em razão da execução de uma boca de lobo adicional na Rua Ricardo Frare.

Valor: R\$ 1.259,21

Vigência: 25 de julho de 2015.

Assinatura: 09 de abril de 2.015.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal



# Luzerna

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 030/2015 - PP 016/2015 - CONCRETO ASFÁLTICO USINADO À QUENTE - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 030/2015 - PML

Pregão nº 016/2015 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 030/2015, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço.

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para aquisição, de forma parcelada, Concreto Asfáltico Usinado a Quente - C.A.U.Q., destinadas às obras de pavimentação e conservação de diversas ruas do perímetro urbano do Município de Luzerna (SC).

- Proponente(s) Vencedora(s):

\* SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA

- Valor total: R\$ 10.860,00

Luzerna (SC), 14 de abril de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

### LEI 1362

LEI Nº 1362 de 14 de abril de 2015.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO COM ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO com a COOPERATIVA JOVENS ESTUDANTES LTDA/CEJEL, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.253.564/0001-23, com sede no Município de Água Doce(SC), para a criação de 05 (cinco) vagas no CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA no COLÉGIO AGRÍCOLA DE ÁGUA DOCE(SC), que serão preenchidas por alunos do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

§1º- O valor do Convênio será da ordem de R\$ 1.920,00 (um mil, novecentos e vinte reais), por aluno matriculado em REGIME DE MATRÍCULA INTERNA correspondendo a 60% (sessenta por cento) do valor total por aluno/ano, correndo as despesas por conta da dotação orçamentária nº 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente - Categoria Econômica - 3.3.90 00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

§2º- As vagas que disporá o Município incluem alimentação e alojamento, pelo período de 01(um) ano letivo, no COLÉGIO AGRÍCOLA DE ÁGUA DOCE, correspondente ao CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA.

§3º- A entidade deverá apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos.

Art.2º- O valor acima mencionado será liberado à entidade em 02 (duas parcelas), sendo a primeira parcela paga em 20 de maio de 2015 e a segunda parcela em 20 de novembro de 2015, cabendo a CEJEL encaminhar bimestralmente, uma ficha informativa da participação e rendimento dos alunos beneficiados.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### LEI 1363

LEI Nº 1363 de 14 de abril de 2015.

"ALTERA A LEI Nº 1346 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2015 QUE "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUBSIDIAR PARCIALMENTE AS DESPESAS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica alterado o "caput" do art. 1º da Lei nº 1346 de 13 de fevereiro de 2015 que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A SUBSIDIAR PARCIALMENTE AS DESPESAS DE TRANSPORTE DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS E DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE QUE ESPECIFICA" passando o valor repassado a título de subsídio de transporte de estudantes universitários e do ensino profissionalizante residentes no MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) e que se deslocam diariamente à UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Videira e à UnC - Campus de Concórdia de R\$ 1.767,45 (hum mil, setecentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) aluno/ano regular normal e proporcional aluno/ano não regular para R\$ 2.156,00 (dois mil, cento e cinquenta e seis reais), passando o "caput" do art. 1º da referida Lei a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a subsidiar parcialmente as despesas de transporte de estudantes universitários e do ensino profissionalizante residentes no MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) e que se deslocam diariamente à UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Videira e à UnC - Campus de Concórdia, no valor de R\$ 2.156,00 (dois mil, cento e cinquenta e seis reais) aluno/ano regular normal e proporcional aluno/ano não regular; à UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Campos Novos e de Capinzal e CEICAN UNITINS - Pólo de Campos Novos no valor de R\$ 1.546,46 (hum mil, quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos) aluno/ano; de Linha Roça Grande - Luzerna a UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus de Joaçaba, no valor de R\$ 946,83 (novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e três centavos) aluno/ano; aos que se deslocam periodicamente a outros Municípios da região e que se cadastraram junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura de Luzerna até o início do ano letivo, no valor de R\$ 447,11 (quatrocentos e quarenta e sete reais e onze centavos) aluno/ano e aos que se deslocam de comunidades de Luzerna que margeiam as rodovias estaduais sentido Água Doce/Luzerna e Ibicaré/Luzerna e que cursam o ensino profissionalizante no período noturno no SENAI Luzerna e Instituto Federal Catarinense - IFC-SC - Campus de Luzerna, no valor de R\$ 867,05 (oitocentos e sessenta e sete reais e cinco centavos) aluno/ano e os que cursam SENAC em Joaçaba no

valor de até R\$ 527,95 (quinhentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos) aluno/ano.”

Art.2º - Fica alterado ainda o Anexo I da Lei nº 1346 de 13 de fevereiro de 2015 em relação aos valores dos trajetos de UNOESC - Campus de Videira e UNC - Campus de Concórdia, passando o Anexo I a vigorar com a nova redação.

Art.3º- Os demais artigos da Lei nº 1346 de 13 de fevereiro de 2015 permanecem inalterados.

Art.4º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 14 de abril de 2015.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

#### ANEXO I

#### VALORES SUBSIDIADOS

#### ANO 2015

Trajeto	Valor do auxílio dado ao ano proporcional à quantidade de dias de deslocamentos a campus universitários ou centros de educação profissionalizante				
	1 dia	2 dias	3 dias	4 dias	5 dias
UNOESC - Campus de Videira	431,20	862,40	1.293,60	1.724,80	2.156,00
UNC - Campus de Concórdia	431,20	862,40	1.293,60	1.724,80	2.156,00
UNOESC - Campus de Campos Novos e CEICAN UNITINS - Pólo de Campos Novos	309,29	618,58	927,87	1.237,16	1.546,46
UNOESC - Campus de Capinzal	309,29	618,58	927,87	1.237,16	1.546,46
Alunos da Linha Roça Grande a UNOESC - Campus de Joaçaba	189,36	378,72	568,08	757,44	946,83
Outros Municípios da região	89,42	178,84	268,26	357,68	447,11
Alunos de comunidades de Luzerna que margeiam as rodovias estaduais sentido Água Doce/Luzerna e Ibicaré/Luzerna no período noturno no SENAI Luzerna e IFC/SC - Núcleo de Luzerna	173,41	346,82	520,23	693,64	867,05
SENAC	105,59	211,18	316,77	422,36	527,95

#### PL 035/2015 - PP 021/2015 - CURATIVOS ESPECIAIS COM AMOSTRAS - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 035/2015 - FMS

Pregão Presencial nº 021/2015 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação objetiva a aquisição, de forma parcelada, de curativos especiais com apresentação de amostras destinada à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 30 de abril de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10mim do dia 30 de abril de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br)

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

**Mafra****PREFEITURA****CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS**

## CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos, a saber;

CNPJ: 81.908.469/0002-06

CETARB COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA

Nota Fiscal nº. 4865 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4866 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4849 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4852 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4816 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4817 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4818 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4819 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4820 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4822 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4794 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4795 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4796 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4797 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4798 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4799 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4805 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4806 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4807 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4770 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4771 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4772 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4773 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4774 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4775 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4740 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4742 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4743 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4744 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4745 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4746 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4683 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4684 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4685 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4686 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4687 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4688 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4689 R\$ 4.532,50  
Nota Fiscal nº. 4671 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4672 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4673 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4674 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4675 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4680 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4665 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4666 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4667 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4668 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4669 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4670 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4622 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4623 R\$ 351,50

Nota Fiscal nº. 4624 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4625 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4626 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4628 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4630 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4591 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4592 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4593 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4594 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4595 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4603 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4580 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4581 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4582 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4583 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4584 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4585 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4586 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4566 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4567 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4568 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4569 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4570 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4572 R\$ 5.198,50  
Nota Fiscal nº. 4553 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4557 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4558 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4559 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4562 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4565 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4545 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4546 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4547 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4548 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4549 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4880 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4885 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4892 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4893 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4900 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4901 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4535 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4536 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4537 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4538 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4539 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4543 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4544 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4523 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4524 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4525 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4526 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4527 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4425 R\$ 536,50  
Nota Fiscal nº. 4419 R\$ 351,50  
Nota Fiscal nº. 4420 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4421 R\$ 185,00  
Nota Fiscal nº. 4422 R\$ 185,00

Valor Total: R\$ 45.047,50

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento cascalho à Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 15 de abril de 2015  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES  
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

## CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 83.483.230/0001-86

SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS SA

Nota Fiscal nº. 14612 R\$ 5.951,09

Nota Fiscal nº. 14616 R\$ 6.578,18

Nota Fiscal nº. 14617 R\$ 1.791,70

Nota Fiscal nº. 14615 R\$ 7.637,72

Nota Fiscal nº. 13707 R\$ 152,00

Nota Fiscal nº. 3876 R\$ 298,87

Nota Fiscal nº. 14872 R\$ 299,25

Nota Fiscal nº. 14866 R\$ 2.264,61

Nota Fiscal nº. 14870 R\$ 2.701,89

Nota Fiscal nº. 14869 R\$ 2.827,20

Nota Fiscal nº. 14618 R\$ 773,30

Valor Total: R\$ 31.275,81

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pela locação de equipamentos para o fornecimento de reproduções (cópias), impressões, execução de digitalização de documentos das Secretarias Municipais, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 15 de abril de 2015  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES  
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

## DECRETO Nº 3844

DECRETO Nº 3844

DATA: 14.04.2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO.

O Prefeito do Município de Mafrá, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 68, item XVII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º - Ponto Facultativo no dia 20 de Abril de 2015 (Segunda-feira).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafrá, em 14 de Abril de 2015.  
ROBERTO AGENOR SCHOLZE  
Prefeito Municipal

DÉBORA SCARDANZAN  
Secretária Municipal de Administração

## EDITAL Nº 01/2015 - CMDCA

EDITAL Nº 01/2015 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015.

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de MAFRA - SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, e considerando, em especial, o disposto nos artigos 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução do Conanda de nº 170/2014 e nos termos da Lei Municipal que regulamenta o Conselho Tutelar; abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Mafrá - SC e dá outras providências.

### 1. DO CARGO E DAS VAGAS.

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas 05 (cinco) vagas para Conselheiros titulares, considerando os demais aprovados como suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.2 Os 05 (cinco) candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.3 O Conselheiro Tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

### 2. DA REMUNERAÇÃO, DA CARGA HORÁRIA E DO MANDATO.

2.1 O exercício efetivo da função de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Legislação Municipal é-lhe assegurado o direito a:

I - Vencimento de R\$ 1.489,62 (um mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e sessenta e dois centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual em que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - Cobertura previdenciária;

III - Gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - Licença-maternidade;

V - Licença-paternidade;

VI - Gratificação natalina;

VII - Auxílio alimentação.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de Conselheiro Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.3 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.



2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00.

2.5.1 Haverá plantão durante o horário de almoço, compreendido das 12h00 às 13h30; e noturno das 17h00 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantões de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

### 3. DO PROCESSO DE ESCOLHA.

#### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro provisório das candidaturas a Conselheiro Tutelar será feito no período 27/04/2015 a 29/05/2015, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Benemérito Pedro Kuss, s/nº, Centro (antiga Estação Ferroviária), em dias úteis, e no horário de atendimento ao público, compreendido das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I - possuir reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Criminais expedidas pela Justiça Estadual de Santa Catarina e Federal;

II - possuir idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital;

IV - ter concluído o ensino médio, comprovado através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio ou documento equivalente;

V - estar em gozo de seus direitos políticos, condição comprovada mediante apresentação de certidão do cartório eleitoral de seu domicílio eleitoral;

VI - possuir Carteira Nacional de Habilitação no mínimo na categoria 'B';

VII - possuir conhecimento básico em informática.

3.1.2.1 Além dos requisitos que deverão ser comprovados no ato de inscrição, deverá o candidato ser aprovado em exame de aferição de conhecimentos específicos acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente e questões diversas de conhecimento geral, com no mínimo 60% (sessenta por cento) de acerto; que será aplicada em dia e horário a ser definidos e comunicados.

3.1.2.2 No momento da inscrição deverá o candidato apresentar cópia de seu documento de identidade e da Carteira Nacional de Habilitação e uma foto 3x4 recente.

3.1.3 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.4 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.5 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

#### 3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada em até 05 (cinco) dias do término do prazo para as inscrições, mediante afixação no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores e do Fórum Estadual desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a relação de candidatos inscritos, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação e protocolo realizado no período de 05 (cinco) dias junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Benemérito Pedro Kuss, s/nº, Centro (antiga Estação Ferroviária), no horário de atendimento ao público compreendido das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita em até 05 (cinco) dias após sua cientificação, mediante protocolo realizado na forma do item anterior.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o prazo de 03 (três) dias, para apresentar resposta às impugnações.

3.2.2.3 Desta decisão caberá recurso no prazo de 03 (três) dias ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que, em reunião extraordinária convocada para não mais do que 05 (cinco) dias, em última instância, decidirá com a presença mínima de 50% (cinquenta por cento) de seus membros; dando ciência da decisão ao impugnante, ao candidato impugnado e ao Ministério Público.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado em no máximo 05 (cinco) dias do término do(s) processo(s) de impugnação, por meio de afixação no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores e do Fórum Estadual desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

#### 3.3 Da Propaganda Eleitoral:

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por si e seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de currículo.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios artificiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios artificiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.



3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 03 (três) dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais Conselheiros Tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fica vedado fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

#### 3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08 horas às 17 horas, em locais a serem divulgados oportunamente.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus nomes e respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do

Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez, e em apenas 01 (um) candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

#### 3.5 Do Voto

3.5.1 Os Conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome/codigine e/ou o número do candidato escolhido.

#### 3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

#### 3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela

Comissão Eleitoral;  
II - Registrar na ata as impugnações dos votos e outros eventos relevantes;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

### 3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á no mesmo local de votação, em sala específica, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório referentes à votação.

3.8.5 Os 05 (cinco) candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiro Tutelar titular.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

### 4. DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS.

4.1 O resultado da eleição será publicado até o dia 13/10/2015, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores e do Fórum Estadual desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

### 5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990, na Lei Municipal que disciplina o Conselho Tutelar; sem prejuízo das demais normas legais afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 Os protocolos relacionados ao processo de eleição dos Conselheiros Tutelares deverão sempre ser realizados junto à sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, situada na Rua Benemérito Pedro Kuss, s/nº, Centro (antiga Estação Ferroviária), no horário de atendimento ao público compreendido das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00.

5.4 Para a contagem dos prazos dispostos neste edital, salvo disposição em contrário, exclui-se o dia do começo, incluindo o do vencimento.

5.4.1 Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou final de semana.

5.4.2 Os prazos somente começam a correr em dia útil.

5.5 A Comissão Eleitoral de que trata este edital é composta por: Iuri Belandrino, representante do Centro de Educação Municipal Beija-Flor, na condição de Presidente; Carlos Eduardo Sprotte, representante da Associação Beneficente Professora Georgete; Carlos Eduardo Koschinski, representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Mafra; Mariza Schuster Bueno, representante da Universidade do Contestado - Campus Mafra, Rodolfo Isbrecht, representante da Guarnição Especial de Polícia de Mafra; Mariza Decol Weck Mattoso, representante da Secretaria Municipal de Cultura; Jarina Tiburski, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social; Renata Henrique Petreça, representante da Secretaria Municipal de Saúde.

5.6 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.7 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.8 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.9 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.10 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.11 O Conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.12 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.13 Fica eleito o Foro da Comarca de Mafra - SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 10 de abril de 2015.

IURI BELANDRINO

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mafra - CMDCA

### **LEI MUNICIPAL Nº. 4112**

Lei MUNICIPAL nº. 4112

DE 25 DE MARÇO DE 2015.

DENOMINA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE JUVENTINO HAAS PETTERS A UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO DISTRITO DE BELA VISTA DO SUL.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Unidade Básica de Saúde Operário "feitor" Juventino Haas Petters a Unidade de Estratégia de Saúde da Família do distrito de Bela Vista do Sul.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 25 de março de 2015.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

### **NOVA DATA DE ABERTURA - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2015**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2015  
(NOVA DATA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS aquisição de pneus, destinados aos veículos de uso da Secretaria Municipal de Educação, através do Fundo Municipal de Educação, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 30/04/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 14 de abril de 2015.

Roberto Agenor Scholze      Fabiano Mauricio Kalil  
Prefeito Municipal              Pregoeiro Municipal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **PORTARIA Nº 31/2015**

PORTARIA Nº 31/2015, de 14 de abril de 2015.

AUTORIZA SERVIDOR A RECEBER LICENÇA-PRÊMIO.

O Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Vereador Ednilson Schelbauer, no uso das atribuições legais e regimentais, e com fundamento no art. 104 da Lei Complementar nº 16 de 28 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o Servidor Ednilson Ferreira, ocupante do cargo de Guarda Patrimonial do Quadro de Servidores Efetivos da Câmara Municipal, o direito de receber a mais, o equivalente a 100% (cem por cento) do vencimento do cargo pela licença-prêmio não gozada e trabalhada relativa ao período de 1º de março de 2010 à 28 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra(SC), 14 de abril de 2015.

Ver. Ednilson Schelbauer

Presidente

# Maravilha

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 37/2015

DECRETO Nº 37, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Aprova loteamento denominado "GRANDO" e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto aprovado o Loteamento denominado "GRANDO", de propriedade de FSI/Lotisa Empreendimentos Imobiliários Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.671.368/0001-20, com sede na Rua Camboriú, nº 1060, Bairro Fazenda, no Município de Itajaí/SC.

Art. 2º O imóvel onde está implantado o Loteamento "GRANDO" é o seguinte: Parte dos lotes coloniais rurais nºs (12 e 13), da Gleba "A", da Seção Maravilha, situada neste Município e Comarca de Maravilha, com área de "Trinta e seis mil, quinhentos e vinte e cinco metros e duzentos e quarenta e oito centímetros quadrados" (36.525,248 m²), sem benfeitorias, com as confrontações constantes da Matrícula nº 18.239, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca.

Art. 3º Com a implantação do Loteamento "GRANDO", o imóvel objeto da Matrícula nº 18.239, da Serventia Registral Imobiliária desta Comarca, com a área de 36.525,248 m², será fracionado e transformado em quadras, lotes urbanos e vias públicas, da seguinte forma:

A área de (36.525,248 m²) que constitui o Loteamento denominado "GRANDO", será composta de 5 (cinco) quadras, estas divididas em 57 (cinquenta e sete) Lotes Urbanos, assim constituídos:

	Quadras	Quantidade de Lotes	Área em m²	Total em m²
	1	15	11.108,57	
	2	6	2.770,45	
	3	11	3.610,15	
	4	9	3.029,73	
	5	16	5.682,72	
Total	5	57	26.201,62	26.201,62
Área das vias de circulação 10.323,628				
Total da área loteada (área de matrícula 18.239) 36.525,248				

Art. 4º As vias públicas do Loteamento "GRANDO", terão as seguintes denominações, larguras e direcionamento:

Prolongadas: Avenida Alcides Antonio D'Agostini, com 20,00 metros de largura.  
Avenida Marginal, com 20,00 metros de largura.  
Rua José Engelmann, com 15,00 metros de largura.

Projetadas: Rua Albina Theresa Grando, com 12,00 metros de largura.  
Rua Luiz Grando, com 14,00 metros de largura.

#### Direcionamento das Vias de Circulação:

- Leste - Oeste: Rua Albina Theresa Grando, Avenida Alcides Antonio D'Agostini e Rua Luiz Grando.

- Norte - Sul: Avenida Marginal e Rua José Engelmann.

Art. 5º Caberá ao Poder Público Municipal a área de "dezessete mil, quinhentos e vinte e três metros e cento e noventa e oito centímetros quadrados" (17.523,198 m²), correspondente a 47,975575% da área loteada, que passarão ao domínio do Município, por ocasião do registro do Loteamento, sendo:

#### Áreas destinadas ao Poder Público Municipal:

ÁREAS	TOTAIS / m²	TOTAIS %
Área das vias de circulação	10.323,628	28,264361
Área de APP	3.147,18	8,616450
-Lote Urbano nº 1, Quadra nº 1 -Parte do Lote Urbano nº 3, Quadra nº 1		
Área Verde	2.450,64	6,709441
-Lote Urbano nº 6, Quadra nº 2 -Parte do Lote Urbano nº 3, Quadra nº 1		
Área Institucional (Equipamento Público)	861,75	2,359326
-Lote Urbano nº 15, Quadra nº 1		
Praça	740,00	2,025995
-Lote Urbano nº 14, Quadra nº 1		
Totais	17.523,198	47,975575%
Percentual Total da Área Loteada = 35,603770%		

Art. 6º A área loteada destina-se a uma Zona Predominantemente Residencial, devendo ser, nas edificações, observada a legislação municipal que disciplina o assunto.

Art. 7º Fica caucionado conforme Termo de Compromisso e Caução e nos termos da Lei Municipal nº 1.344, de 22 de novembro de 1988, os lotes urbanos de nºs abaixo especificados, todos do Loteamento "GRANDO", em garantia da execução das obras de infraestrutura descritas no Termo de Compromisso para Implantação de Infraestrutura de Loteamento, firmado aos 10 de março de 2015, e Cronograma Físico Financeiro apresentado.



Nº DO LOTE	Nº DA QUADRA	ÁREA DO LOTE
2	1	1.376,80 m <sup>2</sup>
5	1	373,80 m <sup>2</sup>
7	1	375,00 m <sup>2</sup>
9	1	360,00 m <sup>2</sup>
11	1	360,00 m <sup>2</sup>
13	2	315,10 m <sup>2</sup>
2	2	315,10 m <sup>2</sup>
4	3	397,15 m <sup>2</sup>
1	3	364,00 m <sup>2</sup>
3	3	300,00 m <sup>2</sup>
5	3	325,00 m <sup>2</sup>
7	3	300,00 m <sup>2</sup>
9	3	310,00 m <sup>2</sup>
11	4	376,60 m <sup>2</sup>
2	4	322,50 m <sup>2</sup>
4	4	350,00 m <sup>2</sup>
6	4	302,40 m <sup>2</sup>
8	5	351,00 m <sup>2</sup>
2	5	351,00 m <sup>2</sup>
4	5	351,00 m <sup>2</sup>
6	5	338,00 m <sup>2</sup>
8	5	364,00 m <sup>2</sup>
10	5	349,70 m <sup>2</sup>
12	5	349,70 m <sup>2</sup>
14	5	362,94 m <sup>2</sup>
16	5	
TOTAL DE LOTES		ÁREA TOTAL
26		10.000,79 m <sup>2</sup>

§ 1º A caução terá validade por 6 meses a contar da data de assinatura do presente Decreto.

§ 2º Em caso de não execução dos equipamentos urbanos previstos na Cláusula 7ª do Termo de Compromisso e Caução, dentro do prazo estabelecido, os lotes urbanos mencionados no caput do presente artigo passarão a integrar o Patrimônio Público do Município de Maravilha.

Art. 8º Este Decreto foi elaborado nos termos dos memoriais descritivos e plantas, devidamente assinadas por profissionais especializados e aprovadas pelos órgãos competentes.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 13 de abril de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

## LEI COMPLEMENTAR Nº 71/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 71, DE 14 DE ABRIL DE 2015

Institui contribuição de melhoria e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas de

pavimentação asfáltica em concreto betuminoso usinado a quente (C.B.U.Q), drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, tendo como limite global as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua Santa Catarina, trecho compreendido entre a Avenida Euclides da Cunha e a Rua Dr. Silvio Noronha, na extensão de 2.460,40 m<sup>2</sup>.

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, corresponde à quantia de R\$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), tendo como fonte recursos os valores obtidos do Convênio nº 2778/2014 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Maravilha - SDR, e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Maravilha, no valor de R\$ 75.407,50 (setenta e cinco mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta centavos).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º Para o cálculo da contribuição de melhoria será observado o seguinte:

I - a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, através do departamento de planejamento, encarregado pela execução da obra, elaborará a respectiva planta, na qual constarão os imóveis atingidos diretamente e pela obra, que comporão a zona de influência, oportunidade na qual deverá elaborar o memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital.

II - a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, através do departamento competente, relacionará em lista própria, todos os imóveis que se encontrem dentro da zona de influência definida na forma do inciso anterior, conforme cadastro imobiliário municipal, bem como fixará seu valor, por meio de avaliação, independentemente dos valores que constarem no cadastro imobiliário fiscal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado em face do valor de mercado dos imóveis.

III - após a conclusão da obra o Município realizará nova avaliação dos imóveis abrangidos pela valorização, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior e o atual.

IV - os valores obtidos nas avaliações referidas nos incisos II e III deste artigo balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel constante na zona de influência definida pelo inciso II do mesmo artigo.

V - o órgão competente municipal calculará o valor da contribuição de melhoria devida pelos titulares de cada imóvel constante na



relação a que se refere o inciso I deste artigo, por meio de sistema de proporção simples (regra de três), no qual o somatório das valorizações referido no inciso anterior está para cada valorização, assim como a parcela do custo a ser recuperada está para cada contribuição de melhoria.

Art. 6º As avaliações dos imóveis de que trata esta Lei serão efetivadas pela Comissão Municipal de Avaliação de Bens Imóveis designada através do Decreto Municipal nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 7º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, após a execução das obras, publicará o Edital contendo os seguintes requisitos:

- I - delimitação da zona beneficiada;
- II - memorial descritivo do projeto;
- III - orçamento do custo da obra;
- IV - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;
- V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;
- VI - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, a contar do lançamento, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos nos incisos anteriores;
- VII - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial;
- VIII - valorização de cada imóvel e, o valor da respectiva contribuição de melhoria.

§ 1º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere o inciso III, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

Art. 8º Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação do lançamento, que não será inferior a 30 (trinta) dias, o contribuinte poderá impugnar quaisquer elementos do edital, cabendo-lhe o ônus da prova.

§ 1º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após manifestação através de parecer jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada:

- I - da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.
- II - a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:
  - a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
  - b) Pelo correio, com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte Pessoa Física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte Pessoa Jurídica;
  - c) Por edital publicado em jornal de grande circulação local.

§ 2º Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a

notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 9º A contribuição de melhoria de que trata esta Lei será cobrada, exclusivamente, sobre o percentual que excede a quantia do repasse do Convênio de que trata o parágrafo único do artigo 1º, da presente Lei, ou seja, sobre o valor da contrapartida do Município.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal arcará com o custo de 20% (vinte por cento) do valor da contrapartida por si disponibilizada para a referida obra.

Art. 10. Ficam excluídos da incidência da contribuição de melhoria prevista nesta Lei os imóveis pertencentes aos loteamentos realizados diretamente pelo Município e que sejam declarados em lei como loteamentos de interesse social para a residência de pessoas com baixa renda familiar e os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal.

Art. 11. Considera-se regularmente notificado o sujeito passivo na data da publicação do Edital de Contribuição de Melhoria no órgão oficial do Município ou no jornal de circulação local.

Art. 12. As reclamações ou quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar a Administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 13. A Contribuição de Melhoria poderá ser paga:

- I - à vista, com desconto de 15% (quinze por cento);
- II - em até 3 (três) parcelas fixas, mensais e consecutivas, com desconto de 10% (dez por cento);
- III - em até 36 (trinta e seis) parcelas fixas, mensais e consecutivas, sem desconto.

Parágrafo único. No parcelamento, o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 14. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% ao mês, conforme disposto no art. 34, da Lei nº 1.942/93 (Código Tributário Municipal), e multa moratória de 2%, nos termos da Lei Municipal nº 2.544/2001.

Art. 15. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei nº 1.942/93, e suas alterações posteriores (Código Tributário Municipal).

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 14 de abril de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**LEI Nº 3.847/2015**

LEI Nº 3.847, DE 14 DE ABRIL DE 2015

Autoriza a edificação e instalação de indústria na Zona Residencial - ZR 3 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica autorizada a edificação e instalação de Indústria com o ramo de cervejaria, na Rua Hercílio Luz, em parte da Chácara Rural nº 2, Bloco "E", de propriedade de Nestor Ely, pertencente à Zona Residencial 3 - ZR3.

Parágrafo único. Que o Chefe do Poder Executivo, no momento de conferir o alvará de localização, faça cumprir o que determina o artigo 16, da Lei Orgânica Municipal e seus incisos.

Art. 2º As despesas decorrentes com a realização da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 14 de abril de 2015.  
ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**RESOLUÇÃO CODEM Nº 001/2015**

Maravilha / SC, 1º de abril de 2015.

Resolução 001, de 1º de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA - CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha - CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o que diz na Lei Complementar 034-10 no seu Art. 13. As empresas já beneficiadas, na forma da legislação existente, poderão permutar imóveis, equipados ou não, por valores diferenciados, considerando o tempo de atividade empresarial, a quantidade de empregos gerados, a ampliação dos investimentos e que tiverem efetivados em 100% os encargos assumidos, no prazo de três (3) anos, a critério do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha - CODEM propõe a Secretária de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha, a permuta, escriturando as áreas cessionadas as empresas, e em contrapartida, essas construirão barracões no distrito industrial, permitindo que novas empresas ali se instalem.

2. CONSIDERANDO, que várias empresas já estão a anos estabelecidos em áreas cessionadas pelo município, proporcionando geração de emprego, renda e tributos.

3. CONSIDERANDO, que como as áreas estão em nome do município e, portanto não podem ser dadas em garantia na tomada de empréstimos pelas mesmas, e também que as melhorias efetuadas na estrutura não são de propriedade da empresa.

4. CONSIDERANDO, que não é de interesse do município que

estas parem as suas atividades, pelo movimento econômico gerado e também pela função social que estas exercem.

5. CONSIDERANDO, que é interesse desse conselho - CODEM, o desenvolvimento de nosso município, e das empresas que aqui constroem a sua história, salientando que o conselheiro Márcio Adelir Ludke se absteve, por ser parte interessada.

6. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

7. RESOLVE este conselho - CODEM, apresentar parecer à administração municipal, orientando para que promova a tramitação desse processo junto a Câmara Municipal de Vereadores, no sentido de regularizar esta situação que se faz necessária ao desenvolvimento de Maravilha, de forma transparente e aberta a todas as empresas que se enquadrarem nos critérios deste artigo da lei.

8. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que a estas orientações será dado o valor devido, elevamos votos de consideração e apreço.

9. Atenciosamente,

10. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha - CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 1º de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

**RESOLUÇÃO CODEM Nº 002/2015**

Maravilha / SC, 1º de abril de 2015.

Resolução 002, de 1º de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA - CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha - CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o Decreto nº 162, de 11 de dezembro de 2014, que determina a notificação de empresas cessionárias de imóveis públicos do Município de Maravilha, e que foram as mesmas

notificadas até final de dezembro de 2014, com prazo de 30 (trinta) dias para se manifestarem.

2. CONSIDERANDO, que algumas empresas efetivaram a reversão da área cessionada, retornando a mesma ao município.

3. CONSIDERANDO, que as demais empresas justificaram que irão edificar nas referidas áreas, e pediram prorrogação dos prazos para que possam efetivamente cumprir com o que foi cessionado.

4. CONSIDERANDO, que em alguns casos o município não proporcionou os devidos acessos e melhorias necessárias.

5. CONSIDERANDO, que é interesse desse conselho - CODEM, que as empresas edifiquem suas empresas, trazendo o desenvolvimento ao nosso município.

6. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

7. RESOLVE este conselho - CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja enviada a Câmara de Vereadores, projeto para prorrogação dos prazos e adequações para que estas empresas possam ali se instalar, gerando novos empregos e valor econômico a Maravilha.

8. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que a estas orientações será dado o valor devido, elevamos votos de consideração e apreço.

9. Atenciosamente,

10. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha - CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 1º de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

## RESOLUÇÃO CODEM Nº 003/2015

Maravilha / SC, 1º de abril de 2015.

Resolução 003, de 1º de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA - CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha - CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o pedido de várias empresas que aqui pretendem se instalar ou ampliarem seus negócios, e que solicitam apoio do poder público em forma de lotes industriais, terraplanagem e outros tipos de incentivos.

2. CONSIDERANDO, que novos empreendimentos proporcionam geração de emprego, e geração de riquezas, aumentando o valor adicionado de Maravilha.

3. CONSIDERANDO, que Maravilha é um polo regional quando se trata do setor industrial, de serviços e de bens diversos.

4. CONSIDERANDO, que o espírito empreendedor presente em nossa classe empresária, é ferramenta preponderante para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

5. CONSIDERANDO, que é interesse desse conselho - CODEM, o desenvolvimento de nosso município, e das empresas que aqui constroem a sua história.

6. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

7. RESOLVE este conselho - CODEM, apresentar parecer à administração municipal, orientando para que inicie a tramitação do processo licitatório na forma de concorrência pública, de áreas do distrito industrial, para que tenhamos maior celeridade nas concessões, enquanto esse conselho avalia os pedidos de lotes industriais das referidas empresas que ali pretendem se instalar.

8. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que a estas orientações será dado o valor devido, elevamos votos de consideração e apreço.

9. Atenciosamente,

10. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha - CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 1º de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

### RESOLUÇÃO CODEM Nº 004/2015

Maravilha / SC, 1º de abril de 2015.  
Resolução 004, de 1º de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA - CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha - CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o pedido de incentivos da empresa FERTISUL - Agroindústria de Fertilizantes Organo Mineral Maravilha LTDA, inscrita no CNPJ 21.661.523/0001-59, tendo como atividade principal a produção de fertilizantes orgânicos e organominerais, sendo considerada como atividade de suma importância ao município.

2. CONSIDERANDO, que irá implantar um programa de tratamento de dejetos provenientes de suínos e aves, e também todos os resíduos provenientes de podas de árvores.

3. CONSIDERANDO, que é uma atividade pioneira e que estará gerando 8 (oito) novos empregos, e uma estimativa de faturamento de R\$ 345.000,00 por mês.

4. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

5. RESOLVE este conselho - CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja concedido incentivo em terraplanagem conforme a tabela que segue:

Construções até 600m²	Incentivo de até 25 horas-máquina
Construções de 601m² até 1.000m²	Incentivo de até 50 horas-máquina
Construções de 1.001m² até 2.000m²	Incentivo de até 100 horas-máquina
Construções acima de 2.000m²	Lei específica dirá sobre o incentivo

Com relação ao pedido em forma de comodato dos demais itens, conforme lista apresentada pela empresa, este conselho estará fazendo uma análise mais criteriosa, para averiguar da possibilidade, e no caso se tem como atender as solicitações.

6. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que a estas orientações será dado o valor devido, elevamos votos de consideração e apreço.

7. Atenciosamente,

8. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha - CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 1º de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

### RESOLUÇÃO CODEM Nº 005/2015

Maravilha / SC, 1º de abril de 2015.  
Resolução 005, de 1º de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA - CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha - CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, o pedido de incentivo da empresa PS DO BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ 13.759.276/0001-08 com solicitação de terraplanagem em horas máquinas a serem realizadas na nova planta a ser edificada pela empresa.

2. CONSIDERANDO, ser uma empresa já consolidada em nosso município apesar do pouco tempo de atividade, e que o número de empregos será de 80 (oitenta) colaboradores, com uma estimativa de faturamento de R\$ 700.000,00 por mês.

3. CONSIDERANDO, que é uma atividade pioneira em nosso município, que está pautada na produção de portões automáticos em rolo de aço.

4. CONSIDERANDO, que a construção do barracão deverá ser de 5.000m² (cinco mil metros quadrados), mais 400m² (quatrocentos metros quadrados) de escritório.

5. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

6. RESOLVE este conselho - CODEM -, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja concedido incentivo em terraplanagem conforme a tabela que segue:

Construções até 600m²	Incentivo de até 25 horas-máquina
Construções de 601m² até 1.000m²	Incentivo de até 50 horas-máquina
Construções de 1.001m² até 2.000m²	Incentivo de até 100 horas-máquina
Construções acima de 2.000m²	Lei específica dirá sobre o incentivo



Considerando a tabela, e em comparação com a área a ser construída pela empresa, sugerimos que seja ofertado à mesma o incentivo de 100 horas-máquina, para que de forma imediata e célere, se dê a resposta ao pedido, não necessitando nesse caso de Lei específica de incentivo.

7. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que a estas orientações será dado o valor devido, elevamos votos de consideração e apreço.

8. Atenciosamente,

9. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha - CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 1º de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

### **RESOLUÇÃO CODEM Nº 006/2015**

Maravilha / SC, 1º de abril de 2015.

Resolução 006, de 1º de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA - CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha - CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, a solicitação da empresa MULTIAÇO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ 74.157.108/0001-29, que pede autorização para investimentos e construção de pavilhões, na área em comodato usada pela empresa, e está devidamente registrada em nosso município e em dia com as obrigações a que foi submetida, no termo de comodato datado de 05 de julho de 2002.

2. CONSIDERANDO, que já foram autorizadas pelo poder público, em outras 2 (duas) oportunidades, com datas de 15-08-2002 e 30-05-2012, as mesmas autorizações.

3. CONSIDERANDO, que as Leis 3.092, de 28 de abril de 2006, e 034, de 15 de dezembro de 2010, preveem a possibilidade de ampliação dos investimentos na área cedida em comodato.

4. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a

administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

5. RESOLVE este conselho - CODEM, apresentar parecer à administração municipal referente ao pedido, orientando para que seja concedida a autorização dos investimentos e construção de pavilhões na área do comodato usada pela empresa, ressalvando que todas as melhorias deverão ter o aval de Engenheiro da Prefeitura Municipal de Maravilha, nos projetos e solicitações encaminhados ao poder público.

6. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que a estas orientações será dado o valor devido, elevamos votos de consideração e apreço.

7. Atenciosamente,

8. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha - CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 1º de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

### **RESOLUÇÃO CODEM Nº 007/2015**

Maravilha / SC, 1º de abril de 2015.

Resolução 007, de 1º de abril de 2015.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARAVILHA - CODEM, usando da competência que lhe confere a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que instituiu o Estatuto de Desenvolvimento Socioeconômico do Município de Maravilha/SC, e conforme Decreto Municipal nº 70, de 01 de abril de 2011, que aprovou o Regimento Interno do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha - CODEM, faz saber que;

1. ANALISANDO, a Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o estatuto do desenvolvimento socioeconômico do município de maravilha, no tocante aos incentivos e obrigações da referida Lei.

2. CONSIDERANDO, que algumas alterações se fazem necessárias para melhor desenvolvimento do setor produtivo em nosso município.

3. CONSIDERANDO, que é necessária a adoção de critérios melhor definidos para aplicação de incentivos às empresas por parte do



município.

4. JUSTIFICANDO, que é função deste conselho orientar a administração municipal quanto a assuntos de relevante importância à ordem econômica e social deste município.

5. RESOLVE este conselho - CODEM -, apresentar as seguintes sugestões de alterações da Lei Complementar 034-10 à administração municipal:

LEI COMPLEMENTAR N. 034, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.  
DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO DESENVOLVIMENTO SÓCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### CAPÍTULO III DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO

Parágrafo único. O requerimento para solicitação de incentivos deverá ser acompanhado de memorial, contendo os seguintes elementos:

- valor inicial do investimento;
- área necessária para instalação;
- absorção inicial de mão-de-obra e sua projeção futura;
- aproveitamento de matéria-prima existente no município;
- viabilidade de funcionamento regular;
- produção inicial estimada;
- atestado de idoneidade financeira, fornecida por instituições bancárias;
- demonstração das disponibilidades financeiras para aplicação no investimento proposto.

#### SEÇÃO I DOS INCENTIVOS FISCAIS

Art. 5º Os incentivos fiscais se constituem:

I - na isenção de 100% (cem por cento) do Imposto Territorial e Predial Urbano - IPTU, nos primeiros 5 (cinco) anos após a implantação e funcionamento;

I - na isenção do Imposto Territorial e Predial Urbano - IPTU, nos primeiros 7 (sete) anos após a implantação e funcionamento, considerando os empregos gerados, conforme tabela abaixo, empregos estes comprovados com carteira assinada, em até 1 (um) ano de atividade da empresa, contados do início das atividades na cessão;

Geração de até 20 empregos diretos	Isenção por 3 (três) anos no IPTU
Geração de 21 a 50 empregos diretos	Isenção por 4 (quatro) anos no IPTU
Geração de 51 a 100 empregos diretos	Isenção por 6 (seis) anos no IPTU
Geração de mais de 100 empregos diretos	Isenção por 7 (sete) anos no IPTU

II - na isenção de 100% (cem por cento), do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN, incidente sobre:

II - na isenção de 50% (cinquenta por cento), do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN para obras de até 1.000m<sup>2</sup> (um mil metros quadrados), e de 100% (cem por cento), para obras acima de 1.000m<sup>2</sup> (um mil metros quadrados), incidente sobre:

IV - isenção da taxa do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, das empresas que adquirirem suas próprias áreas de terra, para se instalarem no município.

#### SEÇÃO II DOS ESTÍMULOS ECONÔMICOS

Art. 7º Os estímulos econômicos, de natureza material, se

constituem mediante:

IV - serviço de preparo do solo a ser utilizado pela implantação ou ampliação da empresa;

IV - serviço de preparo do solo a ser utilizado pela implantação ou ampliação da empresa, conforme tabela que segue, caso os serviços prestados ultrapassem as horas estabelecidas, sobre o excedente será cobrado o custo, de acordo com o equipamento utilizado, considerando-se como fração mínima 1 (uma) hora:

Construções até 600m <sup>2</sup>	Incentivo de até 25 horas-máquina
Construções de 601m <sup>2</sup> até 1.000m <sup>2</sup>	Incentivo de até 50 horas-máquina
Construções de 1.001m <sup>2</sup> até 2.000m <sup>2</sup>	Incentivo de até 100 horas-máquina
Construções acima de 2.000m <sup>2</sup>	Lei específica dirá sobre o incentivo

### CAPÍTULO IV DA RETOMADA DOS BENS

§ 4º Não poderão as empresas beneficiadas edificar no imóvel cedido, residência com fins de moradia, seja ela própria ou para terceiros, sob pena de reverter a área em favor do município.

6. Sendo o que nos apresenta para o momento, e certos de que a estas orientações será dado o valor devido, elevamos votos de consideração e apreço.

7. Atenciosamente,

8. Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha - CODEM, sala de sessões, em Maravilha, 1º de abril de 2015.

GELSON ROSSETTO  
Presidente

BERLIN MARCOS FELIPPIN  
Vice-Presidente

IGOR EDUARDO DAMAREN  
Secretário

MÁRCIO ADELIR LUDKE  
Conselheiro

DILVA BERTOLDI BENVENUTTI  
Conselheira

GILSON LUIZ FARINON  
Conselheiro

JEOVANY FOLLE  
Conselheiro

CÉLIO DE SOUZA  
Conselheiro

**CÂMARA DE VEREADORES DE MARAVILHA****Resolução 06, de 13 de abril de 2015.**

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Aprova a concessão de homenagem em comemoração aos 180 anos de fundação da Polícia Militar de Santa Catarina e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Maravilha, Vereador Odair José Batistello, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial a alínea "d", inciso I, do artigo 46 do Regimento Interno da Casa, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica por esta Resolução aprovada a realização de Sessão Ordinária/Especial de Homenagem com a entrega de placa comemorativa aos 180 anos de fundação da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A realização desta sessão de homenagem deverá ser no dia 4 de maio do ano de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização da presente correrão por conta do orçamento do legislativo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha, 13 de abril de 2015.

Odair José Batistello

Presidente

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA 12.2014 FMS - EQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO

ADITIVO DE VALOR - equilibrio economico-financeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2014

Processo Licitatório Nº. 28/2014

Pregão Presencial Nº. 18/2014 - registro de preço

Aos 09 dias de abril do ano de 2015, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal, Sr. SUZANE ELISA F. REINKE, denominado de CONTRATANTE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 28/2014 - Pregão Presencial Nº. 18/2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Fornecimento de diversos medicamentos destinados à Farmácia Básica dos Postos de Saúde do Município de Massaranduba.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

DO VALOR REGISTRADO ANTERIOR AO AUMENTO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário
52	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 6,0 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 6,0. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	MAXI-TEX/80748910002	R\$ 0,7000
53	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 6,5 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 6,5. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	MAXI-TEX/80748910002	R\$ 0,6800
54	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 7,0 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 7,0. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	MAXI-TEX/80748910002	R\$ 0,7000
55	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 7,5 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 7,5. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	MAXI-TEX/80748910002	R\$ 0,7000
56	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 8,0 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 8,0. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	MAXI-TEX/80748910002	R\$ 0,7000
57	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 8,5 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 8,5. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	MAXI-TEX/80748910002	R\$ 0,7000

58	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO - LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEXNÃO ESTÉRIL. TEXTURA UNIFORME, AMBIDES-TRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO EXTRAP. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA EMBRAMAC, DESCARPAX, SEMPERMED, NUGARD.	NU-GARD/80748910006	R\$ 11,6900
59	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO - LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEXNÃO ESTÉRIL. TEXTURA UNIFORME, AMBIDES-TRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO PEQUENA. APRESENTAR AMOSTRA - APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. MARCA PRÉ APROVADA EMBRAMAC, DESCARPAX, SEMPERMED, NUGARD.	NU-GARD/80748910006	R\$ 11,5900
60	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO - LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEXNÃO ESTÉRIL. TEXTURA UNIFORME, AMBIDES-TRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO MEDIO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTARAMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA EMBRAMAC, DESCARPAX, SEMPERMED, NUGARD.	NU-GARD/80748910006	R\$ 11,7900
61	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO - LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEXNÃO ESTÉRIL. TEXTURA UNIFORME, AMBIDES-TRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO GRANDE. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA EMBRAMAC, DESCARPAX, SEMPERMED, NUGARD.	NU-GARD/80748910006	R\$ 11,7900
63	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	MASCARA CIRURGICA DE PROTEÇÃO - MATERIAL 100% POLIPROPILENO; HIPOALERGÊNICA; HIDROREPELENTE; NÃO INFLAMÁVEL; CLIPE NASAL REVESTIDO E DE FÁCIL AJUSTE;ELÁSTICO (PARA FIXAR ATRÁS DAS AURÍCULAS).APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES.- APRESENTAR AMOSTRA	OLI-MED/80273450010	R\$ 3,3900
83	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DE 10 ML - SERINGA DE PLÁSTICO, EMBOLO COM PONTA EMBORRACHADA. MARCADORES DE UNIDADES VISÍVEIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL SEM AGULHA. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. MARCA PRÉ APROVADA BD, EMBRAMAC, DESCARPAX.	SR/80026180029	R\$ 16,6000
84	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DE 20 ML - SERINGA DE PLÁSTICO, EMBOLO COM PONTA EMBORRACHADA. MARCADORES DE UNIDADES VISÍVEIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES. MARCA PRÉ APROVADA BD, EMBRAMAC, DESCARPAX.	SR/80026180029	R\$ 13,0000
85	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DE 3 ML - SERINGA DE PLÁSTICO, EMBOLO COM PONTA EMBORRACHADA. MARCADORES DE UNIDADES VISÍVEIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. MARCA PRÉ APROVADA BD, EMBRAMAC, DESCARPAX.	SR/80026180029	R\$ 7,7900

## MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário
52	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 6,0 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTENZURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 6,0. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	MAXI-TEX/80748910002	R\$ 0,94

53	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 6,5 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 6,5. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	MAXI-TEX/80748910002	R\$ 0,94
54	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 7,0 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 7,0. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	MAXI-TEX/80748910002	R\$ 0,94
55	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 7,5 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL;FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADAPOR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 7,5. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	MAXI-TEX/80748910002	R\$ 0,94
56	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 8,0 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 8,0. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	MAXI-TEX/80748910002	R\$ 0,94
57	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL TAMANHO 8,5 - FABRICADA EM LÁTEX; COM PÓ BIOABSORVÍVEL; FORMATO ANATÔMICO; ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA; SUPERFÍCIE LISA; MICROTTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. TAMANHO 8,5. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE COM 01 PAR.	MAXI-TEX/80748910002	R\$ 0,94
58	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO - LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEXNÃO ESTÉRIL. TEXTURA UNIFORME, AMBIDES-TRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO EXTRAP. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA EMBRAMAC, DESCARPAX, SEMPERMED, NUGARD.	NU-GARD/80748910006	R\$ 14,95
59	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO - LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEXNÃO ESTÉRIL. TEXTURA UNIFORME, AMBIDES-TRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO PEQUENA. APRESENTAR AMOSTRA - APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDA-DES. MARCA PRÉ APROVADA EMBRAMAC, DESCAR-PAX, SEMPERMED, NUGARD.	NU-GARD/80748910006	R\$ 14,95
60	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO - LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEXNÃO ESTÉRIL. TEXTURA UNIFORME, AMBIDES-TRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO MEDIO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTARAMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA EMBRAMAC, DESCARPAX, SEMPERMED, NUGARD.	NU-GARD/80748910006	R\$ 14,95
61	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO - LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEXNÃO ESTÉRIL. TEXTURA UNIFORME, AMBIDES-TRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO GRANDE. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA - MARCA PRÉ APROVADA EMBRAMAC, DESCARPAX, SEMPERMED, NUGARD.	NU-GARD/80748910006	R\$ 14,95
63	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	MASCARA CIRURGICA DE PROTEÇÃO - MATERIAL 100% POLIPROPILENO; HIPOALERGÊNICA; HIDRORE-PELENTE; NÃO INFLAMÁVEL; CLIPE NASAL REVES-TIDO E DE FÁCIL AJUSTE;ELÁSTICO (PARA FIXAR ATRÁS DAS AURÍCULAS).APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES.- APRESENTAR AMOSTRA	OLI-MED/80273450010	R\$ 4,76



83	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DE 10 ML - SERINGA DE PLÁSTICO, EMBOLO COM PONTA EMBORRACHADA. MARCADORES DE UNIDADES VISÍVEIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL SEM AGULHA. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. MARCA PRÉ APROVADA BD, EMBRAMAC, DESCARPAX.	SR/80026180029	R\$ 26,80
84	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DE 20 ML - SERINGA DE PLÁSTICO, EMBOLO COM PONTA EMBORRACHADA. MARCADORES DE UNIDADES VISÍVEIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 50 UNIDADES. MARCA PRÉ APROVADA BD, EMBRAMAC, DESCARPAX.	SR/80026180029	R\$ 19,15
85	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DE 3 ML - SERINGA DE PLÁSTICO, EMBOLO COM PONTA EMBORRACHADA. MARCADORES DE UNIDADES VISÍVEIS. EMBALAGEM INDIVIDUAL. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES. MARCA PRÉ APROVADA BD, EMBRAMAC, DESCARPAX.	SR/80026180029	R\$ 10,70

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem a este aditivo.

3.2 Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 28/2014 - MULTINEIDADE - PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 18/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 09 de abril de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE	SUZANE E. F. REINKE
PREFEITO MUNICIPAL	Secretária de Saúde Gestora do Fundo Municipal

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS

Diego Desiderio  
Contratada

### ATA 8.2014 FMS - EQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO - OLIMED

ADITIVO DE VALOR - equilibrio economico-financeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2014

Processo Licitatório Nº. 21/2014

Pregão Presencial Nº. 13/2014

registro de preço

Aos 09 dias de Abril do ano de 2015, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora do Fundo Municipal Sr. SUZANE ELISA F. REINKE, denominado de CONTRATANTE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 21/2014 - Pregão Presencial Nº /2014 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO: Fornecimento de diversos medicamentos destinados à Farmácia Básica dos Postos de Saúde do Município de Massaranduba.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO EQUILIBRIO ECONOMICO E FINANCEIRO

DO VALOR REGISTRADO ANTERIOR AO AUMENTO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário
77	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL 6,5	MAXITEX	R\$ 0,7000
78	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL 7,0: LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA NUMERO 7,0 LUBRIFICADA COM PO ABSORVIVEL, EM PURO LATEX, SUPER RESISTENTE. APRESENTACAO: PACOTE CONTENDO 01 PAR DE LUVAS, DE FACIL ABERTURA, ESTERILIZADA A OXIDO DE ETILENO	MAXITEX	R\$ 0,6800
79	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL 7,5: LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA NUMERO 7,5, LUBRIFICADA COM PO ABSORVIVEL, EM PURO LATEX, SUPER RESISTENTE. APRESENTACAO: PACOTE CONTENDO 01 PAR DE LUVAS, DE FACIL ABERTURA, ESTERILIZADA A OXIDO DE ETILENO	MAXITEX	R\$ 0,7000
80	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL 8,0: LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA NUMERO 8,0, LUBRIFICADA COM PO ABSORVIVEL, EM PURO LATEX, SUPER RESISTENTE. APRESENTACAO: PACOTE CONTENDO 01 PAR DE LUVAS, DE FACIL ABERTURA, ESTERILIZADA A OXIDO DE ETILENO	MAXITEX	R\$ 0,7000
81	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL 8,5: LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA NUMERO 8,5 LUBRIFICADA COM PO ABSORVIVEL, EM PURO LATEX, SUPER RESISTENTE. APRESENTACAO: PACOTE CONTENDO 01 PAR DE LUVAS, DE FACIL ABERTURA, ESTERILIZADA A OXIDO DE ETILENO	MAXITEX	R\$ 0,7000
82	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO PP, CAIXA COM 100 UNIDADES	NUGARD	R\$ 8,7900
83	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO: Luva de Procedimento Látex não esteril cx.Com 100 unid. Textura uniforme, ambidestra, talcada com amido de milho USP, punho normal (23cm), bainha ultra-resistente e hipoalérgica. Tamanho Pequena.	NUGARD	R\$ 10,8900
84	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO:LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX NÃO ESTÉRIL CX. COM 100 UNID. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA,TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP,PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO MEDIO.	NUGARD	R\$ 11,0000
85	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO:LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX NÃO ESTÉRIL CX. COM 100 UNID. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA,TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP,PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO GRANDE.	NUGARD	R\$ 11,0000
91	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	MASCARA HOSPITALAR, CAIXA COM 100 UNIDADES.	OLIMED	R\$ 0,1000
107	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DESCARTÁVEL DE 1ML COM AGULHA	SR	R\$ 0,0700
108	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DESCARTAVEL DE 3ML	SR	R\$ 0,0900
109	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DESCARTAVEL DE 5ML	SR	R\$ 0,1600
110	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DESCARTAVEL DE 10ML	SR	R\$ 0,2500
111	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DESCARTAVEL DE 20ML	SR	R\$ 1,4900
112	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DESCARTAVEL DE 60ML COM BICO LONGO	SR	R\$ 0,1000

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Marca	Valor Unitário com reajuste
77	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL 6,5	MAXITEX	R\$ 0,94
78	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL 7,0: LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA NUMERO 7,0 LUBRIFICADA COM PO ABSORVIVEL, EM PURO LATEX, SUPER RESISTENTE. APRESENTACAO: PACOTE CONTENDO 01 PAR DE LUVAS, DE FACIL ABERTURA, ESTERILIZADA A OXIDO DE ETILENO	MAXITEX	R\$ 0,94
79	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL 7,5: LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA NUMERO 7,5, LUBRIFICADA COM PO ABSORVIVEL, EM PURO LATEX, SUPER RESISTENTE. APRESENTACAO: PACOTE CONTENDO 01 PAR DE LUVAS, DE FACIL ABERTURA, ESTERILIZADA A OXIDO DE ETILENO	MAXITEX	R\$ 0,94
80	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL 8,0: LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA NUMERO 8,0, LUBRIFICADA COM PO ABSORVIVEL, EM PURO LATEX, SUPER RESISTENTE. APRESENTACAO: PACOTE CONTENDO 01 PAR DE LUVAS, DE FACIL ABERTURA, ESTERILIZADA A OXIDO DE ETILENO	MAXITEX	R\$ 0,94
81	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTERIL 8,5: LUVA CIRURGICA ESTERILIZADA NUMERO 8,5 LUBRIFICADA COM PO ABSORVIVEL, EM PURO LATEX, SUPER RESISTENTE. APRESENTACAO: PACOTE CONTENDO 01 PAR DE LUVAS, DE FACIL ABERTURA, ESTERILIZADA A OXIDO DE ETILENO	MAXITEX	R\$ 0,94
82	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO PP, CAIXA COM 100 UNIDADES	NUGARD	R\$ 14,95
83	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO: Luva de Procedimento Látex não esteril cx.Com 100 unid. Textura uniforme, ambidestra, talcada com amido de milho USP, punho normal (23cm), bainha ultra-resistente e hipoalérgica. Tamanho Pequena.	NUGARD	R\$ 14,95
84	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO:LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX NÃO ESTÉRIL CX. COM 100 UNID. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA,TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP,PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO MEDIO.	NUGARD	R\$ 14,95
85	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO:LUVA DE PROCEDIMENTO LÁTEX NÃO ESTÉRIL CX. COM 100 UNID. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA,TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP,PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRA-RESISTENTE E HIPOALÉRGICA. TAMANHO GRANDE.	NUGARD	R\$ 14,95
91	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	MASCARA HOSPITALAR, CAIXA COM 100 UNIDADES.	OLIMED	R\$ 9,52
107	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DESCARTÁVEL DE 1ML COM AGULHA	SR	R\$ 0,268
108	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DESCARTAVEL DE 3ML	SR	R\$ 0,107
109	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DESCARTAVEL DE 5ML	SR	R\$ 0,127
110	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DESCARTAVEL DE 10ML	SR	R\$ 0,268
111	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DESCARTAVEL DE 20ML	SR	R\$ 0,383
112	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	SERINGA DESCARTAVEL DE 60ML COM BICO LONGO	SR	R\$ 1,87

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata esta deu origem a este aditivo.

3.2 Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 21/2014 - Multientidade - PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO Nº. 13/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 09 de abril de 2015

MARIO FERNANDO REINKE	SUZANE E. F. REINKE
PREFEITO MUNICIPAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
	Gestora dos Fundos Municipais

MAURO MARCIANO GARCIA DE FREITAS
Diego Desiderio - Contratada

### CO 13.2015 - TRANSPORTE ESCOLAR / 3ª IDADE - EMERGENCIAL - MASSARANDUBATUR

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 13/2015

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 22/2015 - multientidade

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: MASSARANDUBATUR LTDA ME

OBJETO: contratação, em caráter emergencial, de empresa para execução dos serviços de: transporte escolar de alunos matriculados no ensino fundamental, técnico, ensino superior, nos trajetos de ida e volta conforme itinerário. Contratação de empresa para execução dos serviços de transporte de grupos da 3ª idade.

VIGENCIA: 01.04.2015 a 01.06.2015

VALOR: R\$ 132.430,08 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e trinta reais e oito centavos)

Massaranduba, 1 de Abril de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

### PRORROGAÇÃO DE CONTRATO EM CARATER EXCEPCIONAL (2/7) REFERENTE AO CONTRATO Nº. 2/2010 - FASS

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO EM CARATER EXCEPCIONAL (2/7) REFERENTE AO CONTRATO Nº. 2/2010 - VINCULADO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 87/2009 - CREDENCIAMENTO Nº. 2/2009 MULTIENTIDADE.

PLANO PRIVADO DE ASSISTENCIA A SAÚDE AMBULATORIAL+HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA - (BÁSICO\*) CO-PARTICIPAÇÃO 30%

Pelo presente aditivo ao contrato em epígrafe e na melhor forma de direito, de um lado como CONTRATANTE: o FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE MASARANDUBA, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, com sede na Rua 11 de Novembro, nº. 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais - Sra. ANNA KARINE R. FRANZ, CPF nº. 005.246.769-41 e RG nº. 1.988.587-3, expedida pelo órgão SSP/SC, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município, na qualidade de CONTRATADA, UNIÃO SAÚDE S/S LTDA, registrada na ANS sob o nº. 31.460-9, com sede na cidade de Jaraguá do Sul (SC), Rua Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 1589, inscrita no CNPJ sob nº. 02.912.196/0001-16, registrada, nos termos da Lei nº. 6.839/80, no Conselho regional de Medicina do Estado de Santa Catarina sob nº. 1479-0, neste ato representado pela Sra. VALDA STANGE, brasileira, casada, inscrita no CPF nº. 990.769.349-91, carteira de identidade nº. 8/R 3.225.202 SSP-SC, residente e domiciliada na Rua Imperatriz Leopoldina, nº. 244, Apto 403, na cidade de Blumenau (SC), representada na forma de seus atos constitutivos, tem, entre si, através do presente, PRORROGAR O CONTRATO EM CARATER EXCEPCIONAL, conforme o que segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FORMAÇÃO DO PREÇO

1.1. A CREDENCIADA cobrará, por usuário inscrito, o valor de R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais). Usuário dependente inscrito com idade entre 0 a 18 anos pagará o valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), a título de contraprestação mensal pelos serviços de assistência à saúde.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do presente Contrato é de 60 (sessenta) dias, iniciando no dia 01 de abril de 2015, findando no dia 31 de Maio de 2015.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA SITUAÇÃO EXCEPCIONAL

3.1 Esta prorrogação excepcional faz-se necessária e foi devidamente autorizada no Relatório de Justificativa, uma vez que o contrato vigente findou em 31 de março de 2015 e, embora tenha sido feito o trâmite para a realização de novo processo licitatório, as empresas demoraram para apresentar orçamentos e em razão dessa demora houve atraso que resultou na falta de tempo hábil para a conclusão do processo licitatório.

### CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 Esta prorrogação excepcional está embasada no art. 57, § 4.º da Lei 8666/93.

### CLÁUSULA QUINTA - DAS APLICAÇÕES GERAIS

5.1. As demais cláusulas e condições do contrato original 02/2010 permanecem inalteradas.

E, assim, por estarem concordes nos termos acima as partes contratantes firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, juntamente e, assistidas por duas testemunhas.

Massaranduba (SC), 01 de Abril de 2015.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

FUNDO DA ASS. SOCIAL DE MASSARANDUBA	UNIÃO SAÚDE S/S LTDA
ANNA KARINE R. FRANZ	VALDA STANGE
Gestora	Sócia - Administrativa

Testemunhas:

ELTRIDA FRITZKE VOELZ	CIRIO MARTINI
CPF: 489.697.029-20	CPF: 452.293.509-97

### PRORROGAÇÃO DE CONTRATO EM CARATER EXCEPCIONAL (3/7) REFERENTE AO CONTRATO Nº. 3/2010 FMS

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO EM CARATER EXCEPCIONAL (3/7) REFERENTE AO CONTRATO Nº. 3/2010 - VINCULADO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 87/2009 - CREDENCIAMENTO Nº. 2/2009 MULTIENTIDADE.

PLANO PRIVADO DE ASSISTENCIA A SAÚDE AMBULATORIAL+HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA - (BÁSICO\*)

**CO-PARTICIPAÇÃO 30%**

Pelo presente aditivo ao contrato em epígrafe e na melhor forma de direito, de um lado como CONTRATANTE: o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, com sede na Rua 11 de Novembro, nº. 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Gestora dos Fundos Municipais - Sra. SUZANE E. F. REINKE, CPF nº. 468.882.339-87 e RG nº. 1.131.963-1, expedida pelo órgão SSP/SC, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município, na qualidade de CONTRATADA, UNIÃO SAÚDE S/S LTDA, registrada na ANS sob o nº. 31.460-9, com sede na cidade de Jaraguá do Sul (SC), Rua Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 1589, inscrita no CNPJ sob nº. 02.912.196/0001-16, registrada, nos termos da Lei nº. 6.839/80, no Conselho regional de Medicina do Estado de Santa Catarina sob nº. 1479-0, neste ato representado pela Sra. VALDA STANGE, brasileira, casada, inscrita no CPF nº. 990.769.349-91, carteira de identidade nº. 8/R 3.225.202 SSP-SC, residente e domiciliada na Rua Imperatriz Leopoldina, nº. 244, Apto 403, na cidade de Blumenau (SC), representada na forma de seus atos constitutivos, tem, entre si, através do presente, PRORROGAR O CONTRATO EM CARATER EXCEPCIONAL, conforme o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FORMAÇÃO DO PREÇO**

1.1. A CREDENCIADA cobrará, por usuário inscrito, o valor de R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais). Usuário dependente inscrito com idade entre 0 a 18 anos pagará o valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), a título de contraprestação mensal pelos serviços de assistência à saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência do presente Contrato é de 60 (sessenta) dias, iniciando no dia 01 de abril de 2015, findando no dia 31 de Maio de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA SITUAÇÃO EXCEPCIONAL**

3.1 Esta prorrogação excepcional faz-se necessária e foi devidamente autorizada no Relatório de Justificativa, uma vez que o contrato vigente findou em 31 de março de 2015 e, embora tenha sido feito o trâmite para a realização de novo processo licitatório, as empresas demoraram para apresentar orçamentos e em razão dessa demora houve atraso que resultou na falta de tempo hábil para a conclusão do processo licitatório.

**CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

4.1 Esta prorrogação excepcional está embasada no art. 57, § 4.º da Lei 8666/93.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS APLICAÇÕES GERAIS**

5.1. As demais cláusulas e condições do contrato original 03/2010 permanecem inalteradas.

E, assim, por estarem concordes nos termos acima as partes contratantes firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, juntamente e, assistidas por duas testemunhas.

Massaranduba (SC), 01 de Abril de 2015.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA	UNIÃO SAÚDE S/S LTDA
SUZANE E. F. REINKE	VALDA STANGE
Gestora	Sócia - Administrativa

Testemunhas:

ELTRIDA FRITZKE VOELZ	CIRIO MARTINI
CPF: 489.697.029-20	CPF: 452.293.509-97

**PRORROGAÇÃO DE CONTRATO EM CARATER EXCEPCIONAL (4/7) PMM**

PRORROGAÇÃO DE CONTRATO EM CARATER EXCEPCIONAL (4/7) REFERENTE AO CONTRATO Nº. 4/2010 - VINCULADO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 87/2009 - CREDENCIAMENTO Nº. 2/2009 MULTIENTIDADE.

PLANO PRIVADO DE ASSISTENCIA A SAÚDE  
AMBULATORIAL+HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA - (BÁSICO\*)  
CO-PARTICIPAÇÃO 30%

Pelo presente aditivo ao contrato em epígrafe e na melhor forma de direito, de um lado como CONTRATANTE: o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, com sede na cidade de Massaranduba (SC), na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Erich Leu, 45, em Massaranduba (SC), portador da RG nº. 488.606-2, e CPF sob o nº. 399.964.099-53 na forma de seus atos constitutivos e de outro lado, na qualidade de CONTRATADA: UNIÃO SAÚDE S/S LTDA, registrada na ANS sob o nº. 31.460-9, com sede na cidade de Jaraguá do Sul (SC), Rua Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 1589, inscrita no CNPJ sob nº. 02.912.196/0001-16, registrada, nos termos da Lei nº. 6.839/80, no Conselho regional de Medicina do Estado de Santa Catarina sob nº. 1479-0, neste ato representado pela Sra. VALDA STANGE, brasileira, casada, inscrita no CPF nº. 990.769.349-91, carteira de identidade nº. 8/R 3.225.202 SSP-SC, residente e domiciliada na Rua Imperatriz Leopoldina, nº. 244, Apto 403, na cidade de Blumenau (SC), representada na forma de seus atos constitutivos, tem, entre si, através do presente, PRORROGAR O CONTRATO EM CARATER EXCEPCIONAL, conforme o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FORMAÇÃO DO PREÇO**

1.1. A CREDENCIADA cobrará, por usuário inscrito, o valor de R\$ 150,00 (Cento e cinquenta reais). Usuário dependente inscrito com idade entre 0 a 18 anos pagará o valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), a título de contraprestação mensal pelos serviços de assistência à saúde.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência do presente Contrato é de 60 (sessenta) dias, iniciando no dia 01 de abril de 2015, findando no dia 31 de Maio de 2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA SITUAÇÃO EXCEPCIONAL**

3.1 Esta prorrogação excepcional faz-se necessária e foi devidamente autorizada no Relatório de Justificativa, uma vez que o contrato vigente findou em 31 de março de 2015 e, embora tenha sido feito o trâmite para a realização de novo processo licitatório, as empresas demoraram para apresentar orçamentos e em razão



dessa demora houve atraso que resultou na falta de tempo hábil para a conclusão do processo licitatório.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

4.1 Esta prorrogação excepcional está embasada no art. 57, § 4.º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS APLICAÇÕES GERAIS

5.1. As demais cláusulas e condições do contrato original 04/2010 permanecem inalteradas.

E, assim, por estarem concordes nos termos acima as partes contratantes firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, juntamente e, assistidas por duas testemunhas.

Massaranduba (SC), 01 de Abril de 2015.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA	UNIÃO SAÚDE S/S LTDA
MÁRIO FERNANDO REINKE	VALDA STANGE
Prefeito	Sócia - Administrativa

Testemunhas:

ELTRIDA FRITZKE VOELZ	CIRIO MARTINI
CPF: 489.697.029-20	CPF: 452.293.509-97

## Meleiro

### PREFEITURA

#### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MELEIRO

SERV. AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2015

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE torna público para conhecimento dos interessados que no dia 30/04/2015, às 09:30 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2015, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (TUBOS) DESTINADOS A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 - Meleiro/SC, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-3537-8400.

Meleiro/SC, 13 de abril de 2015.

ENIVALDO DUMINELLI

Diretor do SAMAE

#### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MELEIRO

SERV. AUT. MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2015

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MELEIRO - SAMAE torna público para conhecimento dos interessados que no dia 30/04/2015, às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas de PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2015, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE BOMBAS E POÇOS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO. A integra do Edital e maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 - Meleiro/SC, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone 0XX48-3537-8400.

Meleiro/SC, 13 de abril de 2015.

ENIVALDO DUMINELLI

Diretor do SAMAE

**PORTARIA Nº 164/2015**

PORTARIA nº 164/2015

TRATA DA PRORROGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO PARA O CRAS POR TEMPO DETERMINADO.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 1637/2014, de 26 de março de 2014, e Lei nº 1640/2014, de 03 de Abril de 2014, resolve:

**PRORROGAR**

Art. 1.º A Portaria de nº 150/2014, da Senhorita DÉBORA SALVADOR CARDOSO, ocupante do cargo de Agente Administrativo, exercendo suas atividades no Cras, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por um período de até 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da dotação própria do orçamento vigente, no elemento de despesas com pessoal.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 14/04/2015.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 13 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

**Modelo****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO Nº201/2015**

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 201/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 022/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 022/2015, para contratação de SERVIÇOS RADIOFÔNICOS (AM) PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO AVISOS, LEMBRETES, CHAMADOS QUE SERÃO DIVULGADOS DIARIAMENTE, SEMPRE QUE REQUISITADOS POR QUALQUER DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E PROGRAMA SEMANAL DE 15 MINUTOS NOS SÁBADOS, ENTRE 11:45 E 12:00 HORAS, NO PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2015. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 do dia 27/04/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 14 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº202/2015**

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 202/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 023/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 023/2015, para contratação de SERVIÇOS RADIOFÔNICOS (FM) PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO, COM PROGRAMA SEMANAL DE 08 (OITO) MINUTOS CADA, LEVADO AO AR AOS SÁBADOS, ELABORADO E APRESENTADO PELA PREFEITURA DE MODELO, E MAIS TRÊS INSERÇÕES DIÁRIAS DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS CADA, LEVADOS AO AR DE SEGUNDAS À SEXTAS-FEIRAS, EM HORÁRIOS QUE SERÃO ESTABELECIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E A CONTRATADA, ATENDENDO O INTERESSE PÚBLICO EM ESPECIAL O DE GARANTIR A AMPLA PUBLICIDADE, NO PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2015. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 09:30 do dia 27/04/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 14 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº203/2015**

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 203/2015 - Modalidade Pregão Presencial  
n. 024/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 024/2015, para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA ELABORAÇÃO DE SERVIÇOS DE CADASTRO AMBIENTAL RURAL (CAR) AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC, SENDO A PRESTAÇÃO DE ASSESSORIA, INFORMAÇÕES E REALIZAÇÃO DE CADASTRO NO SISTEMA SICAR. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 27/04/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 14 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº204/2015**

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 204/2015 - Modalidade Convite n. 003/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Convite n. 003/2015, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO AVISOS E LEMBRETES QUE SERÃO DIVULGADOS PERIODICAMENTE, SEMPRE QUE REQUISITADOS POR QUALQUER DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E REGIONAL, COM TIRAGEM SEMANAL. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 23/04/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 14 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 12/2015 FMS**

Extrato de Contrato nº 012/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório n. 083/2015

Contrato n. 012/2015

Contratada: Bacher Serviços Médicos Ltda S/S Ltda

Valor: R\$ 17.000,00

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC,

MÁRCIA TERESINHA JACOBY, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 008/2015, para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ORTOPEDIA, QUE DEVERÃO SER PRESTADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE MODELO, SENDO UM ATENDIMENTO MENSAL COM 20 CONSULTAS, TOTALIZANDO DUZENTAS CONSULTAS ATÉ O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2015.

Modelo (SC), 14 de Abril de 2015.

MÁRCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

**RESOLUÇÃO Nº009/2015 FMS**

RESOLUÇÃO Nº 009/2015 DE 26/03/15

DISPÕE SOBRE RESOLUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2015, ADJUDICA O OBJETO DA LICITAÇÃO AO PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Márcia Teresinha Jacoby, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

RESOLVE:

ART. 1º. - Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 083/2015, Modalidade Pregão e n.º 008/2015, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º. - Fica adjudicado o objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ORTOPEDIA, QUE DEVERÃO SER PRESTADOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE MODELO, SENDO UM ATENDIMENTO MENSAL COM 20 CONSULTAS, TOTALIZANDO DUZENTAS CONSULTAS ATÉ O PERÍODO DE DEZEMBRO DE 2015, adjudicado a favor da empresa:

Empresa	Valor Total Adjudicado
BACHER SERVIÇOS MEDICOS SS - EPP	17.000,00

ART. 3º. - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º. - Revogam-se as disposições em contrário.

Registrado e publicado na data supra:

Modelo SC, aos Quinta-Feira, 26 de março de 2015.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

ADILSON CESAR BRAUN

Chefe de Dpto. de Compras e Licitações

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 64/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2015

OBJETO: Contratação de: MATERIAL DE EXPEDIENTE, ELETRO-ELETRÔNICOS, FILMES RADIOLÓGICOS, MATERIAL AMBULATORIAL, MÓVEIS, PRODUTOS QUÍMICOS, ROUPAGEM e OUTROS conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 22/abril/2015 até as 08:30 horas do dia 28/abril/2015

ABERTURA: Abertura da sessão no dia 28/abril/2015 às 09:00 horas.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: [www.montecarlo.sc.gov.br](http://www.montecarlo.sc.gov.br) e-mail: [diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br](mailto:diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br)

Monte Carlo - SC, 13 de Abril de 2015

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

DELCIR BARZOTTO

Pregoeiro

### REVOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 59/2015

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, inscrito no cnpj nº 95.996.104.0001.04; através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que esta REVOGADO, nos termos do Art. 49 da Lei nº 8666/93 por razões de interesse público decorrente de fato superveniente o Processo Licitatório nº 59/2015 - Pregão Eletrônico nº 25/2015 e Registro de Preço nº 47/2015

Monte Carlo - SC, 14 de Abril de 2015

DELCIR BARZOTTO

Pregoeiro

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA DE APROVAÇÃO E APROVAÇÃO AMOSTRA 1/2015 FMAS

ATA AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL N° 1 /2015 F.M.A.S

Aos 14 dias do mês de abril de 2015 os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 01/2015 F.M.A.S, verificaram e deram o parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	LICITANTES	Aprovação/reprovação	
1	BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	APROVADO	
2	BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	APROVADO	
3	BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	APROVADO	
4	BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	APROVADO	
6	BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	APROVADO	
7	BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	APROVADO .	
8	BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	APROVADO	
05	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME	REPROVADO, O PRODUTO NÃO ESTÁ DE ACORDO COM O EDITAL, POIS A EMBALAGEM TETRAPACK/GARRAFA PLASTICA DE 1 LITRO. PRAZO DE VALIDADE DE 06 MESES DA DATA DA ENTREGA	FRACASSOU

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos - Pregoeiro

Maria Benedita - Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

Adriana Correa

Carla Claudino

Franciele Justino

Pedro Paulo

### ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO OLIMED PREGÃO 20/2015 FMS

ATA DE JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL REFERENTE

PREGÃO PRESENCIAL N° 20/2015 FMS

Aos 14 dias de abril de 2015, às 13:00 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 71 de 29/01/2015, com intuito de analisar e julgar as Impugnações ao Edital do Pregão Presencial nº 20/2015 FMS, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO VILANDO AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AS UNIDADES BÁSICAS E CENTROS DE REFERÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, protocoladas pelas empresas OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA - CNPJ: 03.033.589/0001-12, em 10/04/2015.

#### PRELIMINARMENTE

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber a Impugnação ao Edital, verificou que a mesma foi protocolada tempestivamente e na forma prevista em lei, decidindo, portanto, recebê-las, passando a analisá-las, conforme fundamenta o artigo 41, § 2º da Lei 8.666/93, que traz a seguinte redação:

“Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preço ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”



**DAS IMPUGNAÇÕES:**

Em síntese, manifesta-se as empresas supracitada, requerendo a reforma do edital, e que no final da análise seja dado provimento à IMPUGNAÇÃO:

**1 - DO PEDIDO:**

Menciona o impugnante que o item 01 ESFIGMOMANÔMETRO ANERÓIDE em seu descritivo contem características exclusivas da marca WELCHALLYN, cita o site do representante, e finaliza requerendo a alteração da especificação por característica similar e usual no mercado nacional.

**2- DA DECISÃO:**

Diante do exposto, o pregoeiro e a equipe de apoio solicitaram informações da Secretaria de Saúde, a qual justificou sua solicitação mencionando que as especificações são formuladas por uma equipe técnica que realiza seu trabalho baseando-se na ética e na legislação vigente, visando o bem estar dos profissionais envolvidos, assim como dos munícipes, e que o descritivo técnico mencionado no item 01 de forma alguma direciona a uma determinada marca, sendo que existem outras marcas ( no mínimo mais duas ) que atendem ao solicitado.

Desta forma o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decidem pela IMPROCEDÊNCIA DA PRESENTE IMPUGNAÇÃO, sendo que foi mencionado pela secretaria solicitante existir outras marcas que atendem ao descritivo.

- PUBLIQUE-SE.

É a decisão.

Navegantes, 14 de abril de 2015.

DOUGLAS LEMOS

Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA

Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

JOSEZITE DOS SANTOS

CARLA CLAUDINO

PEDRO PAULO DA COSTA

FRANCIELE JUSTINO

RATIFICANDO

BENILDE PERÃO

Secretária de Administração.

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 59/2015. PMN**

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 59/2015 PMN

ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES ABC, MARA TEREZINHA, ECO, D.DOIS, MARCELO SILVA, NOVA HEBROM TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, E TODOS BENEFICIARIOS DA LEI 123/2006 ME/EPP COM EXCEÇÃO DO LICITANTE D.DOIS QUE NÃO APRESENTOU OS DOCUMENTOS PERTINENTES AO BENEFICIO, APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE O PREGOEIRO DEU INICIO A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS, NESTA FASE FOI CONSTATADO QUE O LICITANTE D.DOIS NÃO COLOCOU A VALIDADE DA PROPOSTA SENDO O MESMO DESCLASSIFICADO. APOS PASSOU-SE PARA ETAPA DE LANCES, SENDO ABERTO A HABILITAÇÃO DOS VENCEDORES, NESTA ETAPA FOI VERIFICADO A INABILITAÇÃO DO LICITANTE ABC POR NÃO APRESENTAR A CND DO INSS, SEUS ITENS

PASSARAM PARA MARCELO E MARA TEREZINHA, APÓS ENCERROU-SE O PRESENTE SEM APONTAMENTOS NEM RECURSOS. NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2015.

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 62/2015 PMN**

ATA PREGÃO PRESENCIAL 62/2015. P.M.N

AO(S) 14 DE ABRIL DE 2015, ÀS 14:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES , REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO: BARKI INDUSTRIA E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (8168), DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANCA LTDA - EPP (9929), MARA TEREZINHA MOREIRA - EPP (10681), PJ SERVICOS E COMERCIO EIRELI - ME (10831), WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME (11332), RAULINO RAUL ROSAR - EPP (13615). INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO: ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES BARKI, PJ SERVIÇOS E COMERCIO, RAUL RAULINO, WRS SOLUÇÕES, DIST. NOVA ESPERANÇA E MARA TEREZINHA MOREIRA, TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS E ENQUADRADAS COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FOI DISPONIBILIZADO O CREDENCIAMENTO PARA VISTOS, COMO NÃO HOUVE APONTAMENTOS, PASSOU-SE PARA A PROXIMA ETAPA. APÓS FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS E LOGO EM SEGUIDA FOI ABERTA A SESSÃO DE LANCES. AS EMPRESAS CLASSIFICADAS FORAM BARKI, MARA TEREZINHA, WRS SOLUÇÕES. A EMPRESA MARA TEREZINHA APRESENTOU A DECLARAÇÃO NEGATIVA ESTADUAL VENCIDA E POR SER ME POSSUI PRAZO LEGAL DE 05 (CINCO) DIAS PARA APRESENTAR NOVA CERTIDÃO ESTADUAL. A EMPRESA WRS NÃO APRESENTOU ALVARÁ SANITÁRIO E POR ISSO FOI INABILITADA, FICANDO O ITEM 02 PARA A EMPRESA DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA QUE APÓS A VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO FOI CONSIDERADA HABILITADA. NÃO HAVENDO INTENÇÃO DE RECURSOS. ENCERRA-SE A SESSÃO E ENCAMINHA-SE A AUTORIDADE COMPETENTE.

MARIA BENEDITA CORREA - .....- PREGOEIRA SUBSTITUTA

DOUGLAS LEMOS - ..... - PREGOEIRO

CARLA CLAUDINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - ..... - EQUIPE DE APOIO.

JOSEZITE DOS SANTOS - .....-EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 14 DE ABRIL DE 2015.

**CONTRATO Nº 53/2015**

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 53/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: CEO CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO LTDA ME.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto promover a alteração da vigência pactuada no contrato original.

VIGÊNCIA: 13/03/2015 Até 13/03/2016

NAVEGANTES, 14 de abril 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
Prefeito

### **CONTRATO Nº 56/2015**

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO Nº 56/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: FARIA & VELOSO ATENDIMENTO NA ÁREA DE SAÚDE LTDA.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a realização de credenciamento de serviços na realização de exames laboratoriais de alta complexidade (cardiológicos) para atendimento aos pacientes da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Navegantes/SC de acordo com a tabela Sai/Sus, a fim de apoiar as atividades operacionais do Fundo Municipal de Saúde, sob o Regime de Execução Indireto e a forma de fornecimento parcelada, segundo critérios, termos e condições estabelecidas neste Credenciamento e nos seus anexos.

VIGÊNCIA: 16/03/2015 Até 16/03/2016

NAVEGANTES, 14 de abril 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
Prefeito

### **EXTRATO - TERMO DE ADITAMENTO Nº01/2015.**

Extrato Termo de Aditamento nº 01/2015.

Data: 09/02/2015.

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Credora: CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

Objeto: Termo de Aditamento ao contrato de empréstimo celebrado entre a Caixa Econômica Federal, instituição financeira com Sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes ¾ em Brasília, DF, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.360.305/0001-04 e o Município de Navegantes/SC, no endereço Rua João Emílio, 100, Centro, CNPJ nº 83.102.855/0001-50.

Alteração Contrato de empréstimo, na linha do Programa de Modernização da Administração Tributária e dos Setores Básicos □ PMAT nº da FRO: 64060677011, Número do Contrato 1879.349.0000002-34, com vencimento em 15/01/2023, no valor de R\$ 2.285.758,00, firmado em 08/01/2015.

Navegantes, 09 de fevereiro de 2015.

### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 044/2015.**

Extrato Contratual - 044/2015.

Contrato Nº...:044/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: UNION TECNOLOGIA E PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÕES LTDA.

CNPJ: 09.088.462/0001-87

Vigência ..... : Início: 02/05/2015 Término:02/05/2016.

Valor Total: R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).

Licitação ..... :PP225/2014.

Recursos ..... : Dotação: 2.136 3.3.90.00.00.

Objeto ..... : CONTRATO DE PRESTAÇÃO/EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES E A EMPRESA UNION TECNOLOGIA E PROCESSAMENTO DE INFORMAÇÕES LTDA, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº 225/2014.

### **EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 045/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 045/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Linear Industria de Comércio Ltda.

CNPJ: 17.253.233/0001-07.

Licitação: Dispensa nº 32/2015\*

Vigência ..... : Início: 04.03.2015 Término: 31/12/2015.

Valor: R\$ 5.198,00.

Recursos ..... : Dotação: 2.055 - 4.4.90.00.00.00.00.

Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA UTILIZAÇÃO DO CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL C.M.E.I ALESSANDRA ZILDA DA SILVA, C.M.E.I ROBSON FRANCISCO LOPES E C.M.E.I BRUCE KRAISTON KAY (ITENS FRACASSADO DO PREGÃO 14/2014, 15/2014 E 98/2013), ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Contratado: LINEAR IND. COM. LTDA.

Fundamento: Art. 24, inciso v, Lei 8.666/93.

### **PORTARIA 01 FUNDAÇÃO CULTURAL**

Portaria 001/2015

Publica a listagem de projetos habilitados na primeira etapa do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2015.

A Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar os projetos habilitados na primeira etapa do processo de seleção do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2015 do Fundo Municipal de Cultura. Abaixo está a lista de projetos habilitados:

Art. 2º - A divulgação do resultado está prevista para ocorrer em 45 dias após o término das inscrições, no blog: [www.navegantescultural.blogspot.com](http://www.navegantescultural.blogspot.com) e, posteriormente, no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES, 13 DE ABRIL DE 2015.

Regina Célia Correia

SUPERINTENDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

### **PORTARIA 1345 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

	<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio nº 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 <a href="http://www.navegantes.sc.gov.br">www.navegantes.sc.gov.br</a></p>
--	--

PORTARIA Nº 1345 DE 14 DE ABRIL DE 2015

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 777 de 6/3/2015 de para apurar as circunstâncias de possível enfermidade de servidor.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 7/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 1346 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1346 DE 14 DE ABRIL DE 2015

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 864 de 9/3/2015 de para apurar possível infração ao dever funcional.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 8/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 1347 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 1347 DE 14 DE ABRIL DE 2015

PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n º 863 de 9/3/2015 de para apurar possível infração ao dever funcional.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 8/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 1348 PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

**PORTARIA N° 1348 DE 14 DE ABRIL DE 2015  
PRORROGA TRABALHOS DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

**RESOLVE:**

I - PRORROGAR por 30 (trinta) dias os trabalhos da Comissão de Sindicância instaurada pela Portaria n° 916 de 10/3/2015 de para apurar possível infração ao dever funcional.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação retroagindo a 10/4/2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE ABRIL DE 2015.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 14 de abril de 2015.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**Nova Trento****PREFEITURA****CONTRATO Nº 055/2015**

CONTRATO Nº 055/2015

Origem: Processo Nº 033/2015 - Pregão Presencial nº 020/2015.  
Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60.  
Contratada: CASA DO PICA PAU LTDA EPP, com sede na Rodovia SC 438, KM 165, nº 15, Sala 102, Bairro Bela Vista, Trevo, Ed. Clover Center, cidade de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ nº 04.742.267/0001-05. Objeto do Contrato: O contrato tem por objeto a Aquisição de 01 (um) Trator cortador de grama a gasolina novo e recolhedor de grama novo (Lote 1) para atender as necessidades da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Planejamento de Nova Trento-SC, conforme especificações no anexo I, do Pregão nº 020/2015. O valor total é de R\$ 15.374,00 (Quinze mil trezentos e setenta e quatro reais). Prazo de execução: 30 (trinta) dias.

Nova Trento, 14 de abril de 2015.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

**RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015**

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2015

HOMOLOGAÇÃO: 14/04/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE NOVA TRENTO

OBJETO: Aquisição de 01 (um) Trator cortador de grama a gasolina novo, recolhedor de grama novo e sopradores/aspiradores de grama, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, de acordo com as exigências constantes do anexo I (Termo de Referência) que fica fazendo parte integrante deste Pregão.

Observação: Não acudiram interessados ao Lote 2 do certame.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

## LOTE I - CASA DO PICA PAU LTDA EPP (CNPJ nº 04.742.267/0001-05)

Item	Und	Qtde	Especificação	Preço Un.	Total
1	Und	1	Trator cortador de grama novo dirigível 4 tempos a gasolina, potência do motor igual ou superior a 17,5 HP, capacidade mínima do tanque de gasolina: 5 litros, consumo aproximado de 2,8 litros/hora, largura de corte igual ou superior a 1,06m (42"), regulagem de corte igual ou superior a seis níveis, transmissão hidráulica (automática), velocidade 6 à frente e 1 à ré, com horímetro e medidor de combustível. Garantia mínima de 6 meses.	R\$ 12.860,00	R\$ 12.860,00
2	Und	1	Recolhedor de grama para trator cortador de grama com dois recipientes rígidos, bolsas de nylon, capacidade mínima de 212 litros.	R\$ 2.514,00	R\$ 2.514,00
TOTAL					R\$ 15.374,00

Valor Total Licitado: R\$ 15.374,00 (Quinze mil trezentos e setenta e quatro reais)

Nova Trento/SC, 14 de abril de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito



## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### **EXTRATO DO PL Nº 029/15-PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/15**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
Processo Licitatório Nº 029/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: A presente licitação tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 29/04/2015, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro - Novo Horizonte - SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01 Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994 entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 15 de Abril de 2015.

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

## Orleans

### PREFEITURA

#### **AVISO DE ERRATA 73/2015**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA DE ORLEANS  
AVISO ERRATA DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2015

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ESTANTES DE AÇO PARA O ARQUIVO MORTO MUNICIPAL.

Recebimento das Propostas: até o dia 28/04/2015 às 13h45m.

Abertura das Propostas: dia 28/04/2015, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br) ou pelo site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

Orleans, 10 de Abril de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretario de Administração

#### **AVISO Nº 27/2015/FMS - MATERIAL MEDICO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREFEITURA DE ORLEANS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015.

Tipo: Menor Preço/Por Lote

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ORLEANS CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.

Recebimento das Propostas: até o dia 29/04/2015 às 13h45m.

Abertura das Propostas: dia 29/04/2015, às 14h.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos seguintes endereços e horários:

- Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas,

- Telefone (48) 3886.0100,

- Email: [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br) ou [licitacao3@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao3@orleans.sc.gov.br)

- Site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

ORLEANS, 14 de Abril de 2015.

ANA REGINA ZOMER

Secretaria de Saúde

**AVISO Nº 28/2015/FMS - MOVEIS SANTO ANTONIO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREFEITURA DE ORLEANS  
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS FABRICADOS SOB MEDIDA PARA A RECEPÇÃO E CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO DA UNIDADE DE SAÚDE SANTO ANTONIO DA SECRETARIA DE SAÚDE DE ORLEANS CONFORME ESPECIFICAÇÃO ANEXO.

Recebimento das Propostas: até o dia 30/04/2015 às 15h45m.

Abertura das Propostas: dia 30/04/2015, às 16h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos nos seguintes endereços e horários:

- Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas,

- Telefone (48) 3886.0100,

- Email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou licitacao3@orleans.sc.gov.br

- Site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

ORLEANS, 14 de Abril de 2015.

ANA REGINA ZOMER

Secretaria de Saúde

**EDITAL CHAMAMENTO CONCURSO PÚBLICO Nº001/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, mediante o qual fica CONVOCADO(A), para nomeação, o(a) candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público nº 001/2015, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 12h30min às 18h00min, no prazo de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do Edital do Concurso Público nº 001/2015 (disponível no sitio eletrônico: [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o Concurso Público nº 001/2015, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 3886-0128, com o servidor Ariel Alberton.

NOME	CARGO	CH
BRUNELLA FLORES PUPO	MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA	40 h

Orleans, 14 de abril de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

**EDITAL CHAMAMENTO CONCURSO PÚBLICO Nº003/2014 TEMPORARIO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS  
EDITAL DE CHAMAMENTO TEMPORÁRIO

Pelo presente EDITAL, fica convocada a candidata aprovada no Concurso Público do Edital nº 003/2014, relacionada abaixo, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, Centro, Município de Orleans, no horário das 12:30hs a 18:30 hs, para tomar posse no respectivo cargo. O presente chamamento, nos termos do item 14.5, do referido Concurso público, destina-se à substituição de servidor efetivo no período em que encontra-se afastado de suas funções. O não comparecimento no prazo de 05 dias implicará na desistência da vaga, podendo ser chamado o próximo classificado.

SERVIDOR(A)	CARGA HORÁRIA	CARGO
LUZIA ANGELINA KESTRING FACHIN	40 horas semanais	Agente de Apoio e Zeladoria da SF

Orleans, 14 de abril de 2015.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans.

# Ouro

## PREFEITURA

### DECRETO 255

DECRETO Nº 255, DE 5 DE JANEIRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto nos arts. 5º e 6º da Lei nº 2.398, de 17 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.316.825,72 (um milhão, trezentos e dezesseis mil, oitocentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

#### 02. GABINETE DO PREFEITO

##### 0201. GABINETE DO PREFEITO

##### 04.122.0002.2002. Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.3.90.00.00.0.3.00000.(293). Aplicações Diretas	R\$	6.600,00
4.4.90.00.00.0.3.00000.(294). Aplicações Diretas	R\$	4.430,00

##### 04.122.0002.2059. Manutenção das atividades da Comissão Municipal de Defesa Civil

3.3.90.00.00.0.3.34999.(291). Aplicações Diretas	R\$	139,56
--	-----	--------

#### 04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

##### 0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

##### 04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.3.71.00.00.0.3.00000.(251). Transferências a Consórcios Públicos	R\$	1.500,00
3.3.90.00.00.0.1.00000.(018). Aplicações Diretas	R\$	2.968,00
3.3.90.00.00.0.3.00000.(252). Aplicações Diretas	R\$	178.800,00
3.3.93.00.00.0.3.00000.(253). Transferências a Consórcios Públicos	R\$	1.320,00

##### 04.122.0003.2006. Divulgação e publicação de atos oficiais

3.3.93.00.00.0.3.00000.(285). Transferências a Consórcios Públicos	R\$	1.120,00
--	-----	----------

#### 05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

##### 0502. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

##### 12.306.0004.2009. Merenda Escolar

3.3.90.00.00.0.3.37103.(258). Aplicações Diretas	R\$	701,91
--	-----	--------

##### 12.361.0004.1006. Aquisição de veículos para as atividades da educação

4.4.90.00.00.0.3.01000.(278). Aplicações Diretas	R\$	28.990,00
--	-----	-----------

##### 12.361.0004.2010. Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.0.3.18000.(254). Aplicações Diretas	R\$	99.169,82
3.3.90.00.00.0.3.18000.(255). Aplicações Diretas	R\$	2.872,60

##### 12.361.0004.2011. Manutenção do transporte escolar

3.3.90.00.00.0.3.36000.(259). Aplicações Diretas	R\$	57.536,33
3.3.90.00.00.0.3.37201.(260). Aplicações Diretas	R\$	12.958,30
3.3.90.00.00.0.3.62101.(261). Aplicações Diretas	R\$	322,72

## 12.365.0004.2014. Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.0.3.18000.(256). Aplicações Diretas	R\$	76.233,32
3.3.90.00.00.0.3.18000.(257). Aplicações Diretas	R\$	1.867,58
4.4.90.00.00.0.3.01000.(284). Aplicações Diretas	R\$	3.992,00

## 06. SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

## 0601. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## 10.301.0007.2024. Manutenção do Programa Saúde da Família

3.3.90.00.00.0.3.67101.(298). Aplicações Diretas	R\$	7.500,00
--	-----	----------

## 10.301.0007.2025. Manutenção do Programa Agentes Comunitários

3.3.90.00.00.0.3.38103.(281). Aplicações Diretas	R\$	1.385,88
4.4.90.00.00.0.3.02000.(282). Aplicações Diretas	R\$	5.288,43

## 10.301.0007.2026. Manutenção do Programa Saúde Bucal

3.3.90.00.00.0.3.38104.(262). Aplicações Diretas	R\$	17.065,61
--	-----	-----------

## 10.301.0007.2027. Manutenção do Programa Farmácia Básica

3.3.90.00.00.0.3.02000.(280). Aplicações Diretas	R\$	3.586,58
3.3.90.00.00.0.3.38501.(263). Aplicações Diretas	R\$	6.889,88
3.3.90.00.00.0.3.67501.(264). Aplicações Diretas	R\$	13.687,15

## 10.305.0007.2030. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde

3.3.90.00.00.0.3.38301.(266). Aplicações Diretas	R\$	1.900,00
--	-----	----------

## 17.512.0007.1017. Implantação do sistema de água e esgotamento sanitário

4.4.90.00.00.0.3.34999.(289). Aplicações Diretas	R\$	506.229,85
--	-----	------------

## 07. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

## 0701. SEC. MUN. DE TRANSPORTES

## 26.782.0008.2032. Manutenção das estradas vicinais

3.3.90.00.00.0.3.00000.(300). Aplicações Diretas	R\$	36.238,03
3.3.90.00.00.0.3.07000.(273). Aplicações Diretas	R\$	657,85
3.3.90.00.00.0.3.34999.(301). Aplicações Diretas	R\$	17.713,22
3.3.90.00.00.0.3.39000.(274). Aplicações Diretas	R\$	8.763,63

## 08. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E HABITAÇÃO

## 0801. DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS

## 06.181.0009.2037. Manutenção de convênio com a Rádio Patrulha

3.3.90.00.00.0.3.00000.(270). Aplicações Diretas	R\$	5.000,00
--	-----	----------

## 15.452.0010.2038. Manutenção dos serviços urbanos

3.3.90.00.00.0.3.00000.(275). Aplicações Diretas	R\$	7.387,97
3.3.90.00.00.0.1.64103.(276). Aplicações Diretas	R\$	17.238,61

## 15.452.0010.2039. Manutenção da coleta de lixo

3.3.90.00.00.0.1.00000.(178). Aplicações Diretas	R\$	4.700,00
3.3.90.00.00.0.1.00501.(179). Aplicações Diretas	R\$	700,00

## 0802. FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

## 16.482.0011.2042. Manutenção das atividades habitacionais

3.3.90.00.00.0.3.34999.(290). Aplicações Diretas	R\$	9.724,58
--	-----	----------

09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
 20.606.0012.1040. Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas

4.4.90.00.00.0.3.89000.(279). Aplicações Diretas	R\$	6.400,00
--	-----	----------

20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

3.3.90.00.00.0.1.00000.(204). Aplicações Diretas	R\$	1.908,00
3.3.90.00.00.0.3.00000.(277). Aplicações Diretas	R\$	131.900,00

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 1101. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 08.243.0014.2050. Transferência ao Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar

3.1.71.00.00.0.3.00000.(286). Transferências a Consórcios Públicos	R\$	4.348,70
3.3.71.00.00.0.3.00000.(287). Transferências a Consórcios Públicos	R\$	2.395,57
4.4.71.00.00.0.3.00000.(288). Transferências a Consórcios Públicos	R\$	887,88

08.243.0014.2051. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente

3.3.90.00.00.0.3.35102.(292). Aplicações Diretas	R\$	13.250,00
--	-----	-----------

08.244.0014.2052. Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social

3.3.90.00.00.0.3.35101.(295). Aplicações Diretas	R\$	466,16
3.3.90.00.00.0.3.35104.(296). Aplicações Diretas	R\$	40,00

1102. FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
 08.243.0014.2056. Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência

3.3.90.00.00.0.3.00000.(297). Aplicações Diretas	R\$	2.050,00
TOTAL	R\$	1.316.825,72

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar aberto no art. 1º é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o superávit financeiro do exercício anterior no montante de R\$ 1.289.311,11 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil, trezentos e onze reais e onze centavos), nas seguintes Destinações de Recursos:

00000. Recursos Ordinários	R\$	383.978,15
01000. Receitas de Impostos: Educação	R\$	32.982,00
02000. Receitas de Impostos: Saúde	R\$	8.875,01
07000. Contribuição: CIDE	R\$	657,85
18000. FUNDEB: Remuneração Magistério	R\$	180.143,32
34999. TC União/Outros: Diversos	R\$	533.807,21
35101. Transferências SUAS/União: PBF	R\$	466,16
35102. Transferências SUAS/União: PBV/SCFV	R\$	13.250,00
35104. Transferências SUAS/União: IGD SUAS	R\$	40,00
36000. Salário Educação	R\$	57.536,33
37103. Transferências FNDE: PNAE Pré-Escola	R\$	701,91
37201. Transferências FNDE: PNATE	R\$	12.958,30
38103. Transferências SUS/União: ATB/ACS	R\$	1.385,88
38104. Transferências SUS/União: ATB/PSB	R\$	17.065,61
38301. Transferências SUS/União: VGS/Vig. Prom. Saúde	R\$	1.900,00
38501. Transferências SUS/União: AFB/Farmácia	R\$	6.889,88
39000. Fundo Especial do Petróleo	R\$	8.763,63
62101. TC Estado/Educação: Transporte Escolar	R\$	322,72
67101. Transferências SUS/Estado: ATB/ESF	R\$	7.500,00



67501. Transferências SUS/Estado: AFB/Farmácia	R\$	13.687,15
89000. Alienação Bens destinados a Outros Programas	R\$	6.400,00
TOTAL	R\$	1.289.311,11

II - o excesso de arrecadação no exercício no montante de R\$ 17.238,61 (dezesete mil, duzentos e trinta e oito reais e sessenta e um centavos), na seguinte Destinação de Recurso:

64103. TC Estado/Outros: Recuperação Calçamento	R\$	17.238,61
---	-----	-----------

III - a anulação parcial de dotações, no montante de R\$ 10.276,00 (dez mil, duzentos e setenta e seis reais), nas seguintes programações orçamentárias:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

0401. SEC. MUN. DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

04.122.0003.2005. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias

3.1.90.00.00.0.1.00000.(016). Aplicações Diretas	R\$	2.968,00
--	-----	----------

08. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E HABITAÇÃO

0801. DEPARTAMENTO DE URBANISMO E OBRAS

15.452.0010.2039. Manutenção da coleta de lixo

3.1.90.00.00.0.1.00000.(176). Aplicações Diretas	R\$	4.700,00
3.1.90.00.00.0.1.00501.(177). Aplicações Diretas	R\$	700,00

09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.0012.2043. Manutenção e promoção das atividades agrícolas

3.1.90.00.00.0.1.00000.(203). Aplicações Diretas	R\$	1.908,00
TOTAL	R\$	10.276,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro-SC, 5 de janeiro de 2015.

Vitor João Faccin  
Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo  
Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**DECRETO 269**

DECRETO Nº 269, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de abril de 2015.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de fevereiro de 2015, de 0,27% (vinte e sete centésimos por cento),

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 2,8845 (dois inteiros e oito mil, oitocentos e quarenta e cinco dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de abril de 2015.

Ouro-SC, 23 de março de 2015.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Publique-se e registre-se em data supra.

Derci de Araujo

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### **LEI Nº 2.408**

LEI Nº 2.408, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo Municipal Aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar, no valor de até R\$ 56.840,00 (cinquenta e seis mil, oitocentos e quarenta reais), no orçamento vigente do Município, nas seguintes programações orçamentárias:

05. SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

0503. DEPARTAMENTO DE CULTURA

13.392.0005.2017. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal

4.4.90.00.00.0.1.64109. Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
--	-----	-----------

09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.0012.1038. Aquisição de veículos para o setor de agricultura

4.4.90.00.00.0.1.34121. Aplicações Diretas	R\$	26.840,00
TOTAL	R\$	56.840,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar, aberto no art. 1º, é indicado como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, incisos II e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

I - o excesso de arrecadação no exercício no montante de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) na seguinte Destinação de Recurso:

64109. Transferências de Convênios - Estado/Outros: Biblioteca Digital	R\$	30.000,00
--	-----	-----------

II - a anulação parcial de dotações, no montante de até R\$ 26.840,00 (vinte e seis mil, oitocentos e quarenta reais), na seguinte programação orçamentária:

09. SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

0901. SEC. MUN. DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.0012.1040. Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas

4.4.90.00.00.0.1.34121. Aplicações Diretas	R\$	26.840,00
--	-----	-----------

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC,

10 de abril de 2015.

Vitor João Faccin

Prefeito de Ouro

Derci de Araújo

Sec. Mun. De Administração e Finanças.

**PREGÃO PRESENCIAL N. 13/2015**

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0013/2015

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 30/04/2015, às 09hs15min, o Processo Licitatório n.0025/2015, na modalidade Pregão Presencial n. 0013/2015, tipo menor preço por item, sob regime de entrega imediata. Objeto: Aquisição de Materiais e Equipamentos para Biblioteca Digital. Obtenção do edital: licitacoes@ouro.sc.gov.br, www.ouro.sc.gov.br . Informações: (49) 3555-1300.

Município de Ouro, SC, 13/04//2015.

Vitor João Faccin,  
Prefeito Municipal.**Ouro Verde****PREFEITURA****PREGÃO 0020/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0020/2015 O Município de Ouro Verde, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Registro de Preço. Objeto: Registro de Preços para aquisição eventual e futura aquisição de tubos de concreto, britas, pó de brita, pedrisco e pedra marroada peneirada. Conforme especificações do edital. Entrega dos Envelopes: Até as 09h00min dia 29/04/2015. Início da sessão Publica. Às 09h05min dia 29/04/2015. Base legal: lei nº10. 520 de 17 de julho de 2002, c/aplicação subsidiária da lei 8.666/93 e suas alterações. Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouro-verde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 15 de Abril de 2015.

Rosane Minetto Selig  
Prefeita Municipal.

## Palhoça

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 1.812, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 1.812, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

CMDCA. Nomeia Membros. Altera o Decreto nº 1.714, de 09 de outubro de 2014.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

No uso das atribuições legais, torna público que com base na Lei Federal nº 8.069/90 Art. 88, Inciso II da Art. 88 são diretrizes da política de atendimento, e Lei nº 2.755/2007. Considerando a Resolução CONANDA n.º 119, de 11 de dezembro de 2006; Lei n.º 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º A alínea "c" do art. 1º do Decreto nº 1.714, de 09 de outubro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) Fundação de Esporte e Cultura

Titular: Aline Gomes;

Suplente: Ari Paulo Donatello."

Art. 2º Fica incluída a alínea "g" ao art. 1º do Decreto nº 1.714, de 09 de outubro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"g) Conselho Tutelar

Titular: Angela Fabiola Suates F. Luz;

Suplente: Daini C. Estevam."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palhoça, 10 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 1.813, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 1.813, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

COMENDA MUNICIPAL. Altera o art. 6º do Decreto nº 685, de 05 de dezembro de 2007 que criou a Comenda de Mérito Ivo Silveira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

No uso das atribuições legais resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º O art. 6º do Decreto nº 685, de 05 de dezembro de 2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Poderão ser concedidas anualmente até 05 (cinco) Comendas." (N.R)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palhoça, 13 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

## Papanduva

### PREFEITURA

#### CONTRATO Nº 012/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 012/2015, referente ao Pregão Presencial 003/2015. Objeto: Este contrato tem por objeto a prestação de consultoria e assessoria na área de saúde. Contratado: GESTÃO SAÚDE LTDA, totalizando o montante de R\$ 63.000,00 (sessenta e três reais), sendo R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais) mensais. Vigência: A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data da sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado.

Papanduva/SC, 09 de março de 2015.

Marli dos Santos da Cunha Ramos

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

#### CONTRATO Nº 017/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 017/2015, referente ao Pregão Eletrônico 016/2015. Objeto: Este contrato tem por objeto a aquisição de 01 (uma) Retroescavadeira nova, 0 (zero) hora, para o uso da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme especificações constantes na proposta comercial. Contratado: PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, totalizando o montante de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais). Vigência: A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data da entrega do objeto até a data que expire a garantia do mesmo.

Papanduva/SC, 31 de março de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

#### CONTRATO Nº 018/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 018/2014, referente ao Pregão Presencial Nº 019/2015. Objeto: Este contrato tem por objeto a aquisição de 01 (um) caminhão 6X4, novo, 0km (zero quilometro), marca IVECO, modelo Tector 260E28 e 02 (dois) caminhões 6X2, novos, 0km (zero quilometro), marca IVECO, modelo Tector Attack 260E25. Contratado: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, totalizando o montante de R\$ 640.500,00 (seiscentos e quarenta mil e quinhentos reais), sendo R\$ 224.500,00 (duzentos e vinte e quatro mil e quinhentos reais) relativos ao item 01 e R\$ 416.000,00 (quatrocentos e dezesseis mil reais) relativos ao item 02. Vigência: A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data da entrega do objeto até a data que expire as garantias dos mesmos.

Papanduva/SC, 14 de abril de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº 019/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Contrato nº 019/2014, referente ao Pregão Presencial Nº 019/2015. Objeto: Este contrato tem por objeto a aquisição de 01 (um) conjunto de britagem móvel, novo, marca AGRITEC, modelo BRTM 6240. Contratado: THEWES E MOUSQUER LTDA, totalizando o montante de R\$ 358.000,00 (trezentos e cinquenta e oito mil reais). Vigência: A contagem do prazo deste contrato se iniciará na data da entrega do objeto até a data que expire a garantia do mesmo.

Papanduva/SC, 14 de abril de 2015.

Dario Schicovski

Prefeito Municipal

**Paulo Lopes****PREFEITURA****EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2014**

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 39/2014, de 31/12/2014 conforme Processo Licitatório 066/2014. Tendo como contratante a PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES e contratado SILVEIRA MARTINS CONSTRUÇÕES LTDA EPP. CNPJ nº 13.565.760/0001-98, Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto acrescentar o valor de R\$ 80.902,17 (oitenta mil novecentos e dois reais e dezessete centavos) referente à alteração de projeto conforme segue planilha. Fundamento: O acréscimo de valor solicitado pela contratada, devidamente justificado, sendo fundamentada no que dispõe a alínea "a" do inciso I do artigo 65 e inciso I do artigo 57 da Lei 8.666/93. Data da assinatura: 09/04/2015.

**PORTARIA Nº 138/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 138/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Djonattan Palhano da Silva, brasileiro, portador do CPF nº 005.352.959-60, matrícula nº 11124, classificada em 3º lugar no Processo Seletivo nº 002/2014, para atuar no cargo de Assistente Social, no período 06/04/2015 a 04/07/2015 com carga horária de horas 30 horas mensais, à disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de Abril de 2015.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 139/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 139/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Vanessa Custódia Inácio, brasileira, portadora do CPF nº 080.620.659-44, matrícula nº 11125, classificada em 1º lugar no Chamamento Público nº 001/2015, para atuar no cargo de Professora de Letras e Inglês, no período 06/04/2015 a 23/12/2015 com carga horária de horas 20 horas mensais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência



Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 140/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 140/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Graziela Marly Correia Moises, brasileira, portadora do CPF nº 018.023.129-43, matrícula nº. 688, ocupante do Cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, no período de 06/04/2015 á 20/04/2015, que ora regularizamos conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 141/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 141/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR FALECIMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Marilete Santos de Souza Borges, brasileira, portadora do CPF nº 432.263.539-34, matrícula nº 13, ocupante do cargo Assistente Social, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 05/04/2014 até 12/08/2014, conforme Certidão de Óbito em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 142/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 142/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR FALECIMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, o Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Zenon Berto Borges, brasileiro, portador do CPF nº 344.676.539-53 matrícula nº 84, ocupante do cargo Auxiliar Contábil Financeiro II, à disposição da Secretaria Municipal de Finanças, de 05/04/2014 até 12/08/2014, conforme Certidão de Óbito em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 143/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 143/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na legislação. Resolve:

AMPLIAR LICENÇA POR PRAZO INDETERMINADO, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Luciana Santos Virgilio dos Santos, brasileira, portadora do CPF nº 743.999.699-20, matrícula nº 20, ocupante do cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, por seu encaminhamento a Reabilitação Profissional, conforme benefício nº 6100522369 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 144/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 144/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na legislação. Resolve:

AMPLIAR LICENÇA POR PRAZO INDETERMINADO, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Zélia Maria de Souza Santos, brasileira, portadora do CPF nº 552.324.009-59, matrícula nº 685, ocupante do cargo de Professora, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo Administrativo nº 20001030 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 07 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 145/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 145 /2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposições de motivo nº 05/2015, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Adriano Vila, brasileiro, portador do CPF nº 021.639.309-47, Ensino Superior Completo, matrícula nº 11126, para atuar no Cargo de Médica Plantonista, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07/04/2015 até 07/07/2015, até que se realize Concurso Público ou Processo Seletivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 07 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 146/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 146/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, Julmar de Abreu, brasileiro, portador do CPF nº 811.677.339-91, matrícula nº 717 ocupante do Cargo de Professor, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 05/06/2015, conforme benefício nº 6088282839 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 08 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 147/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 147/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal, efetiva e estável, Terezinha Dionel Cardoso, brasileira, portadora do CPF nº 744.004.609-91, matrícula nº 10967, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 08/04/2015 á 22/04/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, em 08 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.250.000,00	16.250.000,00	2.633.681,64	16,21	2.633.681,64	16,21	13.616.318,36
RECEITAS CORRENTES	16.250.000,00	16.250.000,00	2.633.544,35	16,21	2.633.544,35	16,21	13.616.455,65
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.398.000,00	1.398.000,00	235.957,07	16,88	235.957,07	16,88	1.162.042,93
IMPOSTOS	1.095.000,00	1.095.000,00	175.151,86	16,00	175.151,86	16,00	919.848,14
TAXAS	303.000,00	303.000,00	60.805,21	20,07	60.805,21	20,07	242.194,79
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	420.000,00	420.000,00	83.727,07	19,94	83.727,07	19,94	336.272,93
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	420.000,00	420.000,00	83.727,07	19,94	83.727,07	19,94	336.272,93
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	32.106,66	0,00	32.106,66	0,00	-32.106,66
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	0,00	0,00	32.106,66	0,00	32.106,66	0,00	-32.106,66
RECEITA DE SERVIÇOS	25.000,00	25.000,00	2.427,84	9,71	2.427,84	9,71	22.572,16
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.796.800,00	13.796.800,00	2.229.220,86	16,16	2.229.220,86	16,16	11.567.579,14
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.796.800,00	13.796.800,00	2.229.220,86	16,16	2.229.220,86	16,16	11.567.579,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	610.200,00	610.200,00	50.104,85	8,21	50.104,85	8,21	560.095,15
Multas e Juros de Mora	93.000,00	93.000,00	20.829,56	22,40	20.829,56	22,40	72.170,44
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	25.000,00	25.000,00	313,34	1,25	313,34	1,25	24.686,66
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	117.000,00	117.000,00	28.961,95	24,75	28.961,95	24,75	88.038,05
RECEITAS DIVERSAS	375.200,00	375.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	375.200,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	137,29	0,00	137,29	0,00	-137,29
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	137,29	0,00	137,29	0,00	-137,29
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	137,29	0,00	137,29	0,00	-137,29
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.250.000,00	16.250.000,00	2.633.681,64	16,21	2.633.681,64	16,21	13.616.318,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.250.000,00	16.250.000,00	2.633.681,64	16,21	2.633.681,64	16,21
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.250.000,00	16.250.000,00	2.633.681,64	16,21	2.633.681,64	16,21
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	40.379,95	—	—	0,00	—
Superávit Financeiro	—	40.379,95	—	—	0,00	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	16.250.000,00	16.912.193,09	3.519.946,28	3.519.946,28	13.392.246,81	2.094.117,64	2.094.117,64	14.818.075,45	1.747.518,23
DESPESAS CORRENTES	14.094.500,00	14.134.879,95	3.514.954,09	3.514.954,09	10.619.925,86	2.093.085,45	2.093.085,45	12.041.794,50	1.746.486,04
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.653.000,00	8.653.000,00	1.420.845,56	1.420.845,56	7.232.154,44	1.420.845,56	1.420.845,56	7.232.154,44	1.293.553,37
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	98,62	98,62	1.901,38	98,62	98,62	1.901,38	98,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.439.500,00	5.479.879,95	2.094.009,91	2.094.009,91	3.385.870,04	672.141,27	672.141,27	4.807.738,68	452.834,05
DESPESAS DE CAPITAL	2.145.500,00	2.767.313,14	4.992,19	4.992,19	2.762.320,95	1.032,19	1.032,19	2.766.280,95	1.032,19
INVESTIMENTOS	1.547.500,00	2.169.313,14	4.920,00	4.920,00	2.164.393,14	960,00	960,00	2.168.353,14	960,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	598.000,00	598.000,00	72,19	72,19	597.927,81	72,19	72,19	597.927,81	72,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.250.000,00	16.912.193,09	3.519.946,28	3.519.946,28	13.392.246,81	2.094.117,64	2.094.117,64	14.818.075,45	1.747.518,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>16.250.000,00</b>	<b>16.912.193,09</b>	<b>3.519.946,28</b>	<b>3.519.946,28</b>	<b>13.392.246,81</b>	<b>2.094.117,64</b>	<b>2.094.117,64</b>	<b>14.818.075,45</b>	<b>1.747.518,23</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>539.564,00</b>	<b>—</b>	<b>2.633.681,64</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>16.250.000,00</b>	<b>16.912.193,09</b>	<b>3.519.946,28</b>	<b>3.519.946,28</b>	<b>—</b>	<b>2.094.117,64</b>	<b>2.633.681,64</b>	<b>—</b>	<b>4.381.199,87</b>

FONTE:

PAULO LOPES , 09/04/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO  
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1



**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO MÊS DE FEVEREIRO DE 2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM ENSINO**  
**MÊS DE FEVEREIRO DE 2015**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	80.343,80
1.2 - ITBI	0,00
1.3 - ISS	78.218,04
1.4 - FPM	1.211.141,28
1.5 - IRRF	16.590,02
1.6 - ICMS	628.753,78
1.7 - IPI	10.962,81
1.8 - IPVA	64.112,39
1.9 - ITR	200,42
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	1.762,93
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	15.220,59
1.12 - Multas e Juros de Mora	9.766,54
<b>TOTAL</b>	<b>2.117.072,60</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS AO ENSINO</b>	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 25% das Receitas Oriundas de Impostos	529.268,15
2.2 - Cota-Parte do FUNDEB	422.929,08
2.3 - Rendimento de Aplicação - FUNDEB	5.982,55
2.3 - Convênios	357.041,04
<b>TOTAL</b>	<b>1.315.220,82</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
Especificação	Exigência Legal ( 1 )	Realizada ( 2 )	Diferença ( 3 )
3.1 - Contribuição ao FUNDEB	383.386,72	383.387,96	1,24
3.2 - Professor em Efetivo Exercício - Fundeb 60%	257.346,98	223.838,44	-33.508,54
3.3 - Manutenção do Ensino - Fundeb 40%	171.564,65	14.778,69	-156.785,96
3.4 - Manutenção do Ensino - 25% Constitucional	145.881,43	122.250,93	-23.630,50
3.5 - Convênios e Transferências	357.041,04	104.900,19	-252.140,85
<b>TOTAL</b>	<b>1.315.220,82</b>	<b>849.156,21</b>	<b>-466.064,61</b>

**OBS.: 1 - Este formulário deverá ser publicado bimestralmente. Art. 72 da Lei de Diretrizes e Bases.**2 - O atendimento aos percentuais mínimos exigidos, deverão ser apurados trimestralmente;  
Art. 69, § 4º da Lei de Diretrizes de Bases.

Paulo Lopes, 09 de abril de 2015.

**% APLICADO : 23,88%**

Aplicado a menor : -23.629,26

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA EDUCAÇÃO

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE MÊS DE FEVEREIRO DE 2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES

**CONTROLE DA ORIGEM E DOS GASTOS COM SAÚDE**  
**MÊS DE FEVEREIRO DE 2015**

<b>1 - BASE DE CÁLCULO DA ORIGEM DOS RECURSOS</b>	
Receitas Oriundas de Impostos	Arrecadação Até o Mês
1.1 - IPTU	80.343,80
1.2 - ITBI	0,00
1.3 - ISS	78.218,04
1.4 - FPM	1.211.141,28
1.5 - IRRF	16.590,02
1.6 - ICMS	628.753,78
1.7 - IPI	10.962,81
1.8 - IPVA	64.112,39
1.9 - ITR	200,42
1.10 - Cota-Parte do Fundo de Compensação do ICMS Exportação	1.762,93
1.11 - Dívida Ativa de Impostos	15.220,59
1.12 - Multas e Juros de Mora	9.766,54
<b>TOTAL</b>	<b>2.117.072,60</b>

<b>2 - ORIGEM DOS RECURSOS VINCULADOS A SAÚDE</b>	
Especificação	Acumulado até o Mês
2.1 - 15% das Receitas Oriundas de Impostos	317.560,89
2.2 - Rendimento de Aplicação	6.759,84
2.3 - Convênios PAB / PSF / PACS / etc.	756.887,72
<b>TOTAL</b>	<b>1.081.208,45</b>

<b>3 - APLICAÇÃO</b>			
Especificação	Exigência Legal ( 1 )	Realizada ( 2 )	Diferença ( 3 )
3.1 - Gastos com Saúde - 15% Constitucional	317.560,89	557.238,06	239.677,17
3.2 - Convênios e Transferências	763.647,56	150.553,84	-613.093,72
			0,00
			0,00
			0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.081.208,45</b>	<b>707.791,90</b>	<b>-373.416,55</b>

% aplicado = 26,32%  
 Aplicado a maior = 239.677,17

Paulo Lopes, 09 de abril de 2015.

PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR

SECR. MUNIC. DA SAÚDE

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MARÇO/2014 A FEVEREIRO/2015

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.472.122,69	0,00
Pessoal Ativo	7.315.302,20	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	150.285,48	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	6.535,01	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	51.554,29	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	51.554,29	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>7.420.568,40</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.901.505,22	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>7.420.568,40</b>	<b>49,80</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>8.046.812,82</b>	<b>54,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>7.644.472,18</b>	<b>51,30</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>7.242.131,54</b>	<b>48,60</b>
FONTE:		

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
RREO - Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )										
R\$ 1,00										
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		16.250.000,00	16.912.193,09	3.519.946,28	3.519.946,28	100,00	2.094.117,64	2.094.117,64	100,00	14.818.075,45
Legislativa		1.100.000,00	1.100.000,00	117.159,93	117.159,93	3,33	117.159,93	117.159,93	5,59	982.840,07
Ação Legislativa		1.100.000,00	1.100.000,00	117.159,93	117.159,93	3,33	117.159,93	117.159,93	5,59	982.840,07
Administração		2.952.000,00	2.952.000,00	726.322,60	726.322,60	20,63	323.006,58	323.006,58	15,42	2.628.993,42
Administração Geral		2.507.000,00	2.507.000,00	660.741,19	660.741,19	18,77	260.425,17	260.425,17	12,44	2.246.574,83
Administração Financeira		445.000,00	445.000,00	65.581,41	65.581,41	1,86	62.581,41	62.581,41	2,99	382.418,59
Assistência Social		336.000,00	336.000,00	59.403,83	59.403,83	1,69	49.161,41	49.161,41	2,35	286.838,59
Assistência ao Idoso		20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Assistência Comunitária		316.000,00	316.000,00	59.403,83	59.403,83	1,69	49.161,41	49.161,41	2,35	286.838,59
Saúde		4.208.000,00	4.208.000,00	865.313,31	865.313,31	24,58	718.142,62	718.142,62	34,29	3.489.857,38
Atenção Básica		4.208.000,00	4.208.000,00	865.313,31	865.313,31	24,58	718.142,62	718.142,62	34,29	3.489.857,38
Educação		4.728.000,00	4.768.379,95	634.541,20	634.541,20	18,03	483.383,99	483.383,99	23,08	4.284.995,96
E ensino Fundamental		3.933.000,00	3.973.379,95	560.276,45	560.276,45	15,92	421.495,68	421.495,68	20,13	3.551.884,27
Educação Infantil		755.000,00	755.000,00	71.464,75	71.464,75	2,03	59.088,31	59.088,31	2,82	695.911,69
Educação Especial		40.000,00	40.000,00	2.800,00	2.800,00	0,08	2.800,00	2.800,00	0,13	37.200,00
Cultura		48.000,00	48.000,00	3.889,96	3.889,96	0,11	3.700,96	3.700,96	0,18	44.299,04
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		48.000,00	48.000,00	3.889,96	3.889,96	0,11	3.700,96	3.700,96	0,18	44.299,04
Direitos da Cidadania		122.000,00	122.000,00	24.993,28	24.993,28	0,71	16.076,67	16.076,67	0,77	105.923,33
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		122.000,00	122.000,00	24.993,28	24.993,28	0,71	16.076,67	16.076,67	0,77	105.923,33
Urbanismo		743.000,00	743.000,00	730.000,00	730.000,00	20,74	190.247,89	190.247,89	9,08	552.752,11
Infra-Estrutura Urbana		2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Serviços Urbanos		740.000,00	740.000,00	730.000,00	730.000,00	20,74	190.247,89	190.247,89	9,08	549.752,11
Transportes Coletivos Urbanos		1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Habituação		88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00
Habituação Urbana		88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	88.000,00
Saneamento		81.000,00	81.000,00	11.715,02	11.715,02	0,33	11.715,02	11.715,02	0,56	69.284,98
Saneamento Básico Rural		81.000,00	81.000,00	11.715,02	11.715,02	0,33	11.715,02	11.715,02	0,56	69.284,98
Agricultura		286.000,00	286.000,00	86.939,71	86.939,71	2,47	36.792,05	36.792,05	1,76	249.207,95
Extensão Rural		286.000,00	286.000,00	86.939,71	86.939,71	2,47	36.792,05	36.792,05	1,76	249.207,95
Transporte		1.377.000,00	1.868.700,00	242.593,13	242.593,13	6,89	138.121,15	138.121,15	6,60	1.730.578,85
Transporte Rodoviário		1.377.000,00	1.868.700,00	242.593,13	242.593,13	6,89	138.121,15	138.121,15	6,60	1.730.578,85
Desporto e Lazer		171.000,00	301.113,14	17.074,31	17.074,31	0,49	6.609,37	6.609,37	0,32	294.503,77
Desporto Comunitário		171.000,00	301.113,14	17.074,31	17.074,31	0,49	6.609,37	6.609,37	0,32	294.503,77

Continua 1/2

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.250.000,00	16.912.193,09	3.519.946,28	100,00	13.392.246,81	2.094.117,64	100,00	14.818.075,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	16.250.000,00	16.912.193,09	3.519.946,28	100,00	13.392.246,81	2.094.117,64	100,00	14.818.075,45

FONTE:

PAULO LOPES, 09/04/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

LUCIANE FIRMINA SILVANO  
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Secretária de Finanças

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.



DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RRFO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APLICAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.178.000,00	1.178.000,00	200.138,99	16,99
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	200.000,00	200.000,00	80.343,80	40,17
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	145.000,00	145.000,00	0,00	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	500.000,00	500.000,00	78.218,04	15,64
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	16.590,02	6,64
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.000,00	4.000,00	1.178,85	29,47
Divida Ativa dos Impostos	57.000,00	57.000,00	15.220,59	26,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	22.000,00	22.000,00	8.587,69	39,03
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.081.000,00	11.081.000,00	1.916.941,61	17,30
Cota-Parte FPM	6.500.000,00	6.500.000,00	1.211.141,28	18,63
Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	208,42	3,47
Cota-Parte IPVA	700.000,00	700.000,00	64.112,39	9,16
Cota-Parte ICMS	3.800.000,00	3.800.000,00	628.753,78	16,55
Cota-Parte IP-Exportação	60.000,00	60.000,00	10.962,81	18,27
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	15.000,00	15.000,00	1.762,93	11,75
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.000,00	15.000,00	1.762,93	11,75
TOTAL DAS RECEITAS PARA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.259.000,00	12.259.000,00	2.117.080,60	17,27

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.231.000,00	1.231.000,00	144.670,22	11,75
Provenientes da União	1.231.000,00	1.231.000,00	144.670,22	11,75
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.231.000,00	1.231.000,00	144.670,22	11,75

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.162.000,00	4.162.000,00	861.353,31	20,70	718.142,62	17,25
Pessoal e Encargos Sociais	3.038.000,00	3.038.000,00	607.181,34	19,99	607.181,34	19,99
Outras Despesas Correntes	1.124.000,00	1.124.000,00	254.171,97	22,61	110.961,28	9,87
DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00	40.000,00	3.960,00	9,90	0,00	0,00
Investimentos	40.000,00	40.000,00	3.960,00	9,90	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (fe)*100	Até o Bimestre (g)	% (ge)*100
DESPESAS DE CAPITAL	40.000,00	40.000,00	3.960,00	9,90	0,00	0,00
Investimentos	40.000,00	40.000,00	3.960,00	9,90	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>4.202.000,00</b>	<b>4.202.000,00</b>	<b>865.313,31</b>	<b>20,59</b>	<b>718.142,62</b>	<b>17,09</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/vf)*100	Até o Bimestre (i)	% (iv/g)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.398.000,00	1.398.000,00	203.042,10	23,46	160.904,56	22,41
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.328.000,00	1.328.000,00	192.691,38	22,27	150.553,84	20,96
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	70.000,00	70.000,00	10.350,72	1,20	10.350,72	1,44
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>1.398.000,00</b>	<b>1.398.000,00</b>	<b>203.042,10</b>	<b>23,46</b>	<b>160.904,56</b>	<b>22,41</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	<b>2.804.000,00</b>	<b>2.804.000,00</b>	<b>662.271,21</b>	<b>76,54</b>	<b>557.238,06</b>	<b>77,59</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						<b>26,32</b>
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]³</b>						<b>239.675,97</b>

Continua 2/4

Município de PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (i)				
	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)				
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	4.208.000,00	4.208.000,00	865.313,31		100,00	100,00
TOTAL	4.208.000,00	4.208.000,00	865.313,31		100,00	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h-i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

PAULO LOPES , 09/04/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANC  
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	1.178.000,00	1.178.000,00	200.138,99	16,99
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	272.000,00	272.000,00	97.741,06	35,93
1.1.1- IPTU	200.000,00	200.000,00	80.343,80	40,17
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.000,00	2.000,00	127,24	6,36
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	50.000,00	50.000,00	11.038,64	22,08
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	6.231,38	31,16
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	145.000,00	145.000,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	145.000,00	145.000,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	511.000,00	511.000,00	85.807,91	16,79
1.3.1- ISS	500.000,00	500.000,00	78.218,04	15,64
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.000,00	2.000,00	1.051,61	52,58
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	7.000,00	7.000,00	4.181,95	59,74
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	2.356,31	117,82
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	250.000,00	250.000,00	16.590,02	6,64
1.4.1- IRRF	250.000,00	250.000,00	16.590,02	6,64
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	11.081.000,00	11.081.000,00	1.916.941,61	17,30
2.1- Cota-Parte FPM	6.500.000,00	6.500.000,00	1.211.141,28	18,63
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.500.000,00	6.500.000,00	1.211.141,28	18,63
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.800.000,00	3.800.000,00	628.753,78	16,55
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	1.762,93	11,75
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	10.962,81	18,27
2.5- Cota-Parte ITR	6.000,00	6.000,00	208,42	3,47
2.6- Cota-Parte IPVA	700.000,00	700.000,00	64.112,39	9,16
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>12.259.000,00</b>	<b>12.259.000,00</b>	<b>2.117.080,60</b>	<b>17,27</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	290.000,00	290.000,00	84.742,67	29,22
5.1- Transferências do Salário-Educação	285.000,00	285.000,00	84.742,67	29,73
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	133,85	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	133,85	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	470.000,00	470.000,00	39.229,37	8,35
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>760.000,00</b>	<b>760.000,00</b>	<b>124.105,89</b>	<b>16,33</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.216.200,00	2.216.200,00	383.387,96	17,30
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.300.000,00	1.300.000,00	242.228,19	18,63
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	760.000,00	760.000,00	125.750,57	16,55
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	352,58	11,75
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.000,00	12.000,00	2.192,57	18,27
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.200,00	1.200,00	41,68	3,47
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	140.000,00	140.000,00	12.822,37	9,16
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	2.600.000,00	2.600.000,00	422.929,08	16,27
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.600.000,00	2.600.000,00	422.929,08	16,27
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>383.800,00</b>	<b>383.800,00</b>	<b>39.541,12</b>	<b>10,30</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				



MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.635.000,00	1.635.000,00	223.838,44	13,69	223.838,44	13,69
13.1- Com Educação Infantil	270.000,00	270.000,00	41.136,24	15,24	41.136,24	15,24
13.2- Com Ensino Fundamental	1.365.000,00	1.365.000,00	182.702,20	13,38	182.702,20	13,38
14- OUTRAS DESPESAS	965.000,00	965.000,00	80.568,05	8,35	14.778,69	1,53
14.1- Com Educação Infantil	260.000,00	260.000,00	12.404,81	4,77	2.703,29	1,04
14.2- Com Ensino Fundamental	705.000,00	705.000,00	68.163,24	9,67	12.075,40	1,71
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.600.000,00	2.600.000,00	304.406,49	11,71	238.617,13	9,18
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						238.617,13
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						52,93
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						3,49
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						43,58
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	3.064.750,00		3.064.750,00		529.270,15	17,27
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	670.000,00	670.000,00	66.372,55	9,91	56.671,03	8,46
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	670.000,00	670.000,00	66.372,55	9,91	56.671,03	8,46
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	530.000,00	530.000,00	53.541,05	10,10	43.839,53	8,27
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	140.000,00	140.000,00	12.831,50	9,17	12.831,50	9,17
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.155.000,00	3.155.000,00	360.284,87	11,42	304.197,03	9,64
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.070.000,00	2.070.000,00	250.865,44	12,12	194.777,60	9,41
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.085.000,00	1.085.000,00	109.419,43	10,08	109.419,43	10,08
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.825.000,00	3.825.000,00	426.657,42	11,15	360.868,06	9,43
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						39.541,12
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						39.541,12
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						321.326,94
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %						15,18
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	285.000,00	285.000,00	7,30	0,00	7,30	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	618.000,00	658.379,95	207.876,48	31,57	122.508,63	18,61
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	903.000,00	943.379,95	207.883,78	22,04	122.515,93	12,99
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	4.728.000,00	4.768.379,95	634.541,20	13,31	483.383,99	10,14

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A FEVEREIRO 2015/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	583.520,05	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	422.929,08	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	498.408,00	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	211.890,63	0,00
49.2 Restos a Pagar	286.517,37	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	508.041,13	0,00

PAULO LOPES, 09/04/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Secretária de Finanças

LUCIANE FIRMINA SILVANO  
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO  
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

# Penha

## PREFEITURA

### 1º TERMO DE ADITIVO Nº 47/2015- PMP

1º Termo aditivo nº 47/2015 PMP

Ao contrato nº 153/2014 PMP

Licitação: Processo Licitatório nº. 75/2014 -PMP, modalidade Pregão Presencial nº. 42/2014 -PMP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VETERINÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS COMO CONSULTA, RAIOS X E CIRURGIAS EM CÃES E GATOS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

.Pelo presente instrumento do 1º Termo Aditivo nº 47/2015 PMP ao Contrato Administrativo para prestação de serviços, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa A&C CLINICA VETERINÁRIA LTDA ME, com sede na cidade de Penha/SC, na Rua Arthur Silvino dos Reis, nº 73, no Centro, CEP: 88385-000, telefone 47-33450305, inscrita no CNPJ sob o nº 10.013.841/0001-97, neste ato representada André Roberto Krzesinsky,, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

O valor previsto na clausula segunda do contrato administrativo nº 153/2014 PMP fica aditivado o valor em 25%, o que corresponde ao valor total de R\$:10.245,00 (DEZ MIL, DUZENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS)

#### CLAUSULA SEGUNDA

As despesas são decorrentes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 - Secretaria de AGRICULTURA E PESCA

Unidade: 11.03 - Departamento Administrativo

Funcional: 04.122.0011 -Administração Geral

Projeto/Atividade: 2.037 - Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

Código reduzido: 000109

CLAUSULA TERÇA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 14 de Abril de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES A&C CINICA VETERINÁRIA LTDA ME

PREFEITO CONTRATADA

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_

NOME: GUSTAVO JOÃO DA SILVA

DE ACORDO: \_\_\_\_\_

DANIEE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

### EXTRATO CONVÊNIO 02/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 02/2015 - PMP

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO CULTURAL, BENEFICENTE E ASSISTENCIAL DOS PESCADORES EVANGÉLICOS DO GRAVATÁ - APEG  
OBJETO: O Presente convênio tem por objeto o repasse financeiro no valor de R\$ 45.000,00 para auxiliar na realização do evento "21º Festa dos Pescadores do Gravatá"

VIGÊNCIA: até 31.12.2015

Penha, 13 de abril de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

### PORTARIA 109

PORTARIA Nº 109/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO o disposto na Portaria nº 103/2015 de 30 de março de 2015, que designa os servidores DOUGLAS DO PRADO, TÂNIA MARA TOMAZI SANTANA, e JULIANA BUENO PERCIANI para compor a Comissão de Processo Administrativo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Penha, 13 de abril de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos treze dias do mês de abril do ano dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

### PORTARIA 110

PORTARIA Nº 110/2015

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, Decreto nº 2042/2014

RESOLVE:

DESIGNAR: os servidores WAGNER BORGES FIGUEIREDO, TÂNIA MARA TOMAZI SANTANA, e JULIANA BUENO PERCIANI, sob a presidência do primeiro, para compor a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, visando apurar o descumprimento das cláusulas contratuais do contrato nº 01/2015 - FUMTUR, firmado com a Empresa CMB PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

Penha, 13 de abril de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria nesta Secretaria, aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

**PROCESSO SELETIVO 01/2014 - FMAS - CONVOCAÇÃO  
SERVENTE MERENDEIRA E ASSISTENTE SOCIAL  
CRAS**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 16/04/2015, das 08:00hs às 12:00hs ou das 13:30hrs às 17:30hrs, conforme Edital de Processo Seletivo nº 01/2014 - FMAS.

Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA

CLASSIFICAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
033 026 Nívia Regina da Cunha  
034 079 Shirlei Cristiane Hahnemann

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL CRAS		
CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	NOME
005	257	Viviane Maria de Souza Wildes Paim de Campos

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- c) Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- d) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- e) Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- f) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- g) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- h) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- i) Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- j) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal;
- k) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00.
- l) Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- m) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal;
- n) Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- o) Original Atestado de antecedentes criminal Estadual / Federal, passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato; pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- p) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- q) Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- r) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;

- s) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha;

t) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 14 de abril de 2015.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

## Peritiba

### PREFEITURA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO 24/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 13/2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
RERRATIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR POR LOTE, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 24/2015 - Pregão Presencial 13/2015.

Objeto: Locação de estrutura e banheiros químicos, para o Kerb Fest de Peritiba a realizar-se de 15 a 19 de Maio de 2015 e para as festividades natalinas a realizarem-se do dia 04 a 24 de Dezembro de 2015.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h00min do dia 30/04/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 30/04/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Peritiba - SC.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail [compras@peritiba.sc.gov.br](mailto:compras@peritiba.sc.gov.br).

Município de Peritiba - SC em 14 de Abril de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

## Petrolândia

### PREFEITURA

#### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 19/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015, tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE CHAPAS DE ALUZINCO ONDULADAS E CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO DE COBERTURA NO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES PAPA JOÃO PAULO I. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 28/04/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151.

Petrolândia, 15 de abril de 2015.

JOEL LONGEN

Prefeito Municipal

#### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 20/2015 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015 - REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE ÓLEO LUBRIFICANTE PARA CONSUMO DE VIATURAS E MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR) DESTA MUNICIPALIDADE. Os produtos solicitados deverão ter Certificações ISO 9001:2000 e ISO 14001:2004 garantindo a excelência no sistema gestão da qualidade e gestão ambiental. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 29/04/2015, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151.

Petrolândia, 15 de abril de 2015.

JOEL LONGEN

Prefeito Municipal



# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 028/2015

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 028/2015  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 30/04/2015, licitação modalidade Pregão Presencial nº 028/2015, visando a contratação de empresa para implementação de um programa de melhoria contínua da Administração Municipal.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 30/04/2015, cujo credenciamento ocorrerá das 13:45 às 14:00 horas, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 14:00 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC,  
14 DE ABRIL DE 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2015  
MODALIDADE CONVITE

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 29/04/2015 licitação modalidade Convite nº 003/2015, visando a aquisição de um tanque para transporte de dejetos líquidos.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 29/04/2015, cujo credenciamento ocorrerá das 09:45 às 10:00 horas, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço e documentos de habilitação nesta mesma data, às 10:00hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 14 DE ABRIL DE 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 4.211, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4.211, DE 14 de abril de 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto -SC, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei nº 1.831 de 14 de abril de 2014.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Pinheiro Preto - SC, crédito adicional Suplementar no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

Unidade Gestora: 02 Município de Pinheiro Preto  
Unidade Orçamentária: 2006 Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 15 - Urbanismo  
Subfunção: 451 - Infra-Estrutura Urbana  
Programa: 14 - Urbanização de Vias  
Ação: 1.3 - Obras de Infraestrutura Urbana  
4490-0000 Aplicações Diretas Fonte: 01.83 Operações de Crédito  
R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais)

Unidade Gestora: 02 Município de Pinheiro Preto  
Unidade Orçamentária: 2006 Secretaria de Transportes e Obras  
Função: 26 - Transporte  
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário  
Programa: 23 - Estradas Vicinais  
Ação: 1.16 - Obras de Infraestrutura Rural  
4490-0000 Aplicações Diretas Fonte: 01.83 Operações de Crédito  
R\$ 600.000,00 (Seiscentos mil reais)

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, servirão como recursos para abertura do crédito Suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1.831 de 14 de abril de 2015.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 14 de abril de 2015.  
Euzébio Calisto Vieceli  
Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 213, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

LEI COMPLEMENTAR Nº 213, DE 14 DE ABRIL DE 2015.  
APROVA NOVO PLANO FÍSICO E TERRITORIAL URBANO DE PINHEIRO PRETO.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O Plano Físico Territorial Urbano do Município de Pinheiro Preto passa a ser o constante na Planta "Plano Físico e Territorial Urbano - 2015", parte integrante do anexo a presente lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 14 de abril de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO

LEI COMPLEMENTAR Nº 213, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

PLANO FÍSICO E TERRITORIAL URBANO DO MUNICÍPIO DE  
PINHEIRO PRETO - SC  
2015

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 214, DE 14 DE ABRIL 2015.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 214, DE 14 DE ABRIL 2015.  
ESTABELECE NORMAS PARA DESONERAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE  
A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU DOS  
TERRENOS LOCALIZADOS NO LOTEAMENTO PÚBLICO DE INTE-  
RESSE SOCIAL "TRANQUILO BENJAMIN GUZZI", E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro  
Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe  
confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que  
a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a  
seguinte lei:

Art. 1º O Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana  
- IPTU relativo ao exercício 2015, ano-calendário 2014, incidente  
sobre lotes de terra urbano, localizados no Loteamento Público  
de Interesse Social "Tranquilo Benjamin Guzzi", será cobrado com  
desconto de 50 % (cinquenta por cento).

§ 1º A desoneração visa propiciar melhores condições às famílias  
que estão se estabelecendo no local, haja vista tratar-se de lotea-  
mento público de interesse social.

§ 2º A fim de evitar o decréscimo na arrecadação, o Município  
estará no decorrer do ano intensificando a fiscalização tributária,  
a fim de incrementar a arrecadação, especialmente com ações no  
âmbito do ISS.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 14 de abril de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº 1.828, DE 14 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 1.828, DE 14 DE ABRIL DE 2015.  
CONCEDE REPOSIÇÃO NA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES E  
EMPREGADOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA ADMINISTRAÇÃO DI-  
RETA E INDIRETA, ATIVOS E INATIVOS E DÁ OUTRAS PROVI-  
DÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de  
Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 81,  
I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei  
nº 1.438, de 09 de setembro de 2010: Faço saber que a Câmara  
de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º É concedida, na forma que dispõe o art. 37, inciso X, da  
Constituição Federal de 1988, revisão geral anual para fins de con-  
ceder reposição de perda do poder aquisitivo nos vencimentos dos  
servidores públicos municipais e empregados públicos da Adminis-  
tração Direta e Indireta, ativos e inativos, incluídos os servidores

públicos do quadro do Magistério Municipal, no percentual de 3,68  
% (três inteiros sessenta e oito centésimos por cento).

§ 1º A reposição de que trata este artigo refere a recomposição da  
perda do poder aquisitivo ocorrida no período compreendido entre  
1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, calculada pelo  
Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio  
Vargas.

§ 2º A presente lei abarca também os subsídios dos Conselheiros  
Tutelares.

§ 3º A presente lei não se aplicará aos seguintes cargos e empre-  
gos públicos, haja vista terem sido alterados o vencimento e salá-  
rios através de lei específica, onde fora concedido aumento real:

I - ocupantes de cargos NIVEL ATM-01;  
II - empregos públicos de "Agente Comunitário de Saúde" e "Au-  
xiliar de Higiene Bucal".

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta  
de dotação prevista no orçamento atual.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com  
efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO- SC, 14 DE  
ABRIL DE 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **LEI Nº 1.829, DE 14 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 1.829, DE 14 DE ABRIL DE 2015.  
AUTORIZA O MUNICÍPIO A CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À  
ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Pre-  
to, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe con-  
fere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos  
que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo  
a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto autorizado a conceder  
auxílio financeiro à "Associação de Pais e Professores da Escola de  
Educação Básica Professora Maura de Senna Pereira - APP", pes-  
soa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ  
sob o nº 83.400.978/0001-78, com sede na Rua Oclides Benedito  
Scortegnagna, Pinheiro Preto - SC, no valor de R\$ 3.500,00 (três  
mil e quinhentos reais).

§ 1º A contribuição de que trata este artigo tem como objetivo  
auxiliar a beneficiária na compra de computador e câmeras de  
segurança a fim de ampliar o sistema já instalado na Escola.

§ 2º A beneficiária terá o prazo de 90 (noventa) dias, contados do  
recebimento do valor, para prestar contas ao Órgão Público acerca  
da aplicação dos recursos.

§ 3º Compete à Secretaria Municipal de Administração o acompa-  
nhamento e fiscalização da execução da obra de que trata esta lei.

Art. 2º Por ocasião da transferência do valor, a entidade beneficiá-  
ria deverá apresentar prova de regularidade para com as fazendas  
federal, estadual e municipal, seguridade social, trabalhista e, se  
for o caso, com o fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS.

Art. 3º O recurso repassado será depositado em conta bancária

específica e vinculada, e movimentada, preferencialmente, por ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário.

Art. 4º A conta bancária deve ser identificada com o nome da associação, acrescido da expressão "Contribuição" e do nome da unidade concedente.

Art. 5º A prestação de contas de referido auxílio financeiro dar-se-á de forma consolidada, no prazo máximo de 90 (noventa) dias do repasse dos recursos.

Parágrafo único. A prestação de contas será composta de:  
I - Balancete de prestação de contas, instruído com os documentos legais;

II - Extratos de movimentação bancária;

III - Certidões negativas de débitos federal, estadual e municipal;

IV - Certidão negativa de Débito Trabalhista - CNDT;

V - Certidão Negativa de Débito Previdenciário;

VI - Certidão Negativa do FGTS;

VII - Certidão expedida pela Secretaria Municipal de Administração certificando o cumprimento, pela sociedade, das obrigações decorrentes da presente lei.

Art. 6º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação orçamentária prevista na lei de orçamento em vigor.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 14 de abril de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **LEI Nº 1.830, DE 14 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 1.830, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA PAGAMENTO DE VALOR DE VENCIMENTO PAGO A MENOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, autorizado a pagar valor devido a título de adicional noturno pago a menor aos seguintes servidores, valores e respectivos períodos:

I - Augustinho Carlos Loat: vencimento pago a menor nos meses 04/2011 a 08/2014, no total de R\$ 1.023,43 (mil e vinte e três reais e quarenta e três centavos);

II - Paulo Eurico Loat, vencimento pago a menor nos meses 04/2011 a 08/2014, no total de R\$ 997,97 (novecentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos).

§ 1º Os valores foram apurados através de processo administrativo de expediente autuado sob n. 009/2015.

§ 2º Os pagamentos das verbas serão feitos mediante registro em folha de pagamento complementar, devendo o Departamento de

Pessoal registrar o pagamento nos registros funcionais do servidor.

Art. 2º As despesas desta lei correrão à conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 14 DE ABRIL DE 2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

### **LEI Nº 1.831, DE 14 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 1.831, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Município, através do Poder Executivo, autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de pavimentação de ruas e estradas vicinais.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos

adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 14 de abril de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA N. 150, DE 13 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA N. 150, DE 13 DE ABRIL DE 2015.  
NOMEIA COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS QUE ESPECÍFICA.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e Considerando a necessidade de melhor controle no recebimento de mercadorias e serviços,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar, para comporem Comissões de Recebimento de Mercadorias e Serviços, a fim de fiscalizarem, conferirem e verificarem, no ato da entrega pelos fornecedores, à quantidade e qualidade das mercadorias e serviços licitados pelos órgãos abaixo relacionados, os seguintes servidores:

#### **I. Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social:**

Ivanise Pilatti  
Silvana Orçatto  
Eliani Witt  
Scheley Raap do Nascimento  
Jurcelei Bertha

#### **II. Secretaria Municipal da Administração:**

Angela Perdoncini  
Maria Helena Mattana Mariani  
Nelize Schlosser  
Jessica Bado

#### **III. Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte:**

Geni de Oliveira  
Karina Faccin  
Vanessa Barbieri

#### **IV. Secretaria Municipal de Transporte e Obras e Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano:**

Sérgio Dall Bosco  
Valdemar Bogoni  
Maurilio Denardi  
Ideraldo Luiz Beal

#### **V. Secretaria Municipal da Agricultura:**

Edson Rabuske  
Gilmar Piovesan  
Dirceu Rabuske  
§ 1º O recebimento dos serviços e mercadorias de que trata esta Portaria deverá ser efetuado por no mínimo 2 (dois) membros de cada Comissão responsável.  
§ 2º O recebimento definitivo será precedido, quando for o caso, do recebimento provisório, nos termos da legislação.  
§ 3º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, especialmente no caso de veículos e equipamentos rodoviários, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo, nomeados para o ato pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º Esta Portaria não se aplica às obras e serviços de Engenharia, estas que dependem de medições de profissionais especializados.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 13 de abril de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 149 DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº 149 DE 06 DE ABRIL DE 2015.  
CONCEDE AO SERVIDOR IDERALDO LUIZ BEAL OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA, ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO REFERENTE AO PERÍODO 02.04.2012 a 02.04.2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com o artigo 9º da Lei complementar nº. 142 de 25 de março de 2008;

Considerando que o servidor adimpliu o requisito temporal referente ao 1º triênio em 02.04.2015;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER, adicional por tempo de serviço, referente período de 02.04.2012 a 02.04.2015, ao servidor IDERALDO LUIZ BEAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível TSO -04 Referencia "A", com efeitos a partir de Abril de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 06 de Abril de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 151 DE 14 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 151 DE 14 DE ABRIL DE 2015  
PUBLICA GABARITO DO PROCESSO SELETIVO 002/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Fica publicado o gabarito do Processo Seletivo nº 002/2015, na forma do presente anexo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 14 de Abril de 2015.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO  
TESTE SELETIVO 11/04/2015

1	A	B	C	D
2	A	B	C	D
3	A	B	C	D
4	A	B	C	D
5	A	B	C	D
6	A	B	C	D



7	A	B	C	D
8	A	B	C	D
9	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D

**PORTARIA Nº148 DE 06 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº148 DE 06 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE AO SERVIDOR GUILHERME FLAVIO MATTANA OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA, ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO REFERENTE AO PERÍODO 27.03.2012 a 27.03.2015.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com o artigo 9º da Lei complementar nº. 142 de 25 de março de 2008;

Considerando que o servidor adimpliu o requisito temporal referente ao 1º triênio em 27.03.2015;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, adicional por tempo de serviço, referente período de 27.03.2012 a 27.03.2015, ao servidor GUILHERME FLAVIO MATTANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível TSO-04 Referencia "A", com efeitos a partir de abril de 2015 .

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 06 de Abril de 2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Pomerode****PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2015

Processo Administrativo n.º 029/2015.

Locatário: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Locador: ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA FLORESTA.

Objeto: LOCAÇÃO EMERGENCIAL DO GINÁSIO DE ESPORTES E DO CAMPO DE FUTEBOL PARA A PRÁTICA DESPORTIVA PELOS ALUNOS DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL VIDAL FERREIRA, CUJA UNIDADE ESCOLAR ENCONTRA-SE EM AMPLIAÇÃO E REFORMA GERAL.

Valor mensal aluguel - R\$700,00 (setecentos reais).

Valor total - 04 meses - R\$2.800,00 (dois mil e oitocentos reais).

Base legal: Art. 24, X da Lei Federal.

Pomerode/SC, 14 de Abril de 2015.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

**SAMAE****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 07/2015**

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 07/2015 TIPO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS PARA OS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO DO MUNICÍPIO DE POMERODE. Local: o pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em toda as suas fases através do sistema de pregão eletrônico sistema BLL (Bolsa de Licitações e Leilões) Entrega das propostas: Até as 12:00 horas do dia 29/04/2015

Início da sessão de disputa de Preços : 09:00 do dia 30/04/2015

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos nos seguintes endereços: Na página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil [WWW.bll.org.br](http://WWW.bll.org.br) e [WWW.pomerode.sc.gov.br](http://WWW.pomerode.sc.gov.br) ou [www.samaepomerode.com.br](http://www.samaepomerode.com.br) Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro Nº 2233 [samae@samaepomerode.com.br](mailto:samae@samaepomerode.com.br) ou pelo fone (47) 3387 2550

Pomerode SC, 13 de ABRIL de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE



# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 414/2015

DECRETO Nº 414/2015, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

"DECLARA PONTO FACULTATIVO CONFORME ESPECIFICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os habitantes deste Município e no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado Ponto Facultativo aos funcionários públicos municipais de Ponte Serrada no dia 20 de Abril de 2015 (segunda-feira), dia anterior as comemorações do Feriado Nacional de Tiradentes.

Parágrafo Único - A medida não atinge os serviços essenciais à população, que por sua natureza não permitam paralisação.

Art. 2º - A Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Lazer respeitará o calendário próprio do ano letivo de 2015.

Art. 3º - Os servidores cedidos atenderão o horário de expediente do respectivo órgão, instituição e entidade que se encontra lotado.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 13 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### DECRETO 417/2015

DECRETO Nº 417/2015, DE 14 DE ABRIL 2015.

"DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e art. 7º da Lei Municipal nº. 2.230, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 166.480,13 (Cento e Sessenta e Seis Mil, Quatrocentos e Oitenta Reais e Treze Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

03.01 - Departamento de Educação

13.392.1301.2.037 - Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS - 108 R\$ 56.234,60

Fonte de Recursos: 00.0358

13.392.1301.2.013 - Manutenção do Fundeb da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS - 109 R\$ 34.070,95

Fonte de Recursos: 00.0318

13.392.1301.2.012 - Manutenção do Transportes Escolar

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS - 624 R\$ 47.602,90

Fonte de Recursos: 00.03624

Órgão: 09 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

09.244.0901.2.006 - Manutenção das Ações e Programas do Fundo de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS - 111 R\$ 28.571,68

Fonte de Recursos: 03.00352

Art. 2º. Para cobertura da suplementação de que trata o art. 1º serão utilizados recursos no valor de R\$ 166.480,13 (Cento e Sessenta e Seis Mil, Quatrocentos e Oitenta Reais e Treze Centavos), provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, das Fontes de Recursos 0318 - 352 - 358 e 624 recursos vinculados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 14 DE ABRIL DE 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

### REVOGAÇÃO 026/2015

AVISO DE REVOGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0026/2015

PREGÃO PRESENCIAL N.º 0018/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público aos interessados, a revogação da licitação supracitada, OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria e assessoria administrativa, de acordo com as condições estabelecidas no edital.

Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br), ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: [comprasp01@gmail.com](mailto:comprasp01@gmail.com).

Ponte Serrada, 14 de abril de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

# Porto Belo

## PREFEITURA

### **RESOLUÇÃO Nº 08/15 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

#### **RESOLUÇÃO Nº 08/15**

Dispõe sobre o uso de recursos do FIA para o a implantação do serviço de família acolhedora no município de Porto Belo - SC e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Porto Belo, por meio de seu Coordenador Geral infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 1.482 de 15 de dezembro de 2006 e a deliberação do Conselho, em sua Assembléia ordinária de 28/11/14.

CONSIDERANDO a necessidade de fomento social no que diz respeito ao direito a convivência familiar e comunitária,

CONSIDERANDO a existência da Lei que cria o serviço Família Acolhedora, não implementada até o momento;

CONSIDERANDO que o CMDCA realizou uma série de reuniões e em maio de 2014, além de rever a Lei do Programa Família Acolhedora constatou a necessidade de elaborar também uma Lei exclusiva para a implantação do "Programa Guarda Subsidiária em Família Substituta".

CONSIDERANDO que as Minutas das duas Leis ficaram prontas em agosto de 2014 e o CMDCA viu por bem, antes de encaminhar as referidas Leis para a Casa Legislativa, submetê-las aos segmentos que compõe a rede socioassistencial.

CONSIDERANDO que os projetos de leis foram encaminhados a Casa Legislativa apenas em março de 2015 e encontram-se em tramitação;

CONSIDERANDO que a Resolução do CMDCA, nº 009/2015, projetava a realização do projeto de implantação do Serviço Família Acolhedora no período de 15 de dezembro de 2014 a outubro de 2015 e, em razão dos considerandos já tratados anteriormente nesta Resolução, não foi possível iniciar o projeto no prazo proposto;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Autorizar o uso de recurso do FIA, para financiar a contratação de assessoria para o Projeto de fomentação social sobre o direito a convivência familiar e comunitária e promover a implantação do Serviço de Família Acolhedora e Guarda Subsidiária, a realizar-se-á no período compreendido entre 20 de maio de 2015 a 20 de março de 2016.

Art. 2º. O valor máximo para efetivar a contratação da acessória prevista será de R\$ 16.300,00 (dezesesseis mil e trezentos reais), licitado conforme a Lei de Licitações - 8.666/06/1993.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Porto Belo, 14 de abril de 2015.

Lilian Mazurek Meyer

Coordenadora Geral

CMDCA - Porto Belo

### **RESOLUÇÃO Nº 09/15 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

#### **RESOLUÇÃO Nº 09/15**

Dispõe sobre retificação do Edital nº 001, que trata do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares mandato 2016/2019 e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Porto Belo, por meio de seu Coordenador Geral infra-assinado, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 1.482 de 15 de dezembro de 2006 e a deliberação da Comissão Especial Organizadora do Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares 2015,

CONSIDERANDO os critérios previstos no art. 52, inciso I, da Lei Municipal nº 1481/2006 traz em sua redação:

"São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de conselheiro tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral atestada por 3 (três) autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário; [...]"

CONSIDERANDO que referido artigo foi redigido na íntegra no Edital 001/2015, que trata do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares, mandato 2016/2019, sendo elencado no Edital 001/2015 como subitem 4.1.2, inciso "II"

CONSIDERANDO que alguns candidatos relataram estarem tendo dificuldades de conseguir o comprovante de Idoneidade Moral previsto no subitem 4.1.2, inciso "II" para realizarem sua inscrição;

CONSIDERANDO que o referido inciso "II", além da exigência de "3(três) atestados" restringe o comprovante de idoneidade moral às autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo, ou judiciário;

CONSIDERANDO tratar-se de exigência com conceito indeterminado, cuja ausência impede o processo de inscrição;

CONSIDERANDO que tal restrição poderá criar desigualdades no tratamento e condições de efetivação da inscrição oferecida aos candidatos;

CONSIDERANDO que o item "XI", do mencionado Edital, exige do candidato a apresentação de certidão de antecedente criminal da Comarca de Porto Belo e que este não se confunde com o comprovante de idoneidade moral;

CONSIDERANDO que Idoneidade moral se relaciona ao conjunto de qualidades e atributos que possui o indivíduo, tais como: honra, dignidade, honestidade e seriedade, entre outros valores, que levam à respeitabilidade na sociedade.

CONSIDERANDO que o respectivo comprovante de idoneidade moral vem provocando insegurança dos candidatos à inscrição;

#### **Resolve:**

Art. 1º. RETIFICAR o Edital n.º 001/04/2015 de forma que o

subitem abaixo passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

#### 4.1 Das Inscrições

##### 4.1.2 [...]

II- reconhecida idoneidade moral atestada por 3 (três) autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo, ou judiciário;

Leia-se:

#### 4.1 Das Inscrições

##### 4.1.2 [...]

II- reconhecida idoneidade moral atestada por autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo, ou judiciário ou ainda por qualquer pessoa, desde que registrado em cartório (Modelo Anexo I desta Resolução).

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário;

Porto Belo, 14 de abril de 2015.

Lilian Mazurek Meyer  
Coordenadora Geral  
CMDCA - Porto Belo

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

#### ANEXO I

#### MODELO DE

#### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Eu, \_\_\_\_\_ (nome da pessoa), brasileiro (a), estado civil \_\_\_\_\_, portadora do RG sob o nº \_\_\_\_\_, inscrita no CPF, sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Profissão \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que conheço o senhor(a) \_\_\_\_\_ há \_\_\_\_\_ anos, o qual trata-se de pessoa idônea, honesta e trabalhadora, nada sabendo que desabone sua conduta.  
Porto Belo \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Declarante

## Porto União

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 693/2015

DECRETO Nº 693, de 10 de abril de 2015.

Dispõe sobre Vacância de Cargo de Provimento em Comissão, por motivo de falecimento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista a Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015, em conformidade com o Art. 56, Inciso VIII, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994,

#### DECRETA:

Art. 1º DECLARA A VACÂNCIA do cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Obras do Interior, Símbolo CO, previsto no Anexo II da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, com redação dada pela Lei Municipal nº 4.307, de 11 de março de 2015, em razão do falecimento do Senhor Roberto Cendron, na data de 08 de abril de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2015.

Porto União (SC), 10 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### PORTARIA Nº 017/2015

PORTARIA Nº 017, de 13 de abril de 2015.

Dispõe sobre instauração de Sindicância e nomeação de Comissão Sindicante.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, letra "f" da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento no artigo 239 da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, no que tange ao Processo Disciplinar, instado pelo Analista de Controle Interno, determinar a instauração de Sindicância e constituir a respectiva Comissão Sindicante, encarregada de apurar possíveis irregularidades no Setor de Compras do Fundo Municipal da Saúde (Secretaria Municipal de Saúde), em desrespeito à Lei de Licitações 8.666/93 e eventual dano ao erário.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão Sindicante:

I- Giovana Müller - Presidente;

II- Laureci Freisleben - Secretária;

III- Daniel Benoni - Membro;

IV- Rozane Meneguzzo Vargas Lanzarini - Membro;

V- Rodrigo Bonin Leão - Membro.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta)

dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Parágrafo único. Caso seja necessária a prorrogação desta Portaria, a mesma será sem ônus para os membros da Comissão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 13 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

## Pouso Redondo

### PREFEITURA

#### EXTRATO CONTRATO 104 2014

EXTRATO DO CONTRATO 104/2014

PROCESSO Nº 66/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº035/2014

CONTRATADA - BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA EPP.

OBJETO: - Aquisição de Parque Infantil (Playground) Colorido, conforme descrição anexo I edital, a ser instalado na Praça Municipal Gotlieb Reif.

VALOR: R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

Data da assinatura 30/10/2014 até 31/12/2014.

#### RETIFICAÇÃO PROCESSO 012 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO

PROCESSO Nº. 12/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2014

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, fica retificado o edital, acima citado, de objeto: Contratação de pessoa física ou jurídica para assessoria na área contábil e de finanças e orientação, supervisão e operacionalização dos programas geridos pela secretaria municipal de Educação, a saber: SIMEC e suas funcionalidades, Plano de ações articuladas, SIGPC e PDDEWEB. DEVIDO A DATA PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA ESTAR MARCADA PARA DIA 20/04/2015, E SEGUNDO DECRETO Nº 028 2015 DE 08/04/2015, EM VIRTUDE DISTO ALTERA-SE A DATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO PARA DIA 23/04/2015 ÀS 09:00 HORAS. As demais cláusulas, permanecem inalteradas. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 14 de Abril de 2015.

Nair Goulart

Prefeita Municipal

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DECERTO Nº 4632, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4632, de 06 de abril de 2015.

"HOMOLOGA PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES Nº 041/2015.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com fundamento no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado o processo de Inexigibilidade de Licitações Nº 041/2015 de 10.04.15.
	Parágrafo Único – Contratação da apresentação musical do artista Renato Borghetti no evento festividades do aniversário do município. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo. Contratado: SC MUSIC PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME

GABINETE DO PREFEITO.

06 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº 4642, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4642, de 09 de abril de 2015.

"NOMEIA SÉRGIO LUIS BASÍLIO CORRÊA DE NEGREDO"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear SÉRGIO LUIS BASÍLIO CORRÊA DE NEGREDO, para a partir de 09/04/2015, exercer o cargo em comissão de Chefe de Divisão de Cemitério, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº 4645, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4645, de 09 de abril de 2015.

"DESIGNAR SERVIDOR MUNICIPAL PARA ACOMPANHAMENTO DO CONVENIO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E CASAN".

O Prefeito de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA

Art. 1º- Fica nomeado para acompanhar a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, nas vistorias de fiscalização do Convênio de Cooperação nº 09/2008. Exigência constante no item 7.2, letra i, que entre si Celebram o Município de Rio do Sul e a CASAN, o servidor:

I - HEBER XAVIER FERREIRA - Secretário Adjunto Seplan, substitui CARLOS EDUARDO PLENS - Diretor de Departamento de Urbanismo.

Art. 2º- O mandato do servidor nomeado por este Decreto será por tempo indeterminado.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º- Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

09 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

### DECRETO Nº 4646, DE 09 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4646, de 09 de abril de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 027/2015, de 19.03.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- AUTO ELITE LTDA;
- CANTU COMERCIO DE PNEUMÁTICO LTDA;
- JK PNEUS LTDA.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

ANEXO AO DECRETO Nº 4646/2015

Pregão Presencial nº 027/2015, de 19.03.2015.

Objeto da licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, PARA REPOSIÇÃO NAS VIATURAS DO CORPO DE BOMBEIROS DE RIO DO SUL. FUNREBOM.



## Participantes:

- AUTO ELITE LTDA;
- CANTU COMERCIO DE PNEUMÁTICO LTDA;
- JK PNEUS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor os licitante:

- AUTO ELITE LTDA;
- CANTU COMERCIO DE PNEUMÁTICO LTDA;
- JK PNEUS LTDA.

**DECRETO Nº 4648, DE 09 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 4648, de 09 de abril de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 001/2015, de 23.03.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- GRÁFICA E EDITORA LÍDER LTDA EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

09 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

WILLIAN WALTER SIEVERDT

Superintendente da Fundação Cultural

ANEXO AO DECRETO Nº 464/2015

Pregão Presencial nº 001/2015, de 23.03.2015.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DA REVISTA "RIO DO SUL".

## Participantes:

- GRÁFICA E EDITORA LÍDER LTDA EPP;
- COAN INDUSTRIA GRÁFICA LTDA;
- ZIMBRA E CABRAL GRÁFICA E EDITORA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor os licitante:

- GRÁFICA E EDITORA LÍDER LTDA EPP.

**DECRETO Nº 4650, DE 10 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 4650, de 10 de abril de 2015.

"ANULA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial nº 038/15 26.03.2015.

Parágrafo único - A anulação decidida no "caput", se dá a incorreção do objeto solicitado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

10 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

REGINA GARCIA FERREIRA

Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 4651, DE 10 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 4651, de 10 de abril de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2015."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado do Pregão Presencial nº 035/2015, de 26.03.2015, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

- CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

10 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

MARCO AURÉLIO ROSAR

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

ANEXO AO DECRETO Nº 4651/2015

Pregão Presencial nº 035/2015, de 26.03.2015.

Objeto da licitação: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE INFRA ESTRUTURA PARA EVENTOS INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM E TRANSPORTE DAS ESTRUTURAS AO CENTRO DE EVENTOS HERMANN HINRICH PURNHAGEN NOS 14 A 19 DE ABRIL - MOTOSUL/2015

Participantes:

- CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP;
- GEOVANI ALVES ME;
- TRANSGERASUL EVENTOS LTDA.

Decisão: Pelo critério menor preço global, a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor os licitante:

- CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP.

### DECRETO Nº 4652, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4652, de 10 de abril de 2015.

"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 019/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art.1º - Fica anulado o processo licitatório representado pela Concorrência Pública nº 019/2015 de 30.03.2015.

Parágrafo único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, em virtude do edital não está em conformidade com as garantias de execução.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

10 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº 4653, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 4653, de 10 de abril de 2015.

"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 023/2015".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores:

DECRETA:

Art.1º - Fica anulado o processo licitatório representado pela Concorrência Pública nº 023/2015 de 23.03.2015.

Parágrafo único - A anulação decidida no "caput" deste artigo, em virtude do objeto está em desacordo, a medida deve ser por m² e não por hora, com intuito de melhorar a fiscalização e o controle do serviço prestado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

10 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

### EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/15.

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/15.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTE ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Meel do Brasil Confeccões Eireli	Xx.623.620/0001-xx	151119
Jorel Deivis Butzke	xx.648.221/0001-xx	151340
Claudia Mara Zanetti	Xxx.017.589-xx	151650
Douglas Fronza	Xxx.866.789-xx	145541
Adriano Marcelo Deola	Xxx.701.329-xx	151584
Arlindo de Andrade	Xxx.317.549-xx	151205
Sergio Ern Representações Ltda	xx.451.380/0001-xx	131762
Dionisio Elias	Xxx.811.059-xx	148003
Arlete Haveroth Menslin	Xxx.360.689-xx	151768

Rio do Sul, 14 de Abril de 2015

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal da Fazenda

### PORTARIA N. 0265/RH

PORTARIA Nº. 0265/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença para Tratar de Assuntos Particulares à servidora municipal ROSELITA SEBOLD, RG 579.762 - 4, CPF 668193779-91, Matrícula 1618701, ocupante do cargo de provimento efetivo de Cirurgião Dentista, pelo período de 13 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2015, nos termos do Protocolo 153182/2015, sem remuneração, de acordo com o Art. nº. 137, da Lei Complementar nº. 207 de 28/09/2010.

Parágrafo único - Autorizado o afastamento da servidora junto à Secretaria Municipal de Saúde, do Departamento de Odontologia, com bolsa CAPES a fim de realizar estágio de doutorado no exterior, na Espanha (Barcelona) no período acima citado.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de abril de 2015.  
GIVANILDO SILVA  
Secretário Municipal de Administração  
Lso

### **RESOLUÇÃO Nº 02.2015, 08 DE ABRIL DE 2015,** **RESOLUÇÃO Nº 02/2015**

Dispõe sobre a aprovação da alteração da Matriz Curricular dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da Rede Pública Municipal de Ensino, do município de Rio do Sul.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no art. 22 do Regimento Interno deste Conselho, e considerando a Resolução nº 03/2007, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 08 de abril de 2015, mais o Parecer nº 02/CME/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a alteração da Matriz Curricular dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, da Rede Pública Municipal de Ensino, do município de Rio do Sul, para vigência a partir e no decorrer do ano letivo de 2015.

Art. 2º A Matriz Curricular citada no art. 1º, e rubricada pela Presidente do Conselho Municipal de Educação, acompanha, em anexo, a esta Resolução.

Art. 3º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 08 de abril de 2015  
Lara Aparecida Guse Ramos  
Presidente do Conselho Municipal de Educação

ANEXO

NOVA MATRIZ CURRICULAR - ANOS INICIAIS - ENSINO FUNDAMENTAL - PERÍODO PARCIAL

ÁREAS DE CONHECIMENTO Res. Nº 07/2014/CNE	COMPONENTE CURRICULAR	1º ao 5º ano	DESCRIÇÃO
LINGUAGENS	Língua Portuguesa	5 aulas	Aula ministrada por professor regente
	Inglês	2 aulas	Aula ministrada por professor específico
	Artes	2 aulas	Aula ministrada por professor específico
	Educação Física	4 aulas	Aula ministrada por professor específico
	Informática	1 aula	Aula ministrada por professor específico
MATEMÁTICA	Matemática	5 aulas	Aula ministrada por professor regente
CIÊNCIAS HUMANAS	Geografia	2 aulas	Aula ministrada por professor regente
	História	2 aulas	Aula ministrada por professor regente

CIÊNCIAS DA NATU-REZA	Ciências	2 aulas	Aula ministrada por professor regente
ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	1 aula	Aula ministrada por professor específico
Quantidade de aulas:		26 aulas	

### **RESOLUÇÃO Nº 03.2015 - CME,08.04.15**

RESOLUÇÃO Nº 03/2015

Dispõe sobre a autorização e aprovação de implantação do Ensino Fundamental no Centro de Educação Infantil Sebastião Back, da Rede Pública Municipal de Ensino, do município de Rio do Sul.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE RIO DO SUL, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no art. 22 do Regimento Interno deste Conselho, e considerando as Resoluções nº 01/2006 e 03/2007, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 08 de abril de 2015, mais o Parecer nº 03/CME/2015.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar e autorizar a implantação do Ensino Fundamental no Centro de Educação Infantil Sebastião Back, da Rede Pública Municipal de Ensino, do município de Rio do Sul, para implantação a partir e no decorrer do ano letivo de 2015.

Art. 2º As Matrizes Curriculares referente à implantação do Ensino Fundamental na unidade, e rubricada pela Presidente do Conselho Municipal de Educação, acompanha, em anexo, a esta Resolução.

Art. 3º O Centro de Educação Infantil Sebastião Back passar-se-á a denominar-se Centro Educacional Sebastião Back, em virtude da implantação do Ensino Fundamental, denominação regulamentada conforme legislação vigente.

Art. 4º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio do Sul, 08 de abril de 2015  
LARA APARECIDA GUSE RAMOS  
Presidente do Conselho Municipal de Educação

ANEXOS

MATRIZ CURRICULAR - ANOS INICIAIS

ÁREAS DE CONHECIMENTO Res. Nº 07/2014/CNE	COMPONENTE CURRICULAR	1º ao 5º ano	DESCRIÇÃO
LINGUAGENS	Língua Portuguesa	5 aulas	Aula ministrada por professor regente
	Inglês	2 aulas	Aula ministrada por professor específico
	Artes	2 aulas	Aula ministrada por professor específico
	Educação Física	4 aulas	Aula ministrada por professor específico
	Informática	1 aula	Aula ministrada por professor específico

MATEMÁTICA	Matemática	5 aulas	Aula ministrada por professor regente
CIÊNCIAS HUMANAS	Geografia	2 aulas	Aula ministrada por professor regente
	História	2 aulas	Aula ministrada por professor regente
CIÊNCIAS DA NATU-REZA	Ciências	2 aulas	Aula ministrada por professor regente
ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	1 aula	Aula ministrada por professor específico
Quantidade de aulas:		26 aulas	

## MATRIZ CURRICULAR - ANOS FINAIS

ÁREAS DE CONHECIMENTO Res. Nº 07/2014	COMPONENTE CURRICULAR	6º ao 9º ano	DESCRIÇÃO
LINGUAGENS	Língua Portuguesa	4 aulas	Aula ministrada por professor específico
	Inglês	3 aulas	Aula ministrada por professor específico
	Artes	2 aulas	Aula ministrada por professor específico
	Ed. Física	3 aulas	Aula ministrada por professor específico
MATEMÁTICA	Matemática	4 aulas	Aula ministrada por professor específico
CIÊNCIAS HUMANAS	Geografia	3 aulas	Aula ministrada por professor específico
	História	3 aulas	Aula ministrada por professor específico
CIÊNCIAS DA NATU-REZA	Ciências	3 aulas	Aula ministrada por professor específico
ENSINO RELIGIOSO	Ensino Religioso	1 aula	Aula ministrada por professor específico
Quantidade de aulas:		26 aulas	

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - ANDREIA STEGEMANN**  
 TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANDREIA STEGEMANN estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

- BAIRRO FUNDO CANOAS, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - ANDREZA IOLANDA DOLZAN**  
 TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANDREZA IOLANDA DOLZAN estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO SANTA RITA, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CLAUDETE MEDEIROS DA SILVA DOS SANTOS**  
 TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) CLAUDETE MEDEIROS DA SILVA DOS SANTOS estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO LARANJEIRAS, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção



**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - ADRIANA MARA SCHNEIDER DA SILVA**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ADRIANA MARA SCHNEIDER DA SILVA estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO BARRAGEM, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014-EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - ANA CLAUDIA SILVESTRIN**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ANA CLAUDIA SILVESTRIN estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO BUDAG, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014-EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - DEIZIANE DE SOUZA DA SILVA**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DEIZIANE DE SOUZA DA SILVA estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO BOA VISTA, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014-EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação

Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - DJENIFER PRISCILA FAUSTINO**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) DJENIFER PRISCILA FAUSTINO estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO BOA VISTA, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014-EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - EVANILDA BORGES**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) EVANILDA BORGES estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO BARRA DO TROMBUDO, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014-EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - FERNANDO NAVARRO LINS DE AGUIAR**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) FERNANDO NAVARRO LINS DE AGUIAR estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO BOA VISTA, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014-EMPREGO PÚBLICO.



Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - FRANCISCO WEBER BARBOSA**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) FRANCISCO WEBER BARBOSA estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO BARRA DO TROMBUDO, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014- EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - JACKSON VAVASSORI**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) JACKSON VAVASSORI estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO TABOÃO, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - LEILA DE SOUZA**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) LEILA DE SOUZA estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação

no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO BAR-RAGEM, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014- EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - LUZIA PEREIRA BONACOLSI**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) LUZIA PEREIRA BONACOLSI estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, EACS, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014- EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - MARILEI DA SILVA**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARILEI DA SILVA estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO BREHMER, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014- EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - PRISCILA BATISTA CARDOSO****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) PRISCILA BATISTA CARDOSO estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO SANTANA, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - SANDRA REGINA SANGIOVO MASSOCO****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) SANDRA REGINA SANGIOVO MASSOCO estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO BOA VISTA, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2014 - WILLIAN GUILHERME DOS SANTOS NOLLI****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) WILLIAN GUILHERME DOS SANTOS NOLLI estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, BAIRRO BARRAGEM, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação

Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - CRISTIANI ZUNINO RODRIGUES****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CRISTIANI ZUNINO RODRIGUES estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO SANTANA, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - DENISE MAFRA****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) DENISE MAFRA estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO LARANJEIRAS, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - FLAVIA WORDELL BECKER****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) FLAVIA WORDELL BECKER estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO SANTANA, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - JESSICA APARECIDA BORBA MORAES****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) JESSICA APARECIDA BORBA MORAES estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO PROGRESSO, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - LILIANE SILVA DOS SANTOS****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) LILIANE SILVA DOS SANTOS estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO LARANJEIRAS, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - LUCIANA MACHADO****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) LUCIANA MACHADO estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO CANOAS, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - MARCIA CLAUDINO MOLINARI****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) MARCIA CLAUDINO MOLINARI estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO SANTA RITA, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - MARCIA REGINA DE AMORIN****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) MARCIA REGINA DE AMORIN estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO CANOAS, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

**TERMO DE CONVOCAÇÃO - MARIA ODETE ZARLING ROSSI****TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) MARIA ODETE ZARLING ROSSI estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação

no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO TABOÃO, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO - NEIDE MARIA PACHECO ROSA**

#### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) NEIDE MARIA PACHECO ROSA estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO FUNDO CANOAS, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO - PAULO JOSE WOYTECHEN**

#### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) PAULO JOSE WOYTECHEN estamos procedendo a convocação para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, 01, no prazo máximo de 02 dias úteis, munido(a) de documento de identidade.

Informamos que a presente convocação objetiva a sua contratação no emprego de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - BAIRRO PROGRESSO, 40H, conquistada no Concurso Público n.º 003/2014 - EMPREGO PÚBLICO.

Rio do Sul (SC), 14 de Abril de 2015.

Ciente: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Responsável pela Convocação  
Departamento de Recursos Humanos  
Recrutamento e Seleção

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **PORTARIA Nº 836/2015**

PORTARIA Nº 835, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Nomeia o Assessor Parlamentar Victor Matheus Teixeira Pompilio

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

#### **NOMEAR:**

Art. 1º A partir de 13 de abril de 2015, VICTOR MATHEUS TEIXEIRA POMPILIO, para ocupar o cargo de provimento em Comissão, Assessor Parlamentar - Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de abril de 2015.

GIOVANI NASCIMENTO

Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI

Diretora Administrativa

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### PORTARIA N.º 014/2015 - IPRESVEL

PORTARIA N.º 014/2015

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, A IRENE TOMAZI TINELI.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI, Diretora Executiva do IPRESVEL - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso, nomeada pela Portaria n.º 003, de 9 de maio de 2014, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 80, inciso I, da Lei n.º 1.096, promulgada em 24 de junho de 2003, resolve:

CONCEDER APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL,

De acordo com o art. 40, § 1º, inciso III, "a" da CF, com redação da EC nº 41/2003, à

IRENE TOMAZI TINELI, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sob o Regime Jurídico Estatutário, devendo perceber o correspondente a totalidade da média aritmética simples das maiores contribuições efetuadas a partir de julho/1994, perfazendo a importância de R\$1.115,31 (um mil, cento e quinze reais e trinta e um centavos), a contar de 23 de março de 2015, conforme Processo nº 011/2015.

Salto Veloso, 23 de março de 2015.

TÂNIA GIACOMIN DE BORTOLI  
Diretora-Executiva

### PORTARIA Nº. 198/2015

PORTARIA Nº. 198/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

Resolve,

Artigo 1º. Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 13 de Abril de 2015 a 12 de Maio de 2015, totalizando 30 dias de férias a Servidora VERONICE SUTIL VARELA, do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Artigo 2º. O período de aquisição é de 05/03/2014 a 04/03/2015, correspondente a 30 dias.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 13 de Abril de 2015.  
CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 199/2015

PORTARIA Nº. 199/2015

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica do Município.

Resolve,

Artigo 1º. Fica exonerado, a partir desta data, o Sr. EVANDRO THESING, do cargo de FARMACEUTICO 40hrs semanais, nomeado pela Portaria nº DP0286/2013 lotado na Secretaria de Saúde e Assistência Social.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, 13 de Abril de 2015.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 200/2015

PORTARIA Nº. 200/2015

Claudemir Cesca, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 88, inciso IX e artigo 14, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Salto Veloso-SC C/C artigos 11 e 13, da Lei Ordinária Municipal 570/91.

Resolve:

Artigo 1º. Nomear e dar posse por Concurso Público, a Sra. CRISTINE GISELA OHLWEILER, nos termos do artigo 13, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 016/2010 e Alterações, para exercer o cargo de provimento efetivo de Farmacêutica, 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Saúde e Assistência Social, com vencimentos referentes ao código CPE 17, do Anexo II, Tabela II, Grupo III.

Artigo 2º. Fica ressalvada a possibilidade de anulação/revogação desta portaria, em caso de considerada inaptidão para exercício da função atestado por Laudo Médico Oficial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso-SC, em 13 de Abril de 2015.

CLAUDEMIR CESCA  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 201/2015

PORTARIA Nº. 201/2015

Autoriza a Averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00002/01-3, nos assentos funcionais do servidor Luiz Nezi, detentor da matrícula nº 39 e do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:



Art. 1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor Irene Luiz Nezi, detentor da matrícula nº 39 e do cargo de provimento efetivo de Carpinteiro, da Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, expedida pelo INSS sob o nº 20022080.1.00002/01-3, correspondente a 09 anos 03 meses e 01 dia, para fins de concessão de aposentadoria voluntária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 14 de Abril de 2015.

CLAUDEMIR CESCA  
PREFEITO MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N. 011/2015

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA N.011, de 07 de abril de 2015.

Dispõe sobre a concessão de licença ao vereador Silvano Tinelli, para afastamento do cargo pelo prazo de 30 (trinta) dias.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO - ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica o Vereador Silvano Tinelli, autorizado a licenciar-se do cargo por 30 (trinta) dias, a partir do dia 07 de abril de 2015 até o dia 06 de maio de 2015, em conformidade com o inciso II do artigo 56 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 07 de abril de 2015.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI  
PRESIDENTE

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### EDITAL DE PREGÃO Nº 42/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 042/2015- PR 042/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de empresa para fornecimento de mobiliário para a Biblioteca Municipal. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 08h30min do dia 28 de abril de 2015, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 08h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de compras e licitações da prefeitura, sito a rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400, centro, Santa Rosa Do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 14 de Abril de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

#### EDITAL DE PREGÃO Nº 43/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO 043/2015- PR 043/2015

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de pessoa física ou jurídica para prestar Aulas de Violão, canto e violino para crianças e adolescentes do Programa Serviços de Conveniência e fortalecimento de vínculos, objetivando incentivar os mesmos a terem gosto pela música e pelo instrumento, com ênfase em voz e violão. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até as 13h30min do dia 28 de abril de 2015, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 13h45min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de compras e licitações da prefeitura, sito a rua Ferminio Pedro Raupp, nº 400, centro, Santa Rosa Do Sul, ou fone: (0xx48)3534-1113, E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 14 de Abril de 2015.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO 83/2015

DECRETO N. 83 DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DECRETA LUTO OFICIAL POR TRÊS DIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Luto Oficial de 03 dias em todo o território do Município em virtude do falecimento do Senhor HELMUTH GILMAR JUNGES, pai do Senhor Jacob Gilmar Junges, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º. O luto oficial perdurará de 14 a 16 de Abril do corrente ano.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso (SC), 14 de Abril de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS  
MATRICULA Nº1300/5

### DECRETO Nº82/2015 ADRIANE MARIA SPISCKER

DECRETO Nº 082/2015

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR, temporariamente, a Sra. Adriane Maria Spiscker, nascida em 25/06/1977, portador da RG nº. 3368497, inscrita no CPF sob nº. 911.400.800-91, para ocupar o cargo de Professora de Educação Infantil, 20 horas semanais, Código 1052 lotado na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir de 14 de abril de 2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,  
em 14 de Abril de 2015.  
JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ELISANGELA SASSI  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS  
MATRICULA Nº1300/5

### LEI MUNICIPAL 1251

LEI Nº 1251 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, apresenta a Câmara de Vereadores para a devida análise, discussão e votação o seguinte Projeto de Lei

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece normas gerais de aplicação.

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente far-se-á através de:

- I - implantação de programas sociais básicos da educação, saúde, habitação, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, afetivo, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade, a convivência familiar e comunitária;
- II - implantação de programas de assistência social, em caráter constitutivo, para aqueles que delas necessitam;
- III - organização, estruturação e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - organização, estruturação e funcionamento do Conselho Tutelar;
- V - manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência e destinação de recursos orçamentários específicos.

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão normativo, deliberativo e fiscalizador da política de atendimento, vinculado administrativamente à Secretaria de Assistência Social e tem por finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas para crianças e adolescentes.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- a) formular e controlar a política municipal de promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente e a articulação das ações governamentais e não governamentais no âmbito do Município de Santa Terezinha do Progresso/SC;
- b) divulgar e promover as políticas e práticas bem sucedidas;
- c) difundir junto à sociedade local a concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos e pessoas em situação especial de desenvolvimento, e o paradigma da proteção integral como prioridade absoluta;
- d) conhecer a realidade de seu território e elaborar o seu Plano de Ação Anual, contendo as estratégias, as ações e os programas a serem implementados, mantidos ou suprimidos pela Administração Pública Municipal;
- e) definir prioridades de enfrentamento dos problemas mais

urgentes;

f) propor e acompanhar o reordenamento institucional, buscando o funcionamento articulado em rede das estruturas públicas governamentais e das organizações da sociedade;

g) promover e apoiar campanhas educativas sobre os direitos da criança e do adolescente;

h) propor a elaboração de estudos e pesquisas com vistas a promover, subsidiar e dar mais efetividade às políticas;

i) participar e acompanhar a elaboração, aprovação e execução do PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) e LOA (Lei Orçamentária Anual) locais e suas execuções, indicando modificações necessárias à consecução dos objetivos da política dos direitos da criança e do adolescente;

j) definir a política de captação, administração, controle e aplicação dos recursos financeiros que venham a constituir o Fundo para Infância e Adolescência - FIA - do Município, acompanhando e fiscalizando sua execução;

k) deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo para a Infância e Adolescência - FIA - destinados às entidades públicas e privadas, que deverão ser empregados exclusivamente em programas, projetos e atividades de proteção e/ou socioeducativos voltados ao atendimento da criança e do adolescente;

l) manter banco de dados com informações sobre programas e projetos governamentais e não-governamentais de âmbito municipal, relativos à criança e ao adolescente;

m) acompanhar e oferecer subsídios na elaboração legislativa local relacionada à garantia dos direitos da criança e do adolescente;

n) fomentar a integração do Judiciário, Ministério Público e Segurança Pública na apuração dos casos de denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade que versem sobre ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente;

o) atuar como instância de apoio no nível local nos casos de petições, denúncias e reclamações formuladas por qualquer pessoa ou entidade, participando de audiências ou ainda promovendo denúncias públicas quando ocorrer ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente, acolhendo-as e dando encaminhamento aos órgãos competentes;

p) integrar-se com outros órgãos executores de políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente e demais Conselhos setoriais;

q) registrar as organizações da sociedade civil sediadas em sua base territorial que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art. 90, caput, e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos da Lei Federal nº 8.069/1990;

r) inscrever os programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias em execução na sua base territorial por entidades governamentais e organizações da sociedade civil;

s) recadastrar as entidades e os programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política traçada para a promoção dos direitos da criança e do adolescente;

t) regulamentar, organizar e coordenar o processo de escolha dos conselheiros tutelares, seguindo as determinações da Lei Federal nº 8.069/1990 e da Resolução nº 139/2010 e seguintes do Conanda;

u) instaurar sindicância para apurar eventual falta grave cometida por conselheiro tutelar no exercício de suas funções, observando a legislação municipal pertinente ao processo de sindicância ou administrativo/disciplinar, de acordo com a Resolução nº 139/2010 do Conanda.

Art. 5º À Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria de Assistência Social, cabe prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de seus grupos de trabalho e comissões, inclusive financeiros para a capacitação dos seus membros.

Art. 6º As decisões tomadas pelo Conselho Municipal dos Direitos

da Criança e do Adolescente, no âmbito de suas atribuições e competências vinculam as ações governamentais e da sociedade civil organizada em respeito aos princípios constitucionais de participação popular e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

Parágrafo único. Os atos deliberativos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser publicados nos órgãos oficiais e/ou na imprensa local, na primeira oportunidade subsequente à reunião respectiva.

Art. 7º A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerada em qualquer hipótese.

Parágrafo único. As despesas com o custeio e reembolso decorrentes de transporte, alimentação e hospedagem dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para que se façam presentes às reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como a eventos e solenidades nos quais representarem oficialmente o Conselho, deverão ocorrer por conta de dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Assistência Social.

#### DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 8º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto paritariamente por 10 (dez) membros titulares, e respectivos suplentes, sendo 5 (cinco) representantes do Poder Público e 5 (cinco) representantes da sociedade civil organizada, da seguinte forma:

##### I - Poder Público:

a) 1(um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) 1(um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

c) 1(um) representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte;

d) 1(um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Fazenda;

e) 1(um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

##### II - Sociedade civil:

a) 5(cinco) representantes de entidades da sociedade civil que desenvolvam ações voltadas à promoção, à proteção, ao atendimento, ao estudo, à pesquisa e a defesa e/ou garantia dos direitos da criança e do adolescente no município.

§1º Para cada titular deverá ser indicado um suplente, que substituirá aquele em caso de ausência ou impedimento, de acordo com o que dispuser o regimento interno do Conselho.

§2º O mandato dos representantes do Poder Público está vinculado ao do Chefe do Poder Executivo, que deverá indicar o nome dos respectivos representantes no prazo de 30 (trinta) dias após sua posse, ou quando solicitado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§3º Poderão candidatar as organizações de sociedade civil constituídas há pelo menos 2 (dois) anos, com atuação em Santa Terezinha do Progresso/SC, vedada a indicação de nomes ou outra forma de ingerência da Administração Pública no processo de escolha destes representantes.

Art. 9º O mandato dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente será de 2 (dois) anos, admitida a reeleição, mediante novo processo de escolha, vedada a prorrogação de mandatos ou a recondução automática.

Art. 10. O processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dar-se-á em Fórum Próprio das entidades da sociedade civil que desenvolvam ações voltadas à aprovação, à proteção, ao atendimento, ao estudo, à pesquisa e à defesa e/ ou garantia dos direitos da criança e do adolescente no município, convocado com 15 (quinze) dias de antecedência à data de realização.

§1º O mandato no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente pertencerá à entidade representativa eleita, que indicará um dos seus membros para atuar como seu representante.

§2º A eventual substituição dos representantes das organizações da sociedade civil no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá ser previamente comunicada e justificada, não podendo prejudicar as atividades do Conselho.

§3º O Ministério Público deverá ser solicitado a acompanhar e fiscalizar o processo eleitoral de escolha dos representantes das organizações da sociedade civil.

Art. 11. Os representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão empossados no prazo máximo de 30(trinta) dias após a proclamação do resultado da respectiva eleição, com a publicação dos nomes das organizações da sociedade civil e dos seus respectivos representantes eleitos, titulares e suplentes.

#### DOS IMPEDIMENTOS E PERDA DO MANDATO

Art. 12. Não poderão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito de seu funcionamento:

- I - Conselhos de políticas públicas;
- II - Representantes de órgão de outras esferas governamentais;
- III - ocupantes de cargo de confiança e/ou função comissionada do poder público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil;
- IV - Conselheiros Tutelares.

Parágrafo único. Também não poderão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma deste artigo, a autoridade judiciária, legislativa e o representante do Ministério Público com atuação na área da infância e juventude, ou em exercício na Comarca.

Art. 13. Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderão perder o mandato, antes do prazo de 2 (dois) anos, nos seguintes casos:

- I - pela ausência injustificada em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas às sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - pela prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a Administração Pública;
- III - por requerimento da entidade da sociedade civil representada;
- IV - por decisão judicial.

Parágrafo único. A cassação do mandato dos representantes do governo e das organizações da sociedade civil junto ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, com a garantia do contraditório e ampla defesa, devendo a decisão ser tomada por maioria absoluta de votos dos integrantes do Conselho.

#### DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 14. Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão elaborar um regimento interno que defina o funcionamento do órgão, mediante aprovação de 2/3 de seus membros, prevendo dentre outros os seguintes itens:

- a) a estrutura funcional mínima composta por plenário, presidência, comissões e secretaria definindo suas respectivas atribuições;
- b) a forma de escolha dos membros da presidência do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, assegurando a alternância entre representantes do governo e da sociedade civil organizada;
- c) a forma de substituição dos membros da presidência na falta ou impedimento dos mesmos;
- d) a forma de convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, com comunicação aos integrantes do órgão, titulares e suplentes, de modo que se garanta a presença de todos os seus membros e permita a participação da população em geral;
- e) a forma de inclusão das matérias em pauta de discussão e deliberações com a obrigatoriedade de sua prévia comunicação aos conselheiros;
- f) a possibilidade de discussão de temas que não tenham sido previamente incluídos em pauta;
- g) o quórum mínimo necessário à instalação das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- h) as situações em que o quórum qualificado deve ser exigido no processo de tomada de decisões com sua expressa indicação quantitativa;
- i) a criação de comissões e grupos de trabalho, que deverão ser compostos de forma paritária;
- j) a forma como ocorrerá a discussão das matérias colocadas em pauta;
- k) a forma como se dará a participação dos presentes na assembleia ordinária;
- l) a garantia de publicidade das assembleias ordinárias, salvo os casos expressos de obrigatoriedade de sigilo;
- m) a forma como serão efetuadas as deliberações e votações das matérias com a previsão de solução em caso de empate;
- n) a forma como será deflagrado e conduzido o procedimento administrativo com vista à exclusão de organização da sociedade civil ou de seu representante, quando da reiteração de faltas injustificadas e/ou prática de ato incompatível com a função, observada a legislação específica;
- o) a forma como será deflagrada a substituição do representante do órgão público, quando tal se fizer necessário.

Art. 15. Na forma do disposto nos artigos 90, parágrafo único e 91, ambos da Lei Federal nº 8.069/1990 cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente efetuar:

- a) o registro das organizações da sociedade civil sediadas em sua base territorial que prestem atendimento às crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art. 90, caput, e, no que couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129, todos da Lei Federal nº 8.069/1990;
- b) a inscrição dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, em execução na sua base territorial por entidades governamentais e das organizações da sociedade civil.

Parágrafo único. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, ainda, realizar periodicamente, a cada 2 (dois) anos, no máximo, o cadastramento das entidades e dos programas em execução, certificando-se de sua contínua adequação à política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada.

Art. 16. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do



Adolescente deverá expedir resolução indicando a relação de documentos a serem fornecidos pela entidade para fins de registro, considerando o disposto no art. 91 da Lei Federal nº 8.069/1990.

Parágrafo único. Os documentos a serem exigidos visarão exclusivamente comprovar a capacidade da entidade em garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 17. Caso alguma entidade ou programa esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no respectivo Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar para a tomada das medidas cabíveis, na forma do disposto nos artigos 95, 97, 191, 192 e 193 da Lei Federal nº 8.069/1990.

Art. 18. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude, ao Conselho Tutelar e à Promotoria de Justiça com atribuição na área da Infância e da Juventude.

#### DO CONSELHO TUTELAR

Art. 19. Esta Lei institui o regime jurídico da função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina.

Art. 20. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei Federal nº 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 21. O Conselho Tutelar do Município de Santa Terezinha do Progresso será composto por 5(cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4(quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

#### DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO TUTELAR

Art. 22. São atribuições da função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente as definidas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/1990 e:

- I - atender as crianças e os adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, do Estatuto da Criança e Adolescente, aplicando as medidas previstas no art. 101, incisos I a VI do mesmo Estatuto;
- II - atender e aconselhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no art. 129, incisos I a VII, do Estatuto da Criança e Adolescente;
- III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:
  - a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
  - b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;
- IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, do Estatuto da Criança e Adolescente para o adolescente autor de ato infracional;
- VII - expedir notificações;
- VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou

adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimentos dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar.

Art. 23. As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

#### DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES

Art. 24. O processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a presidência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e sob a fiscalização do Ministério Público.

Art. 25. São requisitos mínimos indispensáveis para o exercício das funções de Conselheiro Tutelar:

- I - reconhecida idoneidade moral;
- II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;
- III - residir no Município;
- IV - estar em pleno gozo da aptidão física e mental para o exercício da função de Conselheiro Tutelar;
- V - reconhecida e comprovada experiência de no mínimo 2(dois) anos, no trato direto com criança e adolescente, atestado por entidade cadastrada junto a Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- VI - ensino médio completo.

Art. 26. Caso o candidato seja funcionário público, além dos requisitos a que faz referência o art. 25, deverá ser apresentada autorização de dispensa do órgão a que é subordinado.

Art. 27. As eleições para escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Art. 28. Os Conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público competente.

- I - podem votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até 3 (três) meses antes da eleição;
- II - a eleição será organizada por meio de Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na qual seja estabelecida eleição individual, vedada a inscrição de chapas completas, seguindo as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente e desta Lei;
- III - com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, a diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará, através de edital a ser afixado na sede da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores e em outros locais públicos, que informará a data de realização das eleições e constituirá a mesa eleitoral, designando seu presidente e dois mesários, com respectivos suplentes;
- IV - expedido o edital de convocação, ficam automaticamente abertas às inscrições encerrando-se este prazo 10(dez) dias antes da realização da eleição;
- V - o pedido de registro de candidatura será protocolizado na Secretaria do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do



Adolescente acompanhado de documentos que comprovem o preenchimento dos requisitos estabelecidos nesta Lei e endereçado ao próprio Conselho;

VI - expirado o prazo para o registro da candidatura, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital na imprensa de circulação local, como também o fixará em local público de costume, informando o nome dos candidatos que protocolarem o pedido de registro da candidatura, estabelecendo prazo de 10 (dez) dias a contar da data da publicação, para o recebimento de impugnação;

VII - os pedidos de registro das candidaturas receberão numeração de ordem crescente e, impugnados ou não, deverão ser submetidos ao representante do Ministério Público para apreciação e eventual impugnação no prazo de 5(cinco) dias, decidindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em igual prazo, por voto da maioria simples;

VIII - das decisões relativas à impugnação caberá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias, decidindo através do voto de 2/3 (dois terços) de seus membros;

IX - vencidas as fases de impugnação e recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente mandará publicar edital em 3(três) vias, com os nomes dos candidatos habilitados no processo de escolha;

X - é vedada a propaganda eleitoral nos veículos de comunicação social, por meio de anúncios, luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer lugar público ou particular, admitindo-se apenas a realização de debates e entrevistas estabelecidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XI - a votação será realizada nas escolas municipais perante mesa eleitoral;

XII - encerrada a votação, a mesa eleitoral passará a funcionar como escrutinadora, devendo apurar os votos, lavrar a ata dos trabalhos realizados, nela declarando eleitos aqueles com maior número de votos. O ato será assinado pelo presidente da mesa, pelos mesários e pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo constar a nominata dos candidatos eleitos.

#### DOS IMPEDIMENTOS

Art. 29. São impedidos de servir conjuntamente no mesmo Conselho Tutelar marido e mulher, ascendente e descendente, sogro(a) e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado; e todo aquele que foi penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar;

§1º A união estável está equiparada ao casamento para fins de impedimentos de que trata o caput.

§2º Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

#### DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 30. Concluída a apuração dos votos, o Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará o resultado da escolha, mandando publicar o nome dos candidatos eleitos e o número de sufrágios recebidos.

§1º Os 5(cinco) primeiros candidatos com o maior número de votos serão considerados escolhidos, ficando os demais, pela ordem de votação, como suplentes.

§2º Havendo empate na votação, será considerado escolhido o que tiver o grau de escolaridade superior, e se ainda persistir o empate, o mais idoso.

Art. 31. A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Parágrafo único. Ao iniciar o exercício da função, o Conselheiro Tutelar deverá assinar termo no qual constarão as suas responsabilidades, seus direitos e deveres, além de comprovar pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício do cargo de Conselheiro Tutelar.

Art. 32. O Conselheiro Tutelar fica sujeito, a partir do ano de 2015, à jornada de trabalho de quarenta horas semanais e a realização de plantões ininterruptos, em escala de revezamento.

§1º A função de Conselheiro Tutelar exige dedicação exclusiva.

§2º O horário de funcionamento do Conselho Tutelar será de 8 (oito) horas dia, de acordo com o horário de funcionamento do comércio do Município.

§3º Fica proibida a adesão de sistema de revezamento da jornada semanal a ser cumprida pelo Conselheiro Tutelar.

#### DOS DIREITOS

Art. 33. São direitos do Conselheiro Tutelar, no exercício de sua função:

I - vencimento de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - 13º salário;

III - adicional de férias, em 1/3 a mais no valor do vencimento mensal;

IV - férias de 30 (trinta) dias a cada período de 12 (doze) meses de exercício efetivo da função;

V - quando necessária a realização de cursos, os Conselheiros Tutelares, mediante a autorização da Secretaria Municipal de Assistência Social, poderão solicitar adiantamento de custos, obrigando-se a posterior prestação de contas.

Art. 34. A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com o Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

#### DAS LICENÇAS

Art. 35. Será concedida licença ao Conselheiro Tutelar nas seguintes situações:

I - para concorrer a cargo eletivo;

II - para exercer função pública comissionada;

III - em razão de maternidade pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do oitavo (8º) mês de gestação.

IV - em razão de paternidade pelo prazo de 5 (cinco) dias;

V - em razão de seu casamento, por 5 (cinco) dias consecutivos;

VI - em razão do falecimento de cônjuge, companheiro, pais ou filhos, pelo prazo de 3(três) dias;

VII - para tratamento de saúde conforme o Regime Geral da Previdência Social;

VIII - por acidente em serviço conforme o Regime Geral da Previdência Social.

§1º Ocorrendo nascimento prematuro, a licença terá início no dia do parto.

§2º No caso de natimorto, a Conselheira será submetida a exame médico quando completar 30 (trinta) dias do fato e, se considerada apta, retornará ao exercício da função.

§3º Serão remuneradas as licenças constantes nos incisos III, IV,

V, VI e VII.

§4º Para tratamento de saúde, será observado o Regime Geral da Previdência Social, quanto à sua forma de remuneração.

Art. 36. É vedado o exercício de qualquer atividade durante o período da licença, remunerada ou não, sob pena de cassação da licença e destituição da função.

Art. 37. A licença paternidade será concedida ao Conselheiro pelo nascimento do filho, pelo prazo de 5(cinco) dias úteis, imediatamente após o nascimento.

#### DO TEMPO DE SERVIÇO

Art. 38. O exercício efetivo da função pública de Conselheiro Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei, sendo obrigado à contribuição para o regime oficial de previdência social.

Parágrafo único. Sendo o Conselheiro Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de serviço na função será contado para todos os efeitos, exceto para promoção por merecimento.

Art. 39. Serão considerados como efetivo exercício os afastamentos em virtude de férias e licença remunerada.

#### DOS DEVERES

Art. 40. São deveres do Conselheiro Tutelar:

I - exercer com zelo e dedicação as suas atribuições, conforme Lei Federal nº 8.069/1990;

II - observar as normas legais e regulamentares;

III - atender com presteza ao público, prestando as informações requeridas, ressalvadas às protegidas por sigilo;

IV - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

V - manter conduta compatível com a natureza da função que desempenha;

VI - guardar, quando necessário, sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento;

VII - ser assíduo e pontual;

VIII - tratar as pessoas com urbanidade.

#### DAS PROIBIÇÕES

Art. 41. Ao Conselheiro Tutelar é proibido:

I - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante os expedientes, salvo por necessidade do serviço;

II - recusar fé a documentos públicos;

III - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

IV - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

V - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VI - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

VII - proceder de forma desidiosa;

VIII - exercer outras atividades remuneradas, ou, atividades que, embora não remuneradas, sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

IX - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

X - fazer propaganda político-partidária no exercício de suas funções;

XI - aplicar medida de proteção sem prévia discussão e decisão do Conselho Tutelar de que faça parte, salvo em situações

emergenciais que serão submetidas em seguida ao Colegiado.

#### DA RESPONSABILIDADE

Art. 42. O Conselheiro Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de sua função.

#### DAS PENALIDADES

Art. 43. São penalidades disciplinares aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão;

III - destituição da função.

Art. 44. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, os agravantes e as atenuantes.

Art. 45. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de desobediências aos dispostos nos incisos I, II e XI do art. 41 e de inobservância de dever funcional previsto em Lei, regulamento ou norma interna do Conselho Tutelar que não justifique penalidade mais grave.

Art. 46. A suspensão será aplicada nos casos de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo exceder 30(trinta) dias, implicando no não pagamento da remuneração pelo prazo que durar.

Art. 47. O Conselheiro Tutelar será destituído de sua função nos seguintes casos:

I - incorrer na prática de crime contra a Administração Pública ou contra a criança e o adolescente;

II - deixar de prestar a escala de serviços ou qualquer atividade atribuída a ele, por 3 (três) vezes consecutivas ou 5 (cinco) vezes alternadas, dentro de 1 (um) ano, salvo justificativa aceita pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - faltar, por 3(três) vezes consecutivas ou 5(cinco) alternadas, no espaço de 1(um) ano, sem justificativa nas reuniões do Conselho;

IV - incorrer em caso comprovado de inidoneidade moral;

V - praticar ofensa física em serviço, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VI - transgredir aos incisos III, IV, V, VI, VII e VIII, do art. 41.

Art. 48. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

#### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Art. 49. O Conselheiro Tutelar está sujeito à fiscalização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que, tomando ciência de irregularidades supostamente praticadas pelo Conselheiro Tutelar, procederá à sua apuração mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar assegurado ao acusado ampla defesa e contraditório.

Art. 50. Da sindicância, que se concluirá no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, se necessário, poderá resultar:

I - o arquivamento;

II - a aplicação da penalidade de advertência ou suspensão;

III - instauração do processo disciplinar.

Art. 51. Como medida cautelar e a fim de que o Conselheiro não

venha a interferir a apuração de irregularidade, poderá a autoridade competente determinar o seu afastamento do exercício da função, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração.

#### DA VACÂNCIA

Art. 52. A vacância da função decorrerá de:

- I - renúncia;
- II - falecimento;
- III - destituição.

Art. 53. Os Conselheiros Titulares serão substituídos pelos suplentes nas hipóteses de:

- I - vacância da função;
- II - férias do titular;
- III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 20 (vinte) dias.

§1º O Suplente, no efetivo exercício da sua função de Conselheiro Tutelar, perceberá remuneração proporcional ao exercício e terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

§2º Inexistindo suplentes para a ocupação dos cargos que restarem vagos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, convocará eleições suplementares para a ocupação dos cargos vagos e das suplências.

Art. 54. O Conselheiro Tutelar perderá:

- I - a remuneração do dia, se não comparecer ao serviço, sem justificativa;
- II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, iguais ou superiores a trinta minutos, sem justificativa.

Art. 55. Poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, até o limite de 30% da remuneração, mediante autorização formal do Conselheiro Tutelar.

Art. 56. As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes a décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

Parágrafo único. O Conselheiro em débito com o erário e que, de qualquer modo, venha a se desvincular do Conselho Tutelar, terá o prazo de 30 (trinta) dias para quitar ou parcelar o débito, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Art. 57. Aplicar-se-á aos Conselheiros Tutelares, naquilo que não for contrário ao disposto nesta Lei ou incompatível com a natureza temporária do exercício da função, as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município e da legislação correlata referentes ao direito de petição e ao processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente coordenar e executar as atividades relativas à disciplina dos Conselheiros Tutelares.

#### DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA

Art. 58. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência tem por finalidade dar suporte financeiro ao desenvolvimento de programas e projetos destinados à proteção dos direitos da criança e do adolescente no Município de Santa Terezinha do Progresso/SC.

Art. 59. O Fundo Municipal da Infância e Adolescência ficará

vinculado administrativamente e operacionalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a quem cabe aprovar as aplicações dos recursos dele oriundos.

Art. 60. Os recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Juventude, serão movimentados através de contas e sub-contas, abertas em agência bancária oficial, com a designação específica do Fundo.

Art. 61. Compete ao Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- I - submeter ao Conselho o Plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal da Infância e Juventude;
- II - submeter ao Conselho demonstrações mensais de receita e despesa do Fundo;
- III - encaminhar à Contadoria Municipal as demonstrações a que faz referência o inc. II deste artigo.

Art. 62. Caberá à Secretaria Municipal de Assistência Social:

- I - exercer o controle da execução orçamentária, financeira e contábil;
- II - manter o controle necessário das receitas do Fundo;
- III - manter o controle necessário à execução orçamentária do Fundo Municipal da Infância e Adolescência referente ao controle de créditos orçamentários, à conferição e empenho; à liquidação e ao pagamento das despesas do Fundo;
- IV - manter o controle necessário aos contratos e convênios de execução de programas e projetos de proteção à criança e ao adolescente;
- V - encaminhar à Contadoria Municipal, mensalmente, o balanço da Secretaria encarregada da movimentação do Fundo Municipal da Infância e Juventude, contendo as demonstrações orçamentárias;
- VI - assessorar o Conselho, fornecendo subsídios para a elaboração de programação que indique a situação econômico-financeira geral do Fundo Municipal da Infância e Juventude.

Art. 63. A aprovação da alocação dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência será precedida de análise técnica efetivada por órgão especializado, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. O órgão mencionado no caput será coordenado por membro efetivo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 64. São receitas do Fundo:

- I - dotações consignadas no orçamento anual da Prefeitura, no mínimo 0,5 (zero vírgula cinco) por cento da receita efetivada arrecadada;
- II - rendimentos das aplicações realizadas com recursos do fundo;
- III - recursos oriundos de receitas diversas.

Art. 65. Poderão, ainda, constituir-se receita do Fundo Municipal da Infância e Adolescência recursos oriundos de:

- I - auxílios, subvenções ou transferências dos governos Federais e Estaduais;
- II - legados, doações, contribuições e outras receitas que legalmente lhe possam ser incorporadas;
- III - recursos provenientes dos Conselhos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - valores provenientes de multas decorrentes de condenação em ações cíveis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 8.069/1990.

Art. 66. Constituem ativos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência:

- I - disponibilidade monetária em bancos das receitas;
- II - direitos que porventura vierem a se constituir;
- III - bens móveis ou imóveis, com ou sem ônus, destinados à execução de programas e projetos.

Art. 67. Constituem passivos do Fundo Municipal da Infância e Juventude as obrigações de qualquer natureza que, por ventura, o Município venha a assumir, de comum acordo com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para implementação do Plano de Ação.

Art. 68. A despesa do Fundo Municipal da Infância e Juventude constituir-se-á de:

- I - financiamento total ou parcial de programas de atendimento de projetos de política especial, constantes do Plano de Ação e Aplicação;
- II - aquisição de material permanente e de consumo de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas e projetos;
- III - construção, reforma, ampliação ou locação de imóveis necessários à implantação e implementação do Plano de Ação e Aplicação;
- IV - desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações do Plano de Ação e Aplicação;
- V - desenvolvimento de programas de estudos, pesquisa, capacitação e aperfeiçoamento dos recursos humanos necessários à execução do Plano de Ação e Aplicação;
- VI - atendimento de despesas diversas de caráter urgente e inadiável, necessárias a execução das ações de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.

Art. 69. É vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal da Infância e adolescência para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela Lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência:

- I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;
- III - manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente;
- V - investimentos em aquisição, construção, reformas, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 70. Os valores positivos dos recursos financeiros do Fundo Municipal da Infância e Juventude, apurados em balanço no final de cada exercício, serão transferidos para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 71. Todos os atos até então praticados pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente, bem como pelo Conselho Tutelar são válidos, visto que não há retroatividade na presente modificação redacional da Lei.

Art. 72. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 73. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.791/2010 e a Lei nº 1.988/2013.

Art. 74. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 10 de Abril de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

ASSESSORIA EM PROJETOS

Matricula nº 136/8



# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 34/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 43/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 34/2015.
Objeto: Aquisição de peças/serviços para conserto/manutenção dos veículos Caminhão Caçamba Mercedes Benz 2325 placas IJA2415 e Caminhão Caçamba Mercedes Benz L1513 placas MCP1080, utilizados nos serviços da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 04 de maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 04 de maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site <a href="http://www.santiagodosul.sc.gov.br">www.santiagodosul.sc.gov.br</a> .
SANTIAGO DO SUL, 13 de abril de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 113/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2015  
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 10:00 horas do dia 29 de abril 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AEREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS INCLUINDO TAXAS DE EMBARQUE ATRAVES DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PALESTRANTE E TRADUTOR REFERENTE A EVENTO "CONVERSA ABERTA SOBRE ACOLHIMENTO FAMILIAR" A SER REALIZADO NOS DIAS 21, 22 E 23 DE MAIO DE 2015.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao) e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA  
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS  
Pregoeiro

### CONVÊNIO Nº 009/2015

TERMO DE CONVÊNIO Nº 009/2015

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E ACADEMIA DE ATLETAS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ACADEMIA DE ATLETAS, associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.098.558/0001-09, estabelecida à Rua Afonso Grosskopf, nº 135, Colonial, em São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente VANDERLEI MACHADO, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 2.923.557, CPF/MF nº 835.943.539-15, residente e domiciliado à Rua Ernesto Kautnicki, s/ nº, Bairro Cruzeiro, CEP 89286-070, São Bento do Sul/SC, amparado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3499 de 08 de abril de 2015 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO



O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Academia de Atletas com custeio de taxa de inscrição, alimentação, hospedagem e transporte, para participação em competições esportivas da modalidade de futebol de campo, conforme Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1538/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), repassados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 8 parcelas, conforme Plano de Aplicação apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada no Banco 104 - Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 2.806-0 a favor da Academia de Atletas.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos  
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos  
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento  
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições  
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;
- VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;
- IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;
- X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados

os objetivos deste Convênio;

- XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;
- XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;
- XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;
- XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

- I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;
- II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e
- III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- g) Conciliação bancária, quando for o caso;
- h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
- j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 14 de abril de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

VANDERLEI MACHADO  
Presidente da Academia de Atletas

TESTEMUNHAS

LUIZ NERI PEREIRA  
CPF 739.027.649-53

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA  
CPF 791.399.579-34

### CONVÊNIO Nº 010/2015

TERMO DE CONVÊNIO Nº 010/2015

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE FUTSAL FEMININO

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE FUTSAL FEMININO, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.202.151-0001-71, estabelecida à Rua Francisca Rueckel, nº 126, Bairro Serra Alta, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENENTE, neste ato representada por seu Presidente ODIMAR RODRIGUES DA LUZ, brasileiro, divorciado, professor, portador da Carteira de Identidade nº 3.570.705, CPF/MF nº 550.550.959-20, residente e domiciliado à Wenceslau Pscheidt, 300, fundos, Bairro Serra Alta, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3498 de 08 de abril de 2015 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação São Bentense de Futsal Feminino com custeio de despesas administrativas e contábeis, medicamentos, taxa de inscrição, alimentação, hospedagem, transporte, uniformes, materiais esportivos e vale transporte, conforme Plano de Trabalho proposto pelo CONVENENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1416/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais), repassados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 6 parcelas, conforme Plano de Aplicação apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 2995-4 a favor da Associação São Bentense de Futsal Feminino.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso

for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENENTE

O CONVENENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira, Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;

X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os

recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;  
c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;  
d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;  
e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;  
f) Extrato bancário com movimentação completa do período;  
g) Conciliação bancária, quando for o caso;  
h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;  
i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;  
j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 14 de abril de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

ODIMAR RODRIGUES DA LUZ

Presidente da Associação São Bentense de Futsal Feminino

#### TESTEMUNHAS

LUIZ NERI PEREIRA  
CPF 739.027.649-53

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA  
CPF 791.399.579-34

## II, RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 59/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

II RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 59/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA WENCESLAU HUBL, BAIRRO DONA FRANCISCA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 803355/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº

SR.2626.1.016.496-46/2014, sofreu alterações na Planilha de Orçamento item 3 - Pavimentação em seu subitem 3.6, Cronograma Físico Financeiro e Valor Total Máximo da Obra.

Informamos que as alterações estão disponíveis no site da prefeitura, sito [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei, abre-se o prazo da abertura do Edital Concorrência Pública nº 59/2015 do dia 15/04/2015 às 09:00 horas para o dia 15/05/2015 às 09:00 horas, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e propostas serão até as 08:30 horas.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

## II, RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 60/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

II RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 60/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAL, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DAS RUAS JORGE WEISS E SEVERINO EICHENDORF, BAIRRO DONA FRANCISCA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 803543/2014/MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, PROCESSO Nº SR.2626.1.016.603-34/2014, sofreu alterações na Planilha de Orçamento item 3 - Pavimentação em seu subitem 3.6, Cronograma Físico Financeiro e Valor Total Máximo da Obra.

Informamos que as alterações estão disponíveis no site da prefeitura, sito [www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao](http://www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao).

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto e, para que esta produza os seus efeitos conforme lei, abre-se o prazo da abertura do Edital Concorrência Pública nº 60/2015 do dia 15/04/2015 às 14:00 horas para o dia 15/05/2015 às 14:00 horas, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e propostas serão até as 13:30 horas.

São Bento do Sul, 14 de abril de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

## LISTAGEM PORTARIAS Nº 04/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 8683, de 10 de abril de 2015. Concede Redução de Carga Horária, passando de 40 horas semanais para 30 horas semanais, a partir de 02 de março de 2015, Processo nº 1567/2015. Eduardo Rocha Sbrissia. Médico Clínico Geral. SEMUS.

Portaria nº 8684, de 10 de abril de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 01/02/2012 a 03/02/2015. Tony Aldrin Fernandes Frezza. Analista de Sistemas. SECAD.

Portaria nº 8685, de 10 de abril de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 15/02/2012 a 09/03/2015. Marineusa Arnold Woehl. Auxiliar de Serviços. SEMAS.



Portaria nº 8686, de 10 de abril de 2015. Conclusão de Estágio Probatório, período de 20/03/2012 a 29/03/2015. Andrea Jantsch. Recepcionista. SEMUS.

Portaria nº 8687, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 04 de dezembro de 2014. Liria Rodrigues Skonieczny. Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SEMAS.

Portaria nº 8688, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de janeiro de 2015. Rosilei de Cassia Santana Frago. Professor Educação Infantil - Magistério, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SEMED.

Portaria nº 8689, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 22 de janeiro de 2015. Jamil Gabardo Gomes. Operador de Máquina I - em extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe F para Classe G. SEMOB.

Portaria nº 8690, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 31 de janeiro de 2015. Cristina Mieke Akamatsu, Assistente Social, Grupo Ocupacional 05, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SEMAS.

Portaria nº 8691, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 02 de fevereiro de 2015. Rogério Fossati Pinto, Arquiteto e Urbanista, Grupo Ocupacional 06, Nível II, passando da Classe B para Classe C. EMHAB.

Portaria nº 8692, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 05 de fevereiro de 2015. Marlise Iraci Pscheidt Kohlbeck. Professor Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 8693, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 15 de fevereiro de 2015. Lisane Krisz Ilg, Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe G para Classe H. SECAD.

Portaria nº 8694, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de fevereiro de 2015. Sirlene Rivelles. Professor Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe G para Classe H. SEMED.

Portaria nº 8695, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 21 de fevereiro de 2015. Carlos Roberto Gonçalves, Almoxarife, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe G para Classe H. SECAD.

Portaria nº 8696, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 23 de fevereiro de 2015. Ricardo Gomes Nassar, Fiscal em Vigilância em Saúde, Grupo Ocupacional 04, Nível III, passando da Classe C para Classe D. SEMUS.

Portaria nº 8697, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 04 de março de 2015. Célia do Rozario de Souza, Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível I, passando da Classe E para Classe F. SEMOB.

Portaria nº 8698, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 05 de março de 2015. Viviane de Macedo Carneiro, Médico Neuropediatria, Grupo Ocupacional 08, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SEMUS.

Portaria nº 8699, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 09 de março de

2015. Ivone Ressel. Professor Educação Infantil - Magistério, Nível I, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 8700, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 11 de março de 2015. Luciane Brunel Serafim. Atendente Educativo - Magistério, Nível II, passando da Classe A para Classe B. SEMED.

Portaria nº 8701, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 12 de março de 2015. Washington Henrique Marques, Professor Anos Finais - Licenciatura Plena, Nível I, passando da Classe F para Classe G. SEMUS.

Portaria nº 8702, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 13 de março de 2015. Andrea Luciane Martins, Especialista em Assuntos Educacionais, Nível II, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 8703, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 14 de março de 2015. Marilene Quost, Telefonista, Grupo Ocupacional 03, Nível II, passando da Classe C para Classe D. SECAD.

Portaria nº 8704, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 15 de março de 2015, Veridiana Virmond Partala, Professor Anos Finais - Especialização, Nível II, passando da Classe A para Classe B. SEMED.

Portaria nº 8705, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de março de 2015, Antonio Marcos Daniel Vieira, Vigia - em extinção, Grupo Ocupacional 01, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SECAD.

Portaria nº 8706, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 17 de março de 2015, José Jacir Charnoski, Vigia - em extinção, Grupo Ocupacional 01, Nível I, passando da Classe A para Classe B. SEMOB.

Portaria nº 8707, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de março de 2015, Angelita de Fatima Cavalheiro da Silva, Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe B para Classe C. SEMUS.

Portaria nº 8708, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 18 de março de 2015, Lino Machowski, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, passando da Classe E para Classe F. SEMOB.

Portaria nº 8709, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 21 de março de 2015, Ana Nely Hansch, Professor Educação Infantil - Especialização, Nível II, passando da Classe B para Classe C. SEMED.

Portaria nº 8710, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 21 de março de 2015, Tania Aparecida Dambros, Secretária de Escola, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe C para Classe D. SECON. Portaria nº 8711, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 28 de março de 2015, Sandra Aparecida Lubawsky Lutke, Auxiliar de Consultório Dentário, Grupo Ocupacional 03, Nível II, passando da Classe G para Classe H. SEMUS.

Portaria nº 8712, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 29 de março de 2015, Tereza Schultz, Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível II, passando da Classe G para Classe H. SEMED.

Portaria nº 8713, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 30 de março de 2015, Andrea Mara Machado Pedro, Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe G para Classe H. SEPLU.

Portaria nº 8714, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de abril de 2015, Adauri Puttkammer, Técnico Agrícola, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe F para Classe G. SEPLU.

Portaria nº 8715, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de abril de 2015, José Lourival Vieira, Motorista II - em extinção, Grupo Ocupacional 04, Nível I, passando da Classe G para Classe H. SEMUS.

Portaria nº 8716, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de abril de 2015, Luis Carlos Grossl, Professor Música II, Grupo Ocupacional 05, Nível II, passando da Classe F para Classe G. SECAD.

Portaria nº 8717, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público por Avaliação de Desempenho, a partir de 01 de abril de 2015, Martin Ilg Neto, Fiscal de Obras, Grupo Ocupacional 04, Nível II, passando da Classe F para Classe G. SEPLU.

Portaria nº 8718, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público, a partir de 21 de dezembro de 2013, Nadia Aparecida Sturmer, Professor Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe C para Classe D. SEMED.

Portaria nº 8719, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público, a partir de 05 de janeiro de 2015, Elisabeth Maria Worrel Bauer, Professor Anos Iniciais - Especialização, Nível II, passando da Classe E para Classe F. SECAD.

Portaria nº 8720, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público, a partir de 03 de março de 2015, Ana Regina Pscheidt Voigt, Atendente de Berçário - em extinção - Especialização, Nível II, passando da Classe C para Classe D. SECAD.

Portaria nº 8721, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público, a partir de 11 de março de 2015, Maria Elair Cardoso, Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível III, passando da Classe F para Classe G. SEMED.

Portaria nº 8722, de 10 de abril de 2015. Promove Servidor Público, a partir de 12 de março de 2015, Arlete Zigowski Krauss, Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, passando da Classe D para Classe E. SEMUS.

Portaria nº 8723, de 10 de abril de 2015. Nomeia Servidor Público, a partir de 10 de abril de 2015, Priscila Jaench, Arquiteto e Urbanista, Grupo Ocupacional 06, Nível I. com 40 horas semanais. SEPLU.

Portaria nº 8724, de 10 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2010/2013, período de 22/04/2015 a 21/05/2015. Marla Huebl. Assistente Administrativo. FC.

Portaria nº 8725, de 10 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2010/2013, período de 01/04/2015 a 30/04/2015. Marlili Tatiane Theisges da Silva, Auxiliar de Serviços. SEMUS.

Portaria nº 8726, de 10 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2008/2011, período de 30/03/2015 a 29/04/2015. Ivo José Gonçalves. Motorista. SECAD.

Portaria nº 8727 de 10 de abril de 2015. Concede Licença Prêmio, relativa ao triênio 2011/2014, período de 06/04/2015 a 05/05/2015. Jonas Renato Kieski, Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 8728 de 13 de abril de 2015. Prorroga Prazo para Posse, Concurso nº 009/2011, conforme Processo nº 2441/2015. Alcindo Antonio Borges, Técnico em Enfermagem. SEMUS.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2015.  
FERNANDO TURECK,  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 8680/2015**

PORTARIA Nº 8680, DE 10 DE ABRIL DE 2015  
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor público municipal ARNALDO SCHOFFEL, ocupante do cargo de Motorista II, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00180/14-7, de 14 anos, 11 meses e 28 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 2166, de 06 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### **PORTARIA Nº 8681/2015**

PORTARIA Nº 8681, DE 10 DE ABRIL DE 2015  
Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal IRACEMA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00037/05-0, de 15 anos, 04 meses e 13 dias, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 2292, de 08 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_



ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 8682/2015**

PORTARIA Nº 8682, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Concede averbação de tempo de Serviço/contribuição

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal MARIANE SCHNEIDER, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, na Secretaria Municipal de Saúde, averbação de Tempo de Serviço/Contribuição do INSS, Protocolo nº 20024050.1.00038/13-8, de 12 anos, 07 meses e 01 dia, para fins de aposentadoria, conforme documentação anexa ao Processo nº 2216, de 07 de abril de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 10 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL****PORTARIA Nº 011/2015, DE 13 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 011/2015, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

Torna público o resultado da etapa de habilitação do Edital de Apoio à Cultura concurso nº 001/2015.

A FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso da competência que lhe confere a Lei 202 de 23 de junho de 1987, e tendo em vista o disposto na Lei 3152, de 28 de março de 2013 e no Edital de Apoio à Cultura, concurso nº 001/2015, publicado no DOM/SC em 23 de fevereiro de 2015, Edição nº 1688, págs. 381-406,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o resultado final da etapa de habilitação do Edital de Apoio à Cultura 001/2015, conforme listas abaixo:

Projetos Habilitados		
Nº SMC	Nome do Projeto	Nome do Proponente
2015001	MUSIC FESTIVAL 2015	Leandro Panneitz
2015002	MINHAS POESIAS	Aracélia Freitas Conte
2015003	INTRODUÇÃO AO MUNDO LITERÁRIO ALUNOS 4º ANO MATUTINO / VESPERTINO	Ivanilde Kiem Dranka
2015004	OLHAR DE MULHER	Elizete Clarisse Conte Tondello
2015005	PIPOCA E ZEZINHO	Verônica Vieira Campestrini
2015006	EP GARDENIA RUST	Erickson Felipe Rangel
2015007	CHORO NA CIDADE VII	Maria Luisa Noriller Taschek
2015008	O ACORDEON EM SÃO BENTO DO SUL	Edson Luis Worell

2015009	CD TRIO MUSICAL EDELWEISS	Marcio Brosowsky
2015010	FLAUTA DOCE	Priscila Almeida Pscheidt Heiden
2015011	CD EDELWEISS CANTA, CANTA MAIS	Associação Grupo Coral e Musical Edelweiss
2015012	INTRODUÇÃO AO MUNDO LITERÁRIO ALUNOS 4º ANO MATUTINO E 5º ANO VESPERTINO	Renata Braga Teixeira da Silva Spitzner
2015014	CONHECENDO AS DANÇAS FOLCLÓRICAS REGIONAIS BRASILEIRAS	Diana Ludkke
2015015	CIRCULA CAMERATA	Luciana Pilz Berkenbrock
2015016	2º SÃO BENTO BLUES FESTIVAL	Milton Hurpia da Rocha
2015017	APOIO À ORQUESTRA SÃO BENTO DO SUL – CONCERTOS 2015	Siomone Rickli Gonçalves
2015018	CANTO CORAL POLONÊS	Geraldo Natalino Kotovicz
2015019	MÚSICA: ELEMENTO DE INSCRIÇÃO SOCIAL ESCOLAR	Elena Maria Stock Ilg
2015021	WORKSHOP E EXPOSIÇÕES ARTES PLÁSTICAS	Miriam Kollross
2015022	DANÇA COMUNIDADE	Suelyn Wiliane Pedrozo de Andrade
2015023	LONCAS DA QUERÊNCIA	Cauê Jaciel Olsen
2015024	PROJETO CULTURAL DO LIVRO DE POESIA INFANTIL: POEMA DE GOTA SÓ	Nicole Buddemeyer
2015025	MÚSICA NA RUA	Lidiane Tacheck
2015026	MARCIO PEDRO E OS PACHOLAS – 15 ANOS DE ESTRADA BEM CAMPEIRO & FANDANGUEIRO	Márcio José Pedro
2015027	BRINCADEIRAS DE NOSSOS ANTEPASSADOS	Simone Lesnhak
2015028	ABBACADABRA	Rosane Maria Bayerl
2015029	MONTAGEM E CIRCULAÇÃO DA MOSTRA VISUAL MONOCULAR	Dianalice Lodi Ribeiro

## Projetos Inabilitados

Nº SMC	Nome do Projeto	Nome do Proponente	Motivo da inabilitação
2015013	DESPERTANDO TALENTOS	Carlos Alexandre Alberto Steffens	Não atende aos subitens: g), e h) do Item 3.3.2 do Edital de Apoio à Cultura 001/2015.
2015020	CÂMARA IN ROCK	Franciele Liebl	Não atende ao Art. 18, §1º, inciso II da Lei nº 3152/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de abril de 2015.

BRAULIO HANTSCHER

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

**SAMAE - SÃO BENTO DO SUL****AVISO DE LICITAÇÃO Nº 32/2015**

Pregão Presencial nº 32/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 32/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 30 de abril de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ASFALTO TAPA-BURACO (4.000m²).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(89) 4.4.90.510.00.00 - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 14 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 33/2015**

Pregão Presencial nº 33/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 33/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 06 de maio de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE COPA E COZINHA PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DO SAMAE.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(10) 3.3.90.30.00.00 - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 14 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 34/2015**

Pregão Presencial nº 34/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 34/2015

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 07 de maio de 2015, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA USO NOS DIVERSOS SETORES DO SAMAE.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(10) 3.3.90.30.00.00 - Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 14 de abril de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

# São Domingos

## PREFEITURA

### **ADITIVO 015 MANOEL GUSTAVO - SONDAÇÃO - VALOR**

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO

MÊS/ANO: MARÇO/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO: PREFE N. 015 de 12/03/2015

VALOR DO ADITIVO: R\$ 190,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/03/2015

LICITAÇÃO: Processo Licitatório PREFE n. 002/2015, Dispensa de Licitação n. 002/2015

DESCRIÇÃO: O presente Termo Aditivo consiste na alteração da "CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS" do contrato PREFE n. 003 de 12/01/2015.

CONTRATADA: MANOEL GUSTAVO GOMES DOS SANTOS ME

CNPJ: 02.901.251/0001-72

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

### **ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 015 13.04.2015**

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:

Mês/Ano: Abril/2015

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 015/2015 de 13 de Abril 2015 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 1013892-13/2013)

Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar a Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº 1013892-13/2013 de 31/12/2013, realizado segundo os termos do Programa Infraestrutura Turística do MTUR, que passa a ter a seguinte redação.

"Descrição Financeira e Orçamentária: recursos de Contrapartida aportada pelo CONTRATADO: R\$ 18.178,59

(dezoito mil, cento e setenta e oito reais e cinquenta e nove centavos)."

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

### **ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 14 DE 27.03.15 ESCOLA DE 12 SALAS - PRAZO**

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DE CONVÊNIO/ TERMO DE COMPROMISSO

Mês/Ano: Março/2015

Número do Aditivo de Convênio: PREFE 014/2015 de 27 de março de 2015 ( Termo de Compromisso PAR N. 7559)

Valor do Convênio: R\$ 3.533.909,44

Descrição: Construção de uma Escola 12 salas - PROJETO FNDE, na quadra 50 do loteamento São Cristóvão ( Processo: 23400011394201266 )

Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n. 33076

Conveniente: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

CNPJ: 00.378.257/0001-81

Data vencimento: 03/2016

### **CONT. PREFE N. 003 SONDAÇÃO ESCOLA 12 SALAS**

DADOS E TEXTO DE CONTRATO

MÊS/ANO: JANEIRO/2014

CONTRATO: PREFE N. 003 DE 12/01/2015

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 3.000,00

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/01/2015

DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SONDAÇÃO E RECONHECIMENTO DE SOLO PARA A CONSTRUÇÃO DE UM ESPAÇO EDUCATIVO URBANO (ESCOLA 12 SALAS - PROJETO PADRÃO FNDE) OBJETO DO TERMO DE COMPROMISSO N. 7559/2014 DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR).

RESPONSÁVEL JURÍDICO: LUIZ HENRIQUE MASETO ZANOVELLO OAB/SC 33076

CONTRATADA: MANOEL GUSTAVO GOMES DOS SANTOS ME

CNPJ: 02.901.251/0001-72

DATA VENCIMENTO CONTRATO: 31/12/2015

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### PE 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃOJOÃO DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2015  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº001/2015

Objeto: Aquisição de equipamentos de ginástica para academia, conforme contrato de repasse nº 1.012.751-23/2013/ME/Caixa - Município de São João do Oeste.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 30/04/2015

Início da Sessão: dia 30/04/2015, às 08:45 horas, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) e <http://www.saojoao.sc.gov.br/>.

Quaisquer informações sobre o edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações ou pelo fone/fax (49) 3636-1122.

São João do Oeste - SC., 14 de abril de 2015.

Sérgio Luis Theisen

Prefeito Municipal

### PP 14/2015 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
F.M.A.S. DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2015- Exclusivo para empresas MPES(MEI, ME e EPP)

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de pacote completo para ir ao cinema, com recursos do PAIF e SCFV, para as mães e filhos inscritos nos programas do CRAS do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 10:30 horas do dia 29 de abril de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro - São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 14 de abril de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN - PREFEITO MUNICIPAL.

### PP 29/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015 - Exclusivo para empresas MPES(ME, EPP e MEI) - conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção elétrica, hidráulica, conserto de motores e serviços de pedreiro/ pintor para as diversas secretarias do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 29 de abril de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro - São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 14 de abril de 2.015. SÉRGIO LUIS THEISEN - PREFEITO MUNICIPAL.

**São Joaquim****PREFEITURA****CONVOCAÇÃO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
São Joaquim, SC - 14 de abril de 2015  
CONVOCAÇÃO

Considerando a necessidade impreterível de manutenção dos serviços públicos do transporte escolar que levou à necessidade de celebração de contratos em caráter precário e, de outro lado, considerando a necessidade de cumprimento dos itens exigidos pelo Edital, ficam convocadas para a assinatura do contrato definitivo, no prazo de 5 dias úteis, com apresentação e cumprimento de todas as exigências, sob pena de convocação do segundo colocado, se houver, ou de se operar a rescisão contratual, as seguintes empresas:

Claudemir de Oliveira  
Teófilo da Silva Demeciano  
Tainara Matos  
Reantur Transportes Ltda

Departamento de Compras  
Prefeitura Municipal de São Joaquim

**TP 03/2015 AMPLIAÇÃO DA EEBM JOÃO PAULO DE CARVALHO**

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 87/2015  
TOMADA DE PREÇO 03/2015

OBJETO: Contratação de Empresa para Ampliação de três salas na Escola EEBM João Paulo de Carvalho na localidade de Luizinho

Tipo: Menor Preço Total  
Abertura: 06/05/2015 às 09:30 horas  
Valor estimado: R\$ 128.227,60

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj\_licitacao@hotmail.com inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 14 de abril de 2015.  
Humberto Luiz Brighenti  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****CARTA CONVITE Nº 08/2015 - CMSJ**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO N.º: 07/2015

Carta Convite nº: 08/2015

Objeto: Contratação de Rádios AM e FM, para serviços de radiodifusão e publicidade.

Tipo: Menor Preço por Item

Abertura: 23/04/2015 às 13:30 horas

Valor estimado: R\$ 24.000,00

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, na Diretoria da Câmara de Vereadores, no prédio da Prefeitura, horário de expediente, ou ainda solicitar pelo e-mail: diretoria-cmsj@gmail.com ou pelo Telefone nº: (49)3233-1515.

São Joaquim, 14 de abril de 2015.

Túlio Cesar Mattos  
Presidente



# São José

## PREFEITURA

### ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2015 - Processo nº 118/2015. Objeto: Contratação de empresa para execução de quadra poliesportiva e pista de skate, na Praça Floresta no Município de São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 04 de maio de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 04 de maio de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

### ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2015 - Processo nº 137/2015. Objeto: Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de serviços de drenagem urbana e execução de praça com infraestrutura, equipamentos urbanos e paisagismo na Rua Santana Miranda, bairro Colônia Santana com fornecimento de materiais e mão de obra, necessários a execução dos serviços, conforme se encontra descrito de forma clara e precisa no projeto básico, e demais anexos. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 16h00min do dia 04 de maio de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 16h30min do dia 04 de maio de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

### ABERTURA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2015 - Processo nº 127/2015. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor rural ou suas organizações, destinados aos alunos matriculados na rede municipal de ensino. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 05 de maio de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 05 de maio de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015.

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 068/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2015.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de materiais para pavimentação e gradis em ferro do terreno da UBS Vista Bela, no bairro Areias, Município de São José/SC.

A Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 3.764/2015, reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

#### EMPRESAS LICITANTES

- VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

É o relatório.

#### ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações analisou atentamente as propostas de preços apresentadas pelas empresas participantes do certame e concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, decidindo assim:

#### CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP;
- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;
- MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

Entretanto, a Empresa VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, pelo fato de ser Empresa de Pequeno Porte (EPP) conforme Certidão Simplificada acostada aos autos do Processo Licitatório nº 068/2015, fl. 155, faz jus aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte). Dessa forma, obteve o benefício de apresentar, em 24 horas (artigo 5º, §7º do Decreto Federal nº 6.204/2007) uma nova proposta em valor abaixo ao apresentado pela empresa EMPREITEIRA PAVICON LTDA, primeira colocada.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, bem como da NOVA PROPOSTA apresentada pela Empresa VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

- 1ª Classificada: VECOM CONSTRUÇÕES EIRELI EPP R\$ 37.438,91
- 2ª Classificada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA R\$ 37.452,22
- 3ª Classificada: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME R\$ 39.675,48
- 4ª Classificada: MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP R\$ 39.937,94

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM) no dia 15/04/2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de

Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 14 de abril de 2015.

Carlos Schmidt Presidente CPL	Paulo Dutra Membro CPL
Kety Silva Trierveiler Membro CPL	Ramon de Souza C. Martins Membro CPL

Rejane Magali dos S. Medeiros  
Membro CPL

### **CONVÊNIO Nº 131/2013/PMSJ/SME** EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 131/2013/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CENTRO EDUCACIONAL PRIN-CPE DA PAZ.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da cláusula terceira do termo de convênio:  
Fica suprimido da cláusula terceira do termo de convênio o item elencado na letra "h", qual seja: vestuário, destinado ao uso dos alunos;

VIGÊNCIA: 09/03/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, de 09 março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e José Ademir Machado.

### **CONVÊNIO Nº 52/2014/PMSJ/SME** EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 52/2014/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE AÇÃO SOCIAL DE BARREIROS.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da cláusula terceira do termo de convênio:  
Fica suprimido da cláusula terceira do termo de convênio o item elencado na letra "h", qual seja: vestuário, destinado ao uso dos alunos;

VIGÊNCIA: 09/03/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, de 09 março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Alcioni Berkenbrok

### **CONVÊNIO Nº 53/2014/PMSJ/SME** EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 53/2014/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE AÇÃO SOCIAL SALTO DO MARUIM.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da cláusula terceira do termo de convênio:  
Fica suprimido da cláusula terceira do termo de convênio o item elencado na letra "h", qual seja: vestuário, destinado ao uso dos alunos;

VIGÊNCIA: 09/03/2015 a 31/12/2015

LOCAL E DATA São José, SC, 09 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Eduardo Pedro de Souza.

### **CONVÊNIO Nº 54/2014/PMSJ/SME** EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 54/2014/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE SÃO JOSÉ.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da cláusula terceira do termo de convênio:  
Fica suprimido da cláusula terceira do termo de convênio o item elencado na letra "h", qual seja: vestuário, destinado ao uso dos alunos;

VIGÊNCIA: 09/03/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 09 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Amélia Inácia Medeiros Ludwig.

### **CONVÊNIO Nº 55/2014/PMSJ/SME** EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 55/2014/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL E SOCIAL ARTUR MONTANHA - CRESCER COM FUTURO.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da cláusula terceira do termo de convênio:  
Fica suprimido da cláusula terceira do termo de convênio o item elencado na letra "h", qual seja: vestuário, destinado ao uso dos alunos;

VIGÊNCIA: 09/03/2015 A 31/12/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 09 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Eduardo Nicolau Soares.

**CONVÊNIO Nº 57/2014/PMSJ/SME**  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 57/2014/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CONSELHO COMUNITÁRIO DO BAIRRO BELA VISTA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da cláusula terceira do termo de convênio:  
Fica suprimido da cláusula terceira do termo de convênio o item elencado na letra "h", qual seja: vestuário, destinado ao uso dos alunos;

VIGÊNCIA: 10/03/2015 a 31/12/2015

LOCAL E DATA São José, SC, 10 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Periquinhos

**CONVÊNIO Nº 58/2015/PMSJ/SME**  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 58/2015/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CENTRO DE TREINAMENTO E ESPERANÇA/CETE.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da cláusula terceira do termo de convênio:  
Fica suprimido da cláusula terceira do termo de convênio o item elencado na letra "h", qual seja: vestuário, destinado ao uso dos alunos;

VIGÊNCIA: 09/03/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 09 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Jonas Edson da Silva.

**CONVÊNIO Nº 59/2014/PMSJ/SME**  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 59/2014/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da

cláusula terceira do termo de convênio:

Fica suprimido da cláusula terceira do termo de convênio o item elencado na letra "h", qual seja: vestuário, destinado ao uso dos alunos;

VIGÊNCIA: 09/03/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 09 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Marly Zilioto Gomes

**CONVÊNIO Nº 60/2014/PMSJ/SME**  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 60/2014/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CONSELHO COMUNITÁRIO DE FORQUILHINHAS.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da cláusula terceira do termo de convênio:  
Fica suprimido da cláusula terceira do termo de convênio o item elencado na letra "h", qual seja: vestuário, destinado ao uso dos alunos;  
Alteração da cláusula oitava do termo de convênio:  
No prazo estabelecido para execução deste convênio passa-se a ler 20 de março de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

VIGÊNCIA: 25/03/2015 a 31/12/2015

LOCAL E DATA São José, SC, 25 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Inocência de Lima.

**CONVÊNIO Nº 62/2014/PMSJ/SME**  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 62/2014/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CRECHE RENASCER SOCIEDADE ESPIRITA.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da cláusula terceira do termo de convênio:  
Fica suprimido da cláusula terceira do termo de convênio o item elencado na letra "h", qual seja: vestuário, destinado ao uso dos alunos;

VIGÊNCIA: 09/03/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 09 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Classir Poeta Maçaneiro.

### CONVÊNIO Nº 63/2014/PMSJ/SME

#### EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 63/2014/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CONSELHO COMUNITÁRIO SANTOS DUMONT.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da cláusula terceira do termo de convênio:  
Fica suprimido da cláusula terceira do termo de convênio o item elencado na letra "h", qual seja: vestuário, destinado ao uso dos alunos;

VIGÊNCIA: 09/03/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 09 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Marcos Aurélio Rufino.

### CONVÊNIO Nº 64/2014/PMSJ/SME

#### EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 64/2014/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE SERTÃO DO MARUIM.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da cláusula terceira do termo de convênio:  
Fica suprimido da cláusula terceira do termo de convênio o item elencado na letra "h", qual seja: vestuário, destinado ao uso dos alunos;

VIGÊNCIA: 09/03/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 09 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Ademir Goedert.

### CONVÊNIO Nº 66/2014/PMSJ/SME

#### EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO ADITIVO Nº 001/PMSJ/SME - CONVÊNIO Nº 66/2014/PMSJ/SME

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CRECHE ORFANATO VINDE A MIM AS CRIANCINHAS.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo a alteração da cláusula terceira do termo de convênio:  
Fica suprimido da cláusula terceira do termo de convênio o item elencado na letra "h", qual seja: vestuário, destinado ao uso dos alunos;

VIGÊNCIA: 09/03/2015 A 31/12/2015

LOCAL E DATA São José, SC, 09 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adelianna Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Fernando da Costa.

### PORTARIA Nº 008/2015/SF

PORTARIA Nº 008/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.392.0113.2.062 - Promoção Eventos, Feiras, Exposições, Simpósios e Datas Comemorativas - FCT

1247 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa

Jurídica,

Recursos Próprios ..... R\$ 190.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 190.000,00

20.01.13.391.0113.2.498 - Projetos Culturais / Manutenção da Fundação de Cultura e Turismo - FCT

1212 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,

Recursos Próprios ..... R\$ 10.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 10.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 200.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

20.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

20.01.13.391.0113.3.100 - Desapropriação Casa Moreira

1230 - 4.4.90.61.00.00.0080 - Aquisição de Imóveis,

Recursos Próprios ..... R\$ 200.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 200.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 200.000,00

Total da Anulação ..... R\$ 200.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

### **PORTARIA Nº 009/2015/SF**

PORTARIA Nº 009/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 5º e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.181.0110.2.018 - Encargos do Convênio de Trânsito  
Lei 12.445/04-1-SSP

465 - 3.3.90.30.00.00.0026 - Material de Consumo,  
Recursos do Convênio com Multas de Transito ..... R\$  
60.000,00

Total desta Atividade ..... R\$  
60.000,00

Total do Órgão ..... R\$  
60.000,00

11.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

11.01 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

11.01.11.334.0108.2.060 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

661 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,  
Recursos Próprios ..... R\$  
10.000,00

655 - 3.3.90.14.00.00.0080 - Diárias - Civil,  
Recursos Próprios ..... R\$  
9.000,00

Total desta Atividade ..... R\$  
19.000,00

Total do Órgão ..... R\$  
19.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$  
79.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.06.181.0110.2.018 - Encargos do Convênio de Trânsito  
Lei 12.445/04-1-SSP

467 - 3.3.90.39.00.00.0026 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,  
Recursos do Convênio com Multas de Transito ..... R\$  
3.000,00

468 - 4.4.90.52.00.00.0026 - Equipamentos e Material Permanente,  
Recursos do Convênio com Multas de Transito ..... R\$  
57.000,00

Total desta Atividade ..... R\$  
60.000,00

Total do Órgão ..... R\$  
60.000,00

11.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

11.01 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

11.01.22.665.0108.1.161 - Sala do Empresário

675 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,  
Recursos Próprios ..... R\$  
19.000,00

Total deste Projeto ..... R\$  
19.000,00

Total do Órgão ..... R\$  
19.000,00

Total da Anulação ..... R\$  
79.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

### **PORTARIA Nº 010/2015/SF**

PORTARIA Nº 010/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 33 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.812.0104.2.087 - Funcionamento e Manutenção de Ginásios e Unidades Esportivas - FUNESJ

1040 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,  
Recursos Próprios ..... R\$  
42.000,00

Total desta Atividade ..... R\$  
42.000,00

Total do Órgão ..... R\$



42.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$  
42.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

18.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

18.01.27.811.0104.2.404 - Funcionamento e Manutenção do Programa

Desportos Comunitário e de Rendimentos -

FUNESJ

999 - 3.3.90.48.00.00.0080 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas,

Recursos Próprios ..... R\$  
30.000,00Total desta Atividade ..... R\$  
30.000,00

18.01.27.812.0104.1.051 - Construção e Reforma de Ginásios de Esportes, Quadras e Equipamentos Esportivos

1003 - 4.4.90.51.00.00.0080 - Obras e Instalações,

Recursos Próprios ..... R\$  
12.000,00Total deste Projeto ..... R\$  
12.000,00Total do Órgão ..... R\$  
42.000,00Total da Anulação ..... R\$  
42.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

**RESOLUÇÃO Nº 02/2015**

Resolução Nº 02/2015.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de São José, no uso de suas atribuições legais e considerando a deliberação do Conselho em sua Plenária Ordinária, realizada no dia 13 de abril de 2015, resolve:

Artigo 1º - Instituir a Comissão Organizadora da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência com a seguinte composição:

- CONSELHEIROS:

Carlos Eduardo Vieira Arêas

Denise Aparecida Michelute Gerardi

Sandra Mota Collaço

- SECRETARIA EXECUTIVA:

Joice Macedo Alceno

Geofilho Ferreira Moraes

- COLABORADORA:

Mileine Delonê da Silva Pires

Artigo 2º - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência por meio da Secretaria de Assistência Social a adoção das providências necessárias ao cumprimento desta Resolução.

Artigo 3º - Caberá à Secretaria de Assistência Social de São José auxiliar na organização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Artigo 4º - A Comissão Organizadora poderá decidir sobre as questões referentes à realização da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, consultando ao CMPD/SJ quando necessário.

Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José(SC), 13 de abril de 2015.

DENISE APARECIDA MICHELUTE GERARDI

Presidente do CMPD/SJ

**RESOLUÇÃO Nº 03/2015**

Resolução Nº 03/2015.

Dispõe sobre a Convocação da I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de São José e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de São José, no uso de suas atribuições legais e considerando a deliberação do Conselho em sua Plenária Ordinária, realizada no dia 13 de abril de 2015, resolve:

Artigo 1º - Convocar a I Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência com a finalidade de analisar, definir e deliberar as diretrizes da Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Artigo 2º - A Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência será realizada no município de São José, nos dias 24 e 25 de junho de 2015.

Artigo 3º - O evento terá como tema geral: "Os desafios na implementação da política da pessoa com deficiência: a transversalidade como radicalidade dos Direitos Humanos".

Artigo 4º - O município durante a sua Conferência Municipal elegerá delegados para participação na Conferência Estadual, conforme critério definido no Regimento Interno da Conferência e baseado nas orientações estabelecidas pelo CONADE.

Artigo 5º - Os delegados eleitos nas Plenárias Municipais receberão suporte financeiro do município para participarem da Conferência Estadual.

Artigo 6º - Para organização do evento poderão ser criados grupos de trabalho, denominados de comissões.

Artigo 7º - Fica delegado o CMPD para a adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto desta resolução.

Artigo 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José(SC), 13 de abril de 2015.  
DENISE APARECIDA MICHELUTE GERARDI  
Presidente do CMPD/SJ

### **RESOLUÇÃO Nº. 001/2015**

RESOLUÇÃO Nº. 001/2015

APROVA O PLANO DE TRABALHO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ PARA O ANO DE 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São José, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº. 4922/10 em Plenária Ordinária realizada no dia 16 de março de 2015, na Casa dos Conselhos de Direitos de São José,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº. 4.922/2010 - que trata da pessoa com deficiência do município de São José;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº. 2.332/2014 - que nomeia os integrantes para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São José;

CONSIDERANDO o Decreto nº. 2.947/2014 - que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de São José;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Trabalho do corrente ano do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMPD do município de São José/SC.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

São José, 16 de março de 2015.  
DENISE APARECIDA MICHELUTE GERARDI  
Presidente do CMPD/SJ

### **RESOLUÇÃO Nº. 006/2015**

RESOLUÇÃO Nº. 006/2015.

Dispõe sobre a Convocação da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São José e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São José, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto no artigo 5º da lei ordinária nº 2411/92 de 24 de agosto de 1992 e considerando a deliberação do Conselho em sua Assembléia Ordinária, realizada no dia 08 de abril de 2015, resolve:

Artigo 1º - Convocar a X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com a finalidade de analisar, definir e deliberar as diretrizes da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente com vistas à elaboração do Plano Decenal.

Artigo 2º - A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será realizada no município de São José, nos dias 26 e 27 de maio de 2015.

Artigo 3º - O evento terá como tema geral: "Política e plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - Fortalecendo os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente".

Artigo 4º - O município durante a sua Conferência Municipal

elegerá delegados para participação na Conferência Estadual, conforme critério definido no Regimento Interno da Conferência e baseado nas orientações estabelecidas pelo CONANDA/DF, garantindo a paridade entre OG e ONG.

Artigo 5º - Os delegados eleitos nas Plenárias Municipais receberão suporte financeiro do município para participarem da Conferência Estadual.

Artigo 6º - Para organização do evento poderão ser criados grupos de trabalho, denominados de comissões.

Artigo 7º - Fica delegado o CMDCA para a adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto desta resolução.

Artigo 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São José, 14 de Abril de 2015.  
LILIANE FERREIRA MARTINS  
Presidente do CMDCA/SJ

### **TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2015**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 002/2015

.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE SÃO JOSÉ.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o processo de avaliação clínica diagnóstica e o atendimento reabilitatório dos educandos da rede municipal de ensino.

VIGÊNCIA: Março a dezembro de 2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 25 de fevereiro de 2015.

.

SIGNATÁRIOS: Adeliara Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Amélia Inácia Medeiros Ludwig

### **TERMO DE CONVÊNIO Nº 57/2014**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 57/2014

.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A ENTIDADE CONSELHO COMUNITÁRIO DO BAIRRO BELA VISTA.

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 56 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 10 de março de 2015.

.

SIGNATÁRIOS: Adeliara Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Peri Ouriques

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 60/2014**  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 60/2014

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENTIDADE CENTRO COMUNITÁRIO DE FORQUILHINHAS

OBJETO: O presente Termo De Convênio tem por objeto o atendimento de 65 menores visando à manutenção da Educação Infantil.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

LOCAL E DATA São José, SC, 20 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliara Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Inocência de Lima

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**AVISO DE NÃO APRESENTAÇÃO DE RECURSO**

AVISO DE NÃO APRESENTAÇÃO DE RECURSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 002/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 010/2015

OBJETO: A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC, CONFORME A RELAÇÃO DOS POSTOS PREVISTOS NO ANEXOS I e II DO EDITAL.

A Câmara Municipal de São José torna público aos interessados, em especial aos licitantes, que ultrapassado o prazo de 03 (três) dias úteis da sessão pública da licitação, realizada no dia 08 de abril de 2015, a Empresa COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA - EIRELI não apresentou a razões do recurso, conforme o art. 3º, XVIII, da Lei do Pregão n.º 10.520/2002, ficando as demais licitantes dispensadas de apresentar contrarrazões.

Maiores informações: Diretoria de Administração e Comissão Permanente de Licitações e Contratos, das 13h00min às 19h00min na sede da CMSJ, ou pelos telefones: (48) 3029-1355 ou (48) 3029-1327

São José/SC, 14 de abril de 2015  
ADRIANA ISOLETE DE SOUZA  
Diretora de Administração

**CONTRATO N.02/2015**

Publicação da Vencedora e Extrato de Contrato n.º 02/2015

PREGÃO presencial Nº 001/2015  
Processo Administrativo nº 005/2015

A Câmara Municipal de São José torna público que a empresa ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA., sagrou-se vencedora da Licitação do Pregão Presencial n.º 001/2015, realizada em 18 de março de 2015. Celebrado o Contrato n.º 02/2015 em 26 de março de 2015, com prazo de vigência até 31/12/2015, com objeto o

fornecimento de água mineral para a Câmara Municipal de São José/SC, sob a dotação orçamentária: 3.3.90.30.22.00.00.00.0101(09), 3.3.90.30.07.00.00.00.0101(09), 3.3.90.30.21.00.00.00.0101(09), 3.3.90.30.16.00.00.00.0101(09), 3.3.90.30.21.00.00.00.0101(09) e 3.3.90.30.26.00.00.00.0101(09). O valor global do referido contrato a quantia de R\$ 4.449,40 (quatro mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos).

São José/SC, 13 de abril de 2015.  
ADRIANA ISOLETE DE SOUZA  
DIRETORA ADMINISTRATIVA

**CONTRATO N.03/2015**

Publicação da Vencedora e Extrato de Contrato n.º 03/2015

PREGÃO presencial Nº 001/2015  
Processo Administrativo nº 005/2015

A Câmara Municipal de São José torna público que a empresa CÉLIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME, sagrou-se vencedora da Licitação do Pregão Presencial n.º 001/2015, realizada em 18 de março de 2015.

Celebrado o Contrato n.º 03/2015 em 26 de março de 2015, com prazo de vigência até 31/12/2015, com objeto a contratação de empresa(s) para fornecimento de material de expediente para a Câmara Municipal de São José/SC, sob a dotação orçamentária: 3.3.90.30.22.00.00.00.0101(09), 3.3.90.30.07.00.00.00.0101(09), 3.3.90.30.21.00.00.00.0101(09), 3.3.90.30.16.00.00.00.0101(09), 3.3.90.30.21.00.00.00.0101(09) e 3.3.90.30.26.00.00.00.0101(09). O valor global do referido contrato a quantia de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

São José/SC, 13 de abril de 2015.  
ADRIANA ISOLETE DE SOUZA  
DIRETORA ADMINISTRATIVA

**CONTRATO N.04/2015**

Publicação da Vencedora e Extrato de Contrato n.º 04/2015

PREGÃO presencial Nº 001/2015  
Processo Administrativo nº 005/2015

A Câmara Municipal de São José torna público que a empresa LAS COMÉRCIO LTDA., sagrou-se vencedora da Licitação do Pregão Presencial n.º 001/2015, realizada em 18 de março de 2015.

Celebrado o Contrato n.º 04/2015 em 26 de março de 2015, com prazo de vigência até 31/12/2015, com objeto a contratação de empresa(s) para fornecimento de material de limpeza, gêneros alimentícios, água mineral, material de expediente, material de copa e cozinha e material elétrico para a Câmara Municipal de São José/SC, sob a dotação orçamentária: 3.3.90.30.22.00.00.00.0101(09), 3.3.90.30.07.00.00.00.0101(09), 3.3.90.30.21.00.00.00.0101(09), 3.3.90.30.16.00.00.00.0101(09), 3.3.90.30.21.00.00.00.0101(09) e 3.3.90.30.26.00.00.00.0101(09). O valor global do referido contrato a quantia de R\$ 46.400,00 (quarenta e seis mil e quatrocentos reais).

São José/SC, 13 de abril de 2015  
ADRIANA ISOLETE DE SOUZA  
DIRETORA ADMINISTRATIVA

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 061/2015 - SF

DECRETO Nº. 061/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial Adicional no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

13 FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA -F.I.A  
01 DEPARTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
2.075 MANUTENÇÃO DO PROGRAMA REINSERÇÃO DO ADOLESCENTE  
"419" 3.3.50.43.00.00.3.0000 Subvenções Sociais .....  
..... R\$16.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$ 16.500,00 (dezesesseis mil e quinhentos reais), Recursos Ordinários, Fonte 3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 DE ABRIL DE 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### DECRETO Nº. 062/2015 - SF

DECRETO Nº. 062/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SEMAE SJCEDRO  
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO  
"255" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
..... R\$150.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta

mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-SEMAE SJCEDRO  
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO  
"257" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$150.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 DE ABRIL DE 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### DECRETO Nº. 063/2015 - SF

DECRETO Nº. 063/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA  
01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
"197" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$30.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA  
01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
2.029 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
"192" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens - Pessoal Civil ..... R\$30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 DE ABRIL DE 2015.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### **DECRETO Nº. 064/2015 - SF**

DECRETO Nº. 064/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.361 de 14 de Abril de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$ 66.944,59 (sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S

02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.057 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS

"63" 4.4.90.51.00.00.3.0038 Obras e Instalações .....

..... R\$66.944,59

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os Recursos Superávit Financeiro do Exercício anterior da Vigilância Epidemiológica, Fonte 3.0038, no valor de R\$ 66.944,59 (sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### **DECRETO Nº. 065/2015 - SF**

DECRETO Nº. 065/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.362 de 14 de Abril de 2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de São José do Cedro, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PAIF)

"417" 3.3.90.39.00.00.1.0035 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$100,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão anulados os Recursos do Programa de Proteção Social Básica (PAIF), Fonte 1.0035, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), das seguintes dotações:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -F.M.A.S

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PAIF)

"372" 3.3.90.32.00.00.1.0035 Material de Distribuição Gratuita ....

..... R\$100,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 14 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

### **EXTRATO CHAMADA PUBLICA N.35/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de São José do Cedro - SC

Processo Licitatório N.35/2015

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados o Edital de Chamada Pública n.01/2015, para Credenciamento, referente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e convidam os Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais a apresentarem propostas de preços para "Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao programa nacional de alimentação escolar/PNAE, conforme Lei Federal 11.947/2009, resolução CD/FNDE nº038/2009, resolução CD/FNDE nº 025/2012, resolução CD/FNDE nº 26/2013". O prazo para apresentação da habilitação e proposta fica prorrogado até dia 24/04/2015 as 17:00 horas, no departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:45 as 11:45 e das 13:30 as 17:30 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal, ou por e-mail: [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou informações pelo fone 49 36430247. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - PREFEITO MUNICIPAL.

### **EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.05/2015**

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº05/2015

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº 05/2015, Edital de Pregão Nº 05/2015, Objeto: aquisição de um microcomputador para fins de implantação do sistema "SIPNI" (ministério da saúde), que será utilizado pelo setor de vigilância epidemiológica municipal. Recebimento das propostas até às 08:00 horas do dia 29/04/2015. Abertura dos envelopes às 08:00 horas do dia 29/04/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro. Fernando Julio Will - Responsável pelo FMS.



**LEI Nº 4.361, DE 14 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.361, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro, no valor de R\$ 66.944,59 (sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S  
02 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.057 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS  
"63" 4.4.90.51.00.00.3.0038 Obras e Instalações .....  
..... R\$66.944,59

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os Recursos Superávit Financeiro do Exercício anterior da Vigilância Epidemiológica, Fonte 3.0038, no valor de R\$ 66.944,59 (sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
14 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**LEI Nº 4.362, DE 14 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.362, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Assistência Social de São José do Cedro, no valor de R\$ 100,00 (cem reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -F.M.A.S  
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PAIF)  
"417" 3.3.90.39.00.00.1.0035 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica ..... R\$100,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão anulados os Recursos do Programa de Proteção Social Básica (PAIF), Fonte 1.0035, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), das seguintes dotações:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL -F.M.A.S  
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.117 PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (PAIF)  
"372" 3.3.90.32.00.00.1.0035 Material de Distribuição Gratuita ....  
..... R\$100,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
14 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,  
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal da Fazenda.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Administração.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2015, PR 010/2015 - FMS**

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 30/04/2015, às 10:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2015, OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (LANCHE), PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PARTICIPANTES INSCRITOS NAS OFICINAS TERAPÊUTICAS DO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste 15/04/2015

DANIEL HIPPLER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2015, PR Nº 034/2015.**

AVISO DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 30/04/2015, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2015, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TRANSPORTE TERRESTRE DE PASSAGEIROS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, SENDO: VEÍCULOS MICRO-ÔNIBUS, VAN OU KOMBI, REQUISITO MÍNIMO ANO 2000, PARA OS CLUBES DE MÃES E GRUPO DE CONVIVÊNCIA DE MULHERES REFERENCIADAS NO PAIF - PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 - ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste - SC, 15 de abril de 2015.

DANIEL HIPPLER

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

### **DECRETO Nº 5.074, DE 14 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 5.074, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

Designa engenheiro civil para efetuar laudo de avaliação de bem imóvel, de propriedade do Município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Senhor EDUARDO BRATTI, brasileiro, Engenheiro Civil da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, inscrito no CREA-SC sob nº 048003-9, para expedir Laudo de Avaliação do prédio público, com área total de 217,73 m² (duzentos e dezessete vírgula setenta e três metros quadrados), edificado sobre parte do lote urbano número 01 (um) com área superficial de 564,18 m² (quinhentos e sessenta e quatro vírgula dezoito metros quadrados), de propriedade do município de São Lourenço do Oeste/SC, situado na comunidade de Sant'Ana da Bela Vista, no Distrito de São Roque, neste Município de São Lourenço do Oeste - SC, matrícula nº 14.297, do Cartório de Registro de Imóveis de São Lourenço do Oeste, conforme matrícula constante do Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo único. Sob o prédio público, de que trata o caput deste artigo, encontrava-se sediada a Escola Básica Municipal Sant'Ana da Bela Vista, sendo que atualmente encontra-se desativado e desocupado.

Art. 2º O Engenheiro deverá entregar o Laudo de Avaliação no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de publicação deste Decreto.

Art. 3º Os serviços de elaboração do Laudo de Avaliação mencionados no art. 1º dar-se-ão de forma não onerosa ao Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

### **DECRETO Nº 5.075, DE 14 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 5.075, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

Altera o Decreto nº 4.816, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2013.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, artigo 55, inciso VII e;

CONSIDERANDO o requerimento de reclassificação para o último lugar dos classificados, apresentado pelo candidato Fernando Tibes, inscrito no CPF nº 039.750.699-61, aprovado no Concurso Público nº 001/2013, para o cargo de Agente de Operação de Veículos e Equipamentos Rodoviários;

CONSIDERANDO a previsão do subitem 14.5, do Edital de Abertura do Concurso Público nº 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º O Anexo I, do Decreto nº 4.816, de 13 de março de 2014, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

#### ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 5.075, de 14 de abril de 2015)

#### “ANEXO I

(Decreto nº 4.816, de 13 de março de 2014)

#### RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013

“ .....

Agente Operação Veículos/Equipamentos Rodoviários						
Classificação	Matrícula	Nome	RG	Objetiva	Prática	Nota Final
1	0085809	JANIR DETONI	4094462	92,00	95,00	187,00
2	0086673	RAFAEL RODRIGO CEREZOLLI	3767008	84,00	100,00	184,00
3	0086002	ISAÍAS MACHADO	4567208	88,00	90,00	178,00
4	0086419	CRISTIANO APARECIDO DA SILVA	125336477	80,00	95,00	175,00
5	0085575	DIEGO CASAGRANDE	5732933	88,00	85,00	173,00
6	0087088	SIRINEI ANTONIO DIAS	4525104	80,00	90,00	170,00
7	0085857	JONAS MACIEL	60009619	64,00	100,00	164,00
8	0086842	CARLOS JOSE FRACASSO	4552977	72,00	90,00	162,00
9	0085996	DEJAIR SILVEIRA DA ROSA	4551279	68,00	90,00	158,00
10	0086798	JOSÉ CARLOS DAL PONT	2433933	80,00	75,00	155,00
11	0086331	DIRLEI SANTORO	3657605	72,00	80,00	152,00
12	0087264	JUCILEI ANTONIO DOS SANTOS	36572721	84,00	65,00	149,00
13	0086282	ANDERSON PIASSOLI	4760348	80,00	60,00	140,00
14	0085845	GILBERTO DURANTE ZABOT	4478	68,00	70,00	138,00
15	0086132	LAURO DALLEMOLE	47603739	76,00	60,00	136,00
16	0086863	SILVIO TURANI	50212915	64,00	70,00	134,00
17	0085585	OSMIR GAHIO	2859110	64,00	65,00	129,00
18	0086065	JOCEMAR TAVARES	89548616	68,00	60,00	128,00
19	0085855	VILMAR FRESCHI	42831091	64,00	60,00	124,00
20	0087029	FERNANDO TIBES	76098409	68,00	95,00	163,00

..... ” (NR)

São Lourenço do Oeste - SC, 14 de abril de 2015.

DANIEL RODRIGO HIPPLER

Prefeito Municipal em exercício

#### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 040/2015 - Tomada de Preços para Obras e Engenharia Nº 005/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE REFORMAS NOS GINÁSIOS MUNICIPAIS; PREFEITO ZENO GERMANO ETGES, BAIRRO SANTA CATARINA, COM ÁREA TOTAL DE 1.204,28 M², E GINÁSIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO NO BAIRRO SÃO FRANCISCO, COM ÁREA TOTAL DE 1.204,35 M², CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 1.004.907-47/2013 MINISTÉRIO DOS ESPORTES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 784350/2013.

FORNECEDOR: PANDINI CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA EPP - CNPJ: 03.210.836/0001-09.

VALOR: R\$ 319.983,80 (trezentos e dezenove mil, novecentos e oitenta e três reais e oitenta centavos).

TOTAL: R\$ 319.983,80 (trezentos e dezenove mil, novecentos e oitenta e três reais e oitenta centavos).

DATA DE ASSINATURA: 08/04/2015.

VIGÊNCIA: 08/04/2015 à 31/12/2015.

INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **LEI Nº 7.11/2015 - RATIFICA ACORDO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT).**

LEI Nº 7.111/2015

RATIFICA ACORDO JUDICIAL FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E O DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (DNIT).

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica ratificado o acordo judicial, firmado entre o Município de São Miguel do Oeste, e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), nos autos da ação de desapropriação n. 5000109-53.2015.4.04.7210/SC, homologado pela Justiça Federal de Santa Catarina, por meio da Central de Conciliação, referente a desapropriação do imóvel de propriedade do Município, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de São Miguel do Oeste, sob n. 32.462.

Art. 2º Fica os órgãos competente da Administração Pública Municipal a tomar as medidas necessárias para a baixa no patrimônio público municipal do imóvel expropriado, e todos os atos necessários para o cumprimento da presente lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

### **LEI Nº 7.110/2015 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA DATRILHA TREINAMENTOS LTDA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 7.110/2015

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA DATRILHA TREINAMENTOS LTDA, COM SEDE NO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA,

FAÇO, saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do Município, de acordo com a faculdade que lhe foi conferida pela Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005, autorizado a conceder à empresa DATRILHA TREINAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. 05.343.656/0001-20, com sede no Bairro Santa Rita, Município de São Miguel do Oeste -SC, o seguinte incentivo econômico: Cargas de cascalho e pedras para melhoramento do acesso à empresa;

§1º Os materiais referidos no caput deste artigo, serão destinados exclusivamente para realizar melhoramento do acesso da Empresa beneficiada.

§ 2º Os benefícios ora concedidos ficam sujeitos às disposições do "caput" do art. 1º da Lei mencionada, a qual disciplina os incentivos econômicos e as isenções fiscais para as empresas que se instalem ou ampliem suas atividades no Município.

§ 3º Os incentivos em comento, no que tange aos custos, estão de acordo com os dispositivos do "caput" do art. 3º da Lei Municipal nº 5.526, de 15 de agosto de 2005.

§ 4º A efetivação dos incentivos ficam vinculados a disponibilidade financeira, de equipamento, recursos humanos e materiais.

Art. 2º Os incentivos presentes estarão condicionados a capacidade de produção industrial, sem prejuízo ao desenvolvimento dos serviços de interesse do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução dos incentivos de que trata a presente Lei, ocorrerão a conta do orçamento geral do Município, em conta apropriada para tal fim.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em 13 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Esta Lei foi publicada no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 022/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000  
Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 022/2015

NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 44/97, de 26 de junho de 1997,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o Art. 14 da Lei Municipal nº 794, de 18 de novembro de 2013, que terá a seguinte composição:

I - Representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto:

- Maricélia Lohn da Silva - Titular.  
- Ariane Hames - Suplente.

II - Representante da Secretaria Municipal de Saúde e de Assistência Social:

- Dayana Cristina Costa - Titular.  
- Simone Moretti - Suplente.

III - Representante da Secretaria Municipal de Administração/Finanças:

- Michelle Nalovaiko - Titular  
- Viviane Junkes Lopes - Suplente

IV - Representante da sociedade civil:

IV.I - Associação de Pais e Professores da E.E.B.M Drº Adalberto Tolentino de Carvalho  
- Tcharles Veber- Titular  
- Rosângela Maria Laurentino - Suplente

IV.II - Ação Social de Santa Teresa

- Ana Lúcia Cordeiro da Silva - Titular  
- Geni Chiapinoto - Suplente

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de abril de 2015.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

### DECRETO N.º 023/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000  
Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 023/2015

REGULAMENTA O FUNDO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON JOSÉ DA SILVA, Prefeito Municipal e.e de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 44/97, de 26 de junho de 1997,

DECRETA:

CAPÍTULO I

Art. 1º. O Fundo Municipal do Idoso, criado pela Lei n. 940, de janeiro de 2015, tem seu funcionamento regulado segundo as disposições estabelecidas neste Decreto.

Art. 2º. O Fundo Municipal do Idoso tem por finalidade atender aos programas, planos e ações voltados ao atendimento do idoso.

Art. 3º. São objetivos do Fundo Municipal do Idoso:

I - apoiar programas, projetos e ações que visem à proteção, à defesa e à garantia dos direitos do idoso estabelecidos na legislação pertinente;

II - promover e apoiar a execução de programas e/ou serviços de proteção ao idoso.

Art. 4º. Ao Conselho Municipal do Idoso cabe indicar as prioridades para a destinação dos valores constantes no Fundo Municipal do Idoso, mediante a elaboração ou aprovação de planos, programas, projetos ou ações voltadas ao idoso do Município de São Pedro de Alcântara.

Art. 5º O Fundo Municipal do Idoso será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e de Assistência Social, a quem cabe a sua gerência, sob o controle e orientação do Conselho Municipal do Idoso, a ela cabendo:

I - solicitar a política de aplicação dos recursos ao Conselho Municipal do Idoso;

II - submeter ao Conselho Municipal do Idoso demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo, mensalmente ou em menor período, quando solicitado;

III - assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;

IV - outras atividades indispensáveis para o gerenciamento do Fundo.

Art. 6º. Constituirão recursos do Fundo Municipal do Idoso as receitas provenientes de:

I - dotações orçamentárias do governo e transferência de outras esferas governamentais;

II - doações de pessoas físicas ou jurídicas;

III - multas administrativas aplicadas pela autoridade em razão do descumprimento pela entidade de atendimento ao idoso às determinações contidas na Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, ou pela prática de infrações administrativas;

IV - multas aplicadas pela autoridade judiciária por irregularidade em entidade de atendimento ao idoso;

V - multas aplicadas pela desobediência ao atendimento prioritário ao idoso;

VI - multas aplicadas ao réu nas ações que tenham por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, visando ao atendimento do que estabelece a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003;

VII - multa penal aplicada em decorrência da condenação pelos crimes previstos na Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, ou mesmo advindas de transações penais relativas à prática daqueles;

VIII - recursos resultantes de convênios, acordos ou outros



ajustes, destinados a programas, projetos e ações de promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso, firmados pelo Município São Pedro de Alcântara e por instituições ou entidades públicas ou privadas, governamentais ou não-governamentais, municipais, estaduais, federais, nacionais ou internacionais;

IX - transferência do Fundo Nacional dos Direitos e Proteção do Idoso;

X - rendimentos ou acréscimos oriundos de aplicações de recursos do próprio Fundo;

XI - outras receitas diversas.

## CAPÍTULO II

Art. 7º. Os recursos do Fundo Municipal do Idoso serão depositados em conta bancária específica aberta em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal do Idoso".

Parágrafo único. A movimentação da conta bancária específica referida no caput deste artigo somente se dará mediante cheque nominal assinado conjuntamente pelo Prefeito Municipal e pelo Tesoureiro, ou pelos respectivos substitutos legais, na forma regular.

Art. 8º. Os recursos do Fundo Municipal do Idoso somente serão aplicados e movimentados por deliberação do Conselho Municipal do Idoso, de acordo com o respectivo Plano de Aplicação aprovado pelo referido Conselho.

Art. 9º. O Fundo Municipal do Idoso terá sua contabilidade, vinculada ao orçamento da Secretaria Municipal da Saúde e de Assistência Social.

§ 1º. A execução financeira do Fundo Municipal do Idoso observará as normas regulares da Contabilidade Pública, bem como a legislação relativa a licitações e contratos e estará sujeita ao efetivo controle dos órgãos próprios de controle interno do Poder Executivo, sendo que a receita e aplicação dos respectivos recursos serão, periodicamente, objeto de informação e prestação de contas.

§ 2º. Para atendimento ao disposto no parágrafo primeiro deste artigo, a Secretaria Municipal de Saúde e de Assistência Social encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado, após aprovação pelo Conselho Municipal do Idoso: anualmente, relatório de atividades e prestação de contas, com Balanço Geral, observadas a legislação e as normas pertinentes.

Art. 10. O exercício financeiro do Fundo Municipal do Idoso coincidirá com o ano civil.

Art. 11. O saldo positivo do Fundo Municipal do Idoso, apurado em balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

## CAPÍTULO III

Art. 12. As atividades de apoio administrativo necessárias aos serviços do Fundo Municipal do Idoso serão prestadas pela Secretaria Municipal de Administração.

Art. 13. Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 14. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de abril de 2015.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

## DECRETO N.º 025/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000

Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO n.º 025/2015

NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDSON JOSE DA SILVA FILHO e.e, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 44/97, de 26 de junho de 1997,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os integrantes do Conselho Municipal do FUNDEB, que terá a seguinte composição:

I - Representante do Conselho Municipal de Educação:

- Gino Bona - Titular.

- Valéria Lohn Zimmermann - Suplente.

II - Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

- Paulo Henrique Lohn - Titular.

- Clarícia Eliani Kniss - Suplente.

III - Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

- Maricélia Lohn da Silva - Titular

- Francislene Kuhn Pavanati - Suplente

IV - Representante dos Servidores Técnico Administrativo das Escolas Básicas Públicas:

- Fabiana Hames - Titular.

- Ariane Hames - Suplente

V - Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

- José Bruno Muller - Titular

- Valdir Chiapinoto - Suplente

- Vagner Edson Macagnan - Titular.

- Benildes Kniss - Suplente

VI - Representante do Poder Executivo Municipal:

- Viviane Junkes Lopes - Titular

- Michele Nalovaiko - Suplente

VII - Representante do Conselho Tutelar:

- Ivone Constante Trierveiler - Titular

- Eliane Gorete Martins - Suplente

VIII - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

- Márcia Janice da Silva Lopes - Titular

- Lorenice Reitz Kuhn - Suplente

IX - Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública - Indicada pela Entidade de Estudantes Secundaristas:

- Rafael kuhnén - Titular

- Eroni Schmitt Schell - Suplente

X - Representantes do Poder Executivo Municipal - Secretaria Municipal de Educação ou Órgão Educacional Equivalente:

- Rosemari Reitz Francener - Titular

- Karina Schmitt Lohn - Suplente

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se o Decreto nº. 071/2014.

Art. 4º - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 14 de abril de 2015.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2015.

## DECRETO Nº 24/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº 24/2015

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e. Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei 955/2015:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 46.000,00 ( Quarenta e seis mil reais ) na dotação abaixo identificada:

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.0005.1.022 - Construção de Academia de Rua R\$ 46.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.0.000 - Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 46.000,00 ( Quarenta e seis mil reais ) na dotação abaixo identificada:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.2.006 - Recadastramento Imobiliário R\$ 46.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.1.0.000 - Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 10 de abril de 2015.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL E.E

## EDITAL DE ESCOLHA DE VAGAS Nº 03/2015

EDITAL DE ESCOLHA DE VAGAS Nº 03/2015

O Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, a escolha de vaga para Contação de Histórias na educação infantil, para o ano letivo de 2015.

§ 1º - A abertura da vaga deve-se ao Art. 3º da Resolução nº 02/2015 do Conselho Municipal de Educação, onde sugere a implantação de Contação de História para a Educação Infantil.

Art. 2º - Os/as professores (as) II efetivos os quais tiverem interesse na vaga, deverão comparecer no horário e local determinado, pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º - Todos os/as professores (as) II efetivos na Secretaria Municipal de Educação estão aptos a participarem da escolha, desde que estejam dentro dos critérios apresentados neste edital;

§ 2º - Os/as professores (as) II, que não comparecerem no dia e local determinados, não estarão aptos para a escolha.

Art. 3º - A escolha será realizada no dia 22 de abril de 2015, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores as 19h em primeira chamada e 19h e 15min em segunda chamada.

§ 1º - A escolha será realizada de acordo com os critérios, determinados pela Art. 1º da Resolução nº 08/2014, do conselho municipal de educação (CME):

I - Tempo de serviço no magistério público do município; havendo empate

II - Classificação no concurso prestado; havendo empate

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

Art. 4º - O Professor (a) II, que escolher a vaga será de 30h semanais e deverá ministrar as aulas, nos dois Centros de Educação Infantil existentes no município.

§ 1º - Segue abaixo a quantidade de horas a serem ministradas em cada turma por semana:

Turma	Matutino(h)	Vespertino(h)
Berçário	01	01
Maternal I	01	01
Maternal II	01	01
Pré – escolar I		03
Pré – escolar II	03*	03*

§ 2º - No Pré-escolar II o turno matutino é no Centro de Educação Infantil Frei Ático e no turno vespertino é no Centro de Educação Infantil Professora Leonida Vieira Francener.

§ 3º - A organização de como será ministrado, os dias e horários de cada turma, será realizado em conjunto com a professora, as diretoras e a secretaria municipal de educação.

Art. 6º - Após a escolha do Professor(a) II efetivo, será contrato para a sua vaga de origem um(a) Professor(a) II do Processo Seletivo 02/2014, constando a seguinte a clausula em seu contrato, estando vinculada ao retorno do efetivo a sala de aula.

Art. 7º - De acordo com o Art. 2º da Resolução nº 08/2014, do Conselho Municipal de Educação (CME): "O professor escolhendo a sua vaga deverá assinar a sua escolha, demonstrando ciência". De acordo com o Anexo I.

Art. 8º - De acordo com o Art. 3º da Resolução nº 08/2014, do CME: "Após a escolha não será permitida a permuta entre professores".

São Pedro de Alcântara, 10 de abril de 2015.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Secretário de Educação, Cultura e Desporto

## ANEXO I

### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_ e RG nº \_\_\_\_\_,  
servidor (a) efetivo (a) da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para o cargo de \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_, declaro que permutei da turma \_\_\_\_\_, turno \_\_\_\_\_, para ministrar as aulas de Contação de Histórias para a educação infantil, conforme o edital de escolha de vaga 03/2015, para o ano letivo de 2015.

Declaro ciência, de que não haverá permuta entre professores.

São Pedro de Alcântara, 22 de abril de 2015.

Nome:

### EDITAL N.º 002/CMDCA/2015

Edital n.º 002/CMDCA/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares de São Pedro de Alcântara - Eleições Unificadas 2015 e dá outras.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 10 de abril de 2015, em sua sede localizada na Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e nos arts. 30, da Lei Municipal 794/2013, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de São Pedro de Alcântara, e dá outras providências.

#### 1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

#### 2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante e, conforme Lei Municipal nº 796/2013, é assegurado o direito a:

- I - vencimento de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), um salário mínimo líquido vigente;
- II - cobertura previdenciária;
- III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
- IV - licença-maternidade;
- V - licença-paternidade;

#### VI - gratificação natalina.

2.2 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.3 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.4 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

2.4.1 Plantão noturno das 17h00 às 8h00 do dia seguinte.

2.4.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.4.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

#### 3. Do Processo de Escolha

##### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 13/04/2015 a 15/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (08h00 às 16h30), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Praça Leopoldo Francisco Kretzer - Térreo.

3.1.2 A documentação no ato da inscrição deverá ser entregue em envelope preferencialmente opaco que não permita a visualização do conteúdo, lacrado e rubricado nos fechos, sendo de responsabilidade do candidato a documentação necessária exposta neste edital.

3.1.2.1 O envelope deverá conter em sua parte externa a identificação do candidato, contendo Nome Completo, endereço, telefone e e-mail.

3.1.3 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, demonstrada por comprovante de residência dois anos anteriores à publicação deste Edital;

IV - conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma de Conclusão do Ensino Médio

V - experiência na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, de no mínimo de 06 (seis) meses, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

b) declaração emitidas por órgão público, informando da experiência na área com criança e adolescente

c) registro em carteira profissional de trabalho comprovando experiência na área com criança e adolescente;

VI - Não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos 05 (cinco) anos antecedentes à eleição, que deverá ser comprovada com certidão emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.1.3.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.4 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.5 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.6 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

### 3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 23/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 24/06/2015 a 01/07/2015, no horário de atendimento ao público (08h00 às 16h30), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 02/07/2015 a 08/07/2015, no horário de atendimento ao público (08h00 às 16h30), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentará resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 14/08/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

### 3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a

participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

### 3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 08h00 às 16h00, no seguinte local:

◦ Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara - Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001 - Terreo - Centro - São Pedro de Alcântara

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

### 3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.



3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

### 3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

### 3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:  
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

### 3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

### 4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 06/10/2015, afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

### 5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 794/2013, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.



5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de São José para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 10 de abril de 2015.

Dayana Cristina Costa  
Presidente  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -  
CMDCA de São Pedro de Alcântara/SC

Anexo I

Cronograma

Providência	Prazo
Inscrições	13/04 a 15/06/2015
Análise das Inscrições	16/06 a 22/06/2015
Publicação da Relação dos Candidatos	23/06/2015
Impugnação de Candidatura	24/06 a 01/07/2015
Notificação dos Candidatos Impugnados	24/06 a 01/07/2015
Apresentação da Defesa pelo Candidato Impugnado	02/07 a 08/07/2015
Análise e decisão das Impugnações	10/07/2015
Interposição de Recurso	13/07 a 17/07/2015
Publicação dos Candidatos Aprovados	14/08/2015
Eleição Nacional	04/10/2015
Divulgação do Resultado	06/10/2015
Posse dos Eleitos	10/01/2016

## INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 39.2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01- Fone/Fax: (048) 3277-0122  
CEP: 88125-000 - São Pedro de Alcântara - SC

### PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 39/2015

Nos termos do art. 25, I, da Lei n.º 8.666/93, é inexigível a licitação para aquisição de Vale Transporte para os servidores do Município de São Pedro de Alcântara/SC (Prefeitura), da empresa CONSÓRCIO FENIX, inscrita no CNPJ sob o nº. 19.962.391/0001-53, localizada rua Cândido Ramos, 550 - Capoeiras Florianópolis/SC, uma vez que esta empresa é a única fornecedora deste produto, enquadrando-se, assim, nos preceitos do art. supra mencionado.

O valor para esta contratação é de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para o ano de 2015, proveniente da dotação orçamentária nº 04.01.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.0000 (39); 05.02.2.036.3.3.90.00.00.00.00.0000 (60)

Esta contratação obedecerá, ainda, os seguintes passos:

1- Contrata-se o serviço ofertado pela empresa CONSÓRCIO FENIX, em razão de ser a única fornecedora do produto exigido.

2- o prazo para entrega do objeto desta inexigibilidade é de 05 (cinco) dias, a contar da emissão da Autorização de Fornecimento;  
3- Para a assinatura do contrato, a empresa contratada deverá apresentar prova de contribuição com o INSS e FGTS, declaração comprovando o cumprimento ao disposto no Art. 7.º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, que trata da proibição do trabalho infantil e Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede ou domicílio (CND Municipal).

Por fim, a presente contratação, na modalidade Inexigibilidade de Licitação, obedece a todos os termos da Lei n.º 8.666/93, sujeitando-se a ela, na sua totalidade.

São Pedro de Alcântara/SC, 09 de abril de 2015

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

## RESOLUÇÃO CMDCA/SPA/SC Nº 004/2015.

RESOLUÇÃO CMDCA/SPA/SC Nº 004/2015.

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares de São Pedro de Alcântara - Eleições Unificadas 2015 e dá outras.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Pedro de Alcântara/SC nos termos dos artigos 132 e 139, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e com fundamento nos artigos 24,25 e 26 Lei Municipal nº 794/2013, baixa a seguinte RESOLUÇÃO:

### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - A Presente resolução, por se tratar de um processo de escolha eleição, prever a classificação de 5 (cinco) membros conselheiros titulares, e (cinco) suplentes sendo todos os conselheiros titulares remunerados, para mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020, conforme artigo 132 da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 2º - A escolha dos membros do Conselho Tutelar de São Pedro de Alcântara/SC, composto de 5 (cinco) membros conselheiros titulares e 5 (cinco) suplentes realizar-se-á no dia 04 de outubro de 2015, pelo sufrágio universal, facultativo e secreto dos cidadãos do município, maiores de 16 (dezesesseis) anos, comprovada sua identificação, no horário de 08h00 às 16h00, no seguinte local: Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara - Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001 - Terreo - Centro - São Pedro de Alcântara.

Art. 3º - O processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.

§ 1º - Será responsável pela operacionalização do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha, constituída por decisão Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a seguinte composição:

Presidente: Dayana Cristina Costa

Membros: Ana Lúcia Cordeiro Stähelin

Michelle Nalovaiko

Maricélia Lohn da Silva

Tcharles Veber

Art. 4º - Fica aprovado o Edital n.º 002/CMDCA/2015, que "dispões sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares de São Pedro de Alcântara - Eleições Unificadas 2015 e dá outras".

São Pedro de Alcântara, 10 de abril de 2015.

Dayana Cristina Costa

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -  
CMDCA de São Pedro de Alcântara/SC

### **RESOLUÇÃO CMI/SPA/SC N. 03, DE 08 DE ABRIL DE 2015.**

Resolução CMI/SPA/SC n. 03, de 08 de abril de 2015.

Dispõe sobre o Plano de Ação do Conselho Municipal do Idoso e dá outras providências

#### **1. INTRODUÇÃO**

O Conselho Municipal do Idoso de São Pedro de Alcântara/SC, de acordo com as suas atribuições legais, com o disposto na Lei Municipal n. 794, de 18 de novembro de 2013, zela pela garantia dos direitos dos idosos, promovendo assim, os serviços necessários na rede de atendimento do município.

Norteando-se pelas características e necessidades da Comarca e objetivando criar e ampliar projetos que atendam às diversas políticas de proteção ao idoso é que o Conselho Municipal do Idoso de São Pedro de Alcântara/SC, formulou o presente Plano de Ação, estabelecendo diretrizes com o fim de fortalecer as políticas sociais básicas, bem como implementar as políticas de proteção e garantia de direitos, através da integração entre ações governamentais e não governamentais.

O Plano de Ação do CMI de São Pedro de Alcântara/SC tem o objetivo de apresentar resultados preventivos nas principais áreas de exclusão social e foco de atenção especial para implementação das políticas públicas de atendimento aos idosos.

#### **2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Realizar estudos e levantar dados que contribuam para a elaboração de diagnóstico preciso para a formulação de planos, projetos e políticas voltados ao segmento do idoso;
- Acompanhar, controlar, analisar e supervisionar o trabalho realizado pelos envolvidos no segmento;
- Desenvolver ações de capacitação que possibilitem a ampliação do conhecimento e conseqüente melhoria na qualidade dos serviços oferecidos ao público-alvo.

#### **3. PLANO DE AÇÃO 2015/2017**

META	AÇÃO	PRAZO	RESPONSÁVEIS	CUSTOS
Planejamento das atividades do CMI	1. *Estabelecimento de cronograma trimestral das atividades do CMI 2. *Estabelecimento de reuniões trimestrais com diversos segmentos proporcionando interação e articulação com a sociedade civil	Maio/2015	CMI	
Capacitação Contínua dos Conselheiros	1. *Parceria com o Conselho Estadual do Idoso para implantação de cursos de capacitação dos conselheiros municipais	Junho/2016	CMI CEI	
Divulgação do CMI	*Divulgação do CMI nos grupos de idosos e no site do Município de São Pedro de Alcântara	Junho/2015	CMI Administração	
Realização de Campanhas	*Campanha de prevenção (exploração financeira do idoso, violência contra o idoso, abandono do idoso, saúde do idoso)	Abril/2017	CMI Administração Comércio local	R\$ 500,00
Apoio as Grupos de Idosos do Município	*Fornecimento de alimentação; *Fornecimento de materiais para a elaboração de trabalhos manuais; *Fornecimento de brindes para o apoio a realização de atividades recreativas. * Aluguel de ônibus/van para passeios culturais e regionais; *Realização da festa do idoso	Durante os anos de 2015/2017	CMI Assistência Social Administração	R\$ 15.000,00 anual

META AÇÃO PRAZO RESPONSÁVEL /  
PARCEIROS  
CUSTOS

#### **4. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

O monitoramento e avaliação das ações ocorrerão com base em indicadores de resultados, no decorrer do desenvolvimento das propostas e através de supervisão direta, por meio de visitas que contarão com a presença dos conselheiros municipais, além da observação de informes verificados.

A avaliação ocorrerá envolvendo a participação dos conselheiros, de modo a exercer o controle das ações, bem como apresentar propostas de reformulação e/ou adaptações.

São Pedro de Alcântara, 08 de abril de 2015.

Dayana Cristina Costa

Presidente do Conselho Municipal do Idoso

# Schroeder

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2015-PMS

PROCESSO Nº. 75/2015-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de material esportivo para os eventos do Projeto Schroeder Esporte e Tradição, de acordo com o Termo de Compromisso firmado com o Ministério de Esportes, visando a execução do projeto desportivo aprovado pela Comissão Técnica indicada no artigo 4º. da Lei 11.438/06, constante no processo 58701.007439/2013-79, referente ao projeto "Schroeder Esporte e Tradição" da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 30 de abril de 2015 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 30 de abril de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 15 de abril de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 37/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000  
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 37/2015-PMS

PROCESSO Nº. 76/2015-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de Lanches "Coffee Break" para suprir as necessidades Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saúde e

Secretaria de Assistência Social e Gabinete do Prefeito do Município de SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 05 de maio de 2015 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 05 de maio de 2015 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 15 de abril de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### **AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 06/2015 – PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 06/2015 - PMS  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 74/2015-PMS - TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Carlos Zerbini, Bairro Rio Hern, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 239m e área total de 2.450,75m², através do Ministério das Cidades, conforme contrato de repasse nº 803247/2014-MCIDADES/CAIXA, projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.  
Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 04 de maio de 2015 às 08h45min.

Abertura do Processo: 04 de maio de 2015 às 09h.  
Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 15 de abril de 2015.  
Osvaldo Jurck  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 3.288/2015 DE 9 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº 3.288/2015 de 9 de abril de 2015  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.  
OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:  
Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$

9.960,00 (nove mil novecentos e sessenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0034 - Material de Consumo R\$ 9.960,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.01 - UNID. DE ESPORTE E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0034 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 9.960,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Diretor de Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **DECRETO Nº 3.289/2015 DE 9 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº 3.289/2015 de 9 de abril de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.361.3009.2.321 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.03.0036 - Obras e Instalações R\$ 19.200,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 09 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Diretor de Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº. 29/2015 - FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 29/2015 - FMS

Processo de licitação nº. 27/2015-FMS - Dispensa de Licitação nº. 14/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 80.072.325/0001-19, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 4.184, Centro, neste Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

1.1 Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada em transporte público para atender aos munícipes referente a concessão de auxílio passe, conforme legislação vigente no Município de Schroeder/SC. Secretaria de Saúde., sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa de transporte publico Transpantanal, afim de atendermos as usuarias Camile e Salete no que se refere a concessão do auxilio passe, de acordo com a legislação vigente.	160	Unid.	3,10	496,00
VALOR R\$ TOTAL					496,00

Valor do contrato: R\$ 496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais)

Data da Assinatura: 14/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 89/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 89/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 32/2015-PMS - Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 17/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: L&P COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.551.380/0001-20, estabelecida na Rua João Marcatto nº. 47, Bairro Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-670.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Fonte ATX para Computadores. Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Fonte ATX 01 conector Placa mãe 20+4pin 01 conector ATX 4pin 12V 02 conectores IDE (Molex) 02 conectores SATA MTBF: 100.000h, 200W reais em operação contínua, 110/220V bivolt, 60Hz, Proteções: OVP(sobretensão), OPP(sobrecarga), SCP(curto-circuito), eficiência energética mínima de 70%;	50	Unid.	39,90	1.995,00
TOTAL R\$					1.995,00

Valor do contrato: R\$ 1.995,00 (um mil novecentos e noventa e cinco reais)

Data da Assinatura: 14/04/2015 - Vigência: 14/04/2016

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 90/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 90/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 38/2015-PMS - Pregão Presencial nº. 22/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 16.677.803/0001-15, estabelecida na Rua José Cosme Pamplo- na nº 2350, Bairro Bela Vista, na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.132-700.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de condicionadores de ar e ventilador para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	Condicionador de ar split com capacidade refrigeração 18.000 btus, vazão de ar aproximado em 720M³/h, tensão 220V, frequência 60Hz, gás refrigerante R-22, faixa de ajuste de temperatura de 16°C - 30°C. Função turbo. Função dormir ( modo sleep ). Função Swing. Display de temperatura digital. Controle remoto com display em cristal liquido. Timer digital 24 horas: liga e desliga o aparelho no tempo programado. O aparelho deve ter o Selo Procel Classe A, B ou C. Garantia minima de 1 ano.	01	Unidade	1.943,00	1.943,00
03	Aparelho condicionador de ar, capacidade refrigeração 24.000 btus, tipo split, modelo parede, características adicionais refrigera/ventila. O aparelho deve ter o Selo Procel Classe no mínimo B, garantia de 1 ano.	02	Unidade	2.089,00	4.178,00
04	Ventilador turbo coluna 40cm, hélice com diâmetro de 40cm, 3 velocidades e coluna ajustável, inclinação vertical ajustável, oscilação horizontal automática, grade removível, consumo de 80W, peso aproximado de 2,98kg, dimensões 60x154x60cm, voltagem 200v, garantia de 1 ano.	01	Unidade	167,50	167,50
TOTAL R\$					6.288,50

Valor do contrato: R\$ 6.288,50 (seis mil duzentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos)

Data da Assinatura: 14/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 91/2015 - PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 91/2015 - PMS

Processo de licitação nº. 38/2015-PMS - Pregão Presencial nº. 22/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: GISIANE MATILDE VIEIRA, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.790.021/0001-01, estabelecida na Rua Francisca das Neves da Silva nº 45, Bairro Centro, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.385-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a aquisição de condicionadores de ar e ventilador para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Gabinete do Prefeito do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência do instrumento, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como

se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Condicionador de ar split 9.000 btus ciclo quente/frio, tensão 220V, frequência 60Hz, potencia em 870W, gás refrigerante R-22, faixa de ajuste de temperatura de 16°C - 30°C com principais características: sistema de tripla filtragem, com filtro que retém até 99% das bactérias, fungos e ácaros do ar. Função turbo. Função dormir ( modo sleep ). Função Swing. Display de temperatura digital. Controle remoto com display em cristal liquido. Timer digital 24 horas: liga e desliga o aparelho no tempo programado. O aparelho deve ter o Selo Procel Classe A ou B. Garantia minima de 1 ano.	04	Unidade	1.240,00	4.960,00
TOTAL R\$					4.960,00

Valor do contrato: R\$ 4.960,00 (quatro mil novecentos e sessenta reais)

Data da Assinatura: 14/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 88/2015-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 88/2015-PMS

Chamada Publica nº. 02/2015 - PMS - Processo nº. 29/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: VALFRIDO PEDRO DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 619.393.159-72, portador da carteira de identidade nº. 1.587.401-SS-P-SC, residente na Rua Presidente Costa e Silva, nº 2643, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar para utilização destes na merenda escolar para suprir as necessidades das Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, verba FNDE/PNAE, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º 02/2015-PMS, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

1. Nome do Agricultor Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Produto	5. Unidade	7. Preço Proposto
VALFRIDO PEDRO DOS SANTOS	619.393.159-72	SDW0619393159722609120922	05 - BANANA CATURRA ORGANICA - produto CLIMATIZADO, de boa qualidade e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	2,25
			06 - BANANA PRATA ORGANICA - produto CLIMATIZADO, de boa qualidade e com grau de maturação intermediária. Deverá apresentar odor agradável, consistência firme, não deverá apresentar perfurações, machucados ou coloração não característica.	KG	2,85

Data da Assinatura: 14/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 6.033/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº6.033/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015

NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear o Senhor Walter Egidio Mukai, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº015.944.159-51, CREA-SC nº.065488-5-SC, o Senhor Ilmar José Pereira Borges Filho, inscrito no CPF sob o nº018.026.899-66, CREA SC nº51.856-6 e o Senhor Cezar Santos de Jesus, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº. 048.348.439-39, CREA-SC nº093789-5 como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

- Execução de serviços para execução (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos) de reforma no prédio do Jardim de Infância Pequeno Príncipe, localizado na Estrada Rancho Bom, no Município de Schroeder/SC, totalizando uma área de 199,20m², de acordo com as especificações no Contrato nº. 85/2015-PMS, Modalidade Tomada de Preço nº. 02/2015-PMS, Processo nº.37/2015-PMS - empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

**PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Schroeder, 14 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

**PORTARIA Nº 6.037/2015, DE 14 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº6.037/2015, de 14 de abril de 2015

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e nas Leis Municipais nº1.661/2008, de 6 de maio de 2008 e nº1.888/2012, de 20 de março de 2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, os membros abaixo discriminados para comporem o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social de Schroeder, a saber:

**I - REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS:**

- Cristiani Feustel Hafemann - Titular

- Natascha Luiza Kopper Strelow - Suplente

**II - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS****URBANOS:**

- Walter Egídio Mukai - Titular

- Cezar Santos de Jesus - Suplente

**III - REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES:**

- Cidiclei Domeraski - Titular

- Renildo João Tomaselli - Suplente

**IV - REPRESENTANTES DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO:**

- Tania de Lourdes Dantas - Titular

- Elmer Sandro Quadros - Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

**PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.**

Schroeder, 14 de abril de 2015.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 17/2015-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Página: 1/2

Número do Registro de Preços: 21/2015		Data do Registro: 14/04/2015		Válido até: 14/04/2016			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Fonte ATX para Computadores. Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Fonte ATX 01 conector Placa mãe 20+4pin 01 conector ATX 4pin 12V 02 conectores IDE (Molex) 02 conectores SATA MTBF: 100.000h, 200W reais em operação contínua, 110/220V bivolt, 60Hz, Proteções: OVP(sobretensão), OPP(sobrecarga), SCP(curto-circuito), eficiência energética mínima de 70%;	UN	L&P COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME (13061)	PCTOP	0	39,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015

Página: 2/2

Número do Registro de Preços: 21/2015      Data do Registro: 14/04/2015      Válido até: 14/04/2016  
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Fonte ATX para Computadores.  
Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2015  
PROCESSO Nº 32/2015

(13061) - L&P COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA - ME

Schroeder, 14 de Abril de 2015.



**INEXIGIBILIDADE Nº 01/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 1/2015 - IL**

Processo Nr.: 77/2015  
Data: 14/04/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: ASSOCIACAO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE -  
Endereço: R XV DE NOVEEMBRO,2.219 - SALA B  
Cidade: POMERODE - SC  
CNPJ: 07.453.253/0001-60

Código: 10412

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação do Grupo Musical "PORTAL GAÚCHO" e "BANDA ELITE", através da Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode, para abrilhantar o baile do Trabalhador, a ser realizado dia 1º de maio de 2014 a partir das 23h00min no Parque de Eventos Alfredo Pasold, do Município de Schroeder/SC

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Grupo Artístico que se apresentarão no baile do Trabalhador, a ser realizado dia 1º de maio de 2014 a partir das 23h00min no Parque de Eventos Alfredo Pasold, do Município de Schroeder/SC	UN	15.750,00	15.750,00

**FUNDAMENTO LEGAL:**

**Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.**

**CAPUT** - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

**JUSTIFICATIVA**

O município de Schroeder busca a realização de um evento festivo em comemoração ao dia do trabalhador "1º de Maio de 2015", neste caso um baile público com os Grupos Musicais: Portal Gaúcho e Banda Elite. Esta iniciativa visa valorizar o trabalhador Schroedense, dando-lhe uma oportunidade de lazer e descontração.

Conforme Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:  
(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Schroeder, 14 de Abril de 2015

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
Nr.: 1/2015 - IL**

**Processo Nr.:** 77/2015  
**Data:** 14/04/2015

Folha: 2/2

10/4/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Schroeder, 10 de Abril de 2015

**Valor da Despesa:** 15.750,00 (quinze mil setecentos e cinquenta reais)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**Serra Alta****PREFEITURA****EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015 do tipo MENOR VALOR GLOBAL/POR LOTE, no dia 05 de Maio de 2015 para contratação de seguros para os veículos e edificações pertencentes ao patrimônio público do Município de Serra Alta, inclusive do Fundo Municipal de Saúde. As PROPOSTAS SERÃO RECEBIDAS ATÉ às 08h30min do dia 05 de Maio de 2015 e abertas às 09h00min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.serraalta.sc.gov.br" e as demais informações poderão ser obtidas diariamente, nos dias úteis, na Secretaria Municipal de Administração e/ou pelo telefone (49) 3364 0092, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

Serra Alta SC, 15 de Abril de 2015.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal

**Siderópolis****PREFEITURA****26 2015 PR LIXO**

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº. 26/2015

ATO EDITAL DE PREGÃO PMS Nº. 06/2015

A Prefeitura Municipal de Siderópolis torna público as empresas interessadas que de conformidade com a Lei 10.520/02, Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que no dia 28/04/2015, às 09:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA) no referido setor, na Rua Presidente Dutra, nº01 - Centro se reunirá a Comissão de Julgamento de Licitações, com a finalidade de receber propostas para Locação de caminhão adaptado com compactador de lixo para execução de transporte regular e descarga de resíduos sólidos domiciliares e outros compactáveis para aterro sanitário. O edital já está disponível No Setor de Licitações da municipalidade. Maiores informações: licitação@sideropolis.sc.gov.br ou (48) 3435 3188 (Fabiola Cardoso Comin).

Siderópolis, 14 de abril de 2015.  
Fabiola Cardoso Comin  
Pregoeira

**FMS 11 2015 DISPENSA CISAMREC**

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO FMS Nº 11/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO FMS 02/2015

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, em conformidade com o art. 24, da Lei Federal Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação subsequente, comunica que estará realizando Dispensa de Licitação para Aquisição de medicamentos para atendimento aos pacientes da rede municipal de saúde dos Municípios associados ao consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC-CISAMREC, sendo que este processo de dispensa faz referência ao Pregão Presencial Nº 281/2014 - Processo de Licitação 281/2014 (registro de preço) , realizado pelo consórcio intermunicipal de saúde da AMREC-CISAMREC.

CONTRATADO: CISAMREC - Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC.

CNPJ nº.: 13.791.885/0001-36

VALOR ESTIMADO: Até R\$ 326.417,62 (trezentos e vinte e seis mil quatrocentos e dezessete reais e sessenta e dois centavos).

VIGÊNCIA: conforme determina o processo 281/2014 - AMREC-CISAMREC, os preços registrados terão validade de 30/06/2015.

Siderópolis, 14 de abril de 2015.  
Hélio Roberto Cesa.  
Prefeito Municipal

# Timbó

## PREFEITURA

### ATA HABILITAÇÃO CARTA CONVITE N.º 02 2015 FME COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES E DECISÃO DE HABILITAÇÃO DA CARTA CONVITE Nº. 02/2015 - FME

Às quinze horas e dez minutos, do décimo quarto dia, do mês de abril de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), para abertura dos envelopes de Habilitação da Carta Convite nº 02/2015 - FME.

Entregaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta, as seguintes empresas PELLIZZARI TROFÉUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, PRISMA TROFÉUS E MEDALHAS - EIRELI ME e GELINDO JOSÉ DARUI ME.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes de Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

A empresa PRISMA TROFÉUS E MEDALHAS - EIRELI ME apresentou a certidão expedida pela Junta Comercial comprovando a condição de microempresa. A empresa PELLIZZARI TROFÉUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP também apresentou referida certidão, porém, com data de emissão superior a 90 (noventa) dias (emitida em 27 de março de 2014), desta forma, em desacordo com o estabelecido no item 3.8 do Edital.

Da análise dos documentos verificou-se que a empresa PELLIZZARI TROFÉUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP não apresentou a Certidão Negativa de Débitos do Município de Timbó, não atendendo, desta forma, a exigência estabelecida no item 7.1.2 (Prova de Regularidade Fiscal), letra "h" do Edital.

Nesse sentido, analisada toda documentação juntada aos autos e, atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decidimos pela habilitação das empresas PRISMA TROFÉUS E MEDALHAS - EIRELI ME e GELINDO JOSÉ DARUI ME e, inabilitação da empresa PELLIZZARI TROFÉUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, tendo em vista que não atendeu a exigência do item 7.1.2 (Prova de Regularidade Fiscal), letra "h" do Edital.

Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993 (§ 6º), ou seja, 02 (dois) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame.

Os envelopes de PROPOSTA deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão,

lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO  
Membro

ANDREA TAISE FRANZ  
Secretária

PRISCILA MACEDO  
Membro

### ATA HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 31 2015 PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 31/2015 - PMT

Às nove horas e dez minutos, do décimo quarto dia, do mês de abril de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz, Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo (designada pela Portaria nº 1554, de 10/03/2015), representando a empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP, o Sr. Ademir Sérgio de Souza Filho, para abertura do envelope de Habilitação da Tomada de Preço nº 31/2015 - PMT.

Entregou, tempestivamente, o envelope de Habilitação e Proposta, a seguinte empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura do envelope de Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos nele contidos.

Na sequência, a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos, em especial, encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade e Setor de Engenharia, tendo em vista a necessidade de análise e parecer contábil dos mesmos, em especial do item 7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira e análise e parecer técnico dos documentos de habilitação estabelecidos no item 7.1.6 - Qualificação Técnica do Edital.

Após a suspensão da sessão o representante da empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP solicitou a comissão permissão para se retirar da reunião antes da finalização da ata, a qual foi autorizada pela Sra. Presidente. Em função da ausência deste a ata segue assinada apenas pelos membros da Comissão de Licitação.

O envelope de PROPOSTA deverá permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrado, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO  
Membro

ANDREA TAISE FRANZ  
Secretária

PRISCILA MACEDO  
Membro

#### **AVISO ERRATA EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 03 2015 FME**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
TOMADA DE PREÇO N.º 03/2015 FME  
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó informa que no edital de Tomada de Preço publicado no site do município em 10/04/2015, em virtude da contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra) da adequação do sistema preventivo de incêndio do Complexo Esportivo localizado na Rua Gustavo Piske, s/nº, Bairro Pe. Martinho Stein, neste município, houve erro de digitação no horário especificado para início da sessão pública, desta forma, onde lê-se "08h10min", leia-se "09h10min".

TIMBÓ, 14/04/2015  
ROSE MERY DALCANALE  
Central de Licitações

#### **AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 36 2015 PMT - CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO E RAMPA DE ACESSO E PAVIMENTAÇÃO UPE BEIJA FLOR**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 36/2015

OBJETO: contratação de empresa especializada para a total execução (compreendendo material e mão-de-obra), da obra de construção de muro de contenção e rampa de acesso, e pavimentação em paver da Unidade Pré escolar Beija Flor, localizada na Rua Belém, esquina com a Rua Manaus, centro, neste município, em atendimento às necessidades da Secretaria de Educação. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 04 de maio de 2015. ABERTURA: dia 04 de maio de 2015 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 14/04/2015  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

#### **ERRATA PREGÃO PRESENCIAL N.º 29 2015 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 29/2015 PMT  
AVISO DE ERRATA

O Município de Timbó/SC informa aos interessados que no Edital de Pregão Presencial n.º 29/2015, objetivando a contratação de empresa especializada em serviços de comunicação multimídia, para implantação de serviço dedicado de conectividade à internet, e de interligação das unidades administrativas do município de Timbó, atendendo as necessidades da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, da Secretaria de Educação, e do SAMAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Timbó/SC constou informação equivocada na página 19, onde lê-se "Total do Lote: R\$ 38.500,20", leia-se "Total do Lote: R\$ 47.920,20".

TIMBÓ/SC, 14/04/2015  
ROSE MERY DALCANALE  
Central de Licitações

#### **PORTARIA Nº TIMBOPREV- 065, DE 09 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº TIMBOPREV- 065, DE 09 DE ABRIL DE 2015  
Alterar a Portaria n. 2585, de 03/02/2012 que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade de Tempo de Contribuição à servidora Pública Municipal Ledirce Stolf de Souza

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

Considerando-se a manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina quando da análise do processo nº 1200195407, relativo à homologação da aposentadoria da servidora Ledirce Stolf de Souza, através da qual apontou irregularidade no cálculo dos proventos concedidos através da Portaria nº 2.585, de 03/02/2012, em razão do equívoco no percentual do adicional/gratificação por tempo de serviço;

Considerando-se que com o fito de sanar a irregularidade apontada fora instaurado o processo TIMBOPREV 005/2012, o qual, após o devido contraditório, culminou na decisão de acatar e providenciar a revisão dos proventos de modo a adequar o ato praticado no que diz respeito ao valor dos proventos de aposentadoria;

Considerando-se que para que surtam os efeitos necessários à validade da revisão dos proventos efetuada é imprescindível a revisão do ato originário de aposentadoria;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR a redação da Portaria n. 2585, de 03/02/2012, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à servidora pública municipal Ledirce Stolf de Souza, passando de: "... no valor de R\$ 1.745,80 (mil setecentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos) ..." PARA "... no valor de R\$ 1.696,28 (mil seiscentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos) ..." tudo conforme documentação anexada ao processo de revisão de aposentadoria n. TIMBOPREV 005/2012, com efeitos financeiros a contar de 01 de abril do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.



MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de abril de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

### **PORTARIA Nº TIMBOPREV- 066, DE 09 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº TIMBOPREV- 066, DE 09 DE ABRIL DE 2015

Alterar a Portaria n. 2861, de 08/05/2012 que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade de Tempo de Contribuição à servidora Pública Municipal Adalgisa Gema Cristofolini Pretti

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

Considerando-se a manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina quando da análise do processo nº @APE - 12/00339093, relativo à homologação da aposentadoria da servidora Adalgisa Gema Cristofolini Pretti, através da qual apontou irregularidade no cálculo dos proventos concedidos através da Portaria nº 2.861, de 08/05/2012, em razão do equívoco no percentual do adicional/gratificação por tempo de serviço;

Considerando-se que com o fito de sanar a irregularidade apontada fora instaurado o processo TIMBOPREV 023/2012, o qual, após o devido contraditório, culminou na decisão de acatar e providenciar a revisão dos proventos de modo a adequar o ato praticado no que diz respeito ao valor dos proventos de aposentadoria;

Considerando-se que para que surtam os efeitos necessários à validade da revisão dos proventos efetuada é imprescindível a revisão do ato originário de aposentadoria;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR a redação da Portaria n. 2861, de 08/05/2012, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição à servidora pública municipal Adalgisa Gema Cristofolini Pretti, passando de: "... no valor de R\$ 1.429,52 (mil quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e dois centavos) ..." PARA "... no valor de R\$ 1.372,72 (mil trezentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos) ..." tudo conforme documentação anexada ao processo de revisão de aposentadoria n. TIMBOPREV 023/2012, com efeitos financeiros a contar de 01 de abril do corrente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de abril de 2015; 145o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

OSMAIR DE CASTILHO

Presidente do Conselho de Administração do TIMBOPREV

### **TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 64 2014 PMT - AQUISIÇÃO DE TOALHA DE PAPEL**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preço destinado à aquisição de toalha de papel, destinada ao atendimento das necessidades da Administração Direta e Indireta (Autarquias, Fundos e Fundações) do município de Timbó.

EMPRESA FORNECEDORA: Expressão Com. Mat. Inf. Serv. LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 53.202,20 (cinquenta e três mil duzentos e dois reais e vinte centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/07/2015

Timbó, 15/07/2014

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

### **CÂMARA MUNICIPAL**

### **AVISO LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 02-2015** AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: 04/2015

Pregão Presencial nº 02/2015

Sessão Pública do Pregão: 04/05/2015 às 9 horas.

Objeto: Aquisição de item I - 07 estruturas para arquivo morto sendo 3 peças de 2600 x 1700, 03 peças de 2600x2100 e 01 peça de 1500x1000, todas com estrutura de aço/ferro/tubos galvanizados com medidas aproximadas de 30x50x1,5, (em todas as paredes da sala), sendo a cada elevação das prateleiras com cantoneiras de 1/1/2x3,16 e prateleiras de chapas MDF com 20 mm; Item II - cercas para garagem com capacidade para instalar dois carros, com dois portões de abrir, com fechadura e porta cadeados; Item III - duas estantes desmontáveis de Aço para acondicionamento de livros, com 6 prateleiras, conforme especificações detalhadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 02/2015.

Valor Estimado: R\$ 14.708,00

Local: Auditório da Câmara Municipal de Timbó, Rua Inglaterra, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC).

O Edital estará disponível em: <http://www.camaratimbo.sc.gov.br/licitacoes.php>

Os interessados poderão obter informações detalhadas sobre o certame na Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Inglaterra, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC) ou pelo telefone (47) 3382-2177, de segunda a sexta-feira, nos seguintes horários: das 8h as 12h e das 14h as 17h.

Timbó (SC), 13 de Abril de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

**CONVOCAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015**

Convocação para Assinatura Contrato

Processo Licitatório nº 03/2015.

Pregão Presencial nº01/2015.

Objeto: Aquisição de um veículo novo, ano/modelo 2015, conforme especificações do Anexo I para a Câmara Municipal de Timbó (SC).

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, vereador Marcelo Luiz Ferrari, CPF nº 794.020.119-00 no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, CONVOCA o representante legal da empresa RENAULT DO BRASIL S/A, CNPJ nº 00.913.443/0001-73, com sede na Avenida Renault, nº 1.300, Bairro Borda do Campo, São José dos Pinhais (PR) - CEP: 83070-900, vencedora do Item I do Pregão Presencial nº 01/2015, Processo Licitatório nº 03/2015, para no prazo de cinco dias, contados do recebimento desta, para comparecer na Câmara de Municipal de Timbó, na Rua Inglaterra, esquina do nº 750 com a rua projetada A, Bairro das Nações, Timbó (SC) para assinar o contrato referente à licitação destacada, pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital e no Artigo 81 da Lei 8.666/93. Objeto do Contrato: Aquisição de um veículo Renault Sandero Dynamic 1.6 para a Câmara Municipal de Timbó conforme proposta apresentada no Pregão Presencial nº 01/2015, pelo valor de R\$ 45.500,00 (quarenta e cinco mil e quinhentos reais).

Timbó (SC), 13 de Abril de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

**HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015**

Termo de Homologação

Processo Licitatório: 03/2015.

Pregão Presencial nº 01/2015.

Objeto: Aquisição de um veículo novo, ano/modelo 2015, conforme especificações do Anexo I para a Câmara Municipal de Timbó (SC).

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, vereador Marcelo Luiz Ferrari, CPF nº 794.020.119-00, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, com amparo no art. 4º inciso XXII da Lei 10.520/2002, verificando a validade dos atos praticados e a conveniência da licitação, homologa o Pregão Presencial nº 01/2015, objeto do Processo Licitatório nº 03/2015.

Timbó, 13 de Abril de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari

Presidente

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ****PORTARIA N. SAMAE- 073, DE 02 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA N. SAMAE- 073, DE 02 DE ABRIL DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Auxiliar Operacional I				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
ANA LUCIA KUSTER RODRIGUES (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	11/05/1986	104.323.739-93	44 horas	14/04/2015 a 31/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 02 de abril de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

## Três Barras

### PREFEITURA

#### **PORTARIA Nº 090 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 090 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do Ofício nº 108/2015 da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte do Município;

CONSIDERANDO, o que preconiza o § 1º do artigo 80 da Lei Complementar nº 138/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a requerimento, a licença para tratar de interesses particulares concedida através da Portaria nº 014/2014 à servidora ANA PAULA LESCOVITZ DA SILVA, matrícula 14217.4-0, ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, determinando o retorno da mesma ao exercício normal de suas funções, a contar de 23 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 26 de fevereiro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer

Diretor

#### **PORTARIA Nº 091 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 091 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do Requerimento nº 086/2015;

CONSIDERANDO, o que preconiza o § 1º do artigo 80 da Lei Complementar nº 138/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Interromper, a requerimento, a licença para tratar de interesses particulares concedida através da Portaria nº 074/2014 à servidora PATRICIA DE SOUZA GAZANIGA, matrícula 13587.9-0, ocupante do cargo de gestor, determinando o retorno da mesma ao exercício normal de suas funções, a contar de 02 de março de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 26 de fevereiro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**PORTARIA Nº 092 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 092 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do requerimento autuado sob o nº 109/2015;

CONSIDERANDO, o que preconiza os arts. 73, inciso VI, e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a licença para o trato de assuntos particulares, anteriormente deferida através da Portaria nº 101/2013, à servidora ALEXANDRA BASTOS, matrícula 7994.4-3, ocupante do cargo de professor, pelo prazo de 02 (dois) anos, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior, poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 26 de fevereiro de 2014.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**PORTARIA Nº 093 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 093 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal nº 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 301/2014.

RESOLVE:

Art. 1º. Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento à servidora RENILCE CORREA PALHANO ADRIANO DE OLIVIERA, matrícula 8880.3-2, ocupante do cargo de técnico de enfermagem, que, em função da conclusão de curso de graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº 139/2003, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Determinar o pagamento, à servidora, da importância de R\$ 772,59 (setecentos setenta dois reais e cinquenta e nove centavos), em 04 (quatro) parcelas mensais, na forma estabelecida

na Lei nº 2.808/2008.

Art. 3º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 26 de fevereiro de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**PORTARIA Nº 094 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.**

PORTARIA Nº 094 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 33 da Lei Complementar Municipal nº 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o preenchimento dos requisitos legalmente impostos, exarado junto ao Requerimento nº 316/2014-SECE.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Promoção na Carreira à servidora SONEY MARIA RISSARDI FOLLADOR, matrícula 12609.8-2, ocupante do cargo de professor, que, em função da conclusão de curso de pós-graduação, passará ao Nível de Atuação III, na forma estabelecida no Anexo II da Lei Complementar Municipal nº 140/2009, com efeitos a contar de 01 de fevereiro de 2015.

Art. 2º. Determinar o pagamento, à servidora, da importância de R\$ 3.084,64 (três mil e oitenta reais e sessenta e quatro centavos), em 06 (seis) parcelas mensais, na forma estabelecida na Lei nº 2.808/2008.

Art. 3º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 26 de fevereiro de 2015.  
ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

William Gerson Nayzer  
Diretor

**PORTARIA Nº. 064 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.**  
PORTARIA Nº. 064 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR, EVANIR KONDRAS, Aprovada através de Concurso Público Municipal 04/2014- decreto 4.438 de 14 de novembro de 2014 para exercer suas funções no cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM 40hrs, Quadro de funcionários Regime Estatutário desta prefeitura, Lotada na Secretária de Saúde;

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de fevereiro de 2015

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 065 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.**  
PORTARIA Nº. 065 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR, SANDRIELI CECILIA PIRES DE LIMA, Aprovada através de Concurso Público Municipal 04/2014- decreto 4.438 de 14 de novembro de 2014 para exercer suas funções no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM 40hrs, Quadro de funcionários Regime Estatutário desta prefeitura, Lotada na Secretaria de Saúde;

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de fevereiro de 2015

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 066 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.**  
PORTARIA Nº. 066 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR, MARLENE TOMELIM NUNES, Aprovada através de Concurso Público Municipal 04/2014- decreto 4.438 de 14 de novembro de 2014 para exercer suas funções no cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM 40hrs, Quadro de funcionários Regime Estatutário desta prefeitura, Lotada na Secretária de Saúde;

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de fevereiro de 2015

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 067 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.**  
PORTARIA Nº. 067 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR, ELOÁ VEIGA, Aprovada através de Concurso Público Municipal 04/2014- decreto 4.438 de 14 de novembro de 2014 para exercer suas funções no cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM 40hrs, Quadro de funcionários Regime Estatutário desta prefeitura, Lotada na Secretária de Saúde;

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de fevereiro de 2015

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 068 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.**  
PORTARIA Nº. 068 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

NOMEAR, SONIA LUZIA DE LIMA GASSNER, Aprovada através de Concurso Público Municipal 04/2014- decreto 4.438 de 14 de novembro de 2014 para exercer suas funções no cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM 40hrs, Quadro de funcionários Regime Estatutário desta prefeitura, Lotada na Secretária de Saúde;

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de fevereiro de 2015

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.



WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 069 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 069 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, ANA MARIA MOREIRA LESCOWICTZ DA SILVA, Aprovada através de Concurso Público Municipal 04/2014- decreto 4.438 de 14 de novembro de 2014 para exercer suas funções no cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM 40hrs, Quadro de funcionários Regime Estatutário desta prefeitura, Lotada na Secretária de Saúde; Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de fevereiro de 2015

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 070 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 070 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, SILVANA APARECIDA LESCOVITZ DE SOUZA, Aprovada através de Concurso Público Municipal 04/2014- decreto 4.438 de 14 de novembro de 2014 para exercer suas funções no cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM 40hrs, Quadro de funcionários Regime Estatutário desta prefeitura, Lotada na Secretária de Saúde; Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de fevereiro de 2015

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 071 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 071 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

NOMEAR, GORET LEME MACIEL, Aprovada através de Concurso Público Municipal 04/2014- decreto 4.438 de 14 de novembro de 2014 para exercer suas funções no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM 40hrs, Quadro de funcionários Regime Estatutário desta prefeitura, Lotada na Secretaria de Saúde; Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 18 de fevereiro de 2015

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 095 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015**

PORTARIA Nº. 095 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR [a pedido] o Servidor VINICIUS ALVES DA SILVA das funções que exercia no cargo de PROFESSOR 100 horas mês, aprovado através do Processo Seletivo em caráter temporário conforme o decreto 4.466 de 05/02/2015. Lotado na secretaria de Educação, Cultura & Esportes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 23 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de fevereiro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 096 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.**

PORTARIA Nº. 096 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR, [a pedido] A servidora ELIANE GRACIANO LEITE, das funções que exercia no cargo de PROFESSORA, 40hrs semanais, aprovada através do Concurso Público Municipal, quadro de funcionários Efetivo desta Prefeitura. Lotada na secretaria de Educação, Cultura & Esportes

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da 25 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de fevereiro de 2015

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de

Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

**PORTARIA Nº. 097 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015**  
PORTARIA Nº. 097 DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

DISPENSAR [a pedido] o Servidor MAISA BATISTA das funções que exercia no cargo de PROFESSORA 100 horas mês, aprovada através do Processo Seletivo em caráter temporário conforme o decreto 4.466 de 05/02/2015. Lotada na secretaria de Educação, Cultura & Esportes.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 27 de fevereiro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 26 de fevereiro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE  
Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER  
Diretor

## Treze Tílias

### PREFEITURA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO PP 30/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 28/04/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2015**

EXTRATO DE CONTRATO 27/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: AUSTRIA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME  
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais para pequenas obras, e instalações elétricas, para o Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.  
VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 31/12/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: 09.01.2017.33.90.00.00.00.00.00. VALOR: R\$ 4.394,20 (Quatro mil trezentos e noventa e quatro reais e vinte centavos), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 22/2015.

DATA ASSINATURA: 01/04/2015.

TREZE TÍLIAS, 01 de Abril de 2015.

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2015**

EXTRATO DE CONTRATO 28/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: LUZERNA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA ME  
OBJETO: Aquisição de forma parcelada de materiais para pequenas obras, e instalações elétricas, para o Novo Centro de Eventos de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.  
VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 31/12/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as seguintes dotações orçamentárias: 09.01.2017.33.90.00.00.00.00.00.00. VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 13.870,20 (Treze mil, oitocentos e setenta), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 22/2015.

DATA ASSINATURA: 01/04/2015.

TREZE TÍLIAS, 01 de Abril de 2015.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2015**

EXTRATO DE CONTRATO 28/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: ROBERTO TESSARO &amp; CIA LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibila Parisotto, para o ano letivo de 2015, conforme itens constantes no Anexo I integrante deste edital.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 31/12/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2015: 06.02.2 011.33.90.00.00.00.00.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 32.686,05 (Trinta e dois mil, seiscentos e oitenta e seis reais e cinco centavos), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 24/2015.

DATA ASSINATURA: 01/04/2015.

TREZE TÍLIAS, 01 de Abril de 2015.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 30/2015**

EXTRATO DE CONTRATO 30/2015

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de material escolar e material de expediente para a Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier e Escola de Ensino de Jovens e Adultos Sibila Parisotto, para o ano letivo de 2015, conforme itens constantes no Anexo I integrante deste edital.

VIGÊNCIA: O presente contrato terá início imediato a partir da data de sua assinatura e término previsto para 31/12/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2015: 06.02.2 011.33.90.00.00.00.00.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 33.340,84 (Trinta e três mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e quatro centavos), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 24/2015.

DATA ASSINATURA: 14/04/2015.

TREZE TÍLIAS, 14 de Abril de 2015.

**Tunápolis****PREFEITURA****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 58/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 58/2015

Edital de Pregão Presencial nº 46/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação,

na modalidade de Pregão Presencial, pelo seu julgamento por item, visando AQUISIÇÃO DE 01 VEICULO NOVO, 0 KM, DESTINADO PARA A PREFEITURA.

Entrega das propostas até às 15h do dia 29/04/2015.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

Tunápolis,Sc., 14 de abril de 2015.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59/2015 EDITAL TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS Nº 04/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59/2015

Edital tomada de preços p/obras e serviços nº 04/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93, e suas alterações se acha aberto o Processo de Licitação em regime de empreitada global para contratação de empresa (mão de obra e materiais) para Construção de Mezanino em Concreto no Pavilhão Industrial 2.

Entrega dos envelopes às 15h do dia 30/04/2015..

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br)

Tunápolis,SC.,14 de abril de 2015.

Enoi Scherer

Prefeito Municipal

# Turvo

## PREFEITURA

### DECRETO 16/2015

DECRETO Nº 016/15, de 13 de Abril de 2015.  
SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), assim classificados:

09.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
20.608.0030.2.020-MAN. DO PARQ. EXP. IRIS OLIVO/REAL. FES-  
TA COLONO  
4.4.90.00.00.00.00.0080.0 (112) - Aplicações Diretas  
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0080 no valor de R\$ 50.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 13 de abril de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 127/2015

PORTARIA Nº 127/15, de 10 de Abril de 2015.  
DEMI-TE A PEDIDO AGENTE ADMINISTRATIVO ESCOLAR, NOMEA-  
DA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

#### RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido, a Servidora abaixo relacionada, ocupan-  
te da função pública de Agente Administrativo Escolar, nomeada  
temporariamente através do Processo Seletivo nº 001/14 - SME,  
do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público  
Municipal.

NOME CPF MATRICULA  
Elisangela de Oliveira Paulo 067.541.139-44 3279

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de abril de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 128/2015

PORTARIA Nº 128/15, de 10 de Abril de 2015.  
ADMITE PROFESSOR IV, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, NA REDE  
MUNICIPAL DE ENSINO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combi-  
nado com a Lei Complementar nº 10/11 de 24 de Agosto de 2011,

Considerando que não existe mais aprovados através do Processo Seletivo 001/14 - SME.

#### RESOLVE

Art. 1º - Admitir a Servidora abaixo relacionada, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer a função pública de Professor IV, do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

NOME CPF DISCIPLINA  
Renata de Farias 030.590.599-69 Educação Física

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacio-  
nado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 10 de Abril de 2015 e encerrará em 30 de Novembro de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 10 de abril de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

### PORTARIA 129/2015

PORTARIA Nº 129/15, de 13 de Abril de 2015.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Mu-  
nicipio,

#### RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias ao servidor baixo espe-  
cificado no período de 14.04.2015 a 13.05.2015, com gratificação  
especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.  
MATRICULA SERVIDOR (A) PERIODO AQUISITIVO  
2526 Sandra Catarina Bardini Idalino 14.10.2013 a 23.10.2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 13 de abril de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.  
Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

## Urussanga

### PREFEITURA

#### **AVISO PR 21/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 21/2015/PMU

Objeto: aquisição de serviços e peças para manutenção elétrica de veículos, equipamentos e máquinas pesadas. Recebimento dos envelopes: até as 10h do dia 28/04/2015, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 10h do dia 28/04/2015, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br) ou retirado no site oficial desta municipalidade, no Portal da Transparência.  
Rosane Zatta-Pregoeira



## Vargeão

### PREFEITURA

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

Extratos de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 26/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 29 de Abril de 2015 às 09 horas, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para aquisição de conjuntos de carteiras e cadeiras escolares destinados à rede municipal de ensino de Vargeão, SC, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 26/2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail [licitacao@vargeao.sc.gov.br](mailto:licitacao@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 14 de abril de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 098/2015

EXTRATO DE CONTRATO nº 098/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: NATAL LABORATORIO DE PROTESES DENTARIAS LTDA

OBJETO: Confecção e fornecimento de Próteses Dentarias destinadas para pessoas de baixa renda, encaminhados pela Secretaria de Saúde do Município de Vargeão, SC.

VALOR: R\$ 24.970,00 (vinte e quatro mil novecentos e setenta reais).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 098/2015.

Vargeão, SC, 14 de ABRIL de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

## Vargem Bonita

### PREFEITURA

#### DECRETO N.024/2015

DECRETO Nº 024/2015, DE 10 DE ABRIL DE 2015.

"ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL".

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO, que o Feriado Nacional dia 21 de abril de (Tiradentes) será comemorado na terça- feira;

DECRETA:

Artigo 1º - Fica estabelecido "PONTO FACULTATIVO" no serviço público municipal de Vargem Bonita no dia 20 de abril de 2015 (segunda-feira).

Art. 2º- Os serviços na área da saúde funcionarão em regime de plantão.

Art. 3º- O retorno aos trabalhos normais no serviço público se dará no dia 22 de março de 2015 (quarta-feira).

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 10 de abril de 2015.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Site Oficial dos Municípios - DOM em 14/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

#### DECRETO N.025/2015

DECRETO N.º 025/2015, de 13 de abril de 2015

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 1.028/2014 de 02 de dezembro de 2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município, para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
PROJETO/ATIVIDADE 1.015 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, PASSAIOIS E ESTRADAS  
Modalidade 449000.00.03.0000.0000 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 360.000,00

Art. 2º Os recursos orçamentários para fazer face à presente suplementação, correrão à conta do superávit financeiro apurado no

exercício anterior, conforme Anexo 14 do Balanço Patrimonial do exercício de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 13 de abril de 2015  
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 13/04/2015

SUELEN FAVRETTO  
Secretária de Administração e Finanças

## Vidal Ramos

### PREFEITURA

#### **PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2015 - MATERIAIS MANUTENÇÃO UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE**

Prefeitura de Vidal Ramos  
Fundo Municipal da Saúde de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2015

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - POSTO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS. Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante requisição prévia.

**REGIMENTO:** O Fundo Municipal de Saúde de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03 de janeiro de 2013 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 04/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23/01/2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.  
**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até o dia 28/04/2015, às 09:00 horas.

**LOCAL:** Departamento Administração da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

**ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

Vidal Ramos, 14 de abril de 2015  
LAERCIO DA CRUZ  
Prefeito Municipal

**TOMADA DE PREÇOS Nº. 19/2015****AVISO DE LICITAÇÃO****EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 19/2015**

O Município de Vidal Ramos/SC, torna público, que fará realizar no Gabinete da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa para construção de uma Laje PII Protendida H=60 cm, sem capeamento para resistir classificação TB 45, com área total de 79,80 m², envolvendo transporte, locação de guindaste e mão de obra para montagem da Laje bem como a Responsabilidade Técnica. Em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Prefeitura - Setor de Compras, horário comercial, ou pelo email: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br)

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 09:00 horas do dia 07 de maio de 2015, devem ser protocolados na Divisão de Processos Licitatórios da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 07 de maio de 2015, no Gabinete no Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Vidal Ramos, 13 de abril de 2015.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

**Videira****PREFEITURA****ABERTURA DAS PROPOSTAS DA TP Nº 08/2015-PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 08/2015

A Comissão Permanente de Licitações torna pública a data de 22 de Abril de 2015 às 10:00 horas para a abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSOS SELETIVOS DE ACORDO COM OS PROJETOS BÁSICOS, OBJETIVANDO O PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO FUNCIONAL E CADASTRO DE RESERVA DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE.

Videira, 14 de Abril de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 47/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE FAIXAS E BANNERS PARA SEREM UTILIZADOS POR TODAS AS SECRETARIAS E PELO GABINETE DO PREFEITO. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 30/04/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 14 de Abril 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 07/2015 – PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE AREIA CERCADA COM ALAMBRA-DO DE TELA EM ESTRUTURA TUBULAR NA RUA HENRIQUE SEBEN - LOT. AMARENTE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, COM ÁREA DE 337,50 M², CONFORME PROJETO BÁSICO, restando HABILITADA a empresa Palazzo Construtora Ltda ME. Após o decurso dos prazos recursais a mesma será oficiada quanto à data de abertura do envelope proposta.

Videira, 23 de abril de 2014.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DA  
TP Nº 05/2015-PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE  
TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2015-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA (C.A.U.Q) DA RUA DOMINGOS LOCATELLI (ACESSO BALNEÁRIO XV) ETAPA 2, CONFORME PROJETO EXECUTIVO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando DESCLASSIFICADA a empresa Planaterra Terraplanagem e Pavimentação Ltda por ter apresentado valores unitários acima do limite estabelecido, descumprindo o disposto no subitem 4.14.2.1 do Edital; sendo o menor preço o da empresa Setep Construções S.A no valor de R\$ 411.903,64 (quatrocentos e onze mil novecentos e três reais e sessenta e quatro centavos). Todavia, tendo em vista a participação da empresa LB Comércio e Serviços Eirelli, a qual se utiliza da preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, foi constatado o empate ficto entre as mesmas. Assim, a Comissão de Licitações concede o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de abertura das propostas, ou seja, até o dia 15/04/2015, para que a empresa LB Comércio e Serviços Eirelli, caso queira, apresente nova proposta de preço com valor inferior ao daquela considerada vencedora.

Videira, 13 de abril de 2015.  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 007/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 13 de Abril de 2015, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços nº. 7/2015, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 13/04/2015, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DOS SEGUINTE SERVIÇOS: BALLET CLÁSSICO, DANÇA DE RUA E DANÇA CRIATIVA COM A MELHOR IDADE, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

9939.2 - CLINICA DE ATIVIDADES FISICA ACQUA CENTRO LTDA						
Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	SERVICO DE DANCA		1,00	27.290,00	27.290,00
00001.00001	Horas	BALLET		320,00	38,00	12.160,00
00001.00002	Horas	DANCAS DE RUA E HIP HOP		320,00	38,00	12.160,00
00001.00003	Horas	DANCA CRIATIVA		80,00	37,12	2.970,00
Total do Fornecedor: 27.290,00 ( VINTE E SETE MIL E DUZENTOS E NOVENTA REAIS )						
Total da Licitação: 27.290,00 ( VINTE E SETE MIL E DUZENTOS E NOVENTA REAIS )						

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o PMVM solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

#### 2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 7/2015 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

#### 3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º, Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

#### 4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos serviços será de acordo com o cronograma de horários e datas da Secretaria Municipal de Educação e Fundo Municipal da Assistência Social.

#### 5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será mensal e realizado de acordo com a apresentação da nota fiscal, e declaração da Secretaria Municipal de Educação, atestando o numero de dias efetivamente trabalhados sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da



empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

#### 6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

#### 7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I - Advertência;

II - Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III - Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

#### 8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 13 de Abril de 2015.

COMISSÃO:

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO - Pregoeiro

JAIR WIPPEL - Equipe de Apoio

LUIS CARLOS BOING - Equipe de Apoio

CLINICA DE ATIVIDADES FISICA ACQUA CENTRO LTDA

CLEI GIOVANI SOUZA

Contratada

**Xaxim****PREFEITURA****AVISO DE CONCORRENCIA 001/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRENCIA PÚBLICA N. 001/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 084/2015

O Município de Xaxim - SC, comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a doação de bens imóveis não remunerada de incentivos econômicos, através da Doação com Encargos de bens públicos, visando o desenvolvimento econômico e social do Município, mediante a implantação ou ampliação no Município de unidade produtiva, conforme descrição completa no edital, autorizada pela Lei Municipal n. 4061/2015. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h: 45min do dia 18 de maio de 2015, procedendo à abertura às 09h: 00min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 14 de abril de 2015.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

**Associações****FECAM****EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015 – CEPAM**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2015 - CEPAM

A Secretária do Colegiado Estadual de Procuradores e Advogados Municipais de Santa Catarina - CEPAM/SC, THAYSE STIEVEN FLECK, no uso de suas atribuições, CONVOCA os membros titulares e/ou suplentes para reunião.

Data: 23 de abril de 2015.

Hora: 9h às 12h.

Local: Rua Santos Saraiva, nº 1.546, Estreito - Florianópolis/SC - CEP: 88.070-101. Tel.: (48) 3221-8800.

Ordem do dia:

1. Eleição da Presidência;
2. Reforma Política;
3. Terceirização;
4. Regiões metropolitanas;
5. Complementação de aposentadoria;
6. ISS nos serviços da Construção Civil;
7. Assuntos diversos.

Florianópolis/SC, 13 de abril de 2015.

Thayse S. Fleck

Secretária do CEPAM

# Consórcios

## CIMCATARINA

### DECISÃO CHAMADA PÚBLICA 002-2015 BELLENZIER PNEUS

#### DECISÃO

#### PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa BELLENZIER PNEUS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Aparicio Borges, Nº 535, Bairro Centro, na cidade de Frederico Westphalen - RS, CEP: 98400-000, inscrita no CNPJ sob o nº 73.730.129/0001-29, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0002/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0027/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

#### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

Item	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
14	PNEU 165/70R13 ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	KELLY (Fabricação Goddoye-ar)	METRIC XTRA
		GOODYE-AR	ASSURANCE
15	PNEU 175/70R13 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	ASSURANCE
		KELLY (Fabricação Goddoye-ar)	METRIC XTRA
16	PNEU 185/70R13 ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	KELLY (Fabricação Goddoye-ar)	METRIC XTRA
17	PNEU 175/65R14 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	ASSURANCE
			DURAPLUS
18	PNEU 175/70R14 PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	DURAPLUS
19	PNEU 175/80R14 PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	RT/S
20	PNEU 175/70R14 PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	GT2

21	PNEU 185/60R14 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	EAGLE SPORT
			EXCELLENCE AQUAMAX
22	PNEU 185/65R14 ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	ASSURANCE
23	PNEU 185/70R14 ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	ASSURANCE
24	PNEU 175/65R15 ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	GOODYE-AR	ASSURANCE
26	PNEU 185/60R15 ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	EXCELLENCE AQUAMAX
			EAGLE SPORT
27	PNEU 185/65R15 ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	ASSURANCE
28	PNEU 195/55R15 ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	EXCELLENCE AQUAMAX
			EAGLE SPORT
29	PNEU 195/60R15 ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	EXCELLENCE AQUAMAX
			EAGLE SPORT
30	PNEU 205/60R15 PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 90, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	ASSURANCE
31	PNEU 195/65R15 ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	EAGLE SPORT
32	PNEU 195/75R16, ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	G32 CARGO
33	PNEU 205/55R16 ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	EAGLE SPORT
34	PNEU 225/50R17 ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYE-AR	EXCELLENCE ROF

35	PNEU 225/65R17 PREDOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SUV
37	PNEU 245/45R18 ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EXCELLENCE ROF
38	PNEU 245/60R18 ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	HP ALL WEATHER
39	PNEU 185R14 ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
40	PNEU 195/80R14 ÍNDICE DE CARGA 110 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
41	PNEU 195/70R15 ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
42	PNEU 205/70R15 PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
43	PNEU 225/70R15 ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
44	PNEU 225/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ADVENTURE
			W.ARMORTRAC
45	PNEU 235/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD) , ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	W.ARMORTRAC
46	PNEU 255/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ADVENTURE

47	PNEU 235/75R15 PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	FORTERA
48	PNEU 235/60R16 ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SUV
			FORTERA
49	PNEU 205/75R16, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EFFICIENT-GRIP SUV
			G32 CARGO
50	PNEU 215/65R16, ÍNDICE DE CARGA 98 ÍNDICE DE VELOCIDADE, H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SUV
51	PNEU 215/75R16, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R , APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G26
52	PNEU 225/65R16, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
53	PNEU 235/70R16 ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	FORTERA
			ARMORTRAC
55	PNEU 255/70R16, ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ARMORTRAC
56	PNEU 265/75R16 ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RT/S
			ARMORTRAC
57	PNEU 215/80R16 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ADVENTURE
58	PNEU 225/70R16 ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	FORTERA
59	PNEU 225/75R16 ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO

60	PNEU 750R16 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32
61	PNEU 205/75R17.5 12 LONAS, DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 10 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RHS
62	PNEU 215/75R17.5 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686
63	PNEU 215/75R17.5 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RHS
64	PNEU 215/75R17.5 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RHD
65	PNEU 700-16 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
66	PNEU 700-16 10 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CT160
67	PNEU 750-16 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
68	PNEU 750-16 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CT160

69	PNEU 750-16 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	BANDEIRANTE
70	PNEU 1000-20 COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
71	PNEU 1000-20 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	CONQUISTADOR
72	PNEU 1100-22 COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G8
75	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686
76	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686
77	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677
78	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677



79	PNEU 1100R22 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686
80	PNEU 1100R22 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677
81	PNEU 1100R22 COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRACÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 14,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G665
82	PNEU 275/80R22.5 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686
83	PNEU 275/80R22.5 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677
84	PNEU 275/80R22.5 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677
85	PNEU 295/80R22.5 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686
86	PNEU 295/80R22.5 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686

87	PNEU 295/80R22.5 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677
88	PNEU 295/80R22.5 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677
89	PNEU 11R22.5 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G686
90	PNEU 11R22.5 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G677
91	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRACÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G665
93	PNEU 750-16 DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RIB TRACTOR
94	PNEU 750-16 PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RAIA MAQUINA AGRICOLA
95	PNEU 900-16 DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	RIB TRACTOR
96	PNEU14-17.5 - 14 LONAS PARA RETROESCAVADEIRA	GOODYEAR	IT323
98	PNEU 12.4-24 PARA TRATOR, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
99	PNEU 9.5-24 PARA TRATOR, 6 LONAS, INDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SUPER CUARTEADORA

100	PNEU 14.9-24 PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
101	PNEU 14.9-28 PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
102	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE III ALL WEATHER
104	PNEU 16.9-30 PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 2000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
105	PNEU 18.4-30 PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
106	PNEU 23.1-30 PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE III
107	PNEU 18.4-34 PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	DYNA TORQUE II
108	PNEU 12-16.5 PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	IT323
109	PNEU 12.5/80-18 PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SGL
110	PNEU 16.9-24 PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ISG R4
111	PNEU 19.5L-24 PARA RETRO, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	IT525
112	PNEU 17.5-25 PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, INDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SGL
		TITAN	EARTHMOVER TRACTION
113	PNEU 16.00-25 PARA PÁ CAREGADEIRA 28 LONAS GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	HRL-48
		TITAN	SUPER LCM
115	PNEU 1300-24 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	TITAN	ROAD GRADER
		GOODYEAR	SGG
116	PNEU 11L15 IMPLEMENTO 12 LONAS INDICE DE CARGA 1170 KG GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	LABORER
117	PNEU 11L-16 IMPLEMENTO COM MÍNIMO 8 LONAS	GOODYEAR	LABORER

118	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SG2B
121	PNEU 1400R24, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SG2B
122	PNEU 1400-24 PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SGG
		TITAN	ROAD GRADER
123	PNEU 1400-24 PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	HRL-3A
124	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS	GOODYEAR	HRL-3A
125	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	GOODYEAR	HRL-3A
126	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	TITAN	HD 2000
		GOODYEAR	IT323
127	PROTETOR 750 -16	RUZI	ARO 16
128	PROTETOR 900- 20	RUZI	ARO 20
129	PROTETOR 1000 - 20	RUZI	ARO 20
130	PROTETOR 1100 - 22	RUZI	ARO 22
131	PROTETOR 1400 - 24	RALFLEX	ARO 24
132	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	IRBO	ARO 25
134	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMOVEL	QBOM	MEDIDA FR13
135	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMOVEL	QBOM	MEDIDA GR14
136	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 15 AUTOMOVEL	QBOM	MEDIDA GR15
137	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16	QBOM	MEDIDA 7.50R16
138	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	QBOM	MEDIDA 7.50R16
139	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5	TORTUGA	AG2018
140	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	QBOM	MEDIDA 9.00R20
141	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	QBOM	MEDIDA 10.00R20
142	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100.22	QBOM	MEDIDA 11.00R22
143	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	QBOM	MEDIDA 7.50R16
145	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 9.00-16
146	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10-16.5	TORTUGA	AG1616
147	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA	TORTUGA	AG1916
148	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.5-24 AGRÍCOLA	TORTUGA	AG1624
149	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 12.4-24

150	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 14.9-24
151	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 14.9-28
152	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA	TORTUGA	AG2730
153	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9-30 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 18.4-30
154	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 18.4-30
155	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 23.1-30
156	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 18.4-34
157	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5/80-18	TORTUGA	AG2018
158	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	TORTUGA	AG2824/ AG3026
159	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	QBOM	MEDIDA FEQ 17.5R25
160	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	QBOM	MEDIDA FEQ 14.00R24
161	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100 - 20 PARA ROLO COMPACTADOR.	TORTUGA	FE1920
162	CÂMARA DE AR PARA PNEU 295/80R22,5	QBOM	MEDIDA 295/80R22.5
163	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	QBOM	MEDIDA 275/80R22.5
164	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5 BICO LONGO	TORTUGA	MEDIDA 215/75R17,5

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

#### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

Item	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
34	PNEU 225/50R17 ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	EFFICIENT-GRIP PERFORMANCE
36	PNEU 235/45R18 ÍNDICE DE CARGA 98, ÍNDICE DE VELOCIDADE Y, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	LS2
47	PNEU 235/75R15 PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ARMORTRAC
54	PNEU 245/70R16 ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	ARMORTRAC

73	PNEU 900R20 COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G186
74	PNEU 900R20 COM 14 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G167
97	PNEU 10.5/80-18 PARA RETRO, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	SUPER FLotation

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, ficha técnica e demais documentos, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

Item	Motivo da Reprovação
34	Índice de Velocidade V, inferior ao solicitado.
36	Índice de Velocidade V, índice de Carga 94, inferior ao solicitado.
47	Modelo apresentado predominante para serviço misto.
54	Índice de Velocidade S, inferior ao solicitado.
73	Profundidade de sulco de 14,7 mm, inferior ao solicitado
74	Modelo apresentado predominante para serviço regional.
97	Modelo apresentado não recomendado para utilização em retro-escavadeira.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Quanto aos bens submetidos à avaliação e que foram reprovados em conformidade com o item 3.7 do Edital de Chamada Pública, poderão ser submetidos à nova análise e avaliação.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, admitido o encaminhamento pelo correio com aviso de recebimento, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se

Fraiburgo, 15 de abril de 2015.  
 Claudinei Marcio Morsoleto  
 Presidente Comissão Especial  
 Resolução nº 0007/2015

## DECISÃO CHAMADA PUBLICA 002-2015 JOAÇABA PNEUS

### DECISÃO PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa JOAÇABA PNEUS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rodovia BR 282, km392, na cidade de Joaçaba - SC, CEP: 89600-000, inscrita no CNPJ sob o nº 84.587.245/0010-48, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0002/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0027/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

#### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

Item	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
1	PNEU MOTO 80/100-14 TRASEIRO	LEVIN	DAKAR
2	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO	LEVIN	DUNA
		LEVIN	DUAL SPORT
3	PNEU MOTO 2.50-17 DIANTEIRO	LEVIN	DAKAR
4	PNEU MOTO 2.75-17 TRASEIRO	LEVIN	DAKAR
5	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO	LEVIN	DAKAR
6	PNEU MOTO 410X18 TRASEIRO	LEVIN	DUNA MEDIDA 110/80-18
		LEVIN	DINGO MEDIDA 110/80-18
7	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO	LEVIN	DAKAR
8	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO	LEVIN	DUNA
		LEVIN	DUAL SPORT
9	PNEU MOTO 80/90 - 21 DIANTEIRO	LEVIN	DUNA
10	PNEU MOTO 90/90 - 21 DIANTEIRO	LEVIN	DUNA
		LEVIN	DINGO
		LEVIN	DUAL SPORT
11	PNEU MOTO 110-80-18	LEVIN	DUNA
		LEVIN	DINGO
12	PNEU MOTO 120/80-18 TRASEIRO	LEVIN	DUNA
		LEVIN	DUAL SPORT
14	PNEU 165/70R13 ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P-4
		PIRELLI	CINTURATO P-1
15	PNEU 175/70R13 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P-400
		PIRELLI	CINTURATO P-4
16	PNEU 185/70R13 ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P-4

17	PNEU 175/65R14 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P-4
		PIRELLI	CINTURATO P1
		PIRELLI	P-400
18	PNEU 175/70R14 PARA AUTOMOVÉL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CINTURATO P-4
		PIRELLI	CINTURATO P-1
19	PNEU 175/80R14 PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	ALLWEATHER
20	PNEU 175/70R14 PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
		PIRELLI	SCORPION ATR
21	PNEU 185/60R14 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P-6
22	PNEU 185/65R14 ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P-6
		PIRELLI	CINTURATO P-4
		PIRELLI	CINTURATO P-1
23	PNEU 185/70R14 ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P-6000
24	PNEU 175/65R15 ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	CINTURATO P-4
25	PNEU 185/55R15 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	PHANTOM
26	PNEU 185/60R15 ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P-7
27	PNEU 185/65R15 ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P-7
28	PNEU 195/55R15 ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PHANTOM
		PIRELLI	P-7
29	PNEU 195/60R15 ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P-7



30	PNEU 205/60R15 PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 90, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
31	PNEU 195/65R15 ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	P-7
32	PNEU 195/75R16, ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
33	PNEU 205/55R16 ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PHANTOM
		PIRELLI	P-7
		PIRELLI	CINTURATO P-7
34	PNEU 225/50R17 ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	NERO AS
		PIRELLI	P-7
35	PNEU 225/65R17 PREDOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION VERDE
36	PNEU 235/45R18 ÍNDICE DE CARGA 98, ÍNDICE DE VELOCIDADE Y, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	NERO
37	PNEU 245/45R18 ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	NERO
38	PNEU 245/60R18 ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION VERDE
39	PNEU 185R14 ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
41	PNEU 195/70R15 ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
42	PNEU 205/70R15 PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
43	PNEU 225/70R15 ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO

44	PNEU 225/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
45	PNEU 235/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
46	PNEU 255/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVICO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
48	PNEU 235/60R16 ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
		PIRELLI	SCORPION VERDE
49	PNEU 205/75R16, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
50	PNEU 215/65R16, INDICE DE CARGA 98 INDICE DE VELOCIDADE, H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION STR
51	PNEU 215/75R16, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CHRONO
52	PNEU 225/65R16, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CARRIE
53	PNEU 235/70R16 ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
		PIRELLI	SCORPION STR
54	PNEU 245/70R16 ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
55	PNEU 255/70R16, ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
56	PNEU 265/75R16 ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION STR
		PIRELLI	SCORPION ATR



57	PNEU 215/80R16 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
58	PNEU 225/70R16 ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
59	PNEU 225/75R16 ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	SCORPION ATR
60	PNEU 750R16 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG-85
61	PNEU 205/75R17.5 12 LONAS, DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 10 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	MC-45
62	PNEU 215/75R17.5 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG-85
63	PNEU 215/75R17.5 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	MC-45
65	PNEU 700-16 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT52
66	PNEU 700-16 10 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RT59
67	PNEU 750-16 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 11 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT52

68	PNEU 750-16 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RT59
69	PNEU 750-16 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	AS22
70	PNEU 1000-20 COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT65S
71	PNEU 1000-20 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RT59
72	PNEU 1100-22 COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 13 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	AS22
73	PNEU 1100-22 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 16 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CT65S
74	PNEU 900R20 COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG-85
75	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG-85
77	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG-85
	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG-85

79	PNEU 1100R22 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG-85
82	PNEU 275/80R22.5 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG-01
83	PNEU 275/80R22.5 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG-01
85	PNEU 295/80R22.5 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG-85
86	PNEU 295/80R22.5 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG-01
87	PNEU 295/80R22.5 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG-85
88	PNEU 295/80R22.5 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG-01
89	PNEU 11R22.5 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG-85

90	PNEU 11R22.5 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FG-85
91	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRACÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG-85
93	PNEU 750-16 DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	MC-85
94	PNEU 750-16 PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TD-500
95	PNEU 900-16 DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RA-45
97	PNEU 10.5/80-18 PARA RETRO, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TD-500
98	PNEU 12.4-24 PARA TRATOR, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RA-45
99	PNEU 9.5-24 PARA TRATOR, 6 LONAS, INDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TM-95
100	PNEU 14.9-24 PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TM-95
101	PNEU 14.9-28 PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TM-95
102	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.	PIRELLI	TM-95
104	PNEU 16.9-30 PARA TRATOR, 8 LONAS, INDICE DE CARGA 2000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	MB-39
105	PNEU 18.4-30 PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TM-95
106	PNEU 23.1-30 PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TM-95
107	PNEU 18.4-34 PARA TRATOR, 12 LONAS, INDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TM-95

108	PNEU 12-16.5 PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN-16
109	PNEU 12.5/80-18 PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN-12
110	PNEU 16.9-24 PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN-12
111	PNEU 19.5L-24 PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN-12
112	PNEU 17.5-25 PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN-12
		PIRELLI	RM-99
113	PNEU 16.00-25 PARA PÁ CAREGADORA 28 LONAS GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RM-95 E3
115	PNEU 1300-24 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN-14
116	PNEU 11L15 IMPLEMENTO 12 LONAS ÍNDICE DE CARGA 1170 KG GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RA-45
117	PNEU 11L-16 IMPLEMENTO COM MÍNIMO 8 LONAS	PIRELLI	CT-85
122	PNEU 1400-24 PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN-14
123	PNEU 1400-24 PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RM-95 E3
124	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS	PIRELLI	RM-95 E3
125	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	PIRELLI	RM-95 E3
126	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	PIRELLI	PN-16
127	PROTETOR 750 - 16	SBN	ARO 16
128	PROTETOR 900- 20	SBN	ARO 20
129	PROTETOR 1000 - 20	SBN	ARO 20
130	PROTETOR 1100 - 22	SBN	ARO 22
131	PROTETOR 1400 - 24	CARRETEIRO	ARO 24
132	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	CARRETEIRO	ARO 25
134	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 13 AUTOMÓVEL	QBOM	MEDIDA FR13
135	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 14 AUTOMÓVEL	QBOM	MEDIDA GR14
136	CÂMARA DE AR PARA PNEU ARO 15 AUTOMÓVEL	QBOM	MEDIDA GR15
137	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16	TORTUGA	AG 1416
		QBOM	MEDIDA 7.50R16
138	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	TORTUGA	AG 1416
		QBOM	MEDIDA 7.50R16

139	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5	TORTUGA	AG-1916
140	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	QBOM	MEDIDA 9.00R20
141	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	QBOM	MEDIDA 10.00R20
142	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100.22	QBOM	MEDIDA 11.00R22
143	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	TORTUGA	AG 1416
144	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO	QBOM	MEDIDA 7.50R16
145	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 9.00-16
146	CÂMARA DE AR PARA PNEU 10-16.5	TORTUGA	AG 1616
148	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.5-24 AGRÍCOLA	TORTUGA	AG 1624
149	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 12.4-24
150	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 14.9-24
151	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 14.9-28
152	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA	TORTUGA	AG 2730
153	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9-30 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 18.4-30
154	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 18.4-30
155	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 23.1-30
156	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA	QBOM	MEDIDA AGQ 18.4-34
157	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5/80-18	TORTUGA	AG 2018
158	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	TORTUGA	AG 2824
159	CÂMARA DE AR PARA PNEU 17.5 - 25	QBOM	MEDIDA FEQ 17.5R25
		TORTUGA	FE 2725
160	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	QBOM	MEDIDA FEQ 14.00R24
		TORTUGA	FE 2525
161	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100 - 20 PARA ROLO COMPACTADOR.	TORTUGA	FE 1920
162	CÂMARA DE AR PARA PNEU 295/80R22,5	QBOM	MEDIDA 295/80R22.5
163	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	QBOM	MEDIDA 275/80R22.5
164	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5 BICO LONGO	TORTUGA	MEDIDA 215/75R17,5

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

## BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS

Item	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	Marca	Modelo
80	PNEU 1100R22 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	TG-85
81	PNEU 1100R22 COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRAÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 14,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	FR-85

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, ficha técnica e demais documentos, porém, não atendeu todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

Item	Motivo da Reprovação
80	Profundidade de sulco de 20mm, inferior ao solicitado
81	Modelo apresentado indicado para médias e longas distâncias em estradas sinuosas e/ou com acíves e declives

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Quanto aos bens submetidos à avaliação e que foram reprovados em conformidade com o item 3.7 do Edital de Chamada Pública, poderão ser submetidos à nova análise e avaliação.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, admitido o encaminhamento pelo correio com aviso de recebimento, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

Não serão conhecidos os recursos apresentados por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se

Fraiburgo, 15 de abril de 2015.  
Claudinei Marcio Morsoleto  
Presidente Comissão Especial  
Resolução nº 0007/2015

## DECISÃO CHAMADA PÚBLICA 002-2015 MODELO PNEUS

DECISÃO  
PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa MODELO PNEUS LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na rua Mal. HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, Nº 56, na cidade de Bento Gonçalves - RS, CEP: 95700-000, inscrita no CNPJ sob o nº 94.510.682/0001-26, conforme bens a pré-qualificar constante do Edital Nº 0002/2015-CIMCATARINA, Processo Administrativo Nº 0027/2015, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

## BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

Item	Especificações Básicas e Requisitos Mínimos	MARCA	MODELO
1	PNEU MOTO 80/100-14 TRASEIRO	RINALDI	BS-32
2	PNEU MOTO 110/90-17 TRASEIRO	RINALDI	R34
3	PNEU MOTO 2.50-17 DIANTEIRO	RINALDI	PD29
4	PNEU MOTO 2.75-17 TRASEIRO	RINALDI	PD29
5	PNEU MOTO 2.75-18 DIANTEIRO	RINALDI	BS-32
6	PNEU MOTO 410X18 TRASEIRO	RINALDI	WH21
7	PNEU MOTO 90/90-18 TRASEIRO	RINALDI	BS-32 57P
8	PNEU MOTO 90/90-19 DIANTEIRO	RINALDI	R34
9	PNEU MOTO 80/90 - 21 DIANTEIRO	RINALDI	R34
10	PNEU MOTO 90/90 - 21 DIANTEIRO	RINALDI	R34
11	PNEU MOTO 110-80-18	RINALDI	R34
12	PNEU MOTO 120/80-18 TRASEIRO	RINALDI	R34
13	PNEU 5.60-15 PARA FUSCA	FIRESTONE	CAMPEÃO SUPREMO P-671
14	PNEU 165/70R13 ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
15	PNEU 175/70R13 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
16	PNEU 185/70R13 ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
17	PNEU 175/65R14 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
18	PNEU 175/70R14 PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
19	PNEU 175/80R14 PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	CTYNET



20	PNEU 175/70R14 PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	F580
21	PNEU 185/60R14 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 900
22	PNEU 185/65R14 ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
23	PNEU 185/70R14 ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	MULTIHAWK
25	PNEU 185/55R15 ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	PIRELLI	P7
26	PNEU 185/60R15 ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 900
27	PNEU 185/65R15 ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 900
28	PNEU 195/55R15 ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 900
29	PNEU 195/60R15 ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 900
30	PNEU 205/60R15 PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 90, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	POTENZA GIII
31	PNEU 195/65R15 ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FIREHAWK 900
32	PNEU 195/75R16, ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS
33	PNEU 205/55R16 ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	TURANZA ER300
		BRIDGESTONE	TURANZA ER30

34	PNEU 225/50R17 ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	POTENZA RE760 SPORT
35	PNEU 225/65R17 PREDOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DUELLER HT 687
37	PNEU 245/45R18 ÍNDICE DE CARGA 96, ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	POTENZA GIII
39	PNEU 185R14 ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS R630
40	PNEU 195/80R14 ÍNDICE DE CARGA 110 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
41	PNEU 195/70R15 ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS R630
42	PNEU 205/70R15 PASSEIO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 106, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS R630
43	PNEU 225/70R15 ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS R630
44	PNEU 225/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT
45	PNEU 235/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT
46	PNEU 255/75R15 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DUELLER AT D693



48	PNEU 235/60R16 ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DUELLER HT 687
49	PNEU 205/75R16, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS R630
52	PNEU 225/65R16, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	GOODYEAR	G32 CARGO
53	PNEU 235/70R16 ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT
54	PNEU 245/70R16 ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DUELLER HT 684III
55	PNEU 255/70R16, ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DUELLER HT 840
56	PNEU 265/75R16 ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT
57	PNEU 215/80R16 PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 107, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT
58	PNEU 225/70R16 ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	DESTINATION AT
59	PNEU 225/75R16 ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS R630
60	PNEU 750R16 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	DURAVIS R230
63	PNEU 215/75R17.5 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	FS557

64	PNEU 215/75R17.5 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	M714
68	PNEU 750-16 10 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 114, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	AS22
75	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T819
77	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	L355
79	PNEU 1100R22 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T819
81	PNEU 1100R22 COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRACÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 14,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	R268
85	PNEU 295/80R22.5 COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	M840
87	PNEU 295/80R22.5 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTONE	T831

90	PNEU 11R22.5 COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	T831
91	PNEU 1000R20 COM 16 LONAS EIXO DIRECIONAL OU TRACÇÃO MODERADA, TRANSPORTE URBANO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 17 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	CTRZ
92	PNEU AGRICOLA 5.00/6 ARO 12	FIRESTO-NE	TRATOR T2
93	PNEU 750-16 DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 870KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	G-GRIP
94	PNEU 750-16 PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	RIB-IMPLEMENT
95	PNEU 900-16 DIRECIONAL PARA TRATOR, 2 OU 3 RAIAS, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1250KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	G-GRIP
97	PNEU 10.5/80-18 PARA RETRO, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	HIGH FLOTATION
98	PNEU 12.4-24 PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	SAT-23
99	PNEU 9.5-24 PARA TRATOR, 6 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 850KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	SAT-23
100	PNEU 14.9-24 PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	SAT-23
101	PNEU 14.9-28 PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	SAT-23
102	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.	LANDE	C2
103	PNEU 16.9-28, PARA RETROESCAVADEIRA (R4) 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	AT UTILITY
104	PNEU 16.9-30 PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	SAT-23

105	PNEU 18.4-30 PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	SAT-23G
106	PNEU 23.1-30 PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	SAT-23
107	PNEU 18.4-34 PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	SAT-23
110	PNEU 16.9-24 PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	PN12
111	PNEU 19.5L-24 PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	AT UTILITY
112	PNEU 17.5-25 PARA RETRO E CARREGADEIRA 16 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	SRG LOADER
113	PNEU 16.00-25 PARA PÁ CAREGADEIRA 28 LONAS GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	SUP RG DT
114	PNEU 1300-24 8 LONAS COMPACTADOR LISO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	C-1 COMPACTADOR
115	PNEU 1300-24 10 LONAS RETRO-ESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE	SGG ROAD BUILDER
119	PNEU 12R16,5 R-4 10 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DIANTEIRA DE RETRO-ESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	MICHELIN	ALL TERRAIN 305/70R16.5
120	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRACÇÃO TRAZEIRA DE RETRO-ESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	MICHELIN	500/70R24 XMCL
121	PNEU 1400R24, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	BRIDGESTONE	VUT V-STEE-LU-TRACTION G2 1*
122	PNEU 1400-24 PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	FIRESTO-NE G2	SGG RB G-2
123	PNEU 1400-24 PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PIRELLI	RM-95 E-3
124	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS	PIRELLI	RM-95 E-3

125	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	FIRESTO-NE	RGEXCAVA-TOR E-3
126	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	PIRELLI	PN-16 10 LONAS
127	PROTETOR 750 -16	VIPAL VULK	REF R16
128	PROTETOR 900- 20	VIPAL PROTE-FORT	REF R20
129	PROTETOR 1000 - 20	VIPAL PROTE-FORT	REF R20
130	PROTETOR 1100 - 22	VIPAL PROTE-FORT	REF R22
131	PROTETOR 1400 - 24	RALFLEX	ARO-24
132	PROTETOR PARA PNEU 17.5-25	IRBO	ARO-25
133	PROTETOR PARA PNEU 215/75R17.5	ABC	ARO 17.5
138	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	VULCAN	TR75
140	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	VULCAN	V3.06.5
142	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100.22	MAGNUM	V3.04.5
144	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO LONGO	VULCAN	TR75

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, ficha técnica e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos do bem, e demais exigências conforme item 4 do Projeto Básico.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram aprovados, apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atender as necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CIMCATARINA", contendo a marca e o modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a que o prazo de recurso é de até 05 (cinco) dias úteis da publicação desta decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente na sede do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, admitido o encaminhamento pelo correio com aviso de recebimento, Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

Não serão conhecidos os recursos apresentado por intermédio de fac-símile ou via e-mail e/ou apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se

Fraiburgo, 15 de abril de 2015.  
Claudinei Marcio Morsoleto  
Presidente Comissão Especial  
Resolução nº 0007/2015

## CIS NORDESTE

### EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014 - AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

Avaliação de Títulos e Classificação Preliminar  
Concurso Público Edital nº 001/2014-CISNORDESTE/SC

Função: CONTADOR

Nº Inscrição	Pontuação	Classificação
002C	33	1º
001C	27	2º

Função: CONTROLADOR INTERNO

Nº Inscrição	Pontuação	Classificação
015CI	33	1º
004CI	32	2º
018CI	27	3º
001CI	25	4º

Função: ADMINISTRADOR

Nº Inscrição	Pontuação	Classificação
006AD	25	1º
004AD	25	2º

Função: AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Nº Inscrição	Pontuação	Classificação
012AA	43	1º
002AA	30	2º
009AA	28	3º

Função: APOIO LOGÍSTICO

Nº Inscrição	Pontuação	Classificação
001AL	31	1º

Função: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

Nº Inscrição	Pontuação	Classificação
010ASS	34	1º
031ASS	34	2º
003ASS	34	3º
009ASS	33	4º
034ASS	32	5º
005ASS	31	6º
027ASS	30	7º
004ASS	28	8º
002ASS	27	9º
014ASS	26	10º
036ASS	25	11º
006ASS	25	12º

## Função: MOTORISTA

Nº Inscrição	Pontuação	Classificação
007M	37	1º
006M	30	2º
008M	30	3º
011M	29	4º
013M	25	5º

## Função: ZELADOR

Nº Inscrição	Pontuação	Classificação
002Z	30	1º
001Z	30	2º

**CIS/AMUREL****EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AGO - ABRIL/2015**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE  
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amurel, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Prefeitos dos Municípios consorciados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de abril de 2015, às 09h15min, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em primeira convocação, e às 09h30min, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/5 (um quinto) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios consorciados, em sua sede provisória, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, Sede da AMUREL, bairro Vila Moema, Tubarão (SC).

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da Ata da Assembléia Anterior; (cópia entregue)
- II. Apreciação e Aprovação dos Registros Contábeis referentes ao 1º bimestre do ano de 2015;
- III. Assuntos Diversos.

Tubarão, 13 de abril de 2015.

JORGE LEONARDO NESI  
Presidente do CISAMUREL

**CVC****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2015**

Edital de Convocação n. 002/2015

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, Sr. MAURI JOSE ZUCCO, no uso de suas atribuição e em conformidade com o artigo 13 do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC,

## Convoca:

Os senhores membros da Diretoria do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel - CVC, bem como todos os representantes dos municípios associados, para a assembleia geral extraordinária, com fundamento no artigo 13 do Protocolo de Intenções do CVC, a ser realizada no dia 28 de abril de 2015, na cidade de Coronel Freitas, com a seguinte ordem do dia:

Data: 28 de abril de 2015 (terça feira)

Horário: Início às 09:00 (nove horas)

Local: Salão de eventos junto a Paróquia de Coronel Freitas.

## Ordem do dia:

- 1º) Apresentação e aprovação da proposta para a aquisição da área de terra para instalação do Aterro Sanitário;
- 7º) Apresentação do Pregão Presencial para aquisição de Pneus;
- 8º) Assuntos Gerais.

Coronel Freitas, SC, 14 de abril de 2015.

Mauri José Zucco  
Presidente do CVC.